



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº102 – TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL			
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)		3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)	
1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)		4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)		1º - Magno Malta - (PR-ES)	
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)		2º - Jayme Campos - (DEM-MT)	
		3ª - João Durval - (PDT-BA)	
		4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)	

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência		
Ata da 30ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2012.....	4	
Ata da 31ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2012	40	
Ata da 32ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2012.....	77	
Ata da 33ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2012.....	84	
Ata da 34ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2012.....	127	
Ata da 35ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2012.....	160	
Ata da 36ª Reunião, realizada em 20 de março de 2013.....	199	
		1.1.2 – Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro
		Ata da 12ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2013.....
		205
		1.1.3 – Comissão Temporária destinada a atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 1993, que <i>regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</i>
		Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2013.....
		224
		1.1.4 – Comissão de Juristas destinada a elaborar Anteprojeto destinado a Substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a Legislação Correlata passível de Codificação
		Ata da 2ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2013.....
		231
		1.1.5 – Comissão de Juristas destinada a elaborar Anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação
		Ata da 4ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2013.....
		247

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 30ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião realizada em 13 de novembro de 2012, às 14 horas e 45 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, sob a presidência eventual da Deputada Keiko Ota (PSB/SP) e com a presença da Senadora Ana Rita (PT/ES). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE); e os Senhores Deputados: Dr. Rosinha (PT/PR), Marina Santanna (PT/GO), Teresa Surita (PMDB/RR), Jô Moraes (PCdoB/MG), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul; Tai Loschi, Subsecretária da Mulher e de Promoção da Cidadania do Estado do Mato Grosso do Sul; Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande; Nancy Gomes de Carvalho, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul; Susiê Guarani, Representante dos Direitos Indígenas, e Cristiane Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Em 13 de novembro de 2012, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, CN, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Campo Grande com os seguintes convidados: Dr.

Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Estado de Justiça e da Segurança Pública do Estado Rio Grande do Sul; Tai Loschi, Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Secretaria de Governo; Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; Drª Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; Drª Nancy Gomes de Carvalho, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

Antes de passar a palavra para a Relatora, informo que os convidados terão apenas 20 minutos para sua exposição.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde.

Eu quero inicialmente agradecer a Assembleia Legislativa aqui do Estado do Mato Grosso do Sul pelo espaço que nos foi cedido. Agradeço a seu Presidente, Deputado Jerson Domingos, pelo acolhimento não só dele, como Presidente desta Casa, mas também de toda a equipe do cerimonial e de toda a equipe da Assembleia legislativa que acolheu a CPMI com muita alegria. Obrigada, Deputado. Ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo, como Presidente desta Casa.

Quero também aqui cumprimentar o Dr. Wantuir Francisco Brasil, Secretário de Estado de Justiça e da Segurança Pública do Estado Rio Grande do Sul; o Ex^{mo} Sr. Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; a Vice-Presidente da nossa Comissão, Deputada Keiko Ota. Ao mesmo tempo, quero justificar a ausência da Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão. Quero também cumprimentar o Deputado estadual Pedro Kemp, que foi o proponente desta audiência pública aqui na Assembleia Legislativa; a Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Srª Tai Loschi; o nosso companheiro Zeca do PT, que foi Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e muito nos honrou naquele período e também a Dona Gilda, sua esposa, que também teve um papel fundamental aqui no Estado na implementação de políticas para as mulheres. Quero cumprimentar todas as autoridades que aqui foram convidadas, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do juizado, da vara, do Centro de Referência, da Delegacia da Mulher, todos vocês que foram convidados para estar aqui hoje – obrigada pela presença – e agradecer também aos movimentos de mulheres que aqui estão presentes, diversas entidades, diversas organizações de mulheres, e também a presença das mulheres indígenas das aldeias de Tereña, Kaiowá e Guarani – muito obrigada pela presença.

Temos aqui um cartaz: Mulheres Indígenas de Mato Grosso do Sul: “Queremos segurança para as nossas mulheres nas aldeias”. Muito bem.

Muito obrigada. Agradeço a presença de vocês, e agradeço a presença da imprensa, que também tem dado uma atenção especial aos trabalhos da CPMI.

Quero iniciar os trabalhos, primeiro, após esses agradecimentos, passando algumas informações sobre como o nosso trabalho aconteceu durante estes dias em que estivemos aqui em Mato Grosso do Sul.

Informo que tivemos uma reunião com o Governador do Estado, que nos recebeu muito prontamente no seu gabinete, com sua equipe, nos acolheu, ouviu atentamente as nossas informações e também se colocou à disposição para reforçar o convite para que as autoridades e o Secretário de Estado pudessem estar aqui presentes. Então, quero aproveitar este momento para agradecer ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito procurou, desde domingo, fazer algumas diligências aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. No próprio domingo, estivemos em uma das aldeias aqui da região urbana de Água Bonita. Fizemos uma reunião com as mulheres da aldeia. Aqui há outro cartaz: “Precisamos estar incluídos nas políticas públicas do Município”. Então, quero só registrar aqui a presença das mulheres. Tivemos uma reunião com as mulheres de Água Bonita, ouvindo atentamente também como é o atendimento e como é a vida dessas mulheres na própria aldeia.

Estivemos visitando a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher aqui de Campo Grande, fomos ao Centro de Referência, conversamos com os profissionais que lá atuam e também com o defensor que lá presta serviços, estivemos no Juizado da Violência Doméstica, na Promotoria da Violência Doméstica, tivemos também uma reunião com as mulheres, com as diversas entidades que atuam com as mulheres na noite de ontem. Foi uma reunião bastante representativa, com diversas entidades presentes.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião também com as mulheres que são lideranças indígenas das kaioiwás, guaranis e terenas, que colocaram de forma muito incisiva como é a situação das mulheres, como é a vida das mulheres nas aldeias e como é o atendimento, por parte do Poder Público, a essas mulheres.

Esse trabalho de diligências faz parte da nossa metodologia de atuação da CPMI e nos traz subsídios para esta audiência pública.

Esta audiência pública não é para fazer debates sobre a questão da violência contra a mulher, mas para inquirição das autoridades que foram convidadas para que aqui possam estar prestando informações à Co-

missão Parlamentar Mista de Inquérito no que se refere ao atendimento às mulheres em situação de violência.

Queremos ouvir aqui hoje o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Então, nós temos informações já obtidas através das diligências, das reuniões com as mulheres e também dados vindos do Mapa da Violência que mostram que Mato Grosso do Sul está entre os dez Estados brasileiros que apresentam os maiores índices de violência contra a mulher. É por isto que estamos aqui: porque a CPMI definiu como Estados que devem ser visitados os dez mais violentos e, além desses dez Estados, os quatro mais populosos do Brasil. Então, a nossa vinda aqui hoje é justamente para poder entender por que o Estado do Mato Grosso do Sul ainda tem um índice muito alto de violência contra mulheres.

Assim como já visitamos outros Estados, este é o décimo quarto, já fomos a Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Distrito Federal. Vamos agora, na outra semana, visitar o Estado do Amazonas, a capital Manaus, também para realizar diligências e audiência pública.

O objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é fazer uma investigação sobre a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Estado brasileiro no que se refere à aplicação do conjunto de legislação que nós temos e, em especial, da Lei Maria da Penha.

Aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, nós tivemos oportunidade de perceber que a situação dos equipamentos existentes, que já foram criados há algum tempo, a sua estrutura física é razoável, boa, mas, com certeza, o atendimento pode ser melhor, pode, inclusive, avançar mais, pode ser ampliado. Por exemplo, aqui na capital, existiam duas delegacias e hoje existe apenas uma Deam. E há necessidade de se criar uma nova Deam, porque o atendimento feito pela delegacia aqui é insuficiente para atender todos os casos, apesar do esforço, do trabalho que os profissionais e as profissionais da delegacia fazem, assim como os dos demais órgãos de atendimento. Eles ainda são insuficientes para atender toda a demanda.

Mato Grosso do Sul, conforme eu disse, é o quinto Estado onde mais se matam mulheres, com uma taxa de 6,1 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A média nacional hoje é de 4,6 assassinatos no País para cada grupo de 100 mil mulheres. E a capital, Campo Grande, ocupa a 19ª posição, com uma taxa de 5,4 mortes para cada 100 mil mulheres. Aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, o Município de Ponta Porã está

entre as cidades mais violentas do Brasil, ocupando a 12ª posição em homicídio contra mulheres.

Então, a CPMI está aqui justamente porque nós queremos saber que políticas públicas os poderes públicos aqui deste Estado estão implementando no sentido de tirar o Mato Grosso do Sul desta posição de 5º Estado onde mais se matam mulheres. Que políticas públicas esse Estado está desenvolvendo para que diversos Municípios, entre eles Ponta Porã, saiam dessa posição de 12º Estado onde mais se matam mulheres no Brasil? Essa realidade precisa ser mudada. E é por isto que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está aqui, justamente para poder ouvir e poder oferecer não só ao Governo e às instituições públicas de Mato Grosso do Sul uma contribuição, mas para oferecer a todo o Estado brasileiro uma contribuição no sentido de apresentar um diagnóstico de como o Estado está atendendo às mulheres em situação de violência, mas também de propor medidas e sugestões do que fazer para superar essa realidade.

Eu quero aqui brevemente já apresentar algumas preocupações do que nós tivemos oportunidade de perceber, de ouvir nestes dias em que ficamos aqui. Primeiro, queremos fazer um registro ao Poder Executivo. Existe, sim, um organismo de atendimento às mulheres que é uma subsecretaria, mas, no entendimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é importante que se crie uma secretaria específica para as mulheres. Ter um organismo específico para as mulheres é de fundamental importância, porque para enfrentar a violência contra a mulher é necessário que haja uma articulação entre as políticas públicas, uma articulação entre todas as secretarias do Governo e, mais do que isso, que haja uma articulação com os demais Poderes instituídos aqui do Estado de Mato Grosso do Sul, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. Então, mais do que nunca ter um organismo com recursos próprios, com capacidade política de articulação, com autonomia política para fazer essa articulação.

Então, colocamos aqui essa preocupação como uma necessidade de o Governo estudar, avaliar a importância de se criar uma secretaria específica para as mulheres, uma secretaria que seja forte, que seja independente e que tenha recursos, porque também criar uma secretaria que não tenha orçamento, não será suficiente. *(Palmas.)*

Então é preciso que tenha orçamento, que seja forte e que tenha a sua independência perante o Governo e que possa fazer bem essa articulação junto às demais Secretarias e os Poderes aqui do Estado.

Também fazemos aqui um destaque importante: Mato Grosso do Sul foi escolhido pela CPMI não só

pelo fato de ser o quinto Estado em homicídio contra as mulheres, mas porque, neste Estado, se concentra uma população indígena muito expressiva. Então, é importante também ter um olhar preferencial para essa população e, em especial, para as mulheres indígenas, que vivem uma realidade que, muitas vezes, não é conhecida pelos Poderes Públicos, porque os Poderes Públicos não se fazem presentes nas aldeias indígenas. *(Palmas.)*

É preciso que as mulheres saiam dessas aldeias, algumas vivem em localidades muito distantes, como vi aqui hoje ao receber algumas mulheres dessas localidades que, para chegarem até aqui, tiveram de viajar muito. Então, é importante que se tenha políticas específicas para as mulheres indígenas, para as mulheres negras e para as mulheres quilombolas.

Também é importante que se criem aqui mais delegacias especializadas para atender as mulheres em situação de violência. O número insuficiente de delegacias na capital e no interior, também o número insuficiente de servidores, é um grande problema. Então, é preciso que haja ampliação dessas delegacias na capital, mas também que não se esqueçam do interior, onde tem uma população que está muito distante dos serviços públicos.

Há uma necessidade, que é de Mato Grosso do Sul, mas que é também uma necessidade nacional de todos os Estados por onde passamos e de todos os Poderes que prestam serviços à população e, em especial, às mulheres em situação de violência: é preciso haver um investimento maior em capacitação de todos os servidores, desde, Presidente, juízes até o servidor que atende na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. É preciso capacitar juízes, promotores, defensores, delegadas e delegados, os servidores de modo geral, assistentes sociais, psicólogos, polícias para que o atendimento feito às mulheres seja adequado e diferenciado. *(Palmas.)*

Nós não podemos oferecer às mulheres atendimento superficial, porque a violência contra a mulher, muitas vezes, é uma violência que não tem a visibilidade que outros tipos de violência têm. Ou seja, refiro-me à violência psicológica, à violência que afeta não só o corpo, mas que afeta também a alma das mulheres, que afeta internamente essas mulheres. Então, para atender às mulheres em situação de violência é preciso ter profissionais capacitados e comprometidos com essa realidade.

Também percebemos, aqui em Mato Grosso do Sul, que há um excesso de processos em tramitação na Vara da violência doméstica que, certamente, levará à prescrição de muitos desses processos, assim como nós ouvimos nas delegacias, ouvimos também

na Vara e ouvimos na promotoria, a possibilidade de alguns processos estarem prescrevendo, não por falta de vontade de quem está atuando lá, mas por falta de profissionais que deem condições de os processos tramitarem no tempo necessário. Isso é importante. Inclusive vimos com bons olhos a criação de uma nova Vara, a 2ª Vara. Nós esperamos, com certeza de esta Vara seja, de fato, instalada agora ao final do mês de novembro. Gostaríamos inclusive, aqui, Desembargador, de nos autoconvidar, se for possível, gostaríamos de estar presentes na instalação desta Vara, pois a consideramos altamente importante para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, a atitude do Tribunal de Justiça e do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul em criar esta Vara é digna do nosso reconhecimento e dos nossos elogios pela iniciativa.

Também queremos destacar um problema aqui identificado, ou seja, as decisões de o Tribunal de Justiça considerar como crime de bagatela imprópria os crimes de violência doméstica, contrariando frontalmente a Lei Maria da Penha. Essa situação não pode continuar. Essa situação precisa ser mudada, precisa ser alterada, porque contraria profundamente a decisão do STF, que recentemente se posicionou com relação a isso. *(Palmas.)*

Queremos também aqui destacar a atuação do juiz da Vara de violência doméstica. Também destacar o papel da Promotoria de violência doméstica e da Defensoria Pública pelos trabalhos realizados, pelos esforços feito no sentido de aplicar corretamente a Lei Maria da Penha.

Quero também destacar o esforço dos profissionais que estão nas delegacias, nas DEAMs, no centro de referência, fazendo as mesmas considerações feitas anteriormente no sentido de ampliar os serviços com a contratação de novos profissionais. *(Palmas.)*

Agora vou passar para as perguntas.

Novamente eu quero dar a explicação de que esta é uma audiência pública em que vamos inquirir as autoridades. Portanto, quem está aqui tem de ter a paciência de ouvir individualmente cada uma das pessoas.

Então, inicialmente, ouviremos o nosso Secretário de Segurança. Antes, porém, passo a palavra para a Deputada Keiko Ota, para que faça o registro para, em seguida, ouvirmos o Secretário de Segurança.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra o Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, nós gostaríamos que o senhor fizesse, de fato, uma exposição sobre os trabalhos da Secretaria de Segurança,

no prazo regimental de 20 minutos. Mas, eu vou antecipar algumas perguntas, são várias perguntas, dirigidas ao senhor. Informo-lhe que tenho aqui duas perguntas iniciais, que são mais gerais, e que todos que aqui estão deverão respondê-las.

As perguntas específicas para a Secretaria de Segurança, às perguntas mais gerais, Secretário: o que e como as autoridades aqui presentes, tanto dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública individual e coletivamente estão fazendo para diminuir a letalidade contra a mulher e demais violências contra as mulheres?

Esta é uma pergunta que os demais também podem respondê-la.

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento a violência contra as mulheres em 2012 e 2013? O que foi previsto para este ano de 2012 no enfrentamento à violência contra as mulheres e o que está sendo previsto para o próximo ano?

Perguntas específicas para o Secretário de Segurança, Dr. Wantuir: são 72 Municípios e 12 delegacias que atendem à mulher. Qual a abrangência dessas delegacias? Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns?

Conforme já mencionei, estivemos na delegacia da mulher no dia de ontem pela manhã, e constatamos o número insuficiente de profissionais para dar andamento a mais de 3 mil inquéritos. Gostaria de ouvi-lo a respeito.

Em Campo Grande havia duas delegacias da mulher. Por que a Delegacia da Mulher de Moreninha foi fechada?

A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres?

Conforme relatório enviado pelo Ministério Público, em 2010, em vários Municípios como Água Clara, Amambaí, Coronel Sapucaia, Anastácio, Aurilândia, Aquidauana, Camapuã, Nova Andradina e outros, o crime de violência doméstica é o segundo ou terceiro crime mais praticado. Como enfrentar esses índices de violência contra as mulheres?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? É garantido, em todo o Estado, o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Qual a política do Estado para enfrentar essas taxas nessas localidades?

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas? Há intérprete indígena na Delegacia da Mulher para permitir o registro de ocorrências com maior fidedignidade e segurança para as mulheres indígenas? Entendemos que essa é uma necessidade, em virtude do número significativo de mulheres indígenas no Estado e na capital.

Tivemos a informação de que há um projeto de mudança da DEAM para o prédio próprio. Como está o andamento desse projeto?

Secretário, ainda há outras perguntas aqui. O senhor está com elas em mão? *(Pausa.)*

Elas já foram passadas para o senhor?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Passaram.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Já. Então, vou fazer todas as perguntas. Depois, o senhor, aos poucos, vai respondendo-as. Possivelmente 20 serão insuficientes, mas a gente pode prorrogar o prazo.

O fim do plantão da DEAM foi precedido de algum estudo? Qual foi o motivo da interrupção do plantão de 24 horas?

Fomos informadas de que em algumas delegacias do interior como, por exemplo, Sidrolândia, Sonora, Coxim e Pedro Gomes, adolescentes femininas e mulheres ficam praticamente presas junto com os homens. Isso procede? O que tem sido feito para evitar essa situação?

Em 2008, houve o estouro da Clínica de Planejamento Familiar de Campo Grande com a apreensão de 10 mil prontuários médicos e a criminalização de muitas mulheres. As mulheres continuam sendo processadas?

Um caso amplamente divulgado pela imprensa de um crime de estupro, registrado no Município de Itacuru, envolvendo a indígena M.B.R., quais as providências que estão sendo tomadas para identificar, investigar e punir o suposto autor do crime? Quais as providências que estão sendo tomadas para proteger a vítima? A vítima foi submetida a tratamento para evitar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez após o registro da ocorrência?

Recebemos denuncia de que a Delegada de Ponta Porã não registra ocorrência das mulheres indígenas e as manda para casa para se reconciliarem com os agressores. A Secretaria tem conhecimento disso? Que providência pode tomar para o acolhimento dessas mulheres? Qual o procedimento para atender ocorrências nas aldeias indígenas?

Sr. Secretário, são essas as perguntas. Se for possível que todas sejam respondidas hoje, seria muito bom. E se tiver alguma que o senhor não puder res-

ponder hoje, nós daremos o prazo de uma semana para que seja respondida para a CPMI.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Obrigado, Senadora, pela possibilidade de dar algumas respostas a sua inquirição.

Então, pelas perguntas feitas por V. Exª, vi que há algumas sobre política e outras, sobre execução de políticas, mas, antes de começar a respondê-las, gostaria de dizer que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública controla todos os 374 crimes do Código Penal, através de estatísticas e de análise criminal, a partir, então, da inteligência artificial, extraída das estatísticas *on-line*. Aqui, no nosso Estado, todas as estatísticas estão *on-line* e atualizadas até 24 horas; daqui a 15 dias, estarão com uma hora.

Assim, a sociedade toda pode exercer o controle social da sociedade e também uma política que abranja todas, que é a política de transparência, prevista em Lei Federal.

De modo que as estatísticas do Estado de Mato Grosso do Sul poderão ser aferidas e conferidas com o banco de dados disponível para toda a sociedade. Aqui não são necessárias estatísticas nacionais divorciadas da realidade, de acordo com aqueles institutos que o fazem.

Agora, especificamente, a segurança pública tem políticas que abrangem, como eu disse, todos os artigos previstos no Código Penal e nas leis especiais. A Lei Maria da Penha se insere aí – nas Leis Especiais – e, por isso mesmo, então, vai ter um corte nessa política macro.

Dentro da Diretoria-Geral da Polícia Civil, existe uma Diretoria específica com suas delegacias. As suas delegacias são doze, e estas têm cunho regional. Elas abrangem grupos de municípios. Nas delegacias das cidades, bem como nas delegacias especializadas, existem cursos promovidos pela Academia que treinam os delegados para o atendimento às mulheres, mas não são as mulheres, a todas aquelas pessoas da sociedade, a sociedade toda, que precisam do atendimento da segurança pública.

Agora, com relação aos dados específicos...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só uma questão, Secretário, desculpe-me interrompê-lo. Há capacitação específica sobre a Lei Maria da Penha?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Também. Claro. Feita pela Academia.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Também?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Sim. Por favor, tenho aqui a Coordenadora da Academia, que poderá responder. Passo a palavra a ela.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só quero pedir aos nossos convidados e às nossas convidadas que

não interfiram no depoimento do nosso convidado, que está aqui à mesa, nos prestando informações. Então, gostaríamos de pedir a vocês que se mantivessem em silêncio, para que possamos ouvi-lo com tranquilidade, para que as pessoas possam sentir-se bastante à vontade, a fim de prestar aqui as informações.

Agradecemos aqui a compreensão de vocês, para que os trabalhos possam prosseguir, sem que haja interrupção.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Obrigado. Então, a segurança pública vai especializando todo o efetivo nas diversas leis especiais naqueles diversos tipos de crime. É comum acontecer, Sr^a Senadora, de as pessoas esperarem que a polícia faça também aquelas políticas sociais, que têm responsabilidade de Governo Federal, Estadual e Municipal.

A segurança pública é reativa. Ela só age depois que o crime acontece. Ninguém quer que o crime aconteça. Não se quer que o crime aconteça. Então, é preciso impedir que o crime aconteça. Para que se impeça que o crime aconteça, as políticas principais são as preventivas: a sedimentação de uma cultura de respeito à mulher da nossa sociedade, desde as escolas. Temos de respeitar as mulheres, que não são nossas mães, que são nossas esposas e a razão de nós existirmos. Precisamos ter essa cultura.

Agora, especificamente, na segurança pública, as políticas estaduais são formuladas por esta, com os orçamentos abrangendo toda segurança pública, executadas por essas delegacias e pelas especializações. O Estado gostaria de ter, em cada cidade, uma delegacia da mulher, mas não pode, porque, para isso, é preciso ter orçamento, finança e também outros crimes para atender, mas essas doze delegacias não estão com os efetivos ideais, mas elas atendem.

Precisamos melhorar, mas essa melhora está vinculada à capacidade orçamentária de o Estado produzir receita, imposto.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Quem faz a capacitação dos servidores?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– A Academia da Polícia Civil, cuja Coordenadora está aqui presente. Há cursos. Se quiserem a relação das delegadas e dos servidores que ali fizeram os cursos, nós temos tudo isso para informar a V. Ex^a.

Quero dizer o seguinte: a execução de todas essas políticas é feita pelas delegacias com maior ou menor dificuldade. O meu controle, o controle da Secretaria, é feito da execução dessas políticas, dos números macros e da redução da criminalidade. Nós temos, hoje, daqueles onze crimes que mais impactam a sociedade, que são os crimes contra a vida e contra a propriedade, uma redução em dez desses crimes,

comparados com o ano anterior e o ano retrasado. Vamos reduzindo ano a ano.

Isso a nossa sociedade toda poderá ver, acessando o *site* da segurança pública na Estatística. O controle da sociedade é feito pela sociedade, independente de quaisquer institutos.

Então, passo a palavra, se V. Ex^a permitir, à equipe que está aqui da Delegacia da Mulher, da Coordenadora da Academia. Temos também a Subsecretária da Mulher, que executa a outra vertente de prevenção. Então, há toda a equipe aqui para responder às perguntas específicas, ou se V. Ex^a preferir, responder posteriormente, por escrito, a todas as perguntas, pois estou vendo aqui que há um rol de quase três folhas.

Foram tantas as perguntas, que não consegui gravar todas elas. Estou aqui com toda a lista.

A questão indígena, sobre a qual realmente não falei aqui, é no mesmo diapasão, com uma dificuldade: é que existe uma lei específica, que é atribuição da União – fazer o policiamento nas aldeias indígenas.

Agora, a prevenção, os vários órgãos do Governo Federal já o fazem, mas, com relação à segurança pública, existe um termo de cooperação em andamento, mas ainda não foi concluído, para que a segurança pública faça a prevenção, embora esta, nas aldeias indígenas, já faça a polícia judiciária.

Então, a perícia já é feita pela Polícia Civil. A Polícia Militar é que não atua dentro das aldeias indígenas, porque a atribuição é específica da União.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Secretário, acho que há algumas perguntas que tem de ser o senhor para responder, não tem jeito.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Então, vamos lá.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Se, porventura, houver alguma coisa que a Delegada ou a Subsecretária possa nos ajudar, então, vocês virão até aqui.

Mas veja bem: há uma questão que nós vimos... Por exemplo, na Delegacia da Mulher daqui, do centro da capital, há 3 mil inquéritos para ter o andamento. Faltam profissionais. A Delegada, com certeza, não vai ter condições de responder se é possível contratar novos profissionais. Então, a minha pergunta é: é possível contratar novos profissionais para que essa Delegacia tenha um número maior de profissionais para fazer o atendimento? Ou, com a informação que obtivemos de que está em andamento o processo para construção de uma nova Delegacia, em que pé está o andamento desse processo? O senhor tem como nos responder?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Pois não.

O concurso público tem de ser feito para toda a Polícia Civil, para contratar delegados para todas as suas

especialidades, inclusive para a Delegacia da Mulher. Não especificamente um concurso para a Delegacia da Mulher, isso não é possível, mas, sim, para toda a diretoria-geral da Polícia Civil: delegados, escrivães, agentes, investigadores. Um estudo de concurso está sendo feito, com o impacto orçamentário e financeiro. Quando tudo isso estiver concluído, será apresentado ao Governador para deliberação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E a Delegacia de Moreninha? Por que ela foi fechada, Secretário?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Quanto à Delegacia da Moreninha, nós temos uma delegacia regional lá que atende – com regional, eu me refiro àquela região da Moreninha – a toda a Moreninha e a todas as ocorrências lá. A Delegacia da Mulher de Campo Grande atende só aos crimes praticados contra as mulheres. Os delegados da Moreninha e de todas as outras 22 delegacias que há no Estado – não é só a Delegacia da Moreninha, são 22 que cobrem toda a cidade –, nos plantões dessas delegacias, têm treinamento para o atendimento. Agora, aqueles atendimentos especiais são encaminhados para a Delegacia da Mulher.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Por exemplo, no dia em que estivemos na Delegacia, que foi ontem pela manhã, havia uma senhora, uma mulher de Moreninha, procurando a delegacia da capital para fazer o registro da queixa. É sinal de que ela não encontrou atendimento em Moreninha. *(Palmas.)*

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Este caso específico, eu não conheço.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, vou refazendo as perguntas, porque acho que fica mais fácil.

Nós vimos, pelo relatório, que diversos Municípios têm um índice alto de violência contra as mulheres. Qual é a política do Estado para enfrentar essas taxas de homicídios nessas localidades, como é o caso, por exemplo, de Água Clara, de Coronel Sapucaia e de tantos outros Municípios, onde o crime de violência doméstica é o segundo ou o terceiro mais praticado? Qual é a política do Governo do Estado para que possa enfrentar essas altas taxas de violência doméstica?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Bom, veja bem. A minha parte aqui é a parte da reação, é depois que o crime acontece. Não compete à segurança pública, às delegacias fazer essa prevenção. Então, compete a elas fazer a investigação e ela é feita – a investigação, o esclarecimento, a elucidação dos crimes. Agora, há uma confusão que se faz entre prevenção e repressão. Nós fazemos a repressão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E com relação à violência contra as mulheres indígenas? Qual é a

política que o Governo do Estado tem adotado para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – A política de repressão estadual. Aí há aquela dificuldade que é a questão da competência, da atribuição, que é do Governo Federal. E existe um órgão específico de proteção aos índios. Agora, depois que acontece o crime, a repressão, a Polícia Civil tem feito os inquéritos, as investigações. Eu não sei quantos inquéritos já foram feitos e quantos elucidados, mas posso dizer, com certeza, que são mais de 400 inquéritos feitos pela Polícia Civil nas aldeias indígenas. Mais de 400 perícias. Agora, a prevenção, isso dá a Segurança Pública não tem competência para agir.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, Secretário, o Governo do Estado não tem um planejamento estratégico onde se definem as políticas de forma integrada com as secretarias no enfrentamento a essas questões?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Realmente tem, dentro de suas competências e atribuições legais, e assim faz. A lei impede que o Estado execute políticas que são específicas do Governo Federal. Na questão indígena, elas são específicas do Governo Federal.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu estou me referindo também às mulheres de um modo geral, não só às indígenas agora.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Ah, bom, então, agora voltando aqui.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A minha pergunta é: há planejamento estratégico?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Um planejamento do Governo do Estado prevê políticas integradas entre as diversas secretarias, inclusive a Secretaria de Segurança, no enfrentamento a essas violências, a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde, a...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ...de Educação, no sentido de haver um conjunto de políticas sociais para garantir o enfrentamento a essas violências?

Vou citar um exemplo, Secretário. Eu estive, domingo à tarde, na aldeia urbana Água Bonita. Eu percebi que, no centro da aldeia, existe um centro cultural, que seria a oca dos índios, completamente abandonado, que poderia ser um espaço de encontro das mulheres, de encontro dos jovens, das crianças, que poderia ser um espaço também cultural, de valorização da cultura indígena, um espaço de artesanato, enfim, um espaço onde pudesse haver treinamento. Está prevista essa

política? Estou perguntando ao senhor como Secretário de Segurança. Sei que não caberia à Secretaria de Segurança desenvolver as ações específicas nessa área, mas, dentro de um planejamento estratégico, poderia estar contemplado isso.

Se o senhor não tiver condições de responder, vamos recorrer aqui às demais profissionais, mas é só para citar um exemplo do que nós percebemos da falta de políticas sociais, que o senhor também já está confirmando aqui, nessas áreas. Nós pudemos observar isso claramente.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Quero dizer o seguinte: não é da minha área falar sobre políticas sociais, mas, dentro dessa visão estratégica do Governo, de todo o Governo, claro que existem políticas. Vou citar algumas: a patrulha mecanizada, onde o Governo dá tratores, sementes, arados, tecnologia para as diversas etnias para desenvolver agricultura; a distribuição de cestas, feita pela Secretaria de Assistência Social, para as famílias; a Secretaria de Educação faz várias políticas dentro de sua atribuição. Então, temos a Educação, a Saúde e a Assistência Social fazendo as políticas de suas competências. A Segurança Pública vai em apoio quando solicitada, mas nós não temos a predominância dessas políticas, que são das Secretarias específicas, da Subsecretaria da Mulher também. Então, a Secretaria de Segurança Pública age em apoio às outras quatro Secretarias que formulam políticas para as mulheres e para a questão indígena de um modo geral. Agora, especificamente, temos a Subsecretaria aqui, a Subsecretaria, que poderá detalhar mais, com muito mais propriedade do que eu.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, ainda nós gostaríamos de saber duas questões do senhor.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Pois não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há um caso – fiz a leitura antes, mas vou retomar aqui – amplamente divulgado pela imprensa, de um crime de estupro registrado no Município de Tacuru, envolvendo a indígena que tem como iniciais M.B.R. Quais as providências que estão sendo tomadas para investigar, identificar e punir o suposto autor do crime? O senhor está sabendo qual é o caso?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Eu sei a que a senhora se refere.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sabe? Quais as providências que estão sendo tomadas? A vítima foi submetida a tratamento para evitar as doenças sexualmente transmissíveis?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Bom, a delegacia específica instaurou o inqué-

rito policial, foi realizada a perícia, as várias perícias necessárias, e estão sendo feitas as diligências para responsabilizar o autor. Então, isso está em andamento, porque foi muito recente. Ainda não foi concluído o inquérito policial. Então, a reação, a repressão feita pela Polícia Civil, isso já está acontecendo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, estamos fazendo uma solicitação ao senhor: assim que esse inquérito for concluído, solicitamos uma cópia de todo o processo para a CPMI. (Palmas.)

Tem previsão de conclusão do inquérito?

A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA – Boa tarde, Senadora. Ontem já havíamos falado a respeito dessa situação. O fato ocorreu na região de Iguatemi e foi encaminhado para a Delegacia de Tacuru para apuração. Assim que chegou à Delegacia, foi instaurado inquérito policial. A vítima é encaminhada para o centro de saúde para ser submetida aos exames necessários e à medicação. Foi instaurado inquérito policial. Já se iniciaram as diligências, expedidas as intimações necessárias, e existe o prazo de conclusão do inquérito policial, que é de 30 dias. Porém, em casos mais graves como esse, procura-se reduzir esse prazo para o quanto antes a gente finalizar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Delegada, duas coisas. Primeiro, pelas informações que nós recebemos, a vítima não foi encaminhada para fazer os exames que precisariam ser feitos de doenças sexualmente transmissíveis e de uma possível gravidez.

A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA – Eu conversei com o Delegado de Tacuru, e ele disse que havia encaminhado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A vítima disse que não foi encaminhada. No termo de declaração dela na Delegacia, está dito isso, que ela não foi encaminhada para fazer os exames que precisam ser feitos em caso de estupro, nem com relação a doenças sexualmente transmissíveis, nem de gravidez.

A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA – Se ela já foi ouvida na Delegacia, sinal de que ela foi levada até a unidade. O encaminhamento à realização de exame de corpo de delito, onde se verifica a existência de lesão corporal, a ocorrência da conjunção carnal e de ato libidinoso diverso de conjunção carnal, isso é automático, ela é encaminhada ao Imol, e isso é feito. Agora, com relação ao recebimento dessa medicação, pode ser uma liberalidade dela, porque é automático da delegacia. É encaminhado e é feito.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Delegada, então, assim que o processo for concluído, que o inquérito for concluído, nós solicitamos cópia de inteiro teor de todo o processo, de todo o inquérito.

A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA – Isso é a coisa mais tranquila. Aliás, se quiserem já as peças iniciais, prontamente a gente pode fornecer.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O inquérito concluído, está bem?

A SRª ROZELY APARECIDA MOLINA – O.k.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Outra questão, Secretário, é com relação à delegacia, à Delegada de Ponta Porã. As mulheres relataram para nós que elas têm muita dificuldade de fazer as denúncias porque a Delegada não dá o devido valor à fala das indígenas, mandando para casa para se reconciliar com os agressores. Se o senhor tiver conhecimento desse caso, gostaríamos que o senhor se manifestasse sobre isso.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Eu desconheço esse caso e vou mandar apurar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O senhor vai mandar apurar?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Vou mandar apurar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É importante que o senhor faça essa investigação...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Sem dúvida.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ...para saber se a Delegada está se comportando de fato dessa forma.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – De Ponta Porã, não é?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – De Ponta Porã. E nos informe posteriormente o retorno que o senhor tiver.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretário, de nossa parte, aqui, o que era mais essencial, já obtivemos do senhor.

Pergunto se a Subsecretária gostaria de fazer mais alguma complementação, porque o Secretário solicitou que vocês complementassem com relação... *(Pausa.)*

Na fala da senhora, então, a senhora complementa as informações do Secretário. A senhora está inscrita para falar.

A SRª TAI LOSCHI – Eu vou aguardar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, queremos agradecer ao Secretário, Dr. Wantuir, pelas informações aqui prestadas.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Muito obrigado. Espero que a senhora venha a atingir todos os objetivos propostos da CPMI.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Quero registrar a presença dos Deputados Estaduais Marcio Monteiro, Zé Teixeira e Professor Rinaldo.

Fará uso da palavra a Srª Jadir Dantas, Gerente das Ações de Violência contra a Mulher e o Adoles-

cente, neste ato representando a Secretaria de Estado de Saúde.

A SRª JADIR DANTAS – Boa tarde a todos e a todas. Vou pedir licença para ficar aqui mesmo. Se vocês acharem...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Cadê a Secretária?

A SRª JADIR DANTAS – A Secretária não está presente. A Drª Beatriz Figueiredo Dobash está em Brasília e por isso...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não, nós vamos ouvir ninguém dali debaixo. As pessoas que vão prestar depoimento têm que vir aqui, na tribuna. *(Palmas.)*

Nós abrimos uma exceção para a Delegada a pedido do Secretário, para que o Secretário pudesse ter as respostas, mas não vamos inquirir ninguém sentado ali. Então, solicitamos que a senhora esteja aqui. A senhora está aqui representando o Secretário de Saúde?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não? Então, não vamos ouvi-la. A senhora não está representando o Secretário de Saúde? *(Palmas.)*

Ele encaminhou... Como?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não, nós vamos aqui ouvir gestores, gestores que têm poder de decisão. Olhe bem, o Secretário de Saúde... *(Palmas.)* A Secretária de Saúde justificou a ausência dela aqui hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ela informou que estava em Brasília?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Vocês encaminharam ofício?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Cadê o ofício? Não chegou às nossas mãos aqui. Vocês mandaram para onde o ofício?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Para a Assembleia Legislativa? Não, era para a CPMI que vocês tinham que ter mandado, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não, o convite que vocês receberam foi da CPMI, então é a CPMI que tem que receber o retorno.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, nós agradecemos a presença de vocês, e nós vamos convocar a Secretária de Saúde para prestar as informações em Brasília. (*Palmas.*)

Solicito à Presidenta desta reunião que ouça o Presidente do Tribunal de Justiça porque ele tem compromisso e precisa se ausentar.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra o Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO – Boa tarde a todos. É com satisfação que atendemos a esse convite. De antemão, quero cumprimentar a Presidente da Mesa e me omitir com relação aos homens porque os 9 meses que passei no ventre da minha mãe e o ensino que ela me deu, é isso que faz com que me ache aqui hoje.

Presidente, nós temos o nosso coordenador estadual da mulher em situação de risco doméstico e familiar, da mesma forma o nosso professor da Escola Judicial e, tão logo eu responda a essas perguntas gerais, eu pediria que o Desembargador Celso viesse aqui, porque, realmente, nós dividimos as tarefas de administrar, porque administrar é aplicar a lei de ofício.

A primeira pergunta que foi formulada foi: o que estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências contra elas? Respondendo. Nós, do Judiciário, temos 78 Municípios e 54 comarcas. O desejo do Judiciário é que cada comarca tenha um juiz. Nós só mexemos, só lidamos com prestação de serviços. Sempre ouvimos, e hoje eu estou sendo ouvido. É diferente a posição de ouvir em audiência e ser ouvido. Nunca me preparei para ser ouvido, mas ouvi prontamente. E desses 78 Municípios, temos 54 comarcas, então, há ainda 24 Municípios em que não há comarca. Para que possa atender não só à mulher, mas ao cidadão que busca justiça, solucionar seus conflitos, toda comarca deveria... É dever do Judiciário, ele quer ter um juiz, mas, como a senhora falou, tudo passa pelo Orçamento, e por pessoas, nós, aqui, para... Será instalada essa vara no próximo dia 23, agora, e V. Exª já está convidada, essa 2ª Vara de Violência Doméstica contra a Mulher daqui, de Campo Grande; será sexta-feira. Não ocorreu ainda porque homologamos o concurso de servidores semana passada. Nós estamos sem servidores há muito tempo. Só este ano, 99, hoje já 102, se aposentaram, migraram para outras profissões, e há essa defasagem. Então, o concurso terminou agora. Da mesma forma que magistrados: nós temos 52 cargos vagos. Está aí um concurso de juiz em andamento. Se nós nomeássemos, o Governador na certa fecharia o Judiciário, porque não haveria ver-

ba para cobrir. Então, passa por orçamento. E nós não encaminhamos para a Assembleia nosso orçamento, mas sempre é cortado. Então, já que as leis são feitas lá no Senado, fica aqui uma súplica para, junto com o CNJ, que administra a Justiça em todo o País, que haja pelo menos uma espécie de salário mínimo ou uma cota mínima para os Municípios poderem colocar juízes em todas as comarcas. E, para que possamos atender às mulheres, temos que atender às crianças, temos que atender a todos, porque nós não trabalhamos só com foco nas mulheres, trabalhamos com foco em todos os cidadãos, todas as pessoas, da criança ao ancião, ao idoso, passando pelas mulheres, é lógico.

A outra pergunta seria para diminuir a letalidade. Então, nós não temos esse enfoque.

Eu pediria que eu me ausentasse, porque nós tivemos uma sessão há pouco, foi suspensa, e amanhã teremos outra, do Órgão Especial, mas nós sempre cumprimos a lei. E hoje eu vi que realmente a lei é que é importante para o Poder Judiciário. Então, espero que essas leis saiam lá da Casa de Leis, do Congresso Nacional, para que nós cumpramos, mas que nos sejam dados esses meios, porque se não tivermos meios, ficaremos no meio do caminho. O Judiciário, nesses Estados pequenos, está passando privação. Não temos juiz em todas as comarcas. Esses servidores que se aposentaram, não pudemos colocar outros, agora é que foi homologado.

Então, só um exemplo: nessa campanha eleitoral, quando foram requisitados nossos juízes estaduais para atendimento ao serviço eleitoral, direto, para atendimento, foi, por assim dizer, uma colcha de retalhos de um juiz de uma comarca responder por outra. Graças a Deus, o processo eletrônico, este ano, estará implantado aqui em Mato Grosso do Sul.

Quanto às outras perguntas específicas, inclusive sobre o princípio da bagatela, o nosso colega é da Câmara Criminal, eu, de antemão, diria: o juiz tem liberdade de julgar. Se estão descumprindo a lei, o Ministério Público recorra, os advogados recorram para que seja reformada. Então, no duplo grau de jurisdição.

Peço permissão para me retirar.

Foi uma honra vir aqui.

Gostaria que nosso colega Ruy Celso viesse à Mesa para responder às demais perguntas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ele está presente?

O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO – Está presente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, vamos convidá-lo.

Eu gostaria, Desembargador, de pedir ao senhor uns 3 minutos antes de o senhor sair, porque eu gostaria de fazer a leitura das questões para que quem

está acompanhando a CPMI possa saber exatamente o que compete ao Tribunal de Justiça responder e, se o senhor tiver ainda alguma possibilidade de acrescentar alguma informação, que o faça.

Mas, primeiro, eu queria dizer que a CPMI não recebeu do Poder Judiciário do Estado as respostas aos requerimentos que foram feitos ao Poder Judiciário. Nós encaminhamos a todo o Poder Judiciário de todos os Estados uma série de perguntas, e nós não obtivemos respostas até a presente data. Então, concedo hoje mais 1 semana de prazo para que essas respostas solicitadas anteriormente possam chegar à CPMI. Se, quanto a essas perguntas de hoje, nosso Desembargador também não responder a todas, solicitamos, assim como solicitamos ao Secretário de Segurança, que nos responda no prazo de 1 semana. Mas é importante que as respostas sejam dadas hoje. Então, eu gostaria de fazer a leitura dos nossos questionamentos.

É possível o senhor aguardar um pouco?

O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO – Eu queria esclarecer que o que recebi desta Comissão foi esse requerimento formulado pela senhora e este convite aqui, convidando para hoje, às 14 horas, no plenário da Assembleia.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Não. Nós encaminhamos isso ainda no final do primeiro semestre, em tempo.

O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO – O que eu recebi foi este aqui, dia 24 de outubro de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós encaminhamos. Chegou. Nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Certo. Então, vamos verificar o que aconteceu com a Secretaria. O Oscar é o nosso Secretário responsável por esses encaminhamentos.

O SR. HILDEBRANDO COELHO NETO – Pode encaminhar o questionamento, que nós responderemos e iremos buscar os dados concretos que estiverem ao nosso alcance.

Então, eu gostaria de chamar meu colega aqui e assumir, com licença.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Desembargador, Presidente, muito obrigada pela presença do senhor. Como é o nome do senhor?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Primeiramente, eu gostaria de pedir licença para falar daqui, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Pode ser. Pode ser.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE –

Meu nome é...

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Dr. Ruy Celso.

Dr. Ruy Celso, eu vou fazer algumas perguntas que são importantes que sejam do conhecimento do senhor e dos demais que estão aqui presentes.

Olhe bem, em visita à Vara de Violência Doméstica, na tarde de ontem, foi nos informado que, em novembro, realmente será instalada a 2ª Vara de Violência Doméstica. Conforme eu disse inicialmente aqui, na minha fala, nós consideramos essa disposição do Poder Judiciário aqui do Estado de Mato Grosso do Sul muito importante, porque a existência de apenas uma Vara de Violência Doméstica localizada aqui na capital é insuficiente para atender toda a demanda.

A Vara, conforme nós vimos, está sobrecarregada. Em maio de 2012, a Vara de Violência Doméstica possuía 6.354 feitos, sendo 4.729 processos criminais e 1.625 procedimentos entre medidas protetivas, inquéritos policiais, cartas precatórias. E, diante do volume de processos, as audiências estão sendo marcadas para setembro de 2013. A informação de novembro é de que as audiências estão sendo marcadas para 2014.

Que outras providências vocês estão pensando em adotar para solucionar esse problema da sobrecarga, além da criação da 2ª Vara?

Também quero aqui destacar que é muito importante o Tribunal considerar a violência doméstica como uma prioridade. Há mais varas criminais e de juizados criminais com número de inferior de processos do que os que tramitam nas varas de violência doméstica. Quando nós olhamos os processos que estão na Vara de Violência Doméstica e nas demais varas, o número de processos que estão nas demais varas é muito inferior. É fundamental estabelecer, então, uma política estratégica, a ampliação de varas na capital e a criação de varas também no interior. O Tribunal está pensando sobre isso? Tem políticas para isso? Tem alguma decisão tomada com relação a isso?

Nós gostaríamos também que o senhor esclarecesse o princípio da bagatela. O Presidente do Tribunal se manifestou muito rapidamente, mas gostaríamos de ouvir do senhor sobre o princípio da bagatela imprópria aos crimes de violência doméstica, porque o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou afirmando que os crimes de violência doméstica não são de menor potencial ofensivo, ou seja, são crimes graves e que, portanto, não podem ser tratados como bagatela. Como o Tribunal pensa em enfrentar esse flagrante descumprimento da Lei Maria da Penha? Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está

atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

Em relação aos processos criminais relacionados ao estouro da Clínica de Planejamento Familiar em 2008... Em 2007, na verdade. Eu gostaria de saber se as mulheres ainda estão sendo processadas. Solicito ainda que sejam enviadas a CPMI informações sobre o número de processos tramitando e de mulheres que foram condenadas e quais as penas aplicadas.

Outra questão, são aplicados os institutos despenalizados da Lei nº9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na vara especializada desta capital? E, no interior, como é que funciona? Quantas medidas de proteção foram concedidas deste a instalação da vara especializada? Qual é o prazo utilizado para a análise das medidas e para a devida notificação dos agressores?

O senhor está com as perguntas em mão?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE –

Antes de mais nada, boa tarde. Eu cumprimento aqui a ilustre Vice-Presidente da CPMI, Keiko Ota, e a Srª Relatora, Senadora Ana Rita. Quero dizer que é com muita satisfação que eu estou aqui.

Eu, na verdade, estou nesse cargo de Diretor da Coordenadoria da Violência Doméstica contra a Mulher a pedido. Eu fui até a Presidente do Tribunal e, desde o ano passado, reivindiquei essa função, porque eu sou, na verdade, um amante dessa luta. Não ganho nada para isso, faço isso com o maior carinho e amor possível.

Conheço o nome da senhora, Senadora Ana Rita, pela mídia, e sei do trabalho sério que a senhora exerce. Sei também da Deputada Iolanda Ota. Aliás, Senadora Ana Rita, temos uma amiga em comum, que é a Juíza Hermínia, do Estado do Espírito Santo, titular da Vara de Violência Doméstica. Ela é muito minha amiga e sei que é amiga da senhora também, com quem a senhora pode tirar as referências sobre a minha pessoa, se for necessário.

Respondendo às questões – aquela genérica que, inclusive, o Sr. Presidente se propôs a responder eu vou só complementar –, as autoridades aqui do Estado de Mato Grosso do Sul – Defensoria Pública, Magistratura, Ministério Público –, nós temos, frequentemente, nos últimos anos, nos reunido através de cursos, palestras, congressos, inclusive promovidos pela própria OAB, sempre em volta desses cursos relacionados à Lei Maria da Penha. Tenho aqui o testemunho, inclusive, da Dra. Carla Stefanini, que foi a Subsecretária da Mulher aqui no Estado. E, diversas vezes, não uma ou duas vezes, estivemos reunidos, muito antes de eu ser coordenador, aliás muito antes de eu ser desembargador, em volta desse tema e promovemos, em convênio,

cursos, palestras, *workshops* a respeito desse tema. Ao ponto de algum tempo os juízes – eu sempre estive na Escola da Magistratura – chegarem para mim: “Você só promove isso aqui? Não tem mais nada para fazer a não ser Maria da Penha? Já estamos ficando cheios de Maria da Penha aqui.” Esse é o resultado final que estou passando para a senhora sobre tantos cursos que nós fizemos, inclusive com convênios com o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Muito bem, estivemos inclusive – está aqui o seu Elcio, líder indígena guarani – diversas vezes na aldeia urbana em que a senhora já esteve. Eu estive lá sábado e domingo, trabalhando com sub-registro. Tudo isso para proporcionar algumas coisas a essas pessoas.

Não estou me defendendo. Também não vim aqui para me defender. Pelo contrário, vim defender o Tribunal. Quero expor o que nós já fizemos, para aquilo que nós pudermos fazer ainda ser complementado por todos que estão aqui. Quero deixar bem clara essa situação.

A segunda questão genérica aqui fala quanto ao orçamento, às ações específicas que cada instituição enfrentou na violência doméstica contra as mulheres. Ora, veja bem, com relação às varas, aos servidores, o Tribunal de Justiça possui um orçamento genérico, certo? Quanto à Coordenadoria das Mulheres no Enfrentamento da Violência Doméstica, a minha coordenadoria, de que eu sou diretor, eu aprovei para o ano que vem, a pedido meu, o orçamento de R\$199 mil. Orçamento para quê? Está aqui, inclusive, o comprovante do orçamento aprovado. Esse orçamento é para quê? Esse orçamento é para diárias, para locação de imóvel, para produção jornalística, para serviço de áudio, material técnico, material de copa e cozinha, certo? Ou seja, esses R\$199 mil são para a manutenção, simplesmente, da Coordenadoria. Os cursos, palestras, *workshops* e tudo mais que nós promovemos em torno do tema também são do orçamento geral ou genérico da Escola Judicial do Estado. Nós não gastamos esse orçamento para isso.

Muito bem, eu coincidentemente estou hoje acumulando a função, eu sou o Diretor-Geral da Escola da Magistratura aqui do Estado, e nós aprovamos, de um modo geral, na Escola – não temos como especificar quanto nós vamos gastar especificamente com esses cursos para a violência doméstica hoje –, o orçamento de mais de R\$7 milhões. Então, a luta... No ano passado, Senadora Ana Rita, é importante dizer, na Coordenadoria da Violência Doméstica, o orçamento que eu peguei era orçamento zero, hoje é de R\$199 mil. Na criação da Escola, o orçamento era de R\$30 mil, hoje passa de R\$7 milhões, isso em menos de 1 ano, certo?

Com relação à situação da capital, das Varas da Violência Doméstica, a criação dessa segunda Vara parece, pelo menos, temporariamente vai – não digo resolver a situação – amenizar e muito a situação. Eu gostaria de esclarecer que, embora hoje haja mais de sete mil processos – há 7.012 processos especificamente –, trabalhamos com sistema informatizado e, dia a dia, sabemos quantos processos há; é só entrar no *site* e poderá verificar que hoje há 7.012 processos. Esses 7.012 processos não significam que foram 7.200 agressões ou 7.200 violências. Cada caso se desdobra em quatro processos. Um é o flagrante, que é distribuído, ganha um número de processo e é imediatamente arquivado. Outro é a medida protetiva, que é dada pelo Juiz. É um segundo processo sobre o mesmo caso. Outro é o pedido de revogação da medida protetiva – um pedido de liberdade provisória, uma coisa assim. O outro é o processo principal, em que a pessoa será ouvida e condenada.

Então, esses 7.012 – 7200 – processos, na verdade, constituem 7.200 dividido por 4. E não se trabalha em todos eles dessa forma. O inquérito entra, é distribuído imediatamente, imediatamente. Isso já responde à próxima questão. O Juiz da Vara de Violência Doméstica aqui da capital não leva mais do que uma hora – estão aqui os promotores como testemunhas – para conceder a medida protetiva; entrou o inquérito policial, o exame de flagrante, normalmente, em uma hora isso é convertido em preventiva ou dado, desde já, a medida protetiva – em uma hora. Há quatro oficiais de justiça na Vara de Violência Doméstica e haverá na próxima também. Todo equipamento que existe nessa Vara existirá na próxima, a partir do dia 23. O mandado é levado ao oficial de justiça até às 19 horas e é cumprido imediatamente. Se for saída do lar, cumpre-se, inclusive, no período noturno. Das outras, pela própria Constituição, é proibido o cumprimento após as 18 horas, MS a saída do lar é cumprida imediatamente. Isso já responde outra questão.

Nós não temos nenhuma outra perspectiva atual para a capital do Estado, a não ser a criação dessa Vara que vai amenizar, e muito. Como eu disse à senhora, dividindo os sete mil e poucos processos por quatro e depois por dois, o número cai bastante. Acho que vai ser razoável. Se hoje o Juiz está dando conta, embora ele não dê conta de fazer todas as audiências, por questão de tempo e prazo. Por isso, ele joga para 2013, 2014; ele tem marcado vinte audiências por dia. Não há condições de fazer mesmo. Mas, agora com essa instalação, vai reduzir, e muito.

Se a senhora quiser acrescentar...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há duas questões que eu gostaria de ver com o senhor.

Então, não há previsão de haver uma nova Vara mais para o interior do Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Do Estado, tenho aqui... Posso mostrar à senhora. Tudo aqui está documentado. Esse é um pedido que eu fiz, que já está sendo atendido pelo Tribunal.

Vou ler para senhora o ofício – esse ofício é antigo, tem mais ou menos três meses. – que encaminhei ao Presidente do Tribunal:

Por isso, com foco na criação de políticas efetivas para a mulher, em respeito ao gênero feminino, proponho a criação de mais uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher na Comarca de Campo Grande [esse já foi atendido].

Para o interior do Estado, sugiro, nas comarcas que têm duas ou mais Varas Criminais instaladas, ouvidos os magistrados locais, que uma delas tenha a competência especializada em violência doméstica.

A especialidade é diferente da privacidade. Ela não pé uma Vara privativa. Não temos orçamento nem condições de fazer isso. Há comarcas no Estado – a senhora deve estar com a estatística na mão – em que há um processo e há comarca em que não há nenhum processo, por exemplo, a Comarca de Maracaju, nenhum processo.

O que significa isso? Significa falta de conscientização, no meu modo de ver. Não há violência lá? Deve haver. Talvez até mais do que em outras comarcas. Na maioria das comarcas do interior, há 10 processos, 15 processos, 20 processos, 50 processos, que não justificam a criação de uma Vara específica, mas justificam a especialização de uma delas. Para quê? Para que os servidores, os magistrados e o próprio Ministério Público sejam especializados naquilo, mas, realmente, criar uma Vara para 10 processos, 20 processos ou nenhum processo seria incoerente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E para a segunda Vara, doutor, está prevista a criação da contratação de profissionais para montar a equipe multidisciplinar?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI

– Equipe disciplinar é obrigação da lei. Eu tenho certeza de que isso deve ser feito. Hoje estamos utilizando equipe multidisciplinar de modo genérico, que é a mesma. Duas servidoras foram disponibilizados para a Coordenadora: a Vanessa, nossa assistente social, e a Adriana, que é a nossa psicóloga; mas, para as Varas, realmente – está na lei –, eu acredito que isso seja obrigatório e deverão ser contratados.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Hum, hum.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI –

Quanto à primeira pergunta, acho que está respondida.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O senhor falou aqui da Vara. Agora, eu gostaria que o senhor falasse um pouco...

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Fiscalização no interior e criação dessa Vara na capital.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu gostaria que o senhor falasse novamente sobre a questão do princípio da bagatela.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Princípio da bagatela.

Eu realmente concordo plenamente com a senhora, não há nem como não fazê-lo, mas gostaria de trazer uma boa notícia. Duas coisas. Primeiro, quando foi reconhecido o princípio da bagatela, foi da bagatela imprópria e não da própria. O que significa isso? A bagatela imprópria é quando diz que a violência é insignificante. Não foi isso que foi reconhecido, graças a Deus. O que foi reconhecido é: houve a violência, mas a pessoa não precisaria cumprir pena. Eu não estou defendendo isso, também não. Eu estou só justificando para a senhora que a bagatela imprópria é diferente da bagatela própria. Bagatela própria: é insignificante; bagatela imprópria: esse cidadão não precisa mais de pena. Por quê? Porque, no caso específico, que eu fiz questão de analisar – eu não estava ainda trabalhando nessa câmara criminal, nem nesta seção –, a pessoa afirmou, com todas as letras, que tinha se reconciliado com o marido, que estava vivendo bem há mais de ano. A demora nos processos leva a isso – ou leva à morte ou leva à união. Essa é uma realidade. Eu não estou dizendo que sou a favor, nada disso. É que acaba acontecendo alguma das duas coisas: ou piora ou melhora.

Mas a boa notícia que eu tenho a trazer para a senhora, Senadora – e isto até pode parecer prepotência da minha parte –, é que, com a minha chegada à câmara criminal e à seção criminal, não na base da briga, mas na base do beijo e do abraço, na base da conversa, na base do carinho, eu consegui reverter essa situação. Hoje, a seção criminal de Campo Grande – que é seção, ela julga além das câmaras reunidas – julga da seguinte forma e eu sou o relator:

Tratando-se de crime relacionado com violência doméstica ou familiar contra a mulher, é inviável a suspensão condicional do processo, nos termos do artigo 41 da Lei nº 11.340. Havendo provas seguras da materialidade ou autoria do crime, é de se manter o édito condenatório.

Agora, o princípio da insignificância não se aplica em delitos praticados contra a mulher em situação de violência doméstica, pois a sua integridade física possui grande relevância para o Direito Penal. A substituição da pena privativa de liberdade por pena restriti-

tiva de direito, nos casos de violência contra a pessoa, encontra-se óbice na vedação imposta pelo art. 44, I, do Código Penal.

Essa decisão da seção é bem posterior, no caso, àquela decisão anterior que reconheceu a bagatela imprópria. E são os mesmos componentes.

Eu queria passar para a senhora. Há outra aqui, de 02/07/2012, cuja relatoria também é minha: “Não se aplica o princípio da insignificância quando as condutas havidas foram deliberadas e causaram temor à vítima, mormente pela incompatibilidade com a Lei n.º 11.340”.

Então, considero hoje um caso superado, embora, individualmente, algum desembargador – são dois, na verdade – vote assim. Mas não consegue mais superar a decisão na seção e na câmara.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, o tribunal não está mais adotando o princípio da bagatela?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Não mais. Dois desembargadores votam assim, mas são vencidos na câmara e são vencidos na seção. Esses são os últimos julgamentos que tenho aqui e posso passar para a senhora. Temos um antes e um depois.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Está bom. Muito obrigada.

Outra questão, Dr. Ruy.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Pois não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É com relação aos crimes relacionados ao estouro da clínica de planejamento familiar.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Infelizmente, Senadora, sobre esse caso, não vou poder responder à senhora, pois, como isso não envolvia, à época, violência doméstica, nem violência contra a mulher, a não ser no caso específico da liberdade da mulher, que é uma situação muito polêmica hoje – e o Código Penal nosso está muito mais voltado ainda, infelizmente, para a questão do aborto e, ali, estavam se apurando crimes contra um feto, crimes, na verdade, contra a vida, não em defesa da mulher –, essa situação realmente não foi nunca abordada pela nossa coordenadoria. Mas eu posso ver para a senhora e responder depois.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nós gostaríamos que, se for possível, o senhor encaminhasse para a CPML as informações aqui solicitadas, como o número de processos que estão tramitando ainda, quantas mulheres foram condenadas, quais as penas que foram aplicadas. Gostaríamos que o senhor encaminhasse, então, todas as informações, as mais atualizadas possíveis, para a CPML.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Com certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E com relação aos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Esses institutos despenalizadores, na verdade, seriam, pelo que entendo, a suspensão condicional do processo e a transação. Nenhum desses dois institutos são aplicados aqui, na capital.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E no interior?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – No interior do Estado, alguns casos, que eu saiba, na Comarca de Corumbá.

Estamos tentando fazer isso... Infelizmente, como aquilo que o nosso Presidente afirmou e é uma realidade, o juiz tem uma certa independência para fazer essas coisas, e isso acaba gerando determinadas situações. Nós temos tentado, com esses cursos, com essas palestras, com esses *workshops*, mudar essa situação, mas, na verdade, mexer com 200 juízes cada um e conseguir unanimidade é muito difícil. Mas aqui na capital, com certeza, não se aplica nenhum. E o Tribunal também não. O Tribunal não concede.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – No caso do interior, então, Dr. Ruy, os juízes estão julgando contra a decisão do Supremo? Como o Tribunal...

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Não, eu não disse que eles estão julgando contra. Eu falei que não sei do interior, porque não tenho como avaliar. Quando não há recursos, não chegam ao Tribunal, não temos como avaliar como desembargador. E, como coordenador, também não posso fazer uma interferência tão direta. Eu sei que, no interior, em um ou dois casos, como é o de Corumbá – estou sendo sincero com a senhora –, que faz isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Estou tentando mover essa situação. Agora, julgar contra a lei ou a favor da lei é uma situação difícil, de que cabe inclusive recurso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Está bem. Nós vamos também fazer esse questionamento para o Ministério Público, depois...

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Claro, por favor.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Por último, Dr. Ruy, nós gostaríamos que o senhor falasse um pouco também, se for possível responder agora, quantas medidas de proteção foram concedidas desde a instalação da vara especializada?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Olha, desde a instalação, também não sei responder. Nesse ano, mais ou menos, 5 mil medidas protetivas já foram concedidas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E qual é o prazo para concessão da medida protetiva que normalmente vocês...?

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Uma hora, meia hora. Depende. Não passa de uma hora. Chegando lá o inquérito, imediatamente, o juiz já faz isso, porque é eletrônico inclusive. Com certeza, somos os mais rápidos do universo. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, agradecemos...

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Eu gostaria de falar para a senhora, sobre as outras questões que foram feitas, os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos, se a senhora quiser...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É importante. Se o senhor puder responder. Eu acabei não retomando essa pergunta.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Nós temos alguns projetos. Inclusive, a senhora sabe que, no dia 7, teremos o lançamento da campanha “Compromisso e Atitude – a Lei é Mais Forte”. O Conselheiro Ney, da Conciliação da Justiça, vai estar presente; a Maria Aparecida, da Secretaria da Mulher, de Brasília, vai estar presente.

E, daí para frente, temos programado para o ano que vem, já no mês de junho, outro curso voltado para juízes, magistrados e servidores, em parceria com outras instituições, sobre a Lei Maria da Penha.

E temos dois projetos que já estão em andamento: um ligado à divulgação da Lei Maria da Penha nas escolas estaduais e municipais, do Município de Campo Grande, inicialmente; outro, voltado para as mulheres trabalhadoras de usina, voltado, em princípio, para as usinas de Maracaju, que já estão em andamento. Esses são os projetos que temos, rapidamente, para dizer para a senhora. Mas tenho aqui uma lista de todos eles, de planejamento apenas, que não estão ainda em andamento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Ruy, queremos agradecer muito à sua presença, queremos inclusive dizer que informações novas do Tribunal que vocês considerem importante informar à CPMI nos poderão ser repassadas posteriormente, para que possamos agregar ao nosso relatório essas informações. Parabéns também ao Tribunal pelas iniciativas que tem adotado recentemente, com a criação da 2ª Vara e com o compromisso do senhor, como o coordenador da Coordenadoria da Mulher, do Tribunal.

Então, parabeneizá-lo pela sua atuação e pela sua presença aqui hoje.

O SR. RUY CELSO BARBOSA FLORENCE – Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada. Nós nos colocamos também à disposição de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra Tai Loschi, Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Secretária de Governo. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Tai, a senhora poderia fazer uma exposição inicial a respeito daquelas questões que ficaram pendentes, da Secretária de Segurança e, posteriormente, nós faremos algumas perguntas.

A SRª TAI LOSCHI – Srª Relatora, Senadora Ana Rita; Vice-Presidente, Deputada Federal Keiko Ota; Deputado Pedro Kemp, autoridades presentes, movimentos sociais, meus colegas de trabalho aqui presentes – está toda equipe de onde a senhora visitou ontem, tanto da Coordenadoria da Mulher, da Subsecretaria, do Centro de Referência, da Casa Abrigo, do Projeto do Homem Agressor. Estão todos aqui, para que a gente possa, da melhor maneira, registrar todos os questionamentos.

Eu trouxe a apresentação, para que todas as pessoas tenham a oportunidade de acompanhar. Vou falar sobre enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria que V. Exª me assessorasse e me informasse 5 minutos antes de acabar o meu tempo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Do seu tempo, não é? Nós vamos coordenar aqui na Mesa.

A SRª TAI LOSCHI – Obrigada.

Eu vou falar agora dos serviços. Nós temos uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A previsão da segunda vara já foi comentada, e vai ocorrer agora em novembro de 2012. São duas promotorias especializadas, da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e três defensorias especializadas de atendimento à mulher, em Campo Grande, Dourados e Corumbá.

Os serviços: 12 delegacias de atendimento à mulher, 11 centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, duas casas abrigo para as mulheres em risco de morte, uma em Campo Grande, outra em Dourados, e o Serviço de Responsabilização em Educação do Agressor, cuja equipe está aqui presente também.

Os organismos de políticas para as mulheres. Isso começou em 2007, na gestão do Governador Zeca, do PT. Criaram 13 organismos de política para as mulheres. A partir de 2012, subimos o número, sendo 25 municipais e 2 estaduais. A intenção, pela SPM, é avançar mais 10% agora, a partir de 2013.

Agora, dia 30 de junho de 2012, foi criada a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, da

qual está presente a Drª Professora Raimunda, responsável pela Igualdade Racial, aqui na primeira fileira.

Vou falar das estruturas do controle social. Está presente aqui a presidente do conselho estadual – suspenda a mão –, Cristiane Duarte. São três conselhos municipais no Estado todo e um Conselho Estadual de Direito da Mulher, no qual temos assento.

O pacto nacional vai responder parte da pergunta que a senhora fez ao Dr. Wantuir Jacini. Começou em março de 2009, e a repactuação está prevista para o primeiro semestre de 2013. Estão ajustando a agenda da Ministra Eleonora Menicucci com o Governador do Estado.

Vou falar do pacto MS, os projetos que existem e que vão chegar à capacitação, Srª Senadora. No Projeto Capacitando para Enfrentamento da Violência contra a Mulher, a capacitação já aconteceu com os CRAs, CREs, delegacias, Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Conselhos de Direitos da Mulher, centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência e os operadores do Direito. Isso já aconteceu, e já prestamos conta até 2012.

Outro projeto: campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, que foi sensibilizar e informar à sociedade sobre o fenômeno da violência contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero e defesa dos direitos humanos das mulheres; campanha de mídia; concurso de desenho que aconteceu nas escolas públicas estaduais e que movimentou todo o corpo docente e discente das escolas públicas da rede estadual.

Nossas parceiras desse projeto estão aqui presentes no evento.

Esse projeto foi finalizado com a entrega da premiação em 2011.

Outro projeto: “Capacitando para enfrentamento ao tráfico e exploração sexual de mulheres”, em relação ao qual a Senadora teve oportunidade de ver toda a programação lá, quando visitamos o Centro de Referência Cuña Mbaretê.

Foi um evento que atendeu, aqui em Campo Grande, para finalizá-lo, 300 pessoas, mas viajamos para 10 cidades próximas à fronteira, levando essa capacitação para as cidades fronteiriças. Esse projeto também foi finalizado em 2012, com prestação de contas, tudo ok.

Outro projeto: criação de centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, oferecendo as condições necessárias de infraestrutura.

Qual é essa infraestrutura? Equipamentos, mobiliário, veículos, locação de imóveis para nove Municípios-polo do Mato Grosso do Sul. Como explicamos, nessa edição nós trabalhamos com Municípios-polo, que são as cidades com número maior de habitantes.

Esse projeto está em execução, porque ainda estamos em fase de viabilização de alguns equipamentos que demoram a ser adquiridos com a licitação vigente.

Reestruturação das delegacias de atendimento à mulher.

Ontem a senhora lembrou quando perguntou das viaturas. Parte dessas viaturas foi oferecida por esse pacto, esse projeto de reestruturação das delegacias. E as delegacias do interior vieram aqui buscar todo o equipamento eletrônico e os veículos. Finalizado em 2011.

Outro projeto: “Fortalecendo os organismos de política para as mulheres”, para dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos organismos de política para as mulheres do Estado, do qual já estamos oferecendo a terceira edição. Aqui temos o relatório de todos os Municípios, o que vem acontecendo, o que está sendo inaugurado, o que vem se reestruturando. Estamos na terceira edição que já apresentamos para a senhora. E, na saída, esse material também vai estar disponível à plenária.

Implementação de ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: fortalecer os organismos de política para as mulheres; produzir material informativo e educativo sobre gênero; violência contra a mulher; a Lei Maria da Penha; realizar capacitações com a rede de atendimento. Temos feito muito isso com mulheres do campo e da floresta.

Esse projeto está em execução e 2013 é que nós vamos atingir as mulheres indígenas e do campo. Ainda estamos caminhando com ele.

O montante de recursos do Governo Federal, cinco milhões, cento e cinquenta, e o montante de recursos do Governo do Estado, 572 mil.

Eu trouxe aqui, separadamente, para apresentar o relatório do orçamento liberado para o nosso trabalho. Vou apresentar para a senhora. Data de 2007 até 2012. Quanto a 2013, ainda não tenho a informação, mas podemos providenciar.

Vou falar do plano estadual. Nosso plano está sendo construído.

O plano estadual tem várias etapas. A primeira foi com as propostas oriundas das conferências municipais, estadual e nacional.

Para a sua informação, Senadora, até as presidiárias reeducandas participaram das conferências livres, das conferências municipais, da conferência estadual e da nacional também.

A segunda etapa do plano é a estadualização das propostas pela gestão pública e as reuniões com os representantes, porque aqui nós temos a câmara técnica para a discussão do pacto e do plano de enfrentamento à violência contra a mulher. E esse plano

também foi amplamente discutido em reuniões com secretarias como a da saúde, a da educação, as Setas e o Conselho dos Direitos da Mulher. Até foi formada uma comissão dentro do Conselho para acompanhar o plano.

Hoje, onde está o plano? O corpo dele está todo pronto, a consultora que foi contratada para acompanhar os trabalhos é doutora no assunto – a psicóloga social Jacira Curado, que é especialista nisso – e o plano está na gráfica. Esperamos que até o início de março, ao comemorar a Lei Maria da Penha, possamos oferecer para a população o nosso plano estadual de política para as mulheres.

Outras ações que vimos desenvolvendo: sensibilizações junto à sociedade através de parceria com as demais secretarias para a participação em eventos e as capacitações, a fim de divulgar direitos das mulheres e discutir relações sociais de gênero.

Nós temos feito muito. Temos relatório com o quantitativo de pessoas, com lista de frequência, local, data e fotografias se for preciso apresentar aos senhores.

Realizamos outras ações, como a sensibilização junto à sociedade em escolas, em igrejas, em associações de bairros e empresas. Aqui está a nossa coordenadora Lelis Teresinha Gomes, de Campo Grande, que realizou, com a nossa participação, dentro das escolas, nos CRAS e nos CRESS todas as palestras, informando aonde a mulher busca ajuda, os endereços, os panfletos, todo o trabalho conjunto entre o Governo do Estado e a capital.

Inclusão da perspectiva da mulher negra nas ações, mostrando a valorização dessa parcela da sociedade.

A Professora Raimunda tem um trabalho extremamente dedicado nessa vertente e estamos convidando a todos, aproveitando a ocasião, para que dia 20 estejam conosco, porque é o Dia da Consciência Negra. Às oito horas da manhã, na governadoria, vamos comemorar essa data tão significativa.

Quero falar agora da Central de Atendimento à Mulher Ligue 180.

Nós estamos em quinto lugar no ranking das ligações do 180, que é uma ligação gratuita. E Campo Grande, a capital, chegou ao primeiro lugar justamente no mês de agosto. De cada 100 mil mulheres, 65% são residentes em Campo Grande e procuraram o 180.

Perguntei à equipe da Ministra Eleonora Menicucci como receber esses dados. Segundo Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, esses dados, segundo os quais estamos em primeiro lugar no ranking, significam que as mulheres vitimizadas estão recebendo informação sobre onde buscar ajuda. É através do 180

que elas buscam a rede de enfrentamento não só em Campo Grande, mas em todo o Estado. E a rede tem essa credibilidade, porque trabalhamos com a mesma sintonia com as delegacias, com a Defensoria, com as promotorias, com os conselhos.

Isso demonstra que o trabalho feito sob a administração da Carla Stefanini e, a partir de junho, pela nossa equipe mostra que estamos no caminho certo, mas muita coisa precisa melhorar, ajustar.

Então coloco à disposição toda a equipe que está comigo. Se não pudermos responder às perguntas agora, nós as encaminharemos em tempo hábil.

Muito obrigada pela atenção.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Tenho algumas perguntas que não sei se estão relacionadas diretamente à Subsecretaria.

Nós visitamos o centro de referência, que é um prédio novo, uma iniciativa importante da Subsecretaria da Mulher. O centro de referência fica num prédio que conta inclusive com a presença da Defensoria Pública. E eu gostaria de saber como é a relação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher com os CREAS e os CRAS da Assistência Social.

A SRª TAI LOSCHI – Nós fazemos um trabalho integrado, considerando que tanto a SAS, que é a Secretaria de Assistência Social do Município, responsável pelos CRAS e CREAS, quanto a Setas, que é a Secretaria de Governo de Assistência Social e Trabalho, trabalham em interação. Toda vez que há um evento no CRAS e no CREAS, temos a questão de gênero lá dentro, além de todas as informações.

Outro dia levamos toda a equipe de CRAS e CREAS quando mudamos de endereço, o Cuña Mbaretê. Lembra-se de que falei que ficávamos próximos à delegacia antiga, que a delegacia veio para a Rua 7 e nós viemos junto?

Fizemos uma reinauguração e convidamos as coordenadoras de CRAS e CREAS para interagir com a equipe do Centro de Atendimento à Mulher Cuña Mbaretê. Então as palestras que acontecem lá na ponta, lá no bairro, o próprio Município, conosco, tem acompanhado todo esse trabalho.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Subsecretária, na verdade, no que se refere às mulheres vítimas de violência, que estão em situação de violência, vocês têm procurado fazer um trabalho integrado nesse sentido de diálogo, de construção de formas de atendimento conjunto entre o Centro de Referência da Mulher e...

É porque os CRAS e os CREAS atendem às famílias na perspectiva da política de assistência social. Possivelmente, muitas dessas mulheres que procuram os CRAS em busca de outros benefícios também são

vítimas de violência doméstica. Como se dá essa articulação?

A SRª TAI LOSCHI – A partir do momento em que a assistente social e a psicóloga, fazendo a avaliação do quadro da família, do quadro social, percebe que existe a violência doméstica imediatamente o telefone é acionado para o Cuña Mbaretê. Até a disponibilidade do carro de lá para cá ou daqui para lá já vem para esse acolhimento. Se o caso for de violência, nós vamos cuidar.

Quando a criança, acompanhada da mãe, no caso de violência doméstica, está na escola, e precisa se afastar do lar, tudo isso é assistido junto com as diretoras de escola, para que a criança não perca o acompanhamento nem as provas. Então essa mãe e essa criança são assistidas junto com a diretora no ir e vir. A diretora encaminha o relatório para o centro de atendimento e casa-abrigo e vice-versa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E tem capacitação, por exemplo, dos profissionais que estão nos CRAS e nos CREAS em termos de violência doméstica?

A SRª TAI LOSCHI – Com certeza. Várias capacitações. Aqui está a funcionária que foi superintendente no início do Governo do Dr. André, Ione Coelho, que prontamente fez essa interligação para que ocorressem dessa forma todas as informações e orientações, além do acolhimento devido.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Muito bem.

Subsecretária, quais são as políticas desenvolvidas para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas, negras e quilombolas?

Sabemos da criação do centro de referência, a senhora está explicando essa articulação com os CRAS e com os CREAS, que são formas de enfrentamento da violência. Que mais? Que outras políticas existem, inclusive com relação às mulheres indígenas, negras e quilombolas?

A SRª TAI LOSCHI – Esse assunto é amplamente debatido no Conselho Estadual. Temos procurado abrir mão de outras agendas quando ocorre a reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, onde estamos justamente debatendo qual será o nosso jeito de caminhar, porque a senhora percebeu que não é fácil essa comunicação, considerando os caciques das aldeias. Mas toda informação, toda capacitação que temos, nós procuramos as lideranças indígenas e as lideranças quilombolas – está aqui a Professora Raimunda –, oferecendo o convite para que elas venham às nossas reuniões.

Quando se realiza a reunião lá, ocorre o mesmo que aconteceu com a senhora: são poucas pessoas que vão, a mobilização fica desarticulada, porque não existe

um interesse maior do cacique de que nós fiquemos mais próximas dessas mulheres para esse trabalho.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Secretária, nós precisamos fortalecer as mulheres indígenas, então...

A SRª TAI LOSCHI – Com certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Lideranças, mulheres com potencialidade, com disposição.

A SRª TAI LOSCHI – Volto a lembrar que para 2013 já temos recursos para realizar as capacitações tanto nas oito etnias quanto nos quilombolas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E previsão de creche? Tem creche para as mulheres indígenas? Possivelmente não. Tem previsão de construção de creche?

A SRª TAI LOSCHI – Eu não posso responder a essa pergunta, porque cabe à Secretaria de Assistência Social e Trabalho, mas existe a preocupação, porque nos presídios já existe creche para atender às crianças das reeducandas até terminar a amamentação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Já existe essa articulação da Subsecretaria com as demais secretarias nesse sentido, com a Secretaria de Educação, por exemplo, com a Secretaria de Assistência Social, no sentido de ter creche, em especial para as mulheres de áreas urbanas que dependem de um espaço para colocar as suas crianças, para que elas possam trabalhar fora?

A SRª TAI LOSCHI – É uma preocupação. Nós estamos preocupadas também com esse ponto...

(Manifestação do plenário.)

A SRª TAI LOSCHI – Eu pediria silêncio.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Gente, peço às mulheres presentes, se não a Secretária terá dificuldade para organizar a sua fala. Sabemos que possivelmente muitas de vocês tenham discordância da fala dela, mas ela está prestando oficialmente informações para a CPMI. Então vamos nos conter um pouquinho, senão fica difícil para ela se manifestar aqui.

A SRª TAI LOSCHI – Posso continuar?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Pode.

A SRª TAI LOSCHI – Obrigada. Obrigada à plenária.

Eu vou explicar: o barulho daqui vem nesse ouvido, então eu não escuto o que ela fala. É só por isso.

Vamos lá. Toda a reivindicação indígena perpassa o Conselho também. E no Conselho nós temos as comissões. Nós trabalhamos no Conselho Estadual da Mulher em comissões. Não temos ainda sinalizado em qual aldeia se busca essa creche, mas, se a preocupação existe, nós vamos pontuá-la.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nós temos muitas questões para perguntar, mas deixe-me fazer outra questão, Subsecretária.

A SRª TAI LOSCHI – Fique à vontade, Senadora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Na Subsecretaria existe uma coordenadoria específica para discutir a questão das mulheres indígenas?

A SRª TAI LOSCHI – Específica, não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não tem?

A SRª TAI LOSCHI – Não, não. Chama-se Coordenadoria de Política para as Mulheres.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dentro dessa coordenadoria se discute tudo, inclusive das mulheres indígenas, quilombolas, assentadas...

A SRª TAI LOSCHI – Das presidiárias e tudo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Discute tudo, inclusive das presidiárias.

A SRª TAI LOSCHI – Também. Nós temos um grande trabalho nos presídios do Estado de Mato Grosso do Sul, que ficou em evidência porque nós acompanhamos as reeducandas até a nacional.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas, considerando, Subsecretária, que no Estado existe um número elevado de aldeias indígenas...

A SRª TAI LOSCHI – Sim...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nessa região de Dourados são 14 mil índios, não é isso?

A SRª TAI LOSCHI – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não se chegou a planejar ou considerar a necessidade de se criar pelo menos uma coordenadoria específica para as mulheres indígenas, considerando que há uma população muito grande que tem uma realidade muito específica e uma demanda muito própria?

A SRª TAI LOSCHI – Podemos, a partir de agora, dar enfoque principal a essa solicitação, Senadora. Não tenha dúvida.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Outra questão: qual é a relação da Subsecretaria ou da governadoria com a Funai? Também há toda essa discussão em função de o território ser da União, então a Funai é quem tem a responsabilidade sobre essas comunidades.

Existe alguma articulação com a Funai em termos de implementação de políticas de forma conjunta, acertada conjuntamente?

A SRª TAI LOSCHI – Ainda não temos, mas podemos alinhar isso aí.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Já houve tentativa de alinhar isso aí? Já houve de diálogo com a Funai, pelo menos, no sentido de buscar caminhos para isso?

A SRª TAI LOSCHI – Não, não. Vou ser sincera com a senhora. Eu assumi há pouco tempo; da minha parte, não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Acho que seria uma coisa muito interessante pensar nisso.

A SRª TAI LOSCHI – Também acredito.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Funai tem um papel a cumprir, mas eu gostaria aqui de reforçar, diante da visita que nós fizemos à aldeia de Água Bonita, que nós vimos a importância de se ter políticas junto às mulheres, principalmente dando uma destinação mais adequada ao espaço que existe lá, o espaço que é uma cabana, uma oca, e que está subutilizado. Então, eu gostaria de fazer esse pedido para que a Subsecretaria tenha um olhar preferencial para este espaço, para que as mulheres possam fazer artesanato, para que elas possam ter a oportunidade de gerar renda para si próprias; para que a Secretaria tenha uma política de valorização do artesanato feito pelas mulheres indígenas e uma política de comercialização desses produtos para que elas possam ter o retorno econômico, porque isso é fundamental para as mulheres que vivem em situação de violência ou mesmo na prevenção de quem vive em um espaço onde é propícia a violência doméstica.

Outra questão para a qual nós gostaríamos de fazer um pedido é que se estude a possibilidade de elaborar cartilhas sobre a violência doméstica e sexual no idioma das mulheres indígenas. (*Palmas.*)

Elas disseram hoje cedo que há dificuldade de ter acesso à leitura, porque nem todas conseguem ler o material que não está em seu próprio idioma. Então, estudar a possibilidade de produzir um material, nem que seja um material mais simples, não o conteúdo inteiro, mas algo que possa ser acessível às mulheres na sua própria língua – e não sexista.

Outra questão é que tivemos a informação de que existiam, Subsecretária, duas casas-abrigos, uma em Campo Grande e outra em Dourados. A de Dourados foi fechada há algum tempo e – informação que recebemos e que gostaríamos de ter o retorno de vocês –, se transformou em um abrigo de população de rua. Essa informação é real, é verdadeira? Se for, por favor, nos diga por que, então, a delegacia foi fechada, a casa-abrigo foi fechada.

A SRª TAI LOSCHI – Quero agradecer às sugestões desses novos projetos e peço permissão, se a Mesa entender, quanto a esse detalhamento da casa-abrigo de Dourados, para que a Carla Stephanini me desse um alô, porque ela acompanhou mais de perto. Pode ser? (*Pausa.*)

Obrigada.

A SRª CARLA STEPHANINI – Boa tarde, Srª Senadora, Deputada Federal, distinta plateia.

Com relação à questão da casa-abrigo de Dourados, por um breve período, o Município e a Secretaria de Assistência Social, a qual estava vinculada aquela casa, pediram para abrigar, naquele espaço, menores, até que eles conseguissem fazer uma readaptação de

outro abrigo para crianças e adolescentes, se não me engano, mas por um breve período. Isso foi feito com a anuência da SPM, que foi a financiadora, à época, da casa-abrigo de Dourados, criada anteriormente à nossa gestão. À época, fizemos uma consulta à SPM, considerando que a casa ainda não estava recebendo, naquele momento, as mulheres vítimas de violência, pelo que me recorde de pronto. Hoje, ao término daquela conduta, acordada, inclusive com o conhecimento da SPM, e tendo ficado pronto o abrigo de que o Município precisava, a casa funciona plenamente, recebendo as mulheres que demandam o serviço. Na época, não estava apresentada essa demanda.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Doutora, a senhora pode nos informar quantas mulheres estão sendo atendidas hoje lá?

A SRª CARLA STEPHANINI – Aí é a atual secretária... Acho que compete a ela.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós gostaríamos também de solicitar informações...

Pedimos à plateia, aos nossos convidados, que respeitem quem está falando. Essas risadas não são respeitosas, não são. Isso cria constrangimento, e não queremos criar constrangimento aqui; nós queremos ouvir as pessoas. (*Palmas.*)

Nós respeitamos vocês que estão aí. Mais do que nunca, queremos defender política para as mulheres. É preciso respeitar quem está falando. Então, por favor, Delegada... Coordenadora, desculpe.

Nós queremos as informações, por escrito, do atendimento que foi feito até hoje. A senhora tem? (*Pausa.*)

Então nos repasse depois, por escrito, e nos diga quantas mulheres estão sendo atendidas lá hoje.

A SRª CARLA STEPHANINI – Isso a subsecretária tem em mãos neste momento, se a senhora precisar.

A SRª TAI LOSCHI – Para informação da Mesa e da plenária:

Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Viva a Mulher Dourados – Mato Grosso do Sul.

Total geral:

Janeiro – 60 mulheres; fevereiro – 66; março – 186 (...)

Total até setembro: 1.300

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Subsecretária, é da Casa Abrigo de Dourados, é só sobre a Casa Abrigo a nossa pergunta.

A Casa abrigo, que foi fechada e foi retomada.

A SRª TAI LOSCHI – Está aqui: “*Total de mulheres atendidas na Casa Abrigo até o mês de setembro: 16*”.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – De quanto a quanto?

A SRª TAI LOSCHI – “De 2012: 1 em janeiro; 2 em fevereiro; 3 em março, 3 em abril, 1 em maio” e assim vai.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Está bom.

A SRª CARLA STEPHANINI – Retomando, Senadora: à época a Casa não estava; a Casa...

Quando nós assumimos, nós colocamos a Casa em funcionamento, até porque ela já estava toda equipada e havia um termo de cooperação técnica, que nós revalidamos com os funcionários, para atenderem na Casa.

Corre que, por uma situação local, porque a gestão da Casa é feita pelo Município de Dourados, a demanda disso...

Não estou dizendo que não existia demanda, mas a demanda não estava chegando até a Casa. Correto?

Então, naquele momento, ela abrigava mulheres e por um período extenso. A Prefeitura, precisando desse local, então nos solicitou que, por um breve período, nós recebêssemos essas crianças e adolescentes. Cumprido isso, a Casa retomou e hoje abriga as mulheres vítimas de violência, como é o objetivo a que ela se propõe.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Muito obrigada.

Acho que está bem esclarecido o questionamento com a informação que nós recebemos.

Então, não procede a informação que recebemos, de que a Casa foi fechada. Não procede. Então, está bem esclarecido.

Muito obrigada.

Subsecretária, nós gostaríamos de saber se a senhora tem mais alguma coisa a nos informar sobre o atendimento.

A SRª TAI LOSCHI – Não. De tudo o que foi apresentado aqui temos os documentos e vamos apresentá-los à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Drª Tai, há mais alguma informação que a senhora gostaria de acrescentar, porque da nossa parte está ok.

A SRª TAI LOSCHI – Ok.

Quero agradecer as sugestões. Vamos encaminhá-las ao Conselho Estadual de Direito da Mulher, para a gente começar as diretrizes macro por lá, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Nós agradecemos muito a presença da senhora aqui hoje.

Agradecemos também a presença da senhora durante as diligências que fizemos aqui.

Então, muito obrigada à senhora e à sua equipe.

A SRª TAI LOSCHI – Obrigada.

Obrigada, equipe!

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Fará uso da palavra a Drª Ana Lara Camargo de Castro, Promotora de Justiça Titular da 48ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Ana Lara, nós temos alguns questionamentos. Eu já vou fazê-los, de imediato, porque na sua exposição a senhora já nos responde.

A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Com toda certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Primeiro: como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais no interior para evitar a situação de prisão de adolescentes femininas e mulheres junto com homens.

Nós recebemos a denúncia de que há algumas delegacias, porque aqui não há prisões, não há o sistema prisional, onde meninas, adolescentes e mulheres adultas são presas, mesmo que, temporariamente, juntamente com homens e, muitas vezes, não há uma divisão entre celas de homens e de mulheres, de forma segura, inclusive com instalação de câmara para que as mulheres possam ser observadas pelos homens. Em alguns lugares, pelo menos, em uma delegacia, em que a mulher ficava a porta do banheiro não existia, então, expunha essa mulher.

Gostaria que a senhora falasse sobre isso.

Que ações o Ministério Público tem realizado para criação ou implementação das políticas públicas e, conseqüentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei 9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica?

Quantas Promotorias da Mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para Promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra as mulheres indígenas?

O Ministério Público tem recorrido nos casos de aplicação do princípio da bagatela imprópria?

Essas são as perguntas iniciais, doutora.

Muito obrigada.

A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Em primeiro lugar, boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; a Senadora Ana Rita, Relatora; quero cumprimentar o Deputado Pedro Kemp, nosso

parceiro no Ministério Público em tantas lutas em que estivemos, não é, Deputado?

Quero cumprimentar também o Desembargador Ruy Celso, agora que o Desembargador Hildebrando deixou a mesa; cumprimentar a Dr^a Nancy, pela Defensoria Pública, e os meus colegas de labuta de todo dia, Dr. Senefonte, Dr. Anderson, Dr^a Edimeire, Dr. Renzo, a Secretária de Políticas Públicas, Tai, as Delegadas, Dr^a Lúcia, que antes trabalhava conosco, a Molina, Dr^a Carla Stefanini, que também trabalhou conosco todos esses anos, Dr^a Heloísa; especialmente, quero cumprimentar o Movimento de Mulheres, que tem sido parceiro do Ministério Público nesses anos todos.

Nas diferentes lutas que tivemos não teria sido possível o resultado que alcançamos sem a força, a colaboração e a participação do Movimento de Mulheres. Então, o meu carinho especial ao Movimento de Mulheres e à equipe da Promotoria, que está ali, toda de preto, com a nova campanha Mulher, Vire a Página.

Senadora, eu quero apresentar os cumprimentos do Dr. Humberto de Matos Brittes, nosso Procurador-Geral de Justiça. Ele tomou a decisão, um tanto ousada, de preferir que o órgão de execução representasse o Ministério Público do Estado, ainda correndo o risco de que eu não fosse capaz, da forma que ele seria, de responder a todas as indagações. A decisão do Procurador-Geral se baseou no fato de prestigiar o órgão de execução, que está à frente no dia a dia dessa lei. No caso, das perguntas a que eu não fui capaz de responder ele irá encaminhar a resposta oportunamente, no prazo que for fixado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero dar um abraço também na minha colega de todo dia, colega que foi da Copevide, quando representava a Dr^a Lindinalva. Cumprimento os demais assessores da CPMI, o Dr. Penaforte, a Dr^a Carmen e dizer que para o Ministério Público é uma honra.

A primeira pergunta, que é genérica: como o Ministério atua para diminuir a letalidade contra as mulheres? Acho que a primeira grande atuação do Ministério Público para diminuição da letalidade contra as mulheres foi, desde a instalação dessas Promotorias no ano de 2006 até a presente data, sempre manter os seus serviços em dia. Não foi com pouco sacrifício; foi com muito sacrifício. É uma vara muito trabalhosa para todos os profissionais que ali estão, mas o Ministério Público nunca contribuiu, em momento algum, para o atraso, para a prescrição, para o acúmulo de processos, o que às vezes é verificado no tramitado dia a dia judiciário. Nos inquéritos, tudo o que se recebe é processado rapidamente. Nas ações penais também. Então, eu acho que a primeira grande contribuição que o Ministério Público faz é cumprir os prazos, estar com

seus processos sempre em dia, e isso é uma coisa que nós podemos afirmar com grande satisfação.

Depois, não se demorar quando há qualquer medida de urgência que vem ao Ministério Público. A gente fala com a maior brevidade possível. Da mesma forma, o Dr. Senefonte, que hoje é o juiz à frente da Vara, atende a esses pleitos de uma forma muito rápida. Não foi sempre assim, mas esse recorte entre o passado e o presente precisa ser feito, até para prestigiar a pessoa do Dr. José Rubens, que está aqui. Então, essa é a forma principal como o Ministério Público contribui para o enfrentamento da letalidade: fazendo inúmeros pedidos de prisão preventiva quando há descumprimento de medida protetiva; fazendo pedido de cassação das fianças que são concedidas pelas delegacias de polícia, não muito a DEAM; a DEAM não faz isso.

Há uma política da Dr^a Molina, mas há alguma problemática com as delegacias de pronto atendimento que fazem o plantão, já que não há o plantão 24 horas. Nós já levamos essa preocupação ao Diretor-Geral de Polícia Civil, numa reunião da qual a Dr^a Molina participou, em que também defendeu a não concessão da fiança, não obstante a lei faça uma previsão, porque na maioria são delitos apenados até 4 anos. O entendimento do Ministério Público é no sentido de que isso elimina a aplicabilidade da medida protetiva, porque se coloca em liberdade aquele agressor quando ainda no calor do fato, quando ainda nem o estado que motivou a agressividade foi reduzido.

Então, é dessa forma, no exercício cotidiano, enfrentando, como enfrentou as questões polêmicas que nós tivemos da anulação dos processos para a realização do art. 16, com centenas, milhares de recursos, que o Ministério Público espera, ainda que humildemente, estar dando a sua contribuição para a aplicação da Lei Maria da Penha no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em relação à segunda pergunta genérica, que é o orçamento para as ações específicas, não há um orçamento específico, dentro do Ministério Público, para a violência doméstica familiar contra a mulher. Não há essa previsão orçamentária. Então, não existe essa previsão. Apesar de ter sido criado o Núcleo, nós não tivemos a felicidade de termos uma verba destinada, como aconteceu hoje com a Coordenadoria, até porque é algo muito novo, que está começando agora, o nosso Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica na Procuradoria, que é o Nevid, sobre o qual vou falar mais para adiante.

Espero, em linhas gerais, ter respondido às duas primeiras indagações.

Como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais? A pergunta

é no interior. No interior é um pouco mais complicado, porque, na capital, recentemente, foi criada uma promotoria só para isso, que é a 50ª Promotoria de Justiça, da qual está à frente a Drª Jiskia Trentin, que é uma promotora muito experiente. Ela esteve muitos anos à frente do Grupo de Combate ao Crime Organizado aqui, e é uma promotoria criada especificamente para fazer o que se chama de corregedoria de presídios. É uma corregedoria do sistema prisional, mas é uma promotoria que não tem amplitude estadual. Então, no interior do Estado, realmente, essa fiscalização do sistema fica a critério dos promotores de justiça que atuam à frente da execução penal. Se for uma comarca de primeira entrância, onde há um único promotor, ele vai fazer o que a gente chama de clínica geral.

Eu até peço à Coordenadoria, porque esse fato eu acho que é do nosso desconhecimento e deve ser do desconhecimento do próprio Procurador-Geral, para, se puder, nos repassar qual é a comarca onde se verificou o problema. Vamos fazer imediato contato com o colega e saber o que é que tem acontecido. Nós agradeceríamos, porque eu acredito que nem o Procurador-Geral, nem o Corregedor têm conhecimento.

Então, é desta forma que é feita a fiscalização: na capital com uma procuradoria específica e no interior por aqueles promotores destinados a atuar perante a execução penal.

Quais as ações que o Ministério Público tem tomado para a criação e implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência? Na verdade, são várias. A gente, claro, participa, na medida do possível, de todas as atividades da rede. O Ministério Público está sempre à disposição, inclusive em eventos de capacitação que são montados fora da rede. Amanhã, mesmo, temos um, a convite da Secretaria de Saúde. Amanhã vamos fazer a capacitação dos agentes de saúde. Então, a gente participa, mesmo, pessoalmente, nas atividades todas, desde as atividades universitárias até as atividades dentro da rede.

O que nós temos de novo hoje, no Ministério Público, de uma forma maior de política, é realmente ter realizado o desejo de implementar o Nevid, porque o Nevid era um sonho nosso, que tem como objetivo tentar uma mínima padronização entre o posicionamento dos promotores de justiça no Estado do Mato Grosso do Sul. Por quê? Há, claro, o princípio da independência funcional. Nos passado, a jurisprudência da Lei Maria da Penha, inclusive nos tribunais superiores, foi um tanto quanto instável. Isso faz com que, às vezes, alguns promotores não sigam a linha que a capital segue. Então, um dos objetivos do Nevid, que hoje tem à frente o Dr. Francisco Neves Júnior, que

é procurador de justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, é tentar realizar um evento a partir do qual saia alguma espécie de recomendação. É lógico que há independência funcional do promotor, mas que saia uma recomendação conjunta do Núcleo, da Corregedoria, da Procuradoria-Geral, no sentido de uma uniformização de entendimento entre os promotores de justiça. Eu acho que, em termos de política institucional – e que vai servir de apoio à política dos demais órgãos da rede de enfrentamento –, a criação do Nevid, até para que possa dialogar com a Secretaria, possa dialogar com o Tribunal de Justiça, é a novidade maior que nós temos agora.

A outra pergunta. Na questão de implementação de políticas públicas ou de participação, de alguma forma, nesse contato com os órgãos que fazem a política de atendimento, o Ministério Público tem no seu próprio quadro a equipe multidisciplinar. É uma equipe pequena: uma psicóloga, uma assistente social, que estão aqui conosco, na plateia, que fazem inclusive o atendimento para aquele cadastro do art. 26, fazem as entrevistas psicossociais e fazem, também, o contato com a rede. Então, os encaminhamentos que são feitos para a CAPS, os que são feitos para os órgãos da assistência social, o contato com os membros da saúde são feitos por encaminhamento formal. Nós fazemos via ofício, com um pequeno relatório elaborado por elas, encaminhado, por exemplo, ao Secretário Municipal de Saúde, cobrando que, em tanto tempo, dê uma resposta, que o CAPS acompanhe determinados casos em que a gente constata dependência química. É lógico que a equipe é pequena, como eu disse – uma psicóloga, uma assistente social –, e a gente não pode atender à totalidade dos casos, o que seria o nosso sonho, nem sequer para fazer o cadastro dos casos de violência doméstica.

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador, previsto na Lei nº 9.099/95, nos casos de violência doméstica? Na capital não. Nós já tivemos discussões no passado sobre alguns institutos. Foram pacificadas há vários anos. Hoje, na capital não. Eu não posso responder pelo Estado. Inclusive, hoje pela manhã, já em conversa com o Dr. Francisco Neves, que é o Coordenador do Nevid, nós combinamos o seguinte: que o Nevid, agora criado, passaria um expediente a todos os promotores do Estado, pela via de um questionário pequeno, que pudesse ser respondido de uma forma clara – sim ou não –, para que nós pudéssemos coletar esse dado, porque o Nevid não o tem, por ser justamente um núcleo novo. Então, eu acredito que, já na próxima semana, o Dr. Francisco deve encaminhar esse expediente aos colegas. Eu só não sei se nós conseguiremos cumprir o prazo de uma semana para

fornecer esse dado, mas, com certeza, com um pouquinho mais de tempo, assim que todas as comarcas responderem e a gente conseguir compilar, a gente vai ter como responder isso em relação ao interior do Estado. Vai ser pela via de um questionário.

Quantas promotorias da mulher existem no Estado? Promotorias especializadas com atribuição específica são duas. As duas na capital: a 47ª Promotoria de Justiça, que era ocupada pelo Dr. Sílvio, que todo mundo conheceu, que trabalhou comigo todos esses anos e que, agora, foi também brilhantemente substituído pelo Dr. Renzo, que é um colega vocacionado; e a minha, que é a 48ª Promotoria de Justiça, que atua na violência doméstica, desde a instalação, que foi em 24 de novembro de 2006. Completo agora, neste mês, 6 anos à frente dessa Promotoria. Na comarca de Dourados, existe uma promotoria de justiça para atender à violência doméstica, com atribuição específica, mas não exclusiva. O Dr. Isonildo está à frente dessa Promotoria, mas tem atribuições concorrentes com o idoso e com o deficiente. Então, não há uma promotoria de atribuição exclusiva. Específica, mas não exclusiva.

Nas demais comarcas, não há promotorias específicas e muito se deve a uma explicação que o Desembargador Luiz Celso já deu anteriormente de que não é que não haja violência. Não é isso, mas é que às vezes não há o acesso dessas pessoas, as pessoas não têm esclarecimento suficiente e não conseguem registrar essas ocorrências porque não há uma cultura local nesse sentido.

Como já tive a oportunidade de falar em outras oportunidades, estamos num Estado bastante conservador, de tradições ruralistas onde ainda o patriarcado predomina. Então, essa é a característica do Estado de Mato Grosso do Sul. Quebrar esse código cultural, desafiar esse código cultura, estabelecer um novo paradigma é um processo lento que vem sendo feito pelo Movimento de Mulheres com a ajuda que o Ministério Público pode dar, o Judiciário pode dar, mas não é fácil assim. Não é fácil quebrar esse paradigma daquela família formal, da família estruturada, naquela família em que a mulher perdoa e deve, para garantir a segurança da família, dos filhos, ficar dentro de um relacionamento abusivo.

Eu acho que na capital a gente consegue quebrar esse paradigma porque a gente discute muito esse tema, mas no interior é outra realidade. Então, é o que a gente tem tentado, é o que a gente tem tentado.

A capacitação permanente para Promotores de Justiça. Posso dizer que “permanente” seria uma palavra muito forte. Permanente não há. Há capacitação de tempos em tempos, mas permanente... Eu não sei

o que seria o permanente no entendimento da CPML, mas eu não poderia dizer que permanentemente há. Há de tempos em tempos, mas permanentemente não. Há proposta, como eu falei, de...

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Drª Ana...

A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – A vontade.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Por favor, cinco minutos para concluir.

A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Claro, vamos concluir.

A questão indígena. O Ministério Público não tem nenhum programa específico dentro do Ministério Público voltado à população indígena. Entretanto, a gente repara na questão indígena e a gente conversava isso com o Movimento de Mulheres esses dias que, quando os casos chegam ao Ministério Público, não são tratados com nenhuma diferença dos demais casos, no sentido do Ministério Público criar óbices para o processamento.

Nós denunciemos normalmente, fazemos os pedidos de medida protetiva normalmente, há processos em que o indígena agressor é acompanhado por um Procurador da Funai na sua defesa. A Defensoria da Mulher faz brilhantemente, Dr. Anderson, Drª Edimeire, a defesa da indígena. O que nós acreditamos que há em relação à comunidade indígena é uma dificuldade de acesso. Então, por não haver esse acesso, os processos que lá chegam, eles têm o tratamento sem nenhuma discriminação. A gente não tenta empurrar para o Ministério Público Federal, dizer que é competência da Justiça Federal. De forma alguma. Eles têm o mesmo tratamento, mas há essa dificuldade de acesso, que as comunidades indígenas realmente conheçam a lei, estejam empoderadas as mulheres indígenas dos seus direitos.

Estamos tentando agora organizar, para esses 16 dias de ativismo, uma participação do Ministério Público nas aldeias. A gente vem tratando disso já há alguns dias e apenas para levar a lei e para levar o conhecimento sobre como acessar esses serviços. Estamos tentando e ainda vamos ver se a gente consegue sair com isso para os 16 dias de ativismo.

O Ministério Público então, para finalizar e desculpe se passo um pouco do tempo, mas estou tentando responder a todos, tem recorrido nos casos de bagatela imprópria, não tem recorrido sistematicamente à Procuradoria. Nós sempre nos posicionamos contra a bagatela imprópria. Na Promotoria, nós não recorremos porque o Dr. Senefonte jamais aplicou. Como era o entendimento pacificado em ambas as turmas do Tribunal de Justiça e, infelizmente, se tornou uma

tese permanente da Defensoria Pública, não da Mulher, evidentemente, mas da que faz a defesa do homem. Então, em todos os processos onde a vítima se manifesta no sentido de que se reconciliou, há a invocação dessa jurisprudência que já estava pacificada nas duas turmas do Tribunal de Justiça. O que se pode ver, numa simples consulta ao site do TJ, escrevendo “bagatela imprópria”.

Feliz fiquei de saber dessa notícia excelente de que o Desembargador Ruy Celso trouxe hoje no sentido de que conseguiu convencer a Seção Criminal disso. Esses votos ainda não foram disponibilizados no site. Eu acho que... Na pesquisa de jurisprudência, eu me refiro, no DJ já deve estar e acredito que o Desembargador Celso, isso eu ressalvo, como falo, o passado e o presente, desde que ele entrou, temos outra comunicação com o Tribunal de Justiça.

Eu espero, sim, que realmente essas jurisprudências se mantenham na Seção Criminal porque não era o que acontecia até bem recentemente aqui no Estado. Eu quero finalizar, só falando da importância para nós da criação dessa 2ª Vara de Violência Doméstica.

Nós temos como números de violência doméstica aqui na capital, apenas de janeiro a outubro, essas duas promotorias fizeram quase 2.600 novas ações penais. Fica muito difícil para que uma única vara consiga dar cabo a toda essa missão que é repassada. Esses números do Ministério Público representavam até o final do ano passado cerca de 33% das ações penais que chegavam a juízo na capital. A partir do ano 2012 representam 48% das ações penais que chegam a juízo na capital. Isso comparativamente com as demais varas todas que processam furto, roubo, estelionatos, delitos de homicídio. Isso representa hoje 48%.

Existe uma grande razão que é o julgado do Supremo Tribunal Federal, a Adin nº 4.424, a ADC nº 19 definiram a ação penal incondicionada na lesão e nas vias e, a partir daí, essa demanda subiu – que já era imensa – de 1/3 das ações penais passou a quase 50%. Claro que isso também se dá e as delegadas vão poder confirmar porque os delitos são de autoria conhecida. A mulher que vai até a delegacia ela sabe quem foi seu agressor. Então, a mesma coisa não acontece, o mesmo sucesso não acontece nos demais delitos de furto, de roubo, de homicídio em que a pessoa não está identificada.

Então, hoje temos, de janeiro a outubro, as demais promotorias todas da capital ofereceram 2.834 ações penais e só as duas promotorias de violência doméstica 2.589 ações penais. Dados do Estado inteiro: todas as promotorias do Estado ofereceram 13.393 ações penais novas ao Judiciário; 2.500 dessas ações são as nossas, aqui da capital, de violência doméstica;

representa 48% da capital; representa 15% do total das ações penais levadas a juízo no ano 2012 no Estado de Mato Grosso do Sul.

Desculpem se falei muito rápido...

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Drª Ana, só uma questão que nós estávamos aqui conversando.

Veja bem: a CPMI vai fazer uma recomendação ao Ministério Público que recorra caso ache esteja sendo adotado o princípio da bagatela imprópria.

A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – E se a senhora tiver alguma informação de que alguém esteja adotando esse procedimento que, por favor, informe a CPMI.

A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Com toda certeza, Senadora.

Hoje pela manhã, na reunião que tivemos com o Dr. Francisco, ele já havia se posicionado no sentido de uma reunião do Ong Vit com os procuradores de justiça da Assessoria Recursal do Procurador-Geral e com todos os procuradores de justiça criminais porque, embora haja um núcleo recursal na Procuradoria, os processos vêm ao gabinete de cada um dos procuradores criminais. Então, se ele bater o carimbo de ciência e devolver, perde-se o prazo.

Quando eu e o Dr. Renzo temos ciência já passou o prazo recursal. Então, realmente o Dr. Francisco fez essa observação conosco pela manhã e se comprometeu de, pelo Ong Vit, fazer essa reunião com os Procuradores de Justiça Criminais, mas eu levarei com toda certeza esse posicionamento da CPMI ao Dr. Francisco amanhã mesmo. Com toda certeza.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Drª Ana, por último, uma última questão.

Com relação à suspensão condicional do processo. Sabemos que não está sendo mais adotada aqui no Estado.

A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – A partir de quando é que não se adota mais esse procedimento?

A SR. ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Se não me falha a memória, de 2009 para 2010. Eu não tenho mais certeza absoluta porque foram duas fases distintas que houve da suspensão condicional do processo aqui, mas é possível verificar nos processos se vocês quiserem essa informação exata. Mas eu acredito que, de 2009 para 2010 houve um entendimento. Na verdade, se discutiu muito, continua sendo discutido pela Defensoria Pública em grau de recurso, mas

o tribunal, em nenhuma das duas turmas, jamais se manifesta nesse sentido. Então, houve uma pacificação. Depois do julgado do Supremo, agora este ano, mais ainda. Mas em Campo Grande já não se aplicava. No interior, eu realmente não tenho como responder, mas nós vamos atrás desse dado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Está bom. Da minha parte, eu me dou por satisfeita com as respostas, mas também gostaria de fazer aqui um registro: se, por ventura, o Ministério Público tiver alguma outra informação que seja importante para a CPMI, nós gostaríamos que nos enviasse, o mais breve possível, para complementarmos aqui as informações e, assim, elaborarmos o nosso relatório.

Então, eu, particularmente, quero aqui agradecer a presença da Drª Ana Laura. Não sei se a Presidenta tem alguma pergunta a fazer, mas da minha parte, estou satisfeita.

Muito obrigada, Drª.

A SRª ANA LARA CAMARGO DE CASTRO – Eu agradeço a oportunidade.

Os dados que faltarem, nós nos comprometemos a enviar no prazo que for assinalado, talvez um pouquinho a mais, porque coletar no Estado inteiro não vai ser muito fácil, mas encaminharemos.

Muito obrigada, muito obrigada pela paciência de todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Ouviremos a palavra, agora, da Drª Nancy Gomes de Carvalho, Subdefensora Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Enquanto a Drª Nancy se aproxima, eu gostaria, aqui, de fazer um registro. Acabamos de receber aqui um convite do Presidente do Tribunal de Justiça para a solenidade de instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que será no dia 23 de novembro, às 14h, no Tribunal do Júri. Então, é um convite que foi feito à CPMI, convidando-nos para que possamos estar presentes. (*Palmas.*)

Então, eu quero aqui, de público, agradecer, em nome da CPMI, o convite que nos foi enviado.

E eu quero também aproveitar o momento só para fazer um registro ao Desembargador Celso. Desembargador, nós também recebemos a denúncia de que a Juíza de Corumbá está exigindo a presença de duas testemunhas para conceder as medidas protetivas. Então, solicitamos ao Senhor, como coordenador da violência doméstica, que investigue e tome as providências e encaminhe à CPMI o resultado dessa investigação. Então, aproveitamos a oportunidade e solicitamos ao Sr. que nos forneça essa informação.

Muito obrigada.

Drª Nancy, nós temos algumas perguntas a fazer e, da mesma forma como nós procedemos com as demais autoridades aqui, nós gostaríamos... São poucas perguntas, mas elas são muito importantes. Quantas Defensorias da Mulher existem no Estado? A Defensoria Pública tem recorrido nos casos de aplicação da bagatela imprópria? Gostaríamos de saber se a Defensoria tem se manifestado com relação a isso. Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas? Há previsão de ampliação das Defensorias Públicas da Mulher? A Defensoria Pública também acompanha as mulheres para o registro de ocorrência na delegacia de polícia? A Defensoria Pública ajuíza e acompanha as ações cíveis da mulher vítima de violência?

A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO – Nos cumprimentos, eu quero ser breve, já que, acho, sou a antepenúltima a falar. Estão todos já – embora seja muito importante –, estamos já cansados. Quero cumprimentar, de maneira genérica, primeiro a Vice-Presidente da CPMI, Deputada Federal Keiko Ota, cumprimentar a Relatora da CPMI da Violência contra a Mulher no Congresso Nacional e o Deputado Estadual Pedro Kemp, que está coordenando os trabalhos aqui no Estado, e, genericamente, todas as mulheres que se fazem presentes e os homens, também, aqui presentes.

Senadora, eu vou, se a Srª me permitir, primeiro responder às perguntas genéricas que foram feitas às instituições, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Como a minha instituição, a Defensoria Pública, no Estado do Mato Grosso do Sul, está fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? Especificamente no Mato Grosso do Sul, a Defensoria Pública individualmente tem criado Defensorias Públicas especializadas na defesa da mulher. E eu quero citar aqui que, em 1999, foi criada, em Campo Grande – e aí eu vou fazer um *link*, já respondendo à primeira pergunta específica –, em 1999, foi criada a primeira Defensoria Pública de Defesa da Mulher aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Nós tivemos a felicidade de sair na vanguarda, foi a primeira Defensoria Pública de Defesa da Mulher criada no País.

A partir daí e logo em seguida, assinamos, com o governo do Estado da época, o Pacto de Enfrentamento da Violência, que até hoje ainda está vigendo. É importante ressaltar que é uma política institucional adotada, naquela ocasião, com concretude.

Nós verificamos que, em seguida, a instituição, novamente, num olhar individualizado, criou a segunda Defensoria de Defesa da Mulher no Estado, que foi instalada na cidade de Dourados, segunda maior

cidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Lá também foi possível uma parceria, tanto com o governo do Estado à época – que foi em 2000, essa criação –, como com o governo municipal.

E já foi demonstrada aqui, pelo Executivo, a rede de atendimento que existiu à época e que permanece hoje.

Eu quero registrar aqui – porque acho que é uma conclusão da nossa Instituição – a importância dessa parceria em rede, dessa interface, e nós sentimos muito isso quando foi criada a primeira Defensoria da Mulher e, em seguida, a segunda do Estado, que foi localizada na comarca de Dourados. Então, isso é concreto. Isso em 1999, 2000.

Em 2012, foi criada a segunda Defensoria Pública, portanto uma ação concreta específica, da Defensoria Pública, na comarca de Campo Grande, antecipando, inclusive, a instalação da Segunda Vara de Violência Doméstica.

Quero registrar a presença, aqui, dos dois defensores. Um é o Dr. Anderson Chadid e a Dr^a Edmeire, que atuam junto a essa única vara que existe, atuando em defesa efetiva, Senadora e Deputada, na defesa da mulher.

Só que eu tenho que registrar, também, que foram transformadas algumas das Defensorias, na impossibilidade – como já foi dito por todos os poderes e instituições – dos recursos orçamentários. Nós também, com criatividade, temos três Defensorias específicas da mulher, mas continuamos criando órgãos mistos.

Fizemo-lo em Corumbá. Lá não é atribuição única, mas existe uma parceria muito interessante da Defensoria Pública local com o Poder Municipal, e é muito interessante, porque lá a rede de atendimento veio para o espaço físico da Defensoria Pública, e a experiência é muito importante. Então, lá, embora não exista um órgão só de defesa da mulher, ele agrega outras atribuições, mas ele faz também esse trabalho e também parceria com o Município.

Em seguida, também, sentindo essa necessidade... E eu devo registrar que essa necessidade veio, e nós temos que o grande marco para nós instituições, tanto jurídicas como as instituições do Poder Público em geral, foi a Lei Maria da Penha. Um marco. Com a criação da Lei, a instituição continuou na impossibilidade de criar Defensorias específicas na defesa da mulher. Ela fez com que em Três Lagoas, também, uma Defensoria também tivesse a atribuição de defesa da mulher. Não é o ideal, mas foi o possível naquele momento. E também nós temos na cidade de Ponta Porã.

Vou até fazer um parêntese para deixar registrado que nós vamos levar em consideração essa estatística de que Ponta Porã é uma das Comarcas, das cidades

mais violentas, em relação à violência contra a mulher, para que uma política pública institucional nossa possa, para o ano que vem, pensar e talvez criar um órgão específico. Lá também foi criado outro órgão de atuação não específico.

Então, resumindo, já respondendo à primeira pergunta específica: nós temos três defensorias públicas de defesa da mulher no Estado de Mato Grosso do Sul – duas em Campo Grande e uma em Dourados – e mais três que exercem atividade mista. Mas é necessário ressaltar que, em Mato Grosso do Sul, a defensoria pública, que já faz 30 anos – não é, Dr^a Heloisa Wanderley, que foi uma Procuradora-Geral –, atua em todas as Comarcas do Estado com deficiências, é lógico, pela ausência de defensores, e vou entrar na segunda parte nas questões orçamentárias e financeiras. Não é o ideal, ilustre Deputado, ilustre Deputada, ilustre Senadora, porque é um trabalho que não é especializado, mas nós damos assistência.

Há necessidade, como disse a Dr^a Ana Lara e todos que aqui me antecederam, de quebrar um pouco a cultura machista do nosso País. O Estado de Mato Grosso do Sul – e quero registrar a presença da Prof^a Gilda, minha companheira incansável em uma época de dificuldade, não é, Dona Gilda?, para quebrar as resistências em Mato Grosso do Sul – é um Estado extremamente conservador. Todo o País o é, mas, em Mato Grosso do Sul, nós temos a cultura das carreiras jurídicas, a sociedade em geral.

Em 1999, com esse impacto nacional de enfrentamento à violência doméstica, foi possível criar a primeira defensoria pública da mulher. Eu estava lá. Eu era Procuradora-Geral na época. Vivi aquele momento, mas com extrema dificuldade, inclusive na própria defensoria, que é uma das carreiras jurídicas que não deveria ter tanto essa cultura. Por que defesa da mulher e não defesa do homem e não defesa disso ou daquilo? Foi uma opção de política institucional, como foi para se criar a de Dourados, como foi agora, antecipando a criação da 2^a Vara.

Nesse momento, agradeço a Deus por estar novamente, hoje, como Subdefensora-Geral, e poder ver o momento em que foi possível especializar a matéria.

Mas atendemos em todas as Comarcas do Estado, quer com um defensor ou quer, em substituição, em alguns dias da semana. Então, temos seis defensorias públicas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Respondida a primeira indagação.

Não gostaria, Senadora, de deixar de registrar que, em 1999, a criação da Defensoria Pública e, na época, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, que era coordenada pela Prof^a Gilda, teve um papel importantíssimo naquele caso

conhecido no Estado, no País e internacionalmente: o caso Rondon. Ele mutilou diversas mulheres naquela época. Era um médico que se fazia de cirurgião plástico. Naquele momento, foi possível, foi necessário e é imprescindível, Deputado Pedro Kemp, a interface entre as instituições. Com a Procuradoria de Justiça, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, capitaneados pela então Coordenadora de Políticas Públicas Prof^a Gilda, foi possível fazer o atendimento àquelas mulheres, Senador e Deputado.

Então, nesse momento, esse é um registro que merece ser feito. Isso está sendo entregue para as senhoras.

Eu quero registrar outro momento, que foi lembrado aqui pela profissional que atuou no caso. A senhora dirigiu a pergunta ao Presidente do Tribunal de Justiça e, logo após, ao Desembargador Ruy, sobre aquela questão daquela clínica.

Em 1988, a Defensoria Pública impetrou um *habeas corpus* coletivo, cujo objeto era o trancamento daquelas ações penais e inquéritos contra aquelas mulheres. Obtivemos decisão contrária no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Hoje, o *habeas corpus* de encontra no STJ para ser julgado. O Ministério Público, fazendo seu papel constitucional, continua propondo transação, mas elas estão respondendo a essas ações penais. Então, é um registro que eu gostaria de fazer.

Em relação à segunda pergunta genérica, sobre qual é o orçamento para ações específicas da Defensoria Pública para enfrentar a questão da violência contra as mulheres em 2012 e 2013, a resposta é: não existe. Assim como não existe no Tribunal de Justiça, não existe no Ministério Público. Não temos um orçamento específico, voltado só para o enfrentamento dessa questão, ou seja, para criar órgãos de atuação especializados. Não vou fazer choradeira, mas, aqui, no Estado de Mato Grosso do Sul – o Deputado Pedro Kemp conhece isso de cor e salteado –, desde 2008, não se realiza concurso público para a Defensoria Pública, e V. Ex^{as} devem saber, porque percorrem.

A Defensoria do Estado do Espírito Santo é uma defensoria pública também organizada. O Estado de São Paulo só criou recentemente a Defensoria Pública. Isto envergonhava o nosso País: um Estado da dimensão de São Paulo, senhores e senhoras, não tinha Defensoria Pública. Hoje está provado que é o serviço da defensoria pública, que o cidadão tem de ter. Não é um convênio, não é. É a Defensoria Pública que tem todas as garantias constitucionais, que tem de defender não só a mulher, Senadora.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Inclusive, Doutora, o Estado de Santa Catarina não tem defensoria pública

estruturada. A CPMI esteve lá e cobrou providências com relação a isso.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – E essas ações são muito importantes.

Para eu concluir, em São Paulo, o grande Estado, está provado que o convênio com a OAB não garantia não só a defesa da mulher, mas a defesa do adolescente, a defesa do preso, a defesa de todo o arcabouço jurídico. O acesso à Justiça, Senadora, Deputado Pedro Kemp e Deputada Keiko Ota, tem de ser feito pela Defensoria Pública. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou assim.

Então, poucos recursos. Temos autonomia administrativa e financeira – nos são outorgadas pela Emenda nº 45. Mato Grosso do Sul, uma instituição com 30 anos, que já foi por três vezes consecutivas a melhor do País, também padece da falta de estruturação, também padece da falta de recursos. Para este ano, nós estamos executando o orçamento de R\$83 milhões; para o ano que vem, R\$99 milhões, só que, hoje, de um total de 258 cargos, nós estamos com 99 cargos vagos. Então, estamos caminhando.

Mas eu quero fazer um registro. Como gestora, como ex-dirigente, hoje Subdirigente da Defensoria Pública, e como mulher, eu quero deixar registrado que é necessário que nós tenhamos vontade política para fazer as coisas. (*Palmas.*)

Nós temos de ter vontade. Quando eu não posso mais, eu faço menos, e nós vamos ter de caminhar. Então, respondendo, não existe recurso. Existem parcerias buscadas com o Governo Federal, com o Governo estadual, para que possamos dar conta dessa demanda.

Quando na primeira pergunta genérica, fugiu-me o que está sendo feito em conjunto. A Defensoria Pública, então, individualmente, criou órgãos de atuação, especializados ou não, e atende de maneira não satisfatória em algumas comarcas, mas também atua, Senadora e Deputados, nos conselhos de defesa estadual da mulher. É muito importante estar junto com os órgãos para traçar, para ajudar a política pública.

A SR^a PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – D. Nancy, quero dizer que tem cinco minutos para concluir.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – Estou concluindo.

Além disso, Senadora e Deputados, temos, hoje, comissões especiais no Colégio dos Defensores Públicos Gerais, para que as defensorias atuem com uma política institucional para o País inteiro, porque nós que criamos a 1ª Defensoria de Mato Grosso do Sul, hoje, só temos condições de ter o quê? Três especializadas e três que atuam em conjunto. Os demais órgãos de atuação atuam de maneira genérica.

Bom, agora é responder à segunda questão sobre se a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul tem recorrido nos casos de aplicação da bagatela imprópria.

Assim como o Ministério Público, pela dificuldade de ter um órgão de atuação específico, que era em Campo Grande – só temos, aqui, em Dourados –, e uma vez que não temos dados estatísticos, quem recorre é a segunda instância. Inclusive, em Mato Grosso do Sul, garantimos o acesso à Justiça tanto em primeira quanto em segunda instância. Então, o que ocorre? O juiz de primeiro grau, e, aqui, o Dr. Rubens Senefonte, não aplica, é o Tribunal, então não tenho condições de fornecer a V. Ex^{as} com segurança essa informação. Ela será encaminhada *a posteriori*. Por quê? Assim como a Dr^a Ana Lara falou, são 33 Defensores, dos quais, pouco mais da metade, 20 atuam na área criminal. Há necessidade também em segunda instância de repensarmos um núcleo especializado para que esses recursos subam de uma maneira já dentro de uma política institucional.

E como a Defensoria Pública faz a defesa da mulher indígena? Da mesma forma que o Ministério Público colocou aqui: não temos, Senadora e Deputados, defensorias especializadas para atender só à mulher indígena.

Quero dar um dado importante: temos muitas parcerias. Recentemente, parceria com o CNJ, com o Governo Federal. A Defensoria tem trabalhado em diversas ações que possibilitam, dentro das aldeias indígenas, com a maior dificuldade, sabemos, não só a questão do registro de nascimento, inclusive o tardio – que a Defensoria ingressa com a ação –, mas daí, Deputado Pedro Kemp, desdobram-se outras ações, principalmente alimentos. Atendemos muitas mulheres indígenas na questão de alimento.

Mas há um dado alarmante em Caarapó, que é interessante registrar e encaminharemos para a Senadora e para Deputada junto à CPMI. Em Caarapó, dos mais de 20% dos processos criminais de estupro, 18% são contra indígenas. É um dado muito alarmante. Eu, como gestora, como dirigente de uma instituição, também quero começar a pensar.

Agora, a questão indígena é muito complexa, há uma complexidade. Não podemos nos omitir, mas é muito complexa. Acho que temos que repensar essa situação. Na Defensoria, também atendemos a mulher indígena e o indígena. Mas como? Em um trabalho não especializado, em um trabalho geral, como atendemos todo o cidadão e a cidadã desprovidos de fortuna.

Acho que é isso.

A Senhora me fez uma pergunta que não registrei.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Duas perguntas agora. Eu havia pedido também se há previsão de am-

pliação das Defensorias Públicas. Pelo que entendi, não há previsão orçamentária, então não há previsão de ampliação.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – Agora, em 2012, criamos, mesmo sem previsão. Tivemos que abrir mão de outras coisas, Deputada. Inclusive, com a vinda da CPMI, isso é muito importante para repensarmos.

Recebemos a visita dos dois defensores públicos que atuam, Dr. Anderson e Dr^a Edimeire, e fizemos um compromisso com eles, e vamos formalizá-los aqui: homologado o concurso público que está em andamento – desde 2008, não havia concurso público –, em abril, vamos criar a 3^a Defensoria Pública de Defesa da Mulher de Campo Grande. (*Palmas.*)

Esse é um compromisso trazido. Temos um Conselho Superior, e o Presidente é o Defensor Público Geral, que não pôde comparecer, integrado por mim, por todos os da administração e por colegas eleitos. Talvez, se conseguirmos homologar antes, será criado bem antes. Esse compromisso estamos firmando.

E outro compromisso que estou firmando – vou cumprir, porque mulher cumpre, mas tenho que convencer o meu Conselho – é o de criar um núcleo, em segunda instância, de defesa da mulher, para que possamos, estatisticamente, garantir a efetiva defesa da mulher em segundo grau, Deputada, senão se perdem os processos no meio dos outros. Esse é um compromisso que vou apresentar como projeto meu, perante o meu Conselho Superior. (*Palmas.*)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Parabéns pelos compromissos aqui firmados.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – Vou cumprir. Nós vamos cumprir.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Parabéns!

Mas, Doutora, só para finalizar a fala da Senhora, gostaríamos de saber se a Defensoria Pública acompanha as mulheres para o registro de ocorrências na delegacia de polícia. E a outra é se a Defensoria ajuíza e acompanha as ações cíveis da mulher vítima de violência.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – Só vou falar genericamente, porque o Dr. Anderson vai, de lá mesmo, só me dar uma ajuda.

Sim, infelizmente, com a transformação e a competência da Vara de Violência Doméstica, das ações decorrentes, só ficam ação cível e criminal – nós atuamos –, mas a cível é proposta pelos defensores da especializada, eles que propõem. Infelizmente, essas ações cíveis – é isso, Dr. Anderson? – são distribuídas nas diversas varas de Campo Grande. Então, o que ocorre? Descaracteriza aquele atendimento especializado, Senadora, porque a mulher que foi lá, já falou

com a Dr. Edimeire, Dr. Anderson, vai chegar e terá – a mulher pobre, quero deixar registrado – outro defensor que não sabe do problema dela. Ele fará a audiência e ela, mais uma vez, vai passar por aquele constrangimento de ter que contar tanto para o defensor como para o juiz tudo de novo. Aqui, em Campo Grande – porque atuamos também com competência –, acredito que, com mais um defensor, seria possível revezar o atendimento, ser feito por eles nas diversas varas onde estiverem sendo distribuídas. Mas, hoje, a cível não. Eles propõem a medida, mas não acompanham.

Algum adendo? É isso mesmo?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E, na delegacia, na hora de fazer o registro, há o acompanhamento?

Pode vir, Dr. Anderson.

A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO – Só essa, viu, Dr. Anderson. *(Pausa.)*

Inclusive, só para gente... Causou muito espanto, quando o primeiro Defensor de defesa da mulher, porque sempre foram mulheres... Não é, Dr. Anderson? E já era uma discriminação, Senadora. Ele está mostrando isso, porque é um excelente Defensor.

O SR. ANDERSON CHADID – Boa tarde, Deputada, Senadora, em nome de quem cumprimento todos os presentes, o movimento.

Com relação à essa pergunta específica de acompanhamento a mulher na delegacia e feitura de pedidos de medida protetiva, hoje, como a Doutora já colocou, somos em Campo Grande, dois defensores de defesa da mulher que cuidam da parte criminal e dão início a essas ações cíveis. Depois, dali em diante, elas acabam sendo cuidadas por outro defensor público.

Com relação à parte criminal, nós acompanhamos as mulheres desde o início.

Com relação ao registro na delegacia, ela vai direto. O defensor acaba não a acompanhando. Aconteceu o delito, aconteceu o crime, ela vai lá e registra. Quando ela chega à Defensoria e a medida protetiva, por algum motivo, não foi pedida por ela, não foi registrada por algum motivo, porque talvez ela não quisesse, naquele momento, a protetiva, aí, sim, a Defensoria atua, a gente atua e entra com a medida protetiva em favor dela.

Eu só queria fazer um esclarecimento, aproveitando a oportunidade, com relação à parte criminal.

Daí em diante, nós acompanhamos a mulher até o final. Nós a acompanhamos nas audiências do art. 16, quando cabível, nós a acompanhamos nas audiências de instrução e julgamento desses processos, procurando cientificá-la do que vai acontecer naquela audiência, que ela vai ser ouvida, que ela vai ter a oportunidade de contar o fato para o juiz para ele decidir o que vai ser feito.

Consequentemente, daí a gente entra com as razões escritas nesse processo, as alegações finais, e, eventualmente, quando há necessidade, atuamos também em grau recursal interpondo os respectivos recursos.

Obrigado.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Dr. Anderson.

A SRª NANCY GOMES DE CARVALHO – Vou concluir.

Pegando um gancho no que o Dr. Anderson colocou, Senadora e Deputados, é justamente a falta que vai ser a conclusão da minha fala. Nós colocamos que tem que haver a interface. Os poderes constituídos, as instituições têm que trabalhar em conjunto, porque isso seria possível, sim, se estivéssemos todos no mesmo espaço, que é a concepção original do projeto. Em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, agora, os defensores estão – a senhora encontrou, inclusive, o Dr. Anderson lá – Senadora, porque nós voltamos a estar fisicamente, ainda que não todos os dias da semana, mas eles intercalam, eles estão dando atendimento lá.

Para mim, que tenho experiência também na área criminal, já que sou defensora em segunda instância, tendo atuado por muitos anos em primeira e segunda instância, a mulher vitimada tem que ter próximos todos os serviços, porque, senão, ela desiste de procurá-los. Especialmente, nossa preocupação se dá porque a mulher excluída, aquela mulher cuja defesa é da Defensoria Pública, ela encontra ainda mais dificuldades porque a Defensoria Pública, assim como alguns outros órgãos, tem essa dificuldade.

Mas não é por isso...

Quero concluir minha participação dizendo que vou complementar as perguntas que a senhora fez – hoje, eu represento a minha instituição –, vou lhe entregar todo o relatório demonstrando que se criou quando foi possível, quando não foi... É necessária, sim, a criação.

Mas, na minha concepção, Senadora e Deputada, que estão percorrendo com a CPI e que também conhecem a realidade brasileira, na minha concepção, para efetivação da Lei Maria da Penha, que é um grande instrumento de defesa da mulher, não há como discutirmos separadamente. Nós temos que discutir com o Poder Judiciário, nós temos que discutir com o Executivo, nós temos que discutir com o Ministério Público. Infelizmente – aí eu me coloco também –, as instituições não se conversam, nem as da área jurídica. *(Palmas.)*

Então, nós não sabemos, não temos dados estatísticos. Eu vou confessar nossa fragilidade em Mato Grosso do Sul. Hoje, não, pois nós estamos fazendo

uma parceria com o BNDES, estamos buscando, mas eu não tinha como trazer aqui para V. Ex^{as}, com segurança, os dados, porque a informatização da Defensoria Pública está correndo, mas nós não temos um programa que separe... Se eu colocar lá, eu sei que o Estado de Mato Grosso do Sul, embora não seja específico, atendeu tantas mulheres vítimas de violência.

Aqui, em Campo Grande, eu posso afirmar, como foi dito pelo Dr. Rui Celso, que, dos sete mil e poucos processos, mais de seis mil processos ficam a cargo da Defensoria Pública. Então, é subumano dois defensores públicos atuarem na defesa. E não é uma defesa que nós buscamos...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Nancy.

A SR^a NANCY GOMES DE CARVALHO – Estou concluindo.

Só sobre o aspecto formal. Ela tem de ser aquela defesa material, o que a Constituição diz, que é que todo cidadão pobre que tiver necessidade tem de ter acesso à Justiça e à defesa em todos os graus, igualmente àquela mulher, àquele cidadão ou àquela cidadã rica.

Fecho a minha fala dizendo que a experiência de Mato Grosso do Sul mostrou que, quando houve parcerias, foi possível fazer um trabalho melhor. Quando não há as parcerias entre os entes envolvidos, nós não conseguimos efetivar de maneira satisfatória e diminuir esta famosa – que dizemos tanto, é muito bonito – exclusão social, nós não contribuimos efetivamente para que isso acabe e acabamos nos tornando coautores nesse processo da exclusão social.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Nancy, muito obrigada pela presença da senhora e pela colaboração dos Defensores, não só nesta tarde de hoje, mas também durante a visita que fizemos no dia de ontem. O Dr. Anderson nos recebeu e nos passou também algumas informações. Obrigada a vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Convido agora a Dr^a Rozely Molina, Delegada da Deam, para responder algumas perguntas, com as respostas que ficaram pendentes do Secretário de Segurança.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Molina, é rápido. São três perguntas apenas que nós gostaríamos de fazer para a senhora e um encaminhamento.

Primeiro, deixe-me fazer o encaminhamento que nós gostaríamos de obter da Secretaria de Segurança. Nós também recebemos denúncias de que a Delegacia de Corumbá está autuando os casos de lesão corporal contra mulheres como mera contravenção penal de vias de fato e, com isso, encaminhando ao Juizado e tratando como casos de menor potencial ofensivo. Queremos investigação, providências e informações,

por escrito, da Secretaria de Segurança, com relação a esse fato aqui. Vou deixar isso depois com a senhora.

A primeira pergunta para a qual, na verdade, o Secretário de Segurança não conseguiu nos dar resposta. Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas?

A segunda pergunta: há intérprete indígena na Delegacia da Mulher para permitir o registro de ocorrências com maior fidedignidade e segurança para as mulheres indígenas? Entendemos que essa é uma necessidade em virtude do número significativo de mulheres indígenas no Estado e na capital. Essa é uma deficiência, possivelmente, de algumas mulheres que não conseguem falar a nossa língua e, por isso, não conseguem ser entendidas pelas pessoas que as atendem.

Uma última pergunta, com relação a qual as pessoas aqui já se manifestaram. O fim do plantão da Deam foi precedido de algum estudo? Qual foi o motivo da interrupção do plantão 24 horas? Há previsão de retorno do plantão 24 horas?

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Já as cumprimentei, mas, mais uma vez, é um prazer estar aqui, Senadora, Deputada, Deputado, plateia que, até agora, resiste bravamente nesta audiência.

Coube-me falar um pouquinho a respeito da Delegacia da Mulher, mas, como já havia dito ontem, eu sou Delegada Titular da Delegacia Especializada de Campo Grande. Não obstante a competência ser estadual, eu fico mais centrada na Delegacia de Campo Grande.

Após a minha assunção há cerca de 1 ano, nós temos tomado medidas para que se uniformize todo o atendimento que é realizado. Eu passei às mãos da Senadora, na data de ontem, duas portarias que eu lavrei colocando a procedimentalização dos procedimentos, como fazer o atendimento, como fazer o encaminhamento. E isso não só repassei para as delegadas colegas do interior quanto dos plantões de TAC, que é onde a gente vê uma maior deficiência.

Como a Dr^a Ana Lara já havia dito, nós nos reunimos, na Diretoria Geral de Polícia, os diretores de departamento, os delegados titulares das unidades, para tentar, da mesma forma, dar esse indicativo de celeridade, que é muito necessário, e fazer mesmo uma padronização em alguns pontos que estavam muito frágeis.

Nós estivemos em Brasília, naquela reunião, inclusive com a senhora, e foi o momento... A Dr^a Lúcia Falcão, que também é da Academia, esteve com a gente lá. E nós combinamos de todas as delegadas contatarem umas as outras, para que a gente realmente padronizasse. E o interessante é que, na época, justamente Corumbá ficou mais... A discussão maior ficou

em cima de Corumbá. Mas o argumento da colega de Corumbá foi porque ela via muita resistência tanto no Ministério Público quanto no Poder Judiciário. Então, a gente ficou... Eu até conversei com a Dr^a Ana Lara sobre isso. Era para a gente tentar verificar com os colegas do interior como seria feita essa padronização.

Mas, como são 12 delegacias de atendimento à mulher, a gente passar tudo o que é feito aqui e a gente acaba sendo meio que guia das demais. A gente repassa para as demais para se tentar seguir.

Não vejo dificuldade em falar com a colega de Corumbá nesse sentido mesmo porque ela mesma me ligou para a gente discutir a respeito desse novo entendimento do Supremo, como estava sendo feito por aqui e guiada toda a coisa.

Então, é algo que dá para a gente resolver.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Deixe-me aproveitar aqui, doutora, para pedir ao Ministério Público também que procure investigar esta situação: Corumbá.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Na verdade, Corumbá e Ladário são bem próximos. Então, acaba ficando centrado em Corumbá. Mas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É da mulher.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Eu não tenho essa informação aqui de qual é a comarca. Mas, na verdade, nós recebemos que ela está atuando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Não. Os dois casos são de Corumbá. Nós estamos solicitando ao Tribunal de Justiça e estamos solicitando à Defensoria e ao Ministério Público agora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A delegacia... Depois, doutora, a gente pode passar para a senhora com mais detalhes o fato. Está bem? Mas solicitamos informações por escrito tanto por parte do Tribunal de Justiça como por parte do Ministério Público e também da delegacia com relação a esse fato.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Certo. O outro questionamento é com relação ao atendimento das mulheres índias. Eu também já havia mencionado ontem que, com muita honra, também faço parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, juntamente com a Tai Loschi, com a Dr^a Lúcia; Lá, nós temos uma índia que é também Conselheira e que é muito atuante. Ela normalmente nos traz. Acho que está ali na

plenária. Ali, Susy. Ela traz normalmente todos os problemas que ela verifica, e a gente coloca em discussão no Conselho para uma eventual tomada de posição.

Mas, com relação à delegacia da mulher, nós não fazemos distinção. Nós atendemos todas da mesma forma, sejam de etnias diferentes, de credo, enfim. O atendimento é padronizado e é único.

Então, obviamente, aqui não há aldeias. Então, não é aquela coisa como Dourados, por exemplo. Nós temos aldeias urbanas aqui. Então, o atendimento é normal, é tranquilo.

No caso da necessidade de um intérprete, como existe para estrangeiros, por exemplo, a gente sempre aciona de pronto alguém, caso haja necessidade. A gente não vê dificuldade nisso aí.

Eu acho que a questão maior fica em Dourados, que é a maior concentração. Em contato com a delegada de lá, Dr^a Rosely, ela, primeiramente, assumiu a delegacia e viu que as condições do prédio eram muito precárias. Já está providenciando, já providenciou um prédio novo. E o que ela me passou, pelo menos num breve contato, foi essa dificuldade de se aproximar da aldeia. Mas, quando as vítimas vêm à delegacia, o atendimento é dado. Então, o que se precisa ser feito é essa aproximação maior. Acredito que, com o trabalho dela, que vem trazendo para o Conselho, e o Conselho tomando atitudes que viabilizem a visita do Conselho a esses lugares, eu acho que é muito relevante.

Aliás, nós já tínhamos discutido isto: de o Conselho ir às aldeias, de o Conselho se aproximar, porque, aí, acaba mobilizando mais pessoas e viabilizando o nosso trabalho.

Qual é o outro questionamento?

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A última é com relação ao fim do plantão da Deam? Se houve algum estudo e se há previsão de retorno.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Fim do plantão da Deam. Eu até brinquei com a Dona Gilda, que estava aqui. Falei: ô, Dona Gilda, a senhora fez a Deam para mim. Porque, à época da criação da segunda Deam, quem estava à frente dessa delegacia era eu. Na época, finalzinho de 2003, eu fui lotada na 4^a Delegacia, Moreninhas. Lá, foi criada pelo então Governador a segunda delegacia e ela foi instalada precariamente no prédio da delegacia do 4^o Distrito, Moreninhas. Então, nós fizemos duas salas, bonitinhas por sinal, à época, e iniciou-se o trabalho ali. Era uma delegada. Havia duas escrivãs e três investigadores. Uma viatura. Isso funcionou do final de 2003, 2004, 2005. E, da mesma forma que acontece, que vem acontecendo, a deficiência de pessoal fez com que não se tivessem condições de continuar aquilo ali. Uma vez que, dentro da delegacia, apenas mudou, continuou

o atendimento, mas feito pelo delegado já da unidade e pelos policiais que lá estavam.

Eu tenho todo o acervo da segunda delegacia lá nos meus arquivos, vocês viram, e é uma pena porque era bom, dividia-se o trabalho. Mas o Governo do Estado já sinalizou com concurso. Até a Dr^a Lúcia estava comentando comigo que foi falado de inicialmente chamar 50 delegados e respectivamente as equipes. Então, eu acredito que, num curto espaço de tempo, a gente consiga suprir. Senão, a gente não dá conta. É isso aí.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Da minha parte, estou satisfeita.

Quero agradecer a presença à nossa Delegada Dr^a Molina e as informações e as complementações que aqui foram feitas à fala do Secretário de Segurança.

Obrigada, Dr^a Molina.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Por que acabou com o plantão de 24 horas? Foi o que ela disse. Eu entendi isso.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – É uma outra unidade. Moreninhas é um bairro aqui da cidade.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Agora, o plantão 24 horas que nós tínhamos na delegacia do centro da capital também foi cessado pelo menos motivo falta de pessoal. Ocorre que, semana passada, o diretor do nosso departamento Dr. Ivan Barreira até me ligou e falou: Molina, cadê aquele estudo que a gente tem de criação de plantão? Aí foi passado para ele. Então, para você ter um plantão hoje funcionando 24 horas, você precisa de pelo menos 8 delegadas, 16 escrivãs, 32 investigadores, porque cada delegado deve ter a sua equipe. E por que essa pergunta dele? Porque já existe uma movimentação com relação à delegacia especializada de infância e juventude, que também clama por um plantão 24 horas e outras unidades também. Então, é uma preocupação da Polícia Civil se instalar isso daí. E existe todo um plano já elaborado, uma estratégia em cima disso, e nós estamos caminhando para lá. Basta a gente conseguir, então, a viabilização do concurso para iniciar tudo.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Molina, pela participação.

A SR^a ROZELY APARECIDA MOLINA – Eu que agradeço. E ressalto que é muito importante a vinda desta CPMI. Parabenizo o Deputado Pedro Kemp também, porque isso chama a atenção para o problema da mulher, chama a atenção para todo o trabalho que é realizado na delegacia da mulher. Eu trouxe o meu pessoal, que está aqui, junto, para verificar a dificul-

dade de divulgação do nosso trabalho. A gente fica restrito ao nosso ambiente e não imagina o quanto é necessário este encontro para que se dê visibilidade e para que se apontem soluções e sugestões para que o trabalho melhore sempre.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Obrigada. *(Palmas.)*

Agora, ouviremos a Sr^a Susy Guarani, representante dos direitos indígenas. Em seguida, a Sr^a Cristiane Duarte, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, lembrando que, para as duas representantes vão dividir o tempo de 20 minutos, 10 minutos para cada uma.

A SR^a SUSY GUARANI – Boa noite, porque já está passado o horário. Boa noite a todos e a todas as presentes nesta plenária. Boa noite, nossa Senadora, Deputada Federal e o nosso Deputado Pedro Kemp, que tem a sensibilidade de falar a respeito da luta das mulheres dentro desta Casa. *(Palmas.)*

E as outras autoridades presentes.

Pena que tudo o que tenho para falar aqui hoje, faltam muitas pessoas aqui para ouvir, porque alguma das minhas falas que vou fazer aqui é de indignação sobre esse processo da violência com a mulher indígena. Eu estou aqui representando as mulheres indígenas do Estado do Cone Sul, que representam as mulheres kaiowá-guarani, que é a minha etnia. Represento no Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e fui indicada agora para assumir um conselho de assessoria da ONU Mulheres, por um trabalho que a gente tem feito de coleta de dados de violência doméstica e violência sexual com mulheres indígenas na nossa região do Cone Sul, nas aldeias Kaiowá e Guarani.

Eu quero lembrar aqui que eu estava com a Comissão Ati-Guaçu, de que também faço parte, que é uma grande reunião dos povos indígenas do Estado, e estava aqui a Dona Alda, que esteve presente com a gente na reunião da Comissão, a Marlene, a Carla e algumas representantes das mulheres terenas estavam aqui. Devido o passar do horário – elas saíram muito cedo das aldeias para falar com a gente –, elas deixaram aqui uma fala de indignação. Eu quero falar essa fala da dona Alda, que é a nossa grande irmã Deci, do Ati-Guaçu.

Dona Alda ficou indignada com a fala da nossa companheiro Tai, da nossa secretária Tai Loschi.

Na realidade, secretaria, a comissão de mulheres indígenas do Estado ela não se referencia aos caciques. Nós tiramos de dentro do Ati-Guaçu uma comissão de mulheres indígenas que estão sendo atuantes e estão sendo proponentes das suas propostas, das suas ações dentro da comunidade. Ela ficou muito chateada,

porque o nosso trabalho não é procurar a liderança do cacique. O cacique não é imagem da mulher na nossa comunidade. (*Palmas.*)

Principalmente das kaiowá-guaranis. Já das terenas, elas tem, sim, um pouco de dificuldade. Mas a gente, com a nossa contribuição e o nosso trabalho, a gente vai conseguir romper essa grande barreira que há da cultura dos nossos povos.

É isso.

Eu quero deixar aqui um recado para as autoridades: em todas as falas que houve aqui, não têm uma ação concreta, nem específica para as mulheres que sofrem e são vítimas de violência dentro das nossas aldeias, de todo o Estado.

Aqui no Município de Campo Grande temos cinco aldeias urbanas. São quase 13 mil famílias indígenas dentro de Campo Grande, e nós temos dados de violência. Como nós fizemos a diligência na comunidade de Água Bonita, muitas falaram a respeito da violência e muitas também não falaram, porque a etnia predominante dentro de Campo Grande é a etnia Terena, e elas sofrem com a repressão do machismo do homem Terena.

Já no Cone Sul nós somos a segunda maior população do Estado, a etnia Kaiowá e Guarani. Como que num contexto tão polêmico, numa situação tão difícil que as nossas mulheres vivem, sem terra, sem terem uma alimentação saudável, sem terem um atendimento à saúde digno, não tem uma capacitação, não tem pessoas que tenham sensibilidade no atendimento, na hora em que ela precisa, quando toda machucada, toda ferida, numa delegacia? Nós temos coleta de dados que, quando chega à delegacia, o atendente fala: “É uma índia que está aí para eu atender? Ah, deixa ela lá sentadinha. Daqui a pouco ela vem, denuncia e volta para casa. Ela se reconcilia com o marido. Não ouve essa mulher.” Não tem noção do que é viver dentro de uma aldeia, passando tanta dificuldade, tanta violência. É um descaso.

Na semana passada, um parente me ligou. Ficou das 9h da manhã às 4h da tarde na delegacia e não foi atendida. Ela não foi atendida.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Susy, qual delegacia?

A SRª SUSY GUARANI – Delegacia de Dourados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SUSY GUARANI – Só tem uma em Dourados.

Hoje, de manhã, a nossa companheira Marlene relatou um caso. Eu gostaria que a Defensoria ou alguma das pessoas capacitadas aqui, em Campo Grande, da Defensoria da Mulher, fizesse algum contato com a

Defensoria de Dourados e tomasse uma providência quanto ao caso da aldeia de Sucuriú, em Maracaju, onde a mulher vem sofrendo há 16 anos violência do marido. O marido já a deixou paralítica por agressão. E ela denunciou. O delegado, as pessoas que atenderam na região de Maracaju falaram que era para ela voltar para casa. Amedrontou-a – Senadora, não foi relatado hoje para nós? –, disse para esperar em casa e tal. Essa índia, com certeza, não vai voltar mais para fazer a denúncia, por causa do constrangimento.

As pessoas que atendem não têm noção do que seja uma fala de uma índia guarani, não entendem no momento da sua dor. Acho que as pessoas têm que ser qualificadas para terem sensibilidade e poderem entender o que as índias estão falando, porque elas têm muita dificuldade. Essa questão de ter um atendente indígena dentro dos centros de atendimento, dentro das delegacias não é de hoje que pedimos – não é de hoje.

Na questão da saúde, a saúde já tem encaminhado esse processo. Acho que funciona muito bem. Porque, culturalmente, a índia, além de sofrer a violência, sente vergonha de expressar. Vamos supor se o atendente é um homem, ela não vai falar. De jeito nenhum, ela não fala. E se for uma pessoa da comunidade, que vai falar a língua, que vai saber entender ela certinho, com certeza, vamos ter dados específicos dentro de qualquer unidade de atendimento.

Eu fico pensando o porquê de o movimento indígena, de as mulheres indígenas ainda terem de fazer um recorte específico da luta de mulheres no Brasil.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Srª Suzy, pode concluir, por favor.

A SRª SUZY GUARANI – Eu fico muito preocupada com isso e peço atenção de todos vocês. Eu gostaria que vocês tratassem com carinho e com atenção o caso da menina lá de Pyelito Kue também, porque os agressores são jagunços da fazenda da área de retomada. Eu gostaria que também fosse tomada uma providência.

Deixo aqui um convite para que o poder público fosse fazer o que eu faço, o que a gente faz, o que as lideranças que estavam aqui fazem: uma visita dentro da nossa aldeia; seguir o passo a passo de qual é a realidade dos nossos problemas, para vocês poderem ter, em suas mãos, a sensibilidade do nosso povo, das nossas mulheres principalmente, que sofrem a violência do abuso sexual, de tudo: da falta de demarcação de terras, violência de discriminação. Nós não temos mulheres indígenas, no retrato do Brasil, ocupando vagas nos espaços de trabalho. Essa é uma grande violência contra as mulheres. (*Palmas.*)

É uma violência que nos mostra que o nosso País, que o nosso Estado, nos torna incapaz de fazermos qualquer coisa.

Quero deixar aqui um recado da Defensoria para as pessoas que estão aqui presentes: o Ministério Público conseguiu liberar o documento de que as polícias civil e militar podem fazer atuação, um trabalho dentro das aldeias de Mato Grosso do Sul. Esse decreto foi assinado hoje.

Quero também falar que o nosso Conselho, as conselheiras que estão aqui, nós somos um órgão de denúncia e de investigação. Não estamos ali para construir políticas públicas. O Governo do Estado e as organizações tinham de ter em pauta já a questão do povo indígena no Brasil.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Suziê, é só uma questão. Essa informação que você recebeu da polícia militar é uma informação oficial? *(Pausa.)*

Mas existe algum documento que foi publicado hoje e foi assinado? Ele está na Internet? *(Pausa.)*

É o Ministério Público Federal? *(Pausa.)*

Está bem.

Então, vamos pegar essas informações, pois elas são importantes até para serem acrescentadas ao nosso relatório.

A SRª CRISTIANE DUARTE – Boa noite, Deputada, Senadora, Deputado Pedro Kemp. Boa noite a todos que estão presentes e a todas as mulheres militantes, guerreiras, a quem tenho a grande responsabilidade de representar, neste momento, como Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, mas representando principalmente o movimento social do qual faço parte no Conselho.

Quero primeiramente me solidarizar com as mulheres indígenas do nosso Estado que, apesar de serem em grande número, são totalmente invisibilizadas, como vimos durante todo o decorrer desta audiência pública e como vemos diariamente dentro das políticas públicas do nosso Estado.

Eu quero dizer que me solidarizo também com essa mulher, com essa jovem indígena que foi estupro no último mês e foi largada à beira da estrada. Esse é o meu sentimento de mulher. Mesmo não sendo indígena, é assim que nos sentimos quando olhamos para as políticas públicas de Mato Grosso do Sul e vemos as mulheres sendo colocadas à beira da estrada.

Eu digo isso porque, quando olhamos para as políticas, no sentido de delegacia que não funciona 24 horas, eu me sinto colocada à beira da estrada junto com as demais mulheres que precisam desse atendimento.

Quando eu vejo que, no governo anterior a esse, nós tínhamos duas delegacias, e agora nós temos apenas uma – e que não funciona em plantão 24 horas –, eu me vejo à beira da estrada. E quando isso é justificado pela falta de pessoal ou pela falta de orçamento, como é que havia uma delegacia em 2000, com dez delegadas? Ouvimos, na visita à delegacia da mulher, da boca da Drª Molina, que havia uma delegacia com pessoal, e agora não tem mais. Para onde é que foi esse efetivo?

Então, eu me sinto à beira da estrada, quando nasce uma nova vara de violência doméstica já com 4 mil processos em cada uma, porque faz tempo que estamos pedindo; e quando pedimos, já havia 5 mil processos. Hoje, existem 8 mil. Se esses processos forem divididos por 2 – não entendi muito bem a matemática que foi colocada aqui – e tivéssemos 4 mil em cada uma, já estaríamos defasados nessa matemática, talvez com as mesmas dificuldades.

Eu me sinto à beira da estrada também quando, em Dourados, eu recebi – até vou levá-los para o Conselho – um documento e um relatório, que serão entregues para a CPMI, da casa-abrigo que foi relatada aqui pela secretária e diz assim:

A casa-abrigo, vinculada à Secretaria de Assistência Social até 2011, havia um convênio de cooperação mútua com o Governo do Estado para atender a região. Entretanto, o Estado não renovou o convênio e retirou todos os funcionários, fazendo com que o Município de Dourados limitasse o atendimento apenas para mulheres da cidade e municipalizasse os serviços.

Isso também vamos levar como pauta para o Conselho, porque eu recebi essa informação agora, por meio desse relatório. Dessa forma, as mulheres do interior também são colocadas à beira da estrada.

Eu me sinto à beira da estrada, quando sou Presidente de um Conselho em que o Governo tem muita dificuldade de dialogar com os movimentos sociais. Digo isso porque nós raramente somos consultadas ou informadas do que acontece nos planejamentos das políticas públicas.

Um exemplo disso é o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres que não temos até hoje. Mas a informação que temos é que ele está na gráfica. Só que esse plano não está na mão do Conselho. Foi passado um esboço do plano para uma comissão do Conselho. Esse plano não foi aprovado no Conselho, mas ele já está na gráfica, assim como uma Cartilha de Prevenção à Violência Doméstica que a delegacia elaborou e de que vocês têm conhecimento, porque também está no nosso relatório. Ela nunca passou pelo conselho. Chegou lá para ser distribuída às mulheres,

e é uma cartilha completamente inviável, do ponto de vista conceitual da política de gênero.

Então, Senadora, eu não quero aqui falar mais do mesmo, porque já foram relatadas aqui todas as nossas dificuldades. Eu quero ser propositiva.

A grande dificuldade parece que é no orçamento, não é? Então, quero até me dirigir ao Deputado Pedro Kemp, que é o único, se não me engano, que está aqui no momento, e sugerir que possamos pensar na criação do fundo estadual de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, porque esta CPMI a gente vem esperando há muito tempo, com muita ansiedade. O movimento de mulheres se debruçou, posso aqui não ter tido tempo para dizer todas as nossas necessidades, mas estão todas aqui, num relatório construído há muitas mãos, a mãos de várias organizações, que têm total comprometimento com as mulheres, organizações feministas, organizações que representam mulheres indígenas, mulheres negras, quilombolas, todas as mulheres, como as que estiveram ontem conosco.

Então, estão aqui as nossas reivindicações, nós estamos muito contentes. Vou terminar este ano muito feliz por saber que a gente pôde fazer esse desabafo. Este é um momento de desabafo, porque sinto que neste Estado nós temos amolado as facas e deixado as mulheres à beira da estrada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Cristiane Duarte.

Bom, já estamos chegando ao final desta audiência pública. Quero aqui particularmente agradecer a todas as pessoas que foram convidadas, que estiveram aqui, que prestaram as informações.

Solicitamos que as informações que ainda serão encaminhadas à CPMI sejam encaminhadas, na medida do possível, dentro do prazo que nós estipulamos. Isso é importante para que possamos ter tempo suficiente para garantir que isso conste no nosso relatório. Quero aqui agradecer muito às mulheres que estiveram conosco no domingo, estiveram conosco ontem à noite e hoje, pela manhã, vários grupos diferentes que também trouxeram as suas informações, que trouxeram as suas solicitações. Nós pudemos elaborar as nossas questões aqui também com base nessas informações.

Agradeço a todas as pessoas que nos acolheram nos órgãos públicos durante as diligências. Não vou aqui nominar todos, mas o Juiz que está aqui, a Promotora e o Promotor, os Defensores aqui presentes, a Delegada, Secretária, enfim, agradeço muito a presença de vocês, agradeço também aos Secretários que já passaram por aqui, ao Secretário de Segurança, ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça. Agradeço muito ao Deputado Pedro Kemp, que esteve

conosco durante todo o dia e hoje, acompanhando os nossos trabalhos e, em nome dele, quero aqui também agradecer à Assembleia Legislativa, ao Presidente da Assembleia, ao Deputado Jerson Domingos, ao Presidente desta Casa, que nos acolheu muito bem no dia de ontem e de hoje. Agradeço também aos funcionários, aos servidores da Assembleia Legislativa, que também foram bastante prestativos, orientando-nos, encaminhando-nos, oferecendo-nos também um lanche.

Muito obrigada pela presença, pela participação e pela colaboração de todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Quero também agradecer em nome da equipe da CPMI de Violência contra a Mulher aos Deputados Jerson Domingos, Presidente, e ao Pedro Kemp, proponentes da audiência.

Quero dizer que, realmente cuidar das nossas mulheres é de extrema importância, porque a mulher tem um papel fundamental na sociedade, um compromisso com as crianças. Eu sempre costumo dizer que salvar as nossas mulheres, cuidar das nossas mulheres é proteger as nossas crianças. Assim, tenho certeza de que nós temos uma sociedade mais fraterna e sem violência.

Antes de encerrar, passo a palavra ao deputado Pedro Kemp. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO KEMP (PT – MS) – Só gostaria, pelo adiantado da hora, de agradecer mais uma vez a vinda da CPMI de Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, aqui à nossa Assembleia Legislativa, ao nosso Estado. Quero agradecer a todas as autoridades que passaram por aqui, atenderam ao convite da CPMI, e, principalmente, a todas as mulheres dos vários movimentos de mulheres que nós temos e que participaram ativamente desta audiência pública e das reuniões que foram realizadas na noite de ontem e também no domingo.

Queria, para finalizar, apenas dizer que deu para perceber que a situação mais grave de violação, de violência contra as mulheres está realmente nas aldeias indígenas.

Há uma dificuldade talvez do Poder Público de entender que as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul não são de competência do Governo Federal, as mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul são cidadãs do Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*)

Elas devem ser merecedoras de todas as políticas públicas que nós implementamos, seja na área da educação, da saúde... Porque não é possível uma mulher chegar num posto de saúde e alguém dizer assim: "Você é de competência do Governo Federal." Ou uma mulher que é estuprada, passa por uma vio-

lência dentro da sua casa chegar numa delegacia e ouvir: “Você é mulher indígena.” Na verdade, ainda, infelizmente, as populações indígenas são consideradas de segunda categoria.

Então, nós todos somos cidadãos brasileiros e acho que daqui para frente – esta CPMI colaborou muito nesse sentido –, nós precisamos tomar mais consciência de que todos os cidadãos que moram neste Estado são merecedores das políticas públicas para que possamos fazer frente à violência e melhorarmos a vida de todos, já que a Constituição Federal garante isso aos cidadãos brasileiros, sem distinção de etnia, de raça, de cor, de religião.

Então, que fique essa mensagem para todos nós olharmos com carinho para todas as mulheres e, de uma maneira especial, às mulheres indígenas do nosso Estado.

Muito obrigado, Senadora Ana Rita. É uma alegria muito grande recebê-la em nosso Estado. Muito obrigado à Deputada Federal que conheci agora, antes da audiência Pública, Keiko Ota. É uma alegria muito grande tê-las conosco. Aguardaremos depois os relatórios, as recomendações da CPMI para que possamos avançar no Estado nessa luta das mulheres.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB – SP) – Nada havendo mais a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 04 minutos.)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião realizada em 23 de novembro de 2012, às 14 horas e 51 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG) e com a presença da Deputada **Rebecca Garcia** (PP/AM). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ana Rita** (PT/ES), **Ângela Portela** (PT/RR), **Ana Amélia** (PP/RS), **Lúcia Vânia** (PSDB/GO), **Maria do Carmo Alves** (DEM/SE) e **Armando Monteiro** (PTB/PE); e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha** (PT/PR), **Marina Santanna** (PT/GO), **Teresa Surita** (PMDB/RR), **Eduardo Azeredo** (PSDB/MG), **Prof. Dorinha Seabra Rezende** (DEM/TO), **Gorete Pereira** (PR/CE), **Keiko Ota** (PSB/SP), **Sueli Vidigal** (PDT/ES), **Carmem Zanotto** (PPS/SC), **Célia Rocha** (PTB/AL) e **Ademir Camilo** (PSD/MG). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Paulo Roberto Vital de Menezes**, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas; **José**

Duarte dos Santos Filho, Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas; **Maria das Graças Soares PROLA**, Secretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas; **Patrícia Macedo Campos**, Juíza Titular da Vara Especializada de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; **Mário Ipyranga Monteiro Neto**, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas; **Davi Santana da Câmara**, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas; **Ariosto Lopes Braga Neto**, Subdefensor Público-Geral do Estado do Amazonas; **Francy Júnior**, representante do Fórum Permanente de Mulheres; **Miquelina Machado Tucano**, representante das mulheres indígenas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas as presentes nesta Assembléia.

Antes de dar o início formal a esta audiência pública, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas; ao Deputado Ricardo; à Deputada Conceição; e registrar o empenho dos servidores desta Casa; cumprimentar e agradecer à Casa Militar; aos servidores do cerimonial; aos servidores da comunicação; ao conjunto de servidores, sem os quais nós não poderíamos realizar esta iniciativa.

Faço um registro especial, Deputado Ricardo: tive a oportunidade de fazer uma visita ontem à Vara Especializada e descobri uma importante e inédita parceria entre esta Casa e a Vara Especializada. Ao ceder servidores desta Casa para ajudar a melhorar a estrutura do funcionamento da Vara Especializada, a Assembleia Legislativa, embora não tenha nenhum compromisso constitucional em relação a essa iniciativa, sinaliza à sociedade que a questão da violência contra a mulher é um problema de todos. Por isso quero agradecer, registrar e dizer que, nesta parceria do Presidente da Casa, com a contribuição da Deputada Conceição, tenho certeza de que nós poderemos avançar, porque é nesse debate que se realiza o processo de construção das novas políticas.

Sei também de uma série de outras iniciativas que esta Assembleia realizou para reforçar e partilhar recursos com o Poder Judiciário e, dessa forma, enfrentando alguns problemas que nós precisamos enfrentar.

Eu quero também, antes de abrir formalmente a reunião, dizer da justificativa da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, que sempre esteve em todos os lugares nas audiências. Excepcionalmente, por causa da responsabilidade como relatora de uma medida provisória no Senado, teve dificuldade em estar presente. Também a Vice-Presidente, Deputada Keiko, estaria aqui e, por circunstâncias, não pôde estar presente. E bem

assim a Senadora Vanessa Grazziotin – posteriormente, vou ter oportunidade de ler a mensagem que S. Ex^a mandou por escrito ontem, às 11h30, via celular, por se encontrar em uma delegação do Senado à China. Coincidentemente, a agenda não pôde ser alterada, nem a dela na China, nem a nossa com vocês.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, envolvendo Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas, tem como objetivo diagnosticar as estruturas das instituições que são responsáveis por atender à mulher vítima de violência. Isso significa que nós não estamos fazendo um levantamento dos casos.

Neste momento, eu registro que, no jornal local, na capa de hoje, está a demonstração do problema que nós enfrentamos aqui: “Garota é torturada e estuprada por dupla na zona leste”. Esse é um cotidiano doloroso. Mas a CPMI não vai se debruçar sobre os casos individuais, porque para isso já ocorreu uma CPMI em 2001 que mostrou a dimensão da gravidade do problema da violência doméstica e sexual contra a mulher. Esta CPMI se debruça em verificar como as delegacias especializadas, as varas especializadas, as coordenadorias do Ministério Público, as defensorias, os centros de referência estão respondendo às demandas.

Nós, nos 14 Estados, localizamos três grandes desafios. O primeiro diz respeito à padronização nas informações. Deputado Ricardo, Deputado Rebecca, nós temos dificuldade de saber, inclusive aqui no Estado do Amazonas, os números reais, porque, como não há uma padronização, há um número que a Secretaria de Segurança nos fornece, há outro número que o juizado especializado nos fornece, há outro número que o Ministério Público nos fornece. Esse é um desafio nacional, até mesmo porque a Câmara Federal e o Senado aprovaram, apenas em agosto, um projeto que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Acabamos de aprovar este projeto que criou esse sistema, que está sendo construído pelo Ministério da Justiça, mas, no caso das mulheres, as informações são muito mais difíceis.

Se não se sabe em que região, em que área, qual é a natureza do crime, se é lesão corporal grave, onde as tentativas de homicídios se localizam, se é na região da zona leste, onde o processo é mais grave, como é que o Secretário Vital vai poder definir metas estratégicas?

Então, em relação ao primeiro desafio, que é um desafio nacional, estamos inclusive solicitando que o Ministério da Justiça inclua no boletim nacional padronizado um campo específico em que o registro do crime será tipificado como crime de violência doméstica.

Esse é o primeiro desafio no Brasil e também aqui no Estado do Amazonas.

O segundo desafio – evidentemente essa é uma discussão mais ampla – é a precária estrutura física e de pessoal de todos os órgãos. As delegacias especializadas, as varas especializadas, o Ministério Público – muito mais as defensorias – não têm pessoal suficiente para responder. Nós temos, em cada Estado, um número limitado de profissionais. É evidente que essa é uma discussão bem mais ampla, porque, como nós não temos orçamento específico, o que nós chamamos “orçamento mulher” ou “orçamento violência doméstica”, os governos, evidentemente, enfrentam dificuldades para estruturar. Mas, se existem dificuldades, elas devem ser enfrentadas. Então, este é o segundo aspecto: a estrutura de pessoal, o número de profissionais nas delegacias especializadas e nas varas.

Aqui, por exemplo – e isso não é diferente em outros Estados –, na nossa vara especializada, há perto de 8 mil processos, e estamos neste momento com seis ou sete profissionais, que é o mesmo número que as varas especializadas do Estado de Minas Gerais, que é o meu Estado, tem em cada vara, e lá cada uma tem 22 mil processos.

E temos uma particularidade no Estado do Amazonas: estamos há cinco meses sem titular na vara especializada. Precisamos que o Tribunal de Justiça resolva, de imediato, essa questão, além de outra questão que será colocada, que diz respeito à criação do juizado. Tivemos oportunidade de conversar sobre isso com o Governador Omar e sobre os esforços conjuntos para que se constitua aqui um Juizado Especial de Violência contra a Mulher.

E o terceiro aspecto: há uma dificuldade de articulação entre as instituições. Por exemplo, alguém pode me dizer quem controla a aplicação das medidas protetivas que são tomadas? Em algumas situações, e nós conservamos aqui, às vezes é a própria vítima. E a delegada nos contava que a vítima telefona e diz: “Delegada, ainda não chegou a intimação, nós estamos cercadas”, e a delegada liga para ver como está. E nós temos um problema na vara, porque há a centralização da distribuição dos processos, o que dificulta. Às vezes, com 15 dias, para uma medida protetiva, querem retirar o homem naquele momento.

Essa é outra questão que nós precisamos enfrentar e fazer essa articulação com o conjunto dos Estados do Brasil e, particularmente, aqui. Por isso que nós, para verificar este diagnóstico, chegamos aos Estados e os visitamos. Fazemos diligências na delegacia especializada, na vara especializada, no núcleo do Ministério Público, na Defensoria, nos centros regionais. Então,

dentro dessa caracterização, eu queria, por fim, dizer como se realiza essa audiência pública.

Por razões regimentais, em função do Regimento do Congresso, as pessoas que podem falar aqui são aquelas que nós já aprovamos em requerimento anterior e têm a livre palavra os Parlamentares federais que aqui chegarem, sejam Senadores, sejam Deputados Federais.

Esclareço porque a sociedade civil – e nós aprovamos no requerimento – fará uso da palavra após essas autoridades: a partir da indicação do Fórum de Mulheres, que se reuniu e já está com o requerimento aprovado antecipadamente, para que possa dizer a sua opinião sobre a realidade. Por isso não será aberta a palavra para o plenário. Terão o uso da palavra as autoridades que aqui se colocam.

Neste momento, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Manaus, com os convidados que nós passaremos a escutar.

O primeiro convidado é o Sr. Dr. Paulo Roberto Vital de Menezes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, que terá oportunidade de se dirigir e que estará acompanhado pelo Delegado Metropolitano Dr. Emerson Negreiros e a Drª Júlia, que também complementará as informações iniciadas pelo Secretário, Dr. Vital.

Antes da sua palavra, Dr. Vital, nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Rebecca Garcia, usará da palavra para fazer a introdução dos questionamentos para a Secretaria de Segurança que o senhor passará a responder.

Neste momento, com a palavra a Deputada Rebecca Garcia.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Agradeço à Deputada Jô Moraes, que está à frente desta Comissão no Congresso Nacional.

Agradeço a todos os senhores e senhoras aqui presentes, nesta reunião da CPMI da Violência contra a Mulher.

Agradeço à Assembleia Legislativa, na pessoa do Presidente, Deputado Ricardo Nicolau, que tem sido grande parceiro. A Assembleia como um todo tem sido grande parceira no enfrentamento da violência contra a mulher.

Agradeço à Drª Jaiza Fraxe, que compõe esta Mesa, pelo seu trabalho e empenho como mulher e como representante do Poder Judiciário Federal; à minha amiga e colega Deputada Conceição Sampaio, que encabeçou esse trabalho e que teve uma expressão fundamental na organização de todo esse evento, desses 2 dias, que foram muito intensos. Agradeço e parabeno a Deputada de Roraima Angela Portella, que veio com uma equipe de 15 pessoas do Estado de Roraima.

É importante colocar que esta é uma audiência que trata das questões da Região Norte, que hoje está sediada aqui, em Manaus. Não se trata apenas da questão do Amazonas, mas de toda a Região Norte.

Agradeço a todas as autoridades que estão aqui presentes. Em primeiro lugar, ao nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Vital; agradeço também a Keith Bentz, da coordenação da Rede Mulher; à Graça Prola, que está representando aqui a Secretaria de Assistência Social. Agradeço à Secretaria de Saúde, Dr. José dos Santos Filho, nosso Secretário Executivo; agradeço à Drª Patrícia Macedo Campos, juíza titular da Vara Especializada da Violência, que, neste ato, representa o Tribunal de Justiça; à Procuradoria de Justiça, Dr. Davi Santana da Câmara e Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, Promotores de Justiça da Vara da Violência contra a Mulher; e à Defensoria Pública, Dr. Ariosto Lopes de Braga Neto, Subdefensor Público Geral.

Vou fazer um pequeno relato, muito breve, destes dois dias, até para poupar o nosso Secretário, que já está na tribuna, pois gostaríamos de mencionar a audiência com o Governador e as diligências realizadas.

Hoje, pela manhã, às 10 horas, estivemos em contato com o Governador Omar Aziz e, nesse encontro, nessa reunião, nós tivemos a felicidade de saber que ele, ontem, entrou em contato com o Presidente do Tribunal de Justiça e que já ficou acordado que, na próxima segunda-feira, estariam juntos para a criação do Juizado da Mulher. Então, isso já é o resultado, um primeiro resultado desta CPMI no Estado do Amazonas. (*Palmas.*)

Também se colocou à disposição e assumiu o compromisso de criar um centro integrado. Então, esse centro integrado, que colocaria toda essa rede no mesmo lugar, dando amparo a essas mulheres vitimizadas, também já é um projeto do Governo do Estado em função dos dados recebidos pela nossa Presidente da Comissão, Jô Moraes.

Alguns dos critérios para a visita aqui foram os Estados mais violentos e também os mais populosos. Esse foi um dos critérios pelo qual hoje estamos aqui. Embora o Amazonas não ocupe as primeiras posições no que se refere à morte de mulheres, apresentei re-

querimento para a reunião da CPMI no Estado porque considero importante avaliarmos a situação de violência em nosso Estado. É importante saber que políticas estão sendo realizadas no Estado para prevenir a violência contra a mulher.

Existem aqui algumas preocupações que iremos mencionar no decorrer desta reunião, mas já vou começar aqui com as perguntas para que a gente possa ouvir o nosso Secretário de Segurança.

Há duas perguntas. Essas perguntas que eu vou colocar aqui – alguns podem se questionar porque sabem ou imaginam que eu saiba a resposta – são perguntas da CPMI e eu estou aqui fazendo esse papel, mas são perguntas feitas por onde a CPMI passa e que nós estaremos aqui para juntar com as outras e podermos tomar esse diagnóstico, como a Presidente colocou no início da sessão.

Então, existem duas perguntas que são gerais, para todos os Secretários e todas as autoridades que serão questionadas.

A primeira: o que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

A segunda pergunta: qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres em 2012 e 2013?

Agora, passo para as questões específicas da Secretaria de Segurança.

São 62 Municípios e apenas uma delegacia especializada da mulher na capital. Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos de mulher nas delegacias comuns com servidores capacitados?

Conforme mencionei, estivemos na delegacia da mulher ontem, pela manhã, e constatamos um número insuficiente de profissionais para dar andamento aos mais de mil inquéritos mensais, além dos 4.500 inquéritos parados.

Gostaria que o senhor pudesse fazer uma análise a respeito da situação.

Em Manaus, a delegacia da mulher funcionava 24 horas. Por que o plantão acabou? Houve algum estudo prévio que determinou o fim desse plantão?

Os dados que recebemos da Secretaria não estão desagregados impedindo a informação se o crime é referente à Lei Maria da Penha, porque não há como específico, no boletim de ocorrência, para os crimes previstos na Lei Maria da Penha.

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

Os profissionais conhecem os serviços e recebem capacitação para informar corretamente?

Qual foi a última capacitação específica sobre violência contra mulheres que os policiais civis receberam?

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra as mulheres indígenas? Há capacitação específica?

Há aplicação de fiança no caso de violência doméstica?

Fomos informados de que existe um convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres na Presidência da República para a criação de mais uma delegacia na Região Norte. O senhor poderia informar o que está faltando para concretização do convênio?

Então, essas são as perguntas.

O senhor tem 20 minutos para fazer a sua abordagem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Secretário, Dr. Paulo Roberto Vital de Menezes.

Dr. Paulo, na hora em que V. Sª achar oportuno poderá passar a palavra aos demais servidores da Secretaria.

O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES

– O.k.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, começando pela Ex^{ma} Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher; o Ex^{mo} Sr. Deputado Ricardo Nicolau, Presidente desta augusta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; a Ex^{ma} Srª Deputada Conceição Sampaio, autora da proposição; a Ex^{ma} Srª Deputada Federal Rebecca Garcia, nossa representante na Câmara Federal e Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher; Deputada Ângela Âguida Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado de Roraima, nossos cumprimentos e nossas as boas-vindas; também à delegação aqui também representada por V. Ex^a; Ex^{ma} Srª Drª Jaiza Fraxe, Presidente do Tribunal Regional Federal.

Discorrer sobre violência em 20 minutos, devo dizer que é muito pouco. Mas, em se tratando de uma audiência pública, nós temos de seguir esse rito. Procurarei ser disciplinado quanto ao tempo.

Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores advogados e representantes das várias entidades de classe que aqui se fazem presentes, primeiro, eu gostaria de preambular quando se trata da questão violência pública. Eu quero dividir esta minha fala em duas fases. Primeiramente, na qualidade de Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Amazonas, neste preâmbulo, situar todos os senhores sobre o porquê

das várias motivações e ao me perguntarem o que fazer para evitar a progressão dessa violência.

Com esses questionamentos que aqui estão, Deputada Rebecca, alguns deles eu posso, sim, responder; outros, eu estou aqui me fazendo representar também pelo Delegado Emerson, Diretor de Polícia Metropolitana, pela Dr^a Júlia Belota, Diretora do *campus* do nosso Instituto de Ensino de Segurança Pública e duas delegadas da Especializada da Mulher. Por se tratar de questões mais específicas, eles estão em condições de vir aqui e responder sobre esses dados.

Bom, ainda ontem, na nossa cidade de Manaus, nós encerramos, com muita honra, representando o Governo do Estado, um congresso que sediamos, denominado Congresso Internacional de Segurança para Grandes Eventos, realizado no Tropical Hotel, com duração de 3 dias, em que nós recebemos renomados palestrantes, em nível nacional e internacional, que só vieram a enriquecer cada vez mais o nosso conhecimento técnico-profissional.

Quando nós falamos da violência, e aqui especificamente contra a mulher, eu quero antes me reportar ao fato de que toda violência deve ser combatida e rejeitada. No meu entendimento, não existe maior violência do que a fome; uma pessoa com fome é capaz de tudo.

Segundo, numa sociedade como a nossa, carente de disciplina, carente de valores éticos, morais e familiares acima de tudo, nós estamos assistindo, às vezes estarrecidos, primeiramente, à própria mulher... Vejam bem, eu não estou aqui generalizando, mas àquilo que nós estamos assistindo no dia a dia, com cenas de desvalorização, com aquilo que sempre nós primamos quando se trata de educação familiar, sua honradez...

Senão vejamos, tivemos agora uma publicação semanal, na *Veja*, em que aparece na capa aquela jovem que percorreu as redes sociais vendendo sua virgindade – vendendo sua virgindade! Vejam os senhores, se não bastasse isso, tivemos que bater, durante uma semana e agora de forma contínua, os atos de vandalismo e de sexo explícito, numa das nossas avenidas aqui da cidade, em que estamos assistindo a meninas, adolescentes despindo-se no meio da rua e praticando sexo explícito. Dois exemplos apenas, bem recentes. Perguntamos: é esta a sociedade que nós queremos?

Ainda mais, eu tenho enfatizado... Nosso Arcebispo Dom Luiz, num artigo que escreveu aqui num de nossos matutinos, dizia: “Estamos decretando a falência da família?” Nós aprendemos que a família é a célula *mater* da sociedade e, como tal, hoje os reflexos da violência na nossa sociedade advêm destes problemas: educação doméstica, educação de família.

Uma menina que engravida aos 11 anos, como nós temos tido exemplos aqui na periferia, já está ali gestando um monstinho, fruto de um desamor, de uma gravidez indesejada, enfim, de agressões à vida humana. E eu pergunto: é problema da polícia? É problema da polícia a educação doméstica?

Vejam bem, eu estou fazendo essas colocações, porque isso envolve e é o que eu quero buscar: a participação, o engajamento da sociedade como um todo. O que os senhores aqui representam é isto que nós estamos buscando: a participação efetiva da sociedade para buscarmos as soluções para os nossos problemas. Nós não queremos esse tipo de violência. Nós temos que dizer um basta. Como falou a Deputada Conceição Sampaio, uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna.

Mas, gente, onde é que estão essas crianças e adolescentes que os pais não cuidam? Estão jogando para a rua essas crianças e adolescentes. Estão jogando para a rua! Ora, uma criança como essa que perdeu a autoridade paterna ou materna vai encontrar os limites na barra da lei, justamente na barra da polícia. E começa aí um ato de violência.

Dito isso, vamos aos questionamentos: primeiro, 62 Municípios e apenas uma delegacia especializada da mulher na capital. Há previsão de aumento do número de delegacias ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns, com servidores capacitados?

Sim. Agora, isso passa necessariamente por recursos. E recursos financeiros implicam maior efetivo de profissionais, recursos humanos.

Quando o Governo do Estado, através da Secretaria... o Ministério Público ingressou com uma ação civil sobre por que não temos delegados em todos os Municípios. E eu conversava isso com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz: Dr. Francisco, o nosso problema não é diferente do Judiciário nem do Ministério Público, primeiramente porque, nas nossas comarcas, nós não temos 61 juízes, não temos 61 promotores. Nem por isso vamos deixar de dar a atenção devida aos casos e à demanda que se apresenta.

Então, com os limites que nós temos, a disponibilidade de recursos humanos e a capacitação desses recursos humanos, estamos levando adiante essa problemática. E quem vai poder falar melhor sobre isso é a Dr^a Júlia Belota, que é responsável pela capacitação de todos esses profissionais. E diga-se que nós nunca tivemos antes uma qualidade em termos de capacitação como temos hoje através do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública.

Com relação à insuficiência de servidores na própria delegacia da mulher, deixo com o Delegado Emerson, porque esse foi um estudo feito pela própria

Delegacia-Geral de Polícia para atender a todas as demandas com o número que nós temos hoje disponível de policiais civis. Daí a criação de alguns plantões e a descentralização desse atendimento por todos os nossos DIPs.

Idem com relação ao funcionamento por 24 horas da delegacia especializada.

A última capacitação específica sobre violência contra mulheres que os policiais civis receberam: Dr^a Júlia, por favor, responder sobre isso também.

Como a polícia está lidando com os crimes cometidos contra mulheres indígenas? Há capacitação específica?

O Instituto Integrado de Ensino, inclusive, Deputada, nós já buscamos de que forma junto à Funai e à Polícia Federal. Um exemplo típico disso: São Gabriel da Cachoeira. Estava havendo um número que nos chamou a atenção com relação a suicídios por parte de um percentual dessa população indígena. E nos chamou a atenção e vimos que realmente partia da violência. Que violência é essa? A violência da desvirgindade. Começava por aí. E, quando voltava, digamos, para a sua tribo – e hoje a “tribo” é entre aspas –, para a sua comunidade, ela era rejeitada. Com isso, então, ela passava a se prostituir nas ruas do Município. Isso aí através de estudos de antropólogos. E nós conversamos e também já estamos buscando uma interação maior através da própria universidade que se faz presente. E a integração dessas ações passa necessariamente pela conscientização de que todos tenham esse envolvimento para a busca das soluções contra a violência.

Aplicação de fiança, Dr. Emerson. E o convênio com relação à Secretaria de Política para as Mulheres.

E vamos agora, na semana que vem, nos sentar para fazer uma remodelação nos quadros da Polícia Civil, na sua estrutura organizacional. Isso já vai ser também colocado como um dos objetivos prioritários.

Ademais, devo dizer que a Secretaria de Segurança sempre esteve e continuará de portas abertas para todo e qualquer cidadão que nos busque ou que queira participar desse engajamento, porque o problema de violência diz respeito não só a nós, mas a toda a sociedade. E, como todos nós estamos inseridos nesse contexto, eu digo: vamos dizer não e um basta à violência.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Sr. Secretário, antes de passarmos a palavra ao Dr. Emerson, eu queria verificar como o senhor vê a grande dificuldade que nós tivemos no que diz respeito aos dados aqui no Estado do Amazonas, como em outros Estados, que é a centralização de informações em

relação às ocorrências que são registradas nos DIPs, Distritos Integrados de Polícia.

A portaria que o senhor tomou, descentralizando o atendimento de violência doméstica por existir apenas uma delegacia especializada, que fica distante de algumas regiões, particularmente das regiões mais vulneráveis...

O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES

– Já entendi.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– ...como a leste ou norte, nós estamos não temos informações precisas, porque não há uma centralização das informações e das ocorrências, não só dos DIPs, como também dos núcleos do interior.

Como o senhor vê a possibilidade de centralizar as informações, não apenas nos boletins, mas num núcleo ou num local que possa dar o retrato real da violência que a Secretaria de Segurança registra?

O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES –

Perfeito. Esse, inclusive, foi o terceiro questionamento que a senhora colocou como o tratamento e a dificuldade hoje quanto a essas medidas protetivas.

A centralização, por exemplo, na especializada, que hoje nós só temos a que é sediada ali no Parque 10. E nós queremos avançar para onde Manaus está crescendo, principalmente porque atinge uma população estimada em aproximadamente um milhão de habitantes, compreendendo zona norte e zona leste. O crescimento hoje seria, portanto, para essas áreas.

Eu vejo com muito otimismo, porque facilita, inclusive, trabalharmos programas voltados para a política de atendimento à especializada e da violência contra as mulheres.

Como a senhora bem colocou, cada boletim que se faça em uma especializada, pela sua descentralização, facilitando, porque hoje nós sabemos que uma pessoa tem dificuldade até para pegar um ônibus que sai da periferia para vir para essa especializada... Portanto, ela pode fazer o registro em qualquer DIP, só que, a partir daí, a centralização na especializada tem que dar curso a esse procedimento, no caso, mandando chamar a vítima para ser ouvida novamente... Novamente, eu não diria, mas para dar o procedimento que merece aquela ocorrência. E centralização nessa especializada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– E no caso dos núcleos do interior, Secretário? Se for a centralização na especializada de Manaus, o desenvolvimento dos núcleos do interior, nós ficamos sem informações e continuidade.

O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES

– Deputada, o interior apresenta para nós um grau de dificuldade maior, como acabei de dizer, seja pela

carência de recursos humanos, seja pela carência de instalações físicas também, porque, hoje, se nós tivermos recursos para, digamos assim, reestruturarmos uma delegacia, já estamos avançando muito. Muito menos para a construção de uma delegacia especializada para a mulher.

Agora, o que nós estamos em tratativa para apresentar ao Governador Omar Aziz com relação aos 61 Municípios, excluindo-se Manaus?

Aqueles considerados Municípios distritais, sedes principalmente, onde já temos uma estrutura por parte do Poder Judiciário, comarcas, varas especializadas, e um efetivo maior em termos de companhia interativa, comunitária, delegados de carreira, aí sim, estamos estudando a centralização dessas medidas, dessas ocorrências e as pessoas que têm menos condições ou que não podem chegar à capital, ou mesmo no seu interior não disponham desses recursos, cheguem a esse mais próximo para poder acompanhar esse procedimento, seja o inquérito instaurado, ou mesmo buscar a proteção para sua integridade física. E aí a gente dá esse apoio.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passaremos a palavra, Secretário... Desde já eu agradeço a presença do senhor, um dos Secretários de Segurança que compareceram pessoalmente. Para nós é um registro da compreensão e da consciência que o senhor tem dos enormes desafios que o senhor tem nessa área.

Algumas perguntas, depois da fala do Dr. Emerson e da Drª Júlia, podem ficar sem resposta. Nós daremos um prazo de até 10 dias para que a Secretaria de Segurança possa nos colocar. E continuaremos na discussão da busca da centralização das informações e da qualificação dos responsáveis nos núcleos do interior. Sei que não é possível criar uma especializada em cada um dos dez núcleos do interior, mas é possível se adequar funcionamentos, no interior dos núcleos, que possam agilizar.

Quero agradecer mais uma vez, cumprimentá-lo pela sua presença e passar a palavra, com a sua autorização, ao Dr. Emerson Negreiros, para responder às demais questões.

Obrigado, Secretário.

O SR. PAULO ROBERTO VITAL DE MENEZES – Nós que agradecemos, mais uma vez. Emerson, por favor. Quando o Governador Omar Aziz conversou conosco para que aqui estivéssemos para representá-lo, justamente é o compromisso a ser firmado do seu Governo diante dos problemas que se apresentam. E estamos aí em busca das soluções.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Antes de passar a palavra ao Dr. Emerson Negreiros, nós vamos deixar registrado, Secretário, que tivemos a informação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de que haveria uma delegacia especializada em Tefé, e que ela foi transformada em delegacia geral. Essas são algumas questões que nós vamos deixar registradas aqui, e vamos deixar também um relatório que a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres nos forneceu, para que a Secretaria possa nos informar por que, especificamente – estou citando apenas um caso, o caso de Tefé – a delegacia especializada se transformou em delegacia geral.

Com a palavra, Dr. Emerson.

O SR. EMERSON NEGREIROS – Boa tarde a todos. Ex^{ma} Srª Deputada Jô Moraes, em nome de quem cumprimento todas as Parlamentares aqui presentes e as mulheres que estão aqui presentes; Ex^{mo} Sr. Deputado Ricardo Nicolau, Presidente desta Casa, cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Meu tempo regimental é curto, mas nós vamos tentar responder aos questionamentos. Nós assumimos o trabalho em junho, junto à Delegacia Geral de Polícia e, além de sermos cobrados por qualquer organismo social de forma proativa, tentamos viabilizar um sistema que pudesse dar uma rede de proteção dentro da realidade da Polícia Civil do Estado do Amazonas. A delegacia das mulheres contava com plantão e acabava sendo centralizadas todas as ocorrências dentro da delegacia das mulheres. O que ocorre na cidade de Manaus? Nas duas zonas mais populosas, a zona norte e a zona leste, que perfazem metade dos habitantes da cidade, os resultados de crimes são mais crescentes. Ora, com o advento da política do Programa Ronda nos Bairros, que tem tudo a ver, do Governo Omar Aziz, ele expandiu sua rede de delegacias de polícia em 88,49% – 90% a mais dessas delegacias de polícia.

O que ocorre na cidade de Manaus é que essas delegacias de polícia contam com uma rede de proteção social, que é a Seas, que é o atendimento psicossocial do Projeto Ame a Vida, que está instalado dentro dessas delegacias de polícia, para que façam esses atendimentos. O que nós fizemos de forma diferenciada, e que nunca existiu aqui em Manaus? O primeiro ato foi a instalação de um novo plantão na zona norte de Manaus, ou seja, a zona de maior população.

Por legislação, além da legislação estadual daqui, todas as mulheres são atendidas, independentemente da delegacia especializada, nos DIPs. Os DIPs fazem o atendimento. Nós temos uma rede de proteção. Se visualizarmos essa rede de proteção social, ela cresceu com o aumento dos DIPs que foram acrescenta-

dos com os investimentos na segurança pública no Estado do Amazonas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Emerson, só um esclarecimento. Os DPIs funcionam 24 horas?

O SR. EMERSON NEGREIROS – Vinte e quatro horas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Aos sábados e domingos?

O SR. EMERSON NEGREIROS – Sábados, domingos e feriados. Ou seja, por iniciativa... como delegado de polícia, com mais de 10 anos de exercício aqui no Estado do Amazonas e trabalhando pelo interior, eu percebi, já que é uma legislação de 2006, que existia realmente, na parte das zonas mais carentes da cidade, uma necessidade de implantação. E, com essa liberdade, nós formamos mais uma base, que é o 18º Distrito, que fica no bairro Novo Israel, porque nós entendemos que a polícia tem que exercer essa proximidade com a população.

Essa base do 18º Distrito passou a funcionar com delegado de polícia, 24 horas, sábados, domingos e feriados, o que não existia. E, na zona leste, já cheguei também a levantar mais uma base de flagrante, onde você conta com delegado de polícia 24 horas. Ou seja, são delegacias que estão próximas à população, elas estão dentro dos bairros. Aquelas delegacias não tinham autoridades policiais.

Manaus conta com uma delegacia que fica na zona centro-sul, a área mais rica de Manaus, e que ia atender a toda a malha, mas ela não teria condições de suportar todo o atendimento das demandas que viessem de natureza da violência doméstica. Ora, o caminho seria qual? Racionalizar os recursos, otimizar os recursos, para que nós pudéssemos aumentar a rede de proteção às mulheres e dar um atendimento melhor, ou seja, elaborando as medidas protetivas de forma mais rápida a qualquer hora da noite, realizando uma prisão em flagrante e encaminhando esses casos à Justiça.

Ora, nós tínhamos, na delegacia das mulheres, um plantão em que acabávamos subutilizando os recursos e explico por quê. Porque não tínhamos uma malha de flagrante, um atendimento reduzido, enquanto na realidade se furtavam de fazer atendimentos ou algumas situações nos DIPs. O que exerceu, até mesmo por minha parte, uma fiscalização no sentido desse atendimento, nessas zonas da cidade, porque com isso nós poderíamos alavancar um número de inquéritos que estariam em aberto, que vêm não só desde 2006. É tanto que os números... Vamos, recebendo esse legado... Desde julho, o primeiro mês que

encerrou o plantão foi junho. Não foi uma mudança traumática. Foi uma mudança...

A delegacia das mulheres é subordinada a mim. Eu chamei a delegada das mulheres e fizemos uma transição para que nós pudéssemos dar uma resposta melhor às demandas que existiam na delegacia das mulheres. Eu dei 10 dias para que o plantão terminasse e 30 formando uma força-tarefa com todo o efetivo, deixando outras áreas da cidade desassistidas por tempo certo. Após essa passagem, fincamos muito mais a cultura e depois, por determinação, que essa rede de proteção funcionasse para toda a cidade, potencializando o atendimento nas zonas mais populosas e com maiores demandas, quais sejam, a zona norte e leste, como efetivamente ocorreu e ocorre até este momento.

Em julho, o número de inquéritos que nós remetíamos era 92 do ano passado. Em 2012, quando implementamos essa nova política, nós enviamos 225 inquéritos policiais. Os problemas que envolvem a questão das mulheres não iniciaram ontem, é verdade. A cultura e a mudança da lei, para que nós pudéssemos, como instituição, organismos sociais que estão aqui, alavancar são coisas que nós podemos a cada dia ir mudando nessa realidade.

Em julho do ano passado, foram 92 inquéritos remetidos. Em 2012, 225 inquéritos remetidos. São 225 vítimas que esperam e anseiam por uma resposta da Justiça, que não poderiam estar vinculados à instituição – que é a polícia civil, que tem o dever constitucional de reprimir o crime – e parados dentro de uma delegacia de polícia, e que nós pudéssemos mudar essa realidade.

Já no mês de agosto, relacionados a 2011... Foram mandados 119, em 2011, e, neste ano, 250 inquéritos policiais. Se for ver, são mais de 100% de inquéritos policiais remetidos à Justiça.

Em setembro de 2011, foram enviados 78 inquéritos; em 2012, 196 inquéritos policiais, todos com uma marca de mais de 100%. Se formos ver, em números absolutos, 4 mil inquéritos policiais a serem concluídos.

Nós estamos vendo que esse problema já vem de algum tempo. Então, essas medidas, que vou chamar de medidas proativas, de proximidade, porque a polícia também tem que ter proximidade com a população, nós entendemos que a mudança da cultura policial é uma mudança de aproximar a instituição polícia da população, da sociedade. E nós contamos com a recepção, com esse retorno, esse *feedback* das pessoas que nos procuram. É bem difícil, às vezes, para a polícia, num final de semana que tem uma medida protetiva, que ela já está nas mãos com a medida protetiva, porque ela entrou no *site* do Tribunal de Justiça e viu que

estava lá, mas ainda não foi cumprida, não foi citado, dado ciência à parte. E às vezes nós vivemos assim.

Nós devemos defender a sociedade e, às vezes, não há aquela segurança de ir lá... “Não, espera aí, tem essa medida? Eu vou lá e vou cumprir”. Porque, de repente, eu estou me deparando com uma mulher e seus filhos ali, como já aconteceu, e ela não tem ninguém nem no próprio Estado do Amazonas. Aí você não pode dizer: “Você vai lá e conversa com a sua família, a sua irmã, e a gente vai...”. Aí ela diz: “Doutor, eu não tenho para onde ir”. E ela se socorre da atenção da autoridade policial; e, às vezes, é um sábado, e a gente vai lá e tenta cumprir aquela situação, porque é uma situação específica. Nós somos humanos e estamos diante da realidade.

Então, a Polícia Civil, desde 2006, numa cidade de praticamente 2 milhões de habitantes, só conta com uma delegacia das mulheres. Ainda assim, nós não paramos. Nós convocamos a delegada de longa estada, Dr^a Catarina, e a Dr^a Kathleen, para iniciarmos um projeto para que pudéssemos formar uma delegacia especializada em crime contra a mulher na zona norte, na realidade no limite da zona norte com a zona leste, onde fica a Cidade de Deus, digamos assim, um ponto que divide a zona norte e a zona leste.

O projeto foi realizado, foi pensada toda a delegacia numa estrutura, num sistema de proteção social. A Polícia Civil, salvo engano, tem que ter uma contrapartida de R\$134 mil. Nós estamos alavancando o projeto, foi feito o projeto...

Eu acho que nós estamos pensando na problemática de hoje, que não começou hoje, agora, e estamos agindo com um olhar para o futuro. As demandas envolvendo as mulheres têm aumentado cada vez mais, mas nós temos nos esforçado ao máximo com essas medidas. Nós temos um quadro de policiais que já teve baixa de mais de 177 policiais do último concurso público. Então, nós continuamos e estamos colocando...

Então, nós temos 30 unidades policiais. Nós passamos de 17 para 30 unidades policiais. Então, todas essas unidades passam a fornecer o atendimento às mulheres e todas as demandas que nós recebemos ou qualquer reclamação que seja, nós vamos colocá-las a par, seja pela imprensa, seja na notícia, como uma forma de nós estarmos agindo nesse sentido.

Então, acho que essas medidas de campo amplo na capital do Estado, em Manaus, foram feitas dessa forma. É possível, hoje, a mulher procurar na zona leste e encontrar outra base, encontrar delegados de polícia a qualquer hora do dia ou da noite. Ou seja, fizemos uma política diferenciada, prestigiamos a zona menos favorecida da cidade, por uma medida de política institucional, sem que, com isso, estívéssemos pressionados

por qualquer organismo social e tal. Aqui, o que nós estamos fazendo é prestar conta do nosso trabalho à frente da Polícia Civil do Estado do Amazonas na área de segurança pública no que nos compete.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Emerson, aproveitando, para o senhor completar as informações, três questões. Em primeiro lugar, os dados de inquéritos que o senhor informou aí somam os dados da delegacia especializada e os casos registrados das DIPs?

O SR. EMERSON NEGREIROS – Soma os casos da delegacia especializada, somente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Por isso nós insistimos na necessidade de uma coordenação para que se possa ter um quadro efetivo, porque há um entendimento descentralizado; ele é positivo, mas falta a centralização de informações.

A segunda questão é: quando nós discutimos, como política, as delegacias especializadas, é porque vemos que não há clima, não há espaço, não há condições de atender a uma mulher agredida em uma delegacia comum.

O senhor está prevendo ou já realizou um treinamento especial de qualificação do pessoal que nos DIPs vão atender à mulher vítima de violência? Nós temos absoluta certeza, pela experiência, de que é importante a especialização no atendimento à mulher vítima de agressão, porque, se o atendimento for feito em uma delegacia comum, ela será ridicularizada. Há, no planejamento em curso, o treinamento e a qualificação de pessoas para nos DIPs atender às mulheres vítimas de violência?

A terceira pergunta: o senhor tem prazo, previsão de quando terminará o levantamento que a Corregedoria está fazendo dos 4,500 inquéritos que estão parados, dos quais muitos estejam prescritos?

Essas três questões eu queria que o senhor nos respondesse.

O SR. EMERSON NEGREIROS – Primeiramente em relação à demanda de cursos, hoje, especificamente dentro da Polícia Civil, através da Dr. Júlia, sempre tentamos demandar essa questão da resolução de problemas voltados para a questão das mulheres. A Dr^a Júlia geralmente tem trabalho nessa malha, e isso é favorecido a todas as unidades policiais, como forma de melhorar o atendimento e, principalmente, a questão das mulheres.

Com relação ao prazo dos 4.500 inquéritos. Se nós fôssemos ver essa demanda toda de 4.500 mil inquéritos policiais, nós nos assustaríamos um pouco, institucionalmente, com o número de servidores, que já passamos. Qual é o nosso planejamento para essa situação? A cada mês, nós temos dado vazão à ordem

de 100% a mais. Nós temos 90 inquéritos atuais e para frente. Nós estamos repassando à Secretaria, ao Governo a nossa necessidade de efetivo de servidores, porque empacamos nessa dificuldade.

Qual era a nossa vontade com relação a isso? Formar uma força-tarefa, um grupo. Por que um grupo? Nós tentamos formar um grupo para que pudesse... Esse grupo, na realidade, foi formado até onde pôde. Com a expansão das unidades policiais, nós o diluímos, mas ainda o deixamos fortalecido. Embora haja poucos servidores na delegacia, ela ainda é tratada de forma diferenciada, com a nova realidade. O que acontece no nosso sistema de segurança em relação aos policiais que ingressam é que há uma Corregedoria que faz parte do sistema e que demanda servidores da nossa instituição – escrivães, investigadores e delegados de polícia.

Então, em relação ao prazo desses 4.500 inquéritos policiais, a nossa dificuldade maior seria a parte de servidores, porque a nossa estrutura está boa, foi melhorada, e o investimento foi bom. A nossa vontade, dentro desse quadro, seria – estamos fazendo estudos – chamar mais aprovados do último concurso. Qual é a ideia? Formar um grupo, uma força para que pudesse dar vazão a todos os inquéritos e ver quais estão prescritos. Não que esse trabalho não tenha sido feito, mas ele pode ser feito de uma forma mais vigorosa. Do que nós precisamos? De servidores, porque nós precisamos cuidar do que é atual e do que está atrasado. E temos feito isso; nós temos cuidado do atrasado e do atual. Então, temos reforçado muito a questão dos servidores. Nós já temos parecer da Procuradoria-Geral do Estado para ver a questão, porque nós dependemos dessa situação.

Mas ele estava dizendo: “E tem sido feita alguma coisa?” Tem sido, como eu tenho mostrado aqui. Se não fazemos mais é porque realmente nós carecemos de recursos humanos para isso. É ruim para uma autoridade iniciar um dia de trabalho, ou para as delegadas de polícia, iniciar às 8h da manhã e às vezes sair às 19h ou 20h de uma delegacia, sem ter conseguido vencer toda a demanda que é apresentada.

Então, seria o ideal que nós conseguíssemos, não só na questão das mulheres, atender a todas as demandas que viessem, de forma sempre mais eficiente, porque, se as demandas aumentam, nós pugnamos – sempre colocamos isso, Deputada – pela qualidade. Um inquérito policial bem elaborado é a base de um processo sem falhas. Então, nós primamos pela qualidade também. Eu mostro números – mais de 100% aqui –, mas nós primamos pela qualidade. Não interessa fazermos 150%. É melhor que façamos 100%, mas que o façamos com qualidade e que tenhamos

a certeza de que cumprimos o nosso papel com relação a essas demandas que envolvem as mulheres, e outras mais.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Depois, quero saber se a Deputada Rebecca tem algum questionamento, mas eu queria, primeiro, solicitar... A Corregedoria está fazendo este levantamento: 4.500 inquéritos são agressões, lesões – sabe-se lá o que ocorreu nesse período. Então, a resposta à violência doméstica tem um caráter emergencial. Imagine um inquérito de 2006, 2007, 2008!

Então, a CPMI deixaria a solicitação de que a Secretaria pudesse nos enviar um prazo... Evidentemente, os problemas de recursos existem, mas parcerias com universidades, forças-tarefas poderiam agilizar para que os processos de agressões a mulheres não ficassem no meio do caminho. Que nós tivéssemos um prazo, porque, pela informação que temos, já se está há 6 meses fazendo um levantamento, e sem muito tempo de previsão. Que nós tivéssemos um teto.

A segunda questão é que, em Itacoatiara, houve uma delegacia especializada em crimes contra a mulher, que foi transformada em delegacia geral. Hoje, temos a ocorrência de um crime ocorrido lá, cujo agressor está foragido, sem localização.

Eu deixaria um registro, porque, evidentemente, a portaria não é de responsabilidade do senhor: que pudesse ser informado à CPMI por que esse retrocesso de a delegacia especializada de atendimento à mulher de Itacoatiara se transformar em delegacia geral, sem a responsabilidade correspondente.

E, neste caso específico, vamos deixar registrado o crime e solicitar que haja uma resposta imediata na localização... A vítima, a comunicação informa que a sua irmã, Mara Marinho da Silva, foi espancada até a morte pelo seu companheiro Ney Félix da Cunha, que tem um apelido de Papão, e até agora não foi localizado. Esse é o boletim de ocorrência que nos chegou, e nós consideramos fundamental que sejam tomadas as medidas necessárias, já que o criminoso está foragido.

A resposta quanto à transformação da delegacia especializada – esse retrocesso – em delegacia geral, nós vamos registrar e dar um prazo para que o senhor possa colocar também a informação e nos indicar.

Deputada Rebecca....

O SR. EMERSON NEGREIROS – Deputada, me permita só...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pois não, Dr. Emerson.

O SR. EMERSON NEGREIROS – Só para que fique uma forma bem... Nós temos 4 mil inquéritos policiais. O que acontece? A maioria dos delitos envolve injúria e ameaça. A mulher, no término do re-

lacionamento, tem aqueles atritos, aquelas ofensas. Nós envidamos todos os esforços nos crimes de maior gravidade. Se temos dez crimes e não conseguimos vencer seis deles, as lesões corporais são atendidas prontamente; casos de estupro encaminhamos para o SAVs, o Sapem. Isso tudo é feito. Nenhum desses casos, como casos graves como estupro, homicídio, que eu poderia aquilatar que ao bem jurídico atingido seja de maior gravidade, que não seja a honra, eles são levados à frente. Se eu tenho 4.000 inquéritos policiais e a maioria deles são crimes contra a honra, os casos de lesão corporal... quando em meados de junho de 2012, uma mulher... Eu chamava a Dr^a Kathleen e dizia: “Dr^a Kathleen, uma mulher vai levar três meses para ter uma audiência para ser ouvida, 90 dias? Isso não é possível.” Nós vamos formar uma força aqui e uma mulher tem que ser atendida, é claro, fora os casos graves que são atendidos imediatamente, ela tem que ser atendida, ouvida na sua demanda, em pelo menos 15 dias. Hoje, as audiências, que ocorriam em três meses, ocorrem em 15 dias. Em relação aos crimes de maior gravidade, eles são atendidos com todo o empenho por parte da Polícia Civil. Nós não queremos colocar, dentro desse grupo de inquéritos policiais, casos de maior gravidade como homicídio, lesão corporal, mesmo a lesão corporal leve. Todos os casos são imediatamente encaminhados à justiça.

Em relação a Itacoatiara, ela não foi transformada em um DIP. O que aconteceu foi a nomenclatura. Criaram a lei, o Distrito Interativo de Polícia, mas eles são núcleos especializados, inclusive Itacoatiara tem delegado para o atendimento dessas demandas, ou seja, todos esses dez Municípios do Estado do Amazonas, com exceção hoje de Lábrea e Eirunepé, que não têm delegados em relação ao atendimento das demandas de violência doméstica. Então, Itacoatiara consta, o mesmo núcleo especializado, é questão de nomenclatura, mas existe delegado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É específico de violência contra a mulher. Não é contra a mulher, idoso, criança?

O SR. EMERSON NEGREIROS – É, claro, mulher, idoso e criança.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Emerson, como a gente está avançando no tempo, vamos escutar a Dr^a Júlia.

Queria, então, que registrasse o papel da CPMI, nosso papel: em primeiro lugar, o registro dos 4.500 são, efetivamente, lesões leves, só ameaças?

A natureza dos inquéritos instaurados e a celeridade de completar o levantamento que foi feito pela Corregedoria. Essa é uma informação.

A segunda informação acerca do treinamento e qualificação para que o atendimento especializado nos DIPs seja feito corretamente.

Em terceiro lugar, qual é a forma de controle sobre as medidas protetivas e, evidentemente, um dos problemas que a gente enfrenta em outros Estados, mas particularmente aqui, é que nós não temos o retorno até do período de distribuição – porque, no caso, não é responsabilidade da Secretaria, é do Poder Judiciário –, a centralização da distribuição cria problemas porque uma intimação que a mulher deveria receber no outro dia vai receber um mês depois. A essa altura já apanhou o suficiente.

Então, esse é uma das questões que a gente gostaria de saber e, por último, um balanço completo, para precisar as informações onde existem as delegacias especializadas da mulher no Estado do Amazonas e o planejamento do treinamento e qualificação que os núcleos especializados nos DIPs e nos núcleos de interior têm para o pessoal que vai atender à violência contra a mulher.

Nós daríamos um prazo para que o senhor pudesse nos dar essas informações com maior precisão.

A Deputada Rebecca não está.

Eu agradeço, Dr. Emerson, sua disposição, a sua abertura e passamos a palavra, de imediato, à Dr^a Júlia para completar as informações.

O SR. EMERSON NEGREIROS – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Alertamos também ao sistema esse caso de Itacoatiara, que deve merecer uma atenção especial para que seja exemplarmente apresentado à sociedade.

Com a palavra a Dr^a Júlia Belota, para completar essas informações da Secretaria de Segurança. Nós ampliamos o prazo dado o volume de informações e a responsabilidade que consideramos que tem que ter a Secretaria de Segurança.

A SR^a JÚLIA BELOTA – Cumprimentando todos os nossos representantes, a Deputada Jô e todos os companheiros que estão à Mesa, nós gostaríamos de ganhar um pouquinho de tempo, já que todos foram cumprimentados, e falar um pouco do que a polícia e a Secretaria de Segurança têm feito para melhorar a qualidade do atendimento a todas as pessoas e também à mulher, em específico à mulher.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Júlia, a gente daria prioridade às respostas às perguntas feitas e depois aos comentários gerais.

A SR^a JÚLIA BELOTA – Neste ano, o Estado do Amazonas implantou o Ronda no Bairro, um programa que atende à necessidade de praticamente toda a população, com relação à violência. E, no Ronda no Bairro, nós fizemos um treinamento para todos os poli-

ciais civis e militares e todos eles, de forma transversal, foram treinados para o atendimento também da mulher.

Além disso, nós fizemos um curso de resolução de problemas, no qual envolvemos no treinamento não só policiais civis e militares, como todas as nossas companheiras da Seas que trabalham no projeto A Minha Vida e estão presentes em todas as unidades policiais para trabalhar não só a repressão dos crimes contra a mulher, mas também tivéssemos um trabalho preventivo com relação a esses crimes.

Então, a polícia tem treinado e, a partir do próximo ano, nós vamos treinar todos, porque a educação tem que ser continuada. Você treina hoje e, amanhã, reforça o treinamento e utiliza outros mecanismos pedagógicos para que as pessoas possam, vivenciando situações, melhorar o atendimento. Então, nós temos feito exatamente desta forma: treinamos todos para atender a todas as pessoas e melhorar o comportamento, inclusive a sensibilidade no atendimento às questões contra a mulher, porque muitas vezes nós temos um processo de socialização, e as pessoas não são socializadas para perceber a mulher como um ser a ser respeitado. Nós somos machistas, inclusive nós, mulheres, e educamos dessa forma. Então, precisamos trabalhar o processo educativo.

Também no trabalho do Ronda, nós vamos trabalhar as comunidades. E, nas comunidades, nós também pretendemos trabalhar a educação, o processo educativo da própria mulher, para que ela possa buscar a sua autopreservação, porque, muitas vezes, nós não sabemos como cuidar da nossa segurança. Nós somos, às vezes, levados pelo emocional e pelo emocional nós somos vítimas. Então, precisamos trabalhar isso, fortalecer a mulher, fortalecer a família, porque num lar onde há violência doméstica, há a perpetuação exatamente desse exemplo.

Então, precisamos trabalhar a família como um todo, a comunidade... Não precisa nem ser a vítima, mas a sociedade como um todo precisa perceber a necessidade de respeito ao outro e principalmente à mulher, ao idoso, porque se perderam esses valores. E nós precisamos resgatá-los e através das famílias, já nas comunidades, como um processo preventivo, doutora.

Não só estamos trabalhando o treinamento de policiais para executar a atividade, fazer melhor o seu serviço, fazer uma escuta mais afetiva, oferecendo à mulher oportunidade de, inclusive, mediar os seus conflitos, ter formas de trabalhar o conflito familiar para que não chegue à violência, de uma maneira preventiva, como também precisamos trabalhar a comunidade em primeiro lugar, para que as famílias sejam fortalecidas e para que se evite a falta de respeito.

Essa é a visão que nós temos de educação, do treinamento para mudar uma realidade social. É assim que nós estamos vendo o treinamento, mas estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Drª Júlia, nós tínhamos feito perguntas...

Qual foi a última capacitação específica sobre violência contra a mulher realizada com os policiais civis?

A SRª JÚLIA BELOTA – Este ano...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Específica sobre a questão.

A SRª MARIA JÚLIA BELOTA LOPES – Observe.

Este ano nós fizemos de forma transversal. No ano passado, nós fizemos de forma específica. Este ano, nós fizemos, porque nós precisávamos treinar todos os policiais, civis e militares, para trabalhar no Ronda, para trabalhar as questões de violência no geral, inclusive contra a mulher, contra o idoso. Só que, para o próximo ano, já temos previsto o treinamento específico. O único treinamento específico que nós fizemos não foi para trabalhar a repressão, mas a prevenção, que foi na resolução de problemas. Nós também já trabalhamos este ano, mas como prevenção, não como repressão.

Para o próximo ano, nós vamos trabalhar já a questão da repressão, como eu vou trabalhar uma mulher que chega vitimizada. Nós já trabalhamos isso de forma transversal, no Ronda no Bairro, mas nós vamos trabalhar especificamente para o atendimento em todas as unidades policiais, porque todos os nossos profissionais foram treinados este ano.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Deputada Rebecca, algum questionamento?

Drª Júlia, fica registrada a nossa preocupação de que a portaria de descentralização, uma iniciativa correta, dada a distância que a especializada tem dos bairros mais vulneráveis, não foi acompanhada com a mesma intensidade do treinamento e qualificação específicos das pessoas que vão atender às mulheres.

Nós gostaríamos de registrar, porque a nossa preocupação é com a mulher vitimizada, no caso da Secretaria de Segurança Pública e da qualificação de pessoal.

A SRª JÚLIA BELOTA – Deixa-me só prestar um esclarecimento, que eu talvez não tenha sido muito clara.

Nós trabalhamos essa orientação, mas não fizemos especificamente um treinamento só para isso. Eu trabalhei, nós trabalhamos o treinamento no próprio treinamento geral, que era um treinamento de 150 horas. Então, estava lá também esse tratamento. Só que, para o próximo ano, nós vamos fazer treinamentos mais curtos e vamos usar uma metodologia que possa sensibilizar muito mais, porque em treinamento

mais curto nós podemos fazer isso melhor do que em treinamentos mais longos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a informação e deixamos registrada, primeiro, a emergência que se realize um treinamento especializado que garanta que, em cada núcleo do interior, delegacia geral e cada DIP, possa haver pessoas treinadas e qualificadas especialmente para atender à mulher vitimizada e, em segundo lugar, um processo permanente para que a academia possa absorver essa lógica.

Nós agradecemos a presença da Drª Júlia. Nós aguardaremos, então, da Secretaria de Segurança, Dr. Emerson, as outras informações. E passaríamos, agora, para a próxima pessoa a responder a algumas questões aqui pendentes.

Antes, eu gostaria de registrar e agradecer a presença do Dr. Néelson Fraiji, Diretor Presidente da Fundação Hemominas; da Srª Rosicléa dos Santos, do Conselho Estadual dos Direitos de Mulheres do Amapá; da Srª Inaílza Barata, Secretária Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá; da Vereadora Lúcia Antony, representando a Câmara Municipal de Manaus; da Vereadora Elenize Holanda, representando a Câmara Municipal de Itacoatiara; da Srª Isis Tavares, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulheres.

Sei que estão presentes várias entidades dos movimentos de mulheres e gostaria que chegasse até as minhas mãos para que a gente pudesse registrar, em audiência pública, a importante presença da sociedade civil organizada aqui. Também presente aqui – já falei – a Vereadora de Itacoatiara.

Nós vamos convidar agora, para as suas informações, o representante do Secretário de Saúde, que nos comunicou não estar presente em Manaus, e indicou o Dr. José Duarte dos Santos Filho, o Secretário Executivo. Nós temos a satisfação de escutá-lo. Antes das suas palavras, a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Rebecca Garcia, que a colocará os questionamentos, Secretário, lembrando que há dois gerais, que ele já falou. A Deputada pode até repetir os dois anteriores, gerais, e os demais, específicos, para o senhor.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Então, as perguntas gerais: o que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

Qual é o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento às violências contra a mulher em 2012 e 2013?

Agora vamos para as perguntas à Secretaria de Saúde: qual é a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, negras e da floresta?

Há serviço de abortamento legal na capital e no Estado?

Como as mulheres acessam os serviços?

Quantos abortamentos legais foram realizados nos últimos 5 anos?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido, em todo o Estado, o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais?

Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Há capacitação específica para os agentes de saúde atuarem respeitando as culturas indígenas?

Recebemos denúncias de que as mulheres indígenas sofrem abusos no parto. Há capacitação dos profissionais de saúde para lidarem com as mulheres indígenas, respeitando as culturas?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. José Duarte, que terá até 20 minutos para as respostas. Eu sugeriria que fossem respondidas as questões e, em seguida, as considerações gerais, porque, para nós, a CPMI, em todo o Estado, cumpre uma rotina e tem que responder a essas questões em todos os Estados do Brasil.

Em seguida, as considerações que o senhor considerar importantes.

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher; a Deputada Ângela Âguida Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; a Drª Jaiza Fraxe, Presidente do Tribunal Regional Federal; Deputada Conceição Sampaio, autora da proposição; e a Deputada Rebecca Garcia, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

E gostaria de cumprimentar todos os presentes, a sociedade civil organizada. E passarei agora às considerações sobre as perguntas que me foram feitas.

Bem, a questão da violência contra a mulher, como já foi dito aqui anteriormente, é assunto para ser tratado com toda a sociedade. Todos nós somos responsáveis. E, no âmbito da Secretaria de Saúde, algumas políticas estão sendo implantadas e desenvolvidas, para que a gente possa, evidentemente, combater esse assunto tão importante que está sendo discutido pela CPMI.

Estatisticamente, nós não dispomos de números reais sobre a questão de atendimento na área da saúde. Por que isso? Porque, evidentemente, dentro da Secretaria de Saúde, nós temos um protocolo de que todo atendimento de agravo – que é exatamente a atividade-fim da Secretaria de Saúde, onde nós entramos para o combate –, nós temos como obrigação comunicar às autoridades policiais. E nisso, evidentemente, há uma inibição em relação ao fato em si, à ocorrência, para que a gente possa, evidentemente, dar essa informação às autoridades policiais, porque existe a vergonha, a pessoa não quer se expor. Está entendendo? Isso, realmente, dificulta muito, e acabamos atendendo, na nossa atividade, o agravo como sendo uma consequência normal de um fato qualquer, de uma queda, então é muito difícil ter esses números em mãos, para que a gente possa, evidentemente, ter uma estatística e ter a elaboração de políticas públicas dentro exatamente dos números reais, para combater esse tipo de violência. Está entendendo?

E a nossa atuação se restringe exatamente ao efeito e não à causa. Por quê? Porque a gente não toma conhecimento da causa. Na realidade, a gente só toma conhecimento através do agravo. Quando a gente atende, nas nossas unidades de saúde, essas pessoas – está entendendo? –, evidentemente, não tomamos conhecimento daquilo que realmente ocorreu, isso dificulta, daí não termos números reais, números exatos, para que a gente possa, realmente, oferecer mais políticas públicas, mais serviços.

Atualmente, dentro da estrutura do Estado, ofertamos as SAVVIS. Hoje, temos quatro SAVVIS, que são os Serviços de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Temos, no Estado do Amazonas, essas quatro. No âmbito do Município, temos uma, que é na Maternidade Moura Tapajós, pertencente ao Município; temos uma inaugurada, recentemente, no Instituto da Mulher; uma no Hospital Francisca Mendes; e, no interior, temos no Município de Manacapuru, também, esse serviço de atendimento.

Existe uma expansão com vistas a expandir mais esse serviço, que exatamente essa expansão, essa ampliação, implementação, está se destinando mais ao interior do Estado. Estamos com um projeto já em andamento de implantação em 8 Municípios que vão também dispor, já nesse primeiro semestre de 2013, também com esse serviço. Evidentemente, a gente está expandindo esse serviço mais para o interior, em função de lá ser mais precário esse tipo de serviço, esse tipo de atendimento. Está entendendo?

E, na verdade, o nosso apoio para essas SAVVIS é mais no que se refere à implementação, à ajuda na

implementação, ao apoio na implementação e na qualificação, também, desses profissionais.

Assim como já foi dito, aqui, também, temos algumas dificuldades em relação à RH. Para isso, já enviamos, já concluímos os estudos, isso já está em vista de chegar ao Governador – está entendendo? –, o nosso concurso público. E, nesse concurso público, evidentemente, estão esses profissionais, para que a gente possa, também, adequar, nas nossas unidades de saúde esses serviços; para que a gente possa atender, na realidade, esses pacientes, vítimas desses agravos.

Algumas perguntas, vou me permitir enviar depois à CPMI, por não dispor, nesse momento, de dados necessários, para que a gente possa elucidar essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, no caso da notificação compulsória da violência doméstica sexual, se entendi bem, queria saber do senhor qual a abrangência que alcança, hoje, em toda a estrutura da Secretaria de Saúde, essa notificação e a informação, que o senhor falou. Quando falou de timidez, de inibição, de registrar, não entendi se o senhor estava falando se referindo à notificação compulsória ou à atitude da mulher, porque a notificação é compulsória, então independe de qualquer tipo de atitude da vítima.

Só que o senhor esclarecesse um pouco e nos colocasse a abrangência da notificação compulsória que deveria existir em toda a rede de saúde no caso das vítimas de violência doméstica.

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – Na realidade, seria a parte do atendimento. Hoje o que ocorre nas unidades de saúde? Quando atendemos as pessoas, esses pacientes com agravo, naturalmente que nós fazemos uma espécie de cadastro. Nós temos um pessoal especializado que, na realidade, a gente constitui uma espécie de cadastro, e um dos pontos importantes desse cadastro é exatamente o que redundou aquele agravo. Ou seja, o que na realidade provocou aquele agravo, porque, nessa estrutura toda, nós temos a obrigatoriedade de, quando no agravo, de, quando há uma violência, nós comunicarmos às autoridades policiais, está entendendo?

E, naturalmente, por que se fala em não números reais? Porque normalmente a mulher oculta essa informação. É muito difícil identificar essa questão do agravo, da causa em si, o que causou aquilo, porque a mulher, normalmente, por inibição ou por não querer se expor, ela oculta essa informação, está entendendo? Preferindo informar que às vezes é uma queda, às vezes se bateu, ou seja, não nos dá a informação correta daquilo que na realidade ocorreu para que a gente possa identificar a causa e a gente possa identificar

e passar para as autoridades, na realidade, para que possam registrar aquilo como estatística de que aquilo ocorreu através de uma violência, está entendendo?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O senhor tem a informação, no caso, de que, se há uma maternidade para a realização do abortamento legal e se há casos mais recentes, se há alguma estatística relativa à questão do abortamento legal?

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO

– A parte de estatística nós não temos, Excelência. A parte de estatística nós, eu posso depois passar à CPMI. O que nós temos nas nossas maternidades, por exemplo, a do Município hoje já está preparada para isso, que é a Maternidade Moura Tapajós, nós temos o nosso Instituto da Mulher também, que já está preparado para isso, e nós temos a nossa Maternidade Ana Braga, que também está preparada e tem esses serviços profissionais necessários para que a gente possa fazer o atendimento do abortamento legal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O senhor tem até 10 de dezembro para o envio das informações por conta do prazo do relatório. Agora, pode continuar com as suas considerações mais gerais.

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? É garantido pelo Estado todo o *kit* para profilaxia da contracepção de emergência das mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque? Sobre essa questão, nós temos, evidentemente, duas unidades, e, principalmente, uma unidade de referência, que é a nossa Fundação de Medicina Tropical, em que essas pacientes, na medida em que são identificadas, são encaminhadas para essa Fundação de Medicina Tropical, que faz o acompanhamento de toda essa fase e garante toda essa parte desse *kit* de contracepção. Então, nós temos a Fundação de Medicina Tropical que cuida exatamente dessa área de vítimas de crimes sexuais.

Há capacitação específica para agentes de saúde para atuarem respeitando as culturas indígenas? Sim, nós temos, sim. Nós temos a capacitação dos nossos agentes de saúde, que são capacitados para identificação disso aí e que fazem um trabalho importante dentro da cultura indígena, isso, evidentemente, com a política do Ministério da Saúde, que a saúde indígena é também de responsabilidade do Ministério da Saúde. Juntamente com o Governo do Estado, nós fazemos também esse acompanhamento junto às nossas unidades, principalmente em regiões do Alto Solimões, que é onde ocorre maior incidência desse tipo de crime.

Recebemos denúncias de que as mulheres indígenas sofrem abusos de parto. Há capacitação dos profissionais de saúde para lidar com mulheres indígenas respeitando suas culturas? Essa é uma ação, uma atividade bastante difícil e bastante específica. Nós temos, nas nossas unidades, principalmente em algumas unidades de saúde nossas, algumas atividades, alguns serviços, tanto na capital, quanto, principalmente, no interior do Estado, pessoal amplamente capacitado e treinado no âmbito da cultura indígena. Então, nós temos, sim, esse serviço, embora meio precário, mas nós temos. Na capital, nós já temos algumas unidades que trabalham com essa cultura e mais na parte do interior, principalmente em parte do Alto Solimões, que é onde se dá o maior nível populacional do Estado, nós temos profissionais capacitados para lidar com essa questão da saúde indígena. Todo esse projeto é compartilhado com o pessoal do Ministério da Saúde em nível federal.

Especificamente, creio que as perguntas, aquelas que ficaram sem resposta, há o compromisso de nós passarmos à CPMI, dentro de um prazo razoável, para que a gente possa dar os esclarecimentos necessários, e dizer, no âmbito geral, que, como já foi dito aqui, anteriormente, a preocupação com a violência contra a mulher é generalizada, é responsabilidade de todos nós, da sociedade como um todo.

Evidentemente, o Governador, dentro da política de saúde e da política de segurança pública, está totalmente imbuído de bons propósitos, a gente está trabalhando em políticas públicas, em políticas de saúde, para que a gente possa, evidentemente, trabalhar e dar sustentação a essa atividade da área de saúde e que a gente possa, evidentemente, dar o acolhimento necessário a todos os pacientes, a todas as pessoas que nos procuram.

A Secretaria de Saúde realmente está à disposição para discutir política de saúde, para discutir política pública, para discutir com a sociedade e eu me coloco à disposição para que a gente possa, evidentemente, criar o que for necessário para que a gente possa ofertar e dar o atendimento e o tratamento necessário a essa questão da violência contra a mulher. Estamos aqui totalmente à disposição da CPMI e de toda a sociedade para que a gente possa elaborar políticas em conformidade com a política do Governador Omar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. José Duarte, já caminhando para o fim, existem duas questões. A primeira questão que nós sentimos é a fragilidade da estrutura de notificação compulsória para que se tenha dados reais.

A Vereadora Elenize, de Itacoatiara, insiste na necessidade de que sedes do interior possam ter mé-

dicos especializados, de preferência médicos legistas, mas serviços especializados para que haja uma resposta imediata. Uma mulher que tem uma agressão sexual pode ser contaminada, pode engravidar, e a atenção imediata desses núcleos de saúde e a especialização são uma necessidade. Então, nós deixamos registrada aqui essa importância, destacando algumas áreas – o Alto Solimões, Coari, Parintins –, onde as particularidades dessa região levam ao crescimento dos crimes sexuais.

A segunda questão o senhor já colocou. A Vereadora Lucia Antony gostaria de saber que era a estatística das notificações compulsórias realizadas pela Secretaria nesse período. O senhor já disse da vulnerabilidade da estatística, mas que daria, mesmo dentro da vulnerabilidade, no prazo de até 10 dias, as informações necessárias para que a gente possa tomar, com o apoio do Ministério da Saúde, um reforço dessas notificações.

A Deputada Rebecca gostaria de uma questão para o Dr. José Duarte.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Nós também temos aqui a informação da Justiça Federal, um e-mail da Drª Jaiza Fraxe, de que uma das demandas das comunidades indígenas junto à Justiça Federal é se haveria possibilidade de não proibir à mulher indígena em tratamento junto à Secretaria de Saúde de utilizar a medicina convencional e a tradicional.

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – Isso é um assunto bem específico e bem polêmico que, na realidade, eu, particularmente, não tenho condições técnicas para responder, haja vista que eu, além de não deter o conhecimento necessário, não seria leveado aqui para dar uma opinião que pudesse. Eu gostaria de conversar com os técnicos da Secretaria, com os médicos. Eu não tenho formação médica e, então, fica difícil responder a esse tipo de questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós também daremos um prazo porque essa é uma questão específica muito importante e uma particularidade da região e do Estado do Amazonas. A CPMI, para fazer recomendações ao Ministério da Saúde e, no caso específico, à Funai, para a construção da parceria, necessita dessas informações. Então, nós também colocamos no prazo para que o senhor possa, junto com o Secretário da Saúde e com o especialista responsável, nos trazer essa informação.

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos.

Mais alguma coisa, Dr. José Duarte?

O SR. JOSÉ DUARTE DOS SANTOS FILHO – Não. Acredito que nós possamos, junto ao nosso corpo técnico, trabalhar essas políticas e nos comprometemos com a CPMI e com a sociedade em geral de trabalhar a questão dessas políticas públicas e de mandar para esta CPMI as respostas aos questionamentos que não foram respondidos aqui, para que a sociedade possa tomar conhecimento daquilo que a Secretaria de Saúde está fazendo em prol e para resolver, para solucionar ou, pelo menos, para minimizar essa questão da violência contra a mulher.

Agradeço muito a participação.

Muito obrigado por tudo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Dr. José Duarte, que representa aqui o Secretário de Saúde, Dr. Wilson Duarte Alecrim.

Antes de passarmos para escutar a próxima e última representação do Executivo, a Deputada Rebecca registra algumas presenças importantes.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Rosana Moraes, representante da Coordenadoria da Mulher da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, da Srª Rosaly Pinheiro, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, da Profª Elizoneide Rodrigues, Presidente da Associação Afrodescendente Indígena da Amazônia e coordenadora do Coletivo de Mulheres Negras – AM, da Srª Noêmia Fernandes, dirigente do Movimento de Mulheres do PDT.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu também registrei aqui a presença da representante da Marcha Mundial de Mulheres, da representante da União Brasileira de Mulheres, a Vanja, da representante da Associação das Dona de Casa, da representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, da representante da Almas e de algumas outras que vocês me passaram para que eu possa fazer o registro.

Representando a Secretária de Assistência Social e Cidadania do Estado do Amazonas, a Drª Regina Fernandes do Nascimento, usarão da palavra, no tempo, a Srª Keith Bentes, da Coordenação da Rede Mulher, e a Srª Graça Prola, Secretária Executiva. Iniciaremos pela Srª Graça Prola, que ocupará o espaço.

Antes de a Deputada Rebecca usar a palavra, quero registrar a mensagem que recebi ontem, às 23h25, da Senadora Vanessa Grazziotin:

Cara Deputada Jô Moraes,

Quero registrar a alegria pelo fato de esta importante CPI estar em Manaus. Sei que, como em todo o Brasil, também no Amazonas, a CPI no ajudará muito nos esforços de combate à violência contra as mulheres.

Infelizmente, aí não posso estar por participar da delegação oficial do Senado Federal na China.

Através da senhora e da nossa Relatora 'ad hoc', cumprimento as demais Parlamentares presentes e, em especial, os movimentos de mulheres do Amazonas.

Abraços a todos.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Neste momento, a Senadora deve estar dormindo, porque o horário é contrário. Ela ontem estava almoçando quando enviou a mensagem por telefone.

Com a palavra, a Deputada Rebecca Garcia, para colocar as questões à Secretária.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – As duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes – Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública –, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres?

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento da violência às mulheres em 2012 e 2013?

Agora as questões específicas da Secretaria da Assistência Social. Visitamos o Centro de Referência, cujo prédio tem boa estrutura, mas subaproveitado. Nesse prédio poderia funcionar, além do Cream, uma delegacia especializada e uma vara especializada, otimizando os recursos. Há alguma iniciativa nesse sentido?

Há capacitação específica para os Creas lidarem contra a violência doméstica contra mulheres para preservar o direito das mulheres?

Há alguma política para atender as mulheres indígenas?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Srª Graça.

Quero lembrar que as duas, em conjunto, têm até 10 minutos e dividirão o tempo, na medida das suas compreensões.

A SRª GRAÇA PROLA – Boa tarde a todos e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Rebecca Garcia. Quero cumprimentar a Deputada Federal Jô Moraes, que coordena, a Deputada Ângela Águida Portella, de Roraima, a Drª Jaiza Fraxe, e a companheira Conceição Sampaio, que apoia, promove e coordena no Estado esta audiência pública.

Nós, da Secretaria de Estado de Assistência Social, a partir do ano de 2007, tomamos a iniciativa de priorizar no Estado, onde até então todo o trabalho de assistência, proteção e defesa dos direitos das mulheres foi historicamente trabalhado pelos movimentos sociais, uma discussão para a implantação de uma rede de serviços, atendendo às normativas legais vigentes.

Dessa forma, criamos uma rede estadual de serviços, que comporta o Serviço de Apoio Emergencial à Mulher, que tem funcionamento diuturno e fica atrás da delegacia especializada. Lá, com assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e advogado, prestamos apoio técnico, fazemos oitiva qualificada e encaminhamos algumas medidas protetivas, apoiando a Delegacia Especializada em crimes contra a mulher, atendendo também às demandas que vêm de dos distritos integrados de polícia, 20 distritos da capital.

Trabalhamos articulados com a Secretaria de Segurança Pública. Recentemente, nos anos 2011 e 2012, na formação tanto dos policiais militares quanto dos policiais civis concursados e recém-nomeados para a Secretaria de Segurança Pública em conteúdo específico sobre combate à violência e defesa dos direitos da mulher. Nós, da Secretaria de Assistência Social, trabalhando com a normativa nacional, estamos criando a Câmara Técnica, já temos o primeiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, e aí aproveitamos para responder a questão das mulheres indígenas. Nós não temos uma política para as mulheres indígenas de forma específica, mas, dentro do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, nós temos ações direcionadas para a defesa dos direitos das mulheres indígenas e, consequentemente, dentro dele o combate à violência.

Do ponto de vista orçamentário, nós tivemos, como Secretaria de Estado, no ano de 2010, um orçamento de R\$2.055.402,50 do Tesouro estadual e agora, em 2012, nós estamos executando um orçamento com recursos do Tesouro estadual na ordem de R\$2.972.636,98. Nos três anos (2010/2011/2012), nós temos um orçamento de R\$6.508.352,03. Para 2013, nós estamos ainda trabalhando a decodificação orçamentária, seguindo as orientações governamentais, portanto, eu não tenho ainda um dado absolutamente fixo para dar agora.

Com relação ao Centro de Referência, nós já temos articulada uma pactuação, acho que a Drª Patrícia está aqui, a Desembargadora Socorro Guedes já fez a visita no Cream. Nós, do Governo do Estado e especialmente da Secretaria de Assistência Social, já disponibilizamos salas, Internet, a estrutura básica para funcionamento de uma vara especializada para atendimento dos crimes contra mulheres no Centro de Referência Estadual de Apoio à Mulher, que funciona no NAC sul, no bairro de Educandos.

A Delegacia Especializada, não tínhamos pensado nisso, é uma propositura que pode ser levada para integrar os serviços tanto do atendimento especializado que o Cream presta na redução dos danos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

bem como centralizar e trabalhar de forma mais rápida e mais célere, garantindo ali um centro integrado, se for o caso.

Faz parte da missão institucional da Secretaria de Estado de Assistência Social, porque coordenamos a política de assistência no Estado, prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios que têm as unidades de pontas, que são os Cras – Centro de Referência da Assistência Social e os Creas – Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Nós, então, quando da implantação de Cras ou de Creas, imediatamente, estamos presentes para fazer uma capacitação dentro de um programa de formação continuada para os trabalhadores do Suas que atendem, na ponta, mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Claro, trabalhamos também a garantia de direitos através das oficinas populares que desenvolvemos, trabalhamos com as mulheres em situação de prisão e fazendo todo um trabalho comunitário articulado com os órgãos que compõem o Sistema Único de Assistência Social do Estado.

Em que nós, do Poder Executivo, temos trabalhado intensivamente no sentido de que essa rede, na verdade, seja interiorizada? Hoje nós estamos presentes em 33 Municípios que já têm os Creas e 70 Cras espalhados nos 62 Municípios, uma vez que Manaus tem 18 Cras. Nós atuamos integralmente, garantindo não só a formação, mas prestando, através do cofinanciamento do Estado, a passagem de recursos financeiros para a execução das atividades.

Nós trabalhamos de forma articulada, tentando garantir, na verdade, uma pactuação formal, institucionalizada, na execução dos serviços.

Ontem a Deputada chamava a atenção para a necessidade da existência de um documento, porque a pactuação não pode ser personalista, da Graça Prola com a Dr^a Caroline, mas da Secretaria de Estado de Assistência com a Secretaria de Segurança Pública. Nós já estamos providenciando.

Passo a palavra para a minha companheira de trabalho. A coordenação estadual está situada na Secretaria de Assistência, dentro do Departamento de Proteção Social Especial, e a Kate faz as suas considerações.

A SR^a KATE BENTES – Boa tarde.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Para efeito das notas taquigráficas, com a palavra a Sr^a Keith Bentes, da coordenação da Rede Mulher.

A SR^a KEITH BENTES – Meus cumprimentos à nobre Deputada Jô Moraes, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Mesa.

Pelo avançado da hora, eu gostaria só, Deputada, de chamar a atenção para a capacitação, que é uma

das perguntas aqui. Temos trabalhado com recursos do Governo do Estado e, especificamente para o ano de 2013, com recursos da SPM. É uma capacitação bem ampliada para conselheiros de Direito, para os servidores da assistência social, para representantes dos movimentos populares no mês de abril. Teremos essa capacitação para todo o Estado e para os representantes da capital. Eu gostaria só de chamar a atenção para isso, porque é recurso do Governo e recurso do Governo Federal.

Essa capacitação já está sendo toda capitaneada pela Secretaria, pelos nossos departamentos que compõem a nossa equipe, nosso *staff* de planejamento. Como essa é uma questão que foi levantada aqui, eu gostaria de deixar claro que se trata de uma capacitação específica de mulheres em situação de violência, no acolhimento dessas mulheres, no atendimento e, principalmente, na definição de fluxo, para quem será encaminhada situação de violência caso seja identificada no Cras (Centro de Referência da Assistência Social), da proteção básica, e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Então, como fazer isso? Não é só a acolhida, mas para quem encaminhar; como a rede está, naquele Município, identificada; que pacto há de atendimento dentro de cada Município. Então, são essas questões que serão tratadas nessa capacitação.

A SR^a GRAÇA PROLA – É importante salientar, Deputada, que nós, também, temos um aporte financeiro, agora, em 2012, através da modalidade convênio, de R\$1.116.271,00, da Secretaria de Política para as Mulheres, ainda para a criação e instalação de um banco de dados e também a estruturação da coordenação dos serviços de atenção à mulher.

Queremos salientar também que nós trabalhamos ainda mantendo a casa abrigo – nós temos uma casa abrigo – e estamos trabalhando celeremente na interiorização de alguns serviços da rede, obedecendo, claro, o Sistema Único de Assistência Social.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só para efeitos da nota taquigráfica, retomou a palavra, após a Sr^a Keith, a Sr^a Graça Prola.

Alguma questão, Deputada Rebecca? (*Pausa.*)

Queríamos só nos informarmos, embora não seja de responsabilidade da Secretaria, se há alguma política de expansão dos centros de referência nos Municípios do Estado, se há alguma articulação de construção de centros de referência municipais a partir da coordenação da Secretaria.

A SR^a GRAÇA PROLA – Deputada, essa é uma situação ainda não resolvida no Governo Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retomou a palavra a Sr^a Graça Prola.

A SRª GRAÇA PROLA – Não é resolvida no Governo Federal. De um lado, o Ministério do Desenvolvimento Social, que capitaneia a Política Nacional de Assistência Social, garante que o atendimento especializado pode e deve ser feito através das unidades Creas, situadas nos Municípios, e que os centros de referência...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Srª Graça, traduzindo para o que nos escutam, Creas...

A SRª GRAÇA PROLA – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. E essas situações da mulher vítima de violência podem ser atendidas na compreensão do MDS, dentro dos Creas, e que as organizações da sociedade civil ou mesmo do Poder Público podem executar atividades complementares para atender essa mulher vítima sem necessidade de uma estrutura própria que temos aqui e alguns Municípios de grande porte – não no Estado do Amazonas, mas em outros Estados – têm, que são os Centros de Referência e Apoio à Mulher.

Fizemos uma proposta para a Secretaria de Mulheres, mas a própria Secretaria hoje recua no aporte financeiro para a construção desses centros, exatamente em razão dessa indefinição das instâncias federais com relação a consolidar o Sistema Único de Assistência Social e não pulverizar outros serviços, recortando, na verdade, o sujeito e o público alvo da assistência social.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A orientação da Secretaria de Assistência Social do Estado nesse aspecto tem concordância com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, para que a assistência específica à mulher vítima de violência seja realizada pelos conselhos municipais...

A SRª GRAÇA PROLA – Não, dos Creas, não é? Nós estamos trabalhando com a lógica do Sistema Único de Assistência Social e, claro, atendemos os Municípios que têm demanda com os centros de referência; via de regra os prefeitos articulam com os Deputados através das emendas parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Rebecca, Srª Keith.

Queríamos então deixar registrado, Srª Graça, em primeiro lugar, que visitamos o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cream), que é uma estrutura muito importante. A nossa discussão, hoje, com o Governador Omar Aziz foi no sentido de utilizar a estrutura do Cream (Centro de Referência Especializado à Mulher) para criar um complexo integrado onde exista o Núcleo de Delegacia da Mulher, onde vá se localizar o novo juizado especializado da mulher, onde funcione também nossos promotores do Ministério Público e onde já existe a defensoria pública. A cons-

trução desse complexo integrado que funcione onde hoje funciona o Centro de Referência Especializado à Mulher será uma importante conquista. Queremos registrar aqui para que os movimentos sociais possam acompanhar, controlar e lutar pela efetivação daquilo que seria muito importante.

Agradecemos a presença e a contribuição das senhoras e passaremos agora a escutar não mais o Executivo, mas o Poder Judiciário, aqui representado pelo Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa e pela juíza Drª Patrícia Macedo de Campos, juíza titular da Vara Especializada de Violência Doméstica.

Queremos aqui, antes de passar a palavra para a Deputada Rebecca, fazer mais alguns registros e fazer um questionamento: registrar nosso sentimento de absoluta incompreensão da Vara Especializada, única vara existente aqui, estar há 5 meses sem um juiz titular. Isso significa uma imensa dificuldade para o funcionamento e para agilização dos processos que ali chegam. Por mais dedicada – e nós somos testemunhas da dedicação da Drª Patrícia, da compreensão que ela tem da necessidade da agilização e de dar conta –, uma vara especializada que não conta com o que seria uma estrutura regular, que é o titular e dois juizes auxiliares, não pode ser superado ou resulta em agravos da situação da mulher no Estado do Amazonas.

Então, tenho conhecimento de que parece que tomou posse o novo Presidente do Tribunal de Justiça e nós apelamos e insistimos para que uma resposta efetiva seja dada, não apenas nos limites da cidade de Manaus. Uma boa notícia que nos foi dada hoje, pelo Governador Omar Aziz, pelo testemunho da Deputada Rebeca e da Deputada Conceição, de que há já um entendimento na criação do juizado – que é uma instância que responde de forma mais efetiva, como nos informava a Drª Patrícia. Mas também que haja interiorização da ação das varas especializadas, sobretudo daquelas áreas como nós, como dissemos, que são as mais vulneráveis. A região de Coari, a região de Parintins, a região do Alto Solimões, que são áreas onde a vulnerabilidade da mulher se dá de forma mais efetiva e que precisa ter respostas.

Então, registro aqui o nosso mal-estar em verificar uma vara especializada sem titular há cinco meses. E registrar e testemunhar que a Drª Patrícia realmente está fazendo o possível e o impossível, com uma parceria, Deputada Conceição – o Deputado Ricardo não está aqui –, importante da Assembleia Legislativa, na disponibilização de funcionários, que possam ajudar – uma tarefa que não é da Assembleia, que é do Tribunal de Justiça.

E já faço um apelo de que possa ser prorrogado o convênio, já que está quase no final.

Passo, agora, a palavra à Deputada Rebeca Garcia, para que faça os registros porque demonstra a presença da sociedade civil nesta audiência, uma riquíssima presença, um trabalho que nós vamos escutar, ao final, as suas representantes no relatório. E, logo em seguida, faço os questionamentos para a Drª Patrícia, muitos dos quais que não são de responsabilidade dela, mas de instância superior, mas ela é porta-voz, conforme nós tivemos a informação.

Deputada Rebecca Garcia.

A SRª REBECCA GARCIA (PP – AM) – Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Estadual Marcelo Ramos; da Srª Marta da Silva Vieira, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e representando a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; Srª Sonja Ale Farias, representando a Semsu; Srª Franci Guedes, Coordenadora da Marcha Municipal de Mulheres; Miguel Henrique de Alencar, da Defensoria Pública, titular do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência; Drª Grace Benayon, Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Manaus; Srª Florismar Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Municipal das Mulheres; Regina Coimbra, Coordenadora do Centro Humanitário de Apoio da Mulher (Chame), ALE de Roraima; Srª Suzana Maria Ramos da Costa, Coordenação Estadual de Saúde da Mulher, da Susam; Movimento Feminista Maria Sem Vergonha; Ex^{ma} Srª Maria de Nazaré Vicentim, Secretária Executiva Adjunta da Capital (Seduc); Srª Nonata Corrêa, Coordenadora do Carma (Coordenação das Associações Religiosas de Matriz Afro-Ameríndia); Srª Marilene Matos, Negritude Socialista Brasileira; Srª Cleomara Monte Verde, Organização das Marias de Parintins; Leila Dorotéia, Secretária de Mulheres do PCdoB; Vanja Andréia, União Brasileira de Mulheres, Pastoral Operária, Movimento de Mulheres Solidárias (Musas), Almas – Articulação de Mulheres e Aliadas Homoafetivas do Amazonas.

Passo, agora, aos questionamentos, às duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra mulheres? Qual o orçamento para ações específicas de cada instituição para o enfrentamento às violências contra as mulheres, em 2012 e 2013?

As específicas do Poder Judiciário. Em visita à Vara da Violência Doméstica, na tarde de ontem, fomos informados que, até junho, havia três juízes, um titular e dois auxiliares, e, agora, só existe uma juíza que não é titular. Qual a previsão para o retorno do juiz ou juíza titular e dos auxiliares? Qual a política do Tribunal

para a criação de juzgados de violência doméstica na capital e no interior?

O atual processo de distribuição dos processos de violência doméstica e das medidas protetivas para uma central geral de distribuição, quando existe uma vara especializada, gera morosidade e dificulta a prestação jurisdicional. Por que os processos não são distribuídos à Vara para facilitar a prestação jurisdicional?

Isso também gera outro problema que é a distribuição das medidas protetivas com os processos criminais quando as medidas protetivas deveriam tramitar em separado. Como o Tribunal pretende resolver esse problema? Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? Por que não há oficial de justiça específico na Vara de Violência Doméstica, considerando a natureza da Vara e a necessidade imperiosa, principalmente nos casos de medidas protetivas?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Drª Patrícia Macedo, lembrando que nós sugerimos que sejam, em primeiro lugar, respondidas as questões apresentadas e, em segundo lugar, as considerações gerais que a senhora quiser fazer.

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa da Ex^{ma} Srª Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputada Jô Moraes; a Ex^{ma} Srª Deputada Rebecca Garcia, Relatora da CPMI; a Ex^{ma} Srª Deputada Conceição Sampaio; Ex^{ma} Srª Deputada Ângela, de Roraima; Drª Jaiza Fraxe, aqui representando o TRF da 1ª Região.

Senhoras e senhores, antes de tudo, em nome do Poder Judiciário amazonense, eu gostaria de agradecer a parceria que esta Casa, a Assembleia Legislativa, tem feito com o Poder Judiciário, seja através da cessão de servidores da nossa equipe multidisciplinar, seja através de doação de equipamentos de informática e de mobiliário e também o apoio da primeira-dama do Estado, Srª Nejmi Aziz, que, na próxima terça-feira, marcou a solenidade de entrega de um veículo que será doado ao Tribunal, a serviço da Vara Especializada de Violência Doméstica Contra a Mulher.

Com relação aos questionamentos, Deputada, como se tratam na sua maioria de questões administrativas, que fogem da nossa alçada, que fogem da questão jurisdicional propriamente dita, nós encaminharemos à Presidência do Tribunal de Justiça e, dentro em breve, no período determinado de 10 dias, encaminharemos à CPMI um relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário, bem

como a solução para todos esses nossos problemas, nossos entraves.

Então, eu inicio aqui as considerações gerais com uma breve reflexão sobre os conflitos que deságuam lá, na nossa Vara. Eu estou lá há apenas cinco meses, não sou titular, mas já pude vivenciar o que é o dia a dia e como funcionam esses conflitos de violência doméstica.

Recentemente, estive em uma livraria a procura de um livro e me deparei com um livro em que o autor dizia que, nos relacionamentos, os relacionamentos dariam certo se homens e mulheres observassem o seguinte, que as mulheres querem ser amadas e os homens querem ser respeitados. Todos queremos, mas o que, na verdade, no relacionamento, pesa é isso. Então, os conflitos existem quando há uma quebra nessa lógica. Contudo...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Patrícia, o autor está um pouco equivocado. Queremos ser amadas e respeitadas e os homens querem ser amados e respeitados. (*Palmas.*)

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Claro! Eu já ia chegar a esse ponto.

Claro que queremos ser amadas e respeitadas. O homem quer ser respeitado, como pai de família, como provedor da casa, como marido. Ocorre que o agressor que vai até a Vara de Violência Doméstica não quer só ser respeitado, pelo contrário, quer impor o respeito pelo uso da força. Ele vai além. O agressor não quer ser respeitado, quer impor um respeito. Hannah Arendt, filósofa e política alemã, já dizia que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação do poder. Então, o homem, o agressor, se quer, toma; se deseja, estupra; se é contrariado, espanca; se odeia, assassina. Uma simples divergência de opinião entre o casal se transforma em uma agressão verbal, em uma agressão física. Uma simples divergência de opinião, se o filho vai dormir na casa da sogra ou quem vai pegar o filho na escola, deságua em uma situação muito pior, muito mais grave.

Os agressores acreditam que é natural e correqueira a violência contra a mulher. Chegam a afirmar durante o flagrante – e isso nós temos contato no auto de prisão em flagrante: “Poxa, não se pode mais nem bater na sua mulher sossegado!” Eles dizem, assim, de maneira descarada. Então, verificamos que os altos índices de violência doméstica não estão ligados apenas à pobreza, desigualdade social e cultural, mas também ao abuso de poder do agressor para com a vítima, porque a vítima está em situação de vulnerabilidade. Ela é manipulada, subjugada, violada, agredida psicologicamente, moral e fisicamente.

A vítima de violência doméstica que vai à Vara de Violência Doméstica possui baixa autoestima, tem problemas de saúde, vive em estado de pânico e temor. Precisa de uma ajuda externa para resolver o seu problema, para encontrar soluções alternativas. Ela, sozinha, não pode resolver. Ela resolve indo ao Poder Judiciário, começando com a ida à Delegacia da Mulher, onde requer medidas protetivas de urgência, medidas protetivas de afastamento do agressor, medidas protetivas de proibição de contato, de aproximação. Nesse sentido, o juiz especializado em violência doméstica deferiu, no ano de 2011, 2.969 medidas protetivas de urgência a favor das vítimas; no ano de 2012, somente até o mês de outubro, foram deferidas 2.881 medidas nesse sentido.

Porém, o Poder Judiciário hoje encontra alguns entraves para a efetividade dessas medidas protetivas de urgência. A primeira delas, já foi dito aqui, é a questão da distribuição das medidas protetivas, que são distribuídas atualmente no Fórum Henocho Reis e não na Vara Especializada. Isso gera um retardo na prestação jurisdicional. A segunda, com relação ao cumprimento dos mandados. Não temos oficiais de justiça à disposição da Vara para o cumprimento desses mandados. Muitas vezes, o afastamento do agressor demora seis meses para ser efetivado. Então, olha o risco que essa vítima sofre por ineficácia da decisão judicial. Outro problema, outra questão em relação às MPUs, é que pretendemos pensar uma forma de fiscalizar se o agressor está cumprindo ou não a medida protetiva.

A Lei nº 11.340 foi considerada, pelo Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, como uma das legislações mais avançadas do mundo, porém, nesses 6 anos de Maria da Penha, constatou-se que esse ciclo de violência que é vivido pela mulher não se alterou. Uma pesquisa recente divulgada pelo DataSenado dá conta de que, pelo contrário, após o advento da lei, a violência contra a mulher aumentou.

No Estado do Amazonas, com relação à Vara Especializada, que é a única na Comarca de Manaus, especializada, é a única no Estado, porque no interior nós não temos varas especializadas, revela-se que desde a criação da Vara, que foi em 8 de março de 2007, houve o registro de um acervo processual de 17.529 processos e 4.400 inquéritos.

Não há registro de medidas protetivas, porque, como a Deputada sabe e nós explicamos ontem, elas não ficam em apenso. Então, nós não temos como trazer essa estatística de medidas protetivas de urgência.

Foram pautadas 21.030 audiências e realizadas 16.826. Nesse universo de 2007 para cá, foram julga-

dos 9.106 processos. No ano de 2012, atualmente, nós temos 12 mil feitos. Doze mil processos numa vara com uma estrutura de seis funcionários – é preciso deixar registrado –, seis estagiários, a equipe multidisciplinar, enfim, não tem a estrutura mínima necessária para o julgamento desse feito.

O CNJ, Deputada, recomenda que para as varas criminais com mais de 3 mil processos seja designado um juiz auxiliar. Ou seja, nós já temos 12 mil processos, então, nós teríamos que ter muitos mais juízes atuando nessa Vara.

São 12 mil feitos, sendo 7.481 ações penais, 4.469 inquéritos e no ano de 2012 foram julgados 8.014 processos.

Bem, outro ponto que eu gostaria de salientar, muito importante, que foi constatado nesse pouco tempo que estou na Vara, de 5 meses, é a questão da causa da violência. Constata-se que a grande maioria dos agressores é usuário de drogas lícitas – no caso álcool – e ilícitas. A grande maioria! Então, seria necessária também a criação, dentro da rede de apoio, principalmente porque a questão é de saúde pública, de centros de tratamento e recuperação desses agressores no tocante ao álcool e às drogas. Deveriam ser criados CAPSad para que se possibilitasse ao Judiciário encaminhá-los para internação, porque hoje em dia o que eu ouço lá na Vara é o seguinte, a vítima chega e diz: “Doutora, eu não quero que a senhora prenda meu marido, eu quero que a senhora trate dele, que a senhora cuide, ele tem um problema. Eu não quero que ele fique preso. Meu marido, meu filho, meu neto”. Porque hoje as vítimas não são apenas as companheiras, mas são as mães, as avós. Então, elas querem um tratamento para o agressor.

Aí eu me pergunto em silêncio, ou então questiono e debato com os Doutores Promotores que ali atuam comigo: Para onde nós vamos encaminhar esse agressor? O que nós podemos fazer para diminuir ou para tratar mesmo o agressor? Porque a causa da violência ali é um problema de saúde pública.

Muitas vezes, nós encaminhamos para instituições filantrópicas, Fazenda da Esperança, Mundo Novo, mas nem sempre há vagas. Encaminhamos também para o Naf Brasil, mas só faz atendimento ambulatorial. Então, realmente, essa parte precisaria ser criada na rede de apoio e ser feita uma política pública nesse sentido.

Agora, eu gostaria de elogiar a nossa rede de apoio, aqui no Estado do Amazonas. Eu estive, recentemente, em Porto Velho, no Fonavid, com outros juízes, e nos outros Estados eles não têm rede de apoio à vítima e ao agressor como nós temos aqui no Estado do Amazonas. Então, enquanto lá eles têm um Judiciário mais estruturado e não têm rede de apoio, aqui nós

somos o inverso. Então, nós precisamos estruturar o Poder Judiciário, uma vez que já existe a rede de apoio. Através do Cream, que foi citado aqui pela Sr^a Graça Prola, da Casa Abrigo, Sapem – Serviço de Apoio Emergencial à Mulher e ao Sare. O Sare é totalmente pioneiro, o Estado é pioneiro na política de educação do agressor, sendo necessária ainda – mais uma vez registrando – a criação do CAPSad, para questão do álcool e das drogas.

Enfim, com relação à política de integração entre os poderes, foi citado aqui que falta uma integração entre o Judiciário e o Executivo, falta uma sensibilização e capacitação das pessoas que atuam no sistema e também dos agentes policiais que, como foi mencionado, já houve esse treinamento, porque os policiais que atendem, que têm o primeiro contato com a vítima, muitas vezes também são agressores – isso não podemos esquecer – e eles passam para a vítima essa violência, já atendem a vítima com violência e isso leva à revitimização da vítima. Isso também tem que ser analisado.

Outro ponto importantíssimo que não foi mencionado aqui é a questão do sistema carcerário, porque não podemos tratar só da vítima, também temos que pensar no agressor, na ressocialização do agressor. Então, esse agressor vai para a penitenciária, para a cadeia pública e lá ele não é posto em cela separada, fica junto com outros criminosos.

Então, essa convivência dele na cadeia faz permanecer o ciclo de violência, porque ele volta ao lar e se torna muito mais violento ainda com aquela vítima. Então, é necessário uma atenção neste sentido. Uma sugestão que CPMI pode fazer é no sentido de que sejam destinadas celas separadas, nos institutos penitenciários, para os agressores de violência doméstica.

(Interrupção do som.)

Bem, nós temos atualmente 53 presos na Vara, as prisões e as medidas de afastamento, elas não são suficientes. Elas são importantes, mas não são suficientes. Nós temos que trabalhar com a prevenção desse ciclo de violência, visando evitar o ciclo de violência. Por quê? Porque o Judiciário hoje está intervindo, ele está entrando num lar, num relacionamento conjugal, está tentando pacificar o conflito dessa forma. O ideal seria que esse conflito fosse pacificado fora do Poder Judiciário. Então, o Poder Judiciário também tem que sair, ou tem que partir, para a questão preventiva; não só para a questão repressiva de punir os agressores, mas também de efetuar esse acompanhamento da família, seja através da equipe multidisciplinar, na Vara, com atendimento individual e coletivo, em grupo...

Enfim, nós estamos lá na Vara, nesse sentido de prevenção, com um projeto pioneiro, que é o Maria Vai

à Escola, que é pioneiro no âmbito do Judiciário brasileiro. Não há registro... Por esse projeto, nós vamos difundir, estamos difundindo, a Lei Maria da Penha nas escolas, na comunidade escolar, para que esses alunos sejam multiplicadores nessa questão do enfrentamento da violência doméstica.

Com relação à legislação, nós sabemos que a Lei Maria da Penha é uma lei dura, é uma lei que foi um marco no enfrentamento dessa questão, mas nós sabemos que ela não é suficiente. Então, é necessário que sejam feitas mudanças no Código Penal, ainda, e no Código de Processo Penal. E aqui eu aproveito a oportunidade para mencionar a questão da mudança no Código Penal Brasileiro, que cria a figura do feminicídio, que é o assassinato das mulheres pelos seus próprios parceiros. Então, é preciso que isso seja regulamentado, até para que haja uma estatística – hoje não se tem uma estatística de quantas mulheres são vítimas de homicídio cujos autores são seus companheiros, nós não temos esse dado –, então, para facilitar e para punir os agressores sugere-se a inserção do feminicídio no Código Penal.

Eu gostaria de aproveitar também a oportunidade para fazer a ressalva de que está tramitando esse projeto, mas pretende-se incluir o homicídio, o feminicídio, essa figura nova, já como um homicídio qualificado. Nesse ponto, eu discordo da intenção do projeto nesse sentido. Porque o agressor, o homem que mata uma mulher que não seja no âmbito doméstico, se ele não cometeu o crime de forma qualificada, ele é punido, aí ele tem uma pena de 6 a 20 anos, enquanto que, só pelo fato de ter cometido no âmbito doméstico, segundo a proposta do novo Código Penal, ele já teria a pena agravada de 12 a 30 anos, e já seria considerado um crime hediondo. Então, é nesse aspecto que eu acho que tem que haver um debate maior na sociedade no tocante ao feminicídio: que ele deve ser regulamentado, deve ser previsto, mas nós temos ainda que debater bem mais essa questão.

No tocante à mudança no Código de Processo Penal, que também é muito importante, existe um projeto que tramita, um novo Código de Processo Penal, que prevê a figura do juiz garantidor. Esse juiz garantidor será responsável pelas prisões e pelas medidas cautelares. Se aprovado dessa forma, o juiz garantidor ficará responsável por deferir as medidas protetivas de urgência, esvaziando, assim, a competência dos juizes da Vara Especializada, que têm um olhar muito mais atento à vítima; que já está ali, naquele dia a dia, acompanhando todos aqueles casos, e têm muito mais condições de resolver a situação. Então, isso também está sendo discutido e será aprovado em breve.

Com relação à fiança – em algum momento foi falado aqui sobre a possibilidade de os policiais, de as autoridades policiais concederem fiança no caso de flagrante de crimes que envolvam violência doméstica –, o que se tem constatado, e essa foi uma constatação do Dr. Mário, do Dr. Davi, que eu levei até ao Fonavid também, é que seria necessária uma mudança no Código de Processo Penal para que apenas o juiz concedesse fiança nesses casos de violência doméstica. Porque, na prática, o que acontece é que as autoridades policiais têm concedido a fiança, mesmo alta, os agressores têm pagado, eles são postos em liberdade e a vítima fica desprotegida, porque ela fica sem as medidas protetivas de urgência, porque o caso ainda não chegou, vai chegar posteriormente ao juiz, porque a autoridade policial não tem jurisdição para deferir medida protetiva de urgência. Então, a proteção à vítima – aí neste caso – não fica resguardada, fica ameaçada. Isso está acontecendo diuturnamente e, por mais que a autoridade policial arbitre uma fiança de valor elevado, muitas vezes eles pagam; pagam e a vítima fica desprotegida.

Então, eram essas as nossas considerações. Com relação às questões, como foi dito, repassarei à Presidência do Tribunal. Agradeço a possibilidade de estar aqui presente e me coloco à disposição a qualquer outro questionamento que possa haver.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Antes de passar ao questionamento da Deputada Rebecca, Drª Patrícia, a senhora falou que, em alguns casos, encaminham os agressores para serviços de recuperação ou de trabalho. Que serviços são esses e onde? Qual é o momento processual que a senhora encaminha esse agressor para esses serviços?

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Isso seria na condenação mesmo; seria um encaminhamento, não como uma pena, veja bem. Eu não poderia apenas-lo, condená-lo a uma medida segurança, que já é uma outra situação. Mas eu poderia, sim, na sentença, encaminhá-lo a um órgão, a um CAPSad, para que ele fosse, não compulsoriamente, porque não há previsão legal. O que há é a previsão de que o juiz da vara de execução penal – isso foi uma alteração feita pela Lei 11.340 na Lei de Execução Penas – faça palestras e cursos com os agressores, no âmbito da execução da pena, mas não como uma pena mesmo; eu não posso estipular isso na condenação. Mas pode ficar consignado na sentença e ele será encaminhado. Porque, na verdade, muitas vezes esses agressores, os usuários, eles não têm também condições de se internar; não há vagas, não há estrutura para recebê-los; nem sabem para aonde ir e nem a quem recorrer.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Drª Patrícia, separando uma coisa...

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Não tem nada a ver com prestação de serviços à comunidade.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– É fundamental que se compreenda que cabe ao Poder Judiciário determinar a pena para aquele agressor.

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Mas não é uma pena. As penas em relação aos crimes que envolvem violência doméstica estão previstas no Código Penal: detenção ou reclusão. Então, eu tenho que cumprir a lei nesse sentido; a pena é consignada na sentença. Por exemplo: se ele é condenado a lesão, ele pode ser condenado a uma pena de 3 meses a 3 anos. Então, é feita a dosimetria da pena e na sentença vai ser especificada a pena de detenção; é diferente. Agora, no tocante à recuperação dele, como ser humano, eu também tenho que colocar na sentença, tenho que encaminhar aquele agressor que tem uma doença, que é vítima de álcool e de drogas. Não estou encaminhando para prestação de serviços à comunidade.

O que, na verdade, o Poder Judiciário não tem, é a instituição para encaminhá-lo para tratamento. A senhora está entendendo? É nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A nossa preocupação, Drª Patrícia, é exatamente não contaminar a lógica da Lei Maria da Penha, e a lógica da Lei Maria da Penha é punir. Ao agressor cabe a punição. Essa é a tarefa e a função do Poder Judiciário nesse caso específico.

Outra coisa, para outras estruturas e outras instituições, é cuidar de ter uma política – parece-me que aqui no Estado do Amazonas está referenciada com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – de fazer um trabalho com o agressor.

Então, para a gente ter uma clareza maior na CPMI, eu solicitaria que a Drª Patrícia pudesse nos enviar uma cópia de uma sentença na qual consta essa circunstância, para que a gente possa não confundir os papéis e não voltar indiretamente para a 9.092...

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Não. Se a senhora me permite, o Judiciário deve velar pela Constituição e deve velar pelo cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana. E deve também de uma forma ou de outra tentar romper o círculo de violência. Se eu sei que aquele agressor, porque fez uso abusivo de álcool e de drogas, vai voltar a agredir aquela vítima – e ele volta mesmo, isso é reiterado –, por que não encaminhá-lo, como Poder Judiciário, a um tratamento? Eu não vou obrigá-lo. Eu nem posso fazer isso, sem que haja um procedimento. Mas eu posso encaminhá-lo. Eu posso enviar um ofício à instituição,

dizendo: olha, estou encaminhando esse agressor para tratamento. Diferentemente é a aplicação da pena. E isso é feito, e o Poder Judiciário tem cumprido o seu papel, que é de dizer o direito ao caso concreto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós aguardamos a cópia da sentença.

Drª Patrícia, uma outra questão, depois, eu passo para a Deputada Rebecca, se tiver outro questionamento, na nossa visita, e também tivemos oportunidade de estar com o Ministério Público, nós tomamos conhecimento de que foram indevidamente arquivados três mil processos e que o Ministério Público recorreu, para evitar que uma tragédia se desse do ponto de vista da situação dessas mulheres. A senhora poderia nos dar informação? Ou seria o Presidente do Tribunal? Em que pé está, como o Tribunal está respondendo ao recurso realizado pelo Ministério Público para salvar essas mulheres, possíveis vítimas, dessa medida absolutamente incompreensível de arquivamento de três mil processos em que constavam medidas protetivas?

A SRª PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Pessoalmente, quando assumi a vara, me deparei com a situação de 3,5 mil processos, salvo engano, numa fila e que já tinham sido remetidos eletronicamente ao Tribunal, por meio de recurso. Só que, infelizmente, já havia tido recurso, e não pude mais atuar naqueles processos. Então, os processos foram encaminhados ao Tribunal, e caberá agora ao Tribunal... Nós não tivemos ainda ciência de nenhuma decisão nesse sentido. Mas eu acredito que a decisão vá ser no sentido de anular a sentença. Não posso aqui antecipar nem dizer, mas acredito que sim. Essa sentença, esse erro, na verdade, foi um erro técnico, um erro de procedimento, foi ocasionado pelo problema que cheguei a relatar para a senhora ontem da questão da distribuição das medidas protetivas, que ficam nos mesmos autos do inquérito policial. Então, quando você extingue uma medida protetiva, você extingue a ação penal, indevidamente. Então, houve essa situação de fato.

Então, nós já oficiamos o Tribunal para que essa situação da distribuição seja modificada, assim como a modificação da distribuição, a transferência da distribuição, digamos assim, lá para o Fórum da Zona Leste, onde fica a Vara Especializada. Mas essa situação vai ser julgada em breve pelo Tribunal, e, de fato, as vítimas foram prejudicadas, porque elas têm procurado saber sobre o andamento desses processos. E nós só podemos informá-las que o processo está em grau de recurso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos, Drª Patrícia. Quero cumprimentá-la pelo seu empenho e sua compreensão no comprometimento da aplicação da Lei Maria da Penha. Sobre

algumas questões que a senhora alerta em relação à fiança nos casos de violência doméstica são importantes a gente tomar providências.

Também considero que a ideia do juiz garantidor compromete a dinâmica das varas especializadas. No caso específico da tipificação do crime de feminicídio, nós ainda predominamos no pensamento da necessidade.

Nós agradecemos. Aguardamos as informações que o Tribunal de Justiça nos deve enviar. Gostaríamos de ter contado aqui com a presença da coordenadora especializada, Desembargadora Dr^a Socorro. E esperamos que uma nova fase se construa na resposta do comprometimento do Poder Judiciário em relação à Lei Maria da Penha. Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

A SR^a PATRÍCIA MACEDO DE CAMPOS – Muito obrigada. Boa tarde.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes, PCdoB – MG) – Nós vamos passar, imediatamente... Ainda faltam apresentar seus depoimentos os representantes do Procurador-Geral da Justiça do Estado, o representante do defensor público e as duas representantes da sociedade civil.

Nós vamos chamar, agora, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, o Dr. Davi Santana da Câmara e o Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, os dois Promotores de Justiça da Vara da Violência contra a Mulher.

Enquanto eles se dirigem e dividirão o tempo, 10 minutos cada um, a Deputada Janete fará... A Deputada Janete Pietá é coordenadora da bancada feminina, e a sonoridade do nome da Deputada Rebecca termina confundindo, pelo cansaço intelectual que também nós enfrentamos. As mulheres têm o desafio de, além de responderem o conjunto das coisas da vida, também responderem o cotidiano. Meu filho acabou de me ligar pedindo uma providência que teria que ser tomada relativa a compras lá em casa. E isso é um dos desafios que fazem com que a vida da mulher seja tão complicada. (*Palmas.*)

Eu queria pedir desculpas, Deputada Rebecca, 1.232 desculpas. E repetir: a Deputada Rebecca Garcia é autora do requerimento desta audiência pública. A Deputada Rebecca Garcia, que, nesta audiência pública, é Relatora *ad hoc*, vai fazer seus questionamentos em relação ao Ministério Público e também registrar novas presenças que há aqui.

A SR^a REBECCA GARCIA (PP – AM) – Temos as duas perguntas gerais. O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, individual e

conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra as mulheres?

Qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para enfrentamento às violências contra mulheres em 2012 e 2013?

E as questões específicas: que ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei 9.099, de 95, nos casos de violência doméstica?

Quantas promotorias da mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia ou comunidade indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra mulheres indígenas?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes, PCdoB – MG) – Com a palavra, o Dr. Mário Ypiranga Monteiro Neto, Promotor de Justiça da Vara da Violência Contra a Mulher, que disporá, pela distribuição, de 10 minutos.

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO – Ex^{ma} Sr^a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, saudamo-la, agradecemos-lhe e a elogiamos, e não é louvação gratuita, porque uma medida como esta só faz o Brasil progredir e evoluir cada vez mais.

Ex^{ma} Sr^a Deputada Federal Rebecca Garcia, Deputada pelo Estado do Amazonas, pelo meu Estado, meus cumprimentos.

Ex^{ma} Sr^a Deputada Estadual Conceição Sampaio, meus cumprimentos.

Ex^{ma} Sr^a Deputada Estadual por Roraima Angela Portela, meus cumprimentos, seja bem-vinda ao nosso verde Estado.

Ex^{ma} Sr^a Dr^a Juíza de Direito, Juíza Federal Jaiza Fraxe, magistrada séria e talentosa do nosso Estado do Amazonas, representando a Justiça Federal – fizemos mestrado juntos, inclusive –, um prazer em reencontrá-la nesta reunião, nesta cerimônia.

Excelentíssimas senhoras representantes de entidades relativas às mulheres, excelentíssimas senhoras psicólogas, assistentes sociais, Ex^{mo} Sr. Subdefensor Público-Geral, Dr. Ariosto Braga, com quem atuei como Conselheiro de Direitos Humanos, pessoa competente que dirige a Defensoria do Estado do Amazonas, demais defensores públicos, Ex^{mo} Sr. Dr. Promotor de Justiça David Câmara, meu colega, companheiro da promotoria junto à Vara Maria da Penha, mulheres do

Amazonas e do Brasil, senhoras e senhores, antes de responder as perguntas e passando já a respondê-las, mas fazendo uma introdução rápida, eu devo dizer que a violência contra as mulheres é um problema complexo de efeitos plurais, que exige uma atitude muito forte de cada um de nós, sejam juízes, sejam promotores, sejam defensores públicos, sejam deputados estaduais e federais, Senadores.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse mérito de reunir de forma mista Deputados e Senadores, toda a sociedade se engajando na violência contra as mulheres, porque nós temos atualmente dados alarmantes de violência contra as mulheres no Brasil.

Segundo o Mapa de Violência de 2012 de Homicídios de Mulheres no Brasil, o Brasil ocupa a sétima posição em homicídios contra mulheres, considerando uma estatística de 84 países. O primeiro país em assassinato de mulheres é El Salvador, com uma taxa de 10 homicídios por cada 100 mil mulheres. O Brasil ocupa a sétima posição: 4,4 mulheres a cada 100 mulheres são mortas no Brasil. E o último país, que menos mata mulheres, é a Islândia.

Segundo estatística também do Anuário das Mulheres Brasileiras, entre 10 mulheres brasileiras 4 mulheres já foram agredidas por seus companheiros.

Portanto, a legislação, a Lei 11.340, de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, vem reforçar e com uma rigidez própria de uma legislação que quer modificar uma realidade social, por mais paradoxal que isso seja, porque a lógica comportamental não é uma lógica dedutiva... A lógica comportamental prescinde que o enunciar e o experimentar tenham uma relação de causalidade muito grande. Portanto, para que nós possamos experimentar esses mecanismos, há que se experimentarem esses mecanismos de proteção às mulheres.

E estou no Ministério Público, apesar de aparentar jovem – pelo menos assim me vejo –, estou há 14 anos no Ministério Público, tendo passado por diversas comarcas no interior, nos bancos de canoa, no calor do sol a pino, para levar cidadania às pessoas. Fui promovido este ano para a capital para exatamente a Promotoria de Justiça junto à Vara Especializada da Violência Doméstica contra a Mulher. Mas irei me referir, neste momento, somente à promotoria de justiça especializada na violência doméstica e familiar contra a mulher, porque o povo, a população entende melhor e é função do operador do direito também levar o direito de forma mais acessível, mais fácil à população.

Em relação ao trabalho...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Nós gostaríamos só de lembrar, Dr. Mário, que a

gente dá prioridade para as respostas e, em seguida, as considerações gerais.

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO –

Eu ia começar. E citando um poeta do seu Estado, Minas Gerais, Carlos Drummond de Andrade, da cidade de Itabira, um dos maiores poetas brasileiros que nós á tivemos, que tem um poema que diz: “No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho.”

Nós estamos aqui exatamente para remover essas pedras que vão em direção às mulheres em relação à violência contra as mulheres. E o Ministério Público tem um papel muito importante nesse mecanismo de proteção às mulheres.

O nosso trabalho, o meu trabalho como Promotor Titular da 45ª Promotoria e o trabalho do Dr. David Câmara como Promotor da 73ª, porque são duas promotorias especializadas, diz respeito à atribuição constitucional que nós temos. A Carta Constitucional de 1988, de relatoria do grande Senador amazonense Bernardo Cabral, diz que o Ministério Público é titular da ação penal.

Portanto, a nossa principal, relevante e importante ação é quanto o ingresso da ação penal em relação aos agressores das mulheres. Todos os inquéritos que chegam para gente nós analisamos, verificamos se há efetivamente indícios de autoria e prova da materialidade, ingressamos com ações penais para responsabilizar aqueles agressores.

Como mencionou a Drª Patrícia aqui, em muitas audiências, fazemos a audiência e já fazemos a instrução e o próprio julgamento, na própria audiência, ou seja: o Ministério Público oferece as alegações finais orais em audiência e já há sentença naquela própria audiência, evidentemente que excluindo os processos complexos, porque o Poder Judiciário e o Ministério Público não podem tratar de forma pouco séria processos complexos que envolvem violência doméstica, tendo em vista que há de se respeitar também direitos fundamentais do homem.

Portanto, o trabalho do Ministério Público tem sido... Nós adotamos uma postura na Vara Maria da Penha de trabalho preventivo. Porque esse microsistema derivado da Lei nº 11.340 é também um sistema de justiça preventiva, para prevenir a ocorrência de um delito, para prevenir a ocorrência de uma agressão à mulher, para prevenir a morte de uma mulher. E são medidas protetivas de urgência.

Nós adotamos uma postura... Antes, essas medidas protetivas eram deferidas e com prazo de apenas três meses. Isso foi feito bastante pelo juiz que antecedeu a Drª Patrícia. Quando eu cheguei como titular da Promotoria, há apenas seis meses, eu verifiquei

juntamente com o Dr. David, meu colega, que as medidas protetivas são urgentes, mas elas, às vezes e na maioria das vezes, são necessárias até a conclusão do processo criminal. Para quê? Para salvaguardar e para proteger a vida e a integridade física da mulher. É a função principal da lei. Evidentemente que a Deputada Estadual e as Deputadas e as Senadoras conhecem melhor a legislação e conhecem, evidentemente, o espírito da legislação, que é a proteção da mulher. Muitas vezes a própria proteção da mulher vai causar desarmonia familiar. Mas isso é outra questão social que demanda políticas públicas – e aí eu já peço o gancho e começo a falar das políticas públicas que o Ministério Público vem pleiteando para essas questões.

É interessante a criação, evidentemente, de CAPs, como a Dr^a Patrícia mencionou. Os ingredientes constantes que nós vemos em inquéritos policiais, em ações penais, são alcoolismo e drogas. Portanto, é difícil dizer, convencer um agressor de que ele não vá bater, mesmo com a atuação judicial, na mulher estando alcoolizado ou drogado.

Portanto, o Ministério Público pode, não por intermédio da nossa Promotoria, mas da Promotoria especializada nos direitos constitucionais do cidadão pode cobrar do Poder Público políticas públicas no sentido de tratamento desses agressores não como forma de pena. O Ministério Público defende que a penalização tem sempre que existir – e aí já entrando no questionamento e respondendo as perguntas. O Ministério Público nunca pleiteia medidas despenalizadoras. Por quê? Porque há proibição expressa na legislação e seria um retrocesso à Lei nº 9.099, que tratava a violência doméstica com a transação penal e com a conciliação.

Portanto, eu nunca propus a suspensão condicional do processo nem transação penal. Isso não cabe na Lei Maria da Penha. O que nós fazemos é a denúncia, o ingresso da ação penal e a responsabilização do agressor, evidentemente se ele efetivamente praticou o crime, a responsabilização rigorosa desse agressor.

Está inscrito na Constituição Federal, no art. 1º, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana e da dignidade das mulheres; não só de algumas mulheres, mas de todas as mulheres. Por isso nós levamos dignidade através dessas ações do Ministério Público e cidadania, simplesmente pelo exercício das nossas ações pelo o que nos manda a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Os números que nós temos na Promotoria são desde janeiro de 2011. Tínhamos seis mil processos

com vista ao Ministério Público no ano de 2011, ano passado, no mês de janeiro, nas duas Promotorias.

No mês de maio, quando assumi, depois de um trabalho feito com a sensibilidade do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz, de promotores que me antecederam, de assessores, de estagiários, nós reduzimos esses processos ao número de 1.324 processos com vista ao Ministério Público. Portanto, em maio de 2012, nós encontramos na Promotoria 1.324 processos com vista ao Ministério Público, na minha Promotoria. E, em setembro de 2012, atualizamos todos esses processos, não por mérito meu apenas. Tenho um predicação a que me atribuo – acho que é o único mérito que eu tenho: ser um cidadão esforçado. É o único mérito.

Esse trabalho foi não só meu apenas, mas foi do Promotor de Justiça David Câmara, dos assessores, dos estagiários e de um mutirão que nós fizemos para eliminar, para terminar, para concluir esses processos e mandar para a vara judicial com manifestação do Ministério Público.

Então, atualmente, em novembro de 2012, temos cerca de 200 processos apenas, apenas inquéritos e processos atuais para análise do Ministério Público.

Porém, esses dados, evidentemente, são flutuantes. Por quê? Porque inquéritos a todo o momento são elaborados, mulheres a todo o momento são agredidas, e nós precisamos evidentemente de uma estrutura melhor para a atuação. Isso é uma lógica matemática. A Dr^a Jaiza tem conhecimento e a Dr^a Patrícia mencionou que o CNJ recomenda, quando há 3 mil processos, a designação de um juiz auxiliar. E a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros vai mais além. Ela diz que o ideal seria mil processos por juiz; portanto mil processos por promotor de justiça.

Então, o ideal – pode até parecer tragicômico essa afirmação, mas essa afirmação é oriunda da minha própria experiência – seria sete Varas Maria da Penha no Estado do Amazonas e sete Promotorias Maria da Penha no Estado do Amazonas. É claro que três promotorias... E já há estudos do Ministério Público para a criação de outras promotorias. Acredito sinceramente que será criada mais uma Promotoria de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – nós temos duas atualmente no Estado, é insuficiente para dar conta de todos os processos. E isso eu vou levar ao Procurador-Geral, e o Procurador-Geral tem a sensibilidade. Nós estamos representando o Ministério Público aqui, mas não temos todos esses dados. Há um estudo em andamento, e o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Cruz, tem a intenção de criar diversas promotorias. Como as necessidades...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Onde que é a outra?

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO

– Perdão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Onde se localiza a outra?

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO –

A senhora esteve na nossa ampla sala, viu o tamanho. Quantos metros quadrados? Talvez uns sete metros quadrados, onde ocupam sete pessoas São duas promotorias numa sala só com três promotores, dois Promotores da Maria da Penha – eu e o Dr. David – e uma Promotora de Família, além de três assessores e um estagiário.

Então, são sete pessoas trabalhando numa sala cedida pelo Tribunal de Justiça, logicamente, em condições evidentemente precárias. Porque, para você atender uma vítima, ela já se sente intimidada em falar para o promotor de justiça o drama pessoal dela, imagina falar diante de sete pessoas.

Então há necessidade, o Procurador-Geral de Justiça já tentou localizar um terreno para construir uma sede para as Promotorias junto à Vara Maria da Penha, mas não há na Zona Leste, até o momento, esse terreno ou esse imóvel.

Eu acredito, e aí louvo, elogio o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome de V. Exª, Deputada Federal Jô Moraes, de já ter essa resposta do Governo do Estado do Amazonas da criação desse complexo onde funcionará a Vara, as Promotorias de Justiça, a defensoria Pública e a própria polícia. Porque isso vai agilizar todos os processos da Maria da Penha, inquéritos, que são processos urgentes. A mulher tem que ser protegida. Quando nós recebemos o inquérito, nós nos preocupamos se existe a medida protetiva. Se não existe, nós pleiteamos, requeremos evidentemente a imediata aplicação da medida protetiva, ou efetivamente a prisão preventiva daquele agressor. Para quê? Para salvar a vida e a integridade física da mulher e para levar dignidade a essa mulher.

Evidentemente que a proposta do Ministério Público é a criação de novas Varas. É uma sugestão, tendo em vista evidentemente a autonomia do Tribunal de Justiça. Mas a criação de novas Varas de Violência Doméstica contra a Mulher é evidentemente necessária e a criação de, no mínimo, uma outra Promotoria de Violência Doméstica contra a Mulher, além de Delegacias – e já há um projeto de criação de Delegacias de polícia, de uma outra delegacia especializada, como é do conhecimento de V. Exª, na capital do Amazonas.

Vou me ater aqui às outras perguntas, senão, promotor também fala muito, não só os parlamentares...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Lembro que o senhor dispõe de 2 minutos.

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO –

Pois não. É que os parlamentares falam muito, é do próprio verbo falar, falar, mas o Ministério Público também, principalmente quem atua no júri – e eu fiz muito júri. A gente tende a falar muito, mas vou resumir e me disciplinar para concluir e sintetizar todo o meu pensamento, meu desejo e minha vontade de fazer com que todos os mecanismos de proteção à mulher ocorram de fato, efetivamente.

Quantas Promotorias da Mulher existem no Estado? São duas.

Há capacitação permanente para promotores de justiça? A capacitação é feita através de cursos promovidos pelo Ceaf, que é o centro de estudos do Ministério Público. Esses cursos são referentes a diversas áreas, dentre eles assuntos que abordam também a Lei Maria da Penha. E a capacitação é individual também, é do esforço nosso. Tenho todos os livros sobre a violência doméstica contra a mulher, todos. A Drª Patrícia até, de vez em quando, vai ao meu gabinete pegar emprestado alguns; ela pegou três recentemente – certamente está em boas mãos.

A capacitação é nossa, é do esforço nosso – a Drª Jaiza conhece. Os operadores do Direito, às vezes, existem algumas exceções no âmbito nacional, mas a maioria dos juízes, a maioria dos promotores veste a camisa. Eu visto a camisa em defesa das mulheres, em defesa da dignidade das mulheres. (*Palmas.*) Porque é a minha função, apenas; senão seria rasgar a Constituição Federal; senão seria rasgar a Lei Maria da Penha. É minha função salvaguardar e proteger e responsabilizar os agressores das mulheres.

Qual o orçamento para ações específicas de cada instituição para enfrentamento às violências contra as mulheres em 2012 e 2013? Eu não tenho esses dados, mas como V. Exª nos solicitou um relatório circunstanciado, esse relatório será encaminhado no prazo que V. Exª nos solicitou, no prazo de 10 dias, e será assinado por mim, pelo Dr. David Câmara e pelo Procurador-Geral da Justiça, Dr. Francisco Cruz, encaminhado a Brasília, ao seu gabinete.

O Ministério Público fica à disposição para qualquer pessoa, qualquer mulher tem as portas abertas do meu gabinete, e elas sempre vão elogiar: Poxa, doutor, agora eu tenho mais liberdade; agora o agressor está preso; agora a minha vida mudou... Enfim, elas relatam, há um relato, há uma questão íntima a ser relatada também, porque, evidentemente, essas questões envolvem questões íntimas e familiares. É bom saber que, muito embora diminuta, Deputada,

nós do Ministério Público damos a nossa contribuição à causa em defesa das mulheres.

Eu gostaria só de ressaltar, aqui, e registrar a presença do Deputado Estadual Marcelo Ramos, meu primo, laços sanguíneos nos unem, e da minha mulher, Simone Lasmar Ypiranga Monteiro, linda, ali, que está até agora assistindo; é servidora da Casa, também. Eu te amo! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Dr. Mário...

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO –

Só para concluir...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– ...Dr. David Santana Câmara.

Houve um excesso de tempo, que ele tomou todo. Nós vamos dar uma excepcionalidade ao senhor, até 10 minutos, porque nós temos que escutar a Defensoria e a sociedade civil, ainda, para chegarmos às conclusões.

O SR. MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO –

Muito obrigado. Perdoe-me pela quebra do protocolo ao final, mas foi rapidinho.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Não, a quebra de protocolo, quando é para elevar valores humanos, nós consideramos justa.

Com a palavra o Dr. David. As perguntas o senhor escutou ou quer que a Deputada Rebeca repita?

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA – Não, Exª, não há necessidade...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada.

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA –...porque algumas perguntas técnicas, por exemplo, dotação orçamentária específica, ainda não tem dentro do orçamento do Ministério Público. Mas nós temos uma coordenação criminal, que é responsável por todas as promotorias criminais que dispõem dessa dotação orçamentária. Como nós não dispomos do valor é que nós vamos encaminhar essa resposta através de ofício.

Já quebrei o protocolo, não cumprimentei a senhora, nem a mesa, porque vou tentar fazer uma conversa mais informal depois da eloquência do Dr. Mário. Então, vou tentar conversar com as senhoras que estão presentes, que são representantes da sociedade civil, e agradecer. Eu estava ansiosamente esperando essa visita da CPMI. Por quê? Porque...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Lembrando, Dr. David, que há algumas perguntas que o Dr. Mário não respondeu e que nós gostaríamos. Inclusive, entre elas, a questão das aldeias, das comunidades indígenas; do Ministério...

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA – Ah, sim, com certeza.

Eu participei de várias reuniões; o Dr. Mário foi promovido para a Capital no dia 1º de agosto de 2011, e foi promovido para a Promotoria da Maria da Penha. Eu quero esclarecer que à época era como se fosse um castigo, por causa desse volume do processo. Eu acho que ocorreu em todo o Brasil, com a criação da Lei 11.340. Todas as ações que estavam nos juizados especiais criminais, todas, bastava a vítima fazer aquele boletim de ocorrência e era aplicada a lei; todas essas ações se transformaram e foram para uma vara só. Então, nasceu a Vara Maria da Penha, juntamente com a Promotoria, assim com um volume de processos reunindo tudo. Então, os juizes e promotores que iam para lá ficavam desesperados porque trabalhavam todos os dias, com o maior esforço, faziam 50 processos e entravam 50 novos inquéritos.

E o interessante é que nessas reuniões nacionais eu tenho vislumbrado a presença de promotores, homens, numa vara que seria em defesa da mulher, não somente aqui no Amazonas, mas em diversos Estados. E isso é uma questão de opção, Deputada. Por quê? Porque para eu vir promovido, essa promotoria foi oferecida na capital e na capital nós temos promotoras mulheres, mas elas não quiseram encampar. Da mesma forma foi quando o Dr. Mário veio. Teve a opção de virem mulheres, mas acredito que as mulheres aqui no Estado do Amazonas estão bem representadas por nós.

Agora, eu tomei um susto. No dia 1º de agosto de 2011, havia apenas uma promotoria de justiça, não havia duas, e eu encontrei 3.984 processos com vistas para o Ministério Público. E o que significa isso? Significa que a mulher tinha ido para a delegacia, tinha feito o registro da agressão sofrida, o juiz – na época o Dr. Almada era o titular, Francisco Pessoa Almada, tinha despachado as medidas protetivas e passado a bola ao Ministério Público, e dito assim: “Bem, o senhor é dono da ação penal; o senhor tem que promover a ação em favor da mulher.” Então, é como se você entrasse em um gabinete e tivesse 3.984 processos amontoados, esperando a manifestação do Ministério Público. Isso me causou uma angústia desesperada, pensando nessas mulheres que precisavam da atuação. E por causa dessa angústia, já vivida por outros promotores anteriores a mim, é que levamos esse conhecimento ao nosso Colégio de Procuradores, e foi criada a outra promotoria.

Além de ser criada mais uma promotoria, porque apenas dois promotores não dariam conta, nós começamos a fazer mutirão; nós reunimos vários Promotores de Justiça; cinco Promotores de Justiça; cinco assessores; e num prazo – olha só – de um ano, nós conseguimos zerar aqueles processos de vista. O que significa zerar? Você abria o sistema e não ti-

inha nenhum processo dependendo da manifestação do Ministério Público. E isso é um exemplo até para a delegacia. Você tem 4.500 inquéritos, se fizerem uma força tarefa com vários delegados, eles vão conseguir, num prazo razoável, resolver essas questões.

Eu tenho um esclarecimento, Secretário de Segurança – e não sei se se faz presente; ou algum representante. Diz-se que no Estado do Amazonas não tem promotor em todas as comarcas, em todos os Municípios. É uma inverdade, ele não tem conhecimento. O Ministério Público se faz presente em todos os Municípios do Estado do Amazonas.

Com relação ao Poder Judiciário, o próprio governador, em várias declarações anteriores, diz que tem uma proposta de um concurso em breve para suprir os juizes. Mas o Ministério Público se faz presente em todos os Municípios. E naqueles Municípios, Deputadas, onde existem as aldeias indígenas, as comunidades indígenas mais frequentes, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, onde você tem uma vivência... Boca do Acre, você tem uma área com muitas comunidades indígenas, nós não temos nesses Municípios uma promotoria especializada, porque apenas há uma promotoria única, da mesma forma que nós não temos varas especializadas, porque são varas únicas. Mas os promotores de Justiça que lá se encontram fazem esse atendimento, eles fazem essa atuação, têm uma percepção até mais próxima dessa parte da violência contra as mulheres indígenas. Acredito que – nós estamos em 2012 – em 2010, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, sofreram ações do Ministério Público, da Dr^a Renilce Helen, que se encontrava nessa, movendo ações para fazer essa defesa.

Infelizmente, nós não temos... são ações locais, não é uma ação ainda organizada, e eu acredito que o Ministério Público aqui do Estado do Amazonas precisa de uma coordenadoria específica para as promotorias junto à Vara Maria da Penha.

E isso é uma proposta, por quê? Porque no início, quando nós pegamos aqueles processos paralisados, os nossos esforços foram concentrados para resolver esse problema processual, e hoje estamos atualizados. Então, o processo entra.

Eu estou com 76, o Dr. Mário tem poucas coisas assim. Eu lhe garanto que até segunda-feira, terça-feira, a Promotoria não tem, mas são ciclos. Imagine a senhora quando o TJ julgar os 4 mil processos de recurso do Ministério Público? Se dividir para as duas promotorias, com vista, são dois mil processos. Vamos ter que demandar mais esforços para o Ministério Público atender.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O senhor tem previsão do tempo em que o recurso vai ser julgado? Porque são ameaças reais.

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA – Deixe-me lhe explicar. O Ministério Público entrou com esse recurso em janeiro, no início deste ano. Em janeiro de 2012, eu me encontrava de férias, estava substituído, quando do Dr. Raimundinho foi pego de surpresa com essa decisão, não de um juiz titular – o juiz titular também se encontrava em férias. Foi feito um mutirão por um juiz fora da Vara Maria da Penha, e ele fez aquela sentença extinguindo as medidas protetivas. Sem perceber, por elas estarem não apensadas, mas fazendo parte do processo, acabou extinguindo o feito. Isso causou um temor muito grande por parte do promotor de Justiça, que se reuniu com outro promotor, com os assessores e recorreu de quase quatro mil processos, porque foram quatro mil sentenças de extinção do feito.

Como a senhora teve conhecimento, nosso sistema é todo virtual. O Tribunal ainda não estava virtualizado. Então, caberia à Secretaria imprimir quatro mil ações, com vários volumes, várias páginas, e ficou impossibilitado. Na época, o Dr. Antônio Carlos Marinho, um dos juizes auxiliares, sugeriu ao então Presidente do TJ na época que fosse dado efeito repetitivo para esses recursos, porque a base era a mesma. O mérito era mesmo o Ministério Público recorrer, dizendo que o feito não poderia ser extinto, porque já havia alguns com denúncias, outros com audiência de instrução em julgamento designada. Então, não poderia extinguir aquele feito.

Mas, até hoje, o TJ não julgou. De janeiro de 2012 a novembro de 2012, não temos um resultado de um julgamento para se aplicar esse efeito repetitivo. E, como já foge da nossa alçada, já está em grau de recurso, não temos nem como nos manifestar, requerendo que o TJ julgue esses recursos, para que esses processos possam retornar e darmos andamento, darmos aquela prestação para as vítimas daqueles processos.

Então, estamos com quatro mil processos e as mulheres vítimas estão esperando essa decisão da Justiça.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. David, nós solicitamos, esta CPMI solicita que o Ministério Público nos envie a relação dos 3.500 processos para que nós possamos entrar junto ao CNJ, para que tome uma medida emergencial. Em um ano, mulheres podem ser mortas e podem ser atacadas. É de uma gravidade tamanha que nós não podemos apenas escutar.

Solicito, então, que o Ministério Público nos envie essa relação, para que entremos imediatamente no CNJ.

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA – Vou buscar esses dados para a senhora com a maior rapidez possível, dada a distância. Quero esclarecer que o ofício...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O tempo de V. Exª está já concluído.

O SR. DAVID SANTANA CÂMARA – Só esclarecer que a senhora encaminhou em junho de 2012 o Ofício nº67/CPMI-VCM, solicitando alguns dados, e como é importante a presença da CPMI nos Estados. A senhora queria saber quantas denúncias tinham sido oferecidas, qual era o tipo de ação penal, e nós fomos buscar. Como é o sistema de automação de Justiça controlado pelo TJ, nós fomos buscar essas informações. E, como já foi explicado pela Drª Patrícia, o sistema não faz a tipificação.

Em decorrência dessa informação, que nós não sabemos, a cada denúncia oferecida por mim – da mesma forma o Dr. Mário, ele tem esses dados –, eu passei a tipificar as denúncias. E é um dado interessante para a CPMI: a maior parte das denúncias são lesão corporal, ameaça e vias de fato. A partir dessa data em que foram solicitadas as respostas, eu tenho que o Ministério Público, no período de julho a outubro, ofereceu, da minha promotoria, 439 denúncias por lesão corporal, 107 denúncias por crime de ameaça e 80 denúncias por vias de fato.

Vou passar esses dados para a Comissão avaliar, para perceber que esses são os crimes mais reincidentes nesse universo da violência doméstica contra a mulher.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Mário. Algumas informações os senhores podem nos enviar. Considero uma boa notícia que o Ministério Público esteja presente nos 62 Municípios. Considero fundamental que ainda não foi esclarecido o problema da preparação, da qualificação dos promotores em relação a atendimento especializado. Aguardamos urgentemente.

Cumprimentamos pela agilidade com que vocês respondem a esses processos, a partir do momento em que os senhores estiverem ocupados, e aguardamos a relação urgente dos recursos empregados pelo Ministério Público.

Muito obrigada. Boa noite.

Vamos passar imediatamente para a última autoridade e, em seguida, para a sociedade civil. Chamaremos o representante da Defensoria Pública, o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto, Subdefensor Público Geral. Enquanto ele se dirige, a Deputada Rebbeca registra a presença de alguns e fará seus questionamentos.

A SRª REBBECA GARCIA (PP – AM) – Srª Soniely Brandão, Presidente do Centro de referência em Amparo à Mulher; Srª Elizabete Maciel, Presiden-

te da Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas; Ana Nice da Silva Machado; Associação de Mulheres Vitória-Régia do Município de Parintins; Omism/Watyamã – Organização de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé de Manaus, as tucandeiras; Srª Ivonete Mendonça, Secretária de Ação Social do Município de Iranduba, representando o Prefeito Nonato Lopes; Drª Márcia Álamo, Presidente da ONG Maria Bonita; Sílvia Helena F. Cordeiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Roraima e que pede que eu passe à CPMI alguns encaminhamentos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada. Eu lerei em seguida. Nós vamos passar a palavra à Defensoria, mas queremos esclarecer que a CPMI vem para questionar as autoridades. Os movimentos sociais apresentam o seu relatório complementar aos questionamentos. Escutamos todas as autoridades, porque é deles que tem que vir as respostas às demandas que a sociedade e as mulheres necessitam. Por isso essa ordem.

Com a palavra o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – Boa tarde, Excelentíssima Srª Deputada Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desculpe, Dr. Ariosto, a Deputada Rebbeca vai situar os questionamentos dirigidos à Defensoria.

A SRª REBBECA GARCIA (PP – AM) – Mais duas questões gerais.

O que e como as autoridades aqui presentes, Poder Executivo e Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra as mulheres?

Qual o orçamento às ações específicas de cada instituição para o enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2012 e 2013?

Agora, as questões que são direcionadas à Defensoria Pública.

Quantos núcleos de defensoria da mulher existem no Estado?

Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas?

Há defensor ou defensora especificamente para a Vara de Violência Doméstica?

A Defensoria faz algum tipo de mediação ou conciliação nos casos de violência doméstica?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Ariosto Lopes Braga Neto.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – Boa tarde, Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar; Deputada Federal Rebbeca Garcia, ilustre representante do nosso Estado; Deputada Conceição Sampaio, que faz uma parceria muito boa com a Defensoria Pública –, inclusive, estamos já em andamento

com tratativas para a celebração de um convênio com vistas a fazer o que ela já faz com o Poder Judiciário; e à Deputada representante do Estado de Roraima, os meus cumprimentos; Dr^a Jaiza Fraxe, que no momento não está.

Bom, Vou passar diretamente às perguntas. Estou representando o Dr. Ricardo Trindade, que é o nosso defensor público geral, e justificando a ausência dele, que se encontra em Brasília, numa reunião do Conselho Nacional de defensores gerais.

Mas, buscando em nosso orçamento, eu quero dizer, inicialmente, que a Defensoria Pública tem uma ação específica em relação à defesa da mulher. Nós temos uma ação chamada Implantação e Implementação do Núcleo de Atendimento Especializado à mulher Vítima de Violência Doméstica. Por essa ação, no ano de 2010, no orçamento da Defensoria Pública foi estabelecido um valor de R\$200 mil. Mas esse valor não aconteceu porque ele ficou amarrado a uma captação de recurso de convênios em Brasília, e a Defensoria não pôde fazer uso dessa verba porque não dispõe de quadro técnico para elaboração de convênios. É uma meta da nova administração a gente cuidar da ampliação do quadro administrativo, do quadro de apoio da instituição. Então, esse dinheiro de 2012 não ocorreu.

Para 2013, a previsão no orçamento – dá até vergonha a gente falar – é no valor de R\$10 mil, pelo orçamento do Estado, e R\$242 mil provenientes do Fundo da Defensoria Pública, que é um fundo criado por uma lei, que nos auxilia na consecução da nossa atividade fim. Evidentemente que esse orçamento está ainda em tramitação, e nós estamos lutando junto ao Governo do Estado, que tem excelente boa vontade de melhorar o atendimento jurídico das pessoas carentes. Há boa disposição nesse sentido. Já há sinais de que nós conseguiremos modificar esse valor orçamentário. Eu digo que é irrisório porque, só de ouvir a Dr^a Graça Prola falando do orçamento da SEAS, me deu água na boca de ver o quanto é destinado à proteção da mulher. Mas com esse orçamento...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem uma boa notícia: nós acabamos de aprovar a PEC 114, que garante até 2%. Será um desafio a conquistar.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – Exatamente, Deputada. Quero até ressaltar o empenho de V. Ex^a e da própria Deputada Rebeca Garcia, que muito ajudou a Defensoria Pública na aprovação desse projeto de lei, que vem para finalizar, com a independência, com a verdadeira autonomia da Defensoria Pública nessa modificação na Lei de Responsabilidade Fiscal, que obrigará o Estado, agora, a repassar 2% de seu orçamento para a Defensoria Pública.

Independentemente disso, eu queria dizer que hoje, pela primeira vez, eu fiquei muito orgulhoso da nossa instituição, porque aqui, no nosso plenário, hoje, pela primeira vez, nós superamos o Poder Judiciário e o Ministério Público. Havia aqui presente exatamente um comigo, dois defensores com o Dr. Gualberto, três defensores com o Dr. Vitor Kikuda e tínhamos, ainda, o Dr. Miguel Tinoco, que é o titular do Núcleo de Proteção à Mulher, e teve que sair, e a Dr^a Caroline Braz, que é a nossa defensora pública, entusiasta na causa da defesa da mulher e que veio espontaneamente para esta audiência, para nos ajudar.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E a Dr^a Sílvia, defensora pública de Roraima, que também veio espontaneamente reforçar.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – Bom, então, fizemos uma vitória na Defensoria, aqui, neste plenário. Conseguimos ultrapassar as outras instituições coirmãs, que nos auxiliam nessa proteção da mulher. Mas a Dr^a Caroline, eu ia ressaltando, teve que sair justamente pelo fato de ser mulher. Ela teve que levar seu filho ao médico, pediu permissão para sair e nós tivemos que conceder.

Mas este é um momento importante para dizer exatamente, no destaque, os nossos questionamentos.

O que e como as autoridades aqui presentes, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a violência contra a mulher?

A Defensoria tem um trabalho, integrado com o Poder Judiciário e com o próprio Ministério Público, na Vara de Violência contra a Mulher e também com a Secretaria de Estado de Ação Social com a Acege – Associação Cristã de Empresários e Gestores, quando nós desenvolvemos um trabalho no Núcleo de Atendimento Integrado à Mulher, o NAIM, junto ao Centro de Proteção da Mulher. Esse trabalho, se não fosse por força da parceria com a Acege nós não conseguiríamos desenvolver. E nós temos um defensor titular desse Núcleo, que é o Dr. Miguel Tinoco, que, como justifiquei teve que sair também.

Mas, temos também uma atuação integrada junto à vara especializada, com a ocorrência de três defensores públicos na vara especializada. Por incrível que pareça, a situação da defensoria é *sui generis*. De todas as instituições, nós somos a instituição mais pobre, aquela instituição com menor orçamento, mas, por incrível que pareça, nós dispomos, nós temos o dever constitucional de ter uma atividade interessantíssima. Por quê? Porque nós temos o dever constitucional de defender o agressor. Não se pode abrir mão disso. Então, necessitamos de um defensor público para a defesa do agressor e nós temos esse defensor, localizado na Vara Maria da Penha, que é o Dr. Roger,

nosso defensor responsável pela atuação na defesa do agressor. Vem a Lei Maria da Penha e estabelece uma função nova para a Defensoria Pública, mas muito dignificante, muito gratificante, que é justamente essa assistência jurídica à mulher vítima de violência. Com isso, a Defensoria, só para cuidar da assistência à mulher, num quadro reduzido como é o do nosso Estado, temos dois defensores, um titular do Núcleo de Atendimento à Mulher, que é o Dr. Miguel Tinoco, e o outro, que é o Dr. Gualberto, que divide as atribuições com o Dr. Vitor Kikuda na defesa da mulher, na assistência jurídica à mulher vítima da violência por conta da imposição legal da Lei Maria da Penha.

Então, a Defensoria Pública já sofreu muitas críticas de pessoas que não gostam da instituição, dizendo assim: quer dizer que a Defensoria Pública defende o agressor e o agredido? Mas, é interessante. É um trabalho hercúleo – tem que ser dito – e todos os defensores que atuam na Vara Maria da Penha como em outras atribuições, todos eles possuem acumulação de atribuições. Os que trabalham na Vara Maria da Penha ficam diretamente localizados para as audiências para efetivação principalmente das medidas protetivas de urgência. Essa especificidade da Defensoria Pública faz com que dobre, redobre o nosso trabalho.

A Defensoria, portanto, necessita de um cuidado maior por parte dos nossos entes para fins de efetivar o seu termo constitucional. Por conta disso, nós temos também, nessas atribuições, projetos para 2013 na elaboração justamente da Escola Superior da Defensoria Pública com vistas a efetivar prevenção da questão da violência doméstica. Como? Nós teremos como educar a família, inclusive na parte que foi tocada aqui pelo Poder Judiciário referente à própria educação do agressor. Não podemos também nos livrar da violência sem pensar nessa prevenção, nessa educação prévia. Então, há também uma ação específica da Defensoria Pública em, digamos assim, celebrar com as escolas convênios para a divulgação dos direitos humanos e das minorias, justamente com a questão abrangendo tanto a violência doméstica da mulher e familiar, como também de outros entes minoritários.

Quanto às perguntas mais específicas, quantos núcleos de defensoria da mulher existem no Estado. Já é do conhecimento de V. Ex^a, Deputada, que a Defensoria está passando por um processo de modificação e nós estamos no decurso de um concurso público cuja primeira prova será realizada em janeiro de 2013. Nós hoje só temos um Município do Estado, fora a capital, com defensor público, que é o Município de Presidente Figueiredo, que tem uma defensora pública, os outros Municípios todos, os 60 Municípios restantes não possuem defensorias públicas. Mas, nós procuramos,

ainda assim, com o nosso quadro reduzidíssimo... Por incrível que pareça, o nosso quadro hoje é inferior ao quadro de defensores de 1986. Essa preocupação fez com que o Governador Omar Aziz tomasse uma decisão inédita de fazer um concurso para 35 defensores públicos, que vai suprir nossas carências, com um cadastro de reserva para mais 35. Na realidade, nós teremos 70 defensores públicos. Esperamos tê-los todos efetivamente ocupando as suas comarcas no ano de 2013. Por isso, nós só temos hoje, de núcleos da Defensoria da Mulher, apenas o NAIM, na capital e o Núcleo da Vara de Proteção à Mulher, cujos defensores públicos atuam diretamente na defesa da mulher em juízo, com relação violência doméstica e familiar.

Com relação a como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas, nós temos especificamente um convênio com a Procuradoria-Geral da República que nós atendemos comunidades indígenas. Uma vez por semana há um defensor responsável para fazer esse atendimento específico, não diretamente ligado à defesa da mulher vítima de violência, mulher indígena, mas envolvendo todas as questões de família em geral. Mas há, de alguma forma, um atendimento também. Com toda a nossa carência, nós fazemos esse atendimento às mulheres indígenas.

Se há defensor ou defensora especificamente para a Vara de Violência Doméstica? Há. Nós temos diretamente três defensores destacados para a Vara de Violência Doméstica. Com o nosso quadro reduzido, como já falei, mas temos o Dr. Vitor Kikuda, o Dr. Gualberto, que faz a defesa da mulher, e o Dr. Roger, que cuida especificamente do agressor. Tecnicamente, temos três defensores atuando e dois deles exclusivos para a defesa da mulher na Vara de Violência Doméstica.

O último questionamento, se a Defensoria faz algum tipo de mediação ou de conciliação nos casos de violência doméstica. Se algum colega, Dr. Gualberto ou o Dr. Vitor Kikuda quiser relatar especificamente alguma dessas questões, eu teria a honra de trazê-lo até aqui sem problema nenhuma. Mas, evidentemente, é um trabalho institucional da Defensoria Pública, aliás, é o trabalho primordial da Defensoria Pública a conciliação e a mediação de conflitos. Essa talvez seja a maior atribuição da Defensoria Pública que não aparece normalmente nas estatísticas. Por quê? Porque são ações, são medidas que fazem com que não chegue o conflito ao Poder Judiciário.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós queríamos só alertar, Dr. Ariosto, que nós estamos falando a Lei Maria da Penha, não dos outros conflitos de outra natureza.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – Por isso, excelência, que me dispus a chamar, se for o caso, o Dr. Gualberto ou o Dr. Kikuda, para esclarecer pontualmente a questão na Maria da Penha. Mas, como são funções inerentes – o que eu ia acrescentar – à Defensoria Pública a mediação de conflitos e a conciliação, eu não tenho dúvida de que todos dois, na sua atuação, trabalham com esse mecanismo de conciliação. Se é um mecanismo ínsito à própria instituição, ele não poderia ficar afastado especificamente da Lei Maria da Penha.

Se algum colega quiser continuar com o esclarecimento, se V. Ex^a...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Ariosto, o nosso problema é o tempo. O senhor até poderia ter dividido, mas o tempo já se encerrou.

Eu gostaria de deixar registrado, em primeiro lugar, que a Lei Maria da Penha não prevê conciliação e mediação em caso nenhum. Especificamente, estamos nos referindo a essa questão.

Então, a natureza do órgão da Defensoria da conciliação e da mediação não se aplica nesses casos.

Eu queria deixar como uma solicitação que nos pudesse ser enviado um relatório circunstanciado em relação a essas questões, lembrando, Dr. Ariosto, que o senhor poderia solicitar ao Defensor Geral que a Defensoria não enviou as respostas aos requerimentos que nós enviados.

Eu queria depois que a Secretaria Executiva deixasse diretamente com o senhor cópia dos requerimentos enviados para que, no prazo de dez dias, a gente possa contar com as respostas. Nós costumamos trazer a cópia para que as autoridades responsáveis o façam.

E aproveito também para solicitar que, neste terceiro caso, que é a terceira resposta, como não temos mais tempo para escutar os defensores responsáveis, que possa nos ser enviado também, por escrito, um posicionamento.

O SR. ARIOSTO LOPES BRAGA NETO – O.k., excelência. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos muito. Cumprimos a Defensoria Pública que, nos limites das suas condições, ainda garante que haja defensores públicos para as varas especializadas.

Queremos também dizer à Defensora Pública Dr^a Silvia Helena, de Roraima, que estamos registrando suas solicitações e seus encaminhamentos. Mais uma vez a cumprimos pela presença significativa da Defensoria Pública, a justiça mais necessária neste País. Nós nos unimos ao seu lamento em relação ao orçamento previsto. Temos a convicção de que com esse concurso que Governador está apontando, po-

deremos dar avanços. Muito obrigada, Dr. Ariosto, esperamos suas respostas.

Passaremos, de imediato, à apresentação do relatório da sociedade civil. Pelo Regimento da CPMI, não há debate em torno da questão. Nós fizemos ontem uma reunião especial com os movimentos de mulheres, que aqui, no Amazonas, têm uma presença significativa, que participaram, que falaram, que tiraram e apontaram um relatório para ser entregue à CPMI.

Foi acertado ontem que apresentaria o relatório, em nome do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, a Sr^a Francy Júnior. (*Palmas*). Nós também dividimos a informação, no tempo da sociedade civil, com uma representação do Movimento Indígena. Temos um enorme desafio que é ter respostas a abordagens. Por isso, vamos escutar, após os 10 minutos da Francy Júnior, a Miquelina Machado, da etnia tucano – pode aguardar ali, sentada. Não cabe questionamentos à Deputada Rebecca porque a sociedade civil vai apresentar a sua visão de como andam funcionando as instâncias que têm que responder às políticas de enfrentamento à violência doméstica.

Até 10 minutos, a Sr^a Francy Júnior falará.

A SR^a FRANCY JÚNIOR – Boa tarde, companheiras da Mesa, Deputadas. Que seja bem-vinda a Deputada de Roraima, que a floresta a abençoe. Cumprimento o Plenário na pessoa da Vice-Presidente do Conselho Municipal das Mulheres, companheira Florismar e outras demais companheiras, Deputados presentes e autoridades.

Não quero relatar e nem me contrapor aos dados apresentados aqui. Mas também quero utilizar o tempo para fazer ecoar as vozes das mulheres. Aqui peço licença de todos e de todas para assim fazê-lo.

“Sou IOM [é o nome dessa mulher], 52 anos, doméstica.” Após ser brutalmente violentada com palavras, chutes, socos, ela teve, pela primeira vez, depois de uma vivência conjugal de 30 anos, apanhando, sendo submetida aos maus-tratos do marido, a coragem de enfrentar a Delegacia Especializada das Mulheres. E, lá, ao relatar o ocorrido, o agente virou para essa senhora e perguntou, com um sorriso no rosto: “Não foi a senhora que bateu no seu marido? A senhora, dessa idade, com essa roupa, assim vai fazer com que seu marido tenha mais ciúmes da senhora, e aí vai ocasionar maus-tratos e pancadaria em sua casa. Vou lhe dar um conselho: vá para casa, fique calma e, se o seu marido vier outra vez lhe bater, a senhora peça e diga para ele que nunca mais vai desobedecê-lo”. Isso aconteceu há dois anos.

Outra senhora, M. C. O, (22 anos) foi violentada sexualmente pelo seu marido e foi à Delegacia Especializada, onde pensou que teria apoio. No seu relato,

ela diz o seguinte: “Meu marido chegou embriagado em casa e queria fazer sexo, e eu não quis. Ele me bateu e disse que eu era obrigada a servi-lo. O agente virou para mim” – como sempre – “rindo, e disse que eu não tinha sido estuprada, pois eu já vivia com esse marido há muito tempo. Ele me deu” – como sempre – “um conselho: ‘Minha filha, pare com isso! Por que você não deixa logo esse homem já que você não quer mais servi-lo sexualmente? Vá para casa, pegue as suas coisas, vá embora para a casa da sua mãe, porque com isso aí você vai fazer com que as pessoas riem de você. Você já tem 22 anos e mora com ele há muitos anos’.”

Ainda outra senhora, que foi com a sua irmã à Delegacia Especializada, foi também violentada e espancada pelo seu marido. Quando chegou lá, foi abordada por uma agente, que estava lá para atendê-la, dizendo o seguinte: “Nós não estamos atendendo ninguém. Estão fora do ar os sistemas. Vão embora para casa. Amanhã ou, quem sabe, mais tarde, você volta”.

Esses relatos aqui, que pedi licença para fazer, mostram que o Estado do Amazonas, a cidade de Manaus não estão preparados para ter sensibilidade com as vítimas de violência doméstica; não têm sensibilidade com as mulheres. E eu estou relatando os casos da Delegacia, porque os casos nos postos de saúde e nos postos de pronto atendimento são como esses ou ainda piores.

Com isso, companheiros, companheiras, nós, dos movimentos de mulheres, não estamos querendo dizer que o nosso Estado não avançou. Não é isso! Nós avançamos: o fato de ter, por exemplo, uma delegacia; o fato de haver defensores na capital e em um ou outro Município são avanços. Mas ainda há outros tantos, mais de sessenta Municípios sem Defensores, o que para nós não é um avanço significativo.

Nós queremos contribuir no enfrentamento à violência contra as mulheres, por isso desejamos que o relatório desta CPMI seja elaborado de tal forma a identificar caminhos de igualdade de gênero e o fim do patriarcado neste Estado.

Peço também licença às senhoras e aos senhores, para, juntamente com esses relatos, mostrar como são tratadas as mulheres aqui mesmo, neste plenário, como vimos hoje. Tenho aqui uma carta que nós construímos todas juntas e vamos apresentar a esta CPMI e também ao Governado do Estado.

Ex^{mo} Sr. Governador, no dia 23 de novembro do corrente ano, em audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pela Deputada Federal Jô Moraes, na Assembleia Legislativa do Estado e transmitida pela Rede Mundial de Computadores, o Secretário de Segurança Pública, Sr. Paulo Roberto

Vital, fez afirmações machistas, preconceituosas, imputando às mulheres a responsabilidade pelos crimes de violência dos quais são vítimas, chegando a afirmar que uma menina de 11 anos que engravidou estará gerando um monstinho. [(Palmas.)]

Nós, do Movimento de Mulheres do Amazonas, repudiamos e exigimos retratação de parte do Secretário citado, considerando essa atitude um desrespeito que reforça preconceitos e os estereótipos criados acerca das mulheres, extremamente prejudiciais à implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência, em especial a aplicação da Lei Maria da Penha.

Declarações como as proferidas pelo Secretário de Segurança Pública têm impacto negativo junto a seus subordinados [e aqui estão os relatos de como são os atendimentos nas delegacias], reforçando um comportamento combatido pelo Movimento de Mulheres, inclusive pelo Governador desse Estado através da formação e humanização do atendimento para os agentes das delegacias que atendem às denúncias de crime de violência doméstica.

Projeto Ana Vida da Secretaria do Estado de Assistência Social – Seas.

Assinam este documento:

- Associação de Mulheres Vitória Régia, de Parintins;
- Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara;
- Movimentos Indígenas (trabalhando em união);
- Musas/UBM;
- Coletivo Loreta Valedares;
- Organização das Marias, de Parintins; e Sexo Fã
- Articulação Parintins Cidadã;
- Articulação de Mulheres e Aliadas Homofetivas do Amazonas (Almas);
- NSB – Negritude Socialista Brasileira;
- OnG Maria Bonita;
- Associação das Mulheres do Alto Rio Negro;
- Cosmic Uatiamáh – Karma;
- Marcha Mundial das Mulheres;
- Articulação de Mulheres Brasileiras;
- Pastoral Operária;
- Associação Afrodescendente e Indígena do Amazonas;
- Adceia,
- Presidente da Comissão dos Direitos de Mulheres da Câmara Municipal de Manaus.

Assim, encerro nossa fala. Digo que a cidade de Manaus, Estado do Amazonas, está em um caminho para que o patriarcado e a violência contra as mulhe-

res sejam, de fato, excluídos de nossa sociedade; mas, para isso, nós precisamos sensibilizar todo nosso povo. Nós precisamos arrancar, da cultura de nosso povo, esse machismo que tem raízes profundas em nossa região – estou falando de região também – e também em nosso Estado.

É triste dizer que uma mulher, quando sai de sua casa, sai da Zona Leste, bairro Puraquequara, que é muito longe, para ir ao Parque 10, fazer um BO, ela é impedida de registrar porque o agente se tornou juiz, promotor, defensor, delegado, seja lá o que for.

Nós, dos movimentos de mulheres, queremos, atualmente, a atualização desses profissionais, que eles sejam, de fato, qualificados. Para isso, há esforços de qualificação, mas não há esforços de qualificação no coração, principalmente desses homens que atendem essas mulheres.

Há necessidade de desconcentração dessa delegacia. Nós temos de construir delegacia especializada de mulheres na zona norte e na zona leste. Não há possibilidade de as mulheres espancadas, machucadas, sem documentos e sem dinheiro, pedir carona para poder chegar até a delegacia.

Peço, também, que se tenha atenção ao caso das homoafetivas. Foram assassinadas duas homoafetivas. Lá diziam que elas eram criminosas porque eram usuárias de drogas.

E assim encerramos nossa fala.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos a nossa representante do Fórum de Mulheres que trouxe aqui a voz viva das mulheres de todas as organizações. Aguardamos a entrega do relatório e passamos a palavra, imediatamente, para Miquelina Tucano, representante das populações indígenas.

A SRª MIQUELINA TUCANO – Boa tarde, eu quero aproveitar bem meu tempinho aqui. A mesa está cumprimentada por todos.

Então, nós mulheres indígenas somos uma categoria – vocês ouviram falar aqui, né? Como foi colocado, não muito visível; mas a gente está em todos os cantos, participando da questão política, na questão social, na questão de desenvolvimento e na questão cultural.

Aqui, nós estamos representando as categorias: indígenas, mulheres da floresta, negras, caboclas e brancas. Nós queremos unificar nosso trabalho.

Nós conhecemos a lei, mas a lei não é implementada. A gente tem acompanhado bastante a difusão dessa lei às comunidades indígenas. Mas nós temos grandes desafios. Por que nós temos desafios? Porque as comunidades são muito distantes e o acesso é muito difícil para se chegar até eles.

Então, o que a gente precisa muito é construir em conjunto para resolver essas questões de violência contra as mulheres; contra as mulheres e contra os agressores, porque não adianta a gente combater e não trabalhar com o agressor também.

O desafio vem por todos os lados. Nós não temos recursos próprios. Nós não temos delegacias próprias, mas muitos dos casos que foram ditos aqui ocorrem próximo às áreas urbanas, porque onde gera violência é porque há consumo de álcool, como muitas coisas a respeito foram faladas aqui.

Mas, em nível nacional, eu acompanhei em treze oficinas regionais no País. E uma nacional. Ouvimos as grandes preocupações com as mulheres indígenas de ter um atendimento específico, porque muitas delegacias têm profissionais e não têm capacitação para atender a especificidade de mulheres indígenas, porque muitas delas, muitas de nós ainda têm nossas culturas, e essas culturas estão ainda visíveis em nosso sangue. Por isso que as mulheres pedem que, como foi dito aqui, sejam capacitadas profissionalmente. Não estou dizendo em formação, mas em qualificar o atendimento, seja lá a mulher que veio do bairro, da periferia ou da cidade, onde ela tem condições, e, às vezes, outras que não têm condições. Então, isso a gente tem acompanhado.

Também valorizar a mulher com a sua medicina tradicional, porque uma vez ela violentada, às vezes ela sofre consequências e precisa ser tratada com sua medicina, porque a nossa medicina ainda não está sendo reconhecida nos hospitais e em outros campos de trabalho. Segundo o que foi colocado aqui, nem a saúde indígena sabe trabalhar com a questão indígena, o que gera violência, o que gera abuso sexual e também o que provoca a contaminação por doenças. Na linguagem dos indígenas, o sexo era muito sagrado. Não era falado abertamente, mas hoje nós precisamos entender, porque nós temos que combater as consequências que estão ocorrendo.

Também muitas de nós, indígenas, ainda falamos a nossa língua. Então, isso afeta quando ela vai ser atendida por um homem; às vezes, por uma autoridade, como foi colocado aqui também. Tem que haver um canto específico para elas falarem abertamente o que elas sentem, o que elas sofrem e do que elas precisam.

Também foram colocados aqui os suicídios. Por que estão ocorrendo esses suicídios nas comunidades indígenas? Será que é a violência? Será que são outras provocações? Mas ninguém chega a um consenso, porque eu estou acompanhando a questão de São Gabriel da Cachoeira. Nós fizemos reunião, e eu não sei até onde a gente vai punir os agressores, que têm

poder. Em Alto Solimões, nós temos, principalmente na área de fronteira. O desafio é você chegar até eles.

Agora, estou indo para o Baixo Amazonas também para uma oficina, porque nós precisamos ouvir. Diante disso, nós temos que ter um resultado concreto. Eu não vou inventar uma coisa se eu não vi, se eu não presenciei. Então, eu preciso ir até as comunidades para ouvir o que elas querem, o que nós podemos oferecer, o que o Estado pode fazer por nós. Mas, antes que aconteçam outras coisas piores, nós temos que fazer oficinas, debates e, mesmo assim, não é suficiente, porque cada povo tem sua cultura, cada povo tem sua língua, cada povo tem seu costume. Mas esse costume, nem com a chegada da civilização eles vão perder.

Mas o que a gente pode fazer é buscar qualificar os profissionais que vão para as comunidades indígenas, tanto na área de saúde, educação e outros projetos. Porque nós temos trabalho dentro da Seind, apesar de eu estar num movimento, eu sou de uma associação de mulheres indígenas, eu estou numa secretaria de Estado, porque o Estado tem que acompanhar, tem que amparar. Mas o recurso é pouco e nós não temos técnicos, profissionais formados e também não temos psicólogos, porque os psicólogos têm que estar junto para atender as mulheres, tanto nas delegacias, tanto nos hospitais, onde for necessário.

Então, dentro da nossa cultura, a gente entende uma a outra, a gente se ajuda, a gente coopera, mas nunca vai ser resolvido o problema que está dentro das comunidades. Porque, muitas vezes, outros já levaram, chegaram antes de nós. Então, essa violência existe por todo lado, psicológico, moral, físico, como foi colocado aqui.

Os índios querem aprender também. E o que diz a lei, a Lei 11.340? Ela veio para punir, para prender? É isso que diz a lei? Eles perguntam. E eu digo que não. A lei não diz isso, que o índio tem que ser preso. Mas nós temos que conscientizar para não acontecer isso, porque, dentro das aldeias, existe a cultura. Quem vai punir? É o cacique? É a mulher? É a comunidade? É a associação? Tudo isso tem que ser discutido. Então, nós tivemos um trabalho difícil para chegar...

Eu sou uma pessoa que defendo, sim, defendi a causa das mulheres indígenas, mas o nosso programa, dentro da secretaria do Estado que atende o nosso Estado como um todo, tem muitas demandas, mas, como falei, o recurso é pouco, muito pouco. Eu tenho buscado parceria com o CEAS, com outras instituições, com a Funai de Brasília, mas também eles dizem: "você são da secretaria do Estado. O Estado tem que ter recurso próprio." Muito que aqui já foi colocado recurso, se você tiver recurso, você vai longe; mas, se não tiver, não faz nada.

Então, não adianta a gente querer correr o mundo se você não alcançar o seu objetivo e tentar minimizar as coisas. Mas os fatos que ocorreram aqui, a gente vive nesta sociedade e a gente entende qual é o sofrimento de todas, não é específico meu, não é específico de cada um, mas é da nossa sociedade, porque nós somos minoria. Portanto, o nosso espaço que hoje ocupamos é em defesa de mulheres, em defesa dos jovens, das crianças e dos idosos, tudo envolve, doente, deficiente, tudo. Antes, eu não entendia, mas depois eu entendi que são partes específicas. Mas a gente se emociona porque a gente quer resolver tudo, e às vezes não consegue.

Eu estou no conselho municipal também para construir um programa. E no conselho estadual, está a nossa parente, a Marta Ariá, também construindo políticas públicas para o Estado.

Essa é a minha observação. Agradeço a todos. E ficamos à espera do Poder Público; ele nos chama, e a gente vai a ele ou eles vêm até nós. Se a gente não conhecer a realidade, a gente não tem como trabalhar, não tem como defender.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Miquelina, até pela disciplina, pela pontualidade e respeito ao tempo.

O seu depoimento demonstra o quanto é complexa a situação da mulher indígena e o quanto nós temos que estudar mais, nos debruçarmos para enfrentar uma situação particular.

Agradecemos muito a sua contribuição. As notas taquigráficas, depois, serão devolvidas, Deputada Conceição, para que os órgãos daqui do Estado do Amazonas possam responder a um enorme desafio que foi apresentado pela Miquelina.

Agradeço, mais uma vez, a todos e a todas, particularmente a todos os movimentos de mulheres que participaram e construíram esse processo, lembrando que a CPMI ainda poderá receber relatórios enviados, de contribuição das entidades de mulheres que possam detalhar as informações e os desafios aqui, até a data de 10 de dezembro.

Declaro encerrada a audiência da CPMI e devolvo a palavra à Deputada Conceição, que conduzirá o encerramento da audiência na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Mais uma vez, agradeço, Deputada Conceição, e mais uma vez agradeço, Deputada Rebecca, a absoluta gentileza e eficiência com que, tanto o mandato da Deputada Rebecca, como a Assembleia, que tem à frente o Deputado Ricardo e a Deputada Conceição, todos os profissionais desta Casa, receberam e tornaram eficiente a audiência pública.

Obrigada a todos e a todas, e que os povos dessas florestas orientem o Brasil e as mulheres a encontrarem o caminho da paz entre si. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 01 minuto.)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

ATA DA 32ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 32ª Reunião realizada em 27 de novembro de 2012, às 19 horas e 21 minutos, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e com a presença das Senhoras Senadoras Ana Rita (PT/ES); Ângela Portela (PT/RR); Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Lídice da Mata (PSB/BA); dos Senhores Senadores Armando Monteiro (PTB/PE); Humberto Costa (PT/PE) e Sérgio Souza (PMDB/

PR); das Senhoras Deputadas Gorete Pereira (PR/CE); Keiko Ota (PSB/SP); Nilda Gondim (PMDB/PB); Rosinha da Adefal (PTdoB/AL); Rosane Ferreira (PV/PR); dos Senhores Deputados Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG). Deixaram de comparecer, justificadamente, os (as) Senhores (as) Senadores (as) Ana Amélia (PP/RS), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e os (as) Senhores (as) Deputados (as) Marina Santanna (PT/GO), Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM); Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).

Na ocasião foram apreciados os seguintes requerimentos:

<u>718/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>719/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Casa Abrigo Emanuele Rendeiro Diniz em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>720/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 no Centro de Referência Maria do Pará em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>721/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 no Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>722/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às <u>mulheres que buscam seus serviços.</u>	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>723/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na 1ª Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO

<u>724/12</u>	Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Casa da Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>725/12</u>	Requer seja convidado o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do estado do Pará, José Acreano Brasil Júnior, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>726/12</u>	Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do estado do Pará, Luiz Fernandes Rocha, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>727/12</u>	Requer seja convidado o Secretário de Saúde Pública do estado do Pará, Hélio Franco de Macedo Júnior, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>728/12</u>	Requer seja convidada a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do estado do Pará, Maria Alves dos Santos, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>729/12</u>	Requer seja convidado o Procurador-Geral de Justiça do estado do Pará, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações do Ministério Público para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>730/12</u>	Requer seja convidada a Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Pará, Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>731/12</u>	Requer seja convidado o Defensor Público Geral do estado do Pará, Luís Carlos de Aguiar Portela, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da Defensoria para este propósito.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>732/12</u>	Requer seja convidada representante da Rede Feminista de Saúde do estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.	Senadora Ana Rita	APROVADO

<u>733/12</u>	Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>734/12</u>	Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres do estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.		APROVADO
<u>735/12</u>	Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC - do estado do Pará, para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>736/12</u>	Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>737/12</u>	Requer à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas a relação dos cerca de 4.000 (quatro mil) recursos feitos pelo Ministério Público contra a decisão do juiz da Vara de Violência Doméstica da capital que arquivou 4.000 (quatro mil) processos criminais de violência doméstica.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>738/12</u>	Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul informações sobre o número de processos criminais concluídos, arquivados e em andamento, as penas aplicadas em cada processo e número de mulheres processadas, referente ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>739/12</u>	Requer à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul cópias das denúncias oferecidas pelo Ministério Público, referentes ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, bem como informações sobre o desenvolvimento das ações, o número de denúncias oferecidas e arquivadas, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul.	Senadora Ana Rita	APROVADO
<u>740/12</u>	Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul cópia de todos os inquéritos policiais, número de inquéritos abertos e concluídos, e inquéritos em andamento, referente ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul.	Senadora Ana Rita	APROVADO

741/12	Requer ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas informações sobre o julgamento de cerca de 4.000 (quatro mil) recursos feitos pelo Ministério Público contra a decisão do juiz da Vara de Violência Doméstica da capital que arquivou 4.000 (quatro mil) processos criminais de violência doméstica.	Senadora Ana Rita	APROVADO
742/12	Requer a realização de diligência e audiência pública no estado de Roraima com o objetivo de analisar a aplicação da Lei Maria da Penha no estado.	Senadora Ângela Portela	APROVADO
743/12	Requer a convocação da Secretária de Saúde do estado de Mato Grosso do Sul, Beatriz Figueiredo Dobashi, para prestar esclarecimentos acerca das ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde no atendimento às mulheres em situação de violência no estado de Mato Grosso do Sul.	Senadora Ana Rita	APROVADO
744/12	Requer a convocação da Coordenadora Estadual da Mulher em situação de violência doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Cristina Tereza Gaulia.	Senadora Ana Rita	APROVADO

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Vamos convocar a reunião para as 18 horas, pela inexistência de quórum para deliberar. Há a necessidade imperiosa de deliberar requerimentos, resoluções e convocações que concluem o cronograma da CPMI.

Então, fazemos um apelo para que os assessores dos parlamentares que não estão presentes os avisem da reunião às 18 horas, para que possamos deliberar.

A agenda se amplia. Haverá mais diligências públicas e estaremos no Estado do Tocantins, no Estado de Roraima, no Estado do Ceará – já está aprovado –, no Estado do Pará, e ainda vamos ter que convocar algumas autoridades que não compareceram e nem mandaram representação nas audiências dos Estados, particularmente no Estado do Rio de Janeiro.

Então, estaremos aqui às 18 horas.

(Iniciada às 16 horas e 03 minutos, suspensa às 16 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 23 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Havendo número regimental, declaro reaberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Em votação, as Atas da 27ª, 28ª e 29ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

As Srªs Deputadas, os Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Eu passaria nesse momento a palavra à Senadora Ana Rita, que tem algumas informações sobre a continuidade dos trabalhos desta CPMI.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Srª Presidenta, Deputada Jô Moraes, todos que nos acompanham e todas que nos acompanham nesta reunião da CPMI que apura a violência contra a mulher, acho que é importante destacar que já estamos concluindo os nossos trabalhos.

Na semana passada, a CPMI esteve no Estado do Amazonas, na capital, Manaus, fazendo diligências e audiências públicas. O quadro encontrado não é tão bom. É preciso realmente ter uma atenção especial também para aquele Estado.

Nós estamos aqui com uma proposta de agenda para a finalização dos trabalhos da CPMI. Então, nos dias 6 e 7 de dezembro, estaremos no Estado do Pará; dia 10 de dezembro haverá diligências nos Estados do Ceará, Roraima e Tocantins. A CPMI vai se dividir, para que as parlamentares e os parlamentares possam fazer essas diligências. No Estado do Ceará também haverá audiência pública; em Roraima e Tocantins, apenas diligências. No dia 13 de dezembro nós faremos uma audiência pública em Brasília, para a qual nós convocaremos algumas autoridades estaduais que não estiveram presentes nas audiências públicas dos Estados. E, além disso, também está sendo convidado o Tribunal de Justiça, a Coordenadoria da Violência Doméstica do Tribunal de Justiça aqui de Brasília. Só deixe-me certificar aqui. O cronograma foi fechado agora há pouco. *(Pausa.)*

Então, algumas autoridades dos Estados do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e também do Es-

tado do Rio de Janeiro serão convocadas para estarem dia 13 de dezembro e prestarem informações à CPMI aqui em Brasília. No dia 14 de dezembro, haverá uma audiência pública no Estado de Goiás – ainda está sendo definido o local. E no dia 18 de dezembro, a previsão é de termos aqui os Ministros da Justiça, do Planejamento, e também os Presidentes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, para que também possamos ter oportunidade de ouvir os Ministros e os Presidentes do Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Com isso, concluiremos a realização de audiências públicas e de diligências que faltavam para ser concluído o nosso trabalho. A previsão é que, a partir dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, nós possamos nos debruçar com mais tempo, com mais dedicação, sobre o relatório, para que este relatório seja concluído e entregue no mês de março.

Conforme eu disse anteriormente, Presidenta, a previsão inicial era entregar o relatório agora no mês de dezembro, mas, em função de o nosso cronograma ter sofrido algumas alterações – foram acrescentadas algumas audiências públicas inicialmente não previstas, convocadas algumas autoridades que também não estavam previstas e em função das ausências de algumas autoridades nos Estados – isso nos levou também a repensar esse cronograma. Com isso, nós teremos que ter um tempo para que as fitas gravadas possam ser transcritas e, assim, podermos fazer o nosso relatório a partir do material produzido aqui pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

De qualquer modo, o relatório será entregue no mês de março, dentro do prazo previsto, dentro do prazo estipulado. Se nós tivéssemos a oportunidade de entregar em dezembro, nós entregaríamos antes da finalização do prazo. Isso não será possível, mas o entregaremos dentro do prazo no mês de março.

Então, nós contamos com a participação de todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão. Acreditamos muito em que ofereceremos um bom trabalho, um relatório que vai apresentar não só um diagnóstico do quadro encontrado nos Estados, mas, de modo especial, também sugestões, medidas de superação dos problemas que nós encontramos em todos os Estados por onde nós passamos.

Infelizmente, nem todos os Estados estão atendendo 100% a nossa legislação. Há problemas em todos eles. É claro que nós vimos que há também medidas positivas, trabalho sendo feito, empenho de muitos profissionais, pessoas realmente comprometidas nos Estados, que estão tentando fazer um bom trabalho, mas encontramos muitos problemas e muitas dificuldades.

Então, nós acreditamos muito que este relatório poderá trazer esse quadro o mais completo possível e que será entregue dentro do prazo para que as autoridades possam tomar ciência e assim poderem agir e colocarem em prática aquilo que for proposto pela CPMI.

Sr^a Presidenta, contamos com a aprovação também deste cronograma para que a Secretaria possa agilizar os convites e, assim, darmos conta de concluirmos os nossos trabalhos. Era isso.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Senadora.

Estão em apreciação os Requerimentos nºs 718 a 744. Todos os requerimentos se referem a convites a autoridades ou à aprovação de diligências a serem realizadas nos próximos Estados a serem visitados.

Nós faremos, ao final, uma retificação, quando chegar aqui o Requerimento nº 745, porque nós aprovamos a vinda do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais com a indicação do Presidente anterior. Nós estamos fazermos agora a retificação.

Em votação os Requerimentos nºs 718 a 744.

Os Deputados e as Deputadas, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº 718, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 719, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Casa Abrigo Emanuele Rendeiro Diniz em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 720, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 no Centro de Referência Maria do Pará em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 721, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 no Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 722, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 723, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na 1ª Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 724, DE 2012

Requer a realização de diligência no dia 6 de dezembro de 2012 na Casa da Mulher em Belém/PA, para verificar as instalações do órgão e o atendimento por ele prestado às mulheres que buscam seus serviços.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 725, DE 2012

Requer seja convidado o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do estado do Pará, José Acreano Brasil Júnior, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 726, DE 2012

Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do estado do Pará, Luiz Fernandes Rocha, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres

no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2012

Requer seja convidado o Secretário de Saúde Pública do estado do Pará, Hélio Franco de Macedo Júnior, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 728, DE 2012

Requer seja convidada a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do estado do Pará, Maria Alves dos Santos, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Pará e as ações da pasta para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 729, DE 2012

Requer seja convidado o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Pará e as ações do Ministério Público para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 730, DE 2012

Requer seja convidada a Presidente do Tribunal de Justiça do estado do Pará, Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Pará e as ações do Poder Judiciário Estadual para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 731, DE 2012

Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado do Pará, Luís Carlos de Aguiar Portela, para responder a questionamentos desta CPMI a respeito da situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Es-

tado do Pará e as ações da Defensoria para este propósito.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 732, DE 2012

Requer seja convidada representante da Rede Feminista de Saúde do Estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 733, DE 2012

Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres do estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 734, DE 2012

Requer seja convidada representante da União Brasileira de Mulheres do Estado do Pará para discutir a violência contra as mulheres no Estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 735, DE 2012

Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC – do Estado do Pará, para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 736, DE 2012

Requer seja convidada representante do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense para discutir a violência contra as mulheres no estado do Pará, em reunião a realizar-se na cidade de Belém/PA.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 737, DE 2012

Requer à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas a relação dos cerca de 4.000 (quatro mil) recursos feitos pelo Ministério Público contra a decisão do juiz da Vara de Violência Doméstica da capital que arquivou 4.000 (quatro mil) processos criminais de violência doméstica.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 738, DE 2012

Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul informações sobre o número de processos criminais concluídos, arquivados e em andamento, as penas aplicadas em cada processo e número de mulheres processadas, referente ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 739, DE 2012

Requer à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul cópias das denúncias oferecidas pelo Ministério Público, referentes ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, bem como informações sobre o desenvolvimento das ações, o número de denúncias oferecidas e arquivadas, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 740, DE 2012

Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul cópia de todos os inquéritos policiais, número de inquéritos abertos e concluídos, e inquéritos em andamento, referente ao caso da Clínica de Planejamento Familiar, conforme discutido em Audiência Pública realizada no dia 13 de novembro de 2012 na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 741, DE 2012

Requer ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas informações sobre o julgamento de cerca de 4.000 (quatro mil) recursos feitos pelo Ministério Público contra a decisão do juiz da Vara de Violência Doméstica da capital que arquivou 4.000 (quatro mil) processos criminais de violência doméstica.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 742, DE 2012

Requer a realização de diligência e audiência pública no Estado de Roraima com o objetivo

de analisar a aplicação da Lei Maria da Penha no Estado.

Autoria: Senadora Angela Portela

REQUERIMENTO Nº 743, DE 2012

Requer a convocação da Secretária de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, Beatriz Figueiredo Dobashi, para prestar esclarecimentos acerca das ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde no atendimento às mulheres em situação de violência no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº 744, DE 2012

Requer a convocação da Coordenadora Estadual da Mulher em situação de violência doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargadora Cristina Tereza Gaulia.

Autoria: Senadora Ana Rita.)

Verificou-se a retificação do nome do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, para que possa comparecer à audiência de que participará o Ministro da Justiça, o Ministro do Planejamento e do CNJ.

Em votação a retificação da convocação do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Os Deputados e as Deputadas, os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais tendo a tratar...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTA (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Gostaria de colocar em votação também o cronograma das atividades. Posso fazer novamente a leitura, para que possamos fazer os devidos encaminhamentos.

A SRª PRESIDENTA (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós vamos aprovar o cronograma já previsto. Evidentemente se surgir algum imprevisto da dinâmica interna do Congresso, tais como o que houve um dia desses dias em que tivermos que votar a Lei Orçamentária, haverá alteração.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTA (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Em apreciação o cronograma proposto.

Os Deputados e as Deputadas, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, quero registrar que estamos em plenos 16 dias de ativismo, referência nacional em todo o Brasil, quando os movimentos de mulheres, as instituições que realizam o enfrentamento da violência contra a mulher, passam à sociedade essa preocupação.

O dia 25 foi o Dia Internacional pela Não Violência contra a Mulher, e esta reunião da CPMI faz questão de referenciar essa data e todos os 16 dias, que são dias em defesa da vida das mulheres.

Boa noite a todos e a todas. – Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião realizada em 07 de dezembro de 2012, às 10 horas e 01 minuto, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, sob a presidência da Deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA) e com a presença da Senadora Ana Rita (PT-ES). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE); e os Senhores Deputados: Dr. Rosinha (PT/PR), Marina Santanna (PT/GO), Teresa Surita (PMDB/RR), Jô Moraes (PCdoB-MG), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: Delegada Cristiane Lobato, Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Estado do Pará; Maria da Conceição Carneiro Oliveira, Coordenadora Estadual de Saúde da Mulher do Estado do Pará; Maria Alves dos Santos, Secretária de Assistência Social do Estado do Pará; Dra. Maria de Nazaré Saaveira Guimarães, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Dr. Sandro Garcia de Castro, Promotor de Justiça do Estado do Pará; Dra. Rossana Parente, Defensora Pública do Estado do Pará; Nilde Souza, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; Eunice Guedes, representante do Fórum de Mulheres da Amazônia e Fátima Matos, representante do Centro de Defesa dos Negros e Negras do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Bom dia!

Eu pediria a todos que sentassem, por favor! Vamos dar início à nossa reunião.

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº4 de 2011 – CN, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, na cidade de Belém, com os seguintes convidados. Nós convidamos estas autoridades, muitas das quais mandaram os seus representantes, parece-me até que com o sentido de prestigiar as mulheres, cuja incidência é maior, com o devido respeito ao Dr. Sandro. Mas queremos agradecer a presença de todos vocês:

O Dr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, indicou a Drª Christiane Lobato; o Dr. Hélio Franco de Macedo Junior, Secretário de Saúde do Estado do Pará, indicou a Drª Maria da Conceição Oliveira; a Drª Maria Alves dos Santos, que é Secretária de Assistência Social do Estado do Pará, deve estar aqui também; o Dr. José Acreano Brasil Júnior, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, não está presente nem mandou representante algum; a Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, está aqui representada pela Drª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, a quem agradecemos; o Dr. Antonio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, está representado aqui pelo Dr. Sandro Garcia de Castro, Procurador de Justiça; e o Dr. Luiz Carlos de Aguiar Portela, Defensor Público do Estado do Pará, está representado pela Drª Arlete Rose da Costa Guimarães, que é a Coordenadora do Núcleo de Atendimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Nós queremos, neste momento, deixar claro que apoiamos a iniciativa, e que, por questões até de oportunizar outras companheiras que fazem parte da nossa Câmara Federal, eu abri mão de participar desta CPMI e dei o meu lugar à Deputada Nilda. Estou aqui para representá-la, até mesmo porque sou Procuradora da Mulher na Câmara Federal e, com muita honra, fiz questão de estar presente neste momento. A Deputada Jô, que é a Presidente desta CPMI, encontra-se no Haiti, também numa atividade da Câmara, mas temos, aqui, essa guerreira, essa grande mulher que tem corrido o Brasil para fazer esse relatório que considero de fundamental importância. A presidência de uma comissão é muito importante, mas o conteúdo, o resultado final, com certeza, ficará a cargo da responsabilidade que a Senadora Ana Rita está trazendo neste momento.

Quero agradecer, Ana Rita, a vinda de vocês até aqui, ao meu Estado, e lamento profundamente que estejamos encontrando algumas situações delicadas, mas vamos tentar somar junto com a sociedade, pelo menos para minorar esses problemas que encontramos e melhorar a qualidade de vida da mulher, não só paraense, mas da mulher brasileira.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Rita, que é Relatora, informo que os convidados terão 20 minutos para suas exposições.

Passo, então, a palavra à Senadora Ana Rita, nossa Relatora da CPMI.

Não havendo mais...

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Bom dia! Cumprimento todos vocês, cumprimento os representantes das instituições públicas que foram convidados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se fazem presentes. Só lamentamos que a maior parte dos titulares não está aqui, mas enviou seus representantes.

Queremos aqui também cumprimentar os movimentos sociais, representando aqui as várias organizações de mulheres; cumprimentar também os servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública; cumprimentar também os funcionários da Assembleia Legislativa e, ao mesmo tempo, quero aqui fazer um agradecimento à Assembléia Legislativa por ceder este espaço para que a CPMI pudesse realizar esta audiência pública.

Quero aqui também agradecer à Coordenadoria Estadual da Mulher, que nos acolheu no dia de ontem e nos acompanhou nas diligências. Também cumprimentar e agradecer à Deputada Elcione Barbalho, que está aqui hoje com a missão de presidir esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; também agradecer à Delegacia da Mulher, às Varas de Violência – 1ª, 2ª e 3ª –, à Promotoria, à Defensoria Pública e também aos servidores da Casa de Detenção e do Centro de Referência, que nos receberam ontem e nos acolheram, nos passaram informações e foram muito solícitos.

Quero também dizer que as diligências realizadas ontem aqui no Estado do Pará aconteceram na 3ª Vara da Violência Doméstica, mas também tivemos oportunidade de ouvir o juiz e a juíza que atendem a 1ª e a 2ª Varas e também os seus servidores. Visitamos também a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e a Casa de Detenção Feminina.

Fizemos ainda, ontem à noite, uma reunião bastante representativa com as mulheres, com diversas entidades.

Conforme vocês sabem, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é composta por Parlamentares

da Câmara Federal e do Senado Federal. Foi instituída no mês de fevereiro deste ano, portanto estamos trabalhando desde aquele mês. Esta Comissão tem como objetivo investigar a situação de violência em que vivem as mulheres no País, mas também apurar se o Estado brasileiro está sendo omissos ou não na implementação da nossa legislação que protege as mulheres, em especial a Lei Maria da Penha.

O Estado do Pará foi escolhido dentro do critério previsto. Selecionamos os 10 Estados com os maiores índices de violência, de acordo com o Mapa da Violência do Instituto Sangari. O Estado do Pará está em 4º lugar em homicídios contra as mulheres, por isso foi escolhido para a CPMI estar presente.

Além dos 10 Estados mais violentos, de acordo com o Mapa da Violência, a CPMI também indicou quatro Estados mais populosos da Federação para serem visitados; e outros Estados também foram incluídos, com a indicação das Parlamentares que compõem a CPMI. Então, o Estado do Pará é o 15º que estamos visitando, mais o Distrito Federal, e vamos, a partir da semana que vem, ao Estado de Roraima e também ao Estado do Ceará. Desta forma, vamos concluir as diligências e as audiências públicas realizadas nos Estados. Já fomos também no Estado de Goiás; o Pará é o 15º Estado.

O Estado do Pará, como eu disse, é o quarto Estado onde mais se matam mulheres, com uma taxa de 6,1 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A média nacional é de 4,6 assassinatos; e Belém, a capital, ocupa a 21ª posição, com 4,9 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A cidade de Paragominas é a cidade mais violenta do País, não é do Estado do Pará, mas é do País, com uma taxa de 24,7 mortes de mulheres para cada 100 mil mulheres. E o Estado tem sete Municípios entre os 100 mais violentos do País, conforme o mapa da violência do Instituto Sangari.

É bom também aqui informar que o mapa da violência do Instituto Sangari é o que subsidia o Ministério da Justiça na implementação de suas políticas. Então, este é o mapa mais confiável que nós temos no País e a partir dele a CPMI se tem orientado.

O que nós queremos com esta audiência pública aqui hoje? Assim como nós estamos procedendo em todos os Estados, queremos saber que políticas os Poderes Públicos deste Estado estão realizando para tirar o Estado do Pará desta incômoda posição de ser o 4º Estado em homicídios contra as mulheres? Que políticas públicas o Governo do Estado está implementando, através das suas diversas secretarias? Que políticas públicas todo o sistema de Justiça está implementando, para serem adotadas por seus órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência?

Então, nós queremos aqui, com o convite feito às autoridades presentes, saber, das diversas secretarias, o que elas estão realizando no sentido de enfrentar de vez o problema da violência aqui no Estado do Pará.

Ontem, nós pudemos observar, nas diligências que fizemos, que aqui há muitos problemas. É claro que tem iniciativas interessantes, há servidores altamente comprometidos, servidores que se dedicam muito.

E quero aqui fazer um destaque: a Defensoria Pública do Estado, na pessoa de um de seus defensores, que é o Dr. Daniel. E fazer um apelo: o Estado do Pará está sendo completamente omissos no que se refere à assistência judiciária aos seus cidadãos e cidadãs, em especial às mulheres. É inadmissível que o Estado do Pará, com índice tão alto de violência contra as mulheres, portanto, parte-se do princípio de que também há um índice muito alto de agressores, só tenha um defensor público, um apenas, para atender os homens agressores. Um defensor que, se ficar doente, não tem quem o substitua, infelizmente. Então, nós fazemos aqui este registro.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sente indignada com esta situação. E é preciso que a Defensoria Pública seja ampliada, com mais profissionais. Portanto, o Governo do Estado precisa tomar as providências necessárias o mais urgente possível para que a Defensoria Pública seja composta de número de servidores suficientes para dar assistência judiciária não só às mulheres em situação de violência, mas também aos agressores que cometem essas violências e também têm o direito de ter assistência judiciária.

Eu quero aqui também, antes de prosseguir, fazer um agradecimento e registrar a presença da minha ex-companheira de Senado, a Senadora Marinor, hoje eleita Vereadora pelo Estado do Pará. E faço um convite para que você possa compor a mesa, porque me parece que você é a única Parlamentar presente aqui neste plenário. Tem mais alguém? (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Tem o Abel Loureiro, que chegou ainda agora.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Então, Vereador, faço um convite também para que o senhor possa estar presente conosco aqui nesta mesa. Os Parlamentares presentes: Vereador Dr. Abel Loureiro, aqui de Belém. Então, Vereador Dr. Abel e Vereadora Marinor, ex-Senadora da República.

Então, prosseguindo, posteriormente farei também algumas observações, mas quero aqui já levantar algumas preocupações que nós observamos nas nossas diligências. Na verdade, uma das questões que eu quero registrar: este Estado precisa criar um organismo de mulheres que seja forte e independente, como é o caso, por exemplo, de uma secretaria da

mulher. Aqui não tem uma secretaria estadual da mulher (*Palmas.*), que seja um espaço, um organismo que tenha autonomia financeira, autonomia política, que tenha possibilidade de fazer toda a discussão, toda a articulação com as diversas secretarias do Estado na implementação das políticas.

Uma coordenadoria é importante com certeza, mas não é suficiente para tratar de um tema como a questão da mulher. Hoje nós somos mais da metade da população brasileira. O Estado do Pará com certeza segue esse mesmo índice, e nós precisamos tratar as questões relacionadas à mulher de forma integrada e articulada entre as diversas secretarias. Política pública nenhuma se implementa adequadamente se não for de forma integrada e interdisciplinar. Portanto, um organismo como uma secretaria da mulher é muito importante para que se tenha a capacidade de fazer essa articulação com a devida autonomia não só política, mas financeira, para que as políticas sejam de fato implementadas.

Então, eu coloco isso como uma preocupação para que o Estado do Pará, para que as autoridades deste Estado possam avaliar, o mais rápido possível, a possibilidade de se criar uma secretaria da mulher.

Quero aqui também fazer um registro – e é uma preocupação que nós todas percebemos ontem, eu e a Deputada -, com relação à fragilidade das políticas específicas, principalmente para as mulheres indígenas, negras e quilombolas. Então, é preciso ter políticas públicas que deem conta também de atender a essa parcela significativa da população que não pode ficar à margem das políticas públicas do Governo do Estado e nem do Governo Federal. Mas é preciso que o Governo do Estado realmente se articule com o Governo Federal, se articule também com os governos municipais, para que as políticas públicas sejam implementadas para atender também a essa parcela da população.

Outra questão: o número insuficiente de delegacias da mulher na capital e no interior e também de servidores nas delegacias. Não é suficiente apenas ter uma delegada comprometida, ter servidores comprometidos se não são suficientes para atender a toda a demanda. Então, uma delegacia apenas, na capital, não é suficiente, porque as mulheres que moram em Municípios distantes... O Estado do Pará é um Estado territorialmente muito grande e não oferece as condições necessárias para que as mulheres possam ter acesso imediato ao serviço de atendimento. Então, é preciso realmente descentralizar esses serviços para que sejam de mais fácil acesso a todas as mulheres.

Vimos também outra preocupação: a necessidade de ser fazer capacitações dos servidores de forma mais permanente e não pontualmente, permanente;

e que todos os servidores possam ser capacitados: os policiais, os servidores que estão nas delegacias, quem está nos demais equipamentos do Poder Executivo, quem está no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública; enfim, todos deve ser capacitados de forma permanente.

Vimos também que há um excesso de processos tramitando nas três Varas da Violência Doméstica e que certamente em algumas dessas varas – talvez na 2ª e na 1ª -, porque, na 3ª Vara, nós vimos que há um esforço muito grande dos servidores, inclusive em função do número insuficiente de profissionais. Uma vara onde há milhares de processos ter apenas seis servidores – é a 1ª Vara -, a 1ª Vara, que tem milhares de processos apenas com seis servidores, não dá conta desses processos tramitarem dentro do tempo necessário. Vimos que há um esforço da juíza e dos servidores, que são apenas seis, para darem conta dessa tarefa, e estão dando conta com muitas dificuldades. Mas a 2ª a 3ª Varas têm muitas dificuldades, inclusive com juízes que estão se revezando. Então, é preciso ter um olhar preferencial para isso, é preciso, urgentemente, dotar essas varas de um número maior de profissionais, para que os processos não prescrevam e as mulheres não sejam vítimas de homicídios, por falta de atenção aos agressores que estão muito próximos a essas mulheres.

Por último, quero aqui também colocar uma preocupação, mas, ao mesmo tempo, manifestar a nossa indignação com relação à situação da casa de detenção das mulheres que está em total abandono – é o mínimo que posso dizer aqui –, em total abandono! Mais de 600 mulheres presas, uma parcela em regime semiaberto, presas provisórias, presas que já foram condenadas e num ambiente completamente insalubre, desumano, com telhado que deixa passar chuva – ontem vimos isso concretamente, porque choveu na hora em que estávamos lá –, vazamento de água, esgoto a céu aberto, sem cama para dormir, superlotação, presas de castigo, num cubículo completamente sujo, abandonado. Então, é desumano, é degradante, é inadmissível que seres humanos possam sobreviver, naqueles espaços em que foram colocadas.

Aquilo é um negócio que merece uma denúncia por parte dos direitos humanos, e esta CPMI vai fazer isso, com relação à situação do presídio, porque também uma das violências contra a mulher é a violência institucional. E ali há uma violência institucional tremenda, pela falta de condições de manter aquelas mulheres presas cumprindo as suas penas. Então, não é desta forma que vamos reintegrar essas pessoas na sociedade. A maioria dessas mulheres são mulheres jovens – uma boa parte com os seus 20, 21 anos de

idade –, mulheres que poderiam estar sendo inseridas no mercado de trabalho e que estão ali, por várias razões, mas que merecem ter um tratamento humano, e não desumano como está ocorrendo.

Quero agora, Sr^a Presidenta, já passar...

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Gostaria de pedir ao Deputado Bordalo, por gentileza, que viesse fazer parte.

Por causa da clareza, realmente, não tinha visto que o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Vamos passar ao segundo momento das perguntas. E pediria à Sr^a Relatora que começasse esse outro momento.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Vamos, agora, então, passar para o segundo momento desta audiência pública, que é o momento das perguntas para as autoridades aqui presentes. Qual é o procedimento? Vocês vão ter que responder várias perguntas que vamos fazer, perguntas, a partir das diligências que realizamos, ontem, e outras perguntas que são necessárias, para que a CPML possa ter um quadro real de como está a implementação das políticas, aqui no Estado do Pará.

Vou fazer duas perguntas iniciais, que são perguntas gerais, para que todos vocês que são convidados aqui possam responder. Depois, vamos fazer perguntas específicas para cada área. À medida que formos convidando o representante da instituição que irá prestar aqui as informações, os senhores poderão vir e ocupar aquela tribuna – está funcionando aquele microfone aí? Podem ocupar aquela tribuna, para responder as nossas questões.

Então, vou fazer, inicialmente, duas perguntas. Depois, vou chamar as secretarias diretamente envolvidas. Primeira pergunta: O que e como as autoridades aqui do Estado, tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, individual ou conjuntamente, o que eles estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências praticadas contra as mulheres? Então, o que vocês estão fazendo para reduzir a letalidade contra as mulheres?

Uma segunda pergunta, que também é geral: qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição de enfrentamento à violência contra as mulheres, orçamento que deva ter sido implementado neste ano de 2012, e o que está previsto para o ano de 2013? Então, o orçamento já implementado neste ano e o orçamento para o próximo período.

Eu gostaria, Sr^a Deputada, que a senhora convidasse o representante da Secretaria de Segurança.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Bem, como o Dr. Luiz Fernandes Rocha não está presente, nós pediríamos que a Dr^a Christiane Lobato, por gentileza, viesse aqui ter conosco e que assumisse a tribuna, por favor.

A SR^a CHRISTIANE LOBATO – Inicialmente, bom dia! Quero cumprimentar a mesa, a Ex^{ma} Sr^a Senadora, Dr^a Ana Rita, os demais Senadores, Deputados e Vereadores, e justificar a ausência do nosso Secretário, porque ele já tinha compromisso agendado com o Vice-Presidente da República, para uma reunião da Enafron, em que participam todos os Governadores e Secretários do País. Então, esse foi o motivo de eu ter vindo representá-lo.

Meu nome é Christiane Lobato e sou Diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis. A nossa diretoria é uma diretoria recente, foi criada agora, em junho de 2012, e ela já veio com esse objetivo de reformular a política de atendimento não só à Divisão Especializada no Atendimento à Mulher, mas também a todos os grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, idosos e demais.

O que foi implementado desde 2011/2012? Foram as delegacias da mulher – nós temos 12 no interior do Estado e uma na região metropolitana...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dr^a Christiane, deixe-me fazer o seguinte: eu vou fazer todas as perguntas, porque, aí, a fala da senhora já vai respondendo as perguntas que nós temos que fazer, está bem?

A SR^a CHRISTIANE LOBATO – Excelente!

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – A senhora já está com as perguntas em mãos que entregamos agora.

A SR^a CHRISTIANE LOBATO – Pois não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Porque, aí, a senhora orienta a sua fala a partir dessas perguntas, o que nos facilita.

Então, veja bem: aqui, no Estado do Pará, são 144 Municípios e 13 Delegacias da Mulher. Qual a abrangência dessas delegacias?

Há previsão de aumento do número de delegacias para ampliar sua abrangência? Ou da criação de núcleos da mulher nas delegacias comuns?

A SR^a CHRISTIANE LOBATO – Posso começar a responder, Dr^a, ou a senhora vai ler todas?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu vou ler todas.

A SR^a CHRISTIANE LOBATO – Tá, ótimo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Como a Secretaria de Segurança atende às populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas?

A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres e tirar o Estado do Pará da incômoda 4ª posição de Estado em que mais morrem mulheres?

E, no caso de Paragominas, que é a cidade brasileira mais perigosa para a vida das mulheres? Que políticas estão sendo implementadas também para tirar esse Estado dessa posição?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido em todo o Estado o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais?

Os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual e não revitimizar as mulheres?

Quando foi feita a última capacitação dos servidores em violência contra as mulheres?

A comunidade negra vem reivindicando a inclusão do campo raça e etnia nos boletins de ocorrência para que se tenham dados para a construção de estatística com recorte racial. Há na Secretaria estudos para a inclusão desse campo?

Há campo específico para a Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência?

Tem mais outra pergunta, Doutora.

Conforme os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança, observam-se elevados registros de acidente fortuito, tendo como vítima a mulher. Como explica isso?

Foram 376 casos nos 3 primeiros meses de 2012.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, então, vou começar.

Nós temos, realmente, 144 Municípios e temos 3 delegacias da mulher. Como essas delegacias atuam?

Elas atuam pelas nossas superintendências. Há uma área de atuação. Por exemplo, Santarém atende a região Oeste do Pará; Redenção atende a região do Sul do Pará; Redenção, Xinguara. Então, há uma divisão espacial que é relacionada ao atendimento da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Dessas 13 unidades, há previsão de aumento do número? Sim, há previsão.

Desde 2011, nós criamos a unidade de Santarém, que na verdade não foi uma criação, foi uma reformulação. Essa unidade, a DEAM de Santarém, já existia, só que ela foi criada com outro olhar; ela foi recriada com outro olhar. Ela passou a ser um Pro Paz Integrado de atendimento à mulher, onde num mesmo espaço nós temos o atendimento multidisciplinar. Nós temos o atendimento psicossocial, com servidores da Secretaria de Saúde; temos o atendimento policial e

temos o atendimento do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Então, aquela vítima, ao precisar do atendimento, ela já recebe todo o atendimento, evitando com que nós percamos aquela pessoa, porque muitas vezes, principalmente na região metropolitana, a vítima não dispõe de recursos financeiros e o acesso é muito complicado, tanto é que muitas não procuram o Centro de Referência, porque fica no centro da cidade, o que dificulta o acesso.

Ou seja, quando você centraliza esse atendimento numa só unidade, você consegue oferecer e consegue cumprir o seu papel, não só o papel policial, mas o papel social, porque aquela cidadã, aquela pessoa precisa de toda a dignidade. E naquele momento em que ela mais precisa é importante que o Estado esteja presente e que o Estado tenha toda essa desenvoltura e se articule, articule todos os órgãos e todas as políticas, para que facilite aquele atendimento e diminua o sofrimento daquela mulher.

Então, a unidade de Santarém já tem essa estrutura.

Nós criamos a unidade de Bragança, também nos mesmos moldes. Essa unidade de Bragança foi criada este ano e nós temos a previsão de até 2014 de 10 novas unidades, sempre com essa política de atendimento multidisciplinar.

Caso eu não tenha respondido de forma satisfatória, se a senhora quiser intervir agora ou no final.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB/PA) – Por favor, por favor, vamos colaborar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança, Doutora, consta como registro mulher vítima de assistência social. Não conseguimos entender se isso é crime. Gostaríamos que a senhora explicasse. Foram 1.231 casos nos 3 primeiros meses de 2012.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – As unidades da região metropolitana, não de todo o Estado, possuem um núcleo social. E esse núcleo social serve para intervir em situações que não são consideradas crimes. Vamos dar um exemplo: uma senhora, uma propensa vítima, procura uma unidade e naquele momento ela quer uma orientação. Então, ela dispõe da orientação policial e dispõe da orientação social. Às vezes ela precisa de alguma política de assistencialismo. E aí essa assistência social da Polícia serve como uma interface às outras políticas. Muitas vezes ela faz o encaminhamento para o CRAS, para o Creas. Cada caso é um caso. Não são situações que deixam de ser atendidas. São situações que não são situações poli-

ciais; são situações que não são consideradas crimes, mas as pessoas buscam as unidades com o intuito de ter esse atendimento. Essa política de serviço social dentro da Polícia já existe há mais 20 anos, doutora.

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Mas é um delito?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Não, são situações que não são policiais, não são crimes. São situações assistenciais.

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Ah, tá. Onde procuram o serviço na Polícia.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Isso, na delegacia. Porque a senhora sabe que não existe essa rotina. Principalmente nos Estados do Norte as pessoas procuram a delegacia, muitas vezes, por não saberem um caminho, onde elas devem procurar. Então, como esse é um serviço antigo, o nosso serviço social atua dessa forma, não só nas divisões, nas divisões especializadas, mas também nas delegacias.

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Mas quando chega um caso como esse, qual é o encaminhamento que a delegacia dá para essa mulher que procura esse tipo de serviço?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Ela vai fazer uma avaliação. A assistente social analisa a situação. Se a assistente social detectar – que muitas vezes a vítima nem tem conhecimento de que se é um delito ou não – que aquela situação não é uma situação de assistencialismo, que não é uma situação assistencial, ela faz o encaminhamento para a diretora e a diretora faz a ocorrência e inicia o procedimento. Se for uma situação assistencial, ela faz o encaminhamento, ou para uma rede de... Às vezes é um problema com algum hospital que não está fazendo o atendimento, ela está precisando de algum medicamento. Ela faz o encaminhamento para a rede de assistência, não só do Estado, mas também do Município.

Naquela tabela auxiliar, se a senhora puder verificar, há uns encaminhamentos que são feitos. Todos os encaminhamentos para os órgãos e instituições.

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Mas pode continuar, Doutora. Eu realmente não entendi muito bem, mas...

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, vou só registrar a presença da Diretora da DEAM, Delegada Alessandra Lobato, perdão, Alessandra Jorge. Caso precise de algum esclarecimento mais direcionado, realmente ela é a pessoa mais capaz de dar essas informações, porque ela atua no operacional. Eu sou gestora administrativa, conheço a realidade porque a gente trabalha lado a lado.

Esse convívio é um convívio recente, porque antes a Divisão Especializada no Atendimento da Mulher não era subordinada a essa Diretoria, ela era subordinada a uma diretoria de polícia especializada. E o

motivo da criação da Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis foi justamente este: para que essas divisões e essas delegacias tivessem um gestor lado a lado, porque a gente sentia... Eu era Diretora da Divisão de Atendimento ao Adolescente. Nós sentíamos que nós éramos preteridos, não por má vontade, mas pela demanda operacional. As outras divisões eram divisões de repressão ao crime organizado, divisões de investigação de operações especiais, então nós ficávamos um pouco de lado. Então, com essa nossa Diretoria, nós temos o mesmo objetivo. Todas as delegacias atendem ao cidadão, atendem ao ser humano, e sempre pregando, priorizando o respeito aos direitos humanos. Posso continuar?

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Pode.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Como a secretaria de Segurança atende às populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Doutora, com relação a esse atendimento, não existe nenhum atendimento específico. Existe atendimento pontual. Nós temos as operações. Nós temos as ações que nós fazemos. Fazemos previsões, mas não existe um atendimento permanente dessa população. Então, quando existe uma operação numa localidade ribeirinha, como exemplo nós fizemos no ano passado uma operação na área do Carnapijó, aí nós fazemos o atendimento.

Então, realmente, não é algo que satisfaz de forma permanente esse público, porque essas unidades policiais não têm condições. Como a senhora falou, o número de policiais é um número insuficiente. Então, por exemplo, a Delegacia da Mulher que atende a Abaetetuba poderia, deveria atender às ribeirinhas daquela área, só que eles contam com um quadro funcional de 5 policiais. Então se você tira o policial, você deixa de atender a cidade. Então o que é que nós fazemos? Operações policiais, geralmente com policiais da capital, quando nós atendemos a população. Não é algo satisfatório porque não é algo permanente, são atendimentos pontuais.

Algum questionamento?

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Apenas gostaria de registrar e convidar o Deputado Alfredo Costa para fazer parte da nossa mesa aqui. Obrigada.

A SRª. ANA RITA (PT – ES) – Doutora, há previsão de aumento do quadro de servidores?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, nós temos um concurso em aberto, esse concurso na verdade aconteceu neste ano de 2012, mas por suspeita de fraude ele foi anulado. Então, o nosso concurso está previsto para 2013. E toda a polícia aguarda esse concurso ansiosamente, porque a carência de servidor

não é só na DEAM, não acontece só nas divisões, ela acontece em todo o Estado.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Já tem edital aberto?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Já! Na verdade nós tivemos a prova e a prova foi anulada por suspeita de fraude. Então foi cancelada, foi tornado sem efeito o contrato com a empresa e quem vai fazer o nosso concurso agora vai ser a Universidade Estadual do Pará, e nós esperamos que seja agora em 2013.

Então, o nosso quadro. Além da situação de ser insuficiente, nós temos um quadro envelhecido na polícia civil. Então, nós temos um grande percentual de policiais que vão se aposentar e isso gera fragilidade no atendimento, porque você sobrecarrega quem está trabalhando e muitas vezes o nosso atendimento, principalmente nas divisões... porque é um atendimento com temas que você acaba absorvendo, porque são temas muito pesados.

Você é um cidadão que se coloca no lugar do próximo e você absorve aquela situação. Então, nós temos situações de servidores de licença médica, a diretora da DEAM por sinal está aqui, ela está de licença médica, já era para ter entrado de licença desde novembro, mas ela é uma pessoa muito comprometida, ela ainda ficou em novembro. Mas esse mês ela não teve como continuar. Então, ela entrou de licença médica durante o mês. Então a gente nota isso, além da nossa carência de pessoal, envelhecimento do nosso quadro, os nossos servidores adoecem. Então, o ideal é que nós tenhamos um quadro maior para que a gente possa sempre atender o cidadão de forma satisfatória, porque senão gera isso, a demora no atendimento. Não no atendimento da ocorrência, mas daquele inquérito em que a gente demora 30 dias ou 60 dias, quando se pede prorrogação; nós poderíamos fazer em menos tempo muitas vezes, mas considerando o número insuficiente, você acaba tendo que usar todo esse prazo e isso gera insatisfação na população, com certeza.

E esse problema eu acredito que não seja só da polícia, seja um problema de pessoal também do Judiciário, do Ministério Público, porque conversamos com outros colegas não só dessa área, e também o número não é suficiente, porque a demanda é muito grande. E a demanda sempre vai ser crescente, porque a população, principalmente com as CPIs, se sente encorajada a denunciar. Então, muitas vezes aquela mulher que é fragilizada, que é violentada guarda aquilo porque não sente apoio, ela não sente amparo. E quando acontece uma CPI dessa, ela fala assim: “Não, eu vou ter forças porque tem alguém olhando por mim”. E aí aumenta a demanda. Então, o aumento da demanda é positivo, mas também nós temos que reforçar o nosso quadro

para que possamos atender de forma satisfatória e célere essa pessoa.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Pode continuar, Drª Christiane.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – É com relação ao terceiro ponto. A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres e tirar o Estado do Pará da incômoda 4ª posição do Estado onde mais morrem mulheres?

A política que nós temos adotado desde 2011 é do tombamento imediato. O homicídio, independentemente de ser mulher ou não, tem que ser tombado imediatamente. O que foi constatado pela Corregedoria da Polícia? É que muitos homicídios não eram tombados, acontecia o fato criminoso e demorava uma semana a duas; essa demora fazia com que não se conseguisse mais levantar provas, levantar indícios suficientes da autoria. Então, hoje o homicídio aconteceu e imediatamente ele é tombado. Por isso, Doutora, que os homicídios não ficam na nossa delegacia, eles não ficam na nossa divisão. É na região metropolitana. Se acontece um homicídio de uma mulher e esse homicídio acontece na Marambaia, ele tem que ser apurado imediatamente pela unidade do fato. Ou seja, ele é apurado pela circunscrição.

Com relação a isso, qual é a outra política? Nós fazemos em conjunto ou com a Secretaria de Justiça e Direitos humanos – não capacitações – palestras, orientação para a população, para demonstrar para essas mulheres os seus direitos, os locais onde elas podem buscar ajuda, onde elas devem buscar ajuda numa situação de vulnerabilidade.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, qual é o grau de resolução desses serviços, dos homicídios de mulheres?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, infelizmente, eu não tenho esses dados, porque, como eu lhe disse, não fica na DEAM; eles ficam nas seccionais e essas seccionais, essas delegacias são subordinadas a outra diretoria. Nós podemos, eu posso oficializar à Corregedoria e solicitar a ela e encaminhar ainda hoje isso para a senhora, por *e-mail*.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Porque a Corregedoria é que faz esse monitoramento. Então, eu me comprometo a solicitar hoje e encaminhar hoje para a senhora. Há algumas informações que eu não vou poder lhe prestar justamente porque são subordinadas às outras diretorias. Nós temos cinco diretorias na Polícia Civil, das quais quatro são operacionais. Nesse caso, infelizmente, não tenho esses dados para apresentar para a senhora.

Com relação, Doutora, ao mapa dos homicídios, é algo alarmante, que chega até a ser revoltante, porque a gente nota um número crescente de homicídios de mulheres, mas eu acho que um fato tem que ser pontuado. No nosso Estado, em 90% dos Municípios a nossa população não chega a 100 mil habitantes. Então, na hora que fazemos um levantamento considerando os 100 mil habitantes, o Município de Paragominas, por exemplo, que tem 40 mil habitantes, provavelmente vai lá para frente. Então uma sugestão que a gente sempre discute em reunião é que essas estatísticas sejam feitas em cima de 10 mil habitantes, porque é a realidade do Norte e Nordeste.

Os nossos Municípios não chegam a ter 100 mil habitantes. Então, se a senhora for olhar o quadro de todos os nossos Municípios que estão à frente, a grande maioria não tem 100 mil habitantes, então isso faz com que a gente vá lá para frente. Mas os números, isso é inegável, são absurdos; é algo que tem que ser combatido por todos. É importante a união de forças, porque a sensação, muitas vezes, que dá é que a gente não vê a melhora, não vê o resultado. Isso gera indignação e faz com que muitas pessoas deixem de buscar as unidades policiais porque elas não veem a resolução desejada, não é?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deixe-me aproveitar, Doutora, e fazer outra pergunta. Depois a senhora segue o que está no texto. Por que as delegacias, que hoje são 13, do interior do Estado, não funcionam à noite? Sabemos que o maior índice de violência ocorre à noite. Isso, inclusive, as mulheres falaram na reunião de ontem, que foi feita com a CPMI.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, com certeza, certíssimo. As nossas unidades, com exceção de Belém, que funciona 24 horas, funcionam de 8h às 18h. Todas as violências, geralmente, acontecem à noite e em final de semana, e as delegacias, nesse horário, nesses dias, estão fechadas. O motivo, Doutora, é só um: a falta de pessoal. A média de servidor de uma delegacia dessas é de quatro servidores: um delegado, um escrivão e dois investigadores. Então eles trabalham no horário do expediente. No mínimo, para nós funcionarmos com quatro unidades dessas, em tempo integral, nós precisaríamos de quatro delegados, quatro escrivães e, no mínimo do mínimo, oito investigadores. E não seria o ideal, porque nós conseguiríamos montar plantões.

O plantão da polícia é quase padrão no País. São 24h por 72h. Então, assim nós conseguiríamos trabalhar 24 horas, que é o ideal. Sim, a polícia tem consciência disso, só que hoje, com o quadro que temos, não conseguimos, Doutora, atender. Então, por isso que elas funcionam só de 8h às 18h, porque é só

uma delegada, um escrivão e eles têm que ter o horário de repouso, até porque não tem como a pessoa trabalhar sete dias, 24 horas. Estaríamos enganando a população e seria um serviço péssimo. E a gente não estaria respeitando o direito daquele servidor.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Seguindo aqui, Doutora, então. Com relação às mulheres vítimas de crimes sexuais. Elas são encaminhadas, com urgência necessária, para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – São encaminhadas, Doutora. Aqui na região metropolitana, a unidade encaminha para a Santa Casa de Misericórdia e, nas unidades, que, infelizmente, ainda são duas, mas serão maiores, nós fazemos esse atendimento dentro do próprio Pro Paz Integrado. Nós temos médicos dentro da unidade que atendem, fazem logo esse atendimento imediato.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E é garantido o kit para profilaxia e contracepção de emergência?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Com certeza, né? O Estado...

A SRª ANA RITA (PT - ES) – Todas recebem?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, eu não posso lhe garantir, mas o ideal, o certo é que todas recebiam. Agora, não posso lhe dizer se há algum caso específico onde não houve isso, porque nunca chegou essa situação à DEAM. Pelo menos, nunca me foi repassado. Até porque se isso acontece, é passível de uma responsabilização de gestor.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, nas seccionais, nós temos um grande problema: falta a sensibilidade do servidor. Nós sabemos que não há como mentir para a população. Nós temos ótimos servidores, mas nós temos servidores, também, que não têm o perfil ideal. E o que acontece: nós notamos algumas situações de desvio, de conduta não compatível com o que é necessário, com o que é o certo atender, e essas condutas são comunicadas à Corregedoria. Mas capacitação, nós recebemos a capacitação na formação, e a partir de fevereiro deste ano, a academia de polícia vai fazer a capacitação para quem já está na Instituição, porque não é importante só formar; há que se formar e há que se manter a formação, porque senão se acaba perdendo no atendimento.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E quando foi feita a última capacitação?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, com relação à violência contra a mulher, eu, sinceramente, não tenho conhecimento, porque eu não sei, acho que

não houve. Mas a Delegada Alessandra, se a senhora permitir, depois eu peço para que ela venha aqui expor. Mas eu, sinceramente, desconheço que tenha havido uma capacitação direcionada ao foco. É mais, mesmo, do perfil do servidor, da sensibilidade, da conscientização do seu dever de bem atender, de respeitar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não, só uma questão de orientação...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Para voltar à pergunta anterior...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só um minutinho, Presidenta, deixe-me dar uma orientação aqui. Não pode haver interferência da plenária, está certo? Se porventura vocês tiverem alguma coisa para acrescentar à fala da Doutora, vocês podem passar, por escrito, para ela, para que ela possa ter as informações e nos informar, certo? Passem por escrito.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – É à delegada.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu faço essa mesma recomendação ao movimento social que está presente. É importante que vocês não se manifestem durante o interrogatório. Se vocês têm alguma pergunta que, porventura, nós aqui não conseguimos fazer, que vocês queiram contribuir, passem para nós por escrito, que nós fazemos as perguntas, está bem?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, desculpe, só para dar uma informação. É que a delegada Alessandra não sabia, e é por isso que ela interveio, quero pedir desculpas por ela. O que acontece? A capacitação que ela citou, em setembro, foi a capacitação, porque no momento em que nós criamos as novas unidades, nós capacitamos os servidores, mas eu falei que não sabia com relação à capacitação no geral, de todo o quadro da polícia.

Mas essas unidades novas vão sendo iniciadas. Nós fizemos em setembro, em Bragança, antes da inauguração, um mês antes – todos os servidores passaram pelo treinamento, não só os servidores da unidade especializada, mas os servidores da delegacia do Município –, e fizemos, no ano passado, em Santarém, no momento da inauguração da unidade de Santarém. Então, conforme a gente vai inaugurando essas unidades, essas pessoas vão sendo capacitadas.

Mas a capacitação de todo o quadro da polícia, foi essa que eu informei que desconhecia. Eu não sabia que era algo direcionado à nossa unidade.

É importante que todos tenham capacitação, porque, muitas vezes, a nossa vítima não procura a DEAM. Ela não procura a DEAM não porque não quer; ela não procura a DEAM porque não tem como chegar

à unidade. Ela mora distante, não tem dinheiro para pagar uma passagem de ônibus. Então, ela procura uma delegacia de bairro. Então, é necessário que esse policial que está naquele atendimento, na ponta, também seja capacitado, que a gente não centralize a capacitação só nas unidades especializadas.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dra. Christiane, voltando à questão que foi levantada, aqui, pela Relatora, existe alguma programação financeira para alocar e resolver esse problema da falta de atendimento no interior, do aumento de delegacias? Porque...

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, nós...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Só para completar me preocupa muito, porque os dados com que a gente sempre costuma se deparar e tomar conhecimento são de que o índice de violência começa na sexta-feira, não é? Aí vem a questão da bebida. Começa na sexta, aumenta no sábado, explode no domingo. E aí, como é que fica isso, como é que vocês tentam, pelo menos, resolver essa questão?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, o que acontece? Aqui em Belém, nós colocamos reforço policial em feriados, datas festivas, porque infelizmente, nessas datas, aumenta muito a violência contra as mulheres, principalmente em decorrência do uso do álcool, não é? Então, nós fazemos reforço. Nas unidades do interior você não tem como reforçar porque você não tem um policial. Então, existe a previsão de 10 milhões em investimentos até 2014, em criação de unidades, mas é importante que tenhamos o concurso, porque não adianta criarmos a unidade e não termos o policial, a gente vai incorrer no mesmo erro.

A promessa é de que, com esse novo concurso, grande parte desses servidores venha para a nossa diretoria, porque os mesmos problemas que temos com relação ao atendimento da mulher, nós também temos com relação ao atendimento da criança e do adolescente. Nós não temos unidades, diferentemente da DEAM, que nós temos unidades no interior. Quando a gente fala de atendimento de criança e adolescente nós não temos unidades no interior. A situação é tão grave quanto à da mulher. Então, é importante isso, o concurso. Não só esse concurso, pois ele não vai resolver o nosso problema.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Sem dúvida. Esse orçamento de que você fala, os 10 milhões, são do Estado, do Governo Federal?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Eu não sei precisar, Doutora. Desculpe-me, não sei precisar, estou lhe passando o valor que me foi repassado, somente para informar. Como a Senhora sabe, sou servidora da Polícia Civil e, com relação ao orçamento, não temos

acesso. A informação que me repassaram foi essa, de 10 milhões. Eu não sei lhe dizer quanto é para a construção dos prédios, quanto é para a mudança de viatura. Mas acho que tudo isso, Doutora – é uma sugestão –, a CPMI poderia formalizar, eu mesma receberia o ofício e daria o encaminhamento ainda hoje.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, deixe-me fazer o encaminhamento, porque essas questões que estamos fazendo deveriam ser respondidas pelo Secretário, que deveria estar aqui para responder. Infelizmente, ele não está, e a gente faz o registro aqui da nossa insatisfação, embora reconhecendo que ele tenha uma agenda realmente importante, mas, a presença dele aqui era fundamental. Essas questões de que a Senhora não tem a resposta agora para oferecer, nós solicitamos que faça por escrito e encaminhe à CPMI o mais rápido possível, num prazo máximo de 7 dias.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Ótimo, Doutora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu gostaria, para que a gente possa adiantar no tempo... Tem mais duas perguntas que fiz inicialmente, que ainda não foram respondidas; e tenho mais algumas para serem feitas. Gostaria que a senhora respondesse às duas últimas, no que se refere à comunidade negra, que vem reivindicando a inclusão do campo raça/etnia nos boletins de ocorrência, e também se há um campo específico para a Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, até parece coincidência, mas hoje teremos uma teleconferência na Polícia justamente para abordar a inclusão desses novos temas, não só com relação à questão racial, mas também à questão da orientação sexual, da identidade de gênero. Considerando que estou aqui, remarcamos essa teleconferência, que é uma capacitação de todos os servidores do Estado, e vai acontecer no próximo dia 17. Iria ser hoje, na Prodepa, porque não temos como trazer todo mundo para a capital, por não termos como dispor de servidor para levar a todos os municípios. Então, a teleconferência é algo que é benéfico porque é aberto para a população, o site é aberto, qualquer pessoa que queira participar pode, onde vai ser exposta a inclusão de todos esses campos. Na verdade, já foi feita a alteração, vamos só orientar no preenchimento dos dados.

Com relação ao campo específico para a Lei Maria da Penha, já temos esse campo. Por isso que conseguimos fazer o mapeamento das situações por tipificação, porque esses dados são preenchidos no momento do registro da ocorrência policial.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Seria conveniente que houvesse divulgação para que a gente pudesse também colaborar nesse sentido.

Gostaria também de completar com uma pergunta que todo o tempo as pessoas estão pressionando, essa questão de Paragominas. Para a imagem do Estado isso é muito ruim. Nós temos os dados da própria segurança pública, de que são 7 vítimas no período de 2008 a 2010. Dados do cartório de ofício único indicam que são 8 vítimas, e dados do Instituto Sangari indicam que são 24 vítimas. Você poderia, por favor, me dizer qual é o dado real da secretaria? Ontem, recebi um comunicado, o prefeito de Paragominas me ligou pedindo que tivéssemos um representante aqui para que pudéssemos depois dar alguns esclarecimentos. Existe também alguma articulação do Pro Paz Integrado também para Paragominas?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Existe, Doutora. A previsão é para 2013. Serão 5 municípios em 2013 e 5 municípios em 2014. Em 2013 são os municípios de Paragominas, Ananindeua... Se a Senhora me permitir, eu olho no meu documento que está no *tablet*, tem certinho. Eu sei que Paragominas, Ananindeua, salvo engano Breves também agora, são os Municípios onde detectamos o maior índice. São cinco agora e cinco em 2014, a previsão, mas pode antecipar dependendo do orçamento. Se der, vai ser antecipada essa construção.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – E os dados?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Os dados, doutora. Como eu lhe disse, Paragominas tem uma população de 48 mil habitantes. Então, quando nós colocamos – primeiro, vou falar por aqui, depois vou falar da diferença das informações – num percentual de 100 milhões de habitantes, Paragominas vai lá para a frente. Se fossem 10 milhões de habitantes, Paragominas não estaria em primeiro lugar. Os dados da polícia são de todas as ocorrências que são registradas, são dados considerando as ocorrências. Os dados do instituto, salvo engano, são dados da saúde, não é isso? Então, eles nunca vão ser idênticos, porque...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Os da saúde são os mais confiáveis.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – É, aí é uma questão... Eu concordo com a senhora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque são casos de morte. Então, toda pessoa que morre necessariamente tem que ter um laudo médico para poder...

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Eu só queria saber, porque estou aqui com os dados do instituto. Do instituto foram dois em 2008, dois em 2009 e 12 em 2012 e 2010, ou seja, foram 17. Da polícia foram quantos, doutora, que a senhora informou da segurança pública?

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Os dados do Instituto são 24. Dados da própria segurança pública: sete vítimas entre 2008 e 2010.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, desculpe-me, eu estou com os dados aqui do instituto que eu peguei na Internet, são 17. Então, é importante...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dezesete.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – É. Eu vou ser injusta se eu criticar os dados do instituto que eu acredito, entendeu?

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não para nós é... Claro, quanto mais você nos esclarecer melhor. Vocês são da área.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Só que eu não sei lhe dizer quais são os dados do instituto. O da polícia é o que chega à polícia. Todo homicídio, obrigatoriamente, tem que ser comunicado. Então, nós teríamos que analisar esses dados pontualmente, para nós sabermos o porquê da diferença. Na verdade, nós não sabemos, porque tudo o que chega para a polícia está lá lançado. E, se o número é menor do que o que está no instituto, seria interessante analisar os dados do instituto, porque ele não é qualitativo, ele é só quantitativo. São 17.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, eu gostaria agora de falar de outra questão.

As duas estruturas hoje do Pro Paz existentes aqui no Estado foram criadas como o novo modelo de atenção às mulheres vítimas de violência. Sabemos que os movimentos sociais não foram ouvidos – é o que nós conversávamos ontem na delegacia – e que esse serviço sequer tem protocolo de atendimento. Em que consiste esse modelo? Como vocês pretendem democratizá-lo? Porque, ontem, na visita, nós tivemos acesso a todas as informações, tivemos acesso à planta que mostra quais são os serviços, mas vocês não responderam para nós, naquele momento, se ele foi debatido com os movimentos sociais. E, à noite, na reunião com os movimentos sociais, nós tivemos a informação de que realmente não foi democratizada essa discussão. Gostaríamos que a senhora falasse um pouco sobre isso.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, o Pro Paz é um programa de governo. Então, a representante do Pro Paz está aqui, a Drª Eugênia, eu não sei onde ela está, que é responsável por essa articulação. Eu sou da polícia, faço parte da polícia. Então, quando nós fazemos a estruturação de uma unidade do Pro Paz integrado, a gente não enxerga só polícia, a gente enxerga o programa, o Pro Paz, de que faz parte a polícia e outros órgãos. Mas a Eugênia vai poder falar com mais precisão com relação a essa articulação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas se o Secretário de Segurança estivesse aqui, ele falaria pela Secretaria de Segurança. Não é isso?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – É por parte da Secretaria, sim, não é doutora?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então. Infelizmente.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Mas eu não vou serei justa nem correta de falar algo de que eu não tenho conhecimento, doutora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu te agradeço, inclusive.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Eu queria que a senhora me entendesse e me perdoasse.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu entendo perfeitamente.

Dr. Christiane, outra coisa. A CPI do Tráfico de Pessoas denunciou o governador anterior, o Governador Jatene, através do relatório da então Senadora Marinor. No ano passado, houve o grande número de assassinatos de mulheres nas regiões de garimpo nos Municípios que fazem fronteira com Mato Grosso. Que providências foram tomadas? A senhora tem informação sobre isso?

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Tenho. Isso eu posso lhe falar com precisão, porque eu sou a delegada que mais investiga esse caso no País, tanto que eu assessoro a CPI. Só que, como eu lhe disse, eu era Diretora de Atendimento à Criança e ao Adolescente, e o Estado do Pará é o Estado que mais procede a esse tipo de apuração.

Realmente, no Estado, nós nunca tivemos nenhuma investigação de tráfico de mulheres, nem tráfico interno. Tráfico internacional é demanda da Polícia Federal, mas nada obsta que a gente investigue, inicie a investigação. E, devido a isso, foi criada nessa nova estrutura, uma Delegacia de Combate do Tráfico de Pessoas, justamente para que nós possamos atender toda essa demanda, porque não adianta você enfrentar o problema da criança e do adolescente e não enfrentar o problema da mulher, e é um problema que existe.

Então, hoje, até na DEAM, nós já temos uma situação e investigação, que já está sendo apurado, de uma rota interna, onde algumas mulheres, possivelmente, foram vítimas, está sendo apurado pela Delegada Sandra, mas é um fato que é notório. O problema não existe só nos garimpos. As grandes obras elas trazem um problema da exploração sexual e, quando a gente fala de exploração sexual, a gente fala de tráfico de pessoas também.

Então, considerando essa carência, essa manifestação, essa detecção de um problema, foi criada essa Delegacia para que todo o público vítima desse crime seja atendido e não só a criança e o adolescente.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Da minha parte, eu não tenho mais pergunta. Alguém da Mesa? Presidente, tem alguma pergunta a ser feita ainda? Da minha parte, eu posso encerrar por aqui.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – A gente quer agradecer a você, viu, pelas informações aqui, e queria saber se o Dr. Acreano mandou alguém ou se encontra presente, porque seria a próxima pessoa a nos fornecer algumas informações.

Relatora, a Srª Relatora... o Dr. José Acreano Brasil Júnior não mandou, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos no Estado do Pará, e nós poderemos passar para...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deixa. Então, vamos agradecer à Drª Christiane.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Como é que fica?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Christiane, obrigada pelas informações. As informações que aqui nós solicitamos, que a Senhora não teve condição de nos fornecer aqui hoje, nós solicitamos que sejam encaminhadas até um prazo máximo de 7 dias para a CPMI.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Doutora, eu quero agradecer, tá?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada pela presença.

A SRª CHRISTIANE LOBATO – Agradecer não só o convite pela Secretaria, mas também a oportunidade, porque isso ajuda não só a população, mas também as Polícias e os outros órgãos, porque nós, muitas vezes, nós precisamos de uma situação dessa para que realmente essa demanda seja acelerada, essa demanda de atendimento.

E eu gostaria só de, se tiver oportunidade, sentar com alguém da sua Assessoria, porque eu posso esquecer algum dado e eu posso lhe garantir que, no máximo, até terça-feira isso está chegando em Brasília, porque é interesse do nosso Secretário atender as demandas e atender de uma forma satisfatória, não só a CPI, mas, principalmente, a população, porque a CPI nada mais é do que o povo clamando por justiça e respeito aos seus direitos individuais.

Muito obrigada.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Drª Christiane. (*Palmas.*)

O Dr. José Acreano Brasil Júnior, que é o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, não está presente, não justificou a ausência e não mandou representante. Eu vou levar para a reunião da CPMI, a semana que vem, e vou propor a convocação dele para que ele possa responder perante a CPMI em Brasília. (*Palmas.*)

Solicito à Presidenta que convide o próximo a responder aqui as questões.

Pedimos que não interfiram na CPMI, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Nós pediríamos a compreensão dos companheiros aqui presentes, nós estamos sendo... temos... da forma mais democrática possível e queremos o resultado final disso. Então, nós pediríamos a compreensão de todos vocês.

Bem, Deputado, dentro das normas da nossa reunião, é impossível atender à sua... pela ordem.

Sem dúvida.

Muito obrigada.

Nós pediríamos... agora, gostaríamos de chamar o representante Dr. Hélio Franco Macedo Júnior, e a Drª Maria da Conceição Carneiro Oliveira, que coordena a saúde da mulher; Coordenadora.

Drª Maria da Conceição está presente?

Por favor, doutora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Maria da Conceição. Primeiro, gostaríamos de agradecer a sua presença. Lamentamos, também, a ausência do Secretário de Saúde. E o procedimento será o mesmo sobre as questões que nós fizemos aqui: se a senhora não tiver as respostas, solicitamos que sejam encaminhadas o mais rápido possível para a CPMI por escrito.

Eu reforço, aqui, as perguntas iniciais, que são aquelas perguntas gerais, que nós fizemos no início quanto a que políticas estão sendo implementadas de forma individual ou coletiva para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? E, também, qual é o orçamento da Secretaria para as ações específicas na área da saúde, no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres? Então, são essas duas perguntas – gostaríamos de ouvir da senhora – e mais algumas aqui que são específicas.

Qual a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas na capital e no interior? Segundo dados encaminhados pela Secretaria, somente um hospital realiza o aborto legal. Há algum planejamento para a expansão do serviço para outras regiões do Estado? Como as mulheres que moram em regiões distantes, cujo acesso é apenas por barco, acessam os serviços de saúde?

A senhora está com essas perguntas em mãos, não está? Já passamos para a senhora...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não, não recebi.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ainda não? A pergunta para a Secretaria de Saúde, Penaforte. Então, essas que eu estou fazendo agora, além daquelas duas iniciais.

Então, como as mulheres que moram em regiões distantes, cujo acesso é apenas por barco, acessam o serviço de saúde?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido em todo o Estado o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais? Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

Há capacitação específica para os agentes de saúde atuarem respeitando as culturas indígenas?

A notificação compulsória da violência doméstica e sexual atende a todo o Estado? Qual a sua abrangência?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Ok. Bom dia. Cumprimento a mesa, em nome da Senadora Ana Rita. Gostaria também de cumprimentar todos e todas aqui presentes. Estou aqui representando o Dr. Hélio Franco, porque também ele, no dia 3, quando chegou o ofício comunicando essa audiência pública, já tinha um compromisso assumido esta manhã, com os diretores de hospitais do Estado; e ele está ainda agora nessa reunião, até agora.

Quanto à questão da pergunta que é geral, a primeira pergunta, o questionamento a respeito de como as autoridades do Estado estão fazendo para diminuir a letalidade da violência contra as mulheres.

Na área da saúde são inúmeras as violências que são notificadas, que são cometidas contra a mulher. Principalmente a questão da mortalidade materna, que é um fator que nós temos de agravante no Estado do Pará.

Com o evento da Rede Cegonha, nós estamos trabalhando, principalmente nesse primeiro momento, já trabalhamos o plano de ação para a Região Metropolitana I, a Metropolitana III e a do Xingu. Estamos trabalhando o plano de ação da Região, para ser aprovado, do Baixo Amazonas, Tapajós e Araguaia.

Como o Estado é muito grande, nós temos dificuldade de trabalhar esses planos de uma maneira tão rápida. Mas, até o final deste ano, nós estamos finalizando seis planos da Rede Cegonha, por regionalização, através das regionais de saúde, nós podemos atender a atenção básica; no caso, trabalhar a questão da saúde dentro da atenção básica e poder, através de um planejamento reprodutivo, através de um pré-natal adequado, trabalhar melhor essa situação dessa mulher, para que ela não venha complicar a situação dela na fase final de gestação, ou até no atendimento já durante o parto e o puerpério, para que ela não venha a óbito.

Então, quanto a isso está sendo feita uma intensificação no Estado, estamos trabalhando o fórum. Nós realizamos, no último dia 29, um fórum da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que recebe uma demanda muito alta de mulheres, não somente é uma referência de gravidez de alto risco, mas está recebendo também demandas que não são de alto risco, então estamos monitorando intensamente nesse sentido, para evitar os óbitos maternos.

Quanto ao orçamento do Estado para 2013, em relação à violência, temos o orçamento nas diversas diretorias, principalmente na vigilância também, que não tenho, no momento, o valor do orçamento do Estado, mas temos ações na atenção primária para atendimento, porque a minha coordenação está dentro da atenção primária. Então é um dado que vou ficar devendo para repassar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Então, o mesmo procedimento...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Mas temos orçamento previsto, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Para 2012, que está sendo gasto, e 2013.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Até 2013, mas temos uma previsão também até 2015 de um trabalho.

Vou tentar colocar aqui na ordem. Qual a política de saúde para atendimento de mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas, na capital e no interior?

Na Sespa – Secretaria Estadual de Saúde – temos uma coordenação específica que está trabalhando essa política para essa população. Existe uma coordenação específica e que pode repassar, também, que não impede que nós, enquanto Coordenação de Mulher, trabalhemos de forma integrada com essa coordenação e com as demais políticas de saúde: DST/Aids, Disque Vigilância.

Mas ainda é tímida essa política estadual voltada para a saúde dessa população, mas estamos empenhadas, nesse período de 2012 a 2015, em poder cobrir uma área maior e atender melhor. Capacitações nessa área já são realizadas, inclusive em parceria: Coordenação da Mulher, Coordenação de Saúde Indígena e Populações Tradicionais. Já estamos trabalhando juntas essas capacitações, no sentido de melhorar esse serviço a essa população específica.

Segundo dados encaminhados pela Secretaria, somente o hospital realiza o abortamento. Realmente, é somente a Santa Casa, e estamos ampliando esse serviço para o Hospital Regional Abelardo Santos, que fica em Icoaraci.

A princípio, este ano ainda, já se discute essa ampliação, inclusive o Secretário autorizou recursos

para realizar uma capacitação com o Instituto Ipas, que, hoje, mudou o nome para – não estou lembrando aqui o nome que o Ipas...–, mas é o Ipas que faz capacitação com os profissionais da área de saúde, para melhorar esses serviços de referências ao abortamento legal e já está aprovado. Se não fizermos até o final do ano, mas no início do ano já estaremos fazendo a capacitação com os profissionais da Santa Casa e do Hospital Abelardo Santos que, a princípio, são esses que vão ser ampliados como referência. Depois, temos a intenção de trabalhar nos pólos regionais de saúde.

Quanto às mulheres que moram nas regiões distantes, cujo acesso há apenas um barco, como acessam os serviços?

Como podemos ver aqui, as responsabilidades são tripartites. Temos responsabilidades que são do Governo Federal e da Gestão Estadual, que trabalha realmente a orientação, o assessoramento, mas a ação em si é municipal, e o Estado já vem discutindo, dentro dessa questão da regionalização e da atenção básica, todo um apoio, todo um suporte de contrapartida, que possa atender adequadamente essa população que tem dificuldade de acesso aos serviços.

Em parceria com o Governo municipal, o Governo estadual está prevendo, em seu orçamento, recursos para apoiar nesse sentido do deslocamento, porque essa é uma grande preocupação do acesso ao serviço, mas o que está sendo o forte agora é a questão da planificação da atenção primária, onde se possa trabalhar, dentro dessa hierarquia de saúde, a promoção da saúde e a prevenção; ou seja, dentro desses territórios regionalizados, estar trabalhando o melhor e prevenindo o adoecimento, para que não se chegue a tanta necessidade de hospitalização, de tecnologia mais avançada e, sim, trabalhe fortemente a questão da atenção primária em saúde.

Mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis? Digamos que exista uma rede construída, mas essa rede de serviços tem fragilidades e fragmentações; ela não se comunica.

E nós, enquanto saúde, estamos tentando, ao máximo, articular com essa rede de maneira integrada. Temos dificuldade. Não é fácil, mas nós estamos, inclusive, trabalhando e discutindo com os movimentos.

Dentro dos movimentos, temos representação no Conselho Estadual de Saúde e temos tido um diálogo muito positivo. O próprio movimento que está presente pode relatar aí, posteriormente.

Quanto a essa questão do encaminhamento na urgência necessária, existe esse programa, o Pro Paz Cidadania, o Pro Paz Integrado. Já o temos em alguns

Municípios do Estado. Ele já está fazendo esse serviço. Pelo que sabemos, o Programa Estadual de DST/Aids repassa esse kit necessário à profilaxia. Então, ele está acontecendo. Não sei se há alguma denúncia no sentido de ter faltado medicamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Este kit está sendo disponibilizado para todas as mulheres?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Dentro do meu conhecimento, sim, é disponibilizado. Existe um estoque, todo um controle do...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Era isso o que queria saber: há todo um monitoramento do estoque.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – ...do Departamento de Distribuição, de Assistência Farmacêutica, que distribui, mas quem tem esse controle é a Coordenação de DST/Aids. E, pelo que conversamos com a DST/Aids, ela repassa adequadamente aos hospitais que fazem a profilaxia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – E os agentes de saúde têm capacitação para atuarem nessa área?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Essas capacitações são assim: o Estado trabalha com os Municípios capacitando multiplicadores, e estes vão trabalhar com os Municípios. Inclusive, em Belém, estamos com uma dificuldade muito grande quanto a essa questão dos agentes comunitários de saúde. Não sei agora, com a mudança de governo municipal, se estaremos melhorando a condição de Belém, pois há uma dificuldade muito grande de esse agente comunitário realmente estar desenvolvendo o papel que compete a ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Então, nessa questão da DST/Aids não tem capacitação dos servidores, tem?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Da DST? Sim, sim, tem. A DST/Aids capacita, vai até os Municípios, forma multiplicadores, capacita no teste rápido de HIV e sífilis. Existe toda a capacitação.

Agora, o que eles colocam? Devido ao Estado ser muito grande, na questão dos serviços de assistência, ainda temos pouco serviço de assistência à mulher portadora do vírus, do HIV – à população, não é? Não só à mulher, mas à população.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E sobre a notificação compulsória?

Na verdade, a senhora ainda não falou da questão dos agentes de saúde para atuarem respeitando as culturas indígenas.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – As culturas indígenas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora já falou sobre isso? Ainda não.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Eu desconheço que haja uma capacitação específica dos agentes comunitários de saúde para atuarem na saúde indígena. Esse é um outro ponto que nós podemos... Inclusive, eu convidei a coordenadora da saúde indígena para estar presente, mas ela está justamente num momento de capacitação dos planejadores. Ela é uma das planejadoras.

Eles estão estudando, hoje, a questão da metodologia científica. Está com uma consultora, aqui no Estado, que está trabalhando, com todos os planejadores do Estado do Pará na área da saúde, na questão da metodologia científica. Por isso ela não está presente, nem a nossa diretora, também.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Na verdade, quem tinha de estar aqui era o secretário de saúde, que pudesse responder por todos, não é?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Sim, sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque fica complicado assim. Se cada um que tem de estar aqui falar de sua própria área, é muito complicado. O secretário é que tem de estar aqui para poder falar de todas as políticas desenvolvidas pela Secretaria.

E com relação à notificação compulsória? Atende a todo o Estado?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Qual a sua abrangência?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não, não. A notificação compulsória da violência contra a mulher... Nós temos 119 estabelecimentos de saúde que notificam em 40 Municípios. Então, você vê que você não tem nem 50% dos Municípios que trabalham com notificação. Essa notificação, embora esteja nesses Municípios, ainda se notifica pouco. Nós temos a consciência de que se notifica pouco e o que acontece? Profissionais foram treinados, foram... Notifica-se pouco. Profissionais foram capacitados, só que existe, nos Municípios, um rodízio muito grande de profissionais, desses profissionais que foram treinados quando... Nós fizemos uma avaliação. Tem profissionais que não estão mais no Município e que não repassaram.

Então, essa questão de gestão municipal é uma questão muito séria para nós, aqui, de continuidade e de, realmente, fortalecimento dessa rede.

Então, nesses dois anos de Governo, nós estamos tentando resgatar toda essa situação da violência, porque na Secretaria de Saúde, quando foi assumida

neste Governo, nós estávamos com inúmeras dificuldades em todas as aéreas.

Então, nós estamos tentando ajustar todas as áreas e, aí, essa questão da violência é de grande preocupação para nós.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Conceição, a informação que chegou para a Mesa é de que no Orçamento de 2012, no que se refere ao Programa de Atendimento à Mulher, não tem previsão de recursos para o kit.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – No PAM de 2012.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Da DST/Aids?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Mas vocês tiveram notícias de que algum recurso, de que alguma mulher que foi vítima, de alguma pessoa que foi violentada não... Faltou o antirretroviral?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – E para 2013?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Olha só, não tem diálogo da plenária com quem está na tribuna. Por favor.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Ah, sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, tem recurso ou não tem, doutora?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Eu falo para 2013, programação de recursos para 2013.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas para 2012 não tem. E como tem kit para as mulheres? Tem kit ou não tem? Se não tem recursos...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Dentro do meu conhecimento há o kit. Foi fornecido o kit, sim.

Nós teríamos de verificar nos serviços se faltou kit, mas...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas a senhora tem segurança de que os kits existem e que foram distribuídos?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Que foram distribuídos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Tá...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Agora, colocar que não há recursos... Aí, eu teria que...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, essa questão orçamentária, depois, a senhora passa para a gente.

Eu queria fazer uma última pergunta aqui, Drª Conceição, e que se relaciona às mulheres em situação de prisão. Qual é de fato a política de atenção à saúde da mulher que está na prisão? Eu faço essa pergunta porque, ontem, ao visitarmos as mulheres que estão presas, vimos lá que existe uma enfermeira, técnico de enfermagem, dois médicos: um clínico e um ginecologista que vão lá acho que duas vezes na semana, mas, conversando com as mulheres, inclusive no setor onde só existem mulheres grávidas, uma delas, segundo ela, já está com nove meses e nunca fez o pré-natal. São várias mulheres grávidas, se não me engano, são oito que estão grávidas, alguma no início da gestação, mas boa parte já com a gestação bastante avançada. Essa que me disse que nunca fez o preventivo já está pertinho de ganhar o bebê. E outras mulheres com problema de doenças sexualmente transmissíveis e algumas, pelo que soube lá, com problema como Aids, convivem juntas, estão com coceiras no corpo; enfim, cheias de problemas.

Eu gostaria que a senhora falasse qual é de fato a política da Secretaria de Saúde para essas mulheres em situação de prisão?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Olha só, a política que existe... É um problema de saúde, mas, dentro da Susipe, existem os profissionais de saúde que não são ligados ao SUS – eles são do sistema penitenciário. Então, essa equipe que a senhora viu lá é ligada à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe). O que a Secretaria Estadual de Saúde está fazendo é que existe um grupo de trabalho para essa política e que se reúne lá na Secretaria de Saúde.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Como é feita essa articulação da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Justiça?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Justamente... Há uma técnica da Secretaria de Justiça que se reúne conosco e discute os problemas lá do Sistema Penitenciário, lá do CRF, onde estão essas mulheres.

Nós, no mês de agosto, tivemos uma reunião com a Susipe, a Sesp e a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, onde está esse espaço que a senhora visitou ontem. O Município de Ananindeua se responsabilizou em orientar, treinar, criar e solicitar um Saúde da Família lá para dentro desse espaço. E garantir...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Deixe-me entender, Drª Conceição. Falando claro: a Secretaria Estadual de Saúde não tem uma política de atendimento à saúde daquelas mulheres?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Exclusiva, não! Está em estudo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não tem? Está em estudo ainda...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não tem.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Enquanto isso, as mulheres vão morrendo lá.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Veja só... São duas Secretarias que lidam com isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Secretaria de Saúde e de Justiça.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Nós fizemos articulações, porque nós queremos trabalhar...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas de quem é a responsabilidade: da saúde ou da Justiça fazer o atendimento dessa saúde das mulheres?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – É esse o grande conflito. Mas a saúde, SUS, a saúde SESP e está discutindo isso e pretende sim... Está trabalhando um plano para o Sistema Penitenciário, a começar pela Metropolitana, por Belém...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora conhece o presídio lá? A senhora conhece o presídio? Já foi lá?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não o visitei...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Secretaria de Saúde, o Secretário já esteve lá alguma vez?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Eu não sei lhe dizer se o Secretário foi. Eu não tenho conhecimento de que ele tenha ido.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu sugiro que vocês façam uma visita lá para que, realmente, se tome providências, porque aquelas mulheres estão com... Inclusive, faço esse pedido a vocês todos que estão aqui, a todos os servidores que estão aqui e todos os Secretários que estão aqui: visitem esse lugar que chamam de Centro de Reeducação, onde não existe nada de reeducação e a saúde é completamente ausente. Quem está lá como servidor é digno de pena, porque se eu estivesse na situação daqueles servidores eu não teria a menor coragem de sair de casa para trabalhar. Sem infraestrutura nenhuma, num lugar totalmente insalubre. É um negócio horroroso.

Eu faço aqui este apelo a vocês para que conheçam o presídio feminino aqui do Estado do Pará. É colocar essas mulheres para morrer lá sem nenhuma assistência. A alimentação é inadequada, tudo é inadequado. A saúde não existe ali, Drª Conceição. Então, nós vamos tomar providências com relação a isso.

É preciso haver uma ação imediata aqui do Estado do Pará. Parece-me que a Saúde não se sente responsabilizada por aquilo ali. A Justiça também não se sente responsabilizada. A senhora não está conseguindo explicar aqui para nós se tem uma política de atendimento para as detentas. Isso é muito grave. É muito grave!

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não, não é que não estou conseguindo. Essa política não existe, ela está em processo de construção.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então não existe. Então está claro: não existe uma política de atendimento à saúde das mulheres detentas.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não existe. Nós estamos discutindo isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há mulheres grávidas, mulheres jovens, mulheres com deficiência. É muito grave.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Mas, veja só, ontem à noite, eu não li, ainda não abri esse relatório. Eu pedi um relatório ao Município de Ananindeua, para me dizer como estava a situação de lá. Eu não conheci o espaço, mas eu recebi um relatório que tem fotos, do Ministério Público. Realmente, as condições de lá são degradantes, nós sabemos disso. Por conta de tudo isso, nós nos reunimos com a Susipe, com o Município onde está, porque a nossa preocupação não é só com essa, doutora, mas com as demais também, com os outros Municípios onde temos mulheres em sistema penitenciário. Então, estamos começando essa discussão, para se criar uma política pública, porque ela não existe, mas nós estamos iniciando por um plano de trabalho.

Pelo que é de meu conhecimento, esse relatório que recebi ontem, que ainda não li, eu posso repassar-lhe, porque o Município de Ananindeua está me dizendo no relatório o que eles fizeram. Nós estamos cobrando deles, porque essas mulheres estão dentro da abrangência do Município de Ananindeua. O Estado vai ajudar nesse sentido, mas o Município também...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas ali tem uma despesa de todo o Estado, não é o Município que toma conta dessa demanda.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Mas eu desconheço, porque foi colocada a situação das mulheres grávidas, a necessidade do pré-natal...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O sistema prisional, Drª Conceição, é de responsabilidade do Estado. Ali há mais de 600 mulheres presas de todo o Estado. Portanto, não é de responsabilidade de um Município dar conta daquela demanda.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não, não estou dizendo...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O que o Estado pode fazer é parceria com os Municípios, para que eles possam entrar e ajudar. Mas o Estado não pode se abster dessa sua responsabilidade de cuidar daquelas mulheres, em todos os aspectos, não só na saúde. É na saúde, na assistência, na educação, no trabalho. Há mulheres ali que estão trabalhando fora e estão voltando. Quem é responsável por isto?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Veja só...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Como é que essa política se dá?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Veja só, mas aí a senhora está passando a responsabilidade toda para a Saúde, o sistema é em rede. Nós trabalhamos em rede.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Drª Conceição, por favor, abstenha-se ou pelo menos espere que a Relatora faça o seu raciocínio, as suas perguntas.

Eu sei perfeitamente que a senhora está na sua condição, representando aqui o Secretário de Saúde. Agora, por favor, não se abstenha de informar. A senhora não tem culpa, a senhora faz a sua parte. O Dr. Helio deve estar fazendo...

Eu quero dizer do meu respeito e da minha consideração pelo Dr. Helio. Agora, não transfira a responsabilidade para o Município. Até mesmo porque, se nós formos nos detalhar, eu vou lhe dizer que o Governo do Estado não está passando recursos para Ananindeua. Então, por favor, dê as suas informações devidas. (*Palmas.*) Porque aí nós vamos ter que falar em termos de Estado.

Talvez você me considere até suspeita no que diz respeito a Ananindeua, porque atender 550 mil pessoas, a área de Belém, Marituba, Benevides, não é fácil.

Eu não me vejo aqui como a pessoa que sou, mãe do Prefeito lá, não tenho nada a ver com a questão da administração. Agora, por gentileza, dê as suas informações enquanto técnica, enquanto Secretária. Se o Dr. Helio lhe delegou esses poderes, por favor, repasse os dados. Isso aqui exige seriedade. São dados concretos nos quais poderemos perfeitamente ir a fundo. Talvez isso fique muito ruim não só para você, mas também para o Dr. Helio e até para o próprio Governador, tá? Obrigada.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Eu poderia falar?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Gostaríamos que a senhora concluísse a sua fala, acrescentando as informações que ainda faltam.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Na realidade, acho que a senhora me interpretou errado. Desculpe se eu não soube me expressar. Deixe-me falar-lhe. O Município de Ananindeua, nós não estamos transferindo. Ele está nesse processo conosco, na Coordenação Estadual Saúde da Mulher, que contempla, na nossa política de saúde da mulher, a mulher em situação de prisão. A política Saúde da Mulher contempla a mulher em situação de prisão. Então, nós chamamos o Município de Ananindeua como parceiro nessa discussão. O Município de Ananindeua assumiu uma responsabilidade para nós e, quando pedimos um relatório, foi como parceiros, porque tivemos uma reunião e discutimos sobre isso e que o Estado iria apoiar no que for necessário, tanto é que a Secretaria de Saúde colocou: olha, nós temos dificuldades na questão da rede de laboratório. Então, nós precisamos do apoio de vocês no sentido da garantia dos exames. Então, estamos fazendo como parceria. Não existe essa questão política dentro da área saúde da mulher, na discussão com a área de saúde do Município de Ananindeua.

Então, eu peço à senhora que... Eu acho que teve uma interpretação errônea aí.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não, absolutamente que não.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Não é nesse sentido que a senhora está pensando.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Não, não. E também não me interprete da forma como a senhora está colocando.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Conceição, a senhora já respondeu todas as questões?

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Acredito que sim...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Da minha parte, estou...

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – ...que respondi sim. Agora, só deixar colocando isso daí, que o Estado não está se omitindo nessa questão do trabalho com as mulheres; pelo contrário, existe esse grupo de trabalho, onde já se discute. Nós sabemos dessa situação lá de dentro e estamos preocupados sim – talvez uma intervenção maior –, mas é como eu lhe falei: existe toda uma rede que está envolvida nisso. E a sua fala está colocando como sócia, a saúde não estivesse fazendo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A saúde no presídio é responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, articulando com as demais secretarias, mas a responsabilidade é da saúde.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Mas as condições precárias do espaço físico do presídio não são responsabilidade da área da saúde.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Com certeza. A senhora tem razão.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Essas condições em que elas estão. E a mulher grávida que lhe falou que não fez nenhum preventivo, eu até acredito que ela não tenha feito preventivo, mas me estranha muito, neste momento, essa grávida não ter feito nenhum acompanhamento do pré-natal, porque essa questão foi toda discutida e ficou garantido que todas as mulheres, não só a que está grávida, teriam um acompanhamento do pré-natal. Então, vamos verificar essa situação, porque nos preocupa, para lhe dar uma resposta.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, então, vamos fazer o seguinte para avançarmos.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Sim.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Com relação ao atendimento específico na área da saúde às mulheres do presídio, solicitamos que vocês nos passem um relatório de como está sendo feito o atendimento na área de saúde para essas mulheres, inclusive informando quais são as presas que estão recebendo acompanhamento pré-natal, e que essas informações cheguem para nós até a semana que vem.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Ok.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu agradeço aqui a contribuição que a senhora nos trouxe.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Ok. Muito obrigada. Bom dia a todos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Agradecemos aqui a sua presença.

Solicito que seja convidado o próximo secretário.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO OLIVEIRA – Só gostaria de informar e convidar a todos, se a senhora me permitir: na próxima segunda-feira, estaremos no Cine Olympia. O Secretário de Saúde agendou e estará com todos os servidores da Sesp, homens e mulheres, pelo último dia dos 16 dias de ativismo. Estaremos trabalhando com os nossos servidores da sensibilização pela não violência contra a mulher. Todos e todas aqui estão convidados a se fazer presente às 14 horas do dia 10, segunda-feira.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Drª Conceição.

Eu quero registrar aqui a presença do Tenente Coronel da PM André Luiz de Almeida e Cunha, Superintendente do Sistema Penitenciário.

Em seguida, nós teremos aqui a participação da Dr^a Maria Alves dos Santos, Secretária de Assistência Social do Estado do Pará.

Vinte minutos.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Secretária, só lembrando que há duas perguntas que são gerais, que gostaríamos que a senhora falasse.

Como a Secretaria de Assistência Social se articula com as demais secretarias, para contribuir no processo de diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências contra as mulheres e também com relação ao orçamento em 2012 e 2013?

E faço aqui, também, novas perguntas.

Quantas casas-abrigo existem no Estado e quantas mulheres atenderam nos últimos anos? Há capacitação específica dos CREAs para lidarem com a violência doméstica contra as mulheres? Considerando o mapa da violência e tendo em vista as cidades mais violentas do Pará, pergunto se há CREAs nessas cidades e que políticas preventivas desenvolvem, como, por exemplo, a cidade Paragominas. Há CREAs lá?

Há alguma política para atender às mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas? Como funciona a política de abrigamento de mulheres em situação de violência em Municípios onde não existem casas-abrigo? Quantos centros de referência há nos Estados e qual a sua abrangência? Como está sendo estruturada a migração dos atuais Centros de Referência para o modelo do Pro Paz? Como se dará a absorção desse serviço?

A SR^a MARIA ALVES DOS SANTOS – Quero inicialmente fazer uma saudação à Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Em seu nome, quero saudar também a Deputada Federal Elcione Barbalho, o nosso Vereador Abel Loreiro; fazer uma saudação ao Deputado Alfredo Costa, à Vereadora Marinor.

Saudando toda a Mesa, quero fazer uma saudação às instituições, às lideranças aqui presentes a esta audiência pública, que, na verdade, transforma-se também numa oitiva, a partir do momento em que as pessoas estão sendo chamadas para prestarem depoimentos.

Quero inicialmente dizer que estou à frente da Secretaria Estadual de Assistência, há pouco tempo. Iniciei, atendendo à convocação do Sr. Governador no ano passado, no início do ano.

A Secretaria de Assistência tem como missão o acolhimento. Então, vou me ater à missão da Secretaria Estadual de Assistência.

Quero dizer que tomei um susto muito grande, quando assumi a Secretaria, pelas condições das unidades de acolhimento. E aqui não quero entrar em detalhamento, a não ser que seja necessário, para atender a um apelo do Governador Simão Jatene, no

sentido de não administrar, olhando pelo retrovisor, mas olhando para frente.

Então, atendendo a esse apelo, quero falar das providências que estamos tomando, minha cara Senadora, e ver se, dentro desses esclarecimentos, a gente vai encaixando o que está aqui na relação de perguntas.

Bem, nós temos... Quantas casas de abrigo existem no Estado e quantas mulheres temos atendido ultimamente? Primeiro, quero dizer que a única casa com atendimento ao acolhimento era Belém. E ontem V. Ex^{as} tiveram oportunidade de ver como ela era antes. É uma pena que o tempo não tenha sido suficiente para conhecer o funcionamento dela hoje. Então, estamos trabalhando para que essa casa seja um laboratório, uma unidade em que as outras unidades possam também se espelhar, passando por estágios sempre que for necessário.

Bem, de lá para cá, além de melhorar as condições do abrigamento de Belém, nós procuramos reestruturar a unidade de abrigamento de Santarém, atendendo à orientação do MDS no sentido de mudar a modalidade. Em vez daquela unidade que funcionava no fundo da DEAM, o que não é mais aconselhável, devemos trabalhar em unidade por aluguel.

Esse revezamento, de vez em quando, deve ser possível até para não expor essas mulheres a uma situação maior de risco. Então, nós optamos por alugar uma unidade em Belém. Não posso tornar público o local, por uma questão de segurança. A mesma coisa fizemos em Santarém. Na medida em que o Estado estrutura uma unidade do Pro Paz, com o pensamento de formar essa rede de atendimento, estruturamos também a unidade de abrigamento. Aí, então, comunicamos às autoridades: Juizado, Ministério Público, enfim, às autoridades do Município para, quando for necessário, a unidade seja acionada. Pessoalmente, levamos a gerente até as autoridades para conhecimento.

Portanto, além de Belém e Santarém, já estamos em providências finais para a estruturação da unidade de Altamira, considerando a complexidade decorrente do processo migratório que vive a região de Belo Monte. Altamira, então, é o centro de Belo Monte e enfrenta um processo migratório muito forte. Enfim, estamos trabalhando a estruturação de Paragominas, por exemplo. Estamos acionando uma unidade por aluguel, para abrigamento.

A mesma coisa estaremos fazendo em Breves, na região de Marajó, entendendo que se trata de uma região de extrema necessidade de uma unidade de abrigamento. Como já estava prevista também uma unidade do Pro Paz, para a atenção mais integrada, já vamos, na semana que vem – sexta-feira embarca-

rei à noite para lá –, fechar o aluguel da casa para a estruturação da unidade de abrigamento.

Em Marabá, ela ainda funciona naquele modelo antigo, mas vamos mudar, assim que houver a instalação da unidade do Pro Paz. Passaremos, então, para outra unidade.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Maria, não tivemos oportunidade de visitar a casa abrigo aqui de Belém. Não foi possível, em função do tempo. No entanto, as informações que nos chegaram é de que continua funcionando em espaço inadequado, distante das metas nacionais. São essas as informações que nos chegaram. Então, a minha pergunta é: o que vocês pretendem fazer para adequá-la às reais necessidades de atendimento digno?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – A impressão que tenho, perdoe-me, é de que quem passou essa informação talvez não tenha tido conhecimento após a mudança. Talvez esse conhecimento tenha sido antes da mudança. Eu convidaria quem passou essa informação... E estou pronta para ir junto, a qualquer momento, para fazer uma visita à unidade atual, porque eu tenho procurado... (*Palmas.*) de forma minuciosa... Pensa numa pessoa que gosta de cumprir com as obrigações! Eu tenho procurado, de forma minuciosa, fazer o que manda a Nacional. E, se houver ainda alguma falha, eu faço questão de complementar e tomar as providências necessárias. Faço questão! (*Palmas.*)

Quanto à capacidade...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A capacitação dos servidores.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Sim, a capacitação. Desculpa.

É uma preocupação nossa – sabe, gente? –, até por uma questão de responsabilidade para com a sociedade, não abrir uma unidade dessas sem que as pessoas passem por um processo de capacitação. Imagina uma pessoa aplicando uma injeção sem ter noções de primeiros socorros. Eu acho que é um desrespeito. Assim, da minha parte, eu não tenho o menor interesse, enquanto estiver à frente desta Secretaria, de praticar um ato dessa natureza.

Então, para cada unidade de abrigamento que abrimos, a primeira coisa... Nós temos, na Secretaria, uma diretoria que cuida da alta complexidade – e isso em relação ao abrigamento de mulheres e outras áreas também.

Agora, essas pessoas passam por uma capacitação lá, e nós trazemos a equipe também para cá, já que, aqui, nós temos outros instrumentos para garantir esse treinamento, o que nem sempre está disponível lá na unidade. Então, nós estamos fazendo as duas coisas.

Eu desaconselho alguém a abrir uma unidade... A comparação que eu faço é a seguinte: ninguém tem o direito de abrir um posto de saúde sem que a equipe seja preparada, porque dói... (*Palmas.*) Dói muito uma injeção aplicada por quem não tem o mínimo de conhecimento. Então, faço essa comparação.

É de extrema necessidade cuidar disso da melhor forma possível. Não abrimos uma unidade sem que as pessoas passem por esse processo de capacitação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora está se referindo aos CREAS, não é isso?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Unidades de abrigo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A minha pergunta, agora, é sobre se há capacitação específica para os servidores dos CREAS lidarem com a violência doméstica...

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Também.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ... contra as mulheres.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Então, aqui no Estado do Pará, minha cara Senadora, nós temos quatro CREAS regionais... Alias, três CREAS regionais criados, dois com vínculo direto com Brasília. São dois localizados em Marajó e um em Soure, que cuida de todos aqueles Municípios em torno de Soure. E temos outro em Breves.

Nós estamos com ações itinerantes extremamente interessantes. A equipe viaja pelos Municípios. Nós estamos até tentando ver, porque a experiência está sendo avaliada de forma positiva pelo MDS... Nós tivemos uma reunião, e o MDS concordou. Começamos por Breves e, agora, já estamos começando em Soure também essa ação itinerante. Já que cabe à Secretaria essa atenção à mulher em situação de violência, nós estamos com um foco voltado muito a essa questão.

Aliás, eu tenho visto algo impressionante nesse meu tempo à frente da Secretaria; eu tenho presenciado o que eu nunca havia tido a oportunidade de presenciar na minha vida. A mulher nem sempre tem condições, porque ela tem medo de falar e, depois, o agressor pega-la lá na frente. Impressionante! E, ao pé do ouvido, a gente acaba ouvindo melhor.

Assim, nós estamos com essa ação, através dos CREAS. Esses nossos CREAS, aos poucos, serão transformados, com exceção dos de Marajó, em Regionais da Assistência, o que vai ser algo interessante. Já que o Pará é de uma dimensão enorme – e faz bem –, a gente vai transformá-los em unidades regionais, com equipes. Essas nossas equipes dos CREASs passaram por treinamento na fase inicial e passam por reciclagens permanentes. E uma coisa que tem feito muito bem para nós é que nós não abrimos mão

de participar de todas as capacitações da Nacional. Agora, por exemplo, há equipes em vários Estados da Federação brasileira. São eventos e capacitações convocados pelo MDS dos quais temos feito questão de participar.

Há os CREASs estaduais e municipais.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu gostaria que a senhora falasse da capacitação específica com relação à violência contra a mulher. É isso que eu quero saber. É esse o tema. Há capacitação específica para atender às mulheres em situação de violência?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Há capacitação específica. Dentro do processo de capacitação, o nosso foco em relação à mulher é muito direcionado. Então, quando a nossa equipe atua, o foco da capacitação é diretamente a mulher.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Considerando os dados do mapa da violência que já informamos aqui, pergunto se há CREASs nessas cidades onde os índices de violência contra a mulher são muito altos. Que políticas preventivas são desenvolvidas? Estou só seguindo as perguntas que já fiz.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Logo no início, houve toda referência ao Município de Paragominas. Agora, nós estamos estruturando... Lá há um Creas municipal. E nós estamos buscando uma relação maior com esse Creas no sentido de garantir a efetivação maior dessas políticas em atenção à mulher. Agora, já vamos estruturar o abrigo exclusivo de mulheres, para atender não só Paragominas; a ideia é atender a região, todos os Municípios que estão em torno de Paragominas. O Estado não terá condições de estruturar uma unidade como essa em cada Município, já que cada unidade não custa menos de R\$50 mil por mês. O custo é de, no mínimo, R\$50 mil por mês. Então, não poderá ser municipal, mas poderá ser regional, dentro de uma atenção regional.

A estruturação desse abrigo de mulheres de Paragominas vai acontecer nos primeiros meses do ano, a partir de janeiro. Por enquanto, nós estamos na fase de busca da casa para aluguel. Há um abrigo, há uma unidade lá, mas nos mesmos moldes desse que o MDS não aconselha mais. Por isso, nós vamos partir para uma unidade em caráter de aluguel.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A Secretaria tem alguma política pública para as mulheres que vivem na região de Belo Monte?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Sim! Recentemente, fui, pessoalmente, a Altamira, aonde tenho ido por várias vezes. E tive a oportunidade de me reunir, pela segunda vez, com as mulheres do movimento de mulheres da região da Transamazônica, que, por sinal, é um grupo bastante atuante. Acontece algo interes-

sante: se há um pico de energia, no outro dia, elas já estão lá. Elas acompanham, de forma permanente, o funcionamento da unidade de abrigo e também da DEAM da região de Belo Monte.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas há alguma política preventiva nessas regiões? Sabemos que os índices de violência sexual contras as mulheres nessas regiões é muito alto.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – É enorme, é altíssimo!

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas há políticas preventivas nessa área?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – É isto o que quero dizer: o abrigo nosso, nós o encontramos desativado, sem funcionamento, e o que nós estamos fazendo agora é reativá-lo, retomando o seu funcionamento, não mais nos moldes antigos, mas por aluguel. A partir daí, estamos estruturando melhor essa atenção em relação à mulher.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu não me estou referindo à casa abrigo, eu estou me referindo a políticas preventivas.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Quanto às políticas preventivas no que diz respeito à atenção da Secretaria, o que cabe à Secretaria? O acolhimento. Agora, dentro do acolhimento, eu quero dizer que a atenção é integral. A nossa equipe é completa, com psicólogo, com assistente social, com pedagogo, enfim, com equipe completa, que é o acolhimento. É o que cabe à Secretaria de Assistência.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora, por exemplo, tem conhecimento se o Governo do Estado aqui, independentemente da Secretaria de Assistência, tem políticas de enfrentamento a essa situação de violência contra as mulheres, para impedir que essas mulheres sejam abusadas sexualmente? Porque esse é um dado que nacionalmente todo mundo conhece: as mulheres, nessas regiões de grandes projetos, têm muitos problemas com a violência sexual. O Governo do Estado tem políticas de enfrentamento para que essa situação seja resolvida ou, enfim, tem políticas de prevenção a essa situação?

Eu gostaria que a senhora aproveitasse, na sua fala, para nos informar se há recursos previstos para isso. Se a senhora tem essas informações. Talvez a senhora não tenha valores, mas se há recursos previstos para atender as mulheres e impedir a violência sexual.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Quero afirmar que sim. O Estado do Pará tem diversas ações nas várias secretarias de Estado com essa missão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora pode citar algumas dessas ações?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Eu posso citar o que está diretamente ligado à Secretaria de Assistência, que é vinculado ao acolhimento à mulher no seu todo.

Agora, eu posso dizer a V. Exª que recentemente nós tivemos uma reunião com o Governador, e eu me lembro quando ele disse: “Unifiquem essas ações”. E as secretarias de Estado estão com a missão de tentar unificar essas ações, para que, em qualquer momento que alguém fizer a pergunta que V. Exª faz hoje para o Estado, o Estado possa mostrar esse cenário como um todo.

Então, eu vou informar a V. Exª por escrito – faço questão de fazer isso –, buscando as ações...

(Manifestação das galerias.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Psiu!
Secretária, continue.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Minha cara Senadora, a minha origem é dos movimentos. Tive a honra de iniciar a minha vida de trabalho como liderança comunitária. Depois, por força desse trabalho...

SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, eu gostaria que a senhora se detivesse às respostas, por causa do nosso tempo. Nós estamos com o tempo muito espremido.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Pois não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu gostaria que a senhora continuasse dizendo o seguinte: se há também políticas de atendimento às mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas. A Secretaria da senhora, a Secretaria de Assistência Social como é que atende as mulheres indígenas e as mulheres ribeirinhas?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Pois não. Eu só queria que V. Exª me permitisse pedir respeito por uma história que foi construída com sacrifício. Eu queria que V. Exª me permitisse isso. *(Palmas.)*

À frente da Secretaria, eu tenho me esforçado bastante nesse sentido, e a população ribeirinha carece de uma atenção muito especial.

Nós estamos construindo agora, aderindo o Brasil Sem Miséria ao “Pacto pelo Pará sem Miséria”. Dentro desse pacto, minha cara Senadora, nós pretendemos dar um foco maior a essas mulheres que estão na região ribeirinha, e grande parte delas está vinculada à comunidade quilombola.

Nós estamos começando pelas comunidades quilombolas da região de Salvaterra. Pegamos um pequeno recurso que havia na Secretaria de Assistência e o vinculamos a várias comunidades quilombolas. Lá, nós estamos, quem sabe até, trabalhando um modelo que, a partir dali, possamos nos reunir com outras comunidades quilombolas e ribeirinhas e construir, apro-

veitando o que o Estado já tem, metas que venham a fortalecer um pouco mais essas comunidades que, a meu ver, carecem de uma atenção muito especial por parte do Poder Público municipal, estadual e, por que não dizer, por parte do Poder Público federal. Acho que a união desses órgãos vai contribuir muito para que nós possamos responder, de forma satisfatória, a esse desejo dessas pessoas, que é de receber uma atenção maior por parte do Poder Público.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, mais uma pergunta: o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todos os Estados da Federação já assinaram, inclusive o Estado do Pará. A senhora teria como falar, em breves palavras, se esse Pacto está realmente sendo cumprido ou se há alguma dificuldade no cumprimento dele?

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Nós estamos já o cumprindo em parte, mas eu acho que ainda é insuficiente. O governo Simão Jatene tem menos de 2 anos, agora neste segundo mandato, mas nós pretendemos, até o final, avançar no cumprimento dessas metas que foram estabelecidas quando foi assinado o Pacto com o Estado do Pará.

Eu posso afirmar, Senadora, da nossa vontade. Nosso tempo na Secretaria de Assistência não vai ser tão longo, porque eu vou estar de volta ao meu mandato a partir do ano que vem. Mas posso falar da nossa dedicação. E torço para que a pessoa que venha depois de mim leve isso adiante.

Eu posso dizer a V. Exª que uma coisa muito gratificante é a relação entre nós e os órgãos do Governo Federal. Eu diria a V. Exª que é muito pelo cumprimento das responsabilidades. Tem sido uma relação muito sadia. E a gente tem conseguido, de certa forma, extrapolar essa condição pessoal, partidária, e muito além, em defesa de tudo aquilo que traga benefício de fato para a sociedade.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Pergunto à Presidenta se tem alguma pergunta, porque da minha parte já fiz todas que deveria fazer.

E eu, particularmente, agradeço à Drª Maria Alves, que está aqui falando como Secretária de Assistência Social.

Obrigada pelas informações.

A SRª MARIA ALVES DOS SANTOS – Eu é que agradeço imensamente a oportunidade. Obrigada, gente. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Eu quero dar o meu testemunho aqui...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu só peço uma... Por favor, Presidenta, só para informar aqui.

É sobre a informação que passei antes, da Casa Abrigo aqui de Belém. Recebi agora há pouco que são

duas Casas Abrigos que existem em Belém, uma é estadual e a outra, municipal.

A informação que chegou à Mesa não estava explicitada, mas é referente à Casa Abrigo municipal. Então, fica esclarecida aí a dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Eu só gostaria aqui de dar o meu testemunho sobre a ex-Deputada Tetê e pedir, mais uma vez, a compreensão da plateia, para que se mantenha tranquila a fim de que a gente possa acompanhar as colocações feitas aqui e que não haja esses confrontos, o que torna o ambiente muito pesado. E nós não gostaríamos, de forma alguma, de tomar algumas medidas.

Peço desculpas, Tetê, pelo que ocorreu. Estamos aqui para somar.

Eu chamaria agora a Drª Raimunda do Carmo Gomes Noronha, a nossa Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ela indicou a Drª Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, a quem eu pediria que participasse conosco. *(Palmas.)*

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Maria de Nazaré, peço licença à senhora, mas eu vou aqui fazer outro registro antes de lhe fazer as perguntas.

Em função da ausência do Secretário de Justiça e Direitos Humanos aqui do Estado, o Dr. José Acreano Brasil Júnior, que não está aqui nem tem representante, eu vou fazer as perguntas, para que vocês saibam o que iríamos perguntar para ele, e vamos definir que ele tem um prazo de 7 dias para nos encaminhar essas perguntas para a CPMI.

E eu vou levar para a reunião da CPMI a sugestão de fazer a convocação do Dr. José Acreano, mas as perguntas que eu teria a fazer para ele, além daquelas duas iniciais, que todos estão respondendo são:

Quais são as políticas desenvolvidas para enfrentar a violência contra as mulheres indígenas, negras e quilombolas?

Como a Secretaria de Justiça se articula com a Secretaria de Segurança na formulação de políticas de prevenção às violências contra as mulheres?

A CPMI visitou o Centro de Referência, que está em um prédio em péssimas condições, com goteiras, sem luz, sem nenhuma condição de atendimento adequado às mulheres. Fomos informadas de que um novo centro de referência irá funcionar no Pro Paz. Gostaria de saber quando, efetivamente, a nova estrutura estará disponível para as mulheres. Realmente, no prédio onde funciona o Centro de Referência, você precisa escolher as salas onde vai fazer o atendimento, porque não há nenhuma sala funcionando, com exceção de uma, onde toda a equipe está localizada, uma equipe altamente reduzida e que não tem a mínima condição de funcionar. Então, nós gostaríamos de saber quando,

efetivamente, a nova estrutura estará disponível para as mulheres. Que providências a Secretaria está tomando para resolver a situação caótica do presídio feminino?

Então, essas perguntas nós queremos que o Secretário nos responda em Brasília.

Há uma outra pergunta: as mulheres estão denunciando o aumento de violência na região do Xingu, em Belo Monte, e o aumento de crianças e adolescentes em situação de prostituição na região. O Pará tem alocado recursos e ações para isso? Ou está usando em parceria com a Norte Energia os recursos financeiros que ela disponibilizou? Ou seja, a pergunta é: no Estado do Pará, recursos públicos estão sendo destinados para essa região do Xingu no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, mas também com relação à prostituição não só de crianças, mas de mulheres? O Estado tem alocado recursos públicos para o enfrentamento ou se está utilizando apenas os de parcerias com a Norte Energia? *(Pausa.)*

Eu quero aqui fazer um registro, também, que acho que a nossa Presidenta poderia fazer.

Enquanto isso, vou passar as perguntas para a Desembargadora, Drª Maria de Nazaré, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Senadora, eu gostaria, inicialmente, de me apresentar, embora V. Exª já tenha referido. Meu nome é Nazaré Saavedra. Sou desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado, estou na Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, representando o Tribunal. A Coordenadoria funciona como se fosse uma assessoria à Presidente.

Quero dizer que estou há pouco mais de um ano nessa Coordenadoria. A minha designação foi feita em agosto de 2011, inicialmente para a Coordenadoria Interinstitucional para Estudo e Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher. E, dando cumprimento à Resolução nº 128 do CNJ, que deveria criar uma coordenadoria estadual, essa coordenadoria foi criada e, como eu já estava à frente da Coordenadoria Interinstitucional, fiquei responsável pela Coordenadoria Estadual.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Muito obrigada, Drª Nazaré.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Quero enfatizar também, Excelências, que a Coordenadoria trabalha no próprio gabinete. Não temos ainda pessoal para desenvolver o trabalho. Todo o trabalho é desenvolvido com os meus assessores, e, na verdade, para eu desenvolver um trabalho desses, eu tenho de parar o meu trabalho no gabinete. A assessoria que está aqui é a assessoria do meu gabinete, os assessores, na verdade, do desembargador, e

que a gente, na verdade, tem feito todo o possível. As pessoas aqui já me conhecem, através de encontros, através de seminários, através de ações educativas, e, no decorrer dessas informações, posso responder inclusive como coordenadora estadual e estou representando a Presidente do Tribunal de Justiça e, claro, vou falar pela Presidente dentro daquilo que, na verdade, eu tiver condições de responder. Se V. Exª me der oportunidade, eu gostaria, depois de passar o vídeo que está aí na tela... que, na verdade, é o trabalho que a gente vem desenvolvendo junto à sociedade civil, junto aos operadores do Direito, juntamente com as redes, um trabalho que é desenvolvido numa ação conjunta, como determina o art. 8º da Lei Maria da Penha, em conjunto com o Ministério Público, a Defensoria Pública, numa ação coordenada, porque é dessa maneira que você pode conseguir enfrentar a violência contra a mulher. A gente, na verdade, não vai dizer que está tudo 100%, mas a gente procura chegar a isso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Maria de Nazaré, nós vamos levar ao conhecimento do CNJ a falta de estrutura da coordenadoria. Acho que é importante o CNJ também se manifestar.

Então, vamos combinar o seguinte: nós temos uma série de perguntas, eu vou proceder da mesma forma que procedi com os secretários e secretárias, vou fazer todas as perguntas e, na hora de fazer a apresentação, a senhora talvez já possa ir respondendo essas perguntas durante a própria apresentação.

Primeiro, as informações que nós recebemos aqui do Poder Judiciário não estão desagregadas por ano, conforme nós solicitamos. Por isso, solicito que as informações sejam reenviadas à CPMI conforme os nossos requerimentos, ou seja, que essas informações sejam desagregadas ano a ano para que possamos ter respostas que possam estar de acordo com as demais informações que nós obtivemos dos outros Estados.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, a esse respeito, eu posso informar o seguinte: o ofício que foi enviado à presidente e que nós tomamos conhecimento, e na verdade tomei a frente da coleta desses dados no mês de junho e julho, ainda de férias – eu estava de férias no mês de junho e julho – e preocupada realmente com esse levantamento que a CPMI pedia, voltei ao tribunal e fiquei o mês de junho e julho de férias juntamente com meus assessores e com outros assessores da informática na coleta desses dados. E como o ofício pedia os últimos 5 anos ou os últimos 12 meses, nós nos concentramos nos últimos 18 meses, até julho. Foram esses os dados que foram enviados. Porque eu entendi que, como essa visita da CPMI poderia vir de imediato, nós nos concentramos nesses 18 meses, até porque havia uma abertura no

ofício para que esses dados fossem coletados senão dos últimos 5 anos, pelo menos dos 12 últimos meses. Então, essa coleta foi feita dessa forma.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A nossa assessoria está nos informando que, nos dados que nos foram repassados, não está especificado ano a ano. Por exemplo, 2009, 2010, 2011. É isso o que a gente quer, essa desagregação.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Exatamente por isso, Excelência. Eu estou falando que os dados foram referidos até julho de 2012, portanto, os últimos 18 meses: janeiro de 2011 até julho de 2012. Foram esses os dados repassados.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nós queremos os dados mensalmente, por ano...

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Mesmo sendo dos últimos 12 meses?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Isso, mensalmente.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Nós colocamos aqui também – nós estamos com a informática aqui instalada – que o problema maior, e acredito que isso ocorra em todos os Estados, é exatamente a fidelidade desses dados, em razão do programa... Vamos supor: nós fizemos vários levantamentos. Depois, nós começamos a fazer por vítima.

O CNJ, através da Resolução 46, fixou a tabela unificada; ele não trouxe essa obrigatoriedade da identificação por vítima. Não há essa obrigatoriedade. Inclusive nós pedimos agora à Presidente que levasse aos corregedores, nós temos inclusive essa decisão já, que levasse ao CNJ, para que fosse obrigada essa... O que acontece? Vamos supor, o tribunal do júri, eu fui até ao colega que faz tribunal do júri e ele disse: Nós não temos. Nós vamos pelo agressor. Nós vamos pelo autor. Nós não vamos pela vítima.

Então a dificuldade de se coletar esses dados, na verdade foi isso, mas nós fizemos várias formas de se coletar esses dados e, na verdade, mandamos o ...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora depois complementa naquilo que for possível, as informações solicitadas pela CPMI.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Isso, tudo bem, Excelência.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Está bem, Drª Nazaré?

Então vou fazer as perguntas, e aí, na apresentação da senhora, na medida do possível, já vai respondendo às perguntas.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Senadora?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Gostaria de convidar a Deputada Ana Cunha para se fazer presente aqui, participar da mesa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, a senhora está com as perguntas em mãos.

Quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, como eu disse...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu vou ler todas elas e a senhora vai respondendo. Eu pediria que fosse de forma breve por causa do nosso tempo, nós temos ainda dois órgãos para serem ouvidos.

Há apenas três varas de violência doméstica na capital, todas com número excessivo de processos. Essas varas, em virtude do número de processos, deixaram de realizar a competência cível conforme determina a Lei Maria da Penha. No entanto, há sete varas de família com número de processos muito menor.

Pergunto: Como o tribunal pensa em resolver o problema? Há previsão para a criação de juzgados especializados ou novas varas? O tribunal já analisou a possibilidade de transformar varas de família em juzgados de violência?

Há 3 varas de violência doméstica, mas apenas um juiz titular na 2ª Vara, que acumula competência com a 3ª Vara; a juíza da 1ª Vara também não é juíza titular – que inclusive está aqui, não sei se ela continua. Está aqui –. Essa situação prejudica a prestação jurisdicional às mulheres em situação de violência. Como o tribunal pretende resolver essa situação? E no interior, há previsão de criação de varas especializadas?

Constatamos que a equipe multidisciplinar possui um número reduzido de profissionais, considerando o número de processos em tramitação nas três varas. Há previsão para ampliar essa equipe? Como os juízes da Vara de Execução Penal têm atuado para garantir o direito a um tratamento humano às mulheres em situação de prisão? Os juízes da execução costumam visitar a casa de detenção das mulheres e verificar *in loco* suas condições de funcionamento e estrutura? Há capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha?

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Respondendo a primeira pergunta: Como a Coordenadoria estadual está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? Excelência, como disse, estou na Coordenadoria há pouco mais de 1 ano e nesse período nós destacamos a criação de canais de comunicação e cooperação com parceiros e as redes de atendimento, através de reuniões

periódicas, de palestras, de visitação a abrigos, a delegacias, audiências públicas.

Então, essas reuniões, as reuniões que nós fazemos, periodicamente, reuniões periódicas do grupo interinstitucional de trabalho e prevenção à violência doméstica e família contra a mulher, e temos aí, se V. Exª puder olhar a tela, os juízes das varas, os representantes do Ministério Público, a Defensoria Pública, e essa reunião é feita periodicamente, mensalmente para os juízes trazerem os problemas.

Nós, inicialmente, quando assumimos a Coordenadoria, na verdade, hoje nós temos seis funcionários na Vara, nós procuramos implementar essa Vara, mas a Drª Fátima, que foi ouvida ontem, deve ter dito que nós não tínhamos esse número de funcionários.

Hoje, V. Exª já visitou a Vara e viu que a Vara realmente está sendo saneada, pelo menos com seis. O que podíamos dizer a esse respeito? Acredito que sim, porque tem um concurso público e o Tribunal está chamando; e esse pessoal que está lotado na Vara, na Secretaria já é resultante desse concurso e foram chamados. Então, as reuniões para ouvir o problema dos colegas, inicialmente concentrávamos lá na sala da 1ª Vara e, depois, nós trouxemos... Junto ao Diretor do Foro e da Presidência, conseguimos aquele complexo lá em cima, conseguimos colocar as três varas lá para cima. E o trabalho, o espaço foi maior porque o espaço era muito pequeno e, assim, estamos trabalhando.

Essas bases de atuação, no que tange justamente a essas necessidades estruturais das varas no sentido de fomentar o diálogo com os servidores, tudo isso está sendo feito, mesmo em pouco tempo que a gente tenha, mas a gente se dedica, por exemplo, passo no Tribunal a maior parte da minha vida. Eu passo o dia todo. Nós saímos de lá... Meus assessores almoçam lá, todos andam com quentinha, levam quentinha, eu almoço no tribunal e os meus assessores almoçam no tribunal para a gente poder dar conta desse recado.

Então, os colegas das duas varas... Então, respondendo... Não sei se respondi à pergunta de V. Exª com referência a esse trabalho. Em 2013, o CNJ exige que a gente mande o planejamento 2013 até o dia 20 de dezembro. Então, esse planejamento do trabalho que vai ser realizado durante 2013 já está quase pronto para ser enviado para o CNJ.

Três varas de violência doméstica, todas com número excessivo de processo. Muito bem, Excelência. Aqui no Estado do Pará era o único que trabalhava com cível e criminal. E as varas estavam – a Drª Fátima deve ter relatado a V. Exªs –, superlotadas com os crimes de menor potencial de pena prescrevendo. Então, os juízes que a antecederam, a Drª Rosa e a outra juíza, Drª Fabíola, fizeram uma exposição de motivos, mos-

trando inclusive julgados do STJ, do Supremo nesse sentido: de que as varas poderiam concentrar somente o criminal e que poderiam dar atenção maior a esse detalhe e, na verdade, não...

Isso aqui é um seminário de enfrentamento da violência doméstica familiar contra a mulher que realizamos aqui. Assumimos a Coordenadoria em agosto e realizamos no dia 30/09, foi em nível estadual, mas teve repercussão nacional porque trouxemos aqui juizes do Ceará, do Rio de Janeiro e de Mato Grosso numa troca de experiências, numa troca para ver como funcionava lá, como é que podíamos melhorar aqui e tudo o mais. Esse foi o funcionamento, temos ali os delegados, a delegada da DEAM, temos o Ministério Público, temos a defensora pública do homem, que está lá também. Então, procuramos trabalhar dessa forma para, na verdade, procurar um resultado melhor em uma ação integrada com os poderes.

Muito bem. Então, está explicado porque saiu o cível. Uma das varas, que foi a 3ª Vara, era uma vara cível e a Presidente transformou na 3ª Vara.

Nós temos, eu acredito que sim, porque isso faz parte do planejamento estratégico da Presidência, a criação de varas, porque depende de orçamento e tudo o mais. Mas eu quero até dizer para a Deputada Elcione que agora vai ser instalada a 11ª Vara em Ananindeua. Ela foi uma das que fez o pedido para instalar uma vara da mulher, contra a violência doméstica, com competência para apreciar a violência doméstica e essa vara, Deputada, está sendo instalada, já foi designada e, até o final do ano, a Presidente está inaugurando a 11ª Vara com competência para apreciar. E nós tivemos, no último...

(Interrupção do som.)

...no lançamento da campanha Compromisso e Atitude, fizemos um apelo ao Secretário de Segurança para que levasse para lá, para Ananindeua, uma DEAM, já com uma vara específica, uma vara para tratar desse assunto. Para tratar do assunto da violência contra a mulher, teria que haver, na verdade, uma DEAM.

Então acredito que o tribunal realmente vá resolver esse problema. Esse número de processos eu acredito que esteja bem reduzido, porque saíram mais de 10 mil processos da vara criminal para a vara cível. A competência era da vara cível. Não sei se ela vai transformar uma vara cível em criminal, mas, com certeza, há outras varas.

E a Presidente, na verdade, é sensível a esse problema. Tudo que eu estou levando, que eu levo, como coordenadora, a situação que eu levo ela está pronta a ajudar, sempre esteve. Agora, sabemos que o tribunal trabalha com orçamento.

Quanto a esse pessoal, foi mais educativa a experiência que foi feita na praça. Está lá. Em conjunto com o Poder Executivo estadual e o Poder Executivo municipal, no sentido de conscientizar, no sentido de divulgação da Lei Maria da Penha e de conscientização. Então, contamos com esse espaço e essa tenda, e tudo o mais, para poder distribuir material.

V. Exª está recebendo uma pasta com todo o material – eu entreguei aí –, com todo o material de divulgação que nós fazemos da lei, todo o trabalho, o CD onde estão todas as fotos de todo esse trabalho que o tribunal vem desenvolvendo através da Coordenadoria da Mulher. E acredito, sim, que a Presidente...

Quer dizer, a Presidente está chegando ao final da gestão, mas já tem uma outra gestão pela frente, a partir de 2013, e acredito também que a Drª Najla, que foi eleita Presidente, é muito sensível a essa ação de enfrentamento da violência contra a mulher. Acredito que ela vá...

Outra coisa, a informação que esqueci de dar. Nós não temos, na vara criminal, competência cível. Mas tem competência do júri. A vara faz júri. As três varas fazem júri.

Respondendo, há três varas, mas apenas um juiz titular na 2ª Vara, que acumula competência com a 3ª. O juiz titular da 3ª Vara é titular da vara, acredito que agora deva assumir, porque ele está auxiliando a Corregedoria. É juiz auxiliar da Corregedoria da área metropolitana, é titular da vara, mas está auxiliando a Corregedoria, por isso não está na vara. Acredito que como a corregedora agora vai sair, ele ocupe a vara.

Também não acho que essa situação prejudique a prestação jurisdicional, porque nós estamos à frente dessa 3ª Vara, acumulando a 2ª Vara, um juiz que realmente é diligente e que, apesar de ser homem, assumiu a vara, vestiu a camisa, inclusive é juiz auxiliar da Coordenadoria, o Dr. Otávio, aqui presente.

E no interior, há previsão de criação de varas especializadas?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, antes que a senhora avance. Há prazo para ter mais juizes para que o juiz não acumule a 2ª e a 3ª Varas?

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, tem um concurso público para juiz, porque a deficiência, no Estado, realmente é muito grande. E o concurso está aí, o Presidente está chamando. Eu acredito que não haja, porque... Não posso lhe responder o tempo que pode vir, mas podemos conversar com a Presidente, mostrar que, na verdade, pode haver prejuízo a essa situação, ao jurisdicionado...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque é bom lembrar que na 1ª Vara a Dra. Maria de Fátima... Nin-

guém nega o belíssimo trabalho que ela vem fazendo – a gente presenciou isso ontem, o esforço não só dela, mas de toda a equipe – mas ela não é a titular da Vara. Ela, a qualquer momento... Ela acumula. E na 2ª e na 3ª Vara é um único juiz que responde pelas duas. Ela não acumula, mas ela não é a titular da Vara; não é a titular.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Eu só quero colocar o seguinte: a respeito do que eu saiba de juiz titular, parece-me que existe alguma coisa – porque estava parada essa coisa de titularidade de juiz para vara, isso até por conta de decisão do CNJ –; parece-me que agora vai começar a movimentar, mas a parte de titularidade de vara estava suspensa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Desembargadora, nós solicitamos à senhora, então – acho que é importante fazer isso –, que a senhora leve ao conhecimento do Presidente do Tribunal aqui do Estado essa preocupação da CPMI de que há três varas e nenhuma dessas três varas tem um juiz titular.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, eu fui informada aqui...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu sei, a 2ª é titular, mas que acumula a 2ª e a 3ª, é isso que eu quero dizer.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – É, ele está acumulando a 3ª.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, que leve essa preocupação da falta de juízes para que tenhamos juízes em todas as três varas atuando de forma efetiva.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Eu estou recebendo aqui, Excelência, que o prazo para o juiz titular voltar para assumir a 2ª Vara vai ser até janeiro; ele está assumindo a 2ª Vara. E também já se abriu remoção, está aberta a remoção para a 1ª Vara. Está aberta a remoção para a 1ª Vara, já há edital; já há edital para a remoção. O juiz se inscreve, o tribunal aprecia e pronto.

Muito bem, quanto à previsão de criação de varas especializadas no interior, também eu não posso responder a isso porque isso também depende do planejamento estratégico da presidência. Eu acredito que esta presidência não tenha mais como fazer isso, só a próxima gestão, mas os juízes criminais assumem esta parte.

“Constatamos que a equipe multidisciplinar possui número reduzido de profissionais...”. Sim, nós constatamos isso, levamos esse problema também à Presidente, porque a equipe multidisciplinar não tem realmente nem como tirar férias; quando tira férias fica sem ninguém, e tal; mas o concurso também está em aberto e estão sendo chamados de acordo com a classificação.

Acredito que essa equipe seja pelo menos duplicada: dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois pedagogos, etc; mas parece-me que assistente social nós temos mais de dois; temos três na vara, parece-me, não é? E psicólogos também temos dois. Pedagogo só temos um; parece-me que é isso, mas assistente social nós temos três e psicólogos nós temos dois.

Ah, temos cinco assistentes sociais, temos três psicólogos e um pedagogo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas para três varas é muito pouco, não é, é muito pouco.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – É, nós vamos levar esse problema, aliás, nós já levamos. O ideal realmente é que seja uma equipe para cada vara, esse é o ideal. Inclusive a própria Coordenadoria, a Resolução, não só a do CNJ, nº 128, como a Resolução nº 6, do Tribunal, que criou a Coordenadoria Estadual, estabelece uma equipe multidisciplinar para a Coordenadoria exatamente para quê? Para ela poder sair e treinar, para fazer treinamento.

Então, como essa Coordenadoria foi criada agora em julho e está dependendo exatamente... Nós apresentamos ao Tribunal, à Presidente, um projeto para implementação dessa Coordenadoria através da criação de cargos de técnicos e também dessa equipe multidisciplinar para que possa dar apoio à Coordenadoria.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas eu faço aqui novamente o pedido: eu acho que é importante dizer para o Presidente do Tribunal que a CPMI esteve aqui e se manifestou preocupada com relação a isso: a importância das três varas realmente serem reestruturadas com profissional suficiente, não só juízes titulares em cada uma delas; mas também ter uma equipe que dê conta de toda a demanda. E uma equipe para cada vara, porque a equipe que também tem hoje, apesar de todo o esforço, é insuficiente.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Levaremos a preocupação da CPMI ao conhecimento da presidente.

Quanto aos juízes da Vara de Execução Penal, se têm atuado para garantir um tratamento humano às mulheres em situação de prisão, acredito que sim. Pelo menos, falo por um juiz que eu conheço, da 1ª Vara, que é um juiz de projetos, um juiz que leva projetos para dentro das penitenciárias.

Por exemplo, no lançamento da campanha Compromisso e Atitude tivemos um coral Dó Ré Mi Faz Melhor – não sei se está aí nas fotos –, que é de uma equipe de presidiárias, nascido dessa campanha, que fazem parte desse projeto do Dr. Cláudio Rendeiro – o Dó Ré Mi Faz Melhor. Eles se apresentaram. Cantam, tocam violão. Então, a Execução Penal, realmente, dá essa assistência.

Quanto à capacitação, Excelência, há um programa de padronização de rotinas judiciais do tribunal, cujo autor do projeto está aqui, o Dr. Cristiano, que é Juiz Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior. Esse projeto teve início em 2009 a 2010, com rotinas de processo civil. De 2011 a 2012, ele apresentou rotinas de processo criminal, com elaboração de manuais de rotina, cujo alvo são os juízes e servidores.

A capacitação desse programa. Há um Projeto Servidor Eficiente, cujo alvo alcançou mais de dois mil servidores, entre servidores do tribunal e servidores de prefeituras que trabalham nessas comarcas, complementam o quadro nas comarcas do interior. O andamento atual é de 55% de capacitação concluída e 100% até janeiro de 2012. Há uma continuidade desse programa com outros projetos que serão executados conforme a política institucional da nova gestão.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Até janeiro de 2012 ou 2013?

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Até janeiro de 2013 atingirá os 100%.

Então, Excelência, como estou assumindo em 2013 a Corregedoria das Comarcas do Interior, e terei, na verdade, que entregar a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, porque é impraticável eu ficar com tudo isso. É com muita pena, porque eu gosto do trabalho, gosto do que eu faço. Mas me comprometo, na verdade, à frente da Corregedoria das Comarcas do Interior, continuar implementando esse projeto, inclusive alardeando a capacitar esses juízes que cuidam da violência contra a mulher.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, a senhora ainda não se referiu ao tratamento às mulheres em situação de prisão. Gostaríamos que a senhora levasse a preocupação também da CPMI, para que os dois juízes que hoje respondem pelas três varas ...

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, vou responder agora, né? Vou responder agora.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ... que eles possam visitar o presídio feminino, para conhecer aquela realidade.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Da realidade do presídio feminino e de qualquer outro presídio todos os juízes estão conscientes, eles visitam. Há visita carcerária, é obrigatória a visita carcerária pelos juízes e pela Corregedoria. A Corregedoria faz as visitas e todas as vezes que voltam os ofícios às autoridades competentes sobre a situação daquela prisão onde se encontram as mulheres ou onde se encontram quaisquer presos, independente-

mente do sexo, mulher ou homem, é comunicada às autoridades competentes.

Essas visitas carcerárias, feitas tanto pelos juízes quanto pela execução penal, quanto pelos juízes execução penal, é mensal e todas as vezes... claro, os juízes têm que se respaldar, mostrando a situação em que vivem esses presos. Então, todos os juízes, tanto do interior quanto da Capital, quanto às Corregedorias, têm ciência desse fato e comunicam as autoridades competentes da situação.

Vou dar um exemplo, eu queria até fazer... mostrar as V. Exªs esse abrigo a que a secretária se referiu ainda agora, que na verdade fizemos visitas a esse abrigo, eu gostaria que chegasse lá. Anteriormente, esse abrigo estadual era atrás da DEAM, não tinha condições. Eu várias vezes falei com secretário, com Governador e conseguimos, na verdade, que esse abrigo fosse retirado de lá.

Estivemos no abrigo estadual, Unidade de Acolhimento Temporário, eu, toda a minha equipe, o juiz. Estávamos, naquele dia, inclusive resolvendo um problema de medida protetiva; a senhora que estava lá com a sua criança em situação... Esse é o retrato do abrigo estadual.

Realmente ficamos deslumbrados com o local onde está agora alocado o abrigo. O primeiro não tinha condições nem de ficar, porque não havia quarto individual. Então, nesse ponto eu ressalto aqui o que a secretária falou, realmente o abrigo está em condições, basta que visitem lá. Tentamos resolver uma situação, de uma senhora que estava abrigada, muito bem abrigada, numa cama, com quarto individual, diferentemente daquele em que anteriormente eram colocados. Tentamos resolver com o juiz de Salinas, uma medida protetiva, de imediato, porque essa senhora estava no abrigo e morava em Brasil Novo.

Então, todos os juízes estão atentos, porque nas visitas os juízes nos acompanham, Ministério Público, a Defensoria Pública, Drª Arlete, aqui presente. O nosso trabalho está sendo esse, é um trabalho realmente difícil, não é fácil realizar um seminário. Assumimos a coordenaria em agosto e realizamos um seminário em setembro, sem recursos. Conseguimos porque a união faz a força.

O trabalho de combate à violência contra a mulher, na verdade, de um modo geral, deve ser um trabalho agregado, tem que ser um trabalho em que todos se dêem os braços, todos unam as forças para haver esse combate.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, gostaríamos de também solicitar à senhora que envie à CPMI um relatório das varas de execução penal, sobre a situação da penitenciária feminina, dos acompanha-

mentos feitos pelos juízes, os relatórios. Possa estar nos informando...

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Nós estávamos com a juíza auxiliar, da Corregedoria. Os dois juízes auxiliares, tanto da Corregedoria da capital como da Corregedoria do interior, que já, com certeza, irão providenciar.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – As providências que vocês solicitaram e tudo mais.

Também gostaríamos de saber, Drª Nazaré, se há alguém designado para assumir, no lugar da senhora, a Coordenadoria, já que a senhora vai assumir a Corregedoria.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Não sei, acho que ainda não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não?

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – É, mas eu estou ficando até dezembro. Estou ficando, veja bem, estou inclusive de férias, interrompi minhas férias para poder fazer esse trabalho, para poder trazer os dados que V. Exª está pedindo. Espero que hoje, pelo menos, gostaria de dar um pulo, quando terminar esse trabalho aqui. Quero ir embora, a Salinas, ver como está a minha casa.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Da minha parte, quero aqui agradecer à Doutora Maria de Nazaré, representando a Presidente do Tribunal do Estado do Pará, a Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes.

Quero aproveitar o momento para agradecer o acolhimento que nós tivemos principalmente pela Juíza da 1ª Vara, Drª Maria de Fátima, e também ao Dr. Otávio, que se fez presente, a Drª Ana Angélica e toda a equipe, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública. Foi uma reunião produtiva, uma reunião proveitosa, na qual tivemos a oportunidade, inclusive, de conhecer as dependências da 1ª Vara, o esforço que a equipe tem feito para dar conta dos processos, a organização e a disciplina do trabalho. Vimos o esforço que a equipe tem feito, inclusive trabalhando nos finais de semana, para não deixar nenhum acúmulo de processo. Mesmo assim, tivemos a informação de que estão lá em torno de 3 mil processos. Realmente, a equipe é diminuta, é muito pequena, apesar do esforço é impossível dar conta do trabalho. Então, quero fazer esse registro porque é um trabalho que tem sido feito com muito zelo, com muito cuidado, mas que depende, também, de apoio para que a equipe possa ser ampliada e o trabalho possa ser agilizado. De qualquer maneira, Drª Maria de Nazaré...

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Só gostaria de ressaltar o seguinte: V. Exª colocou o Estado do Pará em quarto lugar, mas me parece que no mapa ele está em sexto. É só isso.

Queria colocá-lo mais para baixo porque, na verdade, não está em quarto, mas em sexto.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quem sabe o próximo mapa divulgado pelo Instituto Sangari nos dê a alegria de mostrar esses dados.

Então, gostaria de agradecer à senhora e também à Desembargadora Raimunda, que encaminhou a senhora até aqui. Solicitamos que nos sejam enviadas as informações que aqui levantamos, em particular o relatório da visita dos juízes ao presídio feminino, com todas as informações necessárias, porque a CPMI vai atuar nessa área. Então, queremos receber de vocês as informações necessárias.

Da minha parte, Srª Presidente, muito obrigada.

A SRª MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES – Excelência, gostaria de agradecer a colaboração que nós tivemos da minha assessoria, dos juízes auxiliares, dos juízes das varas; da informática, porque todos os dias estive lá para atualizar os dados; fomos levar os dados para qualquer coisa, qualquer pergunta sobre qualquer processo a gente informar em tempo real.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB - PA) – Gostaria, neste momento, de agradecer à Drª Nazaré Saavedra e lamento que a senhora esteja ficando. Acabei de comunicar à nossa Senadora sobre o quando existe do seu comprometimento, do seu trabalho, do seu envolvimento com a causa. Meus parabéns! Que a Srª continue a orientar essa turma aí para que não percam o gás, esse entusiasmo. Isso é muito importante para todos nós. Muito obrigada por sua participação. Meu lamento por sua ausência breve dentro desse sistema. Obrigada.

Antes de cumprimentar aqui a nossa ex-Senadora, a nossa Vereadora Marinor...Quero agradecer-lhe, Marinor, pela sua presença, sei do seu trabalho, de sua determinação. Ela nos deixou aqui um ofício se colocando à inteira disposição desta CPMI na condição de ex-Senadora e de Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas no Senado Federal, cujo relatório parcial foi aprovado no dia 11 de dezembro para relatar o conteúdo colhido em várias cidades brasileiras referentes à violência contra a mulher. Muito obrigada. Fica registrado. Vou passar à nossa Relatora.

Quero registrar também a presença da Trindade. A Trindade, embora não esteja indicada oficialmente, também deixa o seu lamento em razão de não haver uma Secretaria da Mulher. Obrigada, Trindade, por sua participação. Parabéns! Continue como uma grande militante nessa área.

Chamaria agora, por gentileza, o Dr. Sandro Garcia de Castro, representando o Dr. Antônio Eduardo

Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Sandro, agradecemos a sua presença, retomamos as duas perguntas iniciais, que são do conhecimento do senhor e vou fazer as perguntas seguintes.

Eu gostaria de contar com a colaboração de vocês, porque o horário já está bastante adiantado e ainda falta ouvir a Defensoria Pública.

Que ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica?

Quantas promotorias da mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para promotores de Justiça?

O Ministério Público já visitou alguma aldeia indígena?

Como o Ministério Público trabalha a violência praticada contra as mulheres indígenas?

Como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais no interior para evitar a situação de prisão de adolescentes femininas e mulheres com homens, situação que já ocorreu no Estado?

Visitamos o presídio feminino que se chama Casa de Reeducação Feminina, mas que não reeduca ninguém porque está em péssimas condições. Que providências o Ministério Público tem tomado para melhorar as condições prisionais das mulheres?

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Senadora Ana Rita, Deputada Elcione, emérito Vereador Abel Loureiro, Deputada Ana Cunha, senhoras e senhores, colegas promotores, colegas juízes, eu queria inicialmente agradecer a oportunidade que está sendo dada ao Ministério Público para também expor à sociedade e à própria CPMI o trabalho que está sendo desenvolvido na área do combate à violência contra a mulher. Dentro do Ministério Público, é muito mais do que a mera violência doméstica. Inclusive, há um núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher em todos os seus níveis.

Inicialmente, eu queria dar uma noção do que é a estrutura, já que foi solicitado, com essas perguntas gerais, o que está sendo feito pelo Ministério Público individualmente e conjuntamente nessa batalha.

O Ministério Público, desde o seu início, desde o surgimento da Lei Maria da Penha, foi um dos pioneiros, dentre todos os Estado do Brasil, na questão

do combate à violência contra a mulher. Tanto que em menos de seis meses já havia, dentro da capital do Estado, uma promotoria específica com uma estrutura específica para a questão da violência.

Na capital, temos três varas, mas temos quatro promotorias, todas elas instituídas e efetivamente ocupadas, com exceção atualmente de uma, que está em fase de remoção, porque um colega há pouco tempo foi removido para outra.

Fazendo uma junção com a segunda pergunta, quanto à questão do orçamento, o Ministério Público, como órgão, tem um orçamento uno. Não existe um orçamento específico para promotorias.

As nossas promotorias estabelecem programas, criam programas e projetos, que são levados à administração superior, e a administração superior, verificando a possibilidade, dá os recursos necessários.

Eu devo dar como testemunho que, desde que foi instituída a nossa Promotoria, nunca, em momento algum, a Procuradoria-Geral negou qualquer coisa ao Ministério Público.

Tanto que, em diversas reuniões que nós mantemos com diversos colegas de promotorias de combate à violência doméstica do Brasil todo, o Estado do Pará, inclusive, é motivo de certa inveja. Quando chegamos em alguns Estados – sem quere ser deselegante, mas a título de esclarecimento –, em um Estado do Sul do Brasil como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, a estrutura do Ministério Público do Rio Grande do Sul chega a ser irrisória se comparada com a do Ministério Público do Estado do Pará. Eles mal têm um promotor na capital tratar da violência doméstica, enquanto aqui nós temos quatro.

Nós temos um prédio específico. E eu convidaria a quem desejar nos visitar, as portas estão abertas. Além disso, nós temos o núcleo de enfrentamento à violência contra a mulher. Atualmente, eu estou na coordenação. Antes, estava a Drª Lucinery, que está aqui presente e, agora, estou eu na coordenação. E um dos objetivos desse nosso núcleo é exatamente fazer uma ligação maior com as demais promotorias do Estado do Pará. Todos nós sabemos que nosso Estado é continental, então essa ligação fica muito prejudicada. Então, essa é a forma por que o Ministério Público do Estado do Pará viu para tentar fazer com que o Estado diminua um pouquinho e que a atuação de todos os promotores seja uma atuação mais una, mais concentrada e de uma forma mais homogênea.

Somado a isso – e aqui eu também quero dar o meu testemunho pessoal e a minha tristeza pessoal também de estarmos perdendo a Drª Nazaré Saavedra, infelizmente, para nós, ela está tomando um rumo, mas, felizmente, para o Tribunal de Justiça, está ocupando

um cargo ainda muito maior –, o Ministério Público, juntamente com a defensoria, com o Poder Judiciário, nós também temos esse grupo interinstitucional, no qual nós tratamos dessas políticas de implementação de políticas. E devo dizer – também não posso esquecer – que quem também faz parte disso é própria Polícia Civil, que é o braço direito e, muitas vezes, o braço direito e esquerdo na nossa atuação nessa violência. Grupo esse de que não tenho também conhecimento em muitos outros Estados neste País; não tenho conhecimento da existência desses grupos como há aqui, nos quais há reuniões quase que mensais, para que nós possamos estabelecer essas metas de atuação. Inclusive, muitas das inspeções realizadas e das visitas realizadas foram feitas não exclusivamente pelo Ministério Público, mas conjuntamente com juízes, com outros membros da rede, com Defensoria Pública e com a Polícia Civil.

Passando para a primeira pergunta – e eu acho que eu já até comecei a responder –, que é: Quais as ações que o Ministério Público tem tomado para essa implementação de políticas públicas?” Gostaria de fazer, primeiro, um esclarecimento: o Ministério Público do Estado do Pará...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Sandro, só um minutinho.

Nós pedimos aqui que as pessoas façam um pouco de silêncio. Entendemos que o horário já está bastante avançado, as pessoas estão cansadas, mas vamos fazer silêncio, porque isso facilita que as pessoas que estão falando se concentrem na sua fala.

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Vou procurar também ser o mais breve possível, apesar de que promotor gosta de falar muito, mas eu vou tentar ser o mais breve possível.

O Ministério Público do Estado do Pará, através da sua Corregedoria, possui todas as promotorias individualmente e, como núcleo, no caso da violência doméstica, nós somos obrigados a termos planos de atuação. São planos de atuação que, atualmente, são bianuais – antigamente eles eram anuais –, nos quais nós estabelecemos algumas metas para serem desenvolvidas 100% dentro desses dois anos. É óbvio que, independentemente dessas metas especificadas, nós temos as nossas atividades, e nada impede que outras metas surjam ao longo disso. E esse plano de atuação é totalmente acompanhado pela Corregedoria lá do nosso Ministério Público.

Então, todas essas políticas, além das políticas desenvolvidas com grupos interinstitucionais, são várias. Eu posso... Apenas a título de exemplificação de algumas delas que já estão estabelecidas e já estão em andamento para esse biênio, que seria o de 2012

e 2013, uma delas seria junto à área de segurança pública, junto à Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Segurança, ao Diretor-Geral da Polícia Civil, aqui no Estado do Pará, inclusive quanto à questão de uniformização da atuação da polícia. Porque o que nós vemos é que infelizmente ainda há uma disparidade da forma com que um delegado de Polícia Civil que é especializado numa atuação da violência doméstica tem, diferentemente de um delegado que é – a gente costuma dizer – serviços gerais. Então, esse é um dos nossos objetivos. Um outro que foi um tema também tratado aqui é a questão da saúde, do atendimento de saúde. Uma questão que foi inclusive objeto de pergunta – foi feita pela senhora – que é a questão da notificação compulsória, isso está incluído dentro do nosso plano de atuação.

Isso sem contar que, até por imposição constitucional, o Ministério Público é um órgão uno e indivisível, não impede que, em cada promotoria do Estado do Pará, em cada uma das comarcas e Municípios, que têm também os seus planos de atuação, atuam diretamente em políticas públicas. Porque, infelizmente, o Ministério Público teve que tomar esse tamanho que tomou hoje em dia pela omissão das políticas públicas que deveriam ser exercidas pelo Poder Executivo. Se o Poder Executivo tivesse cumprido com todas as suas obrigações, o Ministério Público não teria que entrar em tanto inquérito, tanto inquérito civil, tanta ação civil pública, como infelizmente ele tem que tomar por omissão desses entes.

Outra pergunta aqui é se o Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099, nos casos de violência doméstica. Apenas a título de esclarecimento, para aquelas pessoas que não têm conhecimento, são aqueles casos de transação penal, de negociação para tentar encerrar o processo penal.

Não, o Ministério Público não mais atua, sob hipótese alguma, nesses casos. Devo dizer que, enquanto coordenador desse Núcleo – e a Drª Lucinery também fez essas viagens para o interior –, o Ministério Público do Estado do Pará é dividido em 9 polos, que englobam aquelas comarcas em seu entorno, o Núcleo teve oportunidade de visitar 7 desses polos, faltando apenas 2, que a gente espera fazer nos próximos meses. Um dos objetivos era conversar com os colegas e se reunir com eles, porque alguns colegas ainda tinham uma mentalidade de violência doméstica, e ainda têm, porque ainda precisa haver essa capacitação. Não vou ficar aqui acusando, primeiro a gente tem que olhar para o nosso órgão. Ainda há alguns colegas que têm uma visão um pouco defasada. Mas um dos objetivos dessas reuniões foi dar uma visão mais atualizada,

inclusive a que nos é trazida pelo Copevid, o grupo nacional de direitos humanos de que fazemos parte.

Um dos pontos centrais e seminais de toda a atuação dentro da violência doméstica é acabar com toda e qualquer hipótese, como está sendo previsto nessa pergunta, de ser aplicada a Lei nº 9.099. Inclusive, devo dizer que nós tentamos de todas as formas evitar aquelas enxurradas de arquivamento de inquérito policial. Posso dar como testemunhas os meus colegas, estou falando em nome deles. Muitas vezes, em caso de lesões corporais, não se aceita mais aquele art. 16 para lesões corporais em hipótese alguma. Quando, e isso não é raro, as mulheres não fazem o exame para ter o laudo de comprovação da lesão, ainda assim nós tentamos, de alguma forma, comprovar a materialidade do crime por provas indiretas. Como? Com testemunhos de policiais que constatarem as lesões, com fotografias. A gente pede, às vezes, para que o delegado – qualquer pessoa tem um celular com uma máquina fotográfica – tire uma fotografia. Às vezes, apesar de que, eventualmente, nós temos umas ações um pouco refratárias, através de prontuários médicos. Ainda assim, quando nós não conseguimos por essas provas indiretas, a não ser quando não há prova nenhuma – porque também nós não somos irresponsáveis e não somos acusadores contumazes de querer acusar e condenar, nós não somos loucos nesse sentido –, nós, se não podemos denunciar por lesão corporal, nós denunciemos por vias de fato. Então, nós não simplesmente olhamos: ah, não tem laudo, arquiva; a não ser quando o bojo das provas não leva nesse sentido. Então, isso responde à pergunta.

Há capacitação permanente para promotores de justiça? Não, não há capacitação permanente. Esse é, inclusive, um dos projetos que há dentro do Núcleo. Nós trouxemos dessas reuniões da Copevid, eu trouxe especificamente de uma das últimas um projeto muito bacana, muito legal, que foi desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, no qual foi instituído um programa permanente de combate à violência à mulher. Não aquele negócio de uma semana de combate. Não, combate permanente. Agora, isso demanda tempo, isso demanda recursos, porque também demanda propaganda na televisão, que é gratuito, mas há a produção, há várias outras coisas que a gente está desenvolvendo e que já estão sendo desenvolvidas inclusive com visitas a escolas de 1º e 2º graus, como se dizia na minha época. Agora é ensino fundamental. Entreguei-me. Penso que não sou tão velho assim. O objetivo é que nós possamos, inclusive já mapeado, a partir do ano que vem, visitar todas as escolas de pelo menos cinco dos bairros considerados os mais violentos do Município de Belém.

A questão indígena. O Ministério Público do Estado do Pará não discrimina a mulher. A minha visão é que mulher é mulher, seja ela indígena ou não, porque, no momento em que você prioriza um grupo, você discrimina o outro. Então, é óbvio que o Estado do Pará não pode ser visto como um todo. Por quê? Porque, se existem várias regiões do Estado do Pará em que a questão indígena praticamente não existe, em algumas, ela é muito forte e, dentro de cada uma delas, a Promotoria tem aquela visão, sem esquecer que, quanto à questão indígena, o Ministério Público estadual esbarra numa questão de atribuição constitucional, porque, em certas áreas, o Ministério Público não pode atuar por ser área do Ministério Público Federal. Então, dentro daquilo que é possível, o Ministério Público atua. Não sendo, passa-se à questão federal.

A fiscalização dos estabelecimentos prisionais seria objeto de dois tópicos, mas eu vou responder por questão de tempo e até de esclarecimento, porque foi solicitado que informasse esses dados. Creio que, melhor do que informar, talvez seja obter, porque, aqui no Estado do Pará – não sei como é no resto do Brasil – existe – acredito que deva existir, pois isso foi uma determinação do Conselho Nacional de Justiça... O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela Portaria nº 2.702, de 2009, criou o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário. Esse grupo é composto de gente lá da superintendência, é composto por juízes, promotores, defensores públicos, todas as pessoas que trabalham nessa área, as quais desempenham um trabalho excepcional. Inclusive, no dia 22 de novembro, foi entregue ao Governador do Estado, num evento oficial... Se quiserem acessar o nosso site, há fotografia contando tudo sobre essa visita, à qual estavam presentes dois promotores, ocasião em que foi entregue um relato pormenorizado da situação carcerária no Estado do Pará. Inclusive, há um capítulo específico – Do Estabelecimento Prisional das Mulheres –, o qual pode dar noção talvez desse quadro que a senhora demonstrou, que é, de fato, uma grande preocupação.

Então, lá dentro, a senhora poderia encontrar todos os elementos que vão ajudar a subsidiar...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – No site do Ministério Público?

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Não. O site do Ministério Público... Está na página aqui. Depois posso mostrar-lhe. Mas no site há a notícia contando o dia em que foi feita a entrega.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nós temos como receber o relatório, Dr. Sandro?

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Tem. Eu penso que é mais fácil conseguir eu não sei se pelo

Ministério Público, mas eu posso pedir aos nossos colegas, que eles devem ter cópia.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então nos repasse para a CPML. Considero importante esse relato do Ministério Público.

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – O que foi feito nesse relato? Foi feita a constatação do que foi encontrado e as proposições para que sejam resolvidas essas questões. Isso foi feito de forma pormenorizada. Sem esquecer, Senadora, que é obrigação de todo Promotor de Justiça na área Criminal – e não é só no Estado do Pará – de fazer visita aos estabelecimentos carcerários em todas as comarcas em que atua, acompanhado pela Corregedoria. E, se nós formos ver, aqui no Estado do Pará, nós temos um sem-número de inquéritos civis e ações civis pedindo reforma, interdição, dentre outros, nos estabelecimentos prisionais. Não duvido que já exista em relação a isso daí, não sei se há uma ação, eu teria que fazer uma pesquisa; mas isso é fácil, basta chegar no *sítio* do tribunal, mas isso é muito comum, é uma briga muito grande.

Para complementar, quantos promotores há aqui no Estado do Pará, dentro da área de combate à violência doméstica? Na Capital, temos quatro, específicos. Nos interiores, não temos promotores exclusivos, ou seja, promotores que só trabalhem com violência doméstica. Mas temos promotores com atuação privativa que trabalham... Assim, vou dar um exemplo: temos três promotores criminais, só um deles atua na área da violência doméstica. Para quê? Porque, apesar de ele não trabalhar só com aquilo, ele tem uma especialização maior. E por quê? Porque os números de processos no interior não justificam a existência de um promotor com esse custo que é ter um promotor, com um custo de um *staff* em torno dele para, às vezes, lidar com 50, 60, 70 processos, enquanto que o número de processos criminais é de 2 mil processos, aí, ele fica ali com 100 processos; não seria nem justo com os outros colegas. Então, eles têm atribuições especiais, mas não têm atribuições específicas. Isso, nas comarcas em que há mais de dois promotores criminais; nas que há só um, este tem atribuição geral. Então, esse é o quadro do Ministério Público do Estado do Pará, no qual devo lhe dizer e devo repetir: estamos longe? Estamos longe. E acho que estamos longe principalmente num aspecto que está longe do aspecto material.

Já está sendo feito concurso para assessor, vamos ter assessor, poderemos nos especializar na questão extrajudicial que é mais importante na área da violência doméstica, não é só a questão... A questão dentro do Ministério Público, posso dizer, é uma questão de mentalidade, por quê? Porque na hora que o pro-

motor tem o processo de um roubo e um de violência doméstica, ele vai dar prioridade para o roubo. Ainda há uma mentalidade, isso não é dentro do Ministério Público, isso é generalizado, inclusive, dentro da sociedade, de que a questão da violência doméstica não é prioridade. Além do que, dentro da nossa atuação, e posso falar também pelo Judiciário, tudo é prioridade: a infância é prioridade, a mulher é prioridade, réu preso é prioridade, só que, dentre as prioridades, a violência é deixada para segundo ou terceiro plano.

Então, acho que a maior luta nossa é de mentalidade, é mudar a mentalidade do juiz, é mudar a mentalidade do promotor, é mudar a mentalidade do investigador de polícia que recebe a mulher, quando ela está agredida, que vai falar que esta gosta de apenhar. Então, essa é a grande questão que temos que trabalhar; a questão material, a gente vai dando um jeito, a gente não vai dizer: “não, a gente não vai fazer isso porque falta papel”, a gente vai ali e compra, como já vi vários colegas fazerem. Então, não é o problema, a questão é mesmo mudar isso. Acho que o Ministério Público, do ponto de vista material e de interesse da administração superior, que é também mais importante, está do lado nosso.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutor, aproveitando, acho que o senhor não responder a questão orçamentária. O senhor tem como nos informar...

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Pois é, a questão orçamentária, como eu disse, é uma do Ministério Público; não existe dentro do Ministério Público orçamento para a Promotoria de Direitos Humanos, para a Promotoria de Violência Doméstica. Não. Cada promotoria, dentro das suas necessidades materiais, expõe para a administração superior nossa, através dos seus órgãos de administração, e eles vão disponibilizando, dentro das suas possibilidades e dentro da conveniência, aí já é conveniência e oportunidade; e, aí, vão vendo. Mas é como dei num testemunho anterior, até hoje, só me lembro de um não da administração superior, um não, que foi bem recente, que foi para que pudéssemos ir para o encontro nacional do Ministério Público na violência doméstica, que foi realizado há poucos dias, de 27 a 29 agora, deste último mês, no qual pegamos um não. Mas pegamos um não, por quê? Porque, como está sendo realizada hoje, inclusive, a eleição para procurador-geral de justiça, existe na nossa lei uma proibição de serem despendidos recursos para visitas diárias quando já não tiverem sido previstos anteriormente. Então, se formos ver, o não foi inclusive pela proibidade administrativa que houve na administração. Tirando isso, até nas coisas que nós já pleiteamos em outras situações através de convênios,

os procuradores-gerais sempre foram muito acessíveis ao que nós pleiteamos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Sandro, reitero aqui então a importância de vocês encaminharem para a CPMI o relatório da visita do Ministério Público no sistema prisional feminino aqui do Estado.

Da minha parte, Srª Presidente, não tenho mais perguntas a fazer.

Pergunto à assessoria. (*Pausa.*)

Da nossa parte então não temos mais perguntas a fazer.

Eu particularmente agradeço a presença do Dr. Sandro.

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Sejam todos bem vindos ao nosso Estado.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Esse relatório foi encaminhado mais ou menos em que data, doutor?

O SR. SANDRO GARCIA DE CASTRO – Foi entregue no dia 22 de novembro. Está aqui na página do site: “grupo de monitoramento fez a entrega oficialmente dia 22 de novembro ao Governador Simão Robison”. E o grupo é presidido pelo Dr. Cláudio Rendeiro.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Quero agradecer a todos. O meu abraço e os meus agradecimentos ao Dr. Barletta, pelo trabalho que vocês estão realizando.

O Deputado Carlos Bordalo, Srª Relatora, está querendo entregar o relatório que visou a investigação de tráfico humano no Estado do Pará. Ele, como deputado estadual, quer passar a V. Exª esse resultado.

Por favor, Deputado Bordalo.

Dando continuidade, chamamos agora a Drª Rossana Parente Souza, que está representando o Dr. Luís Carlos de Aguiar Portela, Defensor Público do Estado do Pará.

Eu pediria, Drª Rossana, porque vou ter que viajar, que fosse levado em conta o tempo de 20 minutos estabelecido.

A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA – Eu gostaria, primeiramente, de fazer a minha apresentação, embora a mesa já tenha dito o meu nome.

Rossana Parente Souza, atualmente no cargo de Chefe de Gabinete do defensor público-geral, que já me incumbiu de apresentar suas escusas pela ausência por motivo de saúde. Agradeço, primeiramente, o convite para estar aqui presente para prestar os esclarecimentos e inclusive já fazer algumas solicitações à comissão, que saúdo no presente momento.

Faço a leitura da pergunta ou já vou respondendo?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eu vou fazer, doutora.

Quero primeiro agradecer a presença da senhora que está aqui falando em nome do Dr. Luís Carlos.

Tenho algumas perguntas que a senhora já tem em mãos. É importante que eu leia para que todos saibam o que a senhora vai responder.

Quantas defensorias da mulher existem no Estado?

Como a Defensoria Pública faz a defesa das mulheres indígenas?

Há apenas um defensor para o réu que atua nas três varas de violência doméstica, ficando sobrecarregado e, obviamente, prejudicando o andamento dos demais processos, por absoluta incapacidade de o defensor estar em dois lugares ao mesmo tempo. Eu pergunto: quando a Defensoria Pública pretende designar um outro defensor para as varas de violência doméstica? E ainda: quantos defensores atendem o presídio feminino, e quando? Algumas detentas informaram que não têm acesso à Defensoria.

A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA – O.k. Inicialmente, vou respondendo às perguntas gerais, que tratam tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública e do Poder Judiciário, esclarecendo que a Defensoria Pública tem um núcleo especializado de atendimento à mulher, que é o chamado Naem, que faz o atendimento em sede própria, com veículo próprio, conta com quatro defensoras públicas, sendo que uma se encontra em gozo de férias, que atendem tanto às medidas de proteção, que são ajuizadas em favor das mulheres, as ações cíveis de alimentos, de execução de alimentos, o divórcio propriamente dito, quanto ao acompanhamento das ações penais.

Esse núcleo também faz um atendimento interdisciplinar, que é com o auxílio de assistente social, pedagogo e psicólogo. Também faz, como trabalho preventivo, palestras nas instituições e escolas; e também temos a cartilha que foi apresentada agora na mesa, e trabalhos de grupo psicossocial das mulheres vítimas de violência através dessa equipe. Nós também temos um convênio com a Universidade Federal do Estado, que trabalha com um grupo de psicoterapia, que trabalha com a temática da dependência afetiva.

Nós também temos, na Defensoria Pública, o Núcleo de Atendimento ao Homem, que faz a defesa do homem, através de um convênio com o Governo Federal, e que atualmente conta com o Dr. Daniel Sabbag, que eu gostaria de cumprimentar, aqui também presente, além dos defensores da área criminal, que de maneira geral atendem também o homem agressor. Mas é bom ressaltar, nesse ponto específico, que a Defensoria Pública atende tanto à mulher que está naquele momento vítima de violência, como trata o agressor através do núcleo do homem.

Então, a gente gostaria de dizer que a Defensoria Pública vem fazendo seu papel, tanto no trabalho preventivo quanto na esfera judicial, para tentar minimizar a mazela da violência contra a mulher. Nós temos, no presídio feminino, um defensor que atua na execução penal, que é o Dr. Carlos Eduardo, um defensor muito atuante, que tem trabalhado muito na questão da implementação do berçário feminino, em razão da violação do direito da mulher encarcerada, que não possui o espaço apropriado, tendo que desmamar o neném logo no momento do nascimento.

E quanto às presas provisórias, nós temos o atendimento através do nosso Nacri – Núcleo de Atendimento Criminal, em que o defensor de referência é o Dr. Figueiredo, que atua mais na área de entorpecentes, porque sabemos que a maioria das mulheres são encarceradas em razão do cometimento do crime de tráfico de entorpecentes.

No interior do Estado, periodicamente nós fazemos os mutirões carcerários, porque nós temos, em razão da ausência de casas penais pelo interior do Estado, a transferência das mulheres para a capital, o que dificulta a tramitação dos processos. E aqui vai, já, o meu primeiro pedido à Comissão: que se faça uma moção destinada para que saia um provimento à Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça para que dê prioridade à tramitação dos processos em que figuram mulheres que sejam acusadas de crimes, porque esse é um dos maiores... enquanto não houver carceragem por todo o Estado, e as mulheres estejam aqui na capital e o processo em Jacareacanga, em Santarém, em Itaituba, há essas demoras e essas mulheres ficam abandonadas aqui na capital.

Em relação ao orçamento destinado pela instituição à política de combate à violência doméstica, neste ano de 2012, nós destinamos, com recursos próprios, a quantia de R\$51 mil e, por meio de convênios, R\$170 mil, num total de R\$221 mil, sem contar com recursos de pessoal, dos defensores que são lotados, e de capacitações, que são recursos do nosso centro de estudos. Para 2013, nós temos uma previsão de R\$243,1 mil, que são, exclusivamente, de recursos próprios, em razão de ter sido finalizado o convênio com a Secretaria de Reforma Judiciária, que é de Governo, de recurso federal.

Agora, passando para um segundo pedido à comissão que aqui se apresenta, gostaria de expor, lembrando que a Presidente Dilma declarou, em rede nacional, que 2013 será o ano da Defensoria Pública. Hoje, no Estado do Pará, nós temos a divisão do orçamento, no tripé da Justiça, da seguinte forma: orçamento do Tribunal de Justiça do Estado, percentual de 9,76%; Ministério Público, 5,15% do orçamento do

Estado; e a Defensoria Pública, apenas 1,16%, o que dificulta muito a nossa atuação. Mesmo assim, acho que, talvez, até por isso, em razão das nossas dificuldades, a Defensoria Pública do Estado do Pará venceu, nacionalmente, como modelo de gestão, para todas as defensorias públicas do Brasil, para aquisição de linhas de crédito junto ao BNDES, para a modernização das defensorias públicas.

Hoje, a Defensoria Pública do Estado do Pará trabalha no tripé de gestão, para a qual eu convido todas as demais secretarias e instituições aqui presentes, enfim de que possam conhecê-la; seria o DDI - Demonstrativo de Desempenho Institucional. Nós trabalhamos com dados estatísticos dos trabalhos que são desenvolvidos pela Defensoria Pública, em percentuais de número de atendimentos, audiências e da produtividade. Trabalhamos com um plano diretor de informática, procurando informatizar todo o parque da Defensoria Pública, com o sistema de controle judicial de processos, que é o nossa SCPJ Web, por meio do nosso planejamento estratégico-institucional.

O planejamento estratégico-institucional é uma ferramenta administrativa em que você faz o diagnóstico de como está, aonde quer chegar e como vai chegar, podendo, assim, alocar o recurso da melhor forma possível. E nós também temos...

Neste exercício, ainda, fizemos um projeto que se chama Redescobrimos o Assistido, que facilita fazer o diagnóstico da Defensoria Pública e lotar o defensor onde há o menor índice de desenvolvimento humano e a maior demanda de processos. Então, nós, assim, também temos um controle maior de onde lotar o defensor público. Nós sabemos que defensor público é ouro no Estado do Pará. Algumas comarcas não o têm. Alguns defensores têm que criar o dom da ubiquidade, como o Dr. Daniel Sabbag, e alguns têm que, realmente, se desdobrar em várias comarcas, por esse grande interior do Estado.

Então, seria essa a nossa solicitação, de que os parlamentares aqui presentes, Senadora, que realmente dessem uma especial atenção à Defensoria Pública. Com isso, a situação de vulnerabilidade, por suficiente, vai ser mais bem atendida e vai ter a garantia de direitos mais bem assistida.

Quantas Defensorias da Mulher existem no Estado? Acho que já respondi. No caso, quatro, aqui na capital, sendo que uma defensora está de férias, sem defensor para substituir, a outra acumula. Pelo interior do Estado, nós não temos, como no Ministério Público, o defensor específico, mas nós temos os defensores de referência, nas regionais, que são, hoje, 12 na Defensoria Pública, que são as maiores comarcas.

Como a Defensoria Pública faz a defesa da mulher indígena?

Nós estamos finalizando nosso planejamento estratégico para o biênio, que, no caso, o Dr. Luís Carlos de Aguiar Portela assumiu atualmente, e nós, como área estratégica, definimos a defesa de grupos vulneráveis, entre os quais indígenas e quilombolas encarcerados estão incluídos. Nós temos vários programas que atendem a essa demanda, que é o nosso Núcleo de Direitos Humanos, nós temos o programa de Balcão de Direitos, que faz a expedição de documentos – RG, CPF, identidade, registro civil das pessoas nessa condição –, e também o programa Pai Legal, que busca o registro civil das crianças que não têm a paternidade na conciliação. Se houver ajuizamento da ação, o exame de DNA é realizado pelo Judiciário. Nós também temos as ações específicas de mutirões, sempre na vertente da atuação das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em relação à situação do Dr. Daniel Sabbag. Como eu já falei, há carência de defensor público em toda parte, mas também nós temos a previsão de fazer a promoção no próximo ano... Vamos fazer a remoção e já temos a previsão de 7 vagas para a capital e acredito que aí virá o suporte, mas esse processo da carreira jurídica, como todos sabem, é um pouco demorado, é burocrático. E aí eu queria dizer que, vindo 7 defensores para a capital, nós perdemos 7 defensores no interior do Estado. E é sempre assim a nossa situação.

Hoje, nós temos, no total de defensores públicos, 271 defensores públicos, de um total de 350 que a nossa Lei dispõe, que serão criados para defensor público substituto, que são cargos que hoje se encontram vagos.

Então, basicamente, é esse o nosso diagnóstico.

E também queria dizer que nós fizemos... Esta semana ainda, eu estive presente no Centro de Recuperação Feminino e atendemos a 100% das mulheres que devem ser assistidas pela Defensoria Pública no presídio.

Acontece que nós também temos o patrocínio da OAB. Então, seria já uma nova solicitação – vejo que não foi convocada para cá a OAB, para esta audiência pública – de que os advogados também estejam atentos aos seus processos. Também não é só nos centros de reeducação femininos, mas em todas as penitenciárias. E como a Defensoria Pública é o que mais atende nas casas penais, acaba sendo uma costa larga, digamos assim.

Eu queria cumprimentar o Superintendente, aqui presente, que sempre foi parceiro da Defensoria Pública, que tem ajudado nas demais ações. Juntos, vamos conseguir atender a todas as casas penais do Estado

no próximo ano. Sempre foi uma missão que nós temos que cumprir, e nós vamos cumprir em parceria com o sistema prisional, dentro da Superintendência do Sistema Penal, que, mesmo com todas as suas dificuldades, com todas as deficiências que lhe são afetas, sempre atendeu à Defensoria Pública sempre que foi solicitado.

Eram estes esclarecimentos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Rossana, eu só pediria duas coisas à senhora: se tem previsão de concurso público para ampliação do quadro e se tem previsão, já, neste momento, antes do concurso público, de ter mais um defensor, pelo menos, para ajudar na defesa do homem agressor.

A SRª ROSSANA PARENTE DE SOUZA – Nós vamos fazer o concurso público, vamos abrir o edital, ainda estamos programando – o Dr. Portela assumiu agora em junho –, agora em 2013, como eu falei, para defensor substituto. Mas para o Dr. Daniel Sabbag, hoje, nós temos uma portaria, no Núcleo de Atendimento Criminal, que 5 defensores acumulam varas, do juízo singular. Então, a gente pode conversar com o Defensor Público Geral a esse respeito, mas a dificuldade é sempre a seguinte: eu posso destinar um defensor público para ajudar o Defensor Público Daniel Sabbag, mas eu vou estar tirando alguém de uma outra vara, que vai ficar descoberta.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Porque a situação está insustentável, pelo que eu vi. Um defensor para três varas? Não tem como, é impossível, é humanamente impossível.

Eu faria também uma solicitação para que a senhora encaminhasse no sentido de solicitar ao defensor público que atua na execução penal especial atenção às presas provisórias, já que algumas delas estão cumprindo prisão preventiva em excesso.

A SRª ROSSANA PARENTE SOUZA – Como falei há pouco, fizemos um mutirão agora e estão sendo impetrados vários *habeas corpus* por excesso de prazo. Nós vamos conversar com a presidente do tribunal para que dê especial atenção ao assunto. Inclusive, há um *habeas corpus* coletivo, que atende todas as presas grávidas em razão de que não estão tendo acompanhamento de saúde – nós temos que fazer uma ponderação de valores e de direitos que estão sendo violados. Nós também pedimos que o Ministério Público dê atenção a esses *habeas corpus* que estarão sendo impetrados ainda na semana que vem.

Por fim, Senadora, eu gostaria de transmitir também uma reivindicação da nossa Coordenadora do Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher, Drª Arlete Rose. Ela pediu que se fizesse uma moção ao Fonavid, que é um fórum nacional de juízes que

cuidam da violência doméstica: que retorne a competência híbrida das varas de violência, porque há um prejuízo à defesa dessa mulher quando o processo é desmembrado, ela vai ter que cuidar do processo de alimentos, do processo de divórcio, da medida de proteção e do processo na área criminal e, assim, ela não vai mais ter só uma defensora de referência, ela vai ter que ter dois defensores ou até três. A Dr^a Arlete Rose, acredito que no ano passado, fez um expediente com uma grande justificativa em razão desse desmembramento da competência da vara de violências, mas não houve resposta. Acredito que isso se deu porque é um órgão composto, é um fórum. Então, esse deve ser um pleito nacional.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dr^a Rossana, só para informar a senhora: a CPI vai levar essa demanda para o CNJ, porque nós já identificamos esse mesmo problema em todos os Estados por onde passamos. A CPI vai formalizar isso junto ao CNJ.

A SR^a ROSSANA PARENTE SOUZA – Agora, tem que haver uma ponderação realmente para que haja um fortalecimento das varas, já que elas têm essa competência híbrida, porque o que tem acontecido é que os processos têm andado mais rápido – no de alimentos, a assistida consegue um alimento provisório com mais rapidez. Então, tem de haver esse fortalecimento da vara, senão, realmente, é inviabilizado o seu funcionamento.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Da minha parte, Dr^a Rossana, eu não tenho mais perguntas a fazer. Eu agradeço profundamente as respostas que a senhora nos deu aqui hoje de forma sucinta e bem objetiva.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Dr^a Rossana, nossos agradecimentos por sua participação e colaboração.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, nós chamaríamos Nilse Souza, que é da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ainda está presente aqui?

Chamo também a Eunice Guedes e a Fátima Matos, do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Antes que as mulheres representantes do movimento social se manifestem, lembro que a CPMI tem ouvido também a sociedade civil durante as audiências públicas. Então, nesta audiência pública nós estamos destinando 15 minutos para cada uma delas, 5 minutos para cada representante, para que possam também se manifestar. Normalmente elas entregam também as suas demandas, as suas reivindicações, através de documento. Então, a CPMI abre esse espaço para que possamos ouvir também a sociedade civil.

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Cinco minutos por favor.

A SR^a FÁTIMA MATOS – Boa tarde a todas e todos, eu queria mais uma vez saudar a Mesa na pessoa da Senadora e das demais presentes. Quero cumprimentar meu companheiro Vereador aqui presente e também saudar todas as mulheres e os homens que estão aqui presentes.

Início dizendo que nós do movimento social negro, de direitos humanos, de mulheres feministas e não feministas temos uma preocupação também com o funcionalismo público. Nós sabemos que vocês estão aqui com determinados compromissos, com determinados graus de empoderamento, com determinados graus de instrumentalização, e o movimento social de mulheres e os demais movimentos afins que querem a melhoria da cidadania feminina e de outros têm essa preocupação.

Quando se coloca aqui toda a insuficiência e os problemas que a situação acarreta, sabemos que os funcionários estão trabalhando em péssimas condições. E os que estão, talvez, quem sabe, quiçá, em boas condições precisam estar mais instrumentalizados para concluir a efetivação dessas políticas.

Então, serei breve e prática.

Nós não queremos mais a não transparência nos recursos públicos existentes.

Eu estava comentando agora com as companheiras que é até vergonhoso para nós ainda não conhecermos as estruturas. Por exemplo, quando ele falou do juiz adjunto, nós sequer sabemos o que significa isso. Então, nós do movimento social...

Também quero reiterar que todos os marcos legais, todas as leis, todos os instrumentos e mecanismos existentes para a melhoria da população brasileira são fruto da luta da proposição dos movimentos sociais.

Agora, o que acontece? Há uma divergência na concepção de gestão entre aquilo que o prefeito, o diretor, o coordenador, o governador, a governadora ou seja lá quem for pensa e aquilo que o movimento pensa. Então, quando há essa distância, essa divergência, é evidente que a política fica do jeito que está.

Nós queremos transparência nos recursos públicos. Não queremos mais as populações tradicionais da floresta e suas especificidades invisíveis culturalmente e subnotificadas. Nós queremos que haja prontuário específico para todas as áreas, porque, pelo amor de Deus, prefeito, governador ou governadora que se preze tem que, quando iniciar a gestão, promover o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, o IDR – Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à raça –, e, depois, o Índice de Desigualdade de Gênero. Assim,

nós saberemos exatamente a visibilidade e a situação em que tal população se encontra.

Queremos também que o Ministério Público tome ciência das questões diversas, específicas e das desigualdades existentes. É preciso realmente fazer o papel que lhe cabe.

Eu parabeno você, porque realmente concluiu a sua fala com sucesso, mas falta muito mais.

Então, o Ministério Público tem que se dar visibilidade. Se você vai ao Bairro do Guamá, ao Bairro do Benguí, ao Bairro do Tapanã, uma pessoa que está lá – um morador ou um trabalhador de uma feira seja lá onde for – sequer sabe o que é. Só sabe que existe a sigla MP, mas não sabe da sua real função.

Que sociedade brasileira é essa? Que sócios somos nós que, através dos impostos e dos tributos, pagamos o funcionalismo, mas não sabemos onde está o Ministério Público, o que faz? Que cadeia é essa?

Nossa! Não dá mais. É vergonhoso. O movimento social prima pelo conhecimento da existência dessas estruturas, mas estamos cada vez mais distantes.

Quero também colocar que nós queremos saber mais sobre esse desempenho do desenvolvimento institucional, porque uma coisa é fazer numa relação intrasetorial; outra, numa relação intersetorial, que vai para fora, para além dessa estrutura. Precisamos saber mais. Para isso, vocês devem publicizar.

Eu sonho muito em entrarmos numa delegacia de polícia e encontrarmos lá tudo que é preciso pagar quando existe infrator, porque o que acontece? Quando o menor comete uma infração, a mãe tem que vender o rádio, a televisão, a geladeira para pagar uma taxa que ela nem sabe para onde vai. Então, a estrutura precisa estar cada vez mais transparente.

Concluindo, nós queremos mais concurso público, porque como um juiz, um desembargador vai lidar com tanto processo? Vai enlouquecer.

E quero também fazer uma denúncia.

Eu sou Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Pará. Compus a comissão que fez as alterações na lei. E até hoje o Sr. Governador não manda aqui para a Assembleia Legislativa para ser aprovado pelos Srs. Deputados e Sras Deputadas.

Muito obrigada.

Infelizmente, não posso mais continuar. Queria falar muita coisa, mas quero dar vez para minhas companheiras, porque é necessário que cada vez mais o movimento social da população, que não é porta-voz da população, mas a gente tenta fazer com que nós sejamos porta-vozes dos anseios da população e que isso realmente tome um fim necessário, com uma pro-

vidência necessária, real, qualitativa e equânime de gênero, raça e etnia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Obrigada, Fátima.

Eu chamaria agora a Nilde Souza, por favor. Logo depois, a Eunice Guedes. Venham as duas para a gente adiantar, porque a comitiva vai ter que viajar ainda.

A SR^a NILDE SOUZA – Boa tarde a todas e todos. Eu acho que a CPMI tem uma importância muito Grande, e nós temos que aproveitar esta oportunidade que esta CPMI está nos dando, não só para os movimentos sociais, mas para a sociedade como um todo e para os poderes constituídos neste Estado. A CPMI está nos colocando hoje aqui um retrato das nossas fragilidades. E isso não é pouca coisa, pois estamos aqui discutindo um Estado que é o quarto em violência, que tem um Município que está em primeiro lugar em assassinato de mulheres. Então, não estamos discutindo pouca coisa. Eu acho que isso deve fazer com que a gente reflita. Todos e todas que estão aqui.

Sabemos que aqui há profissionais, que há gente dos poderes que são compromissados, mas estamos já vendo, por esse retrato, que estamos vendo aqui que só o compromisso de muitos e muitas que estão aqui não está sendo suficiente para que a gente possa fazer o enfrentamento à violência contra a mulher neste Estado, para que a gente possa fazer o enfrentamento à violação que as mulheres vivem neste Estado cotidianamente.

Então, não estamos falando de uma coisa menor, como alguns disseram. Às vezes, ainda está na cabeça que violência é algo menor na sociedade, que violência é algo natural. Estamos falando aqui de enfrentar, como já foi dito aqui, a visão ainda e a concepção que está no Judiciário, que está no Executivo, que está no Legislativo, a concepção patriarcal, machista, fundamentalista. Nós mulheres vemos essa visão no cotidiano, quando somos atendidas. E não é pouca coisa que temos que enfrentar ainda.

Daqui, depois desse retrato que foi nos dado hoje aqui, tenho certeza de que ninguém está saindo tranquilo, porque está mostrando que temos muito ainda a fazer. Foi dito que o que nós temos, o pouco que nós temos ainda, e precário, foi conquista, foi luta. Para que a gente pudesse ter 15 anos, 16 anos atrás o primeiro serviço de aborto legal não foi fácil. As mulheres foram às ruas, toda a pichações das igrejas fundamentalistas contra, para se criar a primeira delegacia, os centros de referência, que estão fragilizados hoje. Foi muita luta, e são conquistas, e conquista não é para a gente jogar no lixo. Conquista é para a gente garantir. Conquista é para fazer a gente avançar ainda mais, é

para a gente poder dizer que essa conquista ainda é pouco para o muito de que nós precisamos.

Então, esse também é um problema. Quer dizer, quando você garante, a Lei Maria da Penha não foi algo nos dado, não. São anos e anos. Anos e anos. Nas convenções internacionais, aqui em Belém do Pará. Foi reconhecido, na Convenção Belém do Pará, que os movimentos nem puderam chegar perto do Centur. Então, aquilo que a sociedade... É uma conquista que não é de só mulheres só. É uma conquista da sociedade. Dizer que violência é crime, dizer que violência é um atentado aos direitos humanos das mulheres, porque violência contra a mulher tem a ver com democracia. Se a gente quer aperfeiçoar nossa democracia, temos que enfrentar a violação que as mulheres, que a maioria da população sofre por ser mulher. Então, não estamos discutindo pouca coisa aqui nesta CPMI.

E nesse quadro que foi repassado, vimos também o quanto as instituições estão desarticuladas, o quanto nós ainda não cumprimos aquilo que está lá no início da Lei Maria da Penha, que diz: Violência contra a mulher não é uma questão da segurança, não é uma questão da assistência, mas é uma questão dos poderes como um todo. Violência contra a mulher tem que ser enfrentada pelos três Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E é uma pena que, mais uma vez, o Legislativo, com algumas exceções que estão aqui, esteja de costas para essa problemática, quando não vê a importância de uma CPMI. Cadê os Deputados e as Deputadas que não estão presentes? Mais uma vez estão ausentes nessa discussão.

A SR. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Nilde, por gentileza, um minuto, está bem? Obrigada.

A SR. NILDE SOUZA – Concluindo, temos visto também esse quadro que nos foi repassado aqui, além da desarticulação entre os Poderes, vimos o quanto os governos municipais, os governos como um todo não colocam nos seus planos uma política, um programa, um plano de prevenção e enfrentamento. Você não pode enfrentar a violência se você não tiver programa, não tiver plano. Você não pode enfrentar se você não tiver orçamento específico para essa problemática. E esse é um problema também, como alguém já disse aqui, a transparência. Que orçamento nós temos realmente no âmbito dos Estados e Municípios para prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher?

Eu tinha várias coisas mais, mas vou garantir o tempo para a outra companheira poder falar. Nós tínhamos 20 minutos, vamos usar 15, porque queremos dar um minuto para que seja lida uma carta dos movimentos que foi tirada aqui, no final. *(Palmas.)*

A SR. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada. Desculpe-me, Nilde, mas a gente tem que correr com o tempo. Eu lhe agradeço pela compreensão, agradeço toda a colaboração de vocês.

Eunice Guedes, que faz parte do Fórum de Mulheres da Amazônia.

A SRª EUNICE GUEDES – Já é boa tarde. Boa tarde a todas e a todos, às companheiras de todos os movimentos que estão aqui presentes na luta por uma sociedade sem violência, por um Estado sem violência.

Nós estamos na luta contra a violência não como uma política de Governo. Nós queremos uma política contra a violência como uma política de Estado; que não mude Governo, saia Governo e desmantele tudo o que a gente tem, coloque outro nome e continue por aí. A gente quer uma política de Estado em relação à violência.

Nesse sentido, a gente agradece a diligência e nos fizemos presentes nessa coisa tão importante que é esta CPMI.

Eu vou ser rápida, porque quero dividir minha fala, dois minutos para duas outras companheiras.

Eu queria colocar que, em relação à política penitenciária, a gente tem dificuldades, hoje, com as mulheres gestantes, inclusive em relação aos bebês. Nós temos quatro crianças – duas já foram para a família, mas dois bebês continuam – sem nenhuma ligação com a mulher que está no CRF. Então, um direito da mulher desrespeitado: um bebê com menos de um ano e uma criança, uma menina com menos de dois anos. Isso é comum nesse abrigo, o único abrigo que nós temos aqui em Belém.

Encontramos, no Hospital de Tratamento em Custódia Santa Isabel, uma jovem, primeira gravidez, grávida de quatro meses, com transtorno mental, de gêmeos. Ela foi presa. Em lugar de ela ser encaminhada para o HC, ela foi encaminhada para o CRF; do CRF, para o Hospital de Custódia e Tratamento. Nós temos um relatório, que vamos entregar para a CPMI, do Conselho de Sentença, onde o Ministério Público também estava presente, tanto do CRF quanto do Hospital de Custódia e Tratamento, para encaminhar para a CPMI.

Também queremos propor – como na nossa pauta e nesse mesmo espaço, em 8 de março, nós propusemos isso – que seja descentralizado o programa Aborto Legal e que os hospitais regionais deste Estado, como a gente propôs, assumam essa tarefa, no sentido de descentralizar esse importante serviço para as mulheres.

Notificação.

Só treze Municípios nesse Estado fazem a notificação. Nós precisamos investir na saúde no sentido de o resto dos Municípios do Estado – mais de 130

– notificarem, porque há uma subnotificação. Então, a ausência da saúde, da política de Estado é fundamental nesse campo.

Queremos também dizer que no PAM 2012 – fui eu que o encaminhei –, que é o Plano de ação e Metas em relação à questão DST/Aids não existe nada para a questão da feminilização da Aids. Não existe compra de camisinha feminina e não tem o *kit* planejado. Eu sei porque eu sou conselheira estadual de saúde e está na minha mesa e na outra comissão exatamente o exame do PAM 2012.

Então, esse também é um documento que eu não tenho, porque no momento eu não sabia, mas me comprometo a enviar esse PAM para comprovar isso.

Estamos querendo que o PAM 2013 garanta o atendimento às mulheres. Existe também um atendimento em violência...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Dois minutos.

A SRª EUNICE GUEDES – ...em que várias regiões são fundamentais, que ocorre em Marajó, Baixo Amazonas e região metropolitana.

Em Santa Bárbara há quase 250% de casos de violência contra a mulher notificados, com dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública – dados do movimento. Esses dados a gente vai passar. Isso além da violência contra as prostitutas no Estado do Pará.

Eu vou encerrar aqui dizendo que a violência que a gente quer... A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer, não é o Estado que a gente quer e não é por isso que a gente luta. A gente luta por uma sociedade, por um país e por um mundo sem violência doméstica.

A nossa companheira Lorena vai ler uma moção. Depois, a Cláudia vai dar um depoimento.

Muito obrigada.

A SR. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada, Eunice.

Eu gostaria, apenas, que essas duas representantes indicadas fossem breves, porque estamos em cima do horário; senão, vamos perder o voo.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Presidenta, antes de você falar, eu gostaria de solicitar ao Ministério Público que investigue a denúncia feita aqui por essa companheira do caso dessa mulher grávida no CRF e que também encaminhe isso para a CPMI.

Depois vocês conversam. Vamos continuar.

A SRª LORENA – Boa tarde!

Abreviando os cumprimentos, eu queria complementar a companheira Eunice e dizer que, além de a violência contra a mulher não ser o mundo que a gente quer, se há violência contra a mulher a gente mete a colher. Essa é uma das falas do movimento feminista.

A violência contra a mulher é um problema da sociedade como um todo.

Diante da audiência, nós preparamos uma moção de repúdio ao desgoverno Jatene e à saúde, direito e vida das mulheres, no sentido de que não há nada mais desrespeitoso, duro e violento do que a violência contra a mulher. Pior do que isso é a omissão e negligência do governo estadual na implementação das políticas públicas em relação à situação de violência por parte dos vários órgãos, seja no âmbito judiciário e outros e, principalmente, no âmbito executivo, no que diz respeito à saúde, à segurança, à justiça e aos direitos humanos.

O Estado deveria garantir os direitos das mulheres, inclusive o direito à vida, porque, ao mesmo tempo em que a gente tem uma sociedade, um governo hipócrita – aí não estou falando só do estadual –, que condena o aborto e criminaliza as mulheres que praticam o aborto, existem governos omissos que deixam crianças morrerem dentro das mulheres, porque se uma mulher não faz o pré-natal durante a gravidez inteira, com certeza, não terá uma criança saudável.

Então, repudiamos o trato do governo, que se torna mais nítido com a ausência de vários secretários a essa audiência e a falta de dados concretos por parte do governo.

Esse é o retrato de como se lida com a sociedade civil, aqui representada pelos movimentos sociais. Nós queremos não é apenas transparência; quando os movimentos sociais estão aqui, infelizmente, a gente percebeu... Estou saindo um pouco da moção de repúdio, mas quero trinta segundos para dizer isso.

Nós não viemos aqui para um campeonato estudantil, porque pareceu que a gente estava numa sabatina. É isso. Enquanto a gente estava na oitiva parecia que estava aqui, quando saía algo positivo do governo, havia gente aplaudindo e quando a gente não tinha a resposta que queria, acabava havendo essas manifestações.

A violência contra mulher é algo grave, é algo que não só a mulher pobre, negra e indígena que está sujeita, é a sociedade como um todo e não só para mulheres e homens aqui presentes, todas as mulheres de nossas famílias e da sociedade estão propensas à violência.

Então, é fundamental se respeitar o Governo e o Judiciário quando aqui falam e é fundamental respeitarmos também os movimentos sociais que aqui estão na condição de representar a sociedade civil como um todo.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª CLÁUDIA MARTINS – Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos. Estou aqui para dar um de-

poimento como sociedade e como vítima de violência doméstica.

A SR. PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Um minuto.

A SRª CLÁUDIA MARTINS – Convivi maritalmente com um homem, durante 10 anos, em que apanhei, fui humilhada, tanto verbalmente quanto fisicamente. Quando decidi denunciar, em 2003, fui e fiz o corpo delito, estava toda roxa, apanhei muito dele na madrugada em que ele chegou e nada foi feito. A Lei Maria da Penha não tinha entrado em vigor e nem sido sancionada. Em 2006, a lei já havia sido sancionada, quando havia me separado dele em 2005. Novamente, mesmo separada, as violências morais continuaram.

Fiz a primeira denúncia e nada foi feito, fiz a segunda denúncia e deixei o meu celular gravado com ele dizendo: vou te matar, vou dar um tiro na cabeça. Depois, acredito que de cinco meses, com três meses me mandaram buscar o meu celular, com cinco meses mandaram dizer que não tinham provas suficientes para eu ter as medidas protetivas, ou seja, se ele tivesse que cumprir o que me prometeu, que era me dar um tiro na cabeça, eu hoje não estaria aqui. Não sei se por uma providência divina ou sorte minha, ele não fez o que prometeu.

Depois de quatro anos, fui chamada, ele ia ser julgado e depois foi extinto o julgamento por falta de provas. Era o depoimento que gostaria de dar.

Obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – O seu nome, por favor.

A SRª CLÁUDIA MARTINS – Cláudia Martins.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Cláudia Martins. Muito obrigada.

A SRª CLÁUDIA MARTINS – Tenho aqui e quero deixar com vocês, do inquérito, as minhas ocorrências.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Pois não. O.k. Muito obrigada, Cláudia.

Vou passar a palavra agora. Vamos dar a palavra, por 3 minutos, à Deputada Ana Cunha, para deixar registrada a sua colaboração, a sua participação.

A SRª ANA CUNHA – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora, a Deputada Federal Elcione e principalmente o movimento de mulheres que se faz presente e, como vocês muito bem colocaram, essa não é uma luta de hoje, é de sempre e tem que continuar sempre.

Cumprimento o Deputado Carlos Bordalo e a Deputada Tetê Santos que se faz presente, apesar de ser Secretária de Estado neste momento; os promotores de justiça que estiveram aqui presentes respondendo às perguntas.

Eu, como Deputada desta Casa, quero dizer, Senadora, que nós iremos juntas verificar todas as denúncias aqui colocadas; formataremos um grupo de deputados para que possamos *in loco* averiguar as situações e, acima de tudo, ir ao Governo do Estado para buscar soluções para as situações que foram aqui relatadas.

Acima de tudo também, parabeno o trabalho que V. Ex^{as} estão realizando em todo o nosso País, mas quero dizer que o enfrentamento da violência contra a mulher é uma realidade, inclusive quando se vê uma audiência pública de tamanha relevância, mas, infelizmente, deve ser levada com tanta falta da presença de pessoas. Sabemos que nós mulheres precisamos sim ter melhores políticas públicas que estejam ao alcance das nossas realidades cotidianas, porque a violência, Deputada Tetê, não se coloca à parte, ela se coloca no cotidiano muitas vezes; e é muito triste encontrarmos o relato da moça que acabou de dizer que não tinha provas para o seu parceiro ser condenado. Isso é muito triste.

E isso precisa mudar, Deputado Carlos Bordalo, não apenas com uma ação dessas. Mas, cotidianamente, a nossa tribuna ser voz para as ações principalmente de combate e enfrentamento da situação das mulheres.

Quero, mais uma vez, parabenizar a Deputada Elcione, e dizer que esta Casa estará sempre aberta às suas ações, aos seus projetos de Estado. E eu sei que a senhora briga muito pelo nosso Estado. Parabéns mais uma vez pelo seu trabalho. Obrigada pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Obrigada, Deputada Ana Cunha.

Eu passarei agora a palavra ao Vereador Abel Loureiro. Três minutos também.

O SR. ABEL LOUREIRO – Boa tarde a todos, Srª Presidente desta reunião...

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Só um instantinho. Vereador, só um minutinho.

Eu acabei de passar à mão da Senadora o relatório, mas ela quer que seja feito de uma forma mais...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Tem um documento para ser entregue? Porque eu soube que tem um documento a ser entregue. Se tem, o momento de vocês entregarem foi o momento da fala.

Então, por favor, antes disso...

(Procede-se à entrega de documento.)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Candice, passe, por favor, o e-mail da Procuradoria para elas.

Bem, dando prosseguimento, nós passaremos agora, como última palavra, ao Vereador Abel Loureiro.

Por gentileza, Vereador, com a palavra.

O SR. ABEL LOUREIRO – Boa tarde a todos, Sr^a Presidente desta reunião, minha querida Deputada Federal Elcione Barbalho; Senadora Ana Rita Esgário, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional para o enfrentamento à violência contra a mulher; Deputada Ana Cunha; meus amigos; Deputado Bordalo; as delegadas que estão aqui presentes; Delegado Francisco Robério, como meu tempo é exíguo, eu queria pedir permissão à Sr^a Presidenta, para não contrariar a dinâmica quanto a perguntas, apenas para fazer um pequeno relato.

No último dia 30 de novembro deste ano, nós presidimos uma sessão especial em alusão ao Dia Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Esse é um projeto de lei nosso, que foi aprovado à unanimidade pela Câmara Municipal de Belém, e desde o dia 20 de janeiro de 2011, nós já temos a lei municipal, o que me engrandece bastante.

No entanto, gostaria de dizer que é com pesar que recebemos a comemoração dessas datas, e eu pergunto e respondo: Mas por quê, Dr. Sandro? Mas por quê? Discutir a temática da violência contra a mulher devia ser algo muito ultrapassado, com certeza, e que não precisaria de um dia ou de legislações para combater qualquer forma de violência ou agressão à mulher. Mas isso se a nossa sociedade fosse muito mais avançada do que realmente é.

Mas também eu reconheço a importância de se divulgar essa data, bem como qualquer legislação que confira proteção à sanidade da mulher em todos os seus aspectos. O nosso *slogan*, desde 2011, é e continuará sendo: Quem bate na mulher machuca a família inteira.

Para complementar, eu gostaria de lembrar também o seguinte: como Parlamentar e cidadão, Deputado Bordalo, eu, você, nós todos nos preocupamos com a proteção de nossas mulheres e, consequentemente, com nossas famílias.

A minha Senadora me pediu para encerrar. Só para complementar, Senadora – o que nos orgulha bastante –, acredito na sensibilidade do prefeito eleito para dar atenção especial a esta causa. Ele já sinalizou que fará, sim, Deputada, o Pro Paz Belém. Será uma bandeira nossa, de luta, junto ao novo prefeito, para que seja criado um espaço integrado de atendimento à mulher onde se fará o B.O., se fará a perícia, se dará o atendimento psicológico e tudo aquilo que for necessário para vocês mulheres.

Muito obrigada.

Boa tarde (*palmas*.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Quero finalizar fazendo um agradecimento a todos vocês, a todas as pessoas que aqui vieram, responderam às questões, que se colocaram à disposição da CPMI. E agradecer a presença do movimento social e também agradecer à Assembléia Legislativa por nos ter cedido este espaço. Como relatora, quero agradecer também a documentação que aqui foi entregue pelo movimento social. Ficamos no aguardo das demais providências por parte dos poderes aqui constituídos, e das informações que ficaram de repassar no mais tardar na semana que vem.

No mais, quero agradecer, parabenizar vocês pelo trabalho, mas também desejar que as políticas de enfrentamento à violência aqui no Estado possam ser ampliadas, fortalecidas, para que as mulheres sejam mais bem protegidas nesses Estados.

Muito obrigada.

Era o que gostaria de dizer neste final. (*Palmas*.)

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Sr^a Senadora, eu quero também, como Presidente, neste momento, da CPMI, agradecer a todos vocês, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboraram para essa construção, para a confecção desse relatório; e dizer também que estamos em Brasília, que somos Procuradoras da Mulher na Câmara Federal, escolhidas através do voto das Parlamentares.

Quero colocar a Procuradoria também e solicitar todo esse material que foi entregue hoje para que a gente possa fazer um esforço concentrado, junto com todas as Deputadas que fazem parte daquela Casa, para que, juntas com o Senado, possamos trabalhar cada vez mais no sentido de melhorar, de denunciar, de fazer o que for possível para que haja respeito e dignidade, acima de tudo, com as mulheres brasileiras.

O nosso e-mail é procuradoria.mulher@camara.gov.br. Aqui temos cartões à disposição, mas, como a Candice disse que já distribuiu, fica aí com vocês. A gente espera que possamos dar cada vez mais a nossa parcela de colaboração.

Muito obrigada.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Permita-me passar mais uma informação?

A SR^a PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Pois não.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Esta audiência pública foi toda gravada, a gravação da audiência pública estará à disposição no site, na página do Senado. Vocês poderão acessar o www.senado.gov.br. Embaixo, tem um link dizendo: dê a sua sugestão. Ao clicar ali vocês estarão acessando também a página da CPMI. Então, as informações que foram aqui colo-

cadadas poderão ser obtidas daqui a alguns dias, mais ou menos uma semana. Vocês vão acompanhando que, no momento certo, estarão à disposição de vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Elcione Barbalho. PMDB – PA) – Muito obrigada.

Não havendo mais nada a tratar, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião realizada em 10 de dezembro de 2012, às 15 horas e 44 minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sob a presidência da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e com a presença da Deputada Gorete Pereira (PR-CE) e do Senador não membro Inácio Arruda (PCdoB-CE). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Ana Rita (PT-ES), Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE); e os Senhores Deputados: Dr. Rosinha (PT/PR), Marina Santanna (PT/GO), Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: Delegado Luiz Carlos Dantas, Superintendente da Polícia Civil do Estado do Ceará; Dr. Raimundo José Arruda Bastos, Secretário de Saúde do Estado do Ceará; Mônica Maria de Paula Barroso, Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres do Estado do Ceará; Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça, Juíza do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Dra. Maria Magnólia Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça do Estado do Ceará; Dra. Elizabeth Souza, Defensora Pública do Estado do Ceará; Nilde Souza, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; Senhora Maria da Penha, Presidente do Instituto Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade

de, no prazo de 180 dias, prorrogados por mais 180, investigarmos a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Fortaleza para escutar alguns convidados.

Antes de me referir a esses convidados e chamá-los a fazer seus depoimentos, eu queria agradecer à Assembleia Legislativa, ao seu Presidente, através da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher, das Deputadas aqui presentes, da Deputada Fernanda, da Deputada Rachel, da Deputada Bethrose, do Deputado Lula, e dizer que a acolhida que a Assembleia faz é expressão das conquistas já realizadas com a criação da Procuradoria e o funcionamento regular da Frente Parlamentar. Essa conquista tem um papel muito importante, porque dá continuidade à conquista de direitos e estabelece, através da Procuradoria, uma dinâmica de relacionamento com a sociedade civil.

Cumprimento os funcionários e funcionárias e agradeço-lhes por sua disponibilidade, por sua acolhida – aos setores de comunicação da Assembleia, ao Cerimonial –, porque o seu suporte à realização de nossos trabalhos é parte da vitória que nós temos.

Queríamos dizer que os objetivos da CPMI, diferentemente dos de outras, não estão centrados em levantamento de dados e informações sobre a violência contra a mulher – as informações, nós encontramos cotidianamente nos meios de comunicação, nos jornais, nos dramáticos assassinatos e agressões que ocorrem todos os dias. O objetivo central da CPMI é verificar, avaliar, fiscalizar como os órgãos do Poder Público estão implementando as conquistas materializadas na Lei Maria da Penha.

E aqui faço um intervalo para dizer que é uma grande satisfação para a CPMI poder contar aqui com a presença desta cearense que teve a coragem de enfrentar as maiores dificuldades para fazer com que o Brasil reconhecesse que aquele período de nossa história em que se dizia que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” havia sido ultrapassado e que era necessária a criação de uma política de Estado. Por isso, minhas homenagens e minhas congratulações à nossa querida Maria da Penha, que será escutada durante os trabalhos da CPMI – será um depoimento da sociedade civil, que está entre os que foram aprovados no requerimento. *(Palmas.)*

Quero dizer que, por características do Regimento Interno do Congresso Nacional quanto a CPMIs, apenas parlamentares federais – Deputados Federais ou

Senadores – poderão inquirir as pessoas convidadas. Por isso é que nós tivemos este primeiro momento, a primeira parte, em que, merecidamente, deputados e deputadas estaduais puderam fazer uso da palavra.

Queríamos também, por último, dizer que há um enorme desafio no Estado do Ceará. O Brasil é o sétimo país entre 84 países do mundo em índices de homicídios contra mulheres (4,4 por cem mil mulheres).

Qual é a particularidade do Ceará? Sem dúvida, pelas estatísticas do Instituto Sangari, o Ceará é o 22º em violência doméstica, embora Fortaleza seja a 16ª capital, com um índice bem mais elevado do que o índice do Estado do Ceará.

Qual é a nossa pergunta? Efetivamente, o índice de violência no Estado do Ceará é menor do que em vários outros Estados do Brasil ou a notificação ou o registro dos casos de homicídios são precários e não respondem a essa realidade? Essa é uma discussão que queremos fazer com os senhores e com as senhoras.

Queremos dizer também que, entre os cem Municípios com maior índice de violência, o Ceará tem apenas dois, entre eles, o Município de Barbalha, que é lamentavelmente o 13º entre os cem Municípios do País. Evidentemente, Quixeramobim é o 51º, com uma taxa de 11,1% numa população feminina de 36 mil.

São dados que nos preocupam, porque nós precisamos... E, com esta audiência, apenas se inicia um processo de verificação dos índices de violência, de aferição da justeza dos índices apresentados, para vermos como enfrentamos a violência aqui.

O Estado do Ceará, dos seus 184 Municípios e oito macrorregiões, tem sete delegacias, três delas não exclusivas, cobrindo apenas três das oito macrorregiões do Estado, porque as outras estão distribuídas nas mesmas macrorregiões. Nós temos três serviços de saúde, dois juizados de violência doméstica, duas promotorias especializadas, quatro defensorias especializadas, quinze centros de referência de atendimento à mulher, duas casas-abrigo, sete organismos governamentais.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que o que temos visto em todos os Estados são três ordens de questão. A primeira ordem, a precariedade no sistema de informações. Nós discutimos hoje, por exemplo, com a nossa delegada da Delegacia Especializada de Fortaleza que muitas vezes os inquéritos instaurados pelas delegacias comuns não necessariamente vão diretamente a um centro único e isso faz com que não tenhamos uma centralização de informações. A precariedade nas informações também atinge a falta de interlocução entre os diferentes órgãos, varas, delegacias, defensorias, Ministério Público.

Segundo aspecto: a precariedade de pessoal e de estrutura física. Nós temos poucos servidores, muitos deles com situações frágeis, em todas as instituições. Isso não é um dado só do Ceará, é um dado de todo o Brasil.

E a terceira questão: o que nos falta? A criação de uma articulação entre todas as instituições que trabalham com essa questão.

Por último, eu queria dizer aos senhores e às senhoras que estivemos com o Governador Cid Gomes e apresentamos um elenco de demandas que nos pudessem auxiliar na ampliação da estrutura do sistema que atenda à mulher vítima de violência.

Colocamos a necessidade da imediata mudança do prédio da atual delegacia especializada, dada a precariedade. Colocamos a necessidade de haver em Fortaleza, de imediato, mais uma delegacia. As Deputadas Estaduais aqui presentes apresentaram um projeto extremamente importante e desafiador, que é a criação do Complexo da Mulher, uma das iniciativas mais brilhantes que nós temos. Colocamos as demais demandas e que ele pudesse ser um articulador de um comitê intergestores e que pudesse nos assegurar a ampliação no interior.

O Governador do Estado nos colocou aquilo que era possível. Em primeiro lugar, o aperfeiçoamento do sistema de informações, um debate já realizado pela Coordenadora, por nossa Defensora Mônica Barroso, que já nos havia informado estudos envolvidos e que o boletim de ocorrência pudesse ter um campo específico. O Governador sinalizou que essa é uma medida de ser possível ser imediatamente constituída, nos apontou também a possibilidade de que se intensificasse, pelas academias de polícia, um treinamento dos profissionais das delegacias comuns, porque a violência contra a mulher não é uma coisa simples; não é qualquer profissional que sabe que tem condições de enfrentar o drama que é uma agressão. O Governador também assumiu o compromisso e nos sinalizou a possibilidade de garantir a existência de uma delegacia em, pelo menos, todas as macrorregiões do Estado, e se comprometeu de tomar a iniciativa da criação do comitê intergestor.

Para nós, a conversa com o Governador foi fundamental, para que, em nível do maior cargo de responsabilização do Executivo, pudesse haver explícita e abertamente um compromisso claro com a política de enfrentamento à violência contra a mulher.

Por isso, quero, mais uma vez, cumprimentar, especialmente a Deputada Gorete Pereira, que não só apresentou o requerimento, mas também brigou para que a CPMI viesse ao Ceará, tanto que hoje nós tivemos de nos dividir. A Relatora, Senadora Ana Rita,

está no Estado do Pará, e definimos que a Presidência nomearia Relatora *ad hoc* a Deputada Gorete Pereira, para que pudesse se desenvolver esse processo.

Usarão das palavras em seus depoimentos, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará ou seu representante. Foram convidados... E nós queremos destacar que um dos problemas que a CPMI enfrenta, em todos os Estados, é a subestimação dos principais gestores no comparecimento à audiência pública. Por isso, quero cumprimentar os gestores que estarão aqui presentes – de primeiro escalão... Parece-me que, neste momento, está presente o Secretário... Está aqui presente, neste momento, em nível de primeiro escalão, o Secretário da Saúde do Estado do Ceará, Dr. Raimundo José Arruda Bastos, a quem quero cumprimentar, pois a presença do primeiro escalão, das instâncias que nós convidamos é demonstração de compromisso.

Está também aqui presente o representante do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Registro. Registro que o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará está em viagem; logo, nós consideramos que sua ausência se justifica pela viagem. Para representá-lo, está nosso Superintendente da Polícia Civil, Dr. Luiz Carlos de Araújo Dantas.

Chamamos também a Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Ceará que, por uma confusão nas informações, no fluxo das informações, considerou que ela poderia repassar a representação para nossa coordenadora. Estão presentes também a representante da Desembargadora Francisca Adelineide Viana, Coordenadora Estadual da Mulher, e a nossa Juíza Fátima Maria Rosa Mendonça.

Estarão aqui também, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, a nossa Procuradora Maria Magnólia Barbosa da Silva e, representando a Defensoria Pública, a Dr^a Elizabeth das Chagas Sousa.

Foi aprovado requerimento para escutarmos aqui a Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, a Dr^a Mônica Maria de Paula Barroso, que, como Coordenadora do Pacto do Enfrentamento à Violência, é automaticamente convidada para estar aqui presente.

E, por último, a representação da sociedade civil, no caso a nossa querida Maria da Penha, que fará o seu depoimento.

As Deputadas Estaduais podem permanecer o tempo que quiserem à mesa, porque eu considero que a presença das senhoras e do senhor é a expressão de que a Assembleia continua comprometida com a nossa Casa. Caso tenham outra agenda necessária, poderão sair.

Nós escutaremos, em primeiro lugar, por ordem de dinâmica e de importância do comprometimento, o representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, Dr. Luiz Carlos Dantas, que poderá escutar os questionamentos que a nossa Relatora *ad hoc* fará, para que o senhor possa fazer...

Caso, Dr. Dantas, o senhor tenha trazido algum outro servidor da estrutura que tenha um número maior de informações do sistema de segurança, o senhor poderia fazer a abertura e passar a palavra para a pessoa responsável, já que muitas vezes é quem centraliza o maior número de informações.

Nós passaremos a palavra para a nossa Relatora, que fará suas considerações gerais e fará as perguntas para que o senhor as anote.

Já foi passada para o Dr. Dantas a cópia das perguntas? (*Pausa.*)

Já. Então, nós passaremos para a nossa Relatora *ad hoc* e, caso não tenha sido passada a cópia das perguntas, nós pedimos à assessoria que imediatamente seja passada para ele, para que ele possa ter em mãos as perguntas a serem colocadas.

O senhor terá, quando for ocupar a tribuna, até 20 minutos, juntamente com a assessoria que o senhor quiser convocar.

Com a palavra a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Gorete Pereira, autora do requerimento.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar fazendo na tarde de hoje: mais uma reunião com pessoas ilustres e abnegadas que a todo instante estão pensando no problema da violência contra a mulher, que realmente é uma lástima que ainda está em grau bastante elevado no nosso País. Não poderíamos deixar que a CPMI do Congresso Nacional, depois de já ter visitado 15 Estados do Brasil, deixasse de vir a Fortaleza, para que a gente pudesse ouvir e instrumentalizar as ações que poderão ser tomadas a partir de agora.

Eu gostaria de dizer que as Deputadas Estaduais aqui – a Fernanda Pessoa, a Bethrose, a Rachel Marques –, e o Deputado Lula Moraes, que são realmente aqueles Deputados mais ligados aos direitos humanos e à violência contra a mulher. Ficamos muito satisfeitos de estar nesta tarde de hoje reunidos aqui com eles; como também com a Dr^a Fátima Maria Rosa Mendonça, que é a Juíza Titular do Juizado da Violência no Estado do Ceará; a Sr^a Elizabeth Sousa, Defensora Pública; a Dr^a Magnólia Barbosa, Procuradora de Justiça, que sempre nos atende e nos acode em todos os nossos problemas; a Dr^a Rena Gomes Moura.

Dr^a Rena, nós falávamos com o Governador da sua abnegação, do seu trabalho, sozinha, praticamente

te, e a gente pedindo que aumentasse o número de efetivo para melhorar.

Não podia deixar de citar também a nossa Delegada Cezarina Cavalcante, que está fazendo um trabalho lindíssimo no Maracanaú. Também está presente a Sineide Castro, que é da Casa Chiquinha Gonzaga.

Acho que não esqueci ninguém.

Lembro também Mônica Barroso, que também é uma pessoa que sempre está junto com a gente e também me acode quando estou com esses problemas para levar para Brasília, para algum fórum.

Deixe para o final, de propósito, Maria da Penha, essa nossa amiga que foi a precursora de muita coisa favorável à mulher, a partir de uma Lei que, juridicamente, tem mostrado fora do Brasil que aqui se está pensando diferente em relação à violência contra a mulher.

Todos os momentos há em Brasília uma fiscalização das Deputadas Federais e das Senadoras e, com certeza, das Deputadas Estaduais do Brasil. Maria da Penha, há uma fiscalização dessa Lei e uma sensibilidade muito grande por ela, para que ela, realmente, seja uma lei daquelas que pegam e que seja cumprida neste País.

Então, neste momento, como Relatora, a quem cabe fazer algumas perguntas às pessoas que estão aqui reunidas nesta tarde, eu gostaria de fazer perguntas à pessoa que está substituindo o nosso Secretário de Segurança Pública, o Dr. Dantas, que também já percorre a Superintendência de Fortaleza e já viu muita coisa.

Há 184 Municípios no Ceará e apenas sete Delegacias da Mulher, sendo só uma em Fortaleza e seis no resto do Estado, quando sabemos que esta Casa aprovou, tempos atrás, uma lei determinando que todo Município que tivesse 60.000 habitantes deveria ter uma Delegacia da Mulher. Mesmo assim não conseguimos evoluir. Temos de trabalhar todo dia, e muito, pela mulher, porque é difícil. Hoje mesmo o Governador já prometeu mais uma delegacia e prometeu também que todas as macrorregiões do Estado do Ceará teriam uma Delegacia da Mulher.

Quanto à previsão do aumento, já dei a resposta porque perguntamos ao Governador, e S. Ex^a já disse. Mas o Dantas não estava presente; ele não podia nem ter falado, não é?

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Dantas se a Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deixe-me explicar: o Dr. Dantas terá até 20 minutos para responder a todas as perguntas.

Então, a sugestão – é assim que funciona – é a gente apresentar todas as perguntas para que o se-

nhor possa, se quiser – parece-me que é o seu caso –, também acessar outras pessoas da Secretaria para ajudá-lo a complementar as informações.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – A segunda pergunta para o Dr. Dantas: os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual e não “revitimizar” as mulheres?

Quando foi feita a última capacitação dos servidores para lidar com mulheres vítimas de violência?

O Governo do Estado informou que, em julho passado, houve a criação de um grupo de trabalho para aprimorar o sistema de estatística da Secretaria de Segurança Pública, dentro da qual há um subgrupo dedicado a elaborar os fluxos de atendimento das mulheres em situação de violência no Estado.

Pergunto: quantas delegacias do Estado disponibilizarão esse material? Quando será implantado um campo específico para o registro da Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luiz Carlos Dantas, Superintendente da Polícia Civil, o senhor pode ocupar a tribuna. Parece-me que o senhor também contará, para complementar os dados, com a presença da Dr^a Rena. O senhor pode usar a tribuna.

No momento em que considerar adequado, o senhor poderá passar a informação para ela.

O SR. LUIZ CARLOS DANTAS – O.k.

Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar eu gostaria de afirmar que é com muita satisfação, com muita honra que estamos aqui neste momento representando o Ex^{mo} Sr. Secretário de Segurança Pública, Coronel Francisco Bezerra, que, tenho certeza, teria grande prazer em estar aqui neste momento, mas, impossibilitado, mandou-me cumprimentar e abraçar todos e dizer também do seu interesse no assunto, uma vez que ele colocou a questão da mulher como prioridade para a segurança pública do Estado do Ceará.

Eu sou testemunha disso e devo dizer que a primeira reunião que o Ex^{mo} Sr. Secretário de Segurança Pública promoveu no âmbito do sistema de segurança pública do Ceará, quando assumiu o cargo no início de 2011, foi uma reunião com todas as delegadas titulares de delegacias de mulheres e com outras mulheres que atuam não só na capital, mas também no interior.

Gostaria de cumprimentar todas as Deputadas aqui presentes na pessoa da Deputada Jô Moraes, da Deputada Gorete e da nossa heroína nacional, Dr^a Maria da Penha. Na pessoa do Deputado Lula, cumprimento e saúdo todos os Deputados aqui presentes; os servidores desta Casa; os profissionais de imprensa;

na pessoa da Dr^a Rena, as delegadas de polícia; e na pessoa da Dr^a Magnólia, as promotoras de justiça.

Gostaria de também convidar, para fazer parte aqui, além da Dr^a Rena, nossa festejada Delegada da Mulher que não tem medido esforços, anos a fio, para contribuir com a questão da diminuição ou erradicação da violência contra a mulher, a Dr^a Penélope, Delegada da Delegacia da Mulher de Sobral, e a Dr^a Cezarina, Delegada da Delegacia da Mulher de Maracanaú.

Por favor, eu queria a permissão de V. Ex^a para que elas também fizessem parte aqui dessa equipe,...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem toda a permissão.

O SR. LUIZ CARLOS DANTAS – ... já que o sistema de segurança pública funciona efetivamente como uma equipe.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Dr. Dantas, o senhor sabe qual é o orçamento que essas Secretarias recebem para o desempenho? Porque, na manhã de hoje, em visita à única Secretaria que existe em Fortaleza, realmente nos causou um pouco de dó a condição em que encontramos a Secretaria em relação a efetivo, à estrutura física do imóvel, para proporcionar realmente o que as mulheres estão procurando. O senhor sabe dizer o que Secretário de Segurança repassa para essas delegacias para que possam fazer um atendimento melhor?

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Bem, sinceramente, eu não sei explicar neste momento para a senhora. Não sei detalhar a quantia em dinheiro que é repassada, mas posso dizer, como já afirmei, que há um interesse muito grande. Não tenho nenhuma dúvida de que, se pudéssemos resolver todas as coisas no período em que estivemos, teríamos, sim, resolvido.

Eu pergunto se eu posso responder os quesitos na ordem aqui, que não diferentes da ordem das perguntas feitas pela Deputada Gorete.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Fique à vontade.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Nós só queríamos registrar que, com relação à pergunta da Deputada Gorete, como o senhor não está com a informação agora, nós daríamos um prazo de até 10 dias, para que a Secretaria de Segurança mandasse a informação, porque é uma informação muito importante. Evidentemente, nós daremos um prazo, e o senhor poderá pedir ao Secretário de Segurança que envie a informação à Secretaria da CPMI.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Muito obrigado. Tenha certeza de que, mesmo antes do limite desse prazo, todos terão a resposta.

Bem, como a senhora afirmou, nós temos 184 Municípios no Estado do Ceará e sete delegacias de polícia especializadas no trato da questão da violência doméstica. Temos a delegacia de polícia em Fortaleza, cuja titular é a Delegada Rena; Delegacia da Mulher de Caucaia; Delegacia da Mulher de Maracanaú; Delegacia da Mulher em Sobral, cuja titular se encontra conosco, a Dr^a Penélope; Delegacia da Mulher em Iguatu; Delegacia da Mulher em Crato e em Juazeiro do Norte.

Nós estamos com projetos bem avançados para inaugurarmos ainda no começo do ano – tenho certeza de que Deus vai nos favorecer isso – as delegacias especializadas em repressão à violência contra a mulher no Município de Pacatuba e no Município de Quixadá, onde estamos construindo prédios com conceitos para que todas as pessoas que necessitem da intervenção da Polícia Civil possam ser atendidas com toda dignidade.

Daí nós passaremos para 9 delegacias especializadas.

Se não me falha a memória, nós temos 23 Municípios no Estado do Ceará com mais de 60 mil habitantes. Camocim talvez seja o que tenha 60 mil e poucos habitantes. E temos metas para, no menor tempo possível, também instalarmos delegacias nesses Municípios.

Devo dizer, apesar de não ser especialista, que o Estado do Ceará ainda é um Estado muito pobre, mas nós temos nos esforçado e temos acompanhado o esforço da Secretaria de Segurança Pública no sentido de instalar todas as delegacias possíveis no menor tempo possível.

Enquanto isso, no que diz ao atendimento, nós sabemos que a Delegacia da Mulher de Fortaleza já é muito pequena para o atendimento da demanda. Ainda no ano passado nós tentamos instalar uma delegacia de polícia no Bairro Messejana, pois constatamos que é um local em que as ocorrências de violência doméstica acontecem num maior índice.

Temos demonstrado o nosso interesse e chegamos a participar de vários eventos naquela região, a exemplo do que aconteceu, semana passada, não só na semana passada, mas desde o dia 27 de novembro, quando Ministério Público, Tribunal de Justiça, Universidade Estadual do Ceará, Defensora Pública, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros participaram de eventos objetivando sensibilizar cada vez mais pessoas para que todos em conjunto possam dar uma resposta a todas essas questões.

No que diz respeito às regiões, temos conversado habitualmente com todas as delegadas titulares de delegacias de mulheres em Sobral, Crato, Juazeiro. A Dr^a Penélope está aqui como testemunha. Além do tra-

balho efetivo de delegada de polícia, ela realiza ações preventivas, estudos, debates e seminários acerca da violência doméstica, não só em Sobral, mas em diversos Municípios em torno de Sobral, incursionando, inclusive, pela Serra da Ibiapaba. Isso também acontece nas demais regiões, onde estão instaladas delegacias especializadas no tratamento da violência doméstica.

Com relação aos homicídios, a senhora bem se referiu, há uma coordenadoria instalada pelo Secretário de Segurança Pública para estudo estatístico acerca dos índices de violência doméstica. A partir desses resultados, empreendemos atividades preventivas e repressivas, não só utilizando as Delegadas das delegacias especializadas, mas todos os delegados que atuam na capital e no interior do Estado.

No caso de Barbalha, temos também promovido debates, análises e reuniões com as delegadas de Juazeiro e de Barbalha, contando com a participação de inspetores de polícia, escrivães e delegados, para tratarmos com mais critério e com mais rigor todas as questões relacionadas à violência doméstica, especialmente no Município de Barbalha.

No que diz respeito à capacitação, inauguramos, no ano passado, no Ceará, uma academia única para formação de profissionais de segurança pública. Até a inauguração dessa delegacia, mantínhamos um estudo na nossa Academia da Polícia Civil do Estado do Ceará. A partir da criação da Academia Estadual de Segurança Pública, vários projetos foram colocados em prática e várias reuniões foram realizadas, até porque tínhamos à frente um profissional da área de educação muito preocupado com essa questão, o nosso ex-Diretor da Academia Estadual de Segurança Pública, Dr. César Barreira.

Além disso, devo dizer que, nos cursos de formação, tanto na esfera da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Polícia Civil, matérias relacionadas à violência doméstica são obrigatórias. Então, os alunos passam por estudos no primeiro momento de formação como em cursos de especialização. A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil não têm medido esforços para possibilitar que nossas delegadas participem dos mais diversos eventos, não só na capital, Fortaleza, como em outros Municípios e em alguns Estados brasileiros. Para isso, mandamos, este ano, todas as delegadas de delegacias de mulheres do Ceará para participarem de eventos inclusive em Brasília.

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – Quando foi a última capacitação?

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Em maio de 2012, tivemos uma capacitação para todos os já na Academia Estadual de Segurança Pública.

Em agosto deste ano, todas as delegadas já estiveram presentes no Encontro Nacional de Delegadas de Delegacias de Mulheres do Brasil. Falei, há pouco, que nós, com muito esforço, oportunizamos que todas participassem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu aproveitaria, Dr. Luiz Carlos, para pedir que o senhor pudesse nos enviar, por escrito, a informação solicitada pela Deputada Gorete: não “todos os policiais”, mas quantos foram os policiais, porque “todos os policiais” é impreciso. Quantos foram os policiais que participaram do treinamento em maio, de quais delegacias e de quais serviços? Provavelmente, não é possível a informação neste momento, mas ela é muito importante para termos a dimensão real de quais os policiais atingidos, por números, por setores, no treinamento de maio, em toda a estrutura da Secretaria de Segurança Pública. O senhor disporia de até 10 dias para responder a informação que a Deputada Gorete solicitou.

O SR. LUIZ CARLOS DANTAS – Como faremos com relação ao orçamento, antes do prazo limite, também encaminharemos a relação de todos os policiais civis e militares que tenham participado de eventos voltados para o ensino nessa área. Não tenha dúvidas quanto a isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Basta o número.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – No que diz respeito à reestruturação da Delegacia da Mulher de Fortaleza, eu devo dizer que, a partir da reunião que tivemos com o Secretário de Segurança Pública no início de 2011, nós iniciamos um projeto para mudar o local de funcionamento da Delegacia da Mulher. Encontramos um prédio após uma discussão sobre o local, uma discussão realizada entre as Delegadas de Mulheres, juntamente com profissionais da Defensoria Pública, com outras mulheres vítimas e profissionais da Procuradoria de Justiça, que acharam conveniente, considerando a história e o ponto estratégico, que a Delegacia da Mulher funcionasse próximo ao local onde hoje funciona. A própria Drª Rena escolheu o prédio. Nós conversamos pessoalmente com um dos proprietários do prédio, resolvemos a questão do aluguel e fizemos o contrato; ele se comprometeu a fazer uma reforma e fez a reforma, sendo assistido pela Delegada Rena. Quando acreditávamos que íamos, finalmente, mudar para um local de bom acesso, para um local com uma estrutura que atendesse à demanda atual, nós fomos surpreendidos por um entrevero que houve no seio dos proprietários do imóvel, e, infelizmente, mesmo depois do contrato realizado, não foi possível mudarmos. Isso foi muito

triste não só para nós, mas para todas as pessoas, todos os profissionais que esperavam efetivamente por um local mais digno. A partir daí, nós passamos, mais uma vez, a procurar outro prédio.

Com relação a esse prédio, nós faríamos o contrato com a promessa de compra e venda do imóvel, e esse entrevero impossibilitou a conclusão desse negócio; mas temos projeto para a construção de uma nova delegacia. Enquanto isso, a Dr^a Rena tem trabalhado no sentido de buscar uma edificação onde possamos, realmente, instalar a Delegacia da Mulher com as condições necessárias para atendimento da demanda. Todos os dias, tocamos nesse assunto e estamos procurando de forma incansável, e é possível que, nos próximos dias, tenhamos uma nova instalação.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – É lamentável, Secretário, que, nesse período, nós estejamos ainda procurando um prédio e ainda para alugar, quando sabemos que, encontramos, no Estado do Ceará, local para fazer centro de convenções, para colocar aquário, para fazer todo esse tipo de coisa. (*Palmas.*) Nós estamos procurando um prédio para alugar! Tudo isso dificulta muito o trabalho da delegacia, porque, quando se aluga e quando se muda, até que as mulheres, coitadas, violentadas, encontrem o novo endereço e peguem a cultura de ir para outro lugar, já se tenha passado algum período. É lamentável que não seja construído. É a única coisa que eu recomendaria: que o próximo prédio seja realmente com um contrato de compra e venda, para que não se esteja mudando todo o tempo. E que sejam construídas mais delegacias.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Ótimo. A senhora disse bem. Nós tentamos realmente manter o prédio num local estratégico, nas proximidades de onde funciona o prédio. Naturalmente, poderíamos construí-lo em outro local, mas, como eu disse antes, houve uma manifestação e uma decisão das profissionais da área no sentido de que a delegacia fosse instalada nas proximidades de onde funciona hoje.

Nós não chegamos a fornecer nenhum endereço para nenhuma mulher. Portanto, em nenhum momento, induzimos nenhuma a erro com relação ao local. A nossa intenção era, mesmo antes de inaugurar, divulgar o local, que, por sinal, é vizinho do prédio onde funciona a Delegacia da Mulher. Nesse período, não houve...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Deputada, desculpe-me.

E, nesse período, não houve nenhuma solução de continuidade nas atividades desenvolvidas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não precisa todo o relato, porque há uma série de

outros. Nós prorrogamos para o senhor por mais 10 minutos.

Eu queria ter uma informação do senhor. Nós temos enorme dificuldade de saber os números exatos das ocorrências de violência contra a mulher, porque nós temos a informação das que vão para a delegacia especializada, mas nós não temos a informação das que vão para as delegacias comuns. Há uma dificuldade, inclusive, de encaminhamento de medidas protetivas, quando os inquéritos e as solicitações vão das delegacias comuns para a vara especializada. Nós apresentamos essa demanda ao Governador, mas acredito que, compreendendo que era necessário consultar a estrutura de segurança pública, ele não nos sinalizou. Nós necessitamos de um órgão, no sistema de segurança pública, que centralize as informações todas das ocorrências de violência contra a mulher, da capital e do interior, mesmo daquelas cidades ou daquelas delegacias que não têm delegacia especializada. São várias as macrorregiões. A minha pergunta é: o senhor considera, como pessoa que domina a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, que caberia a uma diretoria de acompanhamento das delegacias especializadas a política de violência doméstica, a uma superintendência ou a uma coordenação? O senhor, que é responsável por acompanhar o conjunto das delegacias especializadas, tem um acúmulo de informações. Onde caberia uma estrutura própria, dentro do sistema de segurança, que pudesse centralizar a condução, o treinamento, as informações e a política de implementação da Lei Maria da Penha?

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS – Eu concordo com a senhora. Sou a favor de, efetivamente, termos uma coordenadoria tratando

...termos uma coordenadoria tratando dessas questões.

No que diz respeito a esses números, nós já estamos trabalhando, inclusive na modernização da nossa central tecnológica, e criando campos para inserirmos todas as questões relacionadas à violência doméstica. Em breve, nós teremos à disposição todos esses números, a senhora não tenha nenhuma dúvida quanto a isso. Já estamos preparando, através da própria Coordenadoria de Tecnologia de Informação da Secretaria de Segurança Pública, com a Coordenadoria de Informações da Polícia Civil e a Coordenadoria de Estatística da Secretaria de Segurança Pública. Os três coordenadores estão trabalhando essa questão.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luís Carlos, eu deixaria recomendado para o senhor que pudesse ser enviada a resposta a algumas questões, para que, nos últimos 6 minutos que restam da ampliação do tempo, se o senhor conside-

rar assim adequado, o senhor possa passar a palavra para a Drª Rena.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS –

Claro, claro.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Mas eu queria deixar as recomendações.

Em primeiro lugar, as informações sobre o orçamento da Secretaria de Segurança Pública relativas aos programas da violência doméstica. Em segundo lugar, a proposta concreta.

Cabe a coordenação dessa política de enfrentamento à violência contra a mulher ao sistema de segurança, cabe a um órgão do sistema de segurança. Qual é a proposta que o senhor considera adequada, da Coordenadoria, e em quanto tempo, na discussão interna, o senhor poderia apresentar ao Governador para que essa coordenadoria estivesse preparada?

Em terceiro lugar, que o senhor nos enviasse datas, números e setores de pessoal que foram treinados especificamente para esse caso.

Aqui, não entram os custos mais gerais, onde são informados, na legislação sobre a Lei Maria da Penha, esses processos.

Eu quero lhe agradecer pela presença, por estar aqui presente, substituindo o Secretário de Segurança.

Se o senhor assim considerar, o senhor poderá passar esses últimos 5 minutos para alguma das suas assessoras aqui presentes.

O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS

– Claro, eu agradeço a oportunidade e passo a palavra, agora, à Drª Rena e às demais colegas que a acompanham.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A Drª Rena, provavelmente, disporá de até 5 minutos, porque nós temos de passar para o próximo.

A SRª RENA GOMES MOURA – Bem, boa tarde

a todos e a todas. É um prazer estar novamente aqui, com as Deputadas.

Para prestar algumas informações com relação a alguns questionamentos feitos pela Deputada, foi nomeada, pela Secretaria de Segurança Pública, uma comissão com todas as delegadas de mulheres do Estado, para, em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres, que é coordenada pela Drª Mônica Barroso, estudar diversas situações para amoldar fluxos de atendimento às mulheres, para amoldar atribuições das delegacias da mulher e, também, acertar essa questão do fluxo de informações, Deputada.

Inclusive, nós estamos trabalhando em conjunto com o diretor da Coordenadoria de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública, Dr. Raimundo, no sentido de discutir como nós poderíamos deixar que os

dados que são colocados no sistema de informações policiais, que caracterizam a violência doméstica contra a mulher, fossem obrigatórios, para que a gente conseguisse, com essa captação dos dados, em qualquer delegacia do Estado, ter esse dado real centralizado na coordenadoria de inteligência, para que fizessem a depuração desses dados e esses dados, realmente, fossem unificados em todo o Estado.

Então, há um ano nós temos várias reuniões. Todas as delegadas estão vindo do interior do Estado, juntamente com a Drª Mônica, para amoldar esses procedimentos, no sentido de otimizar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Eu gostaria de passar um pouco para a minha colega, Drª Penélope, que representa as delegadas da mulher do interior do Estado, porque ela pode falar mais a respeito.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra, a Drª Penélope.

A SRª PENÉLOPE MALVEIRA GOÉS – Boa tarde a todas.

O meu tempo é curto, mas eu queria agradecer a oportunidade e dizer que é uma luta nossa. Eu estou há 5 anos na DDM de Sobral. E Sobral, comparando população/procedimento, é 4 vezes mais violenta que Fortaleza, Deputado.

Quando as DDMs foram criadas, no interior, foi por conta da lei que as criou, porque a Constituição do Estado diz que um Município com mais de 60 mil habitantes deverá ter instalada uma DDM. Acontece que quando o decreto criou também as delegacias disse que aquela delegacia é só daquele Município. Então, logo que eu entrei, fiz uma solicitação ao então Secretário de Segurança para que a DDM de Sobral atendesse os outros 13 Municípios que fazem parte da regional.

Então, se pegarmos pelo censo de 2010, que é o que tenho, nós temos, no Estado do Ceará, 16 Municípios com mais de 60 mil habitantes. Nesses, Pacatuba e Quixadá estão inclusos. E nós temos, dentro desses Municípios, Deputada, as Delegacias Regionais. Então, nós temos estruturas dentro da Secretaria de Segurança que precisam ser bem distintas e bem claras: Polícia Militar, Polícia Civil, como é que se estruturam, como estão organizadas e como estão integradas. Então, dentro da Polícia Civil, nós temos as Delegacias Regionais. Por exemplo, Itapipoca tem, pelo censo de 2010, 114.693 habitantes; a Delegacia Regional de Itapipoca cobre 17 Municípios, e não há uma DDM nem em Itapipoca.

Então, veja bem, eu acho que, em médio e longo prazo, a minha visão é de que, dentro dessas delegacias regionais, houvesse cartórios onde pudéssemos

ter não só mulher, mas uma delegacia de atendimento a vítimas vulneráveis, porque aí nós atenderíamos mulheres.

Hoje, na DDM de Sobral, eu atendo crianças e adolescentes vitimados e idosos vitimados em situação de violência doméstica. Já a DDM de Fortaleza não atende essa demanda de crianças e adolescentes vitimados, mesmo em situação de violência doméstica. Então, as senhoras têm de compreender que, na minha visão, as delegacias regionais poderiam ter cartórios com delegadas do expediente.

Hoje – não sei se o Dr. Dantas pode confirmar –, acho que 1/3 das delegadas aprovadas no Estado do Ceará, no último concurso, foram delegadas mulheres. Então nós temos esse número para que elas atendessem no expediente, durante a semana, num cartório específico. E aí, sim, nós poderíamos ter pelo menos direcionado um ponto para o fim estatístico. Nós devemos partir dessa estatística até para poder saber com quem a gente está lidando. Então, hoje, a gente só tem estatística de sete Municípios.

Esse grupo de trabalho (GT) da Coordenadoria Especial de Política para Mulheres já fez um relatório, depois de um ano de reuniões nossas, mensais, das demandas das delegadas, da nossa realidade e do que nós poderemos avançar. Inclusive essa fala está nesse relatório, que já foi apresentado ao Governador. Não é isso, Dr^a Mônica?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PENÉLOPE MALVEIRA GÓES – Ao Secretário de Segurança Pública.

Então, o Secretário ficou de encaminhar esse relatório. E aí nós postulamos, inclusive, neste momento, que esse relatório pudesse ser...

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Eu gostaria de solicitar esse relatório para a CPMI.

A SR^a PENÉLOPE MALVEIRA GÓES – Pronto. Porque esse relatório foi fruto do trabalho de um ano. O Governador nomeou esse grupo de trabalho para exatamente trabalharmos sobre estatística. Nós concluímos esse trabalho, e a Dr. Mônica já o apresentou ao Secretário de Segurança. Então, é uma demanda da realidade das Delegadas de Polícia Civil do Ceará. Nós temos outro olhar sobre isso e sobre a importância, também, de estreitar essa visão, essa comunicação entre segurança e saúde.

Hoje, por exemplo, eu não sei se as mulheres que eu encaminho para o Creas estão sendo atendidas ou se as que estão atendidas nos Creas chegam à DDM. Então, nós não temos essa informação, porque, na verdade, fala-se muito em rede. Aqui no Ceará, a gente pensa em rede para dormir. Eu gosto mais da

“teia”. Eu queria que onde essa mulher caísse na teia, ou levando um filho que está sob efeito de álcool ou droga, agredindo dentro de casa, ou num CAPSAD ou até num PSF que essa discussão sobre saúde e segurança tivesse um olhar mais estreitado. E nós não temos isso; temos essa demanda reprimida.

Então, sempre, nas oportunidades em que falo, inclusive junto à faculdade de Medicina, eu digo que a verba hoje da União para a saúde é enorme. Se você pegar o percentual dessa mulher... Essa mulher não é atendida só na delegacia. O filho é atendido no CAPS, a mãe é recebida no Creas, para atendimento psicológico; então nós perdemos essa mulher de vista. Seria interessante que tivéssemos esse mapeamento dessa mulher dentro do local onde ela reside, porque muitas vezes ela muda de lugar, mas a casa e a violência seguem com ela.

Muito grata.

(Soa a campanha.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr^a Penélope. É o registro automático do tempo.

Nós ampliamos por mais 3 minutos, para escutar a Dr^a Cezarina, para que possa completar a sua informação, já que ela vem de uma região tão desafiadora.

A SR^a CEZARINA DO VALE CAVALCANTE – Boa tarde a todos. Eu saúdo a Mesa na pessoa da Deputada Fernanda, por ser de Maracanaú e sempre um apoio muito forte às minhas necessidades, às necessidades da Delegacia de Defesa da Mulher de Maracanaú.

Na realidade, o maior problema que hoje o Estado enfrenta é a falta de pessoal, investimento em concurso público para trazer pessoas e capacitá-las para exercerem as suas funções nas Delegacias Especializadas da Mulher e em outras delegacias também. Sabemos que existem os plantões de polícia, que atendem a violência doméstica naquele horário de 18 horas às 8 horas e esses procedimentos realizados no final de semana, que deveriam ser, na realidade, realizados na própria Delegacia da Mulher. Não existe essa condição por falta de pessoal. O maior problema, eu digo, é a falta de concurso público para pessoas ingressarem na instituição Polícia Civil. Enquanto não houver isso... A amiga Penélope estava sugerindo paliativos que não vão resolver o problema. Enquanto a gente tentar tapar buracos e não, efetivamente, resolver o problema, a gente não vai chegar a lugar nenhum e vai sobrecarregar ela mesma, com mais não sei quantos Municípios, além de Sobral, que já é um Município muito pesado. A minha colega trabalha demais, bem como a Rena.

E a gente, em Maracanaú, sabe das dificuldades. E a maior dificuldade é isso.

Na Delegacia de Maracanaú tem um inspetor, tem um escrivão só, 170 procedimentos. Fica difícil, mas a gente faz, porque eu pego as policiais que são inspetoras e as transformo em escrivãs *ad hoc*. Quer dizer, é outro paliativo. Essas policiais deveriam estar na rua, fazendo diligência, porque a gente tem que estar cada qual dentro da sua função, mas a gente tira um funcionário. Tem também pessoas fazendo, estagiários... A Dr^a Fernanda também me ajudou demais com estagiários de Direito ajudando nos procedimentos. E a gente trabalha com muita dificuldade.

Antigamente, antes da mudança da lei, eu trabalhava em cima da vontade da mulher. Então, eu trabalhava em cima do que ela queria. Ela saía muito satisfeita da delegacia, porque ela ia ter a resposta à demanda dela: eu quero isso; eu não quero uma situação de processo, mas eu quero que ele seja orientado, que seja chamada atenção dele; eu quero isso. Então, era isso que ela queria, era isso que eu dava. Depois da mudança da legislação, estou trabalhando em cima da vontade da lei. E houve uma mudança radical no nosso trabalho.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A senhora tem mais um minuto. Pode concluir em um minuto.

A SR^a CEZARINA DO VALE CAVALCANTE – Então, a sugestão é que o Estado faça novos concursos. A Polícia Civil, que antigamente tinha 3 mil e tantos, hoje tem 1.700 e poucos policiais, e Fortaleza cresceu demais, o Estado do Ceará também, os Municípios desenvolveram-se demais. Então, é necessário que a Polícia Civil seja reforçada com mais contingente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos ao Dr. Luiz Carlos Dantas, Superintendente da Polícia Civil, pela sua presença. Agradecemos a rica experiência e a disciplina da Dr^a Rena, Delegada de Fortaleza, da Dr^a Penélope, Delegada de Sobral, e da Dr^a Cezarina, Delegada de Maracanaú, pela suas contribuições e pelas suas propostas.

Nós vamos passar para o momento de escutar o Secretário de Saúde. A Deputada Gorete fará uma pequena consideração sobre as informações que ela teve hoje do Governador.

E, antes de chamar o Secretário de Saúde, nós queremos registrar e cumprimentar a presença do Senador Inácio. Ele vai fazer suas considerações acerca do tema depois.

A Deputada Gorete queria fazer algumas considerações ainda sobre o tema de segurança pública para que a gente possa passar para a saúde.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Nós ficamos muito satisfeitas porque o Governador disse que vai ser chamado hoje, e eu acho que a Dr^a Mônica Barroso e o Dr. Dantas sabem bem organizadamente os números, porque vai ser chamada uma quantidade x de escrivães, o efetivo... Realmente ele está muito atento para isso. E vai ser tudo aumentado. A gente precisaria saber o real e o certo do aumento do efetivo para que a gente possa também pensar nos cursos de capacitação para essas pessoas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Antes de passar para a nossa Relatora *ad hoc*, o Dr. Raimundo José Arruda Bastos já está de posse das perguntas?

Já está.

Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, Dr. Raimundo, porque o senhor, Secretário de Estado, compareceu à CPMI para contribuir na formulação. Isto é muito importante para nosso registro, inclusive, mesmo que traga com o senhor uma pessoa responsável pelo setor.

Nós passamos, neste momento, à nossa Relatora *ad hoc* para as suas perguntas. Em seguida, o Secretário de Saúde usará da tribuna para, em até vinte minutos, colocar suas informações.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Boa tarde, Dr. Arruda Bastos. Também quero agradecer pela presença.

A primeira pergunta seria quantos hospitais realizam o abortamento legal no Ceará.

Há algum planejamento para expansão do serviço para outras regiões do Estado?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido, em todo o Estado, um *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais?

Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

A notificação compulsória da violência contra a mulher é feita por todos os serviços de saúde no Estado. Quantos Municípios não fazem a notificação?

Eu gostaria de saber, também, Dr. Arruda Bastos, quantos centros de referência existem nos Estados? Eles cobrem todas as macrorregiões? E quais são os programas que são elaborados pela Secretaria de Saúde, se existe algum, conjuntamente com a Secretaria de Segurança Pública? Existe algum programa que seja feito juntamente com essas duas Secretarias

para abordagem da violência, já que todas essas violências decorrem também de um problema de saúde, de um problema de uma lesão corpora? Existe algum programa conjunto da Secretaria da Saúde do Estado junto com a Secretaria de Segurança Pública para o enfrentamento dos problemas de violência doméstica?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Secretário de Saúde, Dr. Raimundo Arruda, que disporá de até 20 minutos, incluindo, se o senhor tiver, a contribuição de alguém mais, se assim o senhor considerar necessário.

O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS –

Boa tarde a todos e a todas.

Quero dizer da satisfação de comparecer a esta audiência pública, saudar a Presidente da Comissão, a Deputada Jô Moraes, a Deputada Gorete Pereira, as Deputadas Estaduais Bethrose, Rachel Marques e Fernanda Pessoa, o Deputado Lula Moraes e a Drª Maria da Penha.

Respondendo aos questionamentos.

Quantos hospitais realizam o abortamento legal no Ceará?

São 7 hospitais na capital e 24 hospitais no interior. Nós capacitamos todas as maternidades do Estado do Ceará. Então, são 7 hospitais na capital, 24 no interior, capacitamos todas as maternidades do Estado do Ceará, e existe, sim, no nosso planejamento, a ampliação para os hospitais regionais, para os hospitais que estamos inaugurando. Inclusive, agora, no dia 18 de janeiro, vamos inaugurar o maior hospital do interior do Ceará, que é o Hospital Regional Norte, na cidade de Sobral, que tem uma unidade só para atendimento da mulher, como também o hospital que estamos construindo na cidade de Quixeramobim, no sertão central, que vai ser inaugurado em setembro desse ano, também com uma unidade específica para a mulher.

Outro questionamento: se as mulheres vítimas de crime sexual são encaminhadas com a urgência necessária para tratamento. Respondo que sim, respondo que é garantido *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais no Estado do Ceará. Esse controle de estoque é feito através de mapas realizados mensalmente, com relação à contracepção, e, com relação ao tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo Aids, hepatite e outras, através de um sistema informatizado, que disponibilizamos exatamente para isso.

Com relação a essa notificação compulsória da violência contra a mulher ser feita por todos os serviços de saúde, informo que capacitamos também todos os Municípios do Estado do Ceará. Temos um relatório que mostra os seguintes dados: são 184 Municípios capacitados, dos quais 177 Municípios, de 2007 até

2012, notificaram, realmente, casos de violência contra a mulher, e 7 municípios não notificaram. Estamos investigando para verificar se não notificaram porque não chegou às unidades de saúde nenhum caso suspeito ou confirmado. Eu sei que, dos Municípios, 177 notificaram.

Eu vou dar um dado: em 2007, 4 casos notificaram; em 2008, 94 casos; em 2009, 302 casos notificados; em 2010, 368 casos notificados; em 2011, 485 casos e, até esta semana, em 2012, foram 620 casos notificados em todo o Estado, o que dá um total, de 2007 para cá, de 1.873 casos de violência contra a mulher notificados.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O Senhor saberia dizer da caracterização? É mais lesão corporal grave? As notificações têm predominância de que natureza?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS –

Mais lesão corporal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Inclui estupro?

O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS –

Também, em menor quantidade, assim como outros tipos de lesão. Vou ver se tenho esse dado para fornecer à Senhora.

Com relação aos Municípios, como falei, 184 Municípios foram capacitados, 177 notificaram nesse período, sendo que somente 7 municípios não realizaram notificação.

Com relação às capacitações realizadas para isso, eu tenho a informar que realizamos capacitações para informação e sensibilização dos profissionais de saúde, para a implantação do serviço de notificação de violência. Em 2007, realizamos 8 capacitações para 387 participantes de 153 Municípios envolvidos. Pedimos, em 2009, mais 8 capacitações para 230 participantes, envolvendo 126 Municípios. Então, ao todo, realizamos capacitação nessa área para sensibilizar, para capacitar os profissionais. Foram 16 capacitações envolvendo 617 participantes.

Realizamos também eventos organizados pelas equipes das Secretarias de Saúde dos Municípios e da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em 2009, realizamos uma capacitação envolvendo 9 Municípios. Em 2010, houve 2 capacitações envolvendo 20 Municípios; em 2011, mais 3 capacitações para mais 30 Municípios; e, em 2012, reforçamos com mais 2 capacitações para 20 Municípios. Ao todo, realizamos 8 capacitações para 79 Municípios.

Realizamos também seminários estaduais, com a participação, inclusive, de técnicos do Ministério da Saúde. Realizamos, em 2008, aqui em Fortaleza, para

80 participantes. Renovamos, em 2009, para mais 80 participantes, e, em 2010, levamos para o interior, realizamos na Zona Norte, em Sobral, para mais 80 participantes, num total de 3 seminários estaduais envolvendo 240 participantes.

Realizamos também capacitações para operacionalização do sistema de informação. Em 2010, duas capacitações; em 2011, duas capacitações, totalizando quatro capacitações nessa área de operacionalização do sistema de informação.

Com relação ao orçamento da Secretaria de Saúde nessa área específica, eu posso depois mandar mais detalhadamente, envolvendo capacitações, aquisição de medicamentos, *kits*, anticoncepcionais, mais investimentos feitos em nosso Centro Estadual de Referência da Saúde da Mulher, foi um recurso de R\$1,88 milhão disponibilizado para essa ação específica. Eu posso encaminhar mais detalhadamente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Qual foi o total do orçamento da Secretaria?

O SR. ARRUDA BASTOS – Dois milhões.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dois milhões.

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – E o programa de ação conjunta entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública? Existem algumas coisas que são feitas conjuntamente?

O SR. ARRUDA BASTOS – Nós temos realizado diversas parcerias com as diversas outras Secretarias, principalmente com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, coordenada pela Drª Mônica Barroso, na área dos presídios, na área de diversas ações para a saúde da mulher de forma geral, com relação ao câncer de mama, ao câncer de colo uterino. Temos parceria com a Secretaria de Ação Social, e temos nos articulado muito com a Secretaria de Justiça e com a Secretaria de Segurança Pública, mas, especificamente com a Secretaria de Segurança, eu não tenho a informar nenhum tipo de convênio ou uma parceria mais concreta.

Quanto aos Centros de Referência, que a senhora me perguntou também, são 17 Centros de Referência de Saúde da Mulher em todo o Estado do Ceará.

Não sei se respondi, sou muito objetivo...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Quanto ao serviço de abortamento legal, algum hospital é responsabilizado?

O SR. ARRUDA BASTOS – Eu disse o seguinte: nós temos 7 hospitais aqui na capital; 36 foram capacitados; há agora o Hospital da Mulher, recentemente inaugurado aqui em Fortaleza; o Hospital N. Srª da Conceição; o Hospital Gonzaguinha do conjunto José Walter; o Hospital Gonzaguinha de Messejana; a Mater-

nidade-Escola Assis Chateaubriand; o Hospital César Cals, que é um hospital de saúde do Estado do Ceará.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Todos atendem os casos que a Justiça encaminha de abortamento legal?

O SR. ARRUDA BASTOS – Todos foram capacitados e estão exatamente preparados para isso. Já tivemos casos realizados também no interior, abortamento dessa forma feito no Hospital São Lucas, na cidade de Juazeiro do Norte, no Cariri, como também aqui em Fortaleza, realizado na maternidade do Hospital Gonzaguinha de Messejana.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós queremos perguntar ao Senador Inácio e à Deputada Gorete se têm algum questionamento a ser feito ao Secretário de Saúde.

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – Gostei, Dr. Arruda. Acho que o senhor já estava sabendo das perguntas anteriormente, porque o senhor trouxe bem objetivamente todo o trabalho. Foi muito bom. Seu dever de casa está corretíssimo.

Só gostaria de sugerir ao senhor que tivesse uma parceria maior com a Secretaria de Segurança Pública, para que tivessem programas em que pudessem agir conjuntamente a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública.

Com certeza, depois a Presidente vai passar aqui para a Mônica Barroso, e eu vou ter algumas perguntas para a Mônica também, complementando essa parte da saúde do Estado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Quero cumprimentar, Arruda, as ações da Secretaria.

A minha opinião é de que devemos trabalhar numa articulação muito forte com a Secretaria de Segurança do Estado do Ceará. Ali está o Instituto Médico Legal.

Acho que é uma ação que tem que ser muito bem articulada e quero assim, Jô Moraes, também me colocar à disposição, no âmbito do Senado, para que possamos atender a algumas iniciativas que têm surgido no debate da Comissão Parlamentar de Inquérito aqui no Ceará.

Nós já tínhamos visto, Arruda, com o Governador a possibilidade de ser atendida uma reivindicação daqui do Ceará que talvez no futuro possa se expandir para outros Estados, que seria um centro integrado de referência à luta das mulheres no Estado do Ceará. Isso é uma coisa muito positiva que vai incluir a saúde, inclui a questão da segurança e inclui o Judiciário.

É muito importante a participação da Secretaria da Saúde na relação com o setor de segurança pública do nosso Estado. Já há uma atitude, porque o

IML trabalha nessa ligação de qualquer maneira, mas o nosso principal trabalho – e talvez a preocupação maior da CPI – é a questão preventiva, não chegarmos a uma situação de violência a que já assistimos hoje, dramática no nosso Estado. Talvez algumas guerras que estão sendo patrocinadas mundo afora matem menos do que o que se mata de mulheres no Brasil. É uma coisa lastimável. Nisso entra a questão punitiva, mas também a área da saúde, aquela atenção que se deve ter na estrutura da saúde pública para proteger as mulheres que são vítimas de violência. Nós temos que fazer esse reforço.

Esse centro de referência que as mulheres estão reivindicando aqui no Ceará poderia se espalhar pelo Brasil. A Secretaria de Saúde tem um grande papel a cumprir também nessa área de prevenção para atendimento às mulheres, tanto na área de proteção quanto na atenção quando elas são submetidas a violências vis a que temos assistido no nosso Estado e no Brasil.

O SR. ARRUDA BASTOS – Eu queria só, Deputada, se a senhora permitisse, para complementar...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário de Saúde, para as notas taquigráficas.

Com a palavra o Secretário de Saúde, Arruda Bastos.

O SR. ARRUDA BASTOS – Quero dizer que nós temos realmente diversas parcerias – pode ser que eu não tenha entendido a pergunta – com o IML, com o nosso serviço de verificação de óbito. O Estado do Ceará é um dos poucos que mantêm – a Secretaria de Saúde mantém – um serviço de verificação de óbitos. Temos estreita relação também com o Instituto Médico Legal, perícia forense, etc. Temos ampliado inclusive essa parceria. E, na área de novos serviços de atenção à mulher, aí vão as parcerias – o Estado do Ceará, em 2008, de forma quase inédita no Brasil, adquiriu um equipamento para os exames de DNA, comprovação de paternidade. Naquela época, eu lembro que havia mais de 5.000 famílias aguardando para realizar um exame desses de paternidade. E hoje nós não temos mais fila. Em 2009 realizamos 2.300 exames; em 2010, 2.827; em 2011, 3.660. E, até agora, no mês de novembro, já realizamos 3.040 exames, no total de 11.729 exames no Laboratório Central de Saúde Pública, que é o nosso Lacen, que realiza...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Exames de DNA? Três mil e...

O SR. ARRUDA BASTOS – Nesse período de 2009, janeiro de 2009, a 30 de novembro de 2012, realizamos já 11.729 exames aqui no Estado do Ceará.

Nessa área da rede de assistência à mulher, a rede de policlínicas que o Governo Cid está construindo em todo o Estado, são 22 policlínicas regionais, todas

com mamógrafo, todas com mastologia, todas com ginecologia e obstetrícia, exatamente para prestar uma atenção maior à saúde da mulher.

Dois hospitais regionais têm áreas específicas para assistência à mulher: o Hospital Regional Norte, que, como eu falei, vai ser inaugurado agora em janeiro, e o Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, com urgência e emergência para o atendimento à mulher, com enfermaria de mãe-canguru, UTI neonatal e UTI adulto. Isso tanto no Hospital Norte como no Hospital do Sertão Central.

Na atenção básica, que eu não citei... Esses kits também estão na atenção básica, nos Municípios, nos 184 Municípios. E o Governo do Ceará construiu 150 Unidades Básicas de Saúde novas, no padrão do Ministério da Saúde, com selo e certificado da Anvisa de que, nessas unidades, nós capacitamos o pessoal e temos consultórios para saúde da mulher e para desenvolver todo esse trabalho, tanto na área de promoção à saúde como na área de prevenção.

Nessas unidades, nós temos um pequeno auditório em que toda essa parte, tanto da prevenção quanto da promoção e da política, é repassada à comunidade. E distribuímos, em todas as unidades de saúde, tanto na capital como no interior, esse documento aqui que mostra as alterações comportamentais e os sinais de situação de risco, falando da notificação e da tipologia da violência, explicando bem o que é violência física, violência psicológica, tortura, violência sexual, violência financeira e econômica, bem como negligência e abandono.

Então, todo *bureau*, toda Unidade Básica de Saúde, todo hospital, toda recepção dispõem dessa documentação e de inúmeras cartilhas que nós produzimos e que foram distribuídas em todo o interior do Estado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós só queríamos que todas essas informações, se já não foram enviadas por escrito à CPMI, que o senhor pudesse entregá-las agora.

Com a palavra a Deputada Gorete.

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – Eu fiquei muito satisfeita aqui, Dr. Arruda Bastos, porque essa lei do DNA é ainda do tempo em que eu era Deputada Estadual.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Arruda Bastos, mais uma vez, pela sua objetividade, tendo cumprido rigorosamente o tempo, e solicitamos que todos os documentos apresentados e informações sejam encaminhados por escrito.

Queria dizer, Senador Inácio Arruda, que a sua observação é fundamental. A rede de saúde, a Secretaria de Saúde tem tamanha capilaridade que ela joga um papel fundamental no enfrentamento à violência.

Por isso, exatamente, que nós ouvimos, em primeiro lugar, a Secretaria de Segurança e, em segundo lugar, a Secretaria de Saúde.

Muito obrigada, mais uma vez, registrando nosso agradecimento pela sua presença direta.

Queria dizer aos demais convidados que nós temos uma dinâmica: escutamos o Poder Executivo e, em seguida, os demais poderes, exatamente para que possam fazer uma observação também acerca da ação do Poder Executivo – o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria.

Acredito que a Coordenadora, da Coordenadoria de Estado da Mulher, Dr^a Mônica Barroso, já está de posse das perguntas. Assim, se quiser se dirigir à tribuna neste momento...

Antes de passar a palavra à nossa Relatora *ad hoc*, eu queria registrar e agradecer a presença da Sr^a Maria Helena de Paula Frota, do Observatório da Violência contra a Mulher, da Universidade do Estado do Ceará, que dá uma contribuição muito importante aos estudos e aos levantamentos que são feitos em relação à violência de gênero.

Desejo ainda agradecer a presença da Sr^a Francileuda Soares, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; bem como agradecer a presença, mais uma vez, da Delegada Penélope Malveira Góes, da Delegacia de Sobral; da Sr^a Enedina Félix, socióloga, cuja presença nos ajudará; da Sr^a Lúcia Maria da Costa, do Ceram; da Sr^a Maria Licarício Barreto Venâncio, acolhedora do Ceram; da Sr^a Maria do Carmo de Souza, também do Ceram; da Sr^a Eva Maria Bizerril, também do Ceram; da nossa Delegada Titular da Delegacia da Mulher, Dr^a Rena Gomes; da nossa Delegada da Mulher de Maracanaú, Dr^a Cezarina do Vale Cavalcante; da representante do Cerest, Sr^a Maria Auxiliadora Alencar da Silva; também do Cerest, a Sr^a Nívea Maria Benevides Falcão Melo; da Dr^a Rosa Mendonça, do Tribunal de Justiça, que fará a sua exposição; e da assessora do Juizado, Raeliza Camelo Maia Lôbo.

Agradecendo a presença de todos, passo a palavra a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Gorete Pereira.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Muito prazer.

Aqui nós perguntamos a nossa Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, Dr^a Mônica Barroso, nossa Defensora Pública e uma pessoa que incansavelmente trabalha em prol das causas das mulheres no Estado do Ceará: que ações, Dr^a Mônica, a Coordenadoria tem tomado para implementação das políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e para melhorar o funcionamento da rede de atendimento no Estado? Que novidades traz o Programa Pró-Equidade de Gêneros, recentemente instituído pelo

Governador do Estado? Com que frequência se reúne a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher? O plano básico de ação do pacto já foi elaborado? A partir de quando ele será implementado e quais são as metas para 2013?

Existem apenas sete órgãos de políticas para as mulheres no Ceará, dois deles em Fortaleza, um municipal e outro estadual. A maioria desses órgãos tem nível de Coordenadoria, o que traz sérias limitações para o desenvolvimento de políticas, do ponto de vista funcional. Na verdade, há somente uma secretaria de mulheres, que nem mesmo é exclusiva, pois também trabalha com a questão da cidadania.

Pergunto, então, à senhora: como a Coordenaria tem atuado para aumentar o grau de institucionalização das políticas para as mulheres nos diversos Municípios do Estado? Quantas casas de abrigo existem no Estado e qual o raio de abrangência delas? Como funciona a política de abrigamento de mulheres em situação de violência em Município onde não existe Casa Abrigo?

As informações da Secretaria encaminhadas à CPMI estão incompletas, pois só se referem ao atendimento prestado para um dos abrigos, a Casa do Caminho. De acordo com elas, o número de mulheres atendidas tem decrescido ano a ano. Foram 54, em 2007; 38, em 2008; 29, em 2009; 16, em 2010; e apenas 13, em 2011. O que explica isso?

As pessoas que atuam nos abrigos recebem capacitação necessária para lidar com as mulheres em situação de violência? Existe alguma política voltada à promoção de autonomia financeira das mulheres abrigadas? Que atividades são desenvolvidas nos abrigos? Como é o efeito e o atendimento às mulheres viciadas em drogas?

A pergunta que gostaria muito de fazer à Dr^a Mônica é que todos nós sabemos e que todo mundo relata em todos os cantos deste País que, depois da Lei Maria da Penha, aumentou em 45% o número de violência contra a mulher. Como é que a senhora explica esse aumento da violência contra a mulher depois da Lei Maria da Penha, que é o que dizem, e esses dados decrescentes da Casa Abrigo?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de a Coordenadora Dr^a Mônica Barroso falar, quero registrar que está aqui a advogada Cláudia Santos, representando o Gabinete do Deputado Federal Chico Lopes, que estava previsto para estar presente, mas circunstâncias com mandato o levaram para outra situação.

Com a palavra a Coordenadora, Dr^a Mônica Barroso.

A SRª MÔNICA BARROSO – Muito obrigada, Deputada.

Antes de mais nada, gostaria de saudar a Mesa e o faço na figura da Presidente desta CPMI, Deputada Jô Moraes, com quem a gente já tem desde, o início desta CPMI, mantido contatos constantes, através do órgão nacional, que é a nossa Secretaria de Políticas Especiais da Presidência da República; saudar a sociedade civil; no nome da Deputada, saúdo todos os Parlamentares aqui presentes e, no nome da sociedade civil, gostaria de saudar, então, nossa querida parceira Maria da Penha, de quem não tem mais graça falar, porque hoje já adquiriu foros de internacionalidade, o que, para nós, é motivo de tristeza pelo fato de ser o Ceará o Estado que causou o problema e de alegria por ter sido o Ceará também quem terminou levando esse caso para a OEA – e foi o primeiro caso que a OEA analisou sob a égide da Convenção Interamericana das mulheres.

As perguntas aqui foram feitas em duas horas e meia, a gente ainda está no começo, mas vai tentar responder. São perguntas demais para muito pouco tempo. Exigem de mim o que eu não consigo, que é fazer uma apertada síntese de ações de 2 anos. Mas eu tentarei. Por favor, me avisem do tempo.

Vamos lá. Que ações a Coordenadoria tem tomado para implementação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e para melhorar o funcionamento da rede de atendimento?

Antes de mais nada, eu queria lembrar que o Conselho Cearense dos Direitos das Mulheres, aqui criado em 1986, do qual eu participava na sua criação, foi o órgão que começou, no Ceará, toda essa luta das mulheres. De forma que, quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foram feitas no Brasil três conferências. Dessas conferências, nós constatamos que a maior demanda das mulheres no Brasil ainda é por políticas que façam o enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesse sentido, louve-se a Ministra Nilcéia Freire, que, além de fazer o plano de Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, fez um pacto e saiu por todos os Estados da Federação, fazendo com que os governadores aderissem a ele. Foi assim que o Estado do Ceará aderiu ao pacto. O Governador Cid Gomes, em dezembro de 2008, fez a adesão do Estado do Ceará, com alguns Municípios. O então Conselho que, na época, era vinculado à Secretaria de Justiça, fez o Plano Integral Básico, habilitando o Estado do Ceará nos possíveis projetos, porque dinheiro foi disponibilizado pelo Governo Federal para o enfrentamento à violência contra a mulher.

O Governador cria, faz o convite a esta Defensora para que assuma a titularidade – para minha honra e gáudio, a primeira coordenadora estadual –, mas eu sou Defensora Pública e havia um impedimento legal. Tivemos, então, que ultrapassar esse obstáculo para que, em 2010, eu assumisse a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres no final do ano de 2010. O Governo aderiu ao pacto. Eu assumo em 2010, e 2011 é ano de conferência. Então, passamos o ano inteiro às voltas com conferências. Na segunda conferência, conseguimos que aproximadamente 20 Municípios fizessem conferências municipais. E, na terceira conferência, agora, já conseguimos 62 Municípios, o que foi um avanço razoável.

Ao assumir a Coordenadoria, eu assumi o pacto – a Coordenadoria ficou esse tempo inteiro, praticamente de 2010 até 2012, cuidando desse pacto –, além de ser representante, gestora estadual do pacto. E aí, nesse sentido, eu não posso pedir que seja registrada a minha estranheza, na medida em que houve uma reunião entre as gestoras estaduais e a CPMI, para que essas reuniões nos Estados fossem articuladas com suas respectivas Coordenadorias. Eu só tomei conhecimento da mesma nestes últimos dias, aliás, na audiência pública, hoje. E daí o estranhamento de alguns secretários, que ficaram sem entender por que a gente estava fazendo essa articulação.

Mas eu queria registrar a minha estranheza e dizer que nós estamos prontos e que, com certeza, não precisamos arrumar a casa para mostrar o que é que a gente está fazendo no Estado do Ceará em 2 anos. Não que o Conselho não tenha feito muita coisa. Essa justiça tem que ser feita. Os movimentos de mulheres é que têm pressionado para que isso, efetivamente, aconteça. Mas a Coordenadoria, então, assumindo, tratou de fazer o diagnóstico da rede estadual.

A nossa pergunta é: o que é que nós temos em Fortaleza? O que é que nós temos nos 184 Municípios?

Foi uma pesquisa longa, árdua e dolorosa, porque são 184 Municípios com Conselhos. Na época, em dezembro de 2010, nós começamos pelos Conselhos municipais. Seguindo o exemplo nacional de começar com Conselhos, nós começamos com os Conselhos municipais. Nós encontramos 32 Conselhos, 18 desativados. E estamos hoje, em 1 ano e meio, com 72 Conselhos em atividade.

Lançamos, então, junto com a sociedade civil, uma campanha de ampliação dos Conselhos municipais. Na época, nós criamos, então, uma coleção chamada Coleção Cordel de Bolsa. A Coordenadoria se apropriou da forma de cordel, porque é uma forma fácil de as mulheres manipularem, mexerem, manejarem, porque o cordel não é coisa distante delas. Nessa coleção

de cordel que foi distribuída na campanha, em cada Município onde não havia Conselho e naqueles onde havia, para o fortalecimento, nós fizemos um livrinho com a cronologia dos direitos das mulheres desde o século XVIII. Nós pegamos leis federais, estaduais e municipais de mulheres, para dar exemplo aos Municípios. Nós publicizamos a Lei Maria da Penha, fizemos um resumo do que era o Pacto Nacional, o que isso significa e o que cada Município faria. Foi criado aqui, no Ceará, pela Coordenadoria, um manual passo a passo de como criar Conselhos municipais, o que é um Conselho, como ele surge, para que ele surge, como é um projeto de lei, qual é o trabalho da Câmara Municipal, e como pode ser criado esse Conselho, na medida em que a Coordenadoria não pode criar Conselhos. Quando muito, ela pode animar a sociedade local para que isso seja feito.

Essa coleção foi espalhada, está sendo espalhada, na medida em que vamos aos Municípios fazer rodas de conversa. Nós temos um *follow-up* da Coordenadoria: vamos aos Municípios, conversamos com os prefeitos, fazemos audiência pública na Câmara de Vereadores com as mulheres, tentando sensibilizá-los. Para essa coleção Cordel de Bolsa foi criado um *blog*, e é esse *blog* que está fazendo, mensalmente, a atualização. Fazemos a atualização do seu conteúdo. Foi distribuído. Vou deixar um para a CPML.

Em seguida, conseguimos, depois de 1 ano e meio de árduos trabalhos, formatar, fazer a primeira coleta da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, e nós publicamos, então, a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Estado do Ceará. Ela está publicada. Aqui há o nome, o endereço, o nome das titulares, os telefones, os *e-mails* de todos do Estado do Ceará que fazem o atendimento na primeira coleta.

Depois disso aqui distribuído, começamos a fazer, então, os ajustes em alguns Municípios, porque nós enfrentamos alguns problemas com os Municípios. É um prefeito que chega, muda todo o corpo, não nos avisa, às vezes fecha o serviço, abre, e temos que estar atentos a 184 Municípios, cada qual com seus equipamentos.

Devemos ter o mínimo em cada Município, que é o Conselho Municipal. Por que é importante que esse Conselho Municipal exista? Porque ali há representantes das prefeituras e da sociedade civil, e, a nosso juízo, essas deliberações só serão efetivamente legítimas se saírem desse órgão. Daí a nossa preocupação em multiplicar os Conselhos. E temos o grato prazer de dizer que, em 1 ano e meio de serviço, de 30 Conselhos, com 18 ativos, passamos para 72 Conselhos;

e pretendemos, se tempo tivermos, criar os 184 Conselhos Municipais.

Temos feito muita coisa em relação à violência, porque a Coordenadoria, até há muito pouco tempo, ficou a cuidar praticamente do Pacto Nacional. Temos reuniões bimestrais em Brasília, temos seguido a orientação e intervindo, inclusive, porque, na elaboração dessas políticas públicas de enfrentamento à violência, os números são alarmantes, os números são estarrecedores em todo o Brasil e nos países por aí fora.

Estivemos recentemente no Estado vizinho, o Estado de Pernambuco, no seminário internacional “Repúblicas e Violência: um Olhar das Mulheres.” Reunimos 23 países da América Latina, da Europa e da África, e os números da violência contra as mulheres são estarrecedores. São números de guerra, e estamos tentando ver o que se pode fazer no Brasil.

Programa de equidade de gênero.

No organograma do Estado não existia, em nível de planejamento e em nível de política pública, um programa que fosse ligado a esse. Apesar das ações do Conselho, nós não estávamos efetivamente na marca do Estado, porque não havia, dentro do Governo Estadual, um programa que falasse das mulheres. Então, dentro da Secretaria de Planejamento, assim que nós chegamos à Coordenadoria, nós fizemos várias reuniões e conseguimos criar, junto à Secretaria de Planejamento, no gabinete do Governador, um programa específico com orçamento próprio, que ainda é pouco, sabemos: é de R\$350 mil o orçamento da Coordenadoria – mas é uma Coordenadoria; não é uma secretaria. Nós criamos o programa de equidade de gênero, e tentamos fazer com que todas as setoriais do governo – fizemos planejamento com Secretaria de Educação, com Secretaria de Saúde – que aqui viessem digam que está havendo alguma vinculação com a Coordenadoria, porque nós estamos vendo, em cada setorial... Começa na Secretaria de Justiça, vai para a Secretaria de Segurança Pública, vai para a Defensoria, vai para o Ministério Público, para conversar, fazer parcerias, e isso está sendo feito em todas as setoriais.

E também nós criamos a Câmara Técnica Estadual de Gestão do Pacto, por decreto governamental. Foi criada essa Câmara e, em seguida, nomeados os seus membros. Essa Câmara se reúne uma vez por mês, e ela recebeu uma consultoria da SPM para fazer o plano integral básico. Esse plano está sendo elaborado junto com a SPM, porque fizemos um projeto para conseguir que consultoras da SPM viessem, as setoriais e as representantes dos municípios-polos, na medida em que o Estado do Ceará, para efeito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra

as Mulheres foi dividido em oito municípios-polos, em oito regiões polos, cada uma tendo um Município.

Com esses municípios-polos, fizemos reuniões itinerantes mensais durante 2000 e início de 2012, até a criação da câmara, quando todos esses Municípios têm representantes. Cessamos a reunião dos colegiados dos municípios-polos e passamos então a compor a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto e com ela começamos o programa integral básico do planejamento, que está sendo feito neste exato momento. Já tivemos três seminários nesse sentido e, nesse caminhar, fomos criando grupos de trabalho específicos, tangenciando diferentes secretarias, para que chegassemos ao nosso itinerário.

Como disse a Delegada Rena, nós criamos, há um ano, por exemplo, um grupo de trabalho onde têm assento todas as delegadas de mulheres que não tinham o hábito de conversar entre si anteriormente, com a Perícia Forense tendo assento, com o serviço de estatística da Secretaria de Segurança Pública tendo assento, com a Pefoce – Perícia Forense do Estado do Ceará e com o Observatório da Violência contra a Mulher, da professora Helena Frota, tendo assento, que são os órgãos do Estado que lidam com números, porque nós sentimos muita dificuldade na leitura desses números.

Temos que seduzir a Secretaria de Segurança Pública, e isso está nesse trabalho conjunto, para que, por exemplo, sejam – digamos assim – padronizados os relatórios das delegacias para que façam o recorte de gênero. Essa é uma luta de todas as delegadas. Como eu não entendo muito de inquérito policial, porque essa não é minha área – tive aulas durante um ano com as sete delegadas do Ceará, às quais rendo homenagens sempre que posso, pelo trabalho enorme que elas fazem; basta mostrar os números que elas cuidam e os números das demais delegacias para ver que aí só mesmo paixão e amor justificam o trabalho de cada uma delas –, fizemos, então, um ano de serviço, de trabalho. Já fui recebida pelo Secretário de Segurança Pública e estamos nas tratativas para concretizarmos esse relatório para tentar mudar, digamos, os relatórios e termos uma visão mais aproximada da violência contra a mulher no Estado do Ceará.

O Plano Básico é a terceira pergunta – já respondi.

Existem sete órgãos de política para as mulheres no Ceará, dois deles em Fortaleza; sete órgãos de política, sete órgãos de gestões. Tenho o prazer de dizer que, esta semana, criamos mais dois. Recebemos a notícia, pelo contato que já estamos tendo com os novos prefeitos, do Prefeito Átila Câmara, de Maranguape, que foi à reunião, na nossa roda de conversa com as conselheiras na semana passada – ele nos notificou,

nos informou –, que estará criando, com certeza, a Coordenadoria de Mulheres de Maranguape. E o Prefeito Raimundo Macedo, de Juazeiro, recém-eleito, também nos procurou ontem à noite.

Estamos nos 16 dias de ativismo, e eu estou no interior do Estado com o Projeto Mulher de Lei, em parceria com o Instituto Maria da Penha. Estamos percorrendo os Municípios do interior do Estado, falando, Deputada, da Lei Maria da Penha. Mas fazemos esse Projeto Mulher de Lei em parceria com a Secretaria de Cultura. É feita uma palestra, por esta Coordenadora, sobre o conteúdo da Lei Maria da Penha, temos um poeta popular muito talentoso, chamado Tião Simpatia, que fez a lei em cordel e intercalamos a minha fala com a fala do Tião e, assim, de uma maneira mais lúdica, estamos chegando perto das mulheres do interior, fazendo o Projeto Mulher de Lei, tentando sensibilizar, conversar com as mulheres. Temos uma conversa política com os vereadores, com os prefeitos, mas temos que ter uma conversa de parceria, de olho no olho com as mulheres, para tentar sensibilizá-las e mostrar para elas que a violência não é um meio de vida, que a violência é uma coisa diferente que aprendemos com o dia a dia, que a violência contra a mulher faz parte do nosso cotidiano e que tentamos desconstruir essa cultura.

Quanto às Casas Abrigo – pergunta da Deputada Gorete –, por que estão diminuindo? Nós não sabemos, Deputada. O que nós sabemos é que, nos dois primeiros anos da Lei Maria da Penha, depois que ela passou a vigorar, nós tivemos um aumento enorme da violência. E depois houve, no terceiro ano em diante, um decréscimo, e agora a violência parece recrudescer. Eu, pessoalmente, otimista que sou, não acredito no recrudescimento da violência. O que eu acredito é em uma coisa de que nós desconfiávamos – quem trabalha com violência há muitos anos –: sempre soubemos que sempre houve uma subnotificação em relação à violência no Brasil inteiro. As mulheres tinham medo de fazer BO, não existiam juizados, não existia defensoria pública – digamos – especializada, não existia um ministério público especializado e as mulheres, então, não tinham como fazer as suas reclamações. O que nós intuímos – hoje nós não temos pesquisa em nenhum lugar deste País, ainda, neste sentido –, o que nós intuímos não é que a violência esteja aumentando, mas que as mulheres estão começando a acreditar, as mulheres estão se empoderando, pela simples existência da Lei Maria da Penha, as mulheres estão ameaçando no cotidiano, mesmo em tom de brincadeira: “Se mexer comigo eu faço valer a Lei Maria da Penha.” E eu acho que, nesse sentido, a violência não está aumentando, ela está sendo mais notificada. Mas

eu posso estar enganada. Nós não sabemos, ninguém no Brasil ainda sabe responder a essa pergunta. Nós somos 27 gestoras neste País, e nos reunimos a cada 3 meses em Brasília para discutir o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, e todas nós nos fazemos essa pergunta.

Bom, em relação ao abrigo, os números estão decrescendo em todos os lugares. Também estamos intuindo que, com a efetividade da rede de atendimento, menos mulheres estão sendo abrigadas. É pena que a nossa querida Dr^a Jaqueline Pinheiro, Coordenadora da Casa do Caminho, não tenha sido chamada para conversar, porque ela, sim, poderia dar uma grande explicação a respeito do que é uma casa abrigo e de por que essas coisas estão acontecendo. Mas vocês também sabem, tanto quanto eu, quanto nós todas aqui, que muito poucas coisas das políticas das mulheres estão tendo resposta, porque nós estamos há muito pouco tempo tentando implantar isso daí. E por mais que o governador tenha sensibilidade para a questão, por mais que a Coordenaria trabalhe, precisamos ganhar o coração e a mente de todos os servidores, o que é um processo muito difícil, porque depende da desconstrução dessa cultura patriarcal e violenta que nós temos no Estado do Ceará, no Brasil e no mundo inteiro hoje.

Também em relação ao Pacto, nós assumimos o quarto eixo do Pacto, a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Nós estamos, há quase 2 anos, com uma parceria com a Secretaria de Justiça – e aí eu já respondo a algumas perguntas que foram endereçadas à Secretaria, porque nós temos, hoje, um acordo de cooperação técnica.

Nós temos um único presídio no Ceará, uma única penitenciária de mulheres, a penitenciária Auri Moura Costa. Nós estamos, há 1 ano e oito meses, dentro do presídio. Quando nós procuramos, nos sistemas de Informação do sistema penitenciário, Deputada, as informações que existem, Deputada Jô, do InfoPen, não encontramos o que nos diz respeito, não falam de mulheres, não têm um recorte de gênero. Nós tivemos, então, que elaborar um questionário junto com defensoras públicas, técnicas da Secretaria de Justiça e técnicas do presídio. Durante 12 dias, nós aplicamos os questionários nas 452 presas, nós fizemos a coleta desses dados, nós tabulamos e publicamos dados das mulheres em situação de prisão no Ceará, como estão e quem são. Até onde nós sabemos, é o primeiro diagnóstico de presídio feminino feito no Brasil. Nós já fizemos o lançamento desse diagnóstico.

Nesse caminhar, nós criamos o Grupo de Estudo e Pesquisa de Gênero e Prisão nas universidades. E

estamos também na academia discutindo a questão do gênero e da prisão.

Capacitações.

A Coordenaria, como eu disse, tem 2 anos. Um ano houve a conferência, mas nós já conseguimos e acabamos de executar um projeto do antigo Conselho da Mulher, em parceria com a Coordenaria, e fizemos, então, a capacitação para as mulheres, porque habilitado que está o Ceará no Pacto Nacional...

(Soa a campanha.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Isso é automático. Nós vamos ampliar o prazo para mais 3 minutos.

A SR^a MÔNICA BARROSO – Nós precisamos fazer projetos para conseguir dinheiro. Apenas esquecemos que os servidores não são capacitados para fazer projetos e que o dinheiro vem, normalmente, por meio de projetos, o que é um protesto nosso. Não é isso, Prof^a Helena? O dinheiro poderia vir de outro jeito, fundo a fundo, por exemplo. Nós temos que fazer projetos, pessoas que nunca foram capacitadas para isso, para 76 conselheiras do Estado do Ceará, conselheiras municipais, daqueles conselhos que estão devidamente regulamentados e cadastrados na Coordenadoria. Fizemos um curso de capacitação na elaboração de projetos sociais e comunitários. Em 10 dias de imersão com uma consultoria, nós fizemos essa capacitação.

Acabamos de conseguir que fosse aprovado um outro projeto da Coordenaria. Nós faremos, em cada região polo do Estado do Ceará, 8 dias de capacitação apenas para as pessoas que estão trabalhando na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Essa capacitação deve começar em 2013, poderia ter sido agora no segundo semestre, mas, em ano eleitoral, mal fazemos alguma coisa no interior do Estado. E V. Ex^a sabe disso muito bem.

Programas voltados para a autonomia.

Nós estamos construindo, junto com o IDT, uma programação específica para a capacitação de mulheres. Essas capacitações já existem na Secretaria de Estado de Defesa Social e algumas também na Sejus. Nós estamos capacitando as mulheres em situação de prisão para que elas consigam ter autonomia ao saírem de lá e estamos montando agora um projeto de capacitação das mulheres da rede de atendimento. Aquelas mulheres que estiverem sendo atendidas pela Defensoria, pelo Ministério Público e pelo Juizado serão devidamente capacitadas também no sentido de obterem a sua autonomia para que elas voltem, que elas saiam, que elas rompam o ciclo da violência

e possam sustentar-se e, digamos, ser devidamente absorvidas pelo mercado de trabalho.

Nós só temos informação da Casa do Caminho. Eu recebi comunicação, recebi o pedido da CPMI para que mandasse os dados das políticas da Rede de Atendimento do Estado do Ceará. Eu oficieei todos os órgãos, estaduais e municipais. E só pude mandar aqueles que me enviaram. Por mais que façamos, que peçamos, não conseguimos todos. Alguns órgãos do Estado e do Município receberam direto da CPMI os ofícios e eu recebi também da CPMI para mandar todos. Então, alguns, por exemplo, não quiseram mandar para mim, mandaram direto. Ficamos meio sem ter o controle de tudo isso, mas o que foi enviado para o Estado foi enviado à CPMI.

E aí, eu não posso também perder a chance de dizer que nós temos que pensar e ponderar um pouco a respeito dos registros administrativos da violência. Por quê? O que acontece? A mulher vai para a delegacia, passa uma hora contando sua história no B.O. Aí, vai para a Defensoria e tem que contar tudo de novo, vai para o Ministério Público e tem que contar tudo de novo.

O que nós fizemos, estamos pensando agora no Ceará, acabou de sair a portaria publicada no Diário Oficial, foi montar um GT de protocolo para elaborar os protocolos do fluxo de atendimento onde todos os órgãos da rede têm assento. Nós estamos com um projeto de irmos a cada um desses órgãos ver como é o atendimento, ver se podemos otimizar e pensar em mudar os registros administrativos. Cada órgão faz um registro administrativo diferente do outro, termina tendo informações diferenciadas. Quer dizer, desde as delegacias, a Defensoria, o Juizado, nós temos que tentar unificar os registros administrativos. Essa é uma tendência que o serviço público do Brasil tem à medida que foi montado para prestar serviços monoliticamente, sem considerar as diferenças raciais, de etnias, geracionais.

(Soa a campanha.)

A SRª MÔNICA BARROSO – Então, nós temos que ter os registros administrativos com esses cortes. Não podemos decidir – nós que temos a *expertise* de política para as mulheres – que secretaria tal e secretaria tal têm que fazer, porque elas não têm esse saber. Nós temos que fazer os projetos, nós temos que seduzir todos os órgãos e temos que levar para que eles sejam efetivamente implementados. Não podemos pedir a quem ainda não sabe fazer o que nunca fez.

Então, uma coisa que nós temos que fazer é tentar fazer parcerias sempre, não só com os órgãos do Governo. E o Estado do Ceará, como tem uma Coordenadoria muito jovem, ainda vai ter um certo tempo

para que possa ir a todas as setoriais. Eu não consegui checar ainda na Secretaria da Educação, porque é muito trabalho em cada secretaria, é muita coisa para ser feita em cada secretaria.

Eu gostaria de, finalizando as minhas palavras, louvar a iniciativa de virem até aqui. Acho que é importante que o Estado do Ceará tenha esse registro, é importante que vocês ouçam cada um dos heróis, das heroínas que aqui estão há muitos anos cuidando as mulheres.

Boa tarde e muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB / MG.)

– Nós agradecemos à Drª Mônica Barroso. Queremos dizer que a orientação de um trabalho da intersecretorialidade que relaciona o seu trabalho com o das outras secretarias é muito importante, a objetividade com que a senhora relatou todos os dados. Sem dúvida nenhuma, nós fizemos questão não de pedir à Coordenadoria estadual que nos passasse informações, mas que todos os órgãos passassem informações diretamente à CPMI para que também possam se incorporar ao nosso esforço.

Muito obrigada. Espero que todas essas informações nos cheguem por escrito na Comissão.

Nós vamos passar imediatamente, pela ordem apresentada pela representante do Tribunal de Justiça, aqui, representando a Desembargadora Francisca Adelineide Viana, à Drª Rosa Mendonça, Juíza do Juizado Especializado de Violência Doméstica contra a Mulher, que terá até 20 minutos.

A nossa Relatora *ad hoc* fará os seus questionamentos. Sem dúvida alguma, ela está premida por uma circunstância pessoal e não terá a oportunidade de escutar...

Eu solicitaria que a Deputada Gorete aproveitasse para ler as questões do Poder Judiciário, as questões do Ministério Público, as questões da Defensoria.

No caso da representante da sociedade civil, que é a Drª Maria da Penha, ela não será questionada, mas vem para nos informar a sua avaliação geral de como a sociedade civil analisa o procedimento de todos. Então, não há perguntas e, sim, uma escuta da sociedade civil.

Deputada Gorete, faça as três questões, e todos os demais presentes escutarão.

A SRª GORETE PEREIRA (PR – CE) – Obrigada.

Agora, nós passamos a fazer as perguntas ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Então, ao Poder Judiciário, aqui à Drª Rosa Mendonça – eu gostaria que as outras, do Ministério Público e da Defensoria, também se localizassem aqui, mais perto da Drª Rosa –, pergunto: quais são os pla-

nos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

Há apenas duas varas de violência doméstica na capital. Como o Tribunal pensa em ampliar o atendimento especializado no interior do Estado?

Há previsão para criação de outros juizados ou varas de violência doméstica e familiar? O número de equipes multidisciplinares é suficiente para atender a demanda dos juizados especializados? Há previsão para ampliar essa equipe?

Existe capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha? Quantos juízes já foram capacitados?

Na diligência realizada hoje pela manhã ao Juizado da Violência Doméstica, tomamos conhecimento de que o órgão não dispõe de oficiais de justiça para o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Por que isso ocorre? Quantos oficiais de justiça deveriam ser lotados no Juizado para cumprir os mandados com maior rapidez e garantir os direitos das mulheres?

Essas perguntas são dirigidas ao Poder Judiciário.

Para o Ministério Público, minha amiga Dr^a Magnólia Barbosa, eu gostaria de perguntar: quais ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência? O Ministério Público tem aplicado algum intuito despenalizador previsto na Lei dos Juizados Especiais, no caso da violência doméstica? Quantas promotorias da mulher existem no Estado? Há capacitação permanente para os promotores de justiça?

Para a Defensora Pública, Dr^a Elizabeth Souza, eu perguntaria: quantas defensorias especializadas existem no Estado? Como a Defensoria Pública atua nas comarcas onde há apenas um defensor?

Com isso, realmente, estamos agora na fase das respostas.

Obrigada, Dr^a Rosa Mendonça.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Com a palavra a Dr^a Rosa Mendonça.

A SR^a ROSA MENDONÇA – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui todos os Parlamentares na pessoa da Presidente desta CPMI, a Deputada Jô Moraes; e a sociedade civil na pessoa da nossa mulher de luta e de fé, Maria da Penha, que, como disse a Dr^a Mônica, dispensa qualquer comentário.

Sobre a pergunta: quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos e como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? A Coordenadoria de Violência contra a Mulher, que foi uma determinação do Conselho Nacional de Justiça, só foi

criada pelo Tribunal de Justiça no final do ano passado, depois de muita luta, juntamente com a Dr^a Mônica, para sensibilizar o Presidente do Tribunal de Justiça. Mas, enfim, foi criada essa Coordenadoria no final do ano passado e implementada, efetivamente, no começo deste ano. É uma Coordenadoria que não tem verba própria, ela não tem sequer um suprimento de fundos, funciona dentro do próprio Tribunal de Justiça, numa sala cedida. São duas servidoras e a Desembargadora Delineide, que ocupa a função, acumulando com a que exerce na desembargadoria. E ultimamente foi dada a ela uma equipe multidisciplinar, composta por uma psicóloga e duas assistentes sociais.

Como esta Coordenadoria está atuando junto aos juízes? A Desembargadora, como iniciou as atividades no começo deste ano, está se assenhoreando, está tendo contato com os juízes das diversas comarcas do interior, para saber as dificuldades, as sugestões de como fazer para melhor tratar essa questão da violência contra a mulher. Ela também trabalha muito nessa questão de criar novos juizados, juizados especializados, porque aqui no Ceará nós só temos dois juizados. Ela é muito sensível a essa questão e vem tentando sensibilizar o Tribunal de Justiça para a criação de novos juizados. Só que a criação de um novo juizado não é uma coisa tão simples, não é só colocar um juiz e o Ministério Público, colocar ali um promotor e um defensor. Há toda uma estrutura, tem que haver uma equipe multidisciplinar porque, sem isso, o juizado não funciona. Então, é muita despesa; não é uma coisa tão simples e tão fácil, mas ela está tentando sensibilizar, está trabalhando nessa questão.

Ela também está querendo estabelecer, nas comarcas onde existem mais de três varas, que seja determinada uma vara para atender somente aqueles casos de violência contra a mulher. Isso vai demandar, naturalmente, uma emenda ao Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado. Mas é uma coisa que já está sendo trabalhada.

Há também a questão da capacitação de servidores e juízes nas cidades-polos. A intenção dela é dividir o Estado do Ceará em cidades-polos, a exemplo do que já existe na nossa escola da magistratura. E, naquelas cidades, serem ministradas as capacitações, tanto para os juízes quanto para os servidores que vão lidar com a questão da violência contra a mulher. É a forma melhor que encontramos para capacitar esse pessoal, porque, vir a Fortaleza, para quem está no interior, é bem mais complicado. Então, nas cidades-polos, tudo fica mais fácil.

Há também a elaboração de um manual orientando os procedimentos a serem aplicados em casos de violência doméstica em todo o Ceará, visando

unificá-los no Estado e uma elaboração de mapas estatísticos sobre esse processo de violência contra a mulher nas comarcas do interior do Estado, porque nós não temos uma estatística voltada somente para os casos de violência contra a mulher. Então, vai haver, na estatística que nós remetemos mensalmente ao Tribunal de Justiça, um item voltado somente para os casos de violência contra a mulher, até para termos um mapeamento, um número certo efetivamente de processos que estão tramitando naquelas comarcas do interior. Nós não temos esse número, e não há como sabermos. Então, agora, nós temos essa intenção de fazer uma estatística voltada somente para os casos de violência contra a mulher.

Existem também as campanhas e a elaboração de material informativo voltado mais para o interior do Estado. E a capacitação para equipes multidisciplinares também no interior do Estado, porque essas equipes são de fundamental importância para subsidiar o trabalho do juiz. No interior, é muito complicado para o juiz, que não é um juiz especializado e porque não há um juizado especializado de violência contra a mulher. Então, a intenção é capacitar as equipes multidisciplinares que já existem naquela cidade, capacitar essas psicólogas e assistentes sociais para dar esse suporte aos juízes nas comarcas onde não existe a vara especializada.

Outra pergunta. Há apenas duas varas de violência doméstica na capital. Como o Tribunal pensa em ampliar o atendimento especializado no interior do Estado? Há previsão para a criação de outros juzizados ou varas de violência doméstica? Foi o que eu já falei anteriormente: estamos trabalhando para que haja a criação de mais varas especializadas, notadamente aqui em Fortaleza, em que nós só temos um juizado.

O número de equipes multidisciplinares é suficiente para atender a demanda dos juzizados especializados? Há previsão para ampliar essa equipe? Bem, no Juizado, a nossa equipe é muito pequena. Nós só temos duas psicólogas – uma é do quadro e a outra é cedida da Prefeitura de Maracanaú –, uma assistente social, quatro estagiárias, duas de psicologia e duas do serviço social, e uma psicopedagoga. Então, a equipe é muito pequena, o trabalho é muito grande. Precisamos, a todo momento, de relatórios de visitas domiciliares, e a equipe não consegue dar vazão a essa quantidade, a essa demanda. E, agora, a Desembargadora Delineide, quando foi dada a ela essa equipe da Coordenadoria da Mulher, deslocou um psicólogo e uma assistente social para nos ajudar nos relatórios e nas visitas domiciliares, porque, como, no Juizado, há uma demanda muito grande, essas visitas e esses

relatórios estão um pouco atrasados. Então, a equipe está lá para fazer esse mutirão, para atualizar.

Isso é necessário, é de fundamental importância o trabalho dessas equipes, porque, muitas vezes, acontece uma determinada situação em que é importante a equipe ir até aquele local para verificar, naquele local, uma determinada ocorrência, até para que nós possamos decidir com mais segurança. Se precisam de uma visita domiciliar, precisam de um carro, no juizado, nós só temos um carro, que serve para tudo, não só para atender essa demanda da equipe multidisciplinar, fazendo visitas, como também para cumprir mandados.

Muitas vezes, acontece de serem marcados atos, marcadas audiências muito em cima da hora, e não há condição de mandar esses mandados para serem cumpridos na Coman. Muitas vezes, é alguma medida de urgência. Então, é o motorista, é essa Kombi que faz esse trabalho. Além de toda a questão administrativa. Porque o prédio é um prédio separado do fórum, e nós temos toda a estrutura, toda a responsabilidade administrativa. Então, tem muita coisa, sim, que esse carro é que tem que fazer.

Então, é um trabalho em que nós precisamos de uma equipe muito maior e de condição de trabalhar, porque as visitas só são feitas, na verdade, duas vezes por semana, que é quando se tem a disponibilidade desse carro. E a visita é muito complicada, porque a equipe vai e nem sempre as partes estão em casa. Ou então tem que ouvir não só uma pessoa, mas duas, três. Às vezes tem que ir a outro local. Quando tem problema com filho, tem que ir a uma escola ouvir diretores, ouvir a vizinhança... Então, o trabalho não é uma coisa simples, de a pessoa pegar uma manhã e fazer duas, três visitas. Às vezes, passa a manhã inteira e não consegue concluir uma visita. Então, essa é uma deficiência que nós temos. Se tivéssemos outro transporte, outro carro, nos ajudaria bastante.

E a pergunta sobre se há previsão para ampliar essa equipe. Eu desconheço. Infelizmente, a necessidade é gritante, mas eu desconheço que haja uma previsão para ampliar essa equipe. Essa nossa equipe, esses servidores são do quadro do Poder Judiciário, são concursados, a psicóloga e a assistente social. Só uma psicóloga que é cedida da Prefeitura de Maracanaú.

Existe capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha? Quantos juízes já foram capacitados? Bom, uma das metas da Coordenadoria é fazer a capacitação para os juízes. Aqui, no Estado do Ceará, temos, no interior do Estado, 149 juízes. Só fizemos, desde quando eu entrei no juizado – estou lá desde a instalação desse juizado, em 2007 –, duas capacitações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça para os juízes, natural-

mente juízes do interior do Estado. Aqui, em Fortaleza, todos os processos da violência doméstica ficam somente no Juizado de Fortaleza. Nessa capacitação, não chegou a 50% o número de juízes que foram capacitados. Tudo isso por conta da dificuldade, porque é muito complicado o juiz deslocar-se para Fortaleza, há comarcas muito distantes. Então, é complicado o juiz vir aqui e participar dessa capacitação. O papel da Coordenadoria é fazer essa capacitação e levá-la para onde estão os juízes, nas cidades-polos mais próximas.

Na diligência realizada hoje, de manhã, pelo Juizado de Violência doméstica, tomamos conhecimento de que o órgão não dispõe de oficiais de justiça para o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Por que isso ocorre? E quantos oficiais deveriam ser lotados nos juizados para cumprir os mandados com a rapidez necessária à garantia dos direitos das mulheres? No Juizado, logo quando foi instalado, tínhamos um quadro de oficial de justiça, até porque, quando criou o Juizado de Violência, a lei previu a criação de duas vagas para oficial de justiça. No começo, tínhamos esses dois oficiais de justiça e, depois, vimos que não dava, não tinham condições de cumprir os mandados. Então, foi ampliado o quadro para cinco oficiais. Não deu certo porque a cidade é muito grande, as medidas protetivas saem em um mandado com duas intimações: a intimação para o homem e a intimação para a mulher. Muitas vezes, o oficial de justiça só conseguia intimar uma parte, porque, por exemplo, uma parte morava lá no Conjunto Ceará e a outra na Praia do Futuro. Então, ficou inviável. Não havia condições de o oficial de justiça cobrir a cidade de Fortaleza.

Aqui, no Fórum Clóvis Beviláqua, temos uma central de mandados em que os oficiais de justiça cumprem todos os mandados da Comarca de Fortaleza. Lá são 170 oficiais de justiça, e achamos melhor para a dinâmica do trabalho que esses mandados fossem distribuídos para essa central. E efetivamente é o que acontece. Quando são concedidas as medidas protetivas e quando há intimação para as audiências, esses mandados vão para a central. Lá eles são distribuídos, e cada oficial de justiça cumpre os mandados por região, por determinadas localidades. Então, os mandados são distribuídos para os oficiais de uma forma geral.

No começo, tivemos muitos problemas com essa questão da demanda. Havia medidas protetivas que saíam a tempo – as medidas protetivas, quando chegam da delegacia, saem no prazo de 48 horas – mas, muitas vezes, não; às vezes, demoram no cumprimento porque não depende do juizado. Vai para essa central de mandados, e estava acontecendo de os mandados demorarem a ser cumpridos. Mas houve uma reunião com o diretor dessa central de mandados, que também

é um juiz de Direito. Na reunião, expusemos a situação da urgência da questão da violência contra a mulher, que não pode esperar, especialmente o afastamento do lar. Ele acolheu o nosso pedido. Os oficiais de justiça dão prioridade aos casos de violência contra a mulher, notadamente quando existe a determinação de afastamento do lar.

Então, acerca da quantidade de oficiais de justiça que deveriam ser lotados, acho que a forma como está na Comam é ideal, porque, para que tivéssemos um quadro de oficiais de justiça razoável no Juizado, precisaríamos de, pelo menos, 20 ou 30 oficiais para dar cumprimento a todos esses mandados, até porque todos os dias chegam ao Juizado cerca de 35 a 40 medidas protetivas, que geram o dobro de mandados. São dois mandados para cada medida protetiva, então, fica inviável ter esse quadro limitado. Eu acho que, da forma como está a central de mandados e com essa preferência, com essa prioridade que se está dando, está funcionando bem.

No mais, nós temos uma dificuldade muito grande, como todo o Poder Judiciário, não é só o juizado que tem essa deficiência de servidores. O nosso quadro, apesar de ser previsto na lei e de estar completo, com o número previsto de servidores, já é insuficiente para a demanda. Embora o Tribunal de Justiça tenha, às vezes, procurado, dentro das limitações, conceder servidores, a deficiência de servidores é muito grande. Isso faz com que haja um comprometimento, na verdade, do trabalho. Então, todo mundo trabalha lá no limite da exaustão. Felizmente, contamos com servidores muito abnegados, que vestem a camisa. Porque em relação à violência contra a mulher, eu acho que Deus passa a mão por cima e todas as pessoas que lidam com essa questão se tornam sensíveis à causa, vestem a camisa e dão o sangue. Pelo menos, para esses servidores do juizado eu tiro o chapéu, porque eles não medem esforços no sentido de fazer um atendimento bom, um atendimento de qualidade.

Claro que ainda há muita coisa a desejar, falta capacitação para os próprios servidores do Juizado, assim como também falta capacitação para toda a Rede que faz o atendimento. Percebemos que nem todas as pessoas dessa Rede de Atendimento têm as informações que devem ser dadas para as vítimas de violência. Então, há ainda muita coisa a ser feito. É um verdadeiro desafio aplicar essa lei da forma como ela está prevista no papel. Dar efetividade à Lei Maria da Penha é uma coisa muito difícil.

Mas estamos nessa luta e contamos agora com essa Coordenadoria, que eu acho que veio somar. A Desembargadora, que é muito sensível a essa questão, está sensibilizando o nosso Presidente do Tribunal.

Agora vamos mudar de Presidente, mas eu acho que ele também é muito sensível à questão. Os desembargadores também estão mudando. Eu acho que está faltando, da parte das pessoas, de uma forma geral, mais seriedade no trato da violência contra a mulher, porque as pessoas falam, falam, mas efetivamente medidas que deveriam ser tomadas para melhorar a nossa estrutura de trabalho, e não somente a estrutura do Juizado, mas de toda a Rede, ainda deixam muito a desejar e muita coisa ainda tem que ser feita.

Era só.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós já tínhamos observado a forma como a senhora conduz o processo na vara. A vara tem uma boa estrutura física, o que falta é uma estrutura de pessoal. Eu queria apenas deixar registrado que a senhora pudesse nos enviar... Primeiro, faço uma pergunta: a senhora esteve no último FONAVID, em Mato Grosso?

A SRª ROSA MENDONÇA – Não estive porque não nos foi autorizado, porque aqui no Ceará temos dois juízes, eu e o colega de Juazeiro do Norte, mas o Tribunal de Justiça não autorizou a nossa participação no FONAVID – nós achamos que ia autorizar e não autorizou, deixamos para última hora e acabamos não participando. Aliás, do FONAVID nós participamos somente de dois.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dois oito FONAVIDs só participaram apenas de dois.

A SRª ROSA MENDONÇA – De dois. Do deste ano e daquele do ano passado nós não participamos. Dois juízes da violência doméstica...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) –

Só para explicar: o Fonavid é o Fórum Nacional de Violência Doméstica dos Juizados de Violência Doméstica.

Nós queríamos deixar registrado, então, que depois nós formalizaremos à Coordenadoria, Desembargadora, que possa, a partir de agora, estabelecer como rotina a presença de, no mínimo, um juiz representando o Juizado Especializado, já que no FONAVID se dá uma troca, um exercício de experiência de aperfeiçoamento da máquina.

A SRª ROSA MENDONÇA – Também da jornada da Lei Maria da Penha, que é promovida também pelo Conselho Nacional de Justiça, acho que foi a VI Jornada, se não me engano, também só participamos de umas três. Dessas duas últimas também não participamos. Também é um momento muito interessante.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Vamos deixar registrado e depois encaminhar à Desembargadora, à Coordenadora a necessidade imperiosa de que os juizados do Estado do Ceará participem de todos os encontros do FONAVID e de todas as jornadas nacionais.

Nós gostaríamos também de deixar registrado que a senhora pudesse nos enviar um debate com a Coordenadora sobre como resolver os problemas de todos os outros casos de violência doméstica que não são de varas especializadas e que são encaminhadas dentro das suas jurisdições para dar agilidade e controle às medidas protetivas.

Nós agradecemos a senhora pela agilidade com que responde as nossas preocupações e vamos, em seguida, fazer um contato com o CNJ para que essa orientação de presença compulsória seja uma normativa de todos os tribunais de justiça. Muito obrigada.

Passamos, de imediato, à representante do Procurador-Geral do Ministério Público, Drª Magnólia Barbosa da Silva, para suas observações e respostas às perguntas.

A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – Boa noite.

Em nome do Ministério Público, cumprimento a Mesa e, evidentemente, na pessoa da nossa Deputada Gorete, que não se encontra, que foi quem...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A Deputada Gorete foi a autora do requerimento...

A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA

– Exatamente, Gorete Pereira. Então, cumprimento a todos. Cumprimento o público em geral na pessoa da Prof. Helena Frota, que participa conosco dos trabalhos.

Devo dizer à Senadora que o Dr. Ricardo Machado, Procurador-Geral do Ministério Público, não está aqui hoje porque encontra-se em Brasília trabalhando contra a PEC 37, aquela que traz a impunidade, que traz ao Ministério Público, ou tira do Ministério Público o direito de investigar inclusive crimes contra a violência doméstica. Ele não está aqui e pede a ajuda de V. Exª e de todos os Parlamentares para que não deixe ser aprovada essa PEC da impunidade, que é a PEC 37.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) –

Em relação a essa Proposta de Emenda à Constituição nº 37, que está tramitando lá em Brasília, na Comissão de Constituição e Justiça, foi derrotada a emenda que propunha que se mantivesse a presença do Ministério Público atuando em casos referentes ao patrimônio público. Essa emenda foi derrotada e a nossa luta era para que fosse mantida, inclusive em entendimento, sobretudo, com o Deputado Amin, para que o Ministério Público esteja presente em casos estabelecidos por lei, para que se atenda às reivindicações do Ministério Público, sem dúvida, muito importante emenda no combate à corrupção.

A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA

– Meus agradecimentos, Deputada Jô Moraes.

Como disse, o Dr. Ricardo Machado não está presente, mas meu nome é Magnólia Barbosa e per-

tenço ao primeiro escalão do Ministério Público. Sou Procuradora de Justiça e represento, neste ato, a mim própria, que estou integrando o Colégio de Procuradores de Justiça e, no Estado do Ceará, coordeno o movimento Pró-Mulher. Lógico que, se o Dr. Ricardo Machado aqui estivesse, apenas iria cumprimentar a Mesa e passar a palavra a minha pessoa. Entendo como justificada a não participação dele aqui.

Bem, o Ministério Público é um órgão formal. Por esse motivo, apesar de ter sido avisada de imediato da presença de V. Ex^a, eu apresento um relatório à Mesa dos nossos trabalhos por escrito. Peço à nossa assessora, a Estela, que apresente à Mesa.

Está aqui conosco o Promotor de Justiça, Dr. Anailton Mendes de Sá Diniz. Esse mini relatório tem 100 páginas. É evidente que não vai dar para falar sobre as cem páginas, Deputada Federal, em apenas alguns minutos. Mas vou procurar responder às perguntas o mais rápido possível.

Gostaria também que a assessoria, começando a minha fala, mostrasse a campanha que o Ministério Público faz de enfrentamento à violência doméstica.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SR^a MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – A campanha é divulgada em nível nacional e de forma permanente na página do Ministério Público e nos Municípios a que vamos.

Temos, no Estado do Ceará, 375 membros do Ministério Público trabalhando em 184 Municípios.

A primeira pergunta da Deputada se refere às ações que o Ministério Público tem feito para implementar a rede de atendimento. No relatório entregue a V. Ex^{as}, a partir das páginas 29 e 30, observam-se várias ações como: participação em debates e mesas, cursos de capacitação, reuniões, inspeções, reuniões da rede em vários locais, elaboração de recomendação, promoção de campanhas, elaboração de manuais – são dois manuais: este, *O Enfrentamento à Violência Doméstica*, que traz o símbolo da campanha, Deputada Jô; e *Mulher e Homem – Uma questão de Gênero*.

O Ministério Público trabalha com recomendações. Essas recomendações estão nas páginas finais, são os anexos. Vou fazer um resumo aqui, para V. Ex^a conhecer o trabalho de metas e de alcance da nossa instituição.

Recomendação nº 5/2012. Ao final, o Procurador-Geral recomenda a todo o Ministério Público do Estado que efetive o processo de articulação e parcerias com a Rede, que promova ações voltadas à criação e fortalecimento da Rede e dos conselhos municipais

da mulher, informe acerca de medidas adotadas, tudo no prazo de 60 dias.

Recomendação nº 08. Nela novamente o Procurador-Geral recomenda a todos os Promotores de Justiça da comarca que zelem pelo pleno e efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, intervindo em causas cíveis, criminais e decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher,; que fiscalizem os estabelecimentos públicos e privados de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar e que adotem de imediato as medidas administrativas e judiciais cabíveis no tocante a qualquer irregularidade constatada; que expeçam recomendações a órgãos e entidades públicas e privadas visando à implementação e aperfeiçoamento de atividades positivas para a Lei Maria da Penha; que requisitem, quando necessário for, força policial e seus serviços públicos de saúde, educação, assistência social, segurança, entre outros; que façam o cadastro dos casos de violência doméstica.

Deputada Jô, o Ministério Público do Estado do Ceará tem um cadastro de vítimas da violência doméstica em que nós anotamos os casos que acontecem em todo o Estado. V. Ex^a pode verificar aí no nosso relatório, na p. 73, exemplos de alguns casos de andamento do nosso trabalho e de como o Ministério Público se comporta diante das reclamações.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Magnólia, esse registro toma como base que tipo de informações para que seja caracterizado o homicídio como fruto de violência doméstica e não ocorra o registro como homicídio de mulheres decorrente do tráfico ou de outros crimes?

A SR^a MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – Excelente pergunta. Nós temos uma resenha eletrônica da Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica. Então, através de uma resenha eletrônica, eles informam os cadastros, quer dizer, o cadastro é específico para violência doméstica em todo o Estado. O Estado do Ceará tem esse cadastro específico por cidade e, no próximo ano, a Copevid, que é uma reunião de todos os promotores de Justiça do Brasil, vai juntá-los e fazer um cadastro nacional em que todos os Ministérios Públicos vão oferecer respostas de imediato à consulta de V. Ex^a ou de qualquer Parlamentar acerca do trabalho do Ministério Público no que se refere à fiscalização de estabelecimentos, de inquéritos, de inquéritos policiais, inquéritos arquivados, andamento de número de processos, manifestação do Ministério Público, parecer de busca e apreensão, liberdade provisória e a questão também de incidentes de insanidade mental...

(Falha na gravação.)

A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA

– ...que podem acontecer, parecer de relaxamento de prisão, plantões criminais, representações recebidas, denúncias recebidas, decreto de prisão preventiva e requisição de inquérito policial, além das denúncias. Então, o cadastro está específico nesse setor.

O Ministério Público se reúne mensalmente, às vezes, até diariamente aqui com a Rede. Agora, recentemente, durante esses 16 dias de ativismo, nós trabalhamos no sentido de diagnosticar qual seria, dentro de Fortaleza, o bairro com maior índice de violência para, a partir das pesquisas, ir à ação.

Então, observem aqui que a Profª. Helena Frota diz que o bairro é Messejana. Fizemos uma ação conjunta em Messejana, uma intervenção do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Instituto Maria da Penha, junto ao colégio Paulo Benevides, ou seja, estamos trabalhando em um plano piloto de ação e de resultado.

No dia 8 de março de 2013, vamos estar na cidade de Barbalha, aqui apontada como a que tem o maior índice de violência. Então, vamos juntar a Rede em cada local que apresente índice de violência no sentido de diminuí-la. O objetivo sempre é articular a Rede, estar diariamente conversando com ela.

Aqui com a Casa, a Assembleia Legislativa que antes era a casa das sete mulheres – hoje são nove Deputadas –, trabalhando com as Deputadas, com a Comissão Parlamentar, fizemos visitas a delegacias de polícia e trabalhamos constantemente. Então são várias as ações em que o Ministério Público trabalha diuturnamente para fazer a implementação da Lei Maria da Penha e, conseqüentemente, trazer um melhor atendimento à Rede, porque há uma necessidade enorme, a gente já falou sobre isso neste Parlamento, de investimento financeiro. Todos os órgãos públicos precisam de investimento financeiro para funcionar. É necessário investimento financeiro, é necessário que o Estado do Ceará coloque em seu orçamento investimento financeiro em todas as áreas para atender ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à delegacia de Polícia, a todos os órgãos que trabalham com a Rede, a todos os órgãos públicos. Não se pode trabalhar sem investimento financeiro, sem orçamento financeiro.

O Ministério Público tem feito a sua parte com seus promotores de justiça, mas também necessita, como qualquer órgão, de investimento financeiro. Esse investimento é para capacitar mais as pessoas, para fazer uma propaganda permanente do trabalho, da necessidade de combater a violência doméstica, porque é na área de prevenção – e é para ela que nós estamos trabalhando muito – que o Ministério Público do Estado do Ceará inaugurou três núcleos de gênero, chamados

Núcleo de Gênero Pró-Mulher: um em Fortaleza, um em Sobral e outro em Juazeiro do Norte. São locais polo em que se trabalha diariamente no sentido de movimentar a Rede para a prevenção. Estamos indo a colégios, cito como exemplo aqui a cidade de Sobral, onde estamos lançando uma chamada *Cartilha Educação e Justiça pelo Fim da Violência Doméstica*. Todas as escolas públicas de Sobral vão trabalhar com essa cartilha: *Educação e Justiça pelo Fim da Violência Doméstica*; já faz parte de um convênio formado, a exemplo do que fizemos agora, recente, com o Colégio Paulo Benevides, que também vai trabalhar no próximo ano com cartilhas.

São essas as respostas à primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador, previsto na Lei de Juizados Especiais, nos casos de violência doméstica? Não, muito pelo contrário, tem trabalhado contra. Por quê? Porque o art. 17 da Lei Maria da Penha veda a aplicação nos casos de violência doméstica, de familiar contra mulher, de penas tipo cesta básica e outras prestações, em substituição de qualquer tipo de pena. Estamos trabalhando contra diariamente.

Aqui na nossa cartilha, pág. 42, que entregamos a todos os órgãos, insistimos para que não se aplique, jamais, a Lei de Juizados Especiais na Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha deve ser cumprida na sua integralidade, o MP trabalha para efetivar a Lei Maria da Penha; efetivar em todos os sentidos, no sentido de políticas públicas, que é o sentido mais importante, na área civil, na área penal e na área administrativa.

A terceira pergunta: quantas promotorias da mulher existem no Estado? No Estado temos especializada duas; uma em Fortaleza e outra em Juazeiro; e temos promotoria da mulher em todas as comarcas, mas todas elas acumulando suas atribuições legais de diversas áreas. Não temos uma específica.

Na cidade de Sobral, o juiz da área penal, juntamente com a promotora de justiça da parte penal, é quem cuida da Lei Maria da Penha. É claro que é necessário – e seria o ideal – que cada comarca, ou cada cidade dos 184 Municípios, tivesse uma promotoria de justiça especializada na área da mulher e também o juiz especializado exclusivamente na área de violência doméstica.

No momento, o nosso Estado ainda está a desejar nessa área especializada, não na área de se fazer cumprir; na área de se fazer cumprir, temos promotores de justiça em todas as comarcas, exigindo cumprimento da Lei Maria da Penha, exigindo cumprimento das políticas públicas junto aos Municípios.

Fazemos audiências públicas com os Parlamentares - e aqui está comigo o Promotor de Justiça, Dr.

Anailton, que participa das audiências públicas aqui em Fortaleza. Por quê? Porque pensamos, e sempre conversamos isso com a Maria da Penha, que a Lei Maria da Penha veio muito falar sobre violência doméstica, mas o caos aqui no Estado do Ceará é a morosidade. Então o Ministério Público teve de optar entre: para que fazer ação civil pública e ficar parada lá? Estamos optando em articular o Poder Legislativo, o Poder Executivo, no sentido de que se faça cumprir a Lei Maria da Penha em todos os locais. Também estamos pedindo ajuda às organizações não governamentais, porque observamos que, depois desses seis anos da Lei Maria da Penha, elas estão um pouco paradas aqui no nosso Estado. Queremos mais cobrança; quanto mais cobrança das organizações não governamentais, mais teremos respaldo de sair cobrando políticas públicas e exigindo que o prefeito municipal cumpra, que o juiz cumpra, que o promotor de justiça também cumpra a Lei Maria da Penha.

Muitas são as prioridades do nosso Estado, e temos que insistir até para ser prioridade na agenda do Governador do Estado do Ceará. Maria da Penha, tivemos várias reuniões, durante os anos de 2010, 2011, 2012 no Ministério Público e no complexo da mulher, que foi uma das ideias surgidas dessa reunião, que a nossa Deputada Fernanda Pessoa, conosco, disse e prometeu que um dia ela conseguiria falar com o Governador. Hoje graças à CPI da Violência Doméstica, foi possível ser entregue e há sinal positivo de que vamos ter o complexo da mulher, um local desenhado pela Maria da Penha e por todas as pessoas que integram a Rede de Combate à Violência Doméstica, um local em que a mulher vítima de violência encontre tudo, todo atendimento: delegacia de polícia, equipe multidisciplinar, juiz, promotor de Justiça; e até o agressor encontre um local em que ele possa se defender, em que ele possa encontrar defesa e em que ele possa ser apoiado, porque o objetivo da Rede de Combate à Violência Doméstica é a família, é para consolidar a família, é trazer paz à família. Então, não basta cuidar só da mulher; tem-se de cuidar também do homem.

O complexo da mulher é pensado em rede, e espero em breve realmente seja colocado em Fortaleza, porque o Estado do Ceará, o Estado que tem a Maria da Penha, deveria ser o primeiro lugar, em termos de estrutura, para o atendimento à Lei Maria da Penha. Deveria. E saiba, Maria da Penha, como a gente tem insistido nessa tabela! Deveria. (*Palmas.*)

E o Ministério Público do Estado do Ceará vai continuar insistindo para que se cumpra essa legislação, para que se atenda essa expectativa de direito. Vai continuar fazendo seus relatórios, vai continuar trabalhando nos espaços que lhe são permitidos e até

nos não permitidos; na rua mesmo, como já fizemos em vários movimentos, e em praças públicas, para que se cumpra a Lei Maria da Penha, para que ela seja efetivada em todas as áreas.

Vou mostrar aqui, em rápidas passagens, o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Ceará para 2013/2014. É um planejamento pensado, batido com 375 promotores de Justiça, todos eles assumindo o compromisso de assim se fazer cumprir – está na página 78, Deputada Jô Moraes, caso queira acompanhar:

1. Fiscalizar aplicação das medidas protetivas, que se desenvolverão de acordo com o seguinte plano de ação:

a. Levantamento do número de medidas de proteção pleiteadas e deferidas com a intimação do agressor – a questão da intimação do agressor é o nosso calo. É difícil fazer a intimação do agressor não só em Fortaleza, mas em qualquer Município, por falta de oficiais de Justiça e por depender da ajuda do ronda do quartirão, que às vezes cumpre e às vezes não cumpre. Então, o Ministério Público vai trabalhar diuturnamente nessa área.

b. Verificação das intimações do Ministério Público das decisões judiciais nas medidas de proteção – essa verificação é que para que se cumpra, para que se possa recorrer, para que se dê andamento e para que os processos não fiquem engavetados. É trabalho nosso evitar essa morosidade.

c. Verificação das intimações para o efetivo cumprimento dessas medidas de proteção junto às delegacias de polícia e também junto às vítimas – informação, evidentemente, sobre a meta para as demais promotorias de Justiça do Estado com atuação no enfrentamento à violência doméstica.

2. Educação nas escolas contidas nos bairros com maior índice de violência doméstica na capital, que será desenvolvida de acordo com o seguinte plano:

a. Mapeamento de cinco bairros com maior índice de violência doméstica – esse mapeamento já foi feito pela Prof. Helena Frota e, no próximo ano, vamos trabalhar com ele. Evidentemente, aproveitando mais uma vez a CPI da Violência Doméstica, pedimos, por favor, orçamento, investimento. Queremos trabalhar, mas precisamos que o Estado brasileiro dê condições de trabalho.

b. Mapeamento de cinco escolas nos bairros com maior índice de violência – vamos fazer

esse mapeamento com a Prof. Helena, para intervir no sentido de resolver. O Ministério Público do Ceará não quer dados para enfeitar parede; quer dados para encontrar solução, para resolver o conflito.

c. Realização de atividades de educação nessas escolas – realização permanente.

Concluindo, para dar a palavra ao meu colega Anailton, no item 3, vamos trabalhar com aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público e de polícias no enfrentamento à violência doméstica.

Eles vão atuar da seguinte maneira: primeiro, distribuição de manuais e atuação funcional para o Ministério Público e para as polícias civis e militar; seguindo esses manuais, cursos que o Ministério Público já lecionou, capacitando várias pessoas que integram a Polícia Civil e a Polícia Militar. Então já houve a capacitação. Esses números estão conosco. Há registros que podem ser fornecidos à CPI.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Magnólia, só para agilizar e dar tempo, quanto aos dados que estão aqui, o último ponto é o acompanhamento de políticas públicas, queria fazer uma pergunta mais concreta.

A senhora falou que há duas promotorias de violência doméstica e falou em três núcleos de gênero. Esses núcleos de gênero são integrados por promotorias diferentes? São instrumentos para estudos, para a coordenação?

A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – Obrigada, Deputada.

O Ministério Público tem órgãos de execução, que são as promotorias de Justiça. O que o órgão de execução faz? Faz as denúncias, os inquéritos. Esses são órgãos de execução. Eles trabalham quando acontece o ilícito.

Os Núcleos de Gênero Pró-Mulher, os três, vão trabalhar na área de prevenção. O que vamos fazer na área de prevenção? Vamos fazer capacitação, vamos fazer cursos, vamos trabalhar com a Rede, audiências públicas.

Nós colocamos um eixo aqui no Estado do Ceará: região norte, região sul e centro, que é Fortaleza. Então nós temos um núcleo em Fortaleza, outro em Juazeiro do Norte e outro em Sobral, Região Norte e Região Sul. Então são três polos...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – São integrados por diferentes promotores ou o conjunto de promotores...

A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – São integrados por todos os promotores de Justiça que trabalham na área de execução. Por exemplo: aqui está comigo o Dr. Anailton. Ele é Promotor de Justiça

da área da Promotoria e também do Núcleo. Com ele, há mais três promotores de Justiça complementando o Núcleo. Então os dois órgãos se integram. Dividimos a atividade: você faz a execução e o outro faz a prevenção ou vice-versa, porque não há como, no Ministério Público, separar as atribuições. O promotor de Justiça deve trabalhar em todas as atribuições. Os núcleos são apenas para termos um setor de cumprimento em cada área. Na realidade, um promotor trabalha em todas as áreas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Drª Magnólia.

A senhora disse que queria dar um pouco do tempo. Eu estendi por mais cinco minutos para que o outro promotor pudesse usar da palavra.

A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA – Eu queria só concluir. É uma pergunta que V. Exª fez sobre a capacitação de promotores de justiça.

Ela é permanente. Nós temos uma Escola Superior do Ministério Público e cursos permanentes. Então as promotorias existem no Estado e trabalhamos de forma permanente.

Por favor, Dr. Anailton. Cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu pediria que o Dr. Anailton dissesse o seu nome completo para efeito de registros. Devido ao adiantado do tempo, a gente daria cinco minutos ao senhor.

O SR. ANAILTON MENDES DE SÁ DINIZ – O.k., obrigado.

Eu queria saudar a Mesa em nome da Deputada Jô Moraes e dizer que é um prazer estar aqui para falar um pouco sobre a violência doméstica. Na verdade, eu também sou um dos que se envolveram e me apaixonei na defesa das mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O nome completo.

O SR. ANAILTON MENDES DE SÁ DINIZ – Sou Anailton Mendes de Sá Diniz, sou Promotor auxiliar de Combate à Violência Doméstica em Fortaleza e faço parte do Núcleo de Gênero Pró-Mulher.

A Drª Magnólia falou sobre os núcleos. Os promotores que acompanham o núcleo de Sobral são de outras varas que não são especializadas, porque ainda não há um juizado especializado lá. Portanto também não há uma promotoria especializada.

Temos uma promotoria especializada em Juazeiro e outra em Fortaleza. Só que, nessa de Fortaleza, tem a Promotora titular e eu, que atuo como Promotor auxiliar. A nossa colega titular no momento encontra-se de férias, e nós estamos assumindo as duas posições.

Quero enfatizar que quando cheguei à violência doméstica, em fevereiro de 2010, substituí a colega Fernanda Marinho, que tomou uma grande atitude aqui

em Fortaleza, que eu não posso deixar de lembrar: a luta para não excluir a prisão preventiva de alguns crimes da Lei Maria da Penha. Era uma reforma que estava havendo no Processo Penal e o interesse era de se retirarem as garantias da mulher, que seria a prisão preventiva em último caso, em alguns crimes.

As medidas protetivas de urgência para mim são o grande trunfo da Lei Maria da Penha. Por isso a nossa preocupação em acompanhá-las de perto, porque, no curso que demos para a Polícia, para o ronda do quarteirão sobretudo, porque é a polícia que chega no primeiro momento, sentimos, no Juizado de Violência Doméstica, nas audiências com a Dr^a Rosa, que havia um desconhecimento muito grande da Polícia na abordagem dos crimes de violência doméstica, dos agressores; o medo da Polícia de, por exemplo, ingressar num condomínio de luxo. E aí a polícia ficava numa situação difícil. Nós fizemos um curso específico para os policiais do ronda. Fomos diretamente à Polícia Militar, à Secretaria de Segurança Pública, conversamos com o Secretário, que nos deu todo o apoio. E fizemos também um curso de capacitação com os delegados de Polícia, porque a nossa bandeira, Deputada Jô Moraes, a bandeira da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Brasil, que é formada por vários promotores que atuam na área, é de que a Polícia não conceda fiança nos casos que envolvem violência doméstica, para que a mulher tenha uma maior proteção. Nesses casos, o juiz tem 48 horas para definir se concede ou não as medidas protetivas e este mesmo juiz tem 48 horas para julgar ou não a concessão de uma fiança. Então a mulher fica mais garantida nesse sentido.

A nossa comissão trabalha nisso. Em Fortaleza, já trabalhamos com as delegadas, recebemos integral apoio da Dr^a Rena, da Dr^a Cezarina e da Penélope, que está aqui presente, e de muitos delegados que estão realmente atendendo à nossa recomendação.

Em resumo, a fala da Dr^a Magnólia já deixou transparecer todas as nossas ações. Esse planejamento que nós temos para o futuro foi bolado na Comissão, ao qual pretendemos realmente dar efetividade, inclusive com um manual, fazer um manual para os promotores de Justiça.

Nós elaboramos um manual para os delegados de Polícia, uma orientação, na verdade, e esse manual já foi escolhido pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica para ser complementado por outros colegas do Ministério Público e servir de orientação de nível nacional para as Polícias.

Isso está em fase de elaboração. Creio que em março do ano que vem esse manual será lançado

como um documento da campanha, como foi lançada essa cartilha nacional.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Eu queria cumprimentar o Dr. Anailton, a Dr^a Magnólia, primeiro, pela preocupação com o registro dos acontecimentos. Este relatório aqui apresentado, que é um trabalho dos Núcleos de Gênero do Ministério Público, é uma lição. Se nós não tivermos o registro da realidade, não teremos condições de apresentar as soluções. Como muito bem disse a Dr^a Magnólia, nós queremos números não para colocar, mas para resolver as questões apresentadas.

Sem dúvida alguma, a demanda da senhora, Dr^a Magnólia, é a demanda de todos os órgãos, de toda a CPI. Sem recursos, sem definição orçamentária, não há continuidade da ação dos diferentes órgãos.

Quero dizer que o Governador se colocou à disposição para se incorporar ao esforço para se criar um comitê intergestor para a operação. Essa preocupação que a senhora demonstrou com a necessária articulação entre os órgãos, inclusive com a informatização, pelo menos nós apresentamos, e o Governador se incorporou a essa preocupação.

Considero que o que a senhora diz, a sociedade civil, Maria da Penha, as entidades – aqui está a União Brasileira de Mulheres – da sociedade civil devem ficar organizadas, vigilantes e atentas para arrancar do Poder Público, sem dúvida nenhuma, as demandas.

Parabéns pelo trabalho da Dr^a Magnólia, do Dr. Anailton e que nós possamos avançar com a contribuição dos senhores.

Chamaríamos, antes da representação da sociedade civil, a Dr^a Elizabeth, representando a Defensoria Pública.

Dr^a Elizabeth Sousa. *(Pausa.)*

A Deputada Fernanda está fazendo a operacionalização. Agora está em ordem.

A SR^a ELIZABETH SOUSA – Está em ordem? Então, boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Jô Moraes, que brilhantemente vem conduzindo esse trabalho.

Eu gostaria de falar a respeito da Defensoria Pública, do trabalho que vem sendo desempenhado na questão do enfrentamento à violência contra a mulher.

Uma das perguntas é com relação a quantas defensorias especializadas existem no Estado.

Temos o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem) aqui no Estado do Ceará. O Nudem funciona em Fortaleza, atualmente com dois defensores apenas, que sou eu e o Dr. Daniel. É um núcleo voltado para dar vez e voz às mulheres em si-

tução de violência, vez, voz e assistência jurídica integral e gratuita, que é a função da Defensoria Pública.

A Lei Complementar nº 80, a nossa Lei Orgânica Nacional, estabelece, no art. 4º, entre a função institucional da Defensoria Pública, a questão da defesa da mulher vítima, uma proteção especial nesse sentido. E a Lei Maria da Penha também traça parâmetros para a atuação no caso da mulher vítima de violência, atuação da Defensoria Pública com a mulher vítima de violência.

Daí, aqui no Estado do Ceará, temos o art. 149 da Constituição Estadual, que estabelece que deve haver também um núcleo de encaminhamento com o objetivo de proporcionar à mulher orientação e acompanhamento jurídicos adequados e voltados aos problemas específicos.

Então, em função de tudo isso, da Lei Maria da Penha, que é implementação real de direitos humanos no Brasil, da nossa Lei Orgânica e da Constituição Estadual, temos, aqui no Estado do Ceará, o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esse Núcleo, inicialmente, teve um projeto de instalação e de criação, embora já funcionasse, antes mesmo desse projeto, mas um projeto que a gente fez com o Pronasci, que nos deu subsídios do arcabouço material para funcionar. Entre esse material, a gente conseguiu também uma *van*, que é de grande importância no trabalho desse Núcleo. Essa *van* funciona pegando as mulheres na delegacia diariamente, de segunda a sexta, tanto pela manhã como à tarde – pela manhã fica o Dr. Daniel, à tarde fico eu, no Núcleo de Enfrentamento – e levando essas mulheres à Defensoria, direto da delegacia para a Defensoria, para que a gente possa lá dar todo o atendimento e toda a assistência, ver qual a necessidade da mulher no atendimento sensibilizado e humanizado para a questão dela. E aí a gente vem percebendo, inclusive, um grande número de mulheres hoje. O nosso Núcleo funciona na estrutura do Ceram, no 3º andar do Centro Estadual de Referência da Mulher. Funcionávamos, há algum tempo, duas casas ao lado, mas, como o locatário pediu o imóvel, tivemos que entregar e voltamos ao Ceram. Então, a gente tem um número grande de mulheres, tanto pela manhã como à tarde, atendendo.

Que tipo de atendimento é esse? A gente faz um atendimento, como falei, humanizado, sensibilizado, um atendimento em que a gente pode entrar com as ações cíveis, criminais, de família e também com as medidas protetivas. Então, a gente vê se há necessidade de medidas protetivas, no caso da mulher, se há necessidade de um encaminhamento para um abrigo, a gente vê que tipo de ação que ela precisa, seja de indenização, seja uma ação no caso de intervenção, de filhos com caso de drogas que precise de uma in-

tervenção, a gente também entra com esse tipo de ação, e vários outros tipos de ações, como alimentos, reconhecimento de solução de união estável, divórcio, todo tipo de ação, seja judicial ou não, mas todo tipo de ação que seja decorrente da violência doméstica e familiar praticada.

Então, no Nudem a gente trabalha a nossa resolução de criação, que é de 2010. A gente já fazia um trabalho antes da resolução de 2010, bem antes, e temos registros de 2004. Antes de 2004, também tínhamos o trabalho desempenhado pela brilhante Mônica Barroso aqui, que trabalhava na questão também da mulher. Mas, em 2004 temos um registro voltado a esse formato que temos hoje do Nudem. Então, podemos precisar que, de 2009 para cá, tivemos 15.025 atendimentos a mulheres em situação de violência, e, juntando os dados de 2004, anteriormente à minha entrada no Nudem, quando o Nudem funcionava junto à Delegacia Especializada, nós temos um dado, até hoje, de cerca de 24 mil atendimentos a mulheres em situação de violência. Então, temos petições, encaminhamentos, ofícios, medidas protetivas, tudo que for necessário para ajudar a mulher, que dá aquele amparo na situação de violência.

Não faz parte do Nudem, na estrutura do Ceará, definida no Ceará hoje, mas temos também atuação com relação à defesa da mulher, do defensor no juizado. Costumo dizer que não gosto muito desse nome de Juizado de Violência Doméstica, por quê? Porque, embora esteja escrito na Lei Maria da Penha esse nome, dá a impressão de que são crimes de menor importância, quando, na verdade, a intenção foi sair de um juizado especial para uma vara especializada, para que você tenha o entendimento de que é uma grave ofensa aos direitos humanos da mulher, e você guardou o nome juizado, que ainda dá aquele entendimento, para algumas pessoas, de que seria algo que pode se resolver com institutos despenalizadores, que não é o que descreve a Lei Maria da Penha.

O Nudem realiza importantes trabalhos na questão da violência doméstica e familiar.

Temos também, em Juazeiro, um defensor na atuação da defesa da mulher e, em Juazeiro, um defensor que faz as duas funções, tanto auxiliando a mulher como auxiliando o homem. Infelizmente, nosso número hoje... Inclusive, a segunda pergunta trata a respeito de como a Defensoria Pública atua nas comarcas onde há apenas um defensor. Infelizmente, hoje, nossa realidade é de que cerca de 70% dos Municípios do Estado do Ceará não têm defensor público. Então, temos uma situação estarrecedora com relação ao número de defensores.

Temos, hoje, 295, considerando que já saiu uma para a magistratura recentemente e também já tivemos outras perdas, mas temos um dado de cerca de 295 defensores, quando, em 2009, foi feito um estudo pelo Ministério da Justiça que constatou que, no Estado do Ceará, havia necessidade de 672 defensores públicos.

Então, temos esse defensor que atua em Juazeiro...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Atualmente são quantos?

A SRª ELIZABETH SOUSA – São 295, mas aí pode ser que tenha saído um ou entrado outro recentemente; é um dado aproximado: 295 defensores públicos.

Então, qual a atuação da defensoria? Específica, especializada, nós temos, aqui, o Nudem, em Fortaleza, que também tem o dever de prestar assistência, orientação e consultoria jurídica aos demais defensores do Estado do Ceará e também a questão da defesa da mulher feita no juizado de violência, digamos na Vara Especializada de Violência Doméstica daqui de Fortaleza, e em Juazeiro também, um defensor que faz as vezes da defesa, também, especializada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nudem em Fortaleza e em Juazeiro?

A SRª ELIZABETH SOUSA – Em Fortaleza e em Juazeiro, mas o Núcleo Especializado só em Fortaleza; temos o defensor que atua na Vara de Violência Doméstica de Juazeiro.

Bom, acho importante a gente colocar os dados do Nudem, que tipo de trabalho vem sendo desempenhado pelo Nudem. Este ano, a gente teve o projeto Autonomia da Mulher: uma Saída da Violência. Acho esse projeto bem interessante. Acho esse projeto bem interessante, porque a gente buscou trabalhar a questão da autonomia. Como? A gente fez coleta de dados, a gente formulou um questionário para ser indagado às mulheres a respeito da dependência e da violência que elas sofrem. Então, tivemos, neste ano, quando começamos em março a coleta dos dados, constatamos 469 casos de violência física, 398 casos de violência moral, 395 casos de violência patrimonial, 222 casos de violência psicológica e 50 casos de violência sexual, de março para cá.

Fizemos, também, levantamento com relação à dependência e constatamos um número bem maior de dependência financeira. Estudamos também a questão da comportamental, mas, disparado, nós temos a questão da violência financeira.

Fizemos, também, o *folder* explicativo como parte desse projeto. Quando à questão do concurso de redação, mapeamos dez escolas nos locais de maior violência de Fortaleza e aplicamos um concurso de redação com premiação. Para corrigir as redações,

envolvemos membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, para nos ajudar nesse trabalho.

Também faz parte desse trabalho a articulação com Sesc, Senai, Secretarias Estadual e Municipal. Desenvolvimento social é um trabalho que está em vias de implantação, mas todos fazem parte do projeto Autonomia da Mulher: uma Saída da Violência.

Bem...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) –

Há a previsão do orçamento que a Defensoria Pública tem para a defensoria especializada?

A SRª ELIZABETH SOUSA – Não, nós não temos um orçamento específico. A partir do momento que tivermos a necessidade, elaboramos o projeto solicitando as verbas necessárias. Então, é caso a caso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Pode haver Município que tenha um defensor?

A SRª ELIZABETH SOUSA – Pode haver Município. Em algumas comarcas vai haver apenas um defensor público.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Um defensor pode ser defensor da vítima, ter que ser defensor da vítima e defensor do agressor?

A SRª ELIZABETH SOUSA – Aí é que está. Nessas comarcas fica aquela história: quem chegou primeiro vai fazer o atendimento. Alguns defensores escolhem fazer o atendimento voltado para a vítima, outros escolhem fazer o atendimento voltado para o agressor. Então, há certa margem e o defensor analisa caso a caso na comarca.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Mas o defensor não acumula a defesa da vítima e a defesa do agressor?

A SRª ELIZABETH SOUSA – Não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Alguém vai ficar sem defensor público?

A SRª ELIZABETH SOUSA – É, alguém vai ficar sem defensor público. Infelizmente, é a nossa realidade hoje, com cerca de 70% de Municípios sem defensor público. Essa é a nossa infeliz realidade no Estado do Ceará, com relação à quantidade de defensores públicos. Aí, a questão da especialização também vale com relação à quantidade. Então, ele faz todo o atendimento da comarca, sejam ações cíveis ou criminais, e também esse atendimento especializado, podendo pedir orientação ou consultoria ao Nudem, como prevê a resolução do Nudem.

A resolução do Nudem prevê também a nossa articulação em diversos órgãos e organismos. Então, aqui também já viemos com apresentação de projeto neste ano mesmo, que era uma sugestão de projeto de lei para as mulheres vítimas de violência, com marcas no corpo, para poderem ter um atendimento de priori-

dade no SUS. Um modelo que veio do Rio Grande do Sul e procuramos introduzir aqui também, no Estado do Ceará, que apresentamos à Deputada Rachel Marques e vem tramitando.

Bom, eu queria fazer um relato das grandes atuações do Nudem nessas questões. Então, temos aqui ação civil pública que movemos, porque o Nudem tem também esse olhar para as necessidades da rede, pois nós atuamos em rede. Então, quanto às delegacias da mulher, lutamos para que haja nas comarcas onde há mais de 60 mil habitantes, que é uma determinação da Constituição Estadual. E para que haja pelo menos mais uma em Fortaleza, entramos com a ação civil pública, que, claro, precisa de uma articulação. Inclusive, eu já falei com o Ministério Público que precisamos de uma articulação em conjunto para que vá para frente e consigamos êxito nessa ação, para que não seja só uma ação na qual foi dada entrada e ficará ali, morta. Então, precisamos de certa ajuda da rede para movimentar.

São vários os assentos: conselhos; Superintendência dos Direitos da Mulher; a questão da atuação do projeto multidisciplinar na época da Delegacia de Defesa da Mulher; a capacitação de defensores públicos. Esse é um registro que estou fazendo de 2004 para cá, mais um resumo do que foi feito. A questão de capacitação de estagiários; a atuação em Centro Estadual de Referência e Apoio, a atuação do Ceram; as reuniões, vigílias, debates com a sociedade civil organizada; participação em grupos de trabalho intergovernamental Por Amor à Vida da Mulher, em 2005; participação de jornada de trabalho sobre a Lei Maria da Penha; participação no Conselho Nacional de Justiça, em 2006; participação na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, em Fortaleza, em 2007; na também 1ª Conferência Federal, em Brasília, do Fórum Estadual de Segurança Pública; do espaço intergovernamental; também em comissões e monitoramento; em reuniões do pacto de enfrentamento à violência contra a mulher; participação em audiências públicas; participação em comissão, visando a uma análise sobre a questão das clínicas de aborto. Enfim, vou adiantar para não ficar muito enfadonho. A gente tem todos esses dados...

Informo, também, que a gente entregou os nossos relatórios por meio do Condege, onde temos a reunião das defensorias do Brasil; ali há um núcleo voltado para a questão de violência doméstica. Os NUDEMs do Brasil entregamos ao Condege, à Comissão da Mulher, o relatório, que foi entregue de maneira conjunta: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e os demais Estados.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós solicitamos, Drª Elizabeth, que seja encaminha-

da diretamente – nós damos um prazo de 10 dias – à Secretaria, porque, segundo a informação da Secretaria, ainda não chegou, e como nós fazemos o registro por Estado, é fundamental que a senhora nos envie os mesmos dados.

A SRª ELIZABETH SOUSA – O.k. É porque a gente fez de uma maneira a apresentar todas em conjunto. A respeito da CPMI, tivemos uma reunião do Condege voltada para esse assunto e cada um foi apresentando os dados. Mas, sim, enviarei os dados do Ceará de forma direta.

A questão de mutirões. Participamos de vários mutirões de atendimento, porque o Nudem também tem atuação de educação em direitos. Então, passamos por vários bairros fazendo essa educação em direitos, para orientar e esclarecer a mulher a respeito da Lei Maria da Penha e dos direitos mesmo da mulher, porque há muitas dúvidas a respeito do que ela pode. Ela acha que não pode pedir ajuda porque ele disse, por exemplo, que tudo é dele. Então, tem-se que esclarecer também a questão do Direito Civil, do Direito de Família, com uma linguagem facilitada, pela qual ela possa entender que também tem direitos e que não é o que ele diz que vai imperar, uma vez dada entrada em uma ação.

Bom, tive participação em conferências e mutirões de atendimento; no Dia de Combate à Violência contra a Mulher, que ocorreu em 25 de novembro de 2010, no Theatro José de Alencar; e de reunião organizada pela Frente Parlamentar dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, na Câmara Municipal de Fortaleza, para debater a implantação do Conselho Municipal da Mulher; participei de eventos promovidos pelos centros de referência, como o Café em Rede; participei de seminários e também de reuniões da rede, inclusive promovidos também pelo Ministério Público. Estivemos presentes em todas as reuniões.

Bem, houve reunião com a Secretária Substituta do Tribunal de Contas; da União e Fiscalização.

(Soa a campanha.)

A SRª ELIZABETH SOUSA – Enfim, são várias atividades de que o Nudem participa e realizou, foram várias palestras que demos, inclusive também em parceria com o Instituto Maria da Penha, na questão das mulheres defensoras. Eu ficaria aqui citando várias questões, como a das cartilhas e a carta endereçada ao Senado, carta em que mostramos ponto por ponto o Projeto nº 156, de 2009, que era um projeto de reforma, como citou o Dr. Anailton, do Código de Processo Penal, em que havia algumas violações à Lei Maria da Penha. Fizemos uma análise apurada em cada artigo

e em cada ponto que achamos que poderia haver violação e enviamos uma carta ao Senado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Um minuto. *(Pausa.)*

Tem a palavra.

A SRª ELIZABETH SOUSA – Pronto. Colhemos assinaturas de Deputados para a feitura desta carta, carta que foi enviada ao Senado, analisando ponto por ponto, justificando cada ponto, sugestão de alteração e tudo o mais, inclusive recebemos elogios do Senado na época da Senadora Serys Slhessarenko do trabalho efetivado no Nudem, e que conseguimos fazer em parceria também com os demais órgãos e organismos.

Então, eu teria aqui várias ações do Nudem para citar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Estão todas no relatório?

A SRª ELIZABETH SOUSA – É, estão todas no relatório.

Tivemos também reuniões com a Deputada Fernanda Pessoa, além de várias reuniões aqui. Mas eu gostaria de dizer que o Nudem,...

(Interrupção do som.)

A SRª ELIZABETH SOUSA –... sempre com a visão voltada para a questão da defesa da mulher, tem trabalhado sempre em rede, para que a gente possa minorar os problemas, porque a gente sabe que a violência doméstica é para presentes e futuras gerações. Então, as condutas repetitivas a gente vem visualizando: em famílias em que há violência doméstica, essa violência também é reproduzida na família dos filhos; filhos que se revoltam com o que aconteceu com a mãe, acabam reproduzindo a situação também com suas mulheres no futuro, mesmo estando revoltados com o que aconteceu com a mãe.

Então, temos essa preocupação enorme no enfrentamento à violência contra a mulher.

Agradeço a atenção.

Peço desculpas por ter extrapolado um pouco tempo, mas é porque havia muito a relatar.

Estamos lado a lado de todo o trabalho feito no enfrentamento.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos, Drª Elizabeth Sousa, o imenso esforço que os defensores e defensoras que atuam nessa área têm de enfrentar.

Registramos que a contribuição aos equívocos presentes no projeto Código Penal é fundamental. E dizer que se nós temos um diagnóstico aqui do Ceará, e a situação mais dramática que nós poderíamos registrar aqui é a da Defensoria Pública nas condições em que ela atua. Deveremos, depois, discutir com a

Frente Parlamentar, com a Procuradoria e, em seguida, com o Governador, porque não é possível que um Estado com essa dimensão, com a pobreza em determinados Municípios, tenha 70% dos Municípios sem cobertura da Defensoria.

Obrigada.

Boa noite.

Nós queremos registrar aqui a presença desde cedo Ingrid Borges, Mara e Denise que são representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

Queremos, neste momento, passar a palavra para o último convidado desta audiência pública, esclarecendo que nós sempre deixamos a sociedade civil para falar como última convidada, exatamente porque ela tem a dimensão da avaliação crítica de todos os processos e informações. Então, é com muita satisfação para esta CPMI – repito – que passo a palavra à Maria da Penha, cuja luta deu origem a uma das mais importantes conquistas da mulher brasileira.

Com a palavra a representante da sociedade civil, Maria da Penha. *(Pausa.)*

Gostaríamos de saber se há algum microfone sem fio que pudesse ser providenciado. Está sendo providenciado um microfone sem fio. Se a senhora quiser aguardar ou iniciar apenas uns dois minutos, já está vindo o microfone sem fio. Agradeço a presteza com que o serviço de comunicação da Casa, os seus servidores, atenderam às nossas necessidades; necessidades que eles nem imaginavam que pudessem existir.

A SRª MARIA DA PENHA – Boa noite a todas as personalidades aqui presentes, autoridades e à Srª Deputada Jô.

Não imaginam a alegria de eu estar neste momento aqui conversando, debatendo um assunto tão importante e tão necessário para a sociedade brasileira.

No mês de maio de 2013 completam 30 anos do início da minha luta. Foi em maio de 1983 que fui vítima de violência doméstica, e, depois de 26 anos, foi criada a Lei que hoje está sendo discutida, de cuja criação eu participei, sendo batizada com o meu nome.

Por um lado, fico muito feliz de saber que esta lei está fazendo a diferença na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, vivi momentos de muita tristeza, porque a lei é uma legislação muito positiva, a gente fala com essa positividade na alma, incentiva as mulheres a denunciarem, mas muitas delas vão denunciar e não têm a acolhida do Estado. Muitas delas são assassinadas nesse momento em que acreditam que serão protegidas, e essa proteção não acontece, a rede não funciona como deveria.

Vi aqui o envolvimento individual de cada instituição, das pessoas que realmente acreditam que a

cultura de paz no mundo vai começar com a cultura dentro da nossa casa; e estão trabalhando nesse sentido, porque, na hora em que a lei estiver cumprindo realmente o seu dever em todos os momentos, a cultura de paz vai começar a se instalar dentro da casa de cada um. A partir daí, a cultura de paz no mundo torna-se mais fácil de existir.

Queria falar que, do que escutei aqui, realmente é uma realidade a dificuldade da verdadeira aplicabilidade da lei.

Fortaleza é uma cidade que já comporta uma delegacia em cada bairro e, em todos os momentos em que tenho oportunidade de falar, digo isso. Então, é do conhecimento de todas as autoridades do meu Estado que uma Delegacia da Mulher em cada bairro seria o suficiente. Mas, como sempre há um desconto nessa conta, Deus queira que as novas delegacias que prometeram sejam criadas o mais rápido possível. Já é um avanço.

Um avanço também seria a criação do Complexo da Mulher, porque acreditamos que o investimento em espaço físico vai ser menor do que se criar um juizado, uma delegacia em cada local.

Então, vários juzizados poderão existir e estar funcionando no mesmo local como algumas delegacias da mulher ou então uma delegacia com várias profissionais capacitadas, várias delegadas e delegados capacitados, sensibilizados para a questão da mulher e um equipamento que a lei determina que eu até diria que é mais importante do que a delegacia da mulher, que é o centro de referência da mulher, porque, muitas vezes, a mulher só tem uma delegacia para ir e ela chega desnordeada, maltratada e não é bem atendida e depois ela se arrepende e quer, como se dizia antigamente, retirar a queixa.

Para que isso não aconteça, até para que o trabalho da delegacia seja mais efetivo e atenda realmente os casos em que as mulheres estão decididas a denunciar, acho que o centro de referência é um local por excelência para ser multiplicado para o atendimento à lei, porque essa mulher vai se inteirar sobre seus direitos, vai ser orientada, vai repensar e, quando chegar na delegacia, vai estar decidida e vai poder dar continuidade a esse processo com mais segurança do que se ela não tivesse previamente ido a um centro de referência de atendimento à mulher.

Também gostaria que fosse repensada a questão dos juzizados. Por exemplo, Fortaleza só tem um juizado que recebe uma demanda muito grande e dois juizes é muito pouco para trabalhar a demanda que existe em Fortaleza, uma cidade com 2,8 milhões de habitantes. Na época em que o juizado foi criado em Fortaleza, foi criado um juizado que, no meu entendimento, seria o

juizado da região do Cariri, por quê? Porque atenderia uma região onde há cerca de cinco ou seis municípios circunvizinhos muito próximos e daria para atender a demanda com certa comodidade.

Fiquei surpresa depois ao saber que não existe juizado na região do Cariri. É o juizado de Juazeiro do Norte, uma cidade que não sei se tem 100 mil habitantes. Então, o repensar, uma reestruturação no Poder Judiciário para que pudesse rever essa questão, já que é tão dispendiosa a criação de um juizado que pelo menos que ele atenda mais regiões próximas, porque é assim que precisa ser feito e quando se quer fazer alguma coisa, procuram-se soluções para que essas coisas aconteçam. Então, acho que o repensar do Poder Judiciário neste sentido seria muito interessante.

Outra coisa também que sozinha fico pensando: se antes de haver juizado em Fortaleza existiam as varas criminais, que atendiam todo tipo de crimes, e se essas varas criminais foram esvaziadas e os casos foram bater no juizado da mulher, por que não a reestruturação dessas varas? Acho algumas varas foram esvaziadas, então, por que não se ter um mecanismo para enxugá-las e que aquela verba, o que está ocioso, seja aproveitado na formação do juizado da mulher?

Falo isso na questão de ter um equilíbrio melhor entre as varas criminais existentes e o juizado da mulher. Às vezes, muitas varas criminais são ociosas e há apenas um juizado da mulher em Fortaleza, com excesso de trabalho, que implica mais demora na finalização de um processo. E isso, quanto mais rápido for feito melhor; concluído, melhor.

Quero dizer que eu, apesar da tristeza em alguns momentos, com a lentidão com que a Lei Maria da Penha é implementada no meu Estado, as inúmeras viagens pelo País me têm dado inúmeras alegrias. A gente tem encontrado...

Eu fico surpresa, sim, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dois Estados que foram desmembrados. Mato Grosso foi desmembrado, e eu já estive em dois Estados. E tanto Mato Grosso quanto Mato Grosso do Sul trabalham com muita competência o enfrentamento da violência doméstica.

Semana passada, eu estive em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Adorei o que é feito lá. Fui para Nova Andradina, uma cidade a 400 quilômetros de distância, por terra, uma cidade de 50 mil habitantes, onde a rede, a teia funciona em todos os sentidos. Lá as escolas educam. Há uma união, uma teia entre Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança. É muito, muito, muito atuante.

Era isso que eu queria para Fortaleza. Era isso que eu queria para o Ceará, com poucos Municípios trabalhando a questão da violência doméstica, sem

ter uma delegacia da mulher, sem ter um centro de referência.

E isso deixa a gente triste. Mas hoje estou renovando com o que escutei aqui, porque nós estamos falando agora para uma CPMI, que está sendo trabalhada em todo o País. E nós temos muitas pessoas valorosas, homens e mulheres, à frente dela. E a esperança é de que, a partir desta CPMI, as perspectivas sejam outras para a família brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos.

A SRª MARIA DA PENHA – Eu queria só acrescentar que eu, não mais como pessoa física, mas por meio do Instituto Maria da Penha, nós também estamos empenhados no enfrentamento da violência doméstica. A Drª Mônica já falou. O instituto fez uma parceria com a Cepam. E estamos divulgando a lei através do cordel, através da música em vários Municípios cearenses. Inclusive, o Instituto já esteve em outros Estados, como Pernambuco, Ceará, Mato Grosso, Quixadá, Mato Grosso do Sul e outros Estados.

E estamos também trabalhando com as empresas, junto com os funcionários das empresas, trabalhando a questão do enfrentamento, porque muitos funcionários homens nem sabem que estão praticando violência contra a sua mulher, porque o que eles entendem por violência doméstica é a violência física. Eles se conscientizam disso, assim como os empresários, que estão tomando conhecimento de que muitas faltas da mulher ao trabalho e a falta de concentração dessa mulher no trabalho são devidas à violência doméstica. E eles têm interesse, então, de ter o seu capital valorizado e de que suas funcionárias se livrem da violência doméstica; ou, então, para evitar um prejuízo, inclusive, financeiro para sua empresa.

Era isso que eu gostaria de falar no dia de hoje e agradecer o convite que me foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos e consideramos o depoimento da Maria da Penha, testemunha não só de luta e de conquista da coragem das mulheres cearenses, mas, sobretudo, um sentimento de determinação, registrando aqui que, no próximo mês de maio, ela completará 30 anos de resistência para que as mulheres não enfrentassem mais a situação que ela própria enfrentou.

Nós agradecemos ao Deputado Roberto Cláudio, Presidente desta Assembleia, pela acolhida deste requerimento.

Agradecemos aos funcionários e funcionárias que estão até agora nos prestando todo o suporte.

Fazemos um agradecimento especial à Deputada Fernanda, à Deputada Beth Rose e Deputada Raquel,

que aqui estava presente, e também ao Deputado Lula, dizendo às senhoras que estão à frente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher e da Procuradoria da Mulher que a continuação deste processo é um imenso desafio, sobretudo o envolvimento das organizações da sociedade civil, como bem disse a Drª Magnólia, das entidades de mulheres, para que possamos efetivar, no Estado do Ceará, uma estrutura que corresponda às demandas das mulheres cearenses.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

– Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 44 minuto, a reunião é encerrada às 19 horas e 25 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 35ª Reunião realizada em 14 de dezembro de 2012, às 14 horas e 28 minutos, no Auditório Sólon Filho da Assembleia Legislativa de Goiás, sob a presidência da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e com a presença da Senadora: Ana Rita (PT/ES) e da Deputada Marina Santanna (PT/GO). Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE); e os Senhores Deputados: Dr. Rosinha (PT/PR), Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: Adriana Accorsi, Delegada Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás; Gláucia Maria Theodoro Reis, Secretária de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás; Donizete Martins de Oliveira, Juiz de Direito; Rúbian Corrêa Coutinho, Promotora de Justiça dos Direitos da Mulher; Marina Melo, Promotora de Justiça da Vara de Violência Doméstica de Luziânia; Alaor Arantes da Silva, Defensor Público; Fátima Veloso, Coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, Representante dos Movimentos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à

aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Antes de darmos início à nossa audiência pública, eu queria agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputado Jardel Sebba, que disponibilizou o espaço, seus servidores, seus funcionários, para acompanhar a CPMI. Quero agradecer também os esforços e mobilizações da Deputada Isaura Lemos, que se encontra aqui, e do Deputado Luis Cesar Bueno, que também contribuíram de forma decisiva para que se pudesse ter este espaço da Assembleia como um espaço de repercussão dos nossos objetivos.

Nós queríamos agradecer a todos e todas que estão aqui, às autoridades que compareceram, pois, dessa forma, reforçam a construção de um sistema de segurança pública e de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Queríamos agradecer às representações da sociedade organizada aqui presentes, que serão nominadas no decorrer do processo. Tivemos oportunidade de estar com setores dos movimentos de mulheres, dos quais nós recebemos um documento que subsidiará a construção e a visão do diagnóstico que nós teremos também do Estado de Goiás.

Esta CPMI, diferentemente do que ocorreu em outros momentos, como quando da realização de outra CPMI, em 2001, não tem como foco o diagnóstico do fato da violência, porque, lamentavelmente, a violência contra a mulher se transformou numa epidemia social e diariamente os órgãos de comunicação e de imprensa reproduzem e repercutem notícias que demonstram os requintes de crueldade com os quais essa violência vem sendo praticada. Por isso, esse é um dado de que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira já têm consciência de que existe.

Qual é o objetivo central da nossa Comissão? É avaliar como o Estado brasileiro está respondendo à sua responsabilidade em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, particularmente quanto à aplicação da Lei Maria da Penha.

Este é o 18º Estado que visitamos, a que a CPMI comparece, e, em termos percentuais, ele é o nono. Há Estados com percentual superior, o daqui é 5,7 homicídios por 100 mil mulheres, sendo que a média do Brasil é 4,4 homicídios por 100 mil mulheres. No Estado de Goiás, porém, nós nos deparamos com o Município de Formosa, que tem um dos índices mais elevados entre os 100 Municípios onde se cometem mais crimes contra a mulher – o índice no Município de Formosa é de 14 homicídios por 100 mil mulheres segundo o Instituto Sangari –; com Valparaíso de Goiás, que também tem um índice alto – pouco mais de 10 homicídios por 100 mil mulheres –; e Águas Lindas.

Isso significa que está posto um debate entre nós: o percentual que é registrado corresponde efetivamente ao que ocorre ou as dificuldades que nós temos nos registros das ocorrências, das agressões e lesões que chegam aos homicídios, não acarretam a subnotificação e, assim, a realidade da violência contra a mulher de Goiás teria um índice mais elevado?

Nós estamos aqui para escutar o diagnóstico dos senhores e das senhoras. As autoridades compreendam que é papel nosso buscar, exigir informações muitas vezes não encontradas, porque há uma precariedade no número de informações.

Eu diria que enfrentamos três questões em todos os Estados: primeiro, a precariedade de informações, não há um sistema unificado de informações, nem centralização; segundo, a precariedade nas estruturas das instituições que trabalham com essa questão nas delegacias, nas varas especializadas e nas defensorias; terceiro, a dificuldade de articulação entre os órgãos que possam agilizar os processos.

Por isso, vamos estar aqui escutando este Estado, para contribuir com um diagnóstico efetivo no Brasil e no Estado de Goiás e para propor, a partir do relatório que a nossa Senadora Ana Rita vai apresentar, respostas aos desafios que temos, mas, sobretudo, para contribuir decisivamente para dar visibilidade aos problemas que a violência contra a mulher provocam na sociedade brasileira; para mostrar para a sociedade e para as autoridades que não se pode subestimar uma dimensão como essa, por ser ela a dimensão da unidade particular de cada família. E é no núcleo da família que o germe da violência é alimentado pela violência contra a mulher.

Por isso, neste momento, queremos agradecer muito à Deputada Marina Santanna, não apenas porque ela é autora do requerimento, mas porque ela brigou, brigou e brigou muito para que esta Presidência se fizesse presente, tendo de alterar as modificações. A capacidade dela de se dedicar a questões como essa merece os maiores sacrifícios, que todos que trabalham junto dela devem realizar. (*Palmas.*)

Por isso, estou aqui, Deputada Marina.

Neste momento, a nossa querida Senadora Ana Rita, que andou por esse mundo afora, nesse Estado, nos maiores desafios, sem dúvida vai usar da palavra com o rigor e a determinação das suas convicções; com o rigor e a determinação que o Regimento lhe responsabiliza.

Queria cumprimentar aqui, também, e a agradecer a presença – eu o fiz à Deputada Isaura, que já citei – à Vereadora de Goiânia Tatiana Lemos e à Vereadora de Pires do Rio Maria Amélia.

Bem-vindos todos.

Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todas as companheiras e companheiros presentes.

Quero cumprimentar todas as autoridades que foram convidadas, os representantes de todas as instituições públicas que estão aqui.

Quero cumprimentar e agradecer à Assembleia Legislativa ter-nos cedido este espaço, e ao Deputado Presidente da Assembleia, Jardel Sebbá.

Quero, neste momento, parabenizar e agradecer à Deputada Federal Marina Santanna, que se esforçou para que esta audiência pública pudesse acontecer, que colocou seu gabinete todo à disposição para ajudar a mobilizar, a organizar. Então, quero aqui também fazer esse agradecimento.

Quero, também, agradecer a presença dos movimentos de mulheres, aqui, hoje – em especial, do Fórum Goiano de Mulheres. Quero agradecer a presença da imprensa, que tem nos ajudado muito, que tem colaborado bastante com os trabalhos da CPMI.

A metodologia utilizada para a realização das audiências públicas nos Estados prevê não só audiência pública, mas também diligências a alguns órgãos de atendimento às mulheres.

No caso do Estado de Goiás, nós visitamos, fizemos algumas diligências no dia 29 de outubro. Em função do período eleitoral, acumulou uma série de atividades, agora, no mês de novembro. E, aqui, em Goiás, tivemos de fazer primeiro as diligências e somente agora conseguimos realizar esta audiência pública.

Esta audiência pública é a última de 18 Estados em que passamos, não é? E aqui nós fomos visitar a Deam, de Luziânia, a Delegacia de Polícia de Valparaíso, a Delegacia de Planaltina de Goiás, o IML em Formosa, e fizemos, hoje pela manhã, uma reunião com o Movimento de Mulheres que foi bastante interessante. As mulheres também nos anteciparam um documento que será entregue agora, oficialmente, durante os trabalhos desta CPMI, fazendo todo diagnóstico da situação em que vivem as mulheres aqui no Estado de Goiás; em particular, das mulheres que vivem em situação de violência.

Um diagnóstico bastante completo, um documento muito bem construído e elaborado. Pela apresentação, deu para perceber que é bem fundamentado com números, estatísticas que nos estão subsidiando nesta audiência pública.

Conforme vocês têm acompanhado, com certeza (todos têm essa informação), o objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é de ter um diagnóstico da situação de violência em que vivem as mulheres o País, mas também de apurar se os órgãos públicos de atendimento às mulheres estão atendendo ade-

quadamente, ou seja, se o Estado brasileiro, se as autoridades responsáveis estão sendo omissas ou não no atendimento às mulheres. Por isso, a importância dessas diligências de visitarem as delegacias, de visitarem centros de referência, de visitarem as casas abrigo, os juizados, o Ministério Público, a Defensoria Pública para poder conversar, dialogar, mas ver de perto a realidade dessas instituições.

Então, a CPMI tem como objetivo fazer esse levantamento, identificar quais são as principais dificuldades, os principais gargalos, os problemas enfrentados por essas instituições e, a partir disso, nós vamos, na elaboração do relatório, propor medidas de superação desses problemas.

O Estado de Goiás foi definido para ser visitado porque ele está dentro do critério definido pela CPMI. A CPMI definiu que os dez Estados que apresentam os maiores índices de violência deveriam ser visitados. Então, o Estado de Goiás é o nono Estado em homicídio contra as mulheres. Além dos 10 Estados com os maiores índices de violência, nós também relacionamos quatro Estados mais populosos para serem visitados, como é o caso, por exemplo, do Estado de São Paulo, que é um Estado imenso, com uma população muito grande e que também tem muitos problemas. Com isso, nós definimos 14 Estados, mas visitamos mais alguns a pedido da própria CPMI. Então, ao todo, são 18 Estados, incluindo o Distrito Federal.

Como eu disse, o Estado de Goiás é o nono Estado onde mais se comete homicídio contra as mulheres com uma taxa de 6,1 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. A média nacional é de 4,6 homicídios. A capital, Goiânia, ocupa a sétima posição em homicídio – isso é muito alto! Está na sétima posição com 6,8 mortes para cada 100 mil mulheres. Formosa, Jataí, Valparaíso de Goiás e Rio Verde estão entre as 100 cidades, com mais de 26 mil habitantes, onde mais mulheres são assassinadas.

Portanto, nossa presença aqui hoje, a vinda da CPMI aqui hoje é para saber que políticas os Poderes Públicos estão realizando para tirar o Estado de Goiás dessa incômoda posição.

É bom lembrar que o Estado do Espírito Santo, que é o meu Estado, está em primeiro lugar em homicídio contra as mulheres. Enquanto a média nacional é de 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres, o Estado do Espírito Santo está com 9,8... Até recentemente era 9,4. Agora está com 9,8, ou seja, mais do que duas vezes a média nacional.

Aqui no Estado de Goiás algumas questões preocupam a CPMI. Eu já vou levantar algumas dessas questões, fruto das diligências que foram feitas e fru-

to também do diálogo que tivemos com as mulheres, hoje, pela manhã.

Uma coisa que nós temos percebido é a fragilidade das políticas específicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ou seja, aqui no Estado de Goiás não tem todos os equipamentos necessários para o atendimento às mulheres que sofrem violência. Além disso, os que existem funcionam com precariedade, como, por exemplo, o número insuficiente de Delegacias da Mulher, não só na capital, mas também no interior, e o número insuficiente de servidores na delegacia. Então, encontrar uma delegacia como, por exemplo, a Delegacia de Planaltina de Goiás, onde possui apenas uma escrivã, um agente e um delegado para fazer o atendimento, é insuficiente. Outro exemplo, a Delegacia de Valparaíso: não tem viatura, não tem policiais em número suficiente, inclusive para cuidar da parte administrativa. Então, se isso não funcionar, os processos também não andam. Não tem equipe para cuidar de crimes de violência sexual, por exemplo. Então, a fragilidade desses mecanismos de proteção às mulheres nos preocupa.

Outra coisa é a necessidade de capacitação desses profissionais e o fato de essa capacitação ser permanente. Muitos falam: "Fizemos capacitação." Um treinamento uma vez por ano não é suficiente. Então, capacitação permanente de todas as pessoas que fazem o atendimento, seja nas delegacias, nos centros de referência, casa abrigo, no juizado, no Ministério Público, na Defensoria Pública. Todos os profissionais, desde o juiz até o policial que faz o atendimento na delegacia, precisam ser capacitados. O juiz precisa ser capacitado. Nós estamos encontrando dificuldade em alguns Estados justamente pela questão de interpretação equivocada da nossa legislação, e se aplica de forma também equivocada a lei, causando grande dificuldade.

O sucateamento dos organismos de enfrentamento à violência, como, por exemplo, as delegacias – conforme eu disse – e o próprio IML. O quadro do IML também é grave. Ele funciona apenas em horário comercial, não tem recepção, não tem telefonista, não tem motorista, não tem sistema de segurança, não tem lugar adequado para os cadáveres que já estão em fase de putrefação, não tem material de higiene, não tem raio X. Então, como ter um IML que não tem essas condições mínimas de funcionamento?

A inexistência de uma política de abrigamento e encaminhamento para mulheres em situação de violência. É preciso, sim. Toda mulher que sofre violência, dependendo da situação, precisa ser acolhida pelo Estado e precisa ser encaminhada para um local adequado, para que ela possa ser protegida. Fazer o

atendimento à mulher em situação de violência grave, fazer o registro da ocorrência e mandá-la de volta para casa, conviver novamente com o agressor é dizer: vai para morrer. Então, é preciso, sim, ter um espaço adequado de acolhimento dessas mulheres.

Também aqui no Estado de Goiás, nós encontramos uma insuficiência de juizados de violência doméstica. Não há juizados no interior. Então, não é suficiente apenas ter a preocupação de equipar a capital. É preciso que os serviços estejam direcionados também para as mulheres que moram nos Municípios do interior.

Portanto, esses são alguns pontos que eu estou levantando aqui agora que preocupam a CPMI. É claro que há algumas dessas questões que também acontecem em outros Estados, mas aqui nós encontramos uma situação que nos preocupa bastante também.

Quero, a partir de agora, após o encaminhamento da Presidenta, fazer já os questionamentos para as autoridades. Mas, neste momento introdutório, são essas as questões que eu tenho para colocar para que vocês já possam ir pensando sobre isso, refletindo sobre isso, porque, na hora dos questionamentos, nós vamos trabalhar a partir dessas preocupações.

Obrigada, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A dinâmica da CPMI segue o seguinte procedimento: nós chamamos cada autoridade de sua área, que disporá de até 20 minutos.

Quero colocar que isso, que o conjunto das informações nós o recebermos por escrito. As questões são destacadas conforme as perguntas da própria Relatora. Nós orientamos que é muito importante que as autoridades respondam aos questionamentos e, em seguida, façam considerações gerais para que a gente não comprometa as respostas. Então, se quiserem, as autoridades responsáveis podem dividir o tempo com alguém que é da sua área para completar.

Por isso, que nós também, como dinâmica, chamamos o Poder Executivo e, em seguida, as demais autoridades – Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral, Defensoria e sociedade civil, que falará por último, porque terá abrangência e poderá fazer uma avaliação crítica das questões aqui apresentadas.

Então, desde já, nós chamamos a Drª Adriana Accorsi, Delegada-Geral da Polícia Civil, que aqui representa o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Pode vir. Se quiser ficar em pé, pode ficar ali na tribuna, que fica mais fácil.

Eu gostaria apenas, Drª Adriana, que a senhora aguardasse um pouco porque a Relatora vai colocar as questões gerais que a senhora já tem aí à mão.

Passamos a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Adriana, eu vou fazer duas perguntas iniciais à senhora, mas essas duas perguntas iniciais serão as mesmas para as demais pessoas que foram convidadas. Então, vocês já vão se preparando.

Uma pergunta mais geral: o que e como as autoridades aqui presentes, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, de forma individual ou coletiva, conjuntamente com outros órgãos, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres?

Outra pergunta, também geral, é: qual o orçamento para as ações específicas de cada instituição para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Em 2012, qual foi o orçamento destinado à Secretaria de Segurança para o atendimento às mulheres em situação de violência e o que está sendo previsto para 2013?

Vou fazer também as demais perguntas, e a senhora vai receber, em mão – acho até que já as recebeu –, mas a senhora pode fazer sua exposição responde a essas questões, mas poderá, também, acrescentar outras informações que a senhora julgar necessárias e, que, porventura as perguntas não alcancem. Então, a senhora pode também ficar livre para apresentar outras informações.

A Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres e tirar o Estado de Goiás da incômoda 9ª posição de Estado onde mais morrem mulheres?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas, com a urgência necessária, para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido em todo o Estado o *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para mulheres vítimas de crimes sexuais?

Fomos informadas de que as mulheres atendidas em Formosa, em caso de violência sexual, são encaminhadas para receberem o *kit* de emergência em Planaltina. Esses Municípios são distantes um do outro, o que dificulta o recebimento do *kit*. Como a senhora explica essa situação, que viola o direito das mulheres de receberem essa medicação do Estado, já que muitas, em virtude da distância e dos custos, não podem se deslocar para Planaltina?

Os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual e não revitimizar as mulheres? Quando foi feita a última capacitação dos servidores em violência contra as mulheres?

Nas diligências que realizamos verificamos que a única delegacia da mulher, do Entorno, possui uma delegada para atender às duas delegacias.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só solicitaríamos uma atenção às pessoas que precisassem fazer alguma discussão que o fizessem fora do espaço, para que a Senadora possa encaminhar, com concentração, as perguntas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Nas diligências que realizamos, verificamos que a única Delegacia da Mulher do Entorno, no Município de Luziânia, possui uma delegada para atender as duas delegacias. Além disso, o prédio onde está localizada a delegacia é inadequado para o atendimento às mulheres, e, ainda mais, há carência de funcionários.

Aí faço a pergunta: como a Secretaria pretende resolver esses problemas e dotar a Deam de recursos materiais e humanos necessários e adequados ao bom funcionamento desse equipamento?

Visitamos também a Delegacia de Planaltina, que possui um delegado e uma suposta Delegacia de Atendimento à Mulher. Digo suposta em virtude de possuir apenas uma escrivã, um agente e um delegado que atende a delegacia comum. Com isso, o atendimento às mulheres é muito precário.

Pergunto: qual é a possibilidade de que Planaltina conte, efetivamente, com uma Delegacia da Mulher, com delegado e funcionários destinados exclusivamente para essa função?

Na diligência que fizemos ao IML de Formosa, verificamos que esse núcleo atende todo o noroeste e mais 33 cidades, o que parece ser demasiado para a capacidade desse instituto. Além disso, funciona apenas em horário comercial. Não há recepção, não há telefonista, não há motorista, não há sistema de segurança, não há lugar adequado para cadáveres em putrefação, não há material de higienização, não há raios X, falta material químico para o trabalho dos peritos e, por fim, o prédio necessita de reformas. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

Conforme dados da Secretaria, as informações da Secretaria de Segurança não estão informatizadas, dificultando a obtenção de dados fidedignos.

Pergunto: há previsão para a informatização do sistema de segurança?

Conforme dados da própria Secretaria de Segurança, nos últimos 5 anos, foram registradas 27.893 ocorrências, sendo 522 crimes sexuais.

Pergunto: quantas denúncias foram oferecidas dentre esses 522 casos de crimes sexuais? Desculpa. Quantos inquéritos? Porque denúncia quem oferece é o Ministério Público. Qual é a política para o enfren-

tamento ao tráfico de mulheres no Estado, já que o Estado é rota do tráfico?

Doutora, solicito que nos sejam informados os homicídios de mulheres registrados nas delegacias ou na Delegacia de Homicídios que não nos foram remetidos. Igualmente solicito que sejam desagregados os dados em relação aos boletins de ocorrência que dizem respeito a crimes de lesão, ameaças e outros delitos, por ano, bem como o número de medidas protetivas solicitadas pelas Delegacias de Polícia do Estado. Se a senhora não puder nos fornecer essas informações hoje, eu vou conceder-lhe um prazo de 7 dias úteis para o envio das informações completas para a CPMI – no máximo 7 dias úteis. Se a senhora já tiver as informações hoje, nós receberemos aqui todas as respostas.

Por último, segundo nos foi informado, as condições do presídio feminino e também a Casa de Prisão Provisória estão em péssimas condições.

Pergunto: que medidas estão sendo feitas para assegurar os direitos das mulheres em situação de prisão?

Então, é isso, Dr^a Adriana.

Retorno a palavra à Presidenta, para que ela faça os devidos encaminhamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passamos agora a palavra à Dr^a Adriana Accorsi, Delegada-Geral da Polícia Civil, que disporá de até 20 minutos para as suas colocações.

A SR^a ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Boa tarde a todas e a todos. É uma honra estar aqui nesta Casa mais uma vez. Viemos sempre que fomos convidados, inclusive neste ano estivemos aqui por várias vezes.

Gostaria de cumprimentar todas, em especial a Deputada Marina, que me fez esse convite, inclusive muito antes de ter sido designada pelo Secretário para representá-lo também.

Eu gostaria de dizer que sou a chefe da Polícia Civil do Estado de Goiás. Portanto, me sinto prejudicada em responder algumas questões, mas vou me esforçar pessoalmente, junto aos demais órgãos, para que as perguntas e questionamentos sejam respondidos no prazo de 7 dias, pois são muito importantes realmente em todas essas discussões.

Bom, eu trabalhei durante toda a minha carreira da Polícia Civil praticamente na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Goiânia. E também atendíamos o Estado. Nós tínhamos, durante estes quase 13 anos como membro da Polícia Civil de Goiás, uma ideia das condições da nossa instituição. Mas só agora que assumimos, no final do ano passado, a direção da Polícia Civil é que percebemos que são décadas sem

investimento na estrutura da instituição e percebemos hoje uma condição de muita dificuldade.

A gente fala aqui da situação das delegacias da mulher, das DEAMs, mas nós temos grandes problemas também em todas as delegacias. A mim me preocupam muito os crimes contra a vida, em especial os homicídios, tentativas de homicídios contra jovens, cujo número em Goiás é muito grande e tem crescido nos últimos anos, a par, inclusive, de um crescimento populacional que ocorreu em Goiás. E não houve o crescimento, ao mesmo tempo, das forças policiais.

Então, antes de entrar especificamente nas perguntas, eu creio que nós temos dois problemas principais e que nós da direção temos nos empenhado em diagnosticar e reivindicar também, inclusive junto com os nossos colegas delegados, agentes e escrivães.

O primeiro é do déficit de pessoal na Polícia Civil. Hoje nós 3.300 policiais. Nós teríamos que ter, em 2010, na Lei Orgânica, 5.600.

Eu estive aqui nesta Casa semana passada defendendo o nosso projeto de que a Polícia Civil passe a ter 10 mil policiais nos próximos anos em Goiás. Esse projeto está vindo a nosso pedido para a Assembleia, e essa reivindicação e essa discussão aqui só reforçam o nosso entendimento. Realmente as delegacias da mulher são alvos prioritários para que essas pessoas que venham compor a instituição sejam lotadas.

Mas nós conseguimos uma pequena vitória, que foi o início de um concurso público. Ele está com as inscrições abertas neste momento. São quase 800 policiais novos que vão integrar a Polícia Civil. E, em setembro, está previsto o término do concurso.

Então, sobre a falta de servidores, é muito grande. Quando a gente fala de uma delegacia da mulher de uma cidade do interior, há uma delegada – geralmente são mulheres –, dois agentes e um escrivão. Esse é o *kit* básico que nós temos aqui. Isso acontece também nos GENARCs, que são os grupos que combatem as drogas e outras investigações importantes. A mim me preocupa muito.

Hoje eu passei a manhã visitando a regional de Anápolis, onde a gente percebeu grandes problemas relacionados ao grupo de investigação de homicídios. Nós tivemos um crescimento imenso nos homicídios em Anápolis e temos muito pouca gente para investigar. É uma cidade onde nós temos uma Deam muito estruturada, com um nível, um grau de elucidação de crimes grande, elogiável. Inclusive, uma sede nova que nós conseguimos lá juntamente com a delegada, com apoio e ajuda do prefeito municipal.

A outra grande questão é a condição das delegacias. As delegacias de polícia de Goiás não são reformadas ou trocadas há cerca de 20 anos. Então,

para locais em que circulam 100, 150 pessoas todos os dias, isso é muito ruim. Realmente, leva a um grau de dilapidação do patrimônio imenso, assim também com os móveis.

Então, nós temos reivindicado e da mesma forma estivemos aqui discutindo e apresentando o nosso projeto de uma reforma geral de todas as delegacias do Estado de Goiás. Aí eu trouxe aqui o exemplo da minha colega de Valparaíso, cuja delegacia está tão estragada no teto que os pombos fazem cocô na mesa dela. E nós conseguimos consertar. Eu, inclusive, estive com a prefeita eleita. Fizemos uma parceira e estamos consertando. Mas demonstra essa necessidade de atenção a esse aspecto estrutural.

Então, nós fizemos e já está em mãos do Secretário de Segurança e do Governador um projeto que reforma com R\$2 milhões tão somente todas as delegacias do Estado de Goiás, são mais de 200, e poderemos fazer uma reforma básica. Em alguns locais, estamos requerendo a construção, e projeto também já está pronto. Então, no âmbito da reivindicação, temos trabalhado bastante durante este ano.

Gostaria de colocar que, neste ano, talvez porque tenhamos, pela primeira vez, uma mulher liderando a Polícia Civil do Estado de Goiás, temos nos preocupado muito com essa questão. Desde o início do ano, têm-se reunido todas as delegadas das DEAMs, ouvindo-se as reivindicações, batalhando junto essas questões mais importantes.

Estivemos, recentemente, em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça, reivindicando a criação de juizados especiais no interior, mais especificamente Aparecida de Goiânia, um dos lugares em que há mais crimes contra mulheres, em especial homicídios. E não há juizado nem juiz definido. Então, a delegada fica dias procurando o juiz que irá atendê-la em seu pedido de medidas protetivas.

Percebemos esses problemas e temos batalhado bastante para resolvê-los. Para isso, vamos realizar, no início do ano, inclusive já convidei a Deputada Marina, um grande encontro com os profissionais da Polícia Civil que trabalham na proteção das mulheres no Estado de Goiás, para que discutamos a partir de levantamentos que estamos fazendo – vamos contar com as pesquisas desta CPMI. Vamos elaborar uma carta sobre o que queremos, o que podemos fazer, o que reivindicamos também dos demais atores nesse combate à violência.

Respondendo às perguntas, gostaria de dizer que, infelizmente, fui designada de última hora pelo Secretário de Segurança para estar aqui devido a uma viagem de emergência que ele teve de fazer, em razão da interdição em um presídio no Entorno de Brasília.

Ele teve que se deslocar, me parece que foi isso. No início da manhã, falamos sobre isso, mas esperávamos que cada força da segurança pública pudesse estar aqui. Então, as perguntas que eu não puder responder comprometo-me a diligenciá-las junto aos colegas para que respondam.

A SR. PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Inclusive, Dr^a Adriana, seria bom que o próprio Secretário soubesse dessas questões. É importante informá-lo também, porque oficialmente ele é que tem de encaminhar para a CPMI.

A SR^a ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Com certeza, vamos oficializar todos os comentários. Estamos anotando tudo, para entregar formalmente ao novo Secretário, que assumiu também no mês passado. Com certeza, é de interesse dele conhecer toda essa realidade. Ele está viajando por todo o Estado, até nos finais de semana.

No que diz respeito à Polícia Civil, como disse, estamos muito preocupados. No ano de 2012, 170 mulheres foram assassinadas no Estado de Goiás. Em relação ao ano passado, foi um crescimento razoável, pois foram registrados 157. Isso nos preocupa bastante. O que estamos fazendo no que diz respeito à Polícia Civil se inicia com uma grande preocupação. Temos levantando esses dados, feito pesquisas, inclusive para verificarmos se essas mulheres que foram mortas nos procuraram, se foram atendidas pela Polícia, onde toda a rede falhou, se houve um início de atendimento a essa mulher. A grande maioria é assassinatos relacionados à violência doméstica. Isso já constatamos, podemos passar os números.

Temos também um crescente número de violência relacionada ao tráfico de entorpecentes. Essa é uma constatação que fizemos nessa pesquisa. Então, entre as ações que estamos fazendo para diminuir a letalidade estão essas reuniões periódicas para formar uma coordenação das DEAMs e otimizarmos a atuação, as reivindicações que já coloquei para melhorar as condições de trabalho das delegacias da mulher.

Temos hoje em Goiás 29 unidades de atendimento, são 22 DEAMs e 7 NEAMs. Estamos visitando cada uma das DEAMs para estruturá-las, já que elas receberam veículo próprio há alguns meses, entregues pela Semira e pelo Governo Federal. Estivemos ontem na cidade de Itapuranga ajudando a organizar o Neam, que foi desarticulado pelo prefeito que não foi eleito e retirou a casa que ele havia cedido. Estivemos lá para ver essa questão. Também fizemos campanhas pela primeira vez na história da Polícia Civil. Neste ano, fizemos uma campanha com *folders*. Inclusive hoje está sendo distribuído num shopping da cidade pela Delegacia da Mulher de Goiânia o *folder* que fala so-

bre as principais formas de violência contra a mulher e como procurar cada uma das DEAMs de Goiás, com o telefone e o endereço.

Fizemos também o lançamento de um *link* no site da Polícia Civil para que todas as pessoas possam se comunicar conosco sobre esse assunto.

Quanto ao orçamento, eu deixo para a resposta formalizada em 7 dias, já que a Polícia Civil não possui orçamento próprio. Então, nós não temos o conhecimento de qual seria o orçamento geral da Secretaria.

Quanto à questão da política específica para enfrentar os homicídios, eu posso dizer da Polícia Civil. Como eu disse, temos uma grande preocupação, mas acredito que toda a Secretaria, todas as forças têm que se mobilizar nesse sentido. A Secretaria de Segurança tem várias forças de segurança, como a Polícia Militar, que eu acho que tem um papel imprescindível na prevenção e no atendimento que faz, pois é o primeiro atendimento à mulher vítima de agressão. Nós sabemos que, às vezes, a falta de qualificação é um dos motivos da subnotificação dos casos, aquela situação em que o policial militar fala: “Olha, isso não vai adiantar nada. Você fica aí, não adianta ir para a delegacia”. Temos ouvido muito esses relatos e temos colocado isso para o Secretário.

As mulheres vítimas de crimes sexuais. Eu acredito que elas não são encaminhadas com a urgência necessária ainda. Esse é um dos temas da discussão da coordenação de DEAMs que nós criamos e nós temos percebido que, em razão da falta de IMLs em todas as regiões... Existem nas regiões, mas elas são longes umas das outras e com poucos servidores também. A Dr^a Rejane, que é chefe da Polícia Técnica, tem colocado a questão da falta de pessoal e também reivindica um concurso público.

O caso de Formosa é um caso muito grave. A Dr^a Mila, a Delegada Titular, tem nos participado das reuniões e colocado as dificuldades. Temos procurado ajudá-la. Estamos encaminhando um novo delegado para auxiliar nos crimes de homicídio para a Delegada Mila poder ficar por conta da violência doméstica, com exceção do homicídio. Então, um delegado novo está sendo deslocado. Foi o que conseguimos, com essa situação toda de falta de pessoal. Mas, na questão do *kit*, realmente temos dificuldade em razão da não existência da unidade da Polícia Técnica no local. Então, tem de se deslocar de Planaltina. Isso é real e realmente é um grande entrave a todos os trabalhos, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes, para a lavratura dos flagrantes, ou seja, de uma forma geral, a falta da Polícia Técnica no local é problemática.

A capacitação. A partir deste ano, nós iniciamos uma capacitação especial a todos os policiais civis

em relação a direitos humanos, da qual, inclusive, eu participo pessoalmente, como Superintendente de Direitos Humanos que já fui aqui, no Estado de Goiás. A capacitação fala sobre os direitos das mulheres, crianças e adolescentes, que é a minha parte, lógico, e idosos. Então, acho que a capacitação é um avanço que nós temos iniciado e que esperamos que, nos próximos anos, se reflita... A capacitação acontece mais ou menos bimestralmente, com pequenos grupos de policiais civis que vão participando. Obviamente, isso foi prejudicado neste ano, porque houve três movimentos grevistas, no Estado de Goiás, do funcionalismo da Polícia Civil, que, com certeza, atrapalharam bastante, inclusive o curso de investigação de homicídios que nós criamos e que nós conseguimos fazer com parte dos policiais, inclusive os profissionais das DEAMs que, no interior, investigam homicídios. Em Goiânia e nas cidades onde existe o grupo de investigação de homicídios, é esse grupo que investiga; nas cidades onde não existe, é a delegacia normal ou a DEAM, como acontece hoje. Temos um caso grave que aconteceu há poucos dias. Quem é daqui acompanhou o encontro do cadáver da menina Juliana, violentada e assassinada, encontrada em Trindade. A Dr^a Sabrina está investigando, com nosso apoio – é a delegada, a única delegada da cidade de Trindade. Então, sobre a capacitação, acredito que está respondido.

Sobre a questão do número de pessoal no Entorno de Brasília. O Entorno de Brasília é o nosso local de maior dificuldade, porque agrega uma série de problemas. O problema na área de segurança é tão somente um dos aspectos. E talvez o número de casos seja consequência também de uma série de problemas relacionados à questão social, à educação, à saúde, à moradia, ao emprego e ao crescimento imenso do aliciamento da juventude para o tráfico de drogas, mas, realmente, nós temos muito pouco pessoal.

Eu gostaria de propor, e é uma reivindicação nossa, um concurso público para as forças de segurança, próprio para o Entorno de Brasília, tanto para policiais civis, militares e polícia técnica, porque nós temos dificuldade em razão da conformação social, enfim, de como é, hoje, o Entorno de Brasília. Os nossos profissionais têm dificuldade de trabalhar, de viver, de morar na região, ou têm de morar em Brasília, o que fica muito caro para eles. Então, nós temos grande dificuldade de manter os policiais, os funcionários públicos concursados na região.

Então, nós estamos propondo, e a gente gostaria de pedir o apoio dos parlamentares, que houvesse... Nós estamos, inclusive, discutindo, na semana que vem, esse assunto com a Dr^a Regina Miki, um concurso público para o Entorno, porque nós teríamos pelo menos

500 policiais civis – é a nossa proposta –, unicamente para o Entorno de Brasília, já que nesse concurso nós teremos cerca de 800 policiais e todos já manifestaram recusa para trabalhar no Entorno.

Então, grande dificuldade. Eles irão assim mesmo, porque policial tem de obedecer ordens, então, cerca de 200 desses 800 policiais irão para o Entorno de Brasília, mas eu acredito que seria muito melhor que as pessoas que gostassem de trabalhar lá, que têm vínculos, se candidatassem para o concurso. Acho que seria mais interessante.

Da mesma forma que a questão de pessoal, a questão do IML, eu peço que seja respondido pelo Secretário, já que eu gostaria de esclarecer: o Instituto Médico Legal e a Polícia Técnica não fazem parte da Polícia Civil em Goiás. Eles são instituições separadas e, portanto, têm outro quadro de pessoal e de verba. Não fazem parte da Polícia Civil e, infelizmente, nós gostaríamos que eles estivessem conosco, como é a vontade, inclusive, da Lei Orgânica da Polícia Civil, que está sendo discutida em nível nacional, mas em Goiás o IML é outra força de segurança, separada. Portanto, peço que os questionamentos sobre o IML sejam respondidos pelo Secretário de Segurança.

A questão dos dados e a informatização dos dados dos casos relacionados à questão da segurança pública.

A Polícia Civil tem, hoje, um dos melhores sistemas de informatização. Nós temos todos os dados, que estão à disposição. Inclusive, nós entregamos à Deputada Isaura, na audiência pública estadual que ela realizou, dados sobre todos os crimes que nós coletamos durante todo o ano de 2011 e de 2012, para informação da própria Assembleia Legislativa, inclusive constatando que, neste ano, nós já remetemos mais de 12 mil procedimentos, mesmo com mais de 2 meses de greve da Polícia Civil. Então, com certeza, nossa estimativa é de que nós chegaremos, ao final do ano, caso não fosse a greve, a 20 mil procedimentos.

Então, foram, até outubro, 12 mil procedimentos encaminhados em todo o Estado, constando que os homicídios, geralmente, não são investigados pelas DEAMs. Mas todo o sistema da Polícia Civil é informatizado e a gente coloca à disposição, Senador e Deputadas, todas as informações que forem necessárias.

Sobre os inquéritos policiais, nós trouxemos, aqui, toda a especificação dos inquéritos encaminhados por cada delegacia da mulher, tanto em 2011 como em 2012, com exceção de algumas cidades que não nos informaram, mas a gente completa a informação e a gente já deixa, aqui, os dados.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Adriana,

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Estes separados, aqui, de 2011 e 2012.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, olha só: 2011 e 2012.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Até outubro, algumas delegacias não nos repassaram a tempo e a gente completa nos sete dias.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É isso aqui. Era isso que eu ia pedir à senhora, porque nós estamos sentindo falta no relatório.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Isso. Não, com certeza. Como todos os nossos dados são informatizados, a Polícia Civil está em rede, hoje, em todo o Estado, nós temos como fornecer esses dados a qualquer momento em que for necessário, inclusive, especificamente, de um caso. Nós podemos entrar no caso. Todo inquérito, hoje, é informatizado e a gente pode entrar em um caso específico e verificar o seu andamento.

Com relação ao enfrentamento ao tráfico de mulheres, nós temos tido uma atuação, especialmente nós, da DPCA, sempre participamos desse combate ao tráfico de mulheres, que é uma questão muito séria para nós, aqui em Goiás, e, hoje, nós temos uma participação ativa no núcleo de combate ao tráfico de pessoas, inclusive com a criação do Departamento de Investigação de Pessoas Desaparecidas, que nós conseguimos promover neste ano justamente pela necessidade que nós vimos em razão não só do tráfico, mas também de outras formas de desaparecimento que aconteceram aqui no Estado.

Drª Adriana, antes de a senhora prosseguir, estou olhando aqui rapidamente que a senhora nos traz dados anuais de vários Municípios – 2011, de janeiro a dezembro; 2012, de janeiro a outubro. Só que aqui a senhora não especifica o tipo de crime, se é lesão corporal, o que é.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Ah, sim, isso nós podemos fornecer. Esses são os dados gerais que nós trouxemos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É isso que nós gostaríamos de ter.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Com certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então eu já faço a solicitação para que a senhora possa nos fornecer esses dados detalhados.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – O.k. Como não sabíamos, trouxemos esses hoje a título de informação geral, mas, com certeza, nós podemos especificar, sim, inclusive os homicídios. Como eu disse, é o número que nós temos, mas podemos especificar as ocorrências por localidade. Acho que seria mais

interessante, já que eles nem sempre são investigados pelas DEAMs, mas são registrados também em sua motivação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Por localidade e por tipo de crime.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – O.k. Assim fica combinado.

A questão de quantos homicídios foram praticados eu acho que nós já respondemos. Foram 170, no Estado de Goiás, até o mês de outubro. Nós já tivemos, infelizmente, pelo menos esse caso da menina Juliana, em Trindade.

Sobre o presídio, também, Senadora, aqui em Goiás, a questão prisional é organizada por uma agência, a Agência Goiana do Sistema Prisional, que ainda pertence também à Secretaria de Segurança Pública. Mas nós vamos encaminhar então esses questionamentos ao Secretário.

Nesse questionamento, nós fazemos um adendo aqui de que temos reivindicado que todas as mulheres e homens presos nas delegacias da Polícia Civil do Estado de Goiás sejam encaminhados aos presídios, porque realmente a delegacia não é o local adequado.

No caso, em Goiânia, as mulheres permanecem todas em um DP, o 14º DP. Eu tenho visitado e participado de programas sociais que são feitos com essas reeducandas e realmente quero sugerir que outra reivindicação seja feita não só em Goiás, mas em todo o País, porque faz parte da carta que fizemos no encontro de chefes de polícia, há duas semanas, que presos em delegacias de polícia não permanecem em condições de direitos humanos adequadas. Então, que nem mulheres nem homens, mas especificamente aqui mulheres, permaneçam presas em delegacias, já que as delegacias não possuem local adequado e permanecem em condições desumanas, inclusive aqui em Goiás.

Nós temos reivindicado bastante que existam locais adequados para as mulheres que são presas, geralmente mães e até avós, na grande maioria – posso dizer porque fiz essa pesquisa aqui –, por serem ameaçadas por seus companheiros, filhos, netos e irmãos para participarem do tráfico de entorpecentes. Essa é a razão da prisão de 90% das mulheres em Goiás. São, às vezes, mulheres idosas, que permanecem presas, já que a lei que combate o tráfico de entorpecentes é rigorosa e as penas são altas. E muitas vezes permanecem nas delegacias, o que não pode acontecer.

Agora, as condições do presídio, realmente, eu deixo para que a Agência e o Secretário respondam.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – É isso que eu gostaria, Drª Adriana, que a senhora solicitasse que a agência, então, através do Secretário, nos informas-

se detalhadamente não só quantas mulheres estão presas, mas quantas já foram condenadas, quantas mulheres estão aguardando o julgamento, quantas já estão cumprindo pena semiaberta. Enfim, que esses dados mais detalhados a gente pudesse ter.

Eu digo isso porque acho que é importante também saber se há mulheres grávidas. Muitas vezes as mulheres grávidas também estão em situação desumana, como vimos em outros Estados. Então, se há mulheres grávidas; qual é o tipo de atendimento que essas mulheres grávidas recebem; se há mulheres soropositivas; se a Secretaria de Saúde faz pré-natal dessas mulheres. Todas as informações são importantes: se há pré-natal; se há atendimento ginecológico às demais mulheres; se elas têm acesso ao serviço de saúde; como é feito. Então esse relatório mais detalhado a gente gostaria de receber. Está bem?

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Bom, eu gostaria de perguntar se foram todas as perguntas. Há alguma sobre a qual a senhora gostaria que eu falasse mais?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim. Há uma coisa que não ficou muito clara. O IML, o sistema de informação é informatizado? Eu não entendi.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Não, não. Eu disse que a Polícia Civil é informatizada. O IML, realmente, eu não tenho essa informação. Eu acredito que até um certo ponto é, porque das delegacias nós acessamos os laudos. O delegado de polícia tem uma senha, através da qual acessa os laudos periciais. Portanto, acredito que até determinado ponto foi desenvolvida a informatização dos sistemas do Instituto Médico Legal e da Polícia Técnica, mas não sei especificar até que ponto e se é possível fornecer dados específicos como os que foram requisitados. Realmente teria que ser a Drª Rejane e o Dr. Joaquim, Secretário de Segurança.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora respondeu as duas últimas perguntas?

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Creio que sim. A da Agência Prisional é a última que está comigo, que eu também acompanhei a leitura da senhora. Mais algum questionamento, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu queria...

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – ...Drª Adriana, só registrar aqui e agradecer a presença do Deputado Estadual Mauro Rubem, que aqui também reforça a sua luta com a sua presença, defensor dos direitos humanos.

Deputada Marina Santanna; em seguida, eu também gostaria de fazer uma pergunta.

A SR^a MARINA SANTANA (PT – GO) – Aproveito a oportunidade para agradecer a presença da CPMI. Para nós aqui, do Estado do Goiás, é uma presença muito importante, porque, além de tudo, provoca em todo o Brasil e aqui, no nosso Estado também, uma reflexão e a possibilidade também de ações. Se não houver esse modo de chegar à sociedade, talvez não ocorra algum tipo de ação, porque a gente precisa, de fato, sempre provocar e apoiar também quando é o caso. Então, muito obrigada à Deputada Jô Moraes, nossa Presidenta, à Relatora Ana Rita, nossa Senadora, às queridas amigas e a toda a equipe aqui.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas à Dr^a Adriana Accorsi. Trato-a assim, apesar de nossa amizade de longo tempo, porque está aqui representando o Governo do Estado de Goiás na área de segurança pública e pelo respeito, inclusive, que tenho pelo seu trabalho de longa data na área de segurança pública e também como pessoa das lutas democráticas.

Nós estivemos andando, fazendo as diligências no Entorno e também conversando em outras oportunidades, aqui na audiência pública promovida pela Deputada Isaura, com a presença de boa parte das pessoas aqui, e chegou a ser mencionado – eu precisei sair e gostaria que fosse também anotado aqui pela Comissão – que um dos pontos de fragilidade das DEAMs é, sem dúvida nenhuma, a falta de plantão, quando não tem plantão, uma vez que grande parte da violência doméstica, quando o agressor alcoolista ou qualquer outra forma chega em casa, é à noite ou nos fins de semana. Não estando a delegacia da mulher em condições de atendimento, naturalmente, o melhor que pode acontecer é procurar um distrito. Nos distritos, como nós aqui acabamos de ouvir da senhora, e também a Senadora Ana Rita falando das nossas diligências, os policiais civis não estão treinados para o devido atendimento e, por isso, a exigência das DEAMs.

Então, a primeira coisa é esta: como está o planejamento para que tenhamos mais delegados de fato? Aí não seria só a questão, vamos dizer assim, do concurso como um todo, mas qual o planejamento do setor de segurança para que tenhamos delegacias suficientes, escrevês, todos os profissionais para que, pelo menos, o pequeno número de DEAMs que nós temos – 22 – também tenha plantão e o número de atendimentos necessários nos horários de maior pico, infelizmente, de violência.

A outra pergunta é relacionada às viaturas. Mesmo tendo chegado viaturas, e conversando, por exemplo, no IML de Formosa – isso pode acontecer em outros

lugares – e conversando também com a delegada da DEAM de Luziânia, nós percebemos uma dificuldade muito grande, por exemplo, quando uma mulher, naquela região citada pela Senadora Ana Rita, mas que, certamente, também ocorre em outras regiões, que, se não me engano, atende 34 Municípios, e, no caso do IML de Formosa, que faz divisa com os Estados de Tocantins, da Bahia e de Minas Gerais. Então, esse atendimento necessitaria, mesmo tendo só um IML, necessitaria, sem dúvida, ter viaturas e profissionais para poder levar as pessoas vítimas de violência, especialmente de violência sexual, porque a prova, muitas vezes, da autoria se encontra no corpo da pessoa, no corpo da mulher ou na roupa da mulher. Então, que procedimento é feito nessas regiões para que essas mulheres possam chegar ao IML e, depois, também ter o atendimento e ter um laudo de acordo com as condições de necessidade?

Por último, além da distância onde está localizado o IML, longe de tudo... Ah, porque o IML, no caso de Formosa – nós constatamos – fica num lugar bastante distante do restante da cidade muito grande para que as pessoas se desloquem. Isso foi falado, inclusive, pelos profissionais do IML, porque têm que pegar ônibus de longe, se for da mesma cidade; se for de outra cidade, tem que se virar para poder chegar até lá, não é verdade?

Bom, a falta de treinamento dos policiais das demais delegacias já foi levantada aqui. E uma questão que também nos preocupou. Conversando até com a delegada de Luziânia, que se encontrava com o delegado do 1º Distrito da cidade e com o representante do delegado regional e confirmaram isso. Então, o fato de ali, no registro da ocorrência, ser notificada, por exemplo, uma lesão corporal em caso de violência doméstica, coloca ali o art. 129 do Código Penal, mas não coloca que é em circunstância relacionada à Lei Maria da Penha, circunstância de violência doméstica. Então, a gente ouviu isso em várias circunstâncias, de várias pessoas, e que nos traz...

A SR^a ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – ... boletim de ocorrência?

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Exatamente. Então, uma... No campo específico para a violência doméstica. Então, é colocado ali como uma violência de outro tipo qualquer, quer dizer, genérica. Então, os dados que nós temos acabam sendo sempre inferiores aos dados que poderíamos ter como dados até para pesquisa e para resoluções.

Então, eu queria perguntar, a respeito desses assuntos, como está sendo tratado, porque, certamente, é de conhecimento de V. S^a.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Drª Adriana, como seu tempo já está se caminhando para o fim, eu queria completar as perguntas.

Nós tivemos informação, não ficou preciso exatamente se era na delegacia especializada ou no juizado que, para serem aprovadas medidas protetivas, uma autoridade ou outra pedia a presença de duas testemunhas.

Eu queria solicitar, iria também solicitar da apresentação do Poder Judiciário, porque, do ponto de vista da Lei Maria da Penha, esse é o primeiro Estado, dos 18 que nós visitamos, em que foi colocado um obstáculo para que seja liberada a medida protetiva.

Então, eu queria que a senhora explicasse. No caso do boletim de ocorrência de casos específicos, a Deputada Marina colocou, mas eu queria saber se, nas delegacias comuns aonde, eventualmente, a mulher vai para prestar queixa de uma violência doméstica, que mecanismo existe para que possa ser registrado que aquilo é a 11.340? E a senhora falou da coordenação das delegacias especializadas. Essa coordenação é integrada por uma diretoria ou fórum do conjunto das DEAMs que integram essa coordenação. As duas perguntas particularmente são essas do condicionamento de liberação das medidas protetivas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Com a palavra, para efeitos taquigráficos, a Drª Adriana Accorsi.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Vou responder primeiramente às perguntas da Deputada Marina.

A respeito dos plantões das delegacias, nós estamos fazendo uma pesquisa com as delegadas através dessas reuniões e coletando os dados pelo número de ocorrências e seu horário, para que possamos alocar as pessoas com concurso público. Porque, quanto ao plantão, nós percebemos – e essa discussão já está sendo feita nessas reuniões – que nós precisamos de muitos policiais no plantão. São quatro grupos de policiais, e, sem o concurso, eu posso dizer hoje, e sem má vontade, que não há policiais para tanto. Isso é impossível. Nós gostaríamos muito que fosse possível, e incluímos nessa reivindicação as DPCAs, porque, se as mulheres são agredidas durante a noite, muito mais são as crianças, vítimas de abusos físicos e sexuais. Então, nós queremos também... E nós temos várias DPCAs em Goiás. As DPCAs também funcionam em regime de plantão, e nós pretendemos fazer com o concurso, Marina, porque, com o número de policiais que existe hoje em Goiás, isso é impossível, isso não é factível realmente. Nós já temos discutido e concordamos que é necessário e seria o mais correto e o mais digno para as vítimas.

A respeito da viatura de Formosa, realmente essa não foi a reivindicação. Às vezes são tantos os problemas que a nossa companheira de Formosa enfrenta que realmente essa não é a reivindicação primeira. Nós estamos num processo de entrega de viaturas que se iniciou na segunda-feira, e a gente espera... Vou colocar aqui como prioridade o aumento de viaturas para a delegada de Formosa e verei com ela a necessidade. Agora, quanto a distância do IML, realmente nós não temos como interferir. Foram escolhas da Direção do IML, onde são construídos... Esses prédios costumam ser edificadas em áreas doadas pela prefeitura, nem sempre no local mais adequado. Talvez pudesse ser sugerido ao Governo do Estado que construísse em outro local mais próximo. Nós sempre tentamos ficar próximos, tanto que, em Goiânia, construímos a DPCA ali ao lado do IML. Em Aparecida de Goiânia, também temos mais facilidade de trânsito. Mas nem sempre isso é possível de se fazer, e fica, então, a sugestão, que está além do nosso poder da Polícia Civil.

A questão do campo específico realmente nos surpreende porque a nossa orientação é de que, no sistema, no art. 129, seja colocado o § 9º, que é o que especifica a violência doméstica; que apareça a expressão “violência doméstica” e que se especifique se é mulher, criança ou adolescente. Então, nós vamos verificar isso, realmente essa é a nossa orientação, existe essa nomenclatura no sistema, para que a gente realmente possa ter esses dados à mão. Agora, se isso não está acontecendo em alguns locais, realmente nós vamos verificar, acho importante, tanto que foi uma preocupação nossa, desde o início do ano, colocar lá esse parágrafo específico, que não havia antes.

Sobre a exigência de duas testemunhas, essa foi uma denúncia feita, aqui na Assembleia Legislativa, por uma delegada de polícia. Nós fizemos um documento da Direção da Polícia ao Poder Judiciário, manifestando a nossa indignação e discordância com essa exigência. Gostaria de esclarecer que se trata de exigência de alguns juizes. E qual não foi nossa surpresa quando a delegada de Aparecida também disse que por vezes lhe é também exigido que encontre duas testemunhas da agressão. Muitas vezes é uma ameaça, não há testemunhas, a delegada fica sem condição de trabalhar, ela está pedindo para que possa requisitar as medidas protetivas no mesmo dia em que a mulher é atendida, e nós estamos tendo dificuldade com o juiz. Então, se retornar o processo, se o procedimento voltar para a delegacia para encontrarmos as duas testemunhas, isso dificulta muito mais. Então, realmente, foi uma exigência, até o momento, de alguns juizes, e nós fizemos um documento geral da Polícia Civil para o Poder Judiciário.

Assim, sugiro que seja feito também pela CPMI, já que nós consideramos que isso é ilícito, ilegal e não faz parte da lei.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, a senhora poderia nos encaminhar esse documento que vocês encaminharam para o Judiciário?

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Com certeza. Com certeza.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Eles responderam oficialmente?

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Não, não responderam. O Poder Judiciário do Estado de Goiás está em fase de mudança de direção. Acredito que tenha sido por esse motivo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputada Marina Santanna.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Inclusive, em alguns lugares, o Ministério Público, segundo as delegadas, apoiaria esse tipo de medida do Poder Judiciário.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Bem lembrado. E nós vamos encaminhar também ao nosso Procurador de Justiça.

Eu sugiro que seja feito, já que toda dificuldade estrutural que a Polícia Judiciária possui historicamente, em todo o País – e nós temos discutido isso em nível nacional e sabemos que não é somente em Goiás que isso acontece –, não se comparam as condições de trabalho e de pessoal que hoje possuem o Poder Judiciário e o Ministério Público. Acredito que são instituições passíveis de nos auxiliar ainda mais nesse trabalho.

Ao final, gostaria de esclarecer sobre a coordenação.

A coordenação se reúne mensalmente, no mínimo, ocasionalmente mais de uma vez por mês, e é formada por todas as chefes de delegacia Deam e Neam do Estado de Goiás. Então são mais de 30 colegas que participam. Nem todas podem vir às reuniões, mas nós queremos eleger agora, de acordo com a orientação da Senasp, uma coordenação de cinco delegadas.

Mais alguma pergunta? Posso me despedir?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, até mesmo porque tem uma série de autoridades, Drª Adriana. Tem algumas perguntas que não cabem à senhora. A gente aguarda que o Secretário de Segurança nos encaminhe. E vamos passar para as próximas autoridades.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para reforçar. Presidenta.

Drª Adriana, também agradecemos a presença da senhora. As questões que não foram respondidas,

reforço que o prazo máximo é de sete dias para que a gente receba essas informações. E os demais documentos complementares sobre o que conversamos aqui, com relação aos dados estatísticos, com relação a essa manifestação que V. Exª fez para o Tribunal de Justiça, referente às testemunhas, é importante que a CPMI também receba cópia desse documento.

A SRª ADRIANA SAUTHIER ACCORSI – Agradeço a oportunidade.

Nós estamos à disposição para quaisquer outros documentos que forem necessários futuramente. Nós fazemos questão de colaborar e de contribuir com os trabalhos.

Boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada à Drª Adriana. (*Palmas.*)

Queria, no intervalo, registrar a presença da nossa Secretária Municipal da Mulher de Goiânia, Teresa Souza; da Promotora de Justiça de Luziânia, da área de violência doméstica, Drª Mara Almeida; da Secretária da Mulher do Sintego, Eva Albuquerque; da Angela Esteu Café, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher (Contam) e Professora da Universidade Federal de Goiás; da Drª Verônica Paiva, Defensora Pública; representando o Deputado Estadual Carlos Cabral, Fábio Fazzion; da nossa querida Dolly Soares, Diretora da Cevam; da Flávia Cruvinel, Superintendente Executiva da Secretaria de Mulheres, a Semira; da Elza Alves Rabelo e da Central de Movimentos Populares; da Dila Resende, Presidenta do Centro Popular da Mulher e representante da União Brasileira de Mulheres; de Laisy Moriere, Secretária Nacional de Mulheres do PT; da Associação de Mulheres na Comunicação, Geralda Ferraz; da Maria Abadia Camargo, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Superintendente; da Fátima Veloso, Coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres, da Secretaria da Mulher da CUT, Presidente do Sindsaúde.

Nós agradecemos a todos que estão aqui presentes, sobretudo ao Movimento de Mulheres, que está reforçando a nossa luta.

E queria passar agora, conforme a ordem da CPMI, para o representante do Secretário de Saúde. Informações telefônicas nos indicaram que estaria aqui presente o Dr. Carlos Luz. Ele se encontra presente no plenário?

Vamos aguardar até o final da reunião e, em seguida, teremos que tomar as medidas cabíveis.

Lamento profundamente. A Secretaria de Saúde é um dos principais instrumentos de acompanhamento do processo de registro da violência contra a mulher pela notificação compulsória. Lamentamos profundamente e aguardamos, até o final, que possa vir alguma

representação pelo menos. Contudo, gostaríamos de contar aqui com o Secretário da Saúde.

Esta é uma CPMI de construção de parcerias. Nós ouvimos, agora mesmo, o depoimento da nossa delegada, que, ao colocar, sem nenhum problema, com absoluta transparência, os limites da ação, da estrutura, ajuda-nos a construir um processo. A ausência de qualquer responsável pela parceira na construção dessa rede de enfrentamento à violência, mais do que a insensibilidade absoluta, mais do que o desrespeito com uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que é um instrumento da Constituição Brasileira para a nossa ação, demonstra, sobretudo, como disse aqui a Senadora Ana Rita, a omissão sobre um grave problema de epidemia social que se encontra aqui. (*Palmas.*)

Como disse, aguardaremos até o fim. Recebemos essa informação, mas lamentamos e vamos tomar as medidas cabíveis de acordo com o Regimento.

Nós passamos, agora, a palavra, com muita satisfação, à Dr^a Gláucia Theodoro, Secretária da Mulher do Estado de Goiás, que está presente pessoalmente.

Nós a cumprimentamos, Dr^a Gláucia.

Antes, porém, passaremos a palavra à nossa Relatora para os questionamentos.

Se a senhora quiser, poderá usar a tribuna em vez de falar da Mesa.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Gláucia, a senhora já recebeu as perguntas?

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Sim, já recebi.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Então, farei as perguntas, talvez acrescentando algumas coisas aqui.

Como está a execução do Pacto no Estado, considerando a existência de vários convênios com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com vistas ao reaparelhamento de DE-AMs e de criação e reaparelhamento de centros de referência e casas abrigo?

Inclusive, estou aqui com a cópia do Acordo de Cooperação, feito com a SPM, que prevê a criação de vários instrumentos de proteção às mulheres. Isso faz parte do Pacto assinado em março de 2009.

Então, nós gostaríamos que a senhora falasse sobre isso.

Como a Secretaria se articula com as demais Secretarias de Estado para garantir a implementação das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres? E com a Rede? Como é que vocês se articulam com as Secretarias e com toda a Rede de Atendimento?

O Estado não possui nenhuma casa abrigo. Por quê? Há previsão para a criação ou de alguma política de abrigo?

Como funciona a rede de atenção às mulheres em situação de violência doméstica?

Quantos Centros de Referência existem no Estado?

A Secretaria tem política específica para o enfrentamento do tráfico de mulheres, tanto interno quanto internacional?

Como é executada a política intersetorial com recorte de raça e etnia e também para as mulheres rurais, com deficiência e idosas?

Como a Secretaria avalia a execução do Pacto em termos de redução das violências contra as mulheres?

Lembro também que há duas perguntas iniciais que são as perguntas mais gerais: o que a Secretaria tem feito no sentido de articular políticas para reduzir a letalidade contra as mulheres? E qual o orçamento que a Secretaria tem destinado especificamente para o enfrentamento à violência contra as mulheres?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Dr^a Gláucia Theodoro, Secretária da Mulher do Estado de Goiás.

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento de forma especial a Deputada Jô Moraes, que é a Presidenta da Comissão, a Senadora Ana Rita, Relatora, e a Deputada Marina Santanna, titular da Comissão. Cumprimento as demais autoridades presentes e agradeço a oportunidade de apresentar todas as ações e importantes ações que o Governo do Estado está desenvolvendo relativamente às políticas para as mulheres.

Eu queria historiar um pouco a criação desse organismo aqui em Goiás. Aliás, o Estado de Goiás tem uma tradição importante porque, em 1987, criou a primeira Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil e da América Latina, denominada Secretaria da Condição Feminina, no governo Henrique Santillo, e o Governador Marconi Perillo, em 1999, criou a primeira Superintendência de Políticas para as Mulheres. Essa superintendência, em 2007, foi transformada numa secretaria e agora, em 2011, foi amplamente reestruturada em seus organismos internos. Era uma secretaria muito pequena, uma secretaria que tinha apenas duas superintendências e três gerências, tinha somente 40 servidores, e o Governo de Goiás, por intermédio do Governador Marconi, demonstrou sua vontade política de implementar políticas para as mulheres, duplicando e agora até triplicando o número de servidores na secretaria e aumentando sensivelmente seus organismos internos. Hoje, de duas superintendências, temos

quatro, das quais, a de Gestão e Finanças, por exemplo, que inexistia, tem quatro gerências subordinadas a ela; a Superintendência Executiva, que inexistia, tem duas gerências. Enfim, o quadro da secretaria hoje foi amplamente reestruturado e assim demonstrando de fato a vontade política de implementar não só políticas para as mulheres, porque é uma secretaria com viés de implementar políticas a direitos humanos. É uma secretaria de políticas para as mulheres, de promoção da igualdade racial, da diversidade sexual e do enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Todas essas áreas agora às quais estão subordinadas as Semiras estão devidamente organizadas e estruturadas para implementar essas políticas públicas. Também é importante dizer, mas aqui todos sabem da importância do movimento social na articulação desse organismo. O movimento de mulheres sempre esteve presente a cada momento de reestruturação ou criação desse importante organismo do interior do Governo do Estado.

Sobre a questão dos equipamentos, quais são os equipamentos sociais ou institucionais vinculados diretamente à secretaria? Temos o Centro de Referência da Igualdade, que fica aqui na capital. Vinculados indiretamente à secretaria, estão dez centros de referência, seis núcleos especializados de atendimento à mulher, a que a Dr^a Adriana Accorsi já se referiu, e os dez centros de referência. Além disso, é importante dizer que no Estado de Goiás tem dez organizações de políticas para as mulheres no interior do Estado, e realço aqui a importância de a Prefeitura de Goiânia ter criado a primeira Secretaria de Políticas para as Mulheres no ano passado. Até então, a capital Goiânia não tinha uma secretaria municipal. Hoje ela integra essas nove organizações que estão aí criadas pelas prefeituras municipais numa conjuntura de 246 Municípios. Então, já falo que essa é uma iniciativa nossa. Participamos recentemente de uma reunião com todos os prefeitos do Estado de Goiás, no sentido da promoção e da articulação de criação de organismos nesses Municípios, tamanha a importância que sabemos para o desenvolvimento de políticas para as mulheres nesse sentido.

Eu gostaria de começar falando sobre o enfrentamento da violência na estruturação do nosso equipamento que está diretamente subordinado à Secretaria, que é o Centro de Referência da Igualdade.

Quando assumimos o Centro de Referência da Igualdade, em janeiro do ano passado, recebi a primeira mensagem da Procuradoria Geral do Estado para que se fechasse o Centro de Referência porque ele existia ilegalmente e não podia atender as vítimas naquela condição. Bem, qual foi a minha decisão? Eu falei: eu

não vou fechar um centro de referência, eu vou resolver o problema do Centro de Referência.

O que nós fizemos? A primeira coisa foi legalizar o Centro de Referência aqui. Legalizamos, hoje ele está criado judicialmente. Segundo problema: não tinha nenhum servidor, ninguém para atender as vítimas de violência. Então, vamos contratar pessoal. Contratamos equipes multidisciplinares de psicólogos, advogados e assistentes sociais para fazer atendimento às vítimas.

Como a Secretaria tem essa pluralidade de ações, nós não atendemos somente mulheres. Além das mulheres, atendemos as vítimas de tráfico, as vítimas do racismo e também travestis, transexuais, e temos um grande convênio com a Associação de Lésbicas do Estado de Goiás, com a Associação de Travestis e Transexuais. Fazemos todo esse atendimento no Centro de Referência.

Bem, para ampliar esse atendimento e melhorar a própria estrutura de atendimento, nós fizemos convênios com a Universidade Federal de Goiás, com a PUC de Goiás e com a Defensoria Pública. É importante até dizer que nós somos o único centro de referência que geramos ciência e tecnologia para a residência médica. A residência médica da PUC faz uma unidade no Centro de Referência. Foi uma parceria muito interessante com a Defensoria Pública também. Ou seja, hoje, estão presentes, dentro do Centro de Referência, defensores públicos. Então, as mulheres vítimas de violência chegam até o Centro de Referência e têm o atendimento global. Elas têm desde o atendimento social até a medida jurídica cabível, ou seja, se ela precisa de uma assistência judicial, ela tem o defensor público para ingressar com a sua ação.

Resolvemos estender esse atendimento porque, afinal, a Secretaria é de política pública para as mulheres. O enfrentamento à violência é um importante viés, uma importante diretriz, que é nossa prioridade. Mas atendemos também as ações correlatas a essas vítimas de violência – pode ser ação de divórcio, – enfim, todas as ações que estão relacionadas com a questão da violência doméstica.

O Centro de Referência também está se preparando para fazer o atendimento psicológico dentro da própria unidade. Quando há necessidade do atendimento direto, temos o convênio com a PUC, e ela faz esse atendimento, tanto às vítimas de violência do tráfico quanto às vítimas de violência doméstica ou violência em geral. Mas agora estamos criando dois consultórios terapêuticos dentro do Centro.

Eu acho importante dizer que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres nos colocou na coordenação de um grupo, entendendo que o nosso Centro de Referência, hoje, é referência nacional, para

que repassemos a todos os Estados da Federação a nossa experiência, que tem sido muito exitosa aqui na cidade de Goiânia.

Bem, é Goiânia. Agora, temos dez centros de referência, que é uma das perguntas, pelo interior do Estado de Goiás.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Gláucia, antes de a senhora passar para os centros de referência do interior, esse Centro de Referência tem quantos profissionais? Eles são capacitados para atender as demandas da Lei Maria da Penha?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Eu ia falar sobre a capacitação. Uma das capacitações é dos próprios servidores, que é uma capacitação permanente. Mas, já respondendo, eu vou dizer que nós temos uma capacitação permanente, tanto dos servidores da Secretaria, que são todos os servidores, não interessa se é motorista, se é um psicólogo, todos os servidores e todos os servidores do Centro de Referência. Nós temos essa capacitação, que é permanente e culminou agora, no ano de 2012, com um grande seminário sobre direitos humanos, em que fechamos o nosso processo de capacitação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Essa capacitação atende cada uma das especificidades dos Centros de Referência?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Nas áreas psicológica, jurídica e social e na área de direitos humanos, em geral, no de Goiânia.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – E como é a capacitação para atender as necessidades das mulheres?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Nós fazemos uma capacitação vinculada às duas universidades de que somos parceiras. E há um processo de capacitação que é feito pela Universidade Estadual de Goiás, que não é conveniada ao Centro de Referência, mas que tem outros convênios. Então, nós fazemos essa capacitação nas áreas de saúde, segurança, educação e direitos humanos, em geral, para os servidores, sejam os servidores do Centro de Referência, sejam os servidores da Secretaria de Administração.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora respondeu quantos servidores existem no Centro de Referência?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Acho que, no Centro de Referência, há um total de 20 servidores. O número exato...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Para atender a todas essas áreas, a todas essas especificidades?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Isso, todas essas especificidades. No ano de 2012, nós fizemos 3,2 mil atendimentos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A senhora poderia nos mandar as informações completas – gostaríamos de recebê-las – sobre a estruturação do Centro de Referência, sobre o atendimento, sobre o número de profissionais por especialidade, sobre todo o trabalho que realiza?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – É claro! Inclusive, eu trouxe aqui...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Num prazo também de 7 dias.

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Num prazo de 7 dias. Eu já trouxe aqui um relatório para cada uma das parlamentares, e, nesse relatório, já estão apresentados alguns desses dados.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então, está ótimo!

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Vou responder às perguntas.

A primeira pergunta diz respeito à questão do orçamento. É aquela pergunta geral. Em 2011, o nosso orçamento geral foi de R\$14.965.419,00. Para responder de forma mais exata o que, desse recurso, foi aplicado no enfrentamento...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Em 2011 ou em 2012?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Falei do de 2011. Agora, vou falar do de 2012. O total foi de R\$15.304.446,00, mas esse recurso engloba custeio e investimento. Vou repassar, posteriormente, para a Comissão os recursos detalhados, porque a pergunta foi específica e referente ao gasto com o combate à violência doméstica. Então, temos de, realmente, detalhar. E aí eu passo, até 7 dias, o detalhamento desses recursos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Gláucia, desse recurso, quanto vem da União e quanto é do Estado?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Eu também vou passar isso, porque não tenho esses dados aqui. Mas boa parte é do Governo Federal também. Então, passo isso à Comissão detalhadamente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu não captei o seguinte aspecto, Drª Gláucia: em 2011, o orçamento da Secretaria de Estado da Mulher foi de R\$ 2 milhões?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Em 2011, foi de R\$14.965.419,00, mas esse é o valor global.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É que eu não entendi. A senhora falou R\$2 milhões e R\$14 milhões?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Foi de R\$14 milhões em 2011 e, em 2012, foi de R\$15 milhões. Mas nós vamos repassar à Comissão o detalhamento do que é do Governo Federal e do que é do

Tesouro Estadual e, dentre esses recursos, o que foi especificamente gasto com o enfrentamento à violência.

A primeira pergunta é a seguinte: como está a execução do Pacto no Estado? Nós somos signatários do Pacto, juntamente com 33 Municípios, e há sete projetos em andamento, através do Pacto. Um desses projetos, ao qual a Dr^a Adriana Accorsi já se referiu, diz respeito à aquisição de viaturas e carros de passeio para as delegacias especializadas, à aquisição de carros de passeio para os centros de referência e à aquisição de viaturas também para os NEAMs. Nós entregamos uma viatura para cada delegacia, uma viatura para cada Neam e um carro de passeio para cada centro de referência. Estamos também em fase de entrega de mobiliários e equipamentos para todas essas unidades; mobiliários, equipamentos de informática, enfim, todos esses equipamentos para o trabalho.

Já falando em projetos com o Governo Federal, eu já respondo à antepenúltima pergunta, que trata da mulher trabalhadora rural.

Então, nós temos um projeto assinado, os recursos já depositados com o MDA, na ordem de R\$1,7 milhão, porque também o número exato está aqui no relatório, para fazer um trabalho de capacitação, de processo de industrialização e comercialização dos seus produtos. Esse projeto tem parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado. Então, ele foi elaborado a partir da necessidade diagnosticada pela Federação. Há também a participação da Emater e da Secretaria de Agricultura.

Já que estou falando em novos projetos, eu respondo à pergunta das casas abrigo. Nós aprovamos – e já temos também o recurso em caixa – a implantação de cinco casas abrigo no Estado de Goiás e temos já – ontem foi aprovada a lei, de iniciativa do Governador do Estado – recursos na ordem de R\$1,2 milhão para o Centro de Valorização da Mulher, que, afinal, é a única casa abrigo – ela não tem vínculo com o Estado, é privada – do Estado de Goiás.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – O Centro de Valorização da Mulher é uma casa abrigo?

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – É. É uma casa abrigo.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É uma ONG, pelo que eu soube, mas não é uma casa abrigo para atender mulheres...

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – É considerada por todos nós casa abrigo, mesmo sendo... É uma casa de abrigo da sociedade civil.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Não é uma casa pública, né?

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Não é uma casa pública. É uma entidade privada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– As informações aqui vindas...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Só um minutinho, Presidenta. Eu só quero ressaltar que, embora a gente não tenha feito visita, mas, pelo que ouvimos da reunião das mulheres, hoje, cedo, pode ser até uma casa que abrigue mulheres em situação de violência, mas ela, com certeza, não atende aos critérios de abrigo de mulheres em situação de violência. Não atende.

Então, só para deixar isso claro.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Só para registrar o que foi falado.

A Deputada Isaura Lemos acaba de informar que a casa abrigo é um dos projetos do Cevam, porque a representante, a Dolly, informou que são vários projetos. A casa abrigo pertence a uma organização da sociedade civil. Nós registramos aqui que o Poder Público no Estado de Goiás não apresenta, não construiu uma casa abrigo. A que existe é da sociedade civil.

É mais para que a gente possa registrar.

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS –

Perfeito. É isso mesmo. Exato.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Volto a palavra à Dr^a Gláucia.

A SR^a GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS –

Obrigada.

Nós temos o projeto aprovado agora para a implementação de cinco casas abrigo no Estado de Goiás.

Sobre a política de enfrentamento ao tráfico de mulheres interna e internacional.

Até maio de 2011, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estava sob a coordenação do Ministério Público do Estado de Goiás. E, por meio de um convênio com o Ministério da Justiça, a coordenação do Núcleo ficou a cargo da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Então, nós assumimos o Núcleo nesse período, transformamos o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em razão da nossa estrutura de organização interna, em Coordenadoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Destinamos servidores. Então, nós criamos também uma equipe multidisciplinar para o núcleo de psicólogos, advogados e assistentes sociais, e fizemos a lotação dessa coordenaria de enfrentamento ao tráfico de pessoas dentro do Centro de Referência. Então, hoje, lá funciona esse centro.

As políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas estão delineadas nas seguintes vertentes: prevenção, acolhimento e repressão. Repressão não é o caso nosso. Mas nós fazemos, então, o acolhimento e as políticas de prevenção ao tráfico de pessoas. De que forma? Primeiro, que o tráfico de pessoas, a pre-

venção, fazemos através de um processo de sensibilização social e de capacitação. Nós temos aprovado com o Governo Federal um projeto, que já está em execução, para capacitação de pessoas vinculadas à questão do tráfico.

Vinculada à coordenadoria, há um comitê gestor, que é representado por instituições públicas e instituições privadas. Nesse comitê gestor estão presentes: Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Federal, enfim, entidades, Polícia Federal, todas as instituições públicas que trabalham com a questão do tráfico, e as instituições privadas; todos eles formam o comitê gestor, que é o responsável, a partir do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, criar – que já foi feito – o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Então, através das políticas delineadas pelo plano estadual é o que estamos em execução.

Esses seminários já estão sendo feitos. Nós fizemos, junto com o Poder Judiciário, um seminário internacional de tráfico de pessoas, com a presença de cinco países e com a presença de organismos nacionais e internacionais no combate ao tráfico.

Temos acolhido as vítimas de tráfico. Vocês devem ter visto na imprensa a questão do caso daquela indígena que foi traficada por um bando de ciganos e nós fizemos o resgate da Índia. Aliás, nós fizemos já o abrigo de várias vítimas do tráfico. Como nós não temos ainda uma casa de abrigo, nós acionamos a rede de atenção, com a qual trabalhamos articulados, para fazer o abrigo das vítimas do tráfico.

Somos também, no âmbito nacional, o único Estado da Federação que pertence um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça, porque o CNJ também criou em seu interior um grupo de trabalho para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, e Goiás está presente nesse grupo.

Voltando a falar da questão da capacitação, porque aí falei só da capacitação dos servidores da Semira – Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, é importante dizer a capacitação externa que tem sido feita.

Temos um convênio com a Polícia Militar, e em todos os cursos de formação dos oficiais nós temos um número de horas, que a Secretaria vai e fala para os oficiais que estão em processo de formação sobre as suas atividades. Obviamente fala sobre equidade de gênero, diversidade sexual, questão racial e tráfico de pessoas, áreas as quais essa Secretaria coordena.

Também temos, já em curso, e que é uma das partes do convênio com a Polícia Militar, que é da Polícia comunitária, entendendo que o policial militar é aquele que é o primeiro que chega até a vítima de violência. Então, essa Polícia Comunitária aciona o nosso

centro de referência e vai uma equipe multidisciplinar à casa da vítima.

Temos também uma parceria com o Instituto Federal Goiano, que é a antiga Escola Técnica do Estado de Goiás, para a capacitação de mulheres do Programa Mulheres Mil.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só para explicar, Drª Gláucia, nós já ultrapassamos o tempo e a Senadora Ana quer fazer algumas considerações.

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pode concluir o seu raciocínio.

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Estou concluindo. Então, ainda do Pacto Nacional referente à capacitação, nós temos um projeto aprovado. Infelizmente, ele não vingou no processo licitatório, porque não teve interessados, e fazer a capacitação de 2.500 pessoas nas áreas da segurança, saúde e educação. E com a Secretaria da Educação, nós estamos numa efetiva parceria para implementação das questões de gênero e das demais áreas da Secretaria.

A partir do próximo ano, recentemente, participamos de uma reunião de 800 diretoras e diretores de escola, levando a nossa vontade para elas, que são as dirigentes diretas das escolas, bem como para os Secretários de Educação e para os demais superintendentes, a necessidade da inclusão dessas questões nos currículos escolares e firmamos com o Conselho Estadual de Educação, que é um conselho paritário, tanto de entidades da sociedade civil quanto entidades públicas, para que o conselho nos apoie na implementação dessas políticas junto com a Secretaria da Educação.

Enfim, teria muito mais questões a abordar, mas o que eu não coloquei aqui vou repassar os relatórios de gestão para as Parlamentares e quero que vocês até entendam o que é essa figura que está aqui. Isso aqui é uma obra de arte. Nós tivemos agora, no 8 de março, a adesão de mais de 90 artistas plásticos do Estado de Goiás. Nós apresentamos o molde, esse molde, o contorno de uma mulher, e eles fizeram as suas obras dentro da temática feminina, colocando a questão da violência doméstica, mulher negra, mulher indígena. Enfim, de uma forma lúdica e artística, nós estamos percorrendo o Estado de Goiás, mostrando o que existe sobre a questão da mulher na visão desses artistas. Inclusive, a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nacional, a SPM, vai levar o 8 de março a essa exposição, o que para nós foi muito importante. Foi uma exposição em que não houve custo nenhum

para o Estado, os artistas voluntariamente fizeram isso, e nós estamos apresentando e sensibilizando a sociedade por meio dessa questão.

Uma outra questão que eu esqueci de falar foi a questão que está sendo implementado o Hospital da Mulher, aqui no Estado de Goiás, e pelo menos o Município de Goiânia vai resolver o problema do IML. Nós pedimos, e foi acatada, a questão da inclusão do IML no hospital, além de um posto de delegacia especializada de política para as mulheres.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Doutora, já que a senhora tocou no assunto. Já está previsto o serviço de abortamento legal?

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – É outra discussão. Nós sabemos que é uma discussão difícil, haja vista o que aconteceu no plano nacional, com a Presidenta Dilma, com a Ministra; nós sabemos que vai ser uma discussão difícil, também, no Estado de Goiás, mas nós vamos enfrentar essa discussão. Contamos com o apoio de vocês, principalmente da Marina, que é a nossa Deputada Federal, para a gente enfrentar essa discussão, porque é um debate. Tratar da questão de abortamento no espaço público vocês sabem, melhor do que eu, da dificuldade que é...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas o abortamento legal já está previsto em lei...

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Isso! Claro! Previsto em lei!

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só falta viabilizar o que a lei já prevê.

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Isso, previsto em lei! Mas nós sabemos a dificuldade que é para todos os Estados da Federação implementar o aborto legal nas situações previstas no Código Penal e previstas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; nós sabemos a dificuldade que é espaços públicos implementarem o aborto legal...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Mas vai fazer o hospital específico para o atendimento à mulher. A minha pergunta...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora, só um pouquinho. Ela vai colocar todas essas perguntas – eu também tenho uma pergunta a fazer – e aí a senhora responde, concluindo. Senadora Ana Rita...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Só para completar essa pergunta, porque o abortamento legal já está previsto em lei. Então, cabe ao Poder Público oferecer esse serviço às mulheres que assim o desejar.

Então, como vai se fazer um Hospital da Mulher... A minha pergunta é se vai estar previsto, nesse hospital, também esse serviço, que já está assegurado em lei. Mas eu...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Aí ela vai concluir as demais perguntas, eu também tenho

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Como a Secretaria de Saúde não está aqui, estamos direcionando também para a senhora, porque o tema também afeta a Secretaria da Mulher. Se não estará previsto neste hospital, se há algum outro hospital aqui em Goiás que faz esse tipo de serviço, se a senhora puder nos informar.

Gostaríamos que ela respondesse essa pergunta pela ausência da Secretaria de Saúde. Mas também gostaria de reforçar duas coisas, Drª Gláucia. Primeiro, não compreendi se existe uma rede, se na rede de atendimento que dá atenção às mulheres há reuniões, se ela se articula, como funciona isso? Gostaríamos que a senhora falasse um pouco sobre isso também. E se é possível já a senhora fazer um balanço ou uma avaliação dos desdobramentos do Pacto assinado com o Governo Federal, se a Secretaria já tem uma avaliação do Pacto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – São essas as perguntas?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu acrescentaria, Drª Gláucia, uma questão concreta. A senhora falou que disponibilizou 15 milhões. A Secretaria é ordenadora de despesas ou deve-se acessar a Secretaria de governo ou outras instituições para se ver? Para nós, o problema da visibilidade de um orçamento específico para políticas públicas para mulheres é fundamental, por isso que eu faço. Essa é a última e a senhora dispõe de até 4 minutos para responder o conjunto para a gente caminhar e passar a palavra às demais autoridades que estão aguardando.

A SRª GLÁUCIA MARIA THEODORO REIS – Bem, rapidamente. Esta Secretaria, juntamente com outras nove secretarias do Brasil, é ordenadora de despesas.

Respondendo a outra pergunta, a questão da inclusão do abortamento legal no Hospital da Mulher, nós achamos que se deve incluir, estamos fazendo essa discussão por passos, já conseguimos incluir o que eu coloquei, o IML e o posto da delegacia e essa é a nossa próxima etapa. Portanto, está em processo de planejamento. No Município, há o hospital que faz o abortamento, um hospital aqui na cidade de Goiânia.

E sobre a rede, nós revitalizamos a Câmara Técnica de Enfrentamento à Violência. Esta Câmara tem efetivado reuniões mensalmente e tem a participação de todos esses envolvidos no setor que trata da questão. Bem, nos setores públicos e privados.

E, sobre o que eu entendo que já avançou, avançou. Eu acho que avançou bastante, foi importante o Estado de Goiás ter assinado o Pacto Nacional pelo

Enfrentamento à Violência, nós construímos muitas parcerias, construímos parcerias com o setor privado e com o setor público, importantes parcerias devido ao caráter transversal de políticas para as mulheres, mas temos que fazer muito mais. O desafio é muito grande, a Secretaria é muito nova. Ela passou a existir, de fato, em 2011, ou seja, de fato com a sua reestruturação. Ou seja, nós estamos há 2 anos na Secretaria, avançamos, mas temos muito ainda que construir aqui no Estado de Goiás.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Gláucia, o conjunto das informações. Ampliou um pouco mais de tempo até mesmo com algumas questões que nós teríamos que fazer ao Secretário de Saúde, que não está presente.

Quero informar aqui que os presentes disseram que os dois serviços de abortamento legal estão previstos no Centro Materno Infantil e no Hospital da Mulher. Agora, vamos passar... Agradecemos sua presença e vamos passar depois para os encaminhamentos da Senadora. (*Palmas.*)

Nós queríamos registrar aqui também a presença de Kátia Maria, representante do Deputado Federal Rubens Otoni; Hiranildes Valentina, Coordenadora do Comitê Estadual de Mulheres do PT e do Mulheres Cristãs em Ação, da Igreja Batista; do Ronaldo Amorim, Chefe de Gabinete da Deputada Federal Flávia Moraes, nossa companheira; de Dulcilene Sarah Souza Fonseca, coordenadora do Centro de Referência da Mulher da Cidade Ocidental

Passamos, neste momento, a convidar o representante do Desembargador Leobino Valente Chaves, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, convidando o Dr. Donizete Martins de Oliveira, que integra o gabinete da presidência.

Dr. Donizete, o senhor poderá usar da tribuna ou a mesa nas condições que o senhor tem: tem direito a até 20 minutos.

Mas passamos aqui a palavra à Deputada Marina, para um registro, e, em seguida, a Senadora Ana Rita, Relatora, fará os questionamentos que já estão em mãos do senhor.

Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Srª Presidenta, aqui estamos recebendo no auditório, neste momento de audiência pública, a visita de policiais militares que acabaram sendo também vítimas do Césio 137 e que estão acampados aqui à porta. Estão acompanhados do Deputado Estadual Mauro Rubem, pedindo que, ao final desta audiência, possam ter um momento para conversar com os membros aqui da Comissão, de modo a que possamos ouvi-los, rezeccionar as suas reivindicações e, quem sabe, fazer

alguma mediação a favor dos militares que ficaram realmente prejudicados e que não foram atendidos em suas reivindicações por ocasião do acidente do Césio 137.

Então, a solicitação feita por eles é ao final... (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com certeza, Deputada Marina, ao terminarmos a audiência da CPMI, ficaremos à disposição para partilhar das informações.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para apresentar seus questionamentos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Antes de me dirigir ao Dr. Donizete, eu quero aqui parabenizar a Secretaria de Estado pelo relatório. Não foi possível a senhora apresentá-lo detalhadamente, porque não era esse o objetivo, mas a senhora já expressou aqui as políticas e o relatório bastante detalhado. Então, a CPMI agradece.

Dr. Donizete, boa tarde! Obrigada pela presença.

Vamos proceder da mesma forma. As duas perguntas mais gerais:

O que o Tribunal de Justiça tem feito para reduzir a letalidade contra as mulheres?

Qual o orçamento que o Tribunal tem destinado para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres?

E há mais algumas perguntas que eu gostaria de fazer – afirmações e perguntas.

O senhor já recebeu as perguntas?

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – Já.

A SR. ANA RITA (PT – ES) – As informações encaminhadas pelo Poder Judiciário não estão completas. Não nos foi informado, por exemplo, quantas medidas protetivas foram concedidas, quantos processos julgados, quantas condenações e quantas absolvições foram feitas pelo Poder Judiciário. Então, vou solicitar a V. Exª que encaminhe para a CPMI essas informações, no prazo máximo, também, de 7 dias úteis.

Embora o Tribunal de Justiça – é uma outra questão que já foi também informada aqui, mas eu quero fazer esta pergunta para o Tribunal de Justiça – tenha nos informado que não há orientação de exigência de testemunhas para concessão de medidas protetivas, em nossa diligência, as delegadas e o Movimento de Mulheres confirmaram essa exigência. Também foi confirmado aqui, agora há pouco, pela Drª Adriana que falou representando a Secretaria de Segurança.

Outra exigência é da representação para concessão de medidas protetivas feita pelo juiz de Novo Gama, conforme também nos foi relatado. Pergunto:

Qual a orientação e providências que o Tribunal de Justiça e a Corregedoria estão tomando para corrigir essas distorções que podem colocar em risco a vida das mulheres? Pode ser que não seja uma orien-

tação do Tribunal de Justiça, mas há juízes que estão fazendo essa exigência de haver testemunhas para que mulheres façam o registro da queixa. Se isso está ocorrendo, qual a providência ou a orientação que o Tribunal de Justiça tem adotado?

Existe coordenadoria da mulher no Tribunal de Justiça, conforme determina a resolução do CNJ? Em caso afirmativo, qual sua estrutura e quase os planos da coordenadoria para a ampliação dos juizados e capacitação dos magistrados e magistradas?

Os juizados trabalham com a competência civil e criminal, conforme determina a Lei Maria da Penha?

Qual o plano orçamentário para criação de mais juizados, como, por exemplo, em Luziânia? E, obviamente, em outras comarcas com índice elevado de violência. Existe esse plano de ampliação, nessas comarcas, desses juizados? Se existe, nós gostaríamos que o senhor nos colocasse aqui agora.

É isso, doutor.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Donizeti, aqui representando o Presidente do Tribunal de Justiça, que disporá de até 20 minutos. (*Pausa.*)

O SR. DONIZETI MARTINS DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento especialmente a Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI; a Senadora Ana Rita e, também, a nossa Deputada Marina Santanna.

É um prazer estar participando desta audiência e, de igual forma, a Drª Adriana. Foi-nos designado estar presente aqui nesta audiência, como uma demonstração de carinho e respeito por esta CPMI. Então, Presidente, saiba que o Tribunal, na pessoa de sua administração, o Desembargador Leobino, fez questão – infelizmente, não pôde estar presente – de transmitir à senhora o respeito que tem por esta Comissão.

Nós estamos numa fase de transição no Tribunal. Tivemos eleições recentes e, nessa fase de transição, o que acontece? A alguns projetos vai sendo dado seguimento. A atual administração completará 11 meses, até final de janeiro. Isso significa dizer que é, como se chama, um “mandato tampão”. E nesse mandato tampão, dá-se seguimento aos projetos já existentes, outros são inovados, políticas de relacionamento.

Houve a criação, aqui em Goiânia, do 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Então, já dispomos de dois juizados.

Nessa administração, era um juizado criminal de que já havia previsão legal. Entretanto, com a orientação do CNJ, foi transformado em juizado de defesa contra a violência doméstica. Foi um passo, foi um avanço.

Tivemos já a criação dos segundo juizado. A Secretária da Mulher, a Drª Gláucia, esteve presente,

acompanhando também uma comitiva de Aparecida, acompanhando a comitiva de Luziânia. E o Presidente da nossa atual administração mostrou-se muito sensível a essas reivindicações. E estudos estão sendo feitos.

É bom que se diga que, para criar um juizado, há necessidade de uma lei, uma previsão legal. Faz-se o estudo de números de processos, violência, demanda; encaminha-se para a Assembleia; há a aprovação, passando pela Corte do Tribunal; encaminha-se para a Assembleia a aprovação e, depois, a sanção.

O que nós queremos dizer com isso é que a atual presidência do Tribunal está sensível a essa reivindicação. Tanto é verdade que está em andamento o concurso para a magistratura em Goiás. Algumas comarcas estão desprovidas de juízes, e a preocupação da presidência é de que todas as comarcas disponham de juízes para atendimento, de modo geral, à sociedade e, em especial, também às mulheres vítimas de violência.

Gostaria de fazer um pedido aqui, já antecipando, à Drª Adriana – não a vejo: que ela também encaminhasse novamente esse documento, que me entregasse em mão, pois ela fez a reivindicação, e eu não disponho dele. Viu, Senadora? Esse documento, para dar mais informações.

Em relação a algumas perguntas, pelo fato de termos sido designados, precisamos de dados técnicos, como, por exemplo, a questão do orçamento. Qual o orçamento, qual o plano orçamentário para a criação de mais juizados, a exemplo de Luziânia. Existe a Coordenadoria da Mulher no Tribunal de Justiça? Então, são alguns pontos de que necessitamos de informações técnicas, e, dentro desse prazo, Senadora, nós faremos aqui as respostas.

Os juizados trabalham com competência civil e criminal, conforme determina a Lei Maria da Penha? Sim. Por quê? Algumas medidas protetivas são de cunho civil, ou seja, de matéria de família. Por exemplo, o agressor fica proibido de ter a guarda ou a visita do filho. Isso o juiz lá do juizado já pode definir. Então, são medidas de competência civil que já são praticadas no crime, ou seja, os juizados têm essa competência e trabalham assim.

A orientação e a providência do Tribunal de Justiça, bem como da Corregedoria, estão sendo passadas para corrigir distorções como, por exemplo, a questão das testemunhas. O que às vezes ocorre é que um juiz entende que vem um pedido, uma representação acerca da medida protetiva, mas falta alguma testemunha, algum depoimento, algum documento. Então, o juiz entende. Enquanto a lei não faz essa previsão. Às vezes, um ou outro magistrado, como é o caso lá de Novo Gama, que tem feito. É bom que se diga que

o Tribunal não recomendou, não trouxe, nem a Corregedoria, nenhuma recomendação para que assim procedesse. Então, o que se propõe é orientar esse juiz que aplique a lei, sem qualquer exigência pessoal no cumprimento ou no deferimento de medidas protetivas.

E a nossa palavra bem resumida nesse sentido: estamos atentos a tudo que têm acontecido. Lembremos que estamos na fase de transição e que, à medida do possível, juizados estão sendo criados, recebemos essa grande parceria da Secretaria de Defesa da Mulher e estamos prontos a responder a essas outras perguntas, Senadoras, por escrito, que são de dados técnicos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Donizete, então, já que não existe uma orientação do Tribunal de Justiça com relação à representação para a concessão de medidas protetivas nem a exigência de testemunhas, mas que o juiz...

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – Lá de Novo Gama.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – ...na verdade, que o juiz de Novo Gama, que exige a representação para a concessão de medidas protetivas, o senhor pensa em encaminhar alguma recomendação, algum documento, para que esse juiz possa ter outra postura?

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – O pensamento...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Donizete, só por questões processuais, temos que registrar antes de passar a palavra, porque as notas taquigráficas enfrentam dificuldades.

Eu queria registrar e agradecer ao Deputado Estadual Luís Cesar Bueno, um dos parceiros na construção desta audiência e que foi muito importante para nós.

Voltando a palavra ao Dr. Donizete.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – Então, a orientação vai ser nesse sentido, com a recomendação para que seja aplicada a lei, sem qualquer exigência. Por quê? O juiz dispõe do livre convencimento. O que é esse livre convencimento? O juiz analisa os autos, vê as provas e vai decidir. Não satisfeito com a decisão, a parte pode recorrer ao Tribunal e às outras instâncias superiores. E muitas vezes... Alguém já disse que de cabeça de magistrado não podemos saber o que é que sai. Já ouviram essa expressão por aí. Então, às vezes há um juiz que procede assim, outro procede de outra maneira, mas a recomendação será para que a lei seja aplicada sem qualquer exigência no que se refere à representação ou coleta de testemunhas para que medidas protetivas sejam deferidas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Donizete, o livre convencimento por parte do juiz não pode contrariar o que prevê a lei, não é verdade?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Seria bom a senhora fazer todas...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso. Há mais duas questões aqui: primeiramente que o senhor fizesse novamente esse comentário, porque o livre convencimento por parte do juiz não pode significar contrariar a lei. Outra coisa que gostaria que o senhor falasse refere-se aos juizados: eles possuem equipe multidisciplinar? O Tribunal de Justiça, encaminhando documento para o juiz informando que... Na verdade, a denúncia que fizemos foi sobre o Juiz do Novo Gama, mas a recomendação que o juizado vai fazer, com certeza, é para todos os juízes. Então, que, dessa recomendação, seja encaminhada cópia também para a CPML. Nós gostaríamos de receber cópia desse documento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Deputada Marina, para complementar. Em seguida, o senhor responderá às questões.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu gostaria de confirmar com a Senadora Ana Rita, porque nos causou espanto a desconsideração dos juízes com relação ao trabalho das delegadas e dos delegados de polícia. Eles, recebendo a informação, averiguando a informação, levaram ao juiz e solicitaram a medida protetiva. O juiz faz com que a vítima volte ao local de sua moradia, onde foi agredida e, dali, procure testemunhas para, depois, voltar e receber medida protetiva, que deveria ter sido dada em 48 horas.

Então, eu gostaria de corroborar nesse sentido, porque, além da denúncia do Novo Gama, tivemos a experiência de ouvir das delegadas com quem conversamos que isso estaria sendo apoiado, inclusive, por membros do Ministério Público, outros delegados do Distrito Federal e de outros lugares onde fomos. Realmente, a realidade é outra. Então, não é possível que em uma parte do Estado de Goiás, cuja dimensão não sabemos – pode ser naquela região e pode ser em todo o Estado de Goiás –, o Poder Judiciário exija das mulheres que elas sejam revitimizadas porque ele não confia em que o pedido do delegado ou da delegada seja pertinente.

Eu gostaria, então, de reafirmar isso, porque me parece muito sério que uma mulher chegue à delegacia, comunique que está sendo ameaçada, comunique que sofreu lesão corporal ou uma violência sexual dentro de casa, já que o índice maior é no ambiente interno da família, e essa mulher tenha que voltar ao lugar da agressão, para conseguir uma ação do Poder Judiciário.

rio, o que já é definido claramente pela legislação que não pode ocorrer.

Então, eu gostaria de participar disso, realmente solicitando que o Poder Judiciário, reiterando as palavras da Senadora Ana Rita e da Presidenta Jô Moraes, dê uma resposta adequada, porque, caso isso seja uma norma aqui no Estado de Goiás, adotada por muitos juízes, inclusive apoiada por promotores de justiça, estará ocorrendo, na nossa avaliação, um diferencial em relação a todos os outros Estados da Federação.

Reitero isso para que não tenhamos dúvidas de sua dimensão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O Ministério Público, que virá logo em seguida, terá oportunidade de responder às questões que se colocam.

O Dr. Donizete, com a palavra, para as três questões aqui apresentadas pela Senadora Ana Rita: o fato de o livre convencimento não poder contrariar a lei; a questão da equipe multidisciplinar para os juizados; e a solicitação para que o senhor possa nos enviar uma cópia da orientação que será enviada para todos os juízes.

O DR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA –

Quando me referi à questão do livre convencimento, foi em termos de processo. Quando o juiz analisa os autos, ele vai formar um convencimento. Entretanto, não pode fugir à lei, ou seja, seria a aplicação da posição pessoal dele frente à lei. Jamais o Tribunal iria orientar para que alguém procedesse assim. A recomendação, a orientação, é de que seja aplicada a lei sem qualquer exigência que não esteja na lei, ou seja, um pensamento pessoal do juiz sobrepor a lei é sobre o que vamos encaminhar expediente.

Equipes multidisciplinares. Nós temos já a sala de depoimento sem dano, as crianças vão prestar depoimentos. E o que acontece? Tem um psicólogo. Agora, a estrutura dos juizados caminha para isso. Nós estamos montando ali, já no fórum criminal, a sala de depoimento sem danos, especialmente para crianças e vítimas de violência doméstica.

A última qual foi?

A SRª ANA RITA (PT – ES. *Fora do microfone.*)

– Equipes multidisciplinares...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Já respondeu.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – Nós estamos trabalhando nesse sentido da sala sem dano. Houve a instalação, a criação do prédio do fórum novo, fórum criminal. Ele funcionava aqui no fórum central, então se construiu um fórum novo, onde está sendo instalada junto à diretoria do Fórum de Goiânia a sala de depoimento sem dano com esse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– A Senadora vai solicitar esclarecimentos sobre essa questão da sala de depoimento sem danos para ver se ela acompanha os critérios da equipe multidisciplinar.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A sala sem dano e a equipe multidisciplinar,.. O atendimento feito na sala sem danos e a equipe multidisciplinar são a mesma coisa no entendimento do Tribunal? São coisas diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Donizete.

A Presidência só queria insistir aqui que, quando as notas taquigráficas são transcritas, para se saber de quem é a palavra há sempre uma dificuldade. Então, a Senadora Ana Rita concluiu a sua pergunta e tem a palavra o Dr. Donizete.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA –

Essa sala de depoimento sem danos é onde uma criança, uma mulher vítima é colocada, e ali há o acompanhamento de um psicólogo para acompanhar a criança e a mulher. As partes não ficam nessa mesma sala. Há um acompanhamento que chamamos de conferência, em que se fica aqui, e as pessoas fazem as perguntas em outras salas, a videoconferência, a chamada videoconferência. Então, nós já temos esse trabalho lá nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senadora, para as suas ...

Pode concluir.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA – As demais perguntas, como são de caráter técnico, orçamento e tal, nós vamos reservar nesse prazo legal para encaminhar para a Comissão, com todo o respeito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Senadora Ana Rita, para as suas considerações e encaminhamentos. Quero saber se a Deputada Marina...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Estou aqui recebendo a pergunta da nossa assessora, doutor, que gostaria também de fazer: “O Tribunal e a Corregedoria podem recomendar o contrário?”.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Só aguardar um pouquinho, para que ela possa...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ah, desculpe. É que ela passou aqui duas perguntas juntas, mas não é essa, não.

“A Lei Maria da Penha prevê uma equipe multidisciplinar, na verdade, para fazer o atendimento.” É apenas uma afirmação. É isso, Carmen?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Não está claro aqui... Veja bem, quem vai me ajudar a fazer o relatório é ela. Não está claro na fala do senhor se o Tribunal

de Justiça tem uma equipe multidisciplinar, se o juizado tem uma equipe multidisciplinar para atender as mulheres em situação de violência, conforme prevê a Lei Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Donizete para explicar.

Nós temos dois juizados. Em cada juizado, estão presentes psicólogas e assistentes sociais para atender? A pergunta é: nos dois juizados especiais de violência contra a mulher estão presentes profissionais psicólogos e assistentes sociais? Dr. Donizete com a palavra.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA –

Sempre que há a necessidade, há a presença do psicólogo e do assistente social. Foi o que eu disse: nessa sala de depoimento sem danos há a presença do psicólogo para acompanhar a criança e a mulher vítima de violência doméstica. Então, há, caso haja necessidade. Muitas vezes, o que acontece? O que acontece muitas vezes, Senadora? É que a pessoa...

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Olha bem, doutor...

Presidenta, deixe-me falar. Senadora Ana Rita falando.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ele está me deixando aflita aqui. Primeiro, porque estou muito cansada, segundo, porque a resposta não está sendo convincente, porque equipe multidisciplinar é para atender às mulheres em situação de violência. As varas contam com esses profissionais, assistente social, psicólogo para atender às mulheres? Não é para atender às crianças, mas às mulheres. Contam com esses profissionais?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Dr. Donizete, com a palavra. E quero propor que, caso o senhor não tenha a informação efetiva hoje de se está nomeada e presente nos juizados especiais as profissionais que integram a equipe multidisciplinar, possa nos enviar uma resposta efetiva da indicação da existência ou não dos dois juizados, mas o senhor tem a oportunidade de apresentar... Dr. Donizete com a palavra.

O SR. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA –

Então, como eu disse, o que são essas salas de depoimento sem dano não só para a criança, também para a vítima? Às vezes, uma mulher foi vítima de um estupro e prefere fazer depoimento nessa sala. Por isso é chamada de sala de depoimento sem dano. Não serve só para criança, não; para o geral, para tudo. Então, quando há necessidade, se ela precisa, tem. Agora, vou informar por escrito o número de assistentes, o número de psicólogos. Então, reservo-me para informar por escrito a quantidade exata.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos.

Deputada Marina, a CPMI fica aguardando o conjunto das informações do orçamento, da existência da coordenadoria especializada e fica aguardando também a existência, nos dois juizados, da equipe multidisciplinar, quais são os profissionais que a integram em cada juizado, como é o contrato e quais são as condições.

Nós agradecemos ao Dr. Donizete as informações mais abrangentes. Evidentemente seria importante se houvesse uma coordenadoria e que esta pudesse responder. Parece-me que não existe. Nós ficamos aguardando informações no prazo de 7 dias. E agradecemos, mais uma vez, a presença do senhor. Muito obrigada.

Nós vamos passar agora a palavra para a Drª Rúbian Corrêa Coutinho, Promotora de Justiça dos Direitos da Mulher.

Como a Senadora deu uma rápida saída, a nossa Deputada Marina, neste momento, assume a condição de Relatora *ad hoc* até o retorno da Relatora efetiva.

Gostaria que a Drª Rúbian viesse para escutar as questões a serem encaminhadas. Drª Rúbian, a senhora tem a liberdade de, se quiser, dividir o tempo, mas sugerimos, porque seria bom, que as respostas relativas às questões que a gente apresenta pudessem ser feitas no primeiro momento para que, no segundo momento, pudessem ser feitas as considerações gerais, a fim de que o relatório pudesse, nas notas taquigráficas, absorver um pouco a estrutura. Quando a gente apresenta essas perguntas é que isso responde a uma estrutura do relatório.

Por isso que a gente passa a palavra à Deputada Marina Santanna, por enquanto, Relatora *ad hoc*.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Drª Rúbian, as informações remetidas pelo Ministério Público também não estão de acordo com os requerimentos solicitados pela CPMI no que se refere aos dados estatísticos. Por isso concede igualmente o prazo de 7 dias úteis para o envio das informações requeridas.

Então, aqui estão as perguntas que a senhora já deve ter em mãos.

Que ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência?

O Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador previsto na Lei nº 9.099, de 1995, nos casos de violência doméstica?

Quantas Promotorias da Mulher existem no Estado?

Há capacitação permanente para promotores de Justiça?

Como o Ministério Público tem fiscalizado a situação dos estabelecimentos prisionais para preservar os direitos das mulheres em situação de prisão?

Como o Ministério Público atua no enfrentamento ao tráfico de mulheres?

Aqui há uma observação: esclarecer também sobre a exigência das testemunhas para concessão de medidas protetivas – dito aqui anteriormente, pelo representante do Tribunal de Justiça.

O Ministério Público tem conhecimento da existência de equipe multidisciplinar nos juizados? Também dito aqui anteriormente.

São essas as perguntas.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – E já são muitas!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Com a palavra a Drª Rúbian, que terá até 20 minutos para seus esclarecimentos.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Boa tarde a todos e a todas!

Quero agradecer por esta oportunidade de estarmos aqui para conversarmos acerca dessas situações que nos estamos vivenciando no enfrentamento à violência contra a mulher.

Estou representando o nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. Benedito Torres, que, infelizmente, não pôde comparecer, porque hoje é a eleição do Conselho de Procuradores e a eleição do Corregedor do Ministério Público. Hoje, ainda, é o Dia Nacional do Ministério Público, nosso feriado, e haverá diversas atividades na instituição, como a entrega de medalhas e várias outras. Assim, ele me conferiu esta missão e a honraria de estar aqui para colocar as ações que estamos desenvolvendo dentro da nossa instituição.

No mais, cumprimento todas as pessoas na pessoa da Deputada Jô Moraes. É um privilégio e um presente de feriado e do Dia Nacional do Ministério Público estar aqui.

Confesso que a situação que observamos é preocupante no Ministério Público brasileiro. As dificuldades não ocorrem só dentro da nossa instituição, como também do Judiciário.

Para nós, operadores do Direito, a Lei Maria da Penha surgiu como um novo paradigma jurídico, uma vez que temos de ter um olhar mais amplo e trazer as várias disciplinas para encararmos o fenômeno tão complexo que é a violência contra a mulher. Assim, esbarramos com dificuldades internas e externas de aceitação, que não podem ser deixadas, já que são preponderantes para que a lei realmente se torne efetiva.

Em respostas a essas ações que o Ministério Público tem realizado na implementação de políticas públicas, primeiro, houve a implementação da Promo-

toria da Mulher em Goiânia. Depois, nós entramos em tratativas para criar a outra Promotoria, bem como a do interior. Então, temos a primeira promotoria criada no interior, que é, no caso, a de Luziânia.

A minha colega que se encontra presente poderá falar a respeito de como estão as ações no interior.

Em relação também a esse enfrentamento e à efetivação da Lei Maria da Penha, no caso das políticas públicas, encontramos, este ano, a necessidade de propor uma ação de arguição de inconstitucionalidade, porque a Lei Orgânica do Judiciário determinava, no art. 12, que, em todos juizados onde não houvesse juizado da mulher, poderia atender e resolver os casos relativos à Lei Maria da Penha. Então, prontamente o Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça propuseram essa ação, e nós conseguimos uma liminar suspendendo, então, a transferência para os juizados especiais criminais as ocorrências da Lei Maria da Penha.

Frente a isso conseguimos verba do Pronasci para a criação dos Núcleos de Gênero. Assim, nós estamos com oficinas, atividades de divulgação da lei e tentando fazer tratativas junto a Estado e Município para criação de casas abrigos, casas de passagem, tentando abrir um diálogo e sensibilizar nesse sentido.

Quanto ao instituto despenalizador da Lei nº 9.099, nós sabemos que algumas comarcas têm aplicado, até mesmo a suspensão condicional do processo, coisa essa que o próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que não pode fazer.

Mas não há orientação da Procuradoria no sentido de fomentar esse tipo de aplicação.

A SRª ANA RITA (PT – ES. *Fora do microfone.*) – Alguém aplica, doutora?

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Nós sabemos que sim, que muitos aplicam e entendem que é melhor suspender o processo do que, no caso, realizar, da sequência à ação.

Mas não são casos extremos, são casos pontuais, de dificuldades do colega de entender, porque muitos acham que se resolve ali, mas não entendem a abrangência que a lei dá. Não vou dizer, não tenho condições de afirmar quais comarcas, mas nós sabemos. E não é só o caso do Estado de Goiás. Como eu faço parte da Comissão Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nós vivenciamos no Brasil todo esse movimento. Então, vivemos sempre tentando explicar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Existem Estados que não adotam.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Alguns, mas a grande maioria adota. E muitos que dizem que não adotam, se você for lá, vai verificar que adota. Por-

que eu já tive oportunidade de perguntar extrarreuniões, e eles dizem que, quando não dá, eles adotam. Aí fica essa coisa difícil com que nos defrontamos dentro da aplicação da Lei Maria da Penha.

Eu digo em casos de contravenção, eu não estou falando de crimes, porque a Lei Maria da Penha é específica ao dizer que não se aplica o instituto despenalizador para casos de crimes. Eu só estou falando em relação às contravenções porque não existe ainda uma jurisprudência clara e pacífica no sentido de que também nas contravenções não se deva aplicar.

Então, para crimes e lesão – no caso lesão corporal, ameaças e outros – ,não há a aplicação dos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099.

Faço essa reparação porque eu comecei o meu diálogo dando a entender erroneamente. Então, estou fazendo esse esclarecimento para as coisas ficarem mais brandas até no entendimento.

Em relação a quantas promotorias de mulheres existem no Estado, existiam três, somos três. Recentemente foi criada, acompanhando a criação do segundo Juizado da Mulher, em Goiânia, já tínhamos em Luziânia e a minha promotoria. Temos apenas três. Por que não se cria mais? Por questão de limitação orçamentária mesmo, mas nós estamos nesse processo de discussão de que devemos criar as promotorias, e o Judiciário, se quiser, que vá a reboque, porque, muitas das vezes, ficamos atrelados mesmo à criação por lei, vinda do Judiciário.

Mas estou fazendo um estudo no sentido de que possamos criar as promotorias, independentemente desse atrelamento, como aconteceu em várias promotorias criadas na região do Entorno, onde só depois foram implementadas as varas para acompanhar.

Sobre a capacitação permanente dos promotores de justiça, temos realizado encontros – foram dois este ano, o último foi em 9 de novembro, um seminário multidisciplinar aberto não só aos membros e servidores, como à comunidade. Aliás, nós fizemos dois neste mês de novembro trazendo a Secretária Municipal de Saúde, tratando da questão das notificações.

Essa questão da fiscalização dos estabelecimentos prisionais, como não faz parte da comarca de Goiânia e ela está afeta a uma atribuição da promotoria de execução, eu vou deixar para que meu colega possa responder via procurador. Mas eu sei que o Dr. Aroldo tem acompanhado, juntamente com a promotora de Aparecida de Goiânia – porque é lá que se localiza – essa situação.

Em relação à delegacia de Goiânia, eu entrei com uma ação pedindo, junto à corregedoria dos presídios a interdição da Deam no seguinte aspecto: nas celas cabem quatro pessoas; são duas celas em que cabem

quatro. Havia vinte e três em cada uma. Então, enquanto uns dormiam, outros ficavam em pé. Havia esse revezamento, e a situação era desumana. Se temos que ter um olhar para a mulher que está em situação de violência, temos que preocupar com o agressor também, porque, quando ele sai de lá, ou ele vai arrumar uma nova companheira, ou ele retorna ao lar daquela a quem ele causou alguma violência.

Então, nós conseguimos uma interdição parcial. Lá, agora, só ficam seis em cada cela. Fizeram uma inspeção judicial, e realmente foi verificada a situação desumana.

No tráfico de mulheres, nós estamos participando do comitê, que antes era dentro da sede do Ministério Público, mas a questão da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas diz que essa diretriz é de Estado, então, foi devolvida à Semira para tomar as providências. Portanto, nessa parte, é o meu colega do Centro Operacional de Direitos Humanos que participa mais diretamente das ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres, e aí depois eu peço que ele responda a essa questão.

Na questão de exigência de testemunhas para concessão de medidas protetivas, o que eu andei apurando, era em relação ao aspecto... Pelo menos em termos de Goiânia, nós não temos essa exigência, a não ser quando a informação é bastante superficial, no caso de contravenção, um empurrão, um puxão de cabelo, e aí ela chega dizendo que quer medida protetiva e afastamento dele. Então, como fica muito superficial, a gente... Quando, e raríssimas vezes, chegou um pedido para que pudéssemos localizar testemunha acerca disso... Mas não é uma metodologia aqui em Goiânia, isso eu posso dizer com segurança. E também quando a Deam ficou em greve por mais de 90 dias, em duas ocasiões, nossa Promotoria ficou aberta à comunidade, e todas as medidas protetivas que nós requeremos ao Judiciário, apenas com o depoimento da mulher, foram, todas, prontamente deferidas.

Quanto à informação da equipe multidisciplinar, antes do juizado que estava numa região afastada, não digo afastada, mas quase considerada periférica, que é no Derco, depois de Campinas, região de Capuava, o juizado mudou para o juizado criminal, aliás, o fórum criminal. Lá, essa equipe multidisciplinar, que existia diretamente com o juizado, passou a integrar o Savid, que é esse Serviço de Atendimento...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– O que é o Savid?

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Savid é Serviço de Atendimento às Vítimas... Algo assim, porque nunca consigo memorizar, Deputada. Sei que existe o Savid, há também a Justiça Terapêutica, e lá

algumas dúvidas que necessitamos são encaminhadas para essa equipe, que atende diretamente os pedidos do Juizado da Mulher, tanto do primeiro quanto do segundo.

Essa sala de depoimento sem dano é muito voltada para as crianças que estão em situação de... que sofreram abuso sexual, inclusive existe uma determinação do Conselho Nacional de Psicólogos, numa resolução, eu acho, no sentido de que não existam mais essas salas. E a Copevid tem trabalhado, através da Dr^a Veleda, que é a Procuradora do Rio Grande do Sul, para que essas salas sejam mantidas, porque isso minimiza a situação de sofrimento dessa criança e evita-se a violência institucionalizada. Então, é só para esclarecer bem.

Se a vítima... Na minha Promotoria, nunca houve um pedido desse, mas se houver, se ela não quiser fazer o depoimento dela na frente das pessoas ali, e nem lá dentro do juizado, se assim for detectado, pode-se usar essa sala, ela está disponibilizada, mas ela foi criada nesse movimento; a origem dela, se eu não estiver enganada, foi fruto de experiência feita no Rio Grande do Sul, que depois foi apoiada por vários Tribunais de Justiça. É uma pena que haja essa resolução dizendo que não se deve utilizar essa sala, enfim. É uma luta que vamos ter que travar no sentido de ela ser mantida, porque essa resolução... Muito psicólogos têm dificuldade de aderir a essa proposta, exatamente porque existe essa resolução, que a Dr^a Veleda, do Rio Grande do Sul, expôs muito bem, para nós, na antepenúltima Copevid – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, essa reunião que nós fizemos. Aquela Comissão faz parte do Grupo Nacional de Direitos Humanos, que é composta somente por membros do Ministério Público.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu passo a palavra, novamente, para a Deputada Marina, para algumas questões, mas depois, quando a senhora for falar, esclareça a resolução do Conselho Nacional de Psicologia que foi repassada para os procuradores.

Com a palavra a Deputada Marina, depois a Senadora Ana Rita, e a devolvemos para a senhora.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Dr^a Rúbian, até com base no que a senhora acabou de mencionar, qual a orientação da Corregedoria em relação à aplicação desses institutos despenalizantes? Quais institutos despenalizantes são aplicados? E também há conhecimento dos enunciados do Copevid, cujo primeiro é exatamente sobre a não aplicação da suspensão condicional do processo?

Esses enunciados – aqui apenas para reiterar o rumo da pergunta – são aprovados pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e por isso deveria ser orientada aos promotores a não aplicação. Então, o comentário da senhora.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Rúbian, antes vamos passar para a nossa Relatora, para que a senhora, então, retome a palavra.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Na verdade, não ficou muito claro para nós, doutora. Então, o que eu quero saber é o seguinte: com relação à equipe multidisciplinar prevista na Lei Maria da Penha, se ela de fato existe na vara, que é para atender não só criança, mas também as mulheres; para atender de modo especial as mulheres. Existe ou não existe?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Dr^a Rúbian.

A SR^a RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Ela existe, só que está absorvida dentro do sistema de atendimento também às outras demandas. Ela foi absorvida. Quando mudamos para o foro criminal, aí ela passou a fazer parte... Mas ela sempre atende prioritariamente aos pedidos que vêm do juizado. Então, para ficar somente... É porque nesse foro criminal há todas as varas criminais.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Então ela não existe especificamente para atender às mulheres em situação de violência.

A SR^a RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Ela atende outros pedidos também.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Atende outros pedidos.

A SR^a RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Antigamente, ela era específica dentro do juizado que ficava lá no Derby. Quando mudou para o foro criminal, ela foi absorvida dentro da nova sistemática que eles estabeleceram lá. E o que eu quero ponderar é que seria o ideal que tivesse só para o atendimento ao juizado, porque nós chegamos a ter informações de algumas medidas protetivas que estavam demorando alguns meses para serem deferidas. Aí, eu pedi que mandassem tudo para nós e veio a informação de que os pedidos eram inúmeros e havia dificuldade de veículo, etc. O que eu fiz? Utilizei minha equipe e a nossa equipe, então, fez contato com todas as mulheres para saber como estava a situação e demos uma saneada.

Eu acho que seria realmente uma recomendação interessante que o tribunal se atente em manter essa equipe exclusivamente para o atendimento desses pedidos nossos de avaliação das medidas protetivas. E também de atendimento à mulher em outras situações.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr^a Rúbian, eu aproveito e a senhora informa também.

Nós estamos com certo impasse e acho que seria bom ficar muito claro. Na opinião da senhora, a exigência de testemunha é feita pelo Poder Judiciário nos casos em que são lesões corporais leves ou ameaças em que não há incondicionalidade. Com essa orientação a senhora concordaria? Então, é parte dessas perguntas todas, para que a senhora possa seguir todas.

Apenas porque é muito importante para nós uma sintonia absoluta entre a... Um padrão de atitude e de conduta das delegacias especializadas, do Ministério Público e do Poder Judiciário em relação às medidas protetivas. Se não há um padrão claro, normativo que garanta essa subjetividade na interpretação, que vai exigir de algumas e que não vai exigir de outras, deixa a lei à mercê dos momentos do agente público.

Tem a palavra a Dr^a Rúbian.

A SR^a RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Eu acho bastante louvável a preocupação da senhora, mas eu devo dizer que não é nem minha, porque eu sou muito aguerrida nessa questão de não aplicação da Lei nº 9.099, bem como dessa exigência máxima que estão falando aí. Eu não sei, eu nunca conversei com o promotor ou com a promotora de Novo Gama para saber sob que base está vindo essa exigência. Mas, não é orientação do Ministério Público, muito menos não tem apoio nenhuma da Procuradoria-Geral da Justiça, nem da Corregedoria nesse sentido. Nós sabemos que se a mulher pede medidas protetivas elas têm de ser deferidas imediatamente. Não se pede por livre alvedrio. Não é assim. Ela está pedindo porque realmente necessita. E a nossa instituição tem sido bastante consciente nesse aspecto. Ter-se-ia de observar em quais casos ou em quais situações que se tem requerido isso. Eu posso responder pela minha Promotoria, e a colega de Luziânia também pode responder pela dela, mas...

A SR^a ANA RITA (PT – ES. *Fora do microfone.*) – A Delegada de Luziânia nos disse a mesma coisa.

A SR^a MARINA MELLO – O que eu acho... Posso falar?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um momento.

Eu pediria, então, que a senhora viesse aqui, como parte do depoimento do Ministério Público. Mas, antes, eu passaria a palavra à Senadora Ana Rita, que quer colocar uma questão sobre esse problema para torná-lo mais claro. Depois a Dr^a Rúbian pode retomar as respostas.

A senhora se identifica, mas, antes, deixe a Senadora Ana Rita colocar as questões.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É só para ficar bastante claro com relação a essa questão de testemunhas. Se, porventura, a mulher chegar para fazer o registro da sua queixa e não tiver testemunha, ela não

será atendida? Desculpe-me, a medida protetiva não será concedida se não tiver testemunha. Se ela não apresentou testemunha, houve a requisição da medida protetiva, mas ela não foi acompanhada de uma testemunha quando ela fez a queixa, essa medida protetiva será negada ou será garantida?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Dr^a Marina Mello, Procuradora de Luziânia.

A SR^a MARINA MELLO – Eu sou Promotora Titular da única Promotoria Especializada em violência doméstica do interior de Goiás.

Eu vou aqui fazer uma consideração baseada em uma experiência que eu vivencio e que já vivenciei. Eu fui titular de uma promotoria criminal em Luziânia. Luziânia é uma das comarcas mais violentas, com alto índice de criminalidade e com uma situação que é mais peculiar, porque, nós, os habitantes da região, têm como referência toda uma estrutura de Goiás, em tese, deficiente, e toda uma estrutura do Distrito Federal que trabalha de uma forma muito mais organizada, afinal, nós sabemos que ali não é o Governo do Estado, mas é o Governo Federal, pois o Poder Judiciário e o Ministério Público são federais.

Então, eu falo isso porque, assim, as vítimas que nos procuram, e que me procuram na promotoria especializada sabem muito de violência doméstica e utilizam muito as referências do Distrito Federal. Então, elas querem casa abrigo, porque sabem que em Brasília há, querem o centro de referência porque em Brasília há. E eu trabalhei em uma promotoria em que eu também atuava em todos os outros crimes comuns junto com violência doméstica. Então, se a senhora me perguntar se já ofereci suspensão condicional do processo, digo que sim, porque, senão, no meio de uma infinidade de roubos, estupros, latrocínios e homicídios, os de violência doméstica iriam prescrever.

Bom, fui para a minha Promotoria Especializada, estudei, participei, e hoje não ofereço mais suspensão condicional do processo, acho que é uma questão ideológica. Mas não vou atacar quem está fazendo, porque acho que deve ter suas razões; mas eu não faço mais. Só quero dizer isso.

Acho também o seguinte: no início da aplicação da lei, é fato que houve uma resistência a ela. É fato, também, que a dificuldade de se colocar violência doméstica em uma vara criminal comum, infelizmente não especializada, faz com que os operadores vejam de uma outra forma. É ruim. E eu falo porque mudei minha posição depois que fui para uma Promotoria Especializada.

Acho que, no início dessa aplicação da lei, exigia-se testemunha, talvez até com um cuidado a mais,

porque afinal você vai impedir a pessoa de chegar perto da outra. Até hoje escutamos esse tipo de situação. Vai afastar a pessoa do lar, o agressor. Só que eu acho que, com o passar do tempo, essa lei foi muito bem aprendida e conhecida, acho que não existe como mudá-la. Acho que ela veio mesmo para ficar e acho que podemos, talvez, aprimorar em algumas coisas, mas, para mim, ela é fantástica; não é à toa que atuo com ela.

Mas acho que faltou, talvez, um pouquinho de sensibilidade e o que falo, por mim, hoje, é que nenhum pleito de medida protetiva foi indeferido. Eu, com três greves que tiveram na Polícia Civil, fiz muitas medidas protetivas. Há medidas protetivas em que não coloco testemunha, até porque não tem. Quando tem, eu até falo: a senhora tem alguma testemunha? Ninguém vai ser ouvido, só vou indicar aqui. E aí acaba que acontece. Nunca tive, então acho que pode ter acontecido isso.

Faço um pedido todo especial ao Poder Judiciário, se o senhor me permite, para dizer que acho que Luziânia já comporta uma Vara Especializada de Violência Doméstica, até porque estive com a Secretária Gláucia, em Brasília, na Secretaria de Políticas de Mulheres, e a Aparecida Gonçalves, que é a Secretária-Executiva, nos disse que as políticas públicas – uma casa de acolhimento ou uma casa abrigo – não serão instituídas em cidades que não tiverem uma mínima estrutura de organismos: Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacia de Atendimento à Mulher. Isso foi uma recomendação do TCU. Então, fico pensando que estou trabalhando na esperança do juizado ser criado e acho que é isso que vai fazer melhorar. Diminuir. Acabar com a violência doméstica, acho que só daqui a muitos anos, por ser uma questão cultural que todo mundo já sabe.

Era isso que queria colocar e dizer dessa realidade do entorno.

Só para terminar, acho que a Promotoria de Luziânia instaurou um procedimento, um inquérito civil público, para averiguar as políticas públicas. A Promotoria é em Luziânia, eu atendo Luziânia, mas acontece que, em política pública, se tiver uma casa abrigo em Luziânia, ela não vai ser política pública para o Município de Luziânia, mas sim para a região do entorno. Então, acabei tomando essas outras, fazendo isso também. Acho que me cabe, sou Promotora de Justiça e não vou me furtar a isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Agradecemos à Drª Marina Mello.

Antes de a Drª Rúbian responder às demais perguntas, a Senadora Ana Rita quer encaminhar as considerações.

Agradeço à Promotora de Justiça, a quem chamei de Procuradora, mas que, com certeza, tem toda uma perspectiva futura, quem sabe, de se transformar.

A SRª MARINA MELLO – Há mais de 70 na frente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Senadora Ana Rita vai encaminhar as considerações sobre este tema, e a Drª Rúbian retomar as respostas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Veja bem, o Supremo Tribunal já decidiu a não aplicação de qualquer instituto despenalizador, no caso da Lei nº 9.099. A situação em Goiás para nós não está clara, na fala de vocês não está clara. O que a CPMI vai fazer? A CPMI vai requerer ao Conselho Nacional de Justiça que faça uma investigação, aqui, para saber como o Estado de Goiás está se comportando com relação a isso. Vamos fazer esse encaminhamento, porque não está claro na fala de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Marina Melo, para retornar a palavra.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Presidenta, por último, quero fazer uma solicitação só para concluir a minha fala. Por último, doutora, vamos solicitar à senhora, então, com relação ao inquérito civil público em Luziânia, que a senhora encaminhe também cópia para a CPMI.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – A senhora pode responder rapidamente, porque ultrapassamos 10 minutos o tempo do Ministério Público, um pouquinho mais aqui, para que seja registrado na audiência. Pode vir um pouco mais para cá.

A SRª MARINA MELLO – Não, eu só queria dizer, Senadora Ana Rita, que existe autonomia funcional do Promotor de Justiça e aí ...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Autonomia tem limite.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A palavra está com a Drª Marina e depois volta para a Senadora.

A SRª MARINA MELLO – Depois dessa decisão, eu não ofereço, mas não posso entrar, acho que já seria uma situação que não me cabe responder de como vai agir.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Então por que está falando?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pode completar. Vamos só escutar a palavra...

A senhora completou, Drª Marina Mello?

Vamos fazer o seguinte: a Drª Marina Mello terminou, nossa promotora. Então, vamos, Drª Rúbian, passar a palavra para a Deputada Marina, que quer fazer um comentário, depois a Senadora Ana Rita, e

depois a senhora retoma todas as palavras para que possamos escutar a Defensoria Pública.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Estamos tendo, Srª Presidenta, uma dificuldade aqui, porque, na verdade, chamamos o Ministério Público de Goiás, porque as perguntas não são dirigidas à comarca de Luziânia ou à comarca de Goiânia ou a um núcleo especializado. CPMI trata desse modo. Queremos saber a condição, a posição do Ministério Público de Goiás. Caso contrário, teríamos que interrogar cada promotor, cada membro do Ministério Público, e isso não é possível.

Então, quero reiterar isso, não é pessoal, não é dirigido a uma pessoa ou à outra, a uma comarca ou à outra. A posição do Ministério Público sobre esses itens é fundamental para nós, porque é diferente inclusive do que a Drª Marina Mello acaba de dizer: a delegada de polícia de Luziânia nos disse o contrário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos concluir.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Gostaria de fazer essa ponderação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Deputada Marina vai concluir as suas observações, e vamos passar a palavra para a Drª Rúbian. Como não está sendo personalizada a questão, retomaremos a palavra, concluída a Deputada Marina, para a Drª Rúbian fazer o fecho geral e depois a Senadora vai fazer seus encaminhamentos.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Perfeitamente. Acho que o que foi dito aqui é bastante aproveitável, porque diz respeito a pessoas que têm responsabilidades muito importantes no Ministério Público. Agora, a pergunta se dirige à Procuradoria. Qual a posição da Procuradoria se está sendo adotado ou não esse mecanismo conjunto do Estado ou em parte do Estado com a aceitação, a orientação ou a convivência, uma vez que nós entendemos que há ilegalidade nesses procedimentos que nós estamos questionando. Nós não sabemos se há ou não; nós estamos questionando.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rúbian, para as suas considerações, e aí o há encaminhamento. A resposta a essas questões aí e a essa porque já vamos passar para os encaminhamentos.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Bom, é porque nós nos misturamos, né! *(Risos.)*

Em termos de Ministério Público, o que tenho a dizer, em termos de orientação da nossa Instituição, não é pela aplicação de institutos despenalizadores,

mesmo porque já há decisão pacífica do Supremo Tribunal Federal nesse sentido: Não é para aplicar a suspensão condicional do processo e ponto. E a orientação do Centro Operacional de Apoio Criminal reforça isso. O Dr. Bernardo Boclin, que não se faz presente, mas é quem passa as recomendações e orientações, é bastante, vamos dizer assim, enérgico nesse aspecto de nós respeitarmos a decisão jurisprudencial, mesmo porque ela é vinculante.

Então o que tenho a dizer é isso. Nós, do Ministério Público do Estado de Goiás, no caso a Procuradoria-Geral da Justiça, não coaduna com nenhuma orientação diversa a que não seja a da não aplicação dos institutos despenalizadores da Lei 9.099, tanto é que os enunciados da Copevid são passados em primeiríssima mão para os colegas, porque, assim eu chego da Copevid, já encaminho o enunciado para o Centro Operacional Criminal, e além do que ele está presente no *site*, basta qualquer um ir lá e pesquisar. Então nós não temos nenhuma convivência nesse sentido.

Quais... Deixe-me ver o que mais. Acho que lhe respondi tudo, não? Dos enunciados, os aprovados são do conhecimento nosso e são encaminhados aos promotores...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos

Pode concluir.

E a Deputada Marina vai fazer as suas considerações sobre as questões que ainda estão pendentes; e a Senadora Ana Rita, para nós caminharmos.

Mas a senhora ainda dispõe de até 4 minutos para fazer as considerações finais.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – A Corregedoria não foi suscitada a se manifestar, mas nós podemos provocá-la. Eu posso fazer o encaminhamento ao Coordenador de Apoio, o CAO Criminal, e também posso provocar isso dizendo, como resultado do nosso encontro, para que ele encaminhe, a Corregedoria encaminhe, então, essa orientação aos colegas de todas as comarcas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar os encaminhamentos da Senadora Ana Rita, nós vamos passar para suas considerações, mas, desde já, agradecemos à Drª Rúbian, à Drª Marina Mello. O debate terminou contaminando o Poder Judiciário e o Ministério Público. São questões que vamos poder depois apreciar melhor. Mas agradecemos a presença, as preocupações.

E, agora, para seus encaminhamentos de providências, a Senadora Ana Rita, Relatora, para informar quais as providências que a CPMI...

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Só quebrando um pouquinho o protocolo, quero fazer tam-

bém um pedido ao Judiciário: que crie um juizado em Aparecida de Goiânia, porque nós, aqui em Goiânia, temos o nosso juizado, fazemos um trabalho aguerrido no respeito à lei, mas, quando chega a Aparecida de Goiânia, já foi mencionado aqui anteriormente, dilui, e aí cada juiz tem uma posição. E fica, então, essa situação bastante caótica.

E Aparecida de Goiânia se divide por uma rua, uma ilha. Você passa para lá, você está em Aparecida, você volta para trás três passos está em Goiânia.

Então, eu gostaria que, no caso a CPMI, ensejas-se junto ao Judiciário do Estado de Goiás nesse sentido em relação à Aparecida de Goiânia, Luziânia, que está precisando, e nós tentamos realizar um bom trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rúbian, nós agradecemos.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Quero entregar aqui. Eu entrego depois?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Depois.

Com a palavra, para os seus encaminhamentos, a Senadora Ana Rita.

E depois receberemos.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Drª Rúbian, essa só para que essa provocação que a senhora vai fazer à Corregedoria seja encaminhada também para a CPMI, assim como as demais documentações que foram citadas anteriormente.

E, com relação à solicitação que a senhora faz, com certeza a CPMI vai fazer esse encaminhamento no sentido de solicitar a criação dessa vara na cidade de Aparecida.

A SRª RÚBIAN CORRÊA COUTINHO – Em Luziânia também.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos receber agora o documento, lembrando ao Dr. Donizete – vamos, podemos levantar – que já estamos com uma demanda de mais dois juizados a serem encaminhados, dada a dimensão do problema que há em Goiânia.

Nós agradecemos ao Ministério Público, que vai ter que encaminhar grandes desafios e soluções, descontaminando as responsabilidades das duas estruturas.

Chamamos agora o Dr. Alaor Arantes da Silva, Defensor Público, agradecendo, desde já, a atenção do senhor porque sei que as circunstâncias na qual o senhor se fez presente agora foram circunstâncias, Senadora, absolutamente emergenciais, e ele acabou de ser informado que viria aqui. Então, vamos levar em consideração, no caso da sua presença e do seu depoimento, as circunstâncias.

Solicitamos que o senhor venha aqui para que possa escutar, da parte da nossa Senadora, os questionamentos relativos à Defensoria Pública.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Alaor, eu não me lembro se o senhor estava aqui no início quando formulamos duas perguntas...

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Não.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Ainda não estava. Então, vou repetir. São duas perguntas. Ele ainda não...

Recebeu.

Além dessas perguntas, há duas perguntas que são mais gerais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Há também.

Gostaríamos que o senhor respondesse o que a Defensoria Pública está fazendo, individual ou conjuntamente, com os outros órgãos, no sentido de diminuir a letalidade contra as mulheres e demais violências contra as mulheres. E também qual o orçamento para as ações específicas da Defensoria Pública para o enfrentamento às violências contra as mulheres, o orçamento de 2012 e o que está previsto para 2013.

Se o senhor tiver as informações aqui hoje, gostaríamos que o senhor nos passasse. Se não tiver, vamos dar um prazo para que o senhor possa encaminhar.

As perguntas que gostaríamos também de fazer: quantas Defensorias da Mulher existem no Estado? Como a Defensoria age em relação às exigências feitas pelo Judiciário para a concessão de medidas protetivas? A Defensoria recorre dessas decisões? Como a Defensoria atua na proteção dos direitos das mulheres em situação de prisão?

Fomos informadas que há mulheres cumprindo prisão provisória em excesso. Pergunto: há defensor público especialmente designado para atender essas mulheres? Como estão atuando nesses casos?

Eu acrescentaria ainda outra pergunta: há defensores públicos destinados a atender também os agressores? E se há também defensor público atuando nos juizados? Com certeza, para atender as mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – São essas questões, Senadora?

A Deputada Marina também quer encaminhar alguma questão?

Com a palavra o Dr. Alaor Arantes, Defensor Público representando o Dr. João Paulo Brzezinski...

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Não é mais ele.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não é mais.

Nós estamos com um novo Defensor Público, o Dr. Brzezinski foi deslocado para outra função.

Com a palavra o Dr. Alaor Arantes.

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Boa tarde.

Peço desculpas por ter chegado depois do horário até porque só tomei conhecimento, em função de outras atividades que exercemos, exatamente às 16h30 da necessidade de nossa presença aqui.

Algumas informações, talvez eu não possa prestar com a precisão que o caso exige. Eu peço também desculpas por isso.

Vamos aos questionamentos. Sobre o orçamento, gostaria de, inicialmente, dizer que, em princípio, a Defensoria Pública no Estado de Goiás está em fase de organização. Não está uma Defensoria Pública plenamente implantada, e existem muitos improvisos que, à medida do possível, estão sendo resolvidos.

Aproveitamos para lamentar muito a saída do Dr. João Paulo Brzezinski, que vinha conduzindo com mãos formidáveis a Defensoria Pública, mas por motivos alheios à nossa vontade e à dele, ele teve que se ausentar.

Quanto ao orçamento, eu fico de encaminhar a V. Ex^a, no momento oportuno, o mais breve possível, porque não disponho desses dados, seria humanamente impossível dentro do prazo que me foi dado.

Só reafirmando, com relação à Defensoria Pública, que ela vem ainda se estruturando no Estado de Goiás. É bom que todos saibam que a Defensoria Pública tem um determinado parâmetro de atendimento ao público.

Não atendemos ao público de uma maneira geral. São pessoas ou famílias com renda de no máximo 3 salários mínimos, portanto atendemos as pessoas realmente necessitadas da Justiça. Fica claro, não atendemos a todas as pessoas. São pessoas com renda familiar até 3 salários mínimos, inclusive acompanhando o que acontece nacionalmente. As defensorias públicas do Brasil estão dentro desse parâmetro.

Com relação a quantas defensorias públicas da mulher existem no Estado. Na realidade, não temos defensoria pública da mulher específica no Estado. É generalizado.

A Defensoria Pública do Estado de Goiás estabeleceu alguns convênios, inclusive aquele em que eu atuo mais diretamente, na Secretaria da Mulher, no Centro de Referência da Igualdade, no Estado, e atendemos a todas as demandas jurídicas que são necessárias, dentro desse público estabelecido de até 3 salários mínimos. Evidentemente, existem algumas exceções, que são administradas. Mas a realidade é dentro desse número.

O número de atendimentos, graças a Deus, é muito alto. Eu disse graças a Deus, porque consegui-

mos atender. Infelizmente, é muito alto, porque são muitas ocorrências. Na Delegacia da Mulher existe um número de em torno de 120 atendimentos em média com soluções jurídicas.

Já acrescento a pergunta da Ex^{ma} Sr^a Senadora: se alguém defende também o agressor. Por incrível que pareça, o número de agressores atendido tem sido maior do que o de vítimas. Tem sido bem maior a defesa do agressor do que a da vítima, porque quando chega à Defensoria Pública, já está com medida protetiva. Eles procuram medida protetiva através da Delegacia da Mulher, e chega para a Defensoria Pública já o fato instalado.

Normalmente, a mulher já está na Delegacia da Mulher, protegida. O que acontece em seguida? A demanda passa para nós, no Crei, que vamos cuidar das questões de família, de divórcio, de pensão, dos casos afetos ao caso da prejudicada. Normalmente, depois da agressão, vem a separação, vem divórcio, vêm questões financeiras de pensão alimentícia, inclusive é o caso de que cuido especificamente. Esse também tem tido um grau de atendimento num nível muito bom de soluções, um número muito alto de atendimentos. Chegamos à média de 150 a 200 atendimentos/mês só no Crei.

Eu me perdi um pouco na relação das perguntas, porque foram tantas. Quanto à quantidade de defensorias públicas que existem no Estado, eu creio que, especificamente, também é um dado que eu prometo enviar posteriormente, com precisão, mas posso adiantar que não temos defensoria pública especializada. A Defensoria Pública generaliza o atendimento, atende todos os casos, não só a violência contra a mulher. Às vezes atendemos casos em que não existe violência. Eu diria: qual violência? Bem, violência financeira. Se se vir por esse ângulo, atendemos todas as violências.

Com relação às exigências feitas pelo Judiciário para concessão de medidas protetivas. A Defensoria Pública atua no sentido do cumprimento mais estrito da lei. Não temos tido dificuldade com o Judiciário nesse sentido. As medidas protetivas, até onde eu conheço, têm sido atendidas, têm sido deferidas prontamente. Tanto que a atuação da Defensoria Pública frente ao Judiciário para concessão das medidas protetivas tem sido quase nula, porque têm sido todas atendidas, no meu ver. Não temos muito caso nesse sentido para relatar.

Recorrer de decisões, não conheço nenhum caso. Mas a Defensoria está pronta e preparada para recorrer de qualquer decisão que julgar injusta, e com pessoas competentes e preparadas.

Inclusive, quero adiantar a V. Ex^{as}, Srs. Senadores e Sr^a Presidente, que foi criada recentemente

a Central de Flagrantes, um passo importantíssimo da Defensoria Pública, que funciona 24 horas, ininterruptamente. O plantão com um defensor público à disposição, exatamente para evitar essas questões aberrantes, essas questões gritantes de agressões que, às vezes, ocorrem normalmente fora de horário, às madrugadas, nas noites.

A grande preocupação do então Defensor-Geral Dr. João Paulo Brzerzinski no sentido de criar a Central de Flagrantes, que, volto a afirmar, foi um passo muito grande para proteger essas mulheres, para evitar, exatamente, a próxima pergunta.

Qual a Defensoria na proteção dos direitos das mulheres em situação de prisão? Há um defensor público na delegacia, para atender em caso de prisão, com plantão de 24 horas.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Em que delegacia?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Em todos os juizados.

O plantão funciona por telefone. Nós somos chamados a qualquer momento, em qualquer delegacia, não só especializada. Não vamos pensar que existe violência contra a mulher e vai procurar sempre a Delegacia da Mulher. Às vezes, vão para outras delegacias com casos que afetam a violência da mulher. Esse plantão funciona e tem funcionando muito bem, posso garantir para as senhoras. Por 24 horas há um defensor de plantão. Não que ele esteja lá presente, mas ele está disponível, ligado pelos meios modernos de comunicação. De forma que, momentos seguintes, ele está na delegacia atendendo essa emergência.

Quanto à informação de que há mulheres cumprindo prisão provisória em excesso, no Judiciário brasileiro, desculpe-me, mas me parece um problema um pouco generalizado. Não é só com mulher.

Agora, sempre que convocado, independente da situação financeira – aí onde eu disse que se abrem os parêntesis, abrem-se os precedentes, abrem-se as exceções – a Defensoria Pública tem atendido imediatamente, no sentido de evitar que alguém fique preso injustamente por mais tempo necessário.

Gostaria até de aproveitar a oportunidade para agradecer o Judiciário, que tem nos atendido de maneira excelente, tanto por parte do Ministério Público quanto por parte dos magistrados. Temos conseguido que nossas petições sejam despachadas num tempo que faça com que minimize a dor dessas pessoas que a Defensoria atende. Sempre são pessoas que realmente são pobres, não têm a quem recorrer. Então, a grande preocupação da Defensoria Pública: esse pessoal não pode ficar à mercê de um Judiciário demorado, de ações que delongam determinado tempo. E dizer, de público, que temos tido um respaldo muito grande por

parte do Judiciário, que tem facilitado muito o nosso trabalho, no sentido de proteger essas pessoas que, porventura, sejam presas. Afirmo para as senhoras e os senhores que não são muitos os casos.

Enfim, como temos atendido nesse caso? Eu acabei de explicar. Mediante a solicitação, porque não temos uma fonte de informação. Olha, tem uma mulher presa agora ou com mais tempo. Não temos a informação de pronto. Precisa que seja provocada a Defensoria Pública. Só que quando provocada está sendo atendida, inclusive pelo sistema de plantão que foi instalado, há quase 2 meses, mas já está bem estruturado, já está funcionando.

A Defensoria Pública, no momento, atravessa essa fase de transição. Está respondendo pela Defensoria Geral um Procurador de Justiça do Estado, o Dr. Tocantins. Desculpem, mas não sou capaz de falar o nome dele completo agora. Perdoem, não é uma falta de respeito; mas é por que a correria nos leva, às vezes, a faltar.

Então, estamos numa fase de transição e temos, no momento, alguma insegurança quanto aos normativos, quanto aos segmentos. Posso afirmar, no entanto, que não houve interrupção de nenhuma atividade em função dessa fase de transição.

Espero ter respondido tudo, apesar de brevemente. Volto a reforçar aqui que estou muito no improviso, até um desafio para mim, porque, realmente, acho que a pessoa que deveria estar aqui não seria eu, mas, por questão de excesso de trabalho e porque todo mundo está correndo atrás de organizar alguma coisa e fazer algum trabalho, sobrou para mim que cheguei aqui de improviso.

Eu me coloco à disposição da Srª Presidente, das Srªs Senadoras e das Srªs Deputadas para algum outro questionamento porque eu não sei se me perdi nas respostas. Se fiquei devendo alguma, por gentileza...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCcoB – MG) – Nós vamos passar a palavra para a Senadora, mas, Dr. Alaor, nós fazemos questão de registrar que reconhecemos o grande esforço que o senhor fez para comparecer, mesmo tendo sido avisado poucos minutos antes de vir. Esse é um reconhecimento que gostaríamos que todas as autoridades tivessem, em que pesem as dificuldades objetivas da impossibilidade de dar respostas.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para fazer seus questionamentos e as considerações, registrando que está entre nós a Profª Lúcia Rincón, que é do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, União brasileira de Mulheres, com quem partilhei durante 20 anos todas as lutas das mulheres.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Dr. Alaor, quando foi criada a Defensoria Pública?

Quantos defensores e defensoras a Defensoria tem?

Esses defensores foram capacitados? É feita a capacitação dos defensores?

Os defensores que atuam com o agressor – o senhor disse que boa parte do atendimento é justamente ao agressor – são os mesmos que atendem a mulher, ou não?

Em algumas Defensorias Públicas existe o Núcleo de Defesa da Mulher. Aqui também existe?

Conforme informado pela Defensoria – nós solicitamos algumas informações previamente –, aqui não existe o controle estatístico e específico para cada tipo de atendimento.

Há previsão para melhorar a produção de dados específicos?

O senhor poderia informar se isso é feito hoje? Como é feito hoje?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Alaor.

O senhor quer que ela retome?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Pode repetir a primeira pergunta, por gentileza?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quando foi criada a Defensoria Pública? Quantos defensores ela tem?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – A Defensoria Pública foi criada, na realidade – esqueci o número da lei que a criou –, na realidade, em 2005. No entanto, a implantação real da Defensoria Pública no Estado de Goiás, por esforço do Executivo, foi iniciada no ano passado, em 2011.

Acontece que a Defensoria Pública foi instalada de uma maneira um pouco diferente do que deveria ser porque, quando se criou a Defensoria Pública... Há um artigo que determina... Não tenho a lei aqui até em virtude do imprevisto – eu deveria estar mais preparado, se soubesse antes.

Para ser o Defensor-Geral teria de ter optado pela carreira de Defensor antes de 1988 e algumas pessoas optaram, fizeram concurso. São Defensores por opção, antes da Constituição de 1988.

Como se fez o concurso e houve um turbilhão de recursos contra esse concurso, inviabilizou o funcionamento da Defensoria Pública no Estado de Goiás. Em virtude de uma decisão do Governador vai funcionar de qualquer maneira.

Então, eu mesmo sou comissionado. Sou aposentado do Banco do Brasil e sou comissionado na Defensoria Pública. Surgiu toda essa celeuma que levou a Defensoria a essa fase de transição. No entanto, o número preciso também é uma informação que vou

passar posteriormente para a CPMI, se V.Exª me permite. Mas posso adiantar que há um grande número de defensores que pertencem à Procuradoria de Justiça do Estado, a PAJ – Procuradoria de Assistência Judiciária, e foram contratados mais... Não posso precisar. Hoje, creio que somos em torno de 80 Defensores. Vale ressaltar, Excelência, que está em andamento um processo... E aí respondo a muitas perguntas, a muitas curiosidades e até não curiosidades, mas a muitas assertivas... Está se criando... Estava em fase bem adiantada, ainda na gestão do Dr. João Paulo... A Defensoria Pública do Estado de Goiás só funciona em Goiânia, com defensores públicos instalados em todos os juizados e em alguns convênios. No Crei, que é na Semira, um convênio com a Secretaria da Mulher, no Procon e onde atendem o idoso. Mas está em fase bastante adiantada – e não sei se isso foi paralisado, não tenho essa informação, com a saída de Defensor-Geral – a criação de vinte Defensorias Públicas, no Estado de Goiás, no interior, cujas cidades foram previamente selecionadas, de acordo com a necessidade de cada uma. Posso adiantar que Luziânia é uma das cidades que está para ser agraciada com a criação de uma Defensoria Pública. Mas em Goiânia, acredito que são oitenta defensores, não posso precisar o número, mas acredito que sejam oitenta.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A capacitação, Doutor.

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – A capacitação é profissional, pessoal. Não conheço que tenha havido alguma capacitação específica para o cargo de Defensor Público. É apenas a capacitação profissional do advogado que for escolhido mediante currículo, previamente estudado, de acordo com a aptidão de cada advogado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As informações.

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – A terceira pergunta, por gentileza, não tive tempo de anotar. Foi um pouco rápido.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A pergunta é também se tem o núcleo da mulher, a exemplo de outros lugares. Tem o Núcleo da Mulher?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Específico não. É geral.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – O defensor que atende ao agressor também atende à vítima?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Exatamente. É o mesmo defensor, que fica localizado na Delegacia da Mulher, atende ao agressor e à vítima.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – A mesma pessoa?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Não, a mesma pessoa, não. No caso, um ou outro. Normal-

mente, Excelência, a mulher agredida já consegue a medida protetiva de afastamento da pessoa e tal. O passo seguinte é onde entra mais fortemente a Defensoria Pública, que vai resolver as outras questões: a questão do divórcio, da pensão, da guarda. A questão da segurança da mulher, quando chega à Defensoria, já está praticamente resolvida. A medida protetiva já está funcionando quando o caso chega para a gente.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Na verdade, Doutor, olha só! O defensor que atua com o agressor fica impedido de atuar com a vítima.

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Sim, sim. Mas aí...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – A minha pergunta é para saber se aqui se respeita isso. Se o defensor que atua com o agressor só atua com o agressor ou se atende também à vítima, independentemente de ser a vítima dele. Quem atende a agressores só atende a agressores, quem atende às vítimas só atende às vítimas. Você não pode ter um defensor atuando com vítimas e, ao mesmo tempo, atuando com agressores. Aqui tem essa separação?

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Perfeitamente. Fui infeliz na maneira de responder. Atende ao agressor e à vítima, mas por advogados diferentes, sempre por advogados diferentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Exatamente. A Doutora me alertou. Existe a equipe mais especializada em criminal que atende especificamente a esses casos. E...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALAOR ARANTES DA SILVA – Exatamente. Inclusive, em cada juizado há um defensor durante todo o período. V. Ex^a perguntou sobre a capacitação. De acordo com a especialização de cada advogado é que são determinados para o civil, para a família, para a violência, para o criminal. Nunca com o mesmo advogado olhando as duas partes. O único caso, na Defensoria Pública, em que o mesmo advogado atende às duas partes é o caso de homologação de acordo. Aí é perfeitamente factível o mesmo advogado atender as duas partes quando há um acordo.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bem, nós agradecemos, Dr. Alaor, a sua informação sobre o novo Defensor Alexandre Eduardo Felipe Tocantins. Nós registramos a importância do seu gesto de ter comparecido.

Vamos passar a palavra para a Deputada Marina e para a Senadora, para os encaminhamentos que nós devemos fazer ao Defensor Alexandre Eduardo Felipe Tocantins.

Deputada Marina.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Solicitando, então, ao senhor que possa realmente nos enviar esses dados que estão sendo levantados, e o senhor não teve a possibilidade de nos trazer.

Há uma questão que perturba um pouco. Eu gostaria de receber uma informação, posteriormente por escrito à CPI a respeito do fato de o agressor e a vítima chegarem ao mesmo local, ficarem na mesma recepção, para serem atendidos mesmo que por dois membros da mesma equipe.

Eu gostaria de solicitar a informação sobre se isso ocorre ou não. E, se não ocorre, que providências são tomadas, uma vez que deu a impressão de que isso pode ocorrer.

E a outra questão é devida ao atraso do Estado de Goiás na montagem da sua defensoria. A Defensoria, se não me engano, remete a uma lei de 1950, que determina quem deve ser recepcionado pela Defensoria Pública. São todas as pessoas que não têm condições de pagar um advogado particular. Em resumo seria isso.

Há uma enormidade de pessoas do Estado de Goiás que dependem de uma Defensoria Pública, e não havendo... Trabalhar quais são... Eu não sei se foi respondido isso. Então, vou solicitar essa resposta. Não entendi que tivesse sido: qual é o planejamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás para atender a demanda de pessoas que são originalmente objeto do atendimento da Defensoria de um Estado.

Então, chegamos a Estados onde encontramos as Defensorias bem montadas, com lugares diferentes. Imaginem a vítima e o agressor estarem em uma mesma antessala, esperando o seu Defensor. Isso não pode acontecer!

Então, pedi todo o planejamento para que a Defensoria seja de fato montada, organizada, com profissionais de carreira. Que isso seja repassado a nós, porque vamos ficar na expectativa de saber como está funcionando e como ela funcionará, especificamente, no que tange à violência contra a mulher.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra para os seus encaminhamentos a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Eu só quero aqui reforçar que as informações que não foi possível serem repassadas o senhor poderá estar encaminhando à CPMI... Todas as informações.

Se, porventura, tiver dificuldade em relação às questões formuladas aqui, nós repassaremos, depois, por escrito. Eu quero só neste momento agradecer ao Dr. Alaor Arantes por estar aqui.

Lamentamos que quem deveria estar seria o responsável pela Defensoria Pública. Mas, de qualquer modo, agradecemos, a presença do senhor e o seu esforço em repassar as informações.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdOB – MG)

– Nós agradecemos mais uma vez, Dr. Alaor.

Saímos daqui com uma convicção: em primeiro lugar, não existe Defensoria Pública especializada para atender a violência doméstica. Em segundo lugar, há um impasse, vamos dizer, de natureza judicial que só pode ser respondida com uma decisão política.

Eu considero que a decisão da implantação imediata, com base no concurso público da Defensoria, seja o único caminho para se estruturar um Estado que tem uma população bastante pobre e que necessita cada vez mais do Defensor Público.

Quero dizer ao senhor que, em Minas Gerais, nós passamos essa experiência. Existe uma decisão da Ministra Carmem Lúcia acerca dessa situação. Logo, o impasse pode ser resolvido, porque os optantes de antes de 88... E na minha cidade, no meu Estado vivemos uma situação muito grave, até com suicídios de defensores públicos optantes, pela dramaticidade do que foi a estruturação. Lamentavelmente a lei teve que ser cumprida também no Estado do Pará, e eu acredito que a Assembleia Legislativa, as demais instituições devem reforçar o caminho legal que foi, apesar do sofrimento pessoal de tantos que deram a vida para construir a Defensoria no Estado, que não passaram no concurso e foram, portanto, desarticulados. Lá a opção era que o Governador aproveitasse esses profissionais em diversas áreas, como alternativa para a sua dedicação, a sua sobrevivência, mas temos certeza de que é urgente que se acelere a implantação.

Obrigada mais uma vez ao senhor, e nós encaminharemos, reforçaremos, com o Defensor Alexandre Eduardo Felipe Tocantins, a resposta para essas questões.

Vamos passar para a última pessoa convidada. É uma representante da sociedade civil, que fará uma avaliação, apresentará seu relatório, um denso relatório, e também poderá ter a oportunidade de fazer uma avaliação das questões que foram aqui colocadas. Nós chamamos, então, representando o Fórum Goiano de Mulheres, que construiu coletivamente esse relatório, a Srª Fátima Veloso, para que, em até 20 minutos, apresente as considerações do movimento de mulheres e nos entregue o relatório oficial, se quiser usar.

O senhor pode sentar. Muito obrigada, mais uma vez.

Se quiser na tribuna, a sociedade civil grita mais forte na tribuna; ou, se quiser na mesa, pode falar.

Só perguntar: a Senadora quer fazer algumas considerações antes da nossa representante da sociedade civil?

Não, passando diretamente a palavra à Fátima Veloso.

A SRª MARIA DE FÁTIMA VELOSO CUNHA –

Boa tarde a todas e a todos. Eu quero, mais uma vez, cumprimentar esta Comissão pela importância deste debate para nós, como mulheres, como sociedade civil organizada.

Durante todo esse período de realização desta Comissão, aqui hoje instalada, nós, como movimentos sociais, pudemos observar as dificuldades que até vocês, como autoridades, imbuídas para fazer esse debate, têm para ter os acessos, para ter as respostas que nós, do movimento social, tanto procuramos. Diante disso, nós compreendemos toda essa dificuldade que nós tivemos para a elaboração desse documento.

Mais uma vez, nós podemos constatar que a nossa realidade está muito aquém do que há na lei, do que há nos regramentos em todo o Estado de Goiás, e isso tem nos preocupado, porque, neste relatório, que nós vamos entregar aqui hoje, a nossa maior dificuldade é saber o quanto é que tem de financiamento para cada ação dessa que foi pactuada por este Estado. Mais do que isso: os nossos equipamentos, desde a sua estrutura física, até os recursos humanos, todos, infelizmente, estão em situações não adequadas para que haja esse atendimento com a dignidade que todos nós, seres humanos, e nós, como mulheres, precisamos para que esse atendimento aconteça.

Eu pincei algumas coisas que penso que se fazem necessárias nós colocarmos aqui. Se a Comissão assim permitir, Srª Presidente, ler a conclusão desse relatório. É uma conclusão pequena, mas eu penso que sejam importantes esses comentários, para que quem está aqui e que não se apropriou ainda, que não conhece possa compreender o que é que nós, mulheres, vivenciamos nesse Estado.

Pelo sistema que foi desenvolvido para o enfrentamento da violência após o pacto, nós podemos observar a criação desses mecanismos, mas num número muito aquém da nossa realidade.

Nós sabemos que há Município cuja grande parte das mulheres continua sofrendo a violência, e nós não temos nem a informação de que ela tem o direito de não ser violentada, que ela tem direito a uma defensoria pública, que ela tem direito a uma casa abrigo, que ela tem direito a um atendimento digno numa delegacia e também num posto de saúde. Infelizmente, aqui, hoje, nós avaliamos que fica muito claro que nós não temos isso ainda assegurado. E isso nos preocupa.

Ângela, Angelita, que ajudou na elaboração desse documento, e mais outras tantas companheiras que não se encontram aqui, nós podemos observar que, em relação a toda essa caminhada nossa na defesa e na construção dessas políticas, das conferências de políticas para mulher que nós realizamos – aqui no Estado de Goiás, é a terceira, pois uma foi desconsiderada e, no Município, é a 4ª –, nós ainda não temos nem 1/3 dessas políticas que nós gostaríamos que tivessem sido implementadas.

Nós aqui trabalhamos 3; não, 4 eixos do pacto da violência. Em todos esses eixos, nós pudemos observar o que mais dificulta. Primeiro, é banco de dados. E aí fiquei muito feliz com a Drª Adriana Accorsi, quando ela falou que a Polícia Civil está toda informatizada. Isso foi uma alegria imensa, porque nós não conseguimos acessar, em tempo hábil, toda a informação que nós queremos. Acho que é uma exceção.

O outro problema que nós temos no atendimento às mulheres vítimas da violência é exatamente o Instituto Médico Legal, porque nós temos um déficit de pessoal, um déficit em equipamentos e de insumos mesmo para a realização dessas perícias. Nós temos a demora no atendimento, à distância, desses IMLs, para as delegacias de mulher. Muitas vezes essa vítima sai, às vezes sem nem um passe de ônibus, com duas crianças chorando. E ela vai a uma delegacia e, quando ela tem de ir para o IML, ela desiste de fazer no meio do caminho, pela dificuldade que tem. E mais sério do que isso é nós sabermos que somente as mulheres vítimas de violência passam primeiro por uma delegacia; depois, por um IML, para depois um médico ou um profissional de saúde fazer esse atendimento.

Então, nós precisamos mudar essa realidade. E essa realidade afeta todos nós. Eu até brinquei hoje. É uma brincadeira difícil de fazer, mas que se faz necessária neste momento, porque a violência contra a mulher é democrática. Ela não escolhe raça, cor ou classe social. Ela atinge todas nós, indistintamente. E isso é muito duro para nós, que estamos há mais de 3 décadas – não é, Deputada Marina? – lutando para que as nossas delegacias tenham condição de atender essas mulheres com dignidade; que os nossos postos de saúde tenham registrado, nos seus protocolos, o que é violência doméstica, e que nós tenhamos profissionais qualificados para fazer esse atendimento. Infelizmente, nós ainda não temos isso.

E a gente percebe que, numa delegacia, uma mulher vítima de violência, ela fica em média de 3 a 4 horas, porque falta escrivão, falta toner; o computador está estragado; uma série de... A parte operacional não funciona, impedindo ela assim de ter o seu direito respeitado. Isso é uma afronta a uma sociedade de um

Estado rico como o nosso, que tem, faz, gasta milhares com propaganda, e não tem, às vezes, a condição de fazer um atendimento de urgência e emergência numa mulher vítima de violência num hospital como o materno-infantil, porque nós sabemos que é um hospital especializado, um único, para atender todas as mulheres dos nossos 246 Municípios. Então, nós precisamos mudar essa realidade.

Para nós, do Fórum Goiano de Mulheres, às vezes, sair daqui e andar duzentos, quatrocentos quilômetros ou até mais para assistir a um julgamento em que muitas das vezes as mulheres, ao invés de vítima, elas se tornam réis, elas se tornam as culpadas, são culpadas pelos conciliadores, porque não têm ainda a consciência de que isso é um preconceito, de que isso é uma educação sexista, e, para nós, nós sabemos que não é isso. No pacto, no que se diz da implementação dessa parte da transformação cultural da nossa sociedade, nós, infelizmente, não tivemos nenhuma campanha, não tivemos nenhum boletim para mudar esse comportamento.

Então, em se tratando da violência contra a mulher, nós, além de sabermos que as estruturas são precárias, não têm comunicação, não têm o acesso à informação, pouquíssimas informações – acho que todo mundo que contribuiu sabe da dificuldade que é isso –, os dados, nós ficamos, em alguns casos, inseguros até de colocar, porque, devido a isso, nós colocamos a fonte em todas as informações que nós tivemos para que não tenha nenhuma possibilidade de esse dossiê ter equívocos por nós cometidos.

Nosso cuidado foi citar todas as fontes, porque nós temos muito mais vivência aí... Senadora, Deputadas, a nossa vivência é de sentir que as ações não são desenvolvidas e que as mulheres não são atendidas.

Nós estamos falando... As casas abrigo, e aqui hoje já foi comentado, nós temos uma única casa abrigo neste Estado. E essa casa abrigo é gerida pela organização não governamental. Uma casa abrigo que a sociedade não sabe qual o regramento de funcionamento dessa casa e como se dá essa política de atendimento. Então, nós precisamos avançar.

E eu fico constrangida com algumas coisas que nós ouvimos aqui hoje, mas também querendo acreditar que tudo que está aqui é planejado e orçado possa, de fato, ser desenvolvido, porque as informações que nós tivemos aqui – e aí a Mesa, por favor, pode me corrigir –, em nenhum momento, nenhum dos que foram inquiridos aqui, das autoridades inquiridas, soube quanto de recursos tem para cada política dessas implementadas.

Então, diante disso, nós pensamos que há, de fato, a falta de responsabilidade dos nossos governan-

tes, das nossas autoridades em se aplicar o que já é determinado, o que já é garantido por lei. Nós não estamos pedindo nenhum avanço para além da lei, que tem muita coisa ainda a ser feita, mas nós estamos solicitando que o que já existe seja cumprido integralmente, para que essas mulheres tenham dignidade, para que essas mulheres, ao chegarem para solicitar um atendimento, elas simplesmente não sejam, mais uma vez, humilhadas, que essas mulheres que hoje estão em regime de prisão, ao invés de serem protegidas, lá, muitas vezes são violentadas e são vítimas do próprio sistema. Nós sabemos que isso acontece diariamente e nós não podemos mais pensar que uma sociedade como a nossa pode ainda viver dessa forma, pois há os recursos, os equipamentos, as leis, mas as ações, infelizmente, não são desenvolvidas.

É um pouco isso que nós tentamos colocar neste relatório, como eu disse mais cedo. É lógico que não ficou da forma, Ângela, que nós gostaríamos. Faltou e faltou pela dificuldade que nós tivemos de adquirir essas informações, mas não faltou para nós a coragem de varar dia e noite e de ligarmos para todas que tinham a possibilidade de ter uma informação para que pudéssemos colocar aqui.

Em relação ao tráfico, ouvi muito pouco aqui. Nós sabemos que Goiânia é uma rota de tráfico. Nós sabemos que, hoje, esse tráfico não só se dá daqui para a Europa; ele se dá aqui dentro, ele se dá daqui para Brasília, ele se dá de uma cidade para outra, numa forma permanente. Infelizmente, nós não conseguimos ainda nenhuma medida que tivesse a eficácia que é necessária.

Eu ouvi, recentemente, agora – e nós não conseguimos colocar aqui; aqui, há parte, mas não sua totalidade –, que o que é produzido, se não me engano, só perde para um sistema econômico no mundo. O segundo mais rentável é o tráfico de pessoas e a prostituição, pois um está ligado ao outro.

Isso é muito grave para uma sociedade e mais grave ainda para nós que lutamos contra essas formas de violência, para nós que sabemos da importância que é uma tranquilidade para a família.

E o perfil dessas vítimas é uma coisa que eu fiquei até comentando durante o processo aqui, porque não são todas as pessoas que são traficadas que não conhecem os seus direitos. Inclusive há pessoas de nível superior e, portanto, esclarecidas. Nós sabemos que há algumas que vão enganadas, mas outras vão sabendo dessa situação. Algumas se tornam independentes. Isso é uma coisa que nos preocupa.

Para concluir esta nossa apresentação, eu gostaria de solicitar a esta Comissão Parlamentar Mista que faça com que, de fato... Nós não queremos nada além

da lei. Nós queremos que... (*Palmas.*) O que queremos é a nossa dignidade restabelecida. Nós queremos a lei cumprida neste Estado, porque, Sr^{as} Parlamentares, o que acontece aqui é se rasgar a Constituição deste Estado diuturnamente. As leis, infelizmente, não são cumpridas. Só é cumprida aquilo que é de interesse de muitos poucos. Nós, que pagamos nossos impostos, que queremos dar dignidade à nossa família e a uma sociedade, infelizmente, não somos respeitados. O que queremos que esta Comissão faça é que, a partir de agora, tenha este corte: antes e depois desta Comissão de Inquérito aqui, no Estado de Goiás, para que, de fato, as mulheres tenham um atendimento digno que todas nós merecemos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à Coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres e, através do agradecimento a ela, a todas as entidades que participaram da formulação dessa proposta. Com toda certeza, a perspectiva de continuidade será garantida.

Passamos para as palavras finais e os encaminhamentos da Deputada Marina e, em seguida, da Senadora Ana Rita, porque o tempo que nos foi dado para o espaço já se encerrou. E o Deputado Mauro Rubem, logo após o encerramento, terá que apresentar um encaminhamento.

Deputada Marina Santanna.

A SR^a MARINA SANTANNA (PT – GO) – Primeiro, quero dizer que esta emoção da Fátima, que veio aqui também a esta Comissão certamente com o conjunto das mulheres que participam do movimento social de mulheres, deve-se a muitos anos de luta e aos 6 anos da Lei Maria da Penha, que criou uma expectativa enorme, assim como toda a legislação e todas as lutas, mas ainda vemos mulheres sendo muito maltratadas e sem a proteção necessária. Essa é uma constatação.

Nós estamos conversando aqui neste momento e podemos falar dos sonhos de todo mundo, do desejo de todo mundo, do trabalho que todo mundo faz, da dedicação durante dias e noites viradas, correndo atrás para ver respeitada a mulher e sua dignidade como ser humano.

Então, eu gostaria de agradecer muito à CPMI a vinda da Deputada Jô Moraes. Ela estava no Haiti e deslocou-se pelo Brasil de modo a estar aqui conosco hoje. Eu acho que devemos um agradecimento a ela por esse gesto de vir até aqui para ouvir também o Estado de Goiás e as suas representações a fim de juntar informações. Isso revela o seu compromisso na luta contra a violência à mulher.

Da mesma forma, a Senadora Ana Rita. A Senadora Ana Rita, juntamente com a nossa Presidenta, Jô Moraes, com toda a assessoria – a Carmen; o nosso companheirinho Oscar, que está em todos os momentos secretariando, organizando, convocando, convidando e tudo o mais; o Penaforte, que não está aqui neste momento, mas é uma pessoa muito importante na organização dessa vinda; ou seja, toda a assessoria da nossa equipe, que eu não vou nominar porque acho que todos são conhecidos – e com todas as pessoas que viraram as últimas noites, trabalhou muito para que pudéssemos elaborar um relatório a fim de que as autoridades também apresentassem a sua compreensão, a sua leitura do próprio trabalho.

Então, a Senadora Ana Rita juntou elementos, após ter percorrido 18 Estados mais o DF, e hoje está concluindo essa jornada de visitas e audiências públicas pelo País. S. Ex^a tem, com certeza, por sua dedicação, pelo seu trabalho, pelo seu envolvimento, um componente que vai ajudar a mexer com o Brasil. A Senadora Ana Rita, por toda a sua dedicação, merece o meu carinho e o meu agradecimento por estar aqui também no Estado de Goiás. Eu sei que não é fácil. Está próximo o fim do ano. Nós temos demandas importantes também no Congresso Nacional.

Então, eu queria dizer a vocês, a todas as pessoas aqui presentes, às autoridades, às companheiras do movimento social, a todo mundo aqui presente, que essa vinda não é uma operação muito fácil; requer muito trabalho antes e depois.

Eu tenho certeza de que a Senadora Ana Rita vai juntar esse material, com um tratamento delicado e minucioso, para apresentá-lo ao Congresso Nacional – nós estaremos todas juntas ali – e demarcar orientações promovidas pela CPMI.

E haverá um segundo momento, na minha opinião, de confirmação da Lei Maria da Penha, de confirmação do que foi feito de lá para cá. Da violência nós já sabíamos, mas esta CPMI se orienta por buscar os itens relacionados à omissão do Estado no que diz respeito à violência à mulher.

Então, de verdade, este é um momento muito importante para nós de Goiás, é um momento importante para o Brasil, e eu gostaria de parabenizar, por todo esse esforço coletivo, quem está aqui neste momento com os olhos também brilhando como os olhos da Fátima.

Muito obrigada, Presidenta, Relatora, companheiras e companheiros aqui desta jornada, que se iniciou no mês de fevereiro deste ano e vai até o mês de março do ano seguinte. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada Deputada.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, Relatora dos nossos trabalhos.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Eu quero também, nesta última audiência... Estamos no final, a última audiência pública que estamos realizando é esta de hoje, e dá para perceber que já estamos trocando as palavras, o cansaço já está pegando. Mas isso é bom, é sinal de que houve um trabalho intenso.

Quero, então, agradecer a possibilidade de ter trabalhado com as colegas Deputadas, tanto a Marina Santanna – que nos acompanhou em muitas audiências públicas em outros Estados inclusive; fez-se presente conosco nas primeiras audiências públicas de forma muito intensa; nas audiências públicas do Senado Federal deu uma grande contribuição para nós; a Marina é uma Deputada de muito compromisso –, como a Deputada Jô Moraes, que tivemos a oportunidade de estar junto o tempo todo, decidindo coisas muitas vezes difíceis, mas a Jô sempre muito companheira e muito solidária nesse processo todo.

Agradecer a toda nossa equipe, equipe que nos acompanhou, tanto do mandato da Marina, do mandato da Jô, do nosso mandato. Agradecer muito à Carmem, a Carmem foi contratada exclusivamente para nos ajudar na elaboração do relatório.

Portanto, esta reunião de hoje é uma reunião também de agradecimento em função de ser a última audiência pública.

Quero também aproveitar para agradecer a todos vocês que aqui estiveram: representantes da sociedade civil, dos Poderes aqui do Estado de Goiás – o Poder Executivo, o Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público. E quero aqui fazer um registro: infelizmente, nem todos os titulares estiveram aqui presentes. É claro que houve um esforço por parte de quem veio para responder todas as questões, e fizeram isso com muita boa vontade. Mas tivemos um certo prejuízo, porque uma parte das informações que nós poderíamos obter aqui hoje, pela ausência dos titulares, nós não obtivemos. Então, a gente aguarda essas informações, para que elas sejam de fato repassadas à CPMI.

Quero também agradecer por todos os documentos que aqui foram entregues. Foram entregues muitos documentos, e isso é importante porque nos ajuda também no relatório.

E, por último, dizer que a CPMI, assim como a Deputada Marina já colocou muito bem, tem como objetivo e quer contribuir para a criação e o fortalecimento de políticas públicas que sejam eficientes, que possam funcionar de forma adequada, que esse conjunto de legislação que nós temos hoje, em especial a Lei Maria da Penha, possa ser implementado em todo o País, para que todos os Poderes Públicos realmente

se apropriem da importância dessa legislação e possam, de fato, colocar em prática.

É isso o que a gente espera. É isso o que a gente deseja. E é isso o que a CPMI vai se debruçar na construção do seu relatório para que possamos oferecer, à sociedade brasileira, importantes contribuições em termos de sugestões, propostas para superação das dificuldades.

Então, quero aqui, mais uma vez, agradecer, desejar a vocês um bom final de dia e dizer que o Estado de Goiás é um Estado onde também temos um profundo carinho, é nosso vizinho, vizinho de Brasília e que rapidinho podemos chegar aqui. Vamos fazer uma nova visita num futuro muito próximo, se Deus quiser.

Um grande abraço a vocês e muito obrigada pela contribuição que vocês forneceram para nós durante o dia de hoje. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Senadora Ana Rita.

Já encerrando, eu pediria ao Deputado Mauro Rubens que já se assentasse, porque, logo ao encerrarmos, ele tem um comunicado a fazer.

Quero insistir no agradecimento a todos os movimentos de mulheres e instituições que permaneceram até hoje. Um agradecimento ao Dr. Alaor, Defensor Público, que ficou até agora aqui e fez um esforço para estar presente.

Também agradecer à Drª Rúbian e à Drª Marilena, que, apaixonadamente, procuram construir nossa política.

Registrar aqui e pedir que seja comunicado ao Deputado Jardel Sebbá, Presidente desta Assembleia, os nossos agradecimentos.

Agradecer à Deputada Isaura Lemos, ao Deputado Luís Cesar Bueno, como também ao Deputado Mauro Rubem, que contribuíram na construção.

Quero agradecer a todos os servidores desta Casa quer seja os da televisão, dos meios de comunicação, da taquigrafia, dos registros, da movimentação, no cerimonial, na segurança, porque é a ajuda de vocês que possibilita esse processo.

A todos os que nos ajudaram, toda a nossa equipe, que como nós andou por este Brasil afora.

Encerrando, digo que o Estado de Goiás é um dos que apresenta uma das mais frágeis estruturas para enfrentar a violência doméstica.

Contem com a nossa solidariedade, porque a não existência de uma casa abrigo, a não existência de uma defensoria especializada, a existência de apenas três núcleos do Ministério Público, a existência de apenas dois juizados e as dificuldades que as mulheres enfrentam para ter aonde se dirigir, a precariedade do Instituto Médico Legal, instrumento fundamental

para que se leve a bom termo um processo. São demonstrações das enormes dificuldades que temos a enfrentar. Evidentemente a contrapartida é de que a Secretaria Estadual da Mulher é uma das mais bem apetrechadas, mas não pode acumular o conjunto das responsabilidades do sistema.

Boa noite a todos e a todas.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião. – Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 36 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 36ª Reunião realizada em 20 de março de 2013, às 15 horas e 44 minutos, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, sob a presidência da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) e com a presença dos Senadores Ana Rita (PT/ES), Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS) e Armando Monteiro (PTB/PE), e dos Deputados Dr. Rosinha (PT/PR), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Keiko Ota (PSB/SP), Carmem Zanotto (PPS/SC), Dalva Figueiredo (PT/AP), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Rosane Ferreira (PV/PR). Compareceram ainda os parlamentares não membros Deputada Luciana Santos (PCdoB/PE) e Deputada Magda Mofatto (PTB/GO). Deixaram de comparecer os Senadores: Lúcia Vânia (PSDB/GO) e Maria do Carmo Alves (DEM/SE); e os Deputados: Marina Santanna (PT/GO), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES), e Ademir Camilo (PSD/MG). Na ocasião foi realizada reunião administrativa para tratar da prorrogação dos trabalhos da CPMI.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Boa tarde a todos e a todas.

Esta é a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

A colocação desta reunião tem como objetivo publicizar as razões por que a Mesa desta CPMI, em construção com os demais membros da CPMI, protocolou ontem a prorrogação do prazo para o funcionamento desta Comissão.

Nós queremos passar agora, neste momento, a palavra à Senadora Ana Rita, dizendo que a referência

desta Comissão e o respeito com que ela é tratada na Casa se expressam pelo número de assinaturas que ontem, na Câmara Federal, nós membros desta Comissão, juntos, eu, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Rosane e o Deputado Rosinha, conseguimos. Em menos de duas horas, foram 241 apoiamentos de Deputados que concordam com a prorrogação. Isso significa que praticamente são 70 Deputados a mais do que o necessário e do que é estabelecido pelo Regimento. O Regimento exigia que nós tivéssemos 171 assinaturas; e nós conseguimos 241 assinaturas em menos de duas horas. Isso é a demonstração do respeito e da importância que aquela Casa – no caso a Senadora aqui é responsável pelas assinaturas daqui – dá para os resultados desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Com a palavra, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, para as informações que se fazem necessárias.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Obrigada, Presidenta, nossa querida Deputada Jô Moraes, que tem sido também uma lutadora incansável para que nós pudéssemos chegar ao ponto em que chegamos dos trabalhos da CPMI. Quero aqui cumprimentar as colegas Deputadas aqui presentes.

Eu quero, antes de mais nada, Srª Presidente, ratificar o que a senhora acabou de informar. Nós contamos com o apoio de muitos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Num tempo recorde, nós conseguimos assinaturas mais do que suficientes para que nós pudéssemos aqui hoje nos reunir e apresentar a necessidade de realmente haver uma prorrogação, considerando algumas razões que aqui eu vou relatar.

Muito nos anima e muito nos encoraja esse apoio, porque é sinal de que há um respeito por parte de todos os nossos colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas ao trabalho que a CPMI desenvolve durante todo o ano passado e até os dias de hoje.

Então, eu quero aqui também fazer um registro de agradecimento aos nossos colegas das duas Casas aqui do Congresso Nacional por reconhecer a importância e o valor que esta CPMI tem, ao dar esse apoio para que nós possamos ter mais alguns dias no sentido de fechar a revisão do nosso relatório.

Srª Presidenta, Srªs Deputadas aqui presentes e demais que aqui já estiveram, quero falar de alguns motivos que nos levaram a solicitar a prorrogação de prazo. Acho que é importante isso ficar claro, porque há uma expectativa muito grande por parte das entidades que representam as mulheres do nosso País. Há uma expectativa muito grande por parte dos órgãos governamentais, tanto do Governo Federal quanto dos

governos estaduais. E também há uma expectativa muito grande por parte das instituições, do sistema de Justiça no sentido de aguardar o resultado desta CPMI. Então, isso é muito bom e também reforça a nossa responsabilidade diante desse trabalho que nós estamos realizando.

Então, é importante que fiquem claros os motivos e as razões pelas quais nós estamos solicitando a prorrogação. Uma das questões que eu quero aqui ressaltar é que a última diligência e visita ao Estado que foram realizadas no ano passado ocorreram no dia 14 de dezembro de 2012 no Estado de Goiás. Nós fizemos diligência, fizemos audiências públicas no dia 14 de dezembro. Isso mostra que tínhamos uma expectativa de concluir os trabalhos ainda em dezembro, mas, em função das demandas e dos pedidos que nós recebemos dos Parlamentares e das Parlamentares, nós não tivemos condições de fechar o nosso trabalho no mês de dezembro, a tempo de apresentar o relatório.

Nós fizemos a última visita e diligência, com audiência pública, no dia 14 de dezembro em Goiás. Então, isso mostra a necessidade, o tempo que nós ficamos.

Foram aprovados nesta Comissão 717 requerimentos de informações aos Estados e foram recebidos 363 documentos, totalizando mais de 15 mil páginas. Quinze mil páginas que não foram apenas recebidas, mas foram todas lidas minuciosamente. Foram todas analisadas com muita atenção, com muito cuidado, e isso demanda um tempo grande.

Ainda os últimos documentos recebidos dos Estados aconteceram agora no mês de fevereiro de 2013. Nem todos os Estados nos responderam a tempo e a contento. Então, a CPMI também recebeu documentos este ano e agora no mês de fevereiro.

Como nós estamos hoje, só para nivelar e informar a todos e a todas?

Todos os documentos recebidos pela CPMI, documentos vindos dos órgãos federais, estaduais, documentos recebidos pelos movimentos de mulheres, todos, sem exceção, foram analisados pela CPMI. Feita a primeira análise do relatório, nós necessitamos de uma revisão cuidadosa. O relatório está pronto, mas necessita de uma revisão cuidadosa, porque possui documentos com informações contraditórias, inclusive documentos vindos de juizados especializados, documentos vindos de outros órgãos públicos, que apresentam informações... Há informações de um órgão que diz uma coisa, um outro órgão do mesmo Estado diz outra coisa, ou às vezes, até do mesmo sistema – por exemplo, um sistema de segurança, cujas informações vindas da delegacia são de uma forma e as que vêm de um outro órgão são outras.

Então, nós precisamos justamente fazer uma revisão cuidadosa de todos esses documentos que chegaram, para que nós não corramos – a palavra correta é esta – nenhum equívoco no sentido de divulgar uma informação que poderá ser, posteriormente, questionada por alguma autoridade. Não queremos correr esse risco. Portanto, queremos ter mais tempo para fazer uma análise minuciosa, porque o documento merece, e o nosso trabalho foi muito intenso. Portanto, o relatório tem de ser bem apresentado.

Também quero dizer que são mais de 600 páginas de análise das políticas do Orçamento, da legislação e da situação da rede de atendimento dos Estados, incluindo, inclusive, os Estados não visitados. Nós visitamos 17 Estados mais o Distrito Federal, mas recebemos informações de todos os Estados da Federação e de todos os órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência. Então, temos hoje, só na parte de redação do relatório, mais de 600 páginas, sem contar os anexos, que são muitos.

Precisamos, ainda, Sr^a Presidenta, de um tempo maior, não só para que esta Relatora tenha a atenção e o cuidado de analisar o relatório, de fazer essa revisão, mas para que também as Parlamentares e os Parlamentares possam ter tempo de fazer a sua própria análise. Não queremos aqui votar um relatório que tenha uma análise superficial por parte dos membros que compõem a Comissão. Queremos e desejamos que todos os que compõem esta Comissão possam ter um tempo razoável, suficiente, para que façam a sua leitura, sua análise, sua crítica e possam oferecer as sugestões para possíveis ajustes ou mudanças.

Nós queremos também garantir um tempo para maior fundamentação para as críticas e sugestões. Estamos propondo uma série de medidas para superar as dificuldades encontradas, os desafios percebidos e queremos ouvir também dos membros da Comissão as suas críticas e observações também com relação a essas propostas que estamos apresentando.

Portanto, Sr^a Presidenta, há uma necessidade, com certeza, de fazer um maior aprofundamento de toda essa análise, e quero aqui ressaltar uma coisa altamente importante do meu ponto de vista, e acredito que também esse é o sentimento e a opinião de todos os colegas e de todas as colegas Parlamentares que compõem esta Comissão. Nós estamos produzindo um documento único no País. Não existe coisa igual hoje no País. É único, é especial, é diferente, porque está sendo produzido a partir de diversos olhares: a partir de quem produziu os documentos e nos passou; a partir da escuta, porque nós escutamos muito também as autoridades e os movimentos sociais, por meio de audiências públicas, reuniões e visitas e também

pela nossa observação *in loco*. Nós visitamos diversos equipamentos em 17 Estados.

Então, este é um documento único, com a sistematização de todas as informações colhidas. Não existe nenhum relatório ou pesquisa no tema da violência contra as mulheres que trabalhe com tantos elementos ao mesmo tempo. É claro que, no País, temos pesquisas, temos estudos, temos análises, mas, com a especificidade que foi adotada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, não existe. Este é um relatório único.

Diante disso, Sr^a Presidenta, esta solicitação de adiamento, para que possamos, de fato, fazer uma revisão cuidadosa do nosso relatório, é muito em função de que se trata de um conteúdo, conforme eu disse, obtido de diversas formas, de uma natureza singular, e este relatório tem essa natureza. É um relatório de natureza singular, especial, diferente e que nós acreditamos muito que poderá ser um instrumento valioso para todos os Poderes públicos, tanto por parte do Executivo, como por parte de todo o sistema de Justiça e, inclusive, para o Legislativo, no sentido de propor iniciativas de projetos de lei que possam superar as dificuldades que estamos enfrentando, mas também na elaboração de políticas públicas nos três níveis de governo.

Então, é com esse objetivo, é com esse desejo que nós solicitamos o adiamento, conforme já foi identificado, por mais 120 dias. É claro que talvez não precisemos de todo esse tempo. É bem possível que, talvez, a metade desse tempo seja suficiente, mas, para que não tenhamos de recorrer novamente aos colegas Parlamentares no sentido de solicitar novamente qualquer possibilidade de prorrogação, estamos estendendo porque esse é um tempo bom, é um tempo razoável para que possamos oferecer à sociedade brasileira este trabalho que estamos fazendo.

No mais, Sr^a Presidenta, quero agradecer muito a colaboração de todas vocês, de V. Ex^a como Presidenta; da nossa Deputada Keiko Ota como Vice-Presidente; das demais integrantes desta Comissão e dos integrantes que estiveram conosco nos apoiando, nos ajudando e sendo, de fato, parceiros nesse processo.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passamos, agora, a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô Moraes, nossa Presidente da CPML.

Senadora Ana Rita, a minha fala vai no mesmo sentido da alegria de ontem, quando nós, conjunto de Parlamentares, fomos buscar as assinaturas para que pudéssemos ter mais prazo para a conclusão dos nos-

sos trabalhos. Não houve um Parlamentar que dissesse que não era importante esta CPMI. Então, queria aqui dizer que o trabalho de busca das assinaturas na noite de ontem foi gratificante, porque o conjunto de Parlamentares que não fazem parte da Comissão acolheram nosso pedido com muita rapidez e com muita sinceridade nas falas. Aí, acabamos descobrindo que alguns colegas Parlamentares já tiveram, dentro das suas famílias, pessoas vítimas de violência, levando-as inclusive à morte.

Então, esta CPMI tem todo o direito...

Tenho certeza, Senadora, V. Exª como Relatora, de que esse prazo é fundamental, porque o trabalho da Comissão como um todo já foi árduo, intenso, com uma série de documentos, e esse prazo é importante, sim, porque esta Comissão vai conseguir consolidar com mais objetividade, com mais clareza o conjunto de documentos que a Comissão recebeu. Então, é gratificante ver o reconhecimento por parte dos Parlamentares que não fazem parte da Comissão em relação ao trabalho desta Comissão.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada Carmen.

Só esclarecendo à Deputada Professora Dorinha que nós, como V. Exª sabe, ontem protocolizamos o período de prorrogação, e este era o momento de informar e publicizar o debate que realizamos entre nós em torno das razões que levaram a essa solicitação.

Com a palavra a Deputada Rosane

A SRª ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Rapidamente, Deputada Jô Moraes, Senadora Ana Rita, quero ratificar a fala da Deputada Carmem Zanotto, acerca da rapidez com que conseguimos as assinaturas dentro do plenário, que foi surpreendente. Isso mostra a sensibilidade dos Parlamentares com relação à causa, o reconhecimento de que ela existe e de que temos que tomar alguma providência.

Acabo de abrir os meus *e-mails* e vejo uma notícia: “Ex-marido algemou e deu um tiro na nuca de dona de confeitaria no comércio central de Curitiba.” A notícia fecha – é sempre muito parecido – mostrando uma situação: “Durante o sequestro, o acusado ainda teria algemado e trancado a própria filha de seis anos em um cômodo da panificadora. Nas últimas semanas, a empresária teria registrado pelo menos 12 boletins de ocorrência contra o assassino.”

Acabo de responder ao *e-mail*, dizendo que vamos ter que nos debruçar sobre isso, sobre essa questão, sobre o que ocorreu, sobre como ela não teve essa garantia de vida e sobre o que está acontecendo ainda, sobre o que persiste, embora muitas ações, no Paraná, foram adotadas em decorrência da CPMI. Foram ado-

tadas muitas ações, mas não o suficiente para proteger as nossas mulheres – mulheres empreendedoras, mulheres chefes de família, como essa que acaba de ser assassinada.

Quero só dizer não da minha alegria, porque não posso usar esse termo, mas da minha satisfação de ter caminhado por esse tempo ao lado das senhoras e do grande aprendizado que tive aqui com a determinação e coragem de V. Exªs.

Então, vamos em frente, Deputada Jô Moraes, Senadora Ana Rita, vamos apresentar o melhor relatório, o relatório mais eficiente e eficaz, ou seja, factível, de forma a mudar essa realidade e a realmente proteger as nossas mulheres, porque, se o fizermos dessa forma, estaremos protegendo toda a sociedade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Deputada Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Na verdade, acho que foi bem colocado aqui: o tema é extremamente sério e exige realmente bastante cuidado. Acho que existe hoje uma expectativa e um momento extremamente favorável na sociedade pela provocação dos temas. Tenho certeza de que, Senadora, esse tempo dá condição para a produção de um relatório que tenha, realmente, eficácia em relação a um problema com o qual, infelizmente ainda, a sociedade é permissiva. A estrutura de proteção ainda é muito reduzida. Sinalizo o pesar de eu não ter conseguido fazer a audiência pública no meu Estado, onde, infelizmente, temos índices ruins em relação a outros Estados, além de uma estrutura muito pequena de proteção à mulher.

Tenho uma expectativa – inclusive já conversei com a Presidente – de fazermos um trabalho no Estado, porque é inadmissível que um Estado jovem como o Tocantins não consiga estruturar a proteção às suas mulheres. Infelizmente, a única delegacia que temos na capital fecha na sexta-feira às 6 horas da tarde. A estrutura, a situação de proteção é precária. Acompanhei o lançamento feito pela Presidenta Dilma daquele espaço que Palmas vai receber. Tenho certeza de que o relatório vai nos ajudar a construir um caminho para o atendimento, para a formação.

A minha área é a educação. Acho que se não conseguirmos chegar a um processo cultural e educacional, estaremos formando pequenos monstrinhos, que continuam, no sentido da criança, achando que é normal, que as relações familiares podem ser permeadas ainda pela permissividade da agressão física. Então, eu acho que existem medidas de diferentes prazos. Uma delas, que é de longo prazo, é a educação – e é

urgente. Ela pode formar um novo padrão de cultura e de sociedade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputada Professora Dorinha, evidentemente a nossa sugestão é que a Assembleia de Tocantins realize uma audiência pública com o seu próprio requerimento, convocando-nos para estar presentes, independentemente de não ter mais prazo hábil, para incorporar, no relatório, a audiência pública.

A Senadora Relatora tem como objetivo incorporar relatos de todos os Estados. Com a realização da audiência pública em Tocantins, poderá precisar melhor os dados que as autoridades já informaram e ajudar na construção e precisão, independentemente do prazo que não temos mais. Tenho certeza de que a Senadora Ana Rita e eu estaremos à disposição se a audiência pública for requerida pela Assembleia Legislativa.

Passo a palavra para a Deputada Magda Mofatto.

A SRª MAGDA MOFATTO (PTB – GO) – Boa tarde a todos. Boa tarde, nossa colega e amiga Deputada Jô Moraes, meus cumprimentos à Senadora Ana Rita.

Quero fazer um comentário acerca de uma notícia que, esta semana, li no jornal de maior circulação no Estado de Goiás, *O Popular*. A notícia me trouxe uma apreensão bastante grande, e, nessa apreensão, senti como é importante fortalecer esse trabalho realizado aqui. É um trabalho de pesquisa, um trabalho em que se fortalecem as vítimas em geral, já que a vítima não é só a mulher, são as crianças também. A notícia que se veiculou nesse jornal é da não denúncia por parte de médicos em violências contra crianças e mulheres.

O que a matéria dizia? Primeiramente, que o médico não tem testemunha da violência. A única coisa que ele tem é o fato, ou seja, a criança ou a mulher que chega violentada, porque apanhou, porque sofreu nem posso dizer maus-tratos, mas muito mais do que maus-tratos, ou seja, violência de fato. Se chegou ao médico é porque a situação foi grave. Então, a não denúncia é ainda um fato que nos mostra que, por trás disso, existe muito medo ainda dessa denúncia. Do trabalho de vocês, do trabalho aqui, que espero que seja nosso, quero cada vez mais participar e estar junto no sentido não só de investigar, mas de dar força e apoio às vítimas exatamente por conta de elas terem medo de denunciar, terem medo de falar.

A minha presença aqui, Deputada, é exatamente por conta disso. Parabéns ao trabalho de vocês. Quero também me unir e colaborar. Deputada Rosane, tenho assistido ao seu trabalho e acompanhado muito sua dedicação, seu esforço junto com outras Deputadas que se têm empenhado nisso. Está havendo união cada

vez maior de mulheres que levantam essa bandeira. É importante que chamemos cada vez mais homens para participar de um esforço coletivo, porque eles também são contra. Eles não são favoráveis a esse tipo de violência, de maneira nenhuma, de nenhuma espécie de violência. Então, quanto mais tivermos a presença de homens participando – devemos chamá-los também –, vamos nos fortalecer mais no sentido de cobrar e não permitir a frequência tão grande que temos visto.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputada Magda, é muito importante o que disse até porque V. Exª tem sido parceira, mas eu queria sugerir, nessa reta final dos trabalhos da CPMI, que V. Exª solicitasse do seu líder a sua indicação para integrar a Comissão porque a vaga de titular do PTB ainda existe, e a sua presença, mesmo nessa reta final, seria muito importante.

Então, queria que V. Exª solicitasse ao seu líder.

A SRª MAGDA MOFATTO (PTB – GO) – Com certeza, vou fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Antes de passar a palavra para a Relatora para as palavras finais, faço dois registros: primeiro, cumprimento o *Correio Braziliense* pela manchete: “Ser mulher no Brasil é correr risco de vida.” Essa manchete tem tamanha força e tamanha sensibilidade da epidemia social que estamos vivendo, que, ao publicizá-la, nós estamos prestando – e no caso o *Correio Braziliense* – exatamente uma colaboração para que a sociedade tenha a dimensão do que nós estamos vivendo. Cada um de nós, provavelmente, deve ter o fato, e nós tivemos, segunda-feira, também um assassinato lá em Minas Gerais.

Eu queria, ao mesmo tempo, fazer o segundo registro.

A população economicamente ativa integrada por mulheres, no Brasil, chega, hoje, a 40% de trabalhadoras que integram a população economicamente ativa. Hoje, as chefes de família mulheres chegam a um percentual de 30% das famílias constituídas.

Um pronunciamento, hoje, do Deputado Marco Feliciano, acerca da luta pelos direitos dos trabalhadores nos preocupa muito. Foi publicado no jornal *O Globo*. O que diz o Deputado?

Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família;

quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos.

Por que eu registro isso? É que 40% da população economicamente ativa no País, de trabalhadoras, são constituídos por mulheres. Trinta por cento das famílias brasileiras são chefiadas, dolorosamente, por mulheres, então, isso significa que as trabalhadoras deste País arrancam com suas mãos a dupla jornada. Elas enfrentam o trabalho doloroso, elas enfrentam salários rebaixados. Hoje, as mulheres trabalhadoras ganham 73% do salário dos homens. Hoje, as famílias chefiadas por mulheres não contam com creches para que os seus filhos tenham proteção, não contam com salários dignos para que possam deixar os seus filhos, então, quando se fala e se combate o direito das trabalhadoras, nós estamos atingindo a sociedade brasileira como um todo.

Por mais que seja uma situação complexa, nós não podemos deixar de registrar nossa indignação ante palavras que chocam profundamente e confrontam a realidade, e confrontam a verdade, porque 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Logo, nós somos trabalhadoras, mães e temos a dignidade de lutar cada vez mais por nossos direitos.

Eu queria passar a palavra, para o seu encerramento, à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Lamentavelmente, nós temos de ver isso. Lamentavelmente.

Então, acho que, mais do que nunca, nós, mulheres, precisamos, cada vez mais, ser firmes no nosso propósito, porque é inadmissível que colegas Parlamentares tenham esse tipo de postura, esse tipo de comportamento, esse tipo de visão ainda, em pleno século 21, e, depois de tantas conquistas que as mulheres brasileiras conseguiram a duras penas, temos de ouvir isso de um Parlamentar que está, aqui, representando a população brasileira, que, na sua maioria, é formada por mulheres.

Então, todo o nosso repúdio a esse tipo de fala.

Eu quero, então, Srª Presidenta, já finalizar aqui e, primeiro, agradecer a todos vocês, a todas vocês, mulheres, Parlamentares, colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Quero agradecer, também, à equipe técnica de assessores que tem nos acompanhado, nos ajudado; agradecer muito à Carmem, nossa assessora, que tem se debruçado firmemente sobre esse relatório, com o apoio, com certeza, do Penaforte, o apoio da Cleide, o apoio da Flávia.

É bom dizer também que, nesse processo, nós constituímos duas subcomissões: uma para buscar

as informações orçamentárias; outra para cuidar da questão legislativa, para analisar os projetos que estão em tramitação aqui, no Congresso Nacional. Essas subcomissões foram compostas também por pessoas que não são do quadro do Parlamento, mas que aqui vieram com toda a boa vontade, representando outros órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública. Aqui vieram advogados e juizes, enfim, pessoas que se dedicaram a esse trabalho durante esse período.

Sei que não estamos finalizando o trabalho. Esse agradecimento mais detalhado nós o faremos ao final dos trabalhos. Mas já quero me antecipar e dizer que, hoje, esse conteúdo já está trabalhado e que isso é fruto do trabalho de muitas pessoas que nos ajudaram durante esse período.

Então, é isso o que quero dizer, Srª Presidenta. Quero agradecer muito e dizer que nós vamos fazer essa revisão com muito cuidado e com muita atenção.

Srª Presidenta, também é importante registrar duas coisas aqui a partir da fala tanto da Deputada Dorinha quanto da Deputada Rosane.

Infelizmente, nós nos deparamos com situações de violência contra as mulheres todos os dias. Infelizmente, o *Correio Braziliense* traz isso, outros meios de comunicação têm trazido isso. A Deputada Rosane levanta o fato de que, todos os dias, nós estamos vendo situações como essa. E o que mais nos deixa tristes é que muitas estão morrendo por que, de fato, o Poder Público está sendo omisso.

V. Exª relatou um fato: com 12 queixas na delegacia, a mulher não obteve proteção e acabou sendo assassinada.

Recentemente, no Estado do Espírito Santo, também várias mulheres foram assassinadas, mas quero destacar um caso: o pai, juntamente com a vítima, esteve na delegacia em um Município do interior para fazer o registro, mas não foi aceito o registro porque o policial que o atendeu disse que aquilo ainda não caracterizava violência. Ela estava sendo plenamente ameaçada, houve várias ameaças de morte, e o registro não pôde ser feito porque isso não caracterizava violência. E a moça foi assassinada com seis tiros pelas costas.

Isso acontece todos os dias em todas as cidades brasileiras. Essa situação precisa ser mudada. Aqui, foi lembrado muito bem que o Governo Federal lança um programa importante, que é o Programa Mulher, Viver Sem Violência, com a criação da Casa da Mulher Brasileira. Esse é um passo altamente importante, mas precisamos dar muitos outros passos, para que a nossa sociedade possa ter um comportamento diferente, para que essa cultura machista e patriarcal, essa cultura de violência possa realmente ser vencida

e para que possamos, de fato, construir uma sociedade melhor para todas nós.

Sr^a Presidenta, era isso que eu gostaria de falar.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Permita-me só fazer um aparte, Senadora?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Tem a palavra a Deputada Rosane.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Há algum tempo, li um artigo – de cujo autor, infelizmente, não me recordo – que dizia que a criança, quando sai do ventre materno e vai ao seio da mãe, tem nessa mãe a referência do cuidado com a sua vida e cresce com aquela mãe sendo seu porto seguro. Na primeira infância, quando ela vê essa mãe ser agredida, quando ela testemunha isso, ela se perde no universo. Quem deveria protegê-la, quem deveria cuidar dela, quem é seu porto seguro se fragiliza diante dela, e ela perde os referenciais afetivos. Isso tem uma conotação desastrosa para a formação moral e afetiva. Nunca ela sai ilesa dessa história: ou ela se retrai, ou ela agride. E isso deixa marcas profundas no seu desenvolvimento. Não sei o autor do artigo, mas acredito fielmente nessas palavras.

É essa a história que sempre temos de refletir na sociedade. E sempre temos de fechar mesmo com esta frase: realmente, em briga de marido e mulher, não se mete a colher, mete-se a polícia, metem-se as instituições públicas. Todos nós nos metemos nessa questão para salvar a sociedade.

Parabéns, mais uma vez, pela condução do trabalho de V. Ex^{as}!

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada Rosane.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar esta reunião, comunicando que, em breve, informaremos a convocação da reunião em que será apresentado, inicialmente, os trabalhos para serem debatidos e aprovados.

Declaro encerrada a reunião. – Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.)

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião da Comissão realizada em 11 de junho de 2013, às 14 horas e 50 minutos, na Sala nº 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e com a presen-

ça dos Senadores (as): Eduardo Amorim (PSC-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Pimentel (PT/CE), Magno Malta (PR-ES) e Pedro Taques (PDT-MT). Deixaram de comparecer os Senadores (as): Ana Rita (PT-ES), Armando Monteiro (PTB-PE), Benedito de Lira (PP-AL), Cícero Lucena (PSDB/PB), Eunício de Oliveira (PMDB-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com o tema: Sistema Penitenciário e Penas Alternativas – Reforma do Código Penal Brasileiro com a presença dos Senhores: Ângelo Roncalli (Ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional), Marivaldo de Castro Pereira (Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça) e Fabiana Costa Barreto (Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para realizarmos audiência pública sobre o sistema penitenciário e penas alternativas.

Os nossos convidados são: o Sr. Ângelo Roncalli, ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, com quem eu tive a satisfação e a honra de trabalhar quando Ministro da Justiça; a Dr^a Fabiana Costa Barreto, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e o Dr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques, para as suas considerações iniciais. Depois, podemos começar nossa audiência.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, é uma honra tê-los aqui, no Senado. Mais do que falar, eu, como Relator deste projeto, quero ouvir para que as contribuições valiosas, tenho certeza, dos senhores possam ser incorporadas ao Projeto do Código Penal.

É importante que, hoje, no Brasil, a questão do sistema penitenciário vem sendo bem debatida. Há 550 mil presos, me parece. O ideal seria que, a partir deste debate, nós pudéssemos fazer uma crítica construtiva ao projeto para sabermos se os tipos penais ali estabelecidos, tendo em conta o número daqueles possíveis de penas alternativas, se esse balanceamento existe no projeto, se o Direito Comparado pode nos trazer contribuições nesse tema; se seria interessante nós permitirmos que os crimes praticados com violência à

integridade física do cidadão também pudessem sofrer o benefício das penas alternativas. Esses temas são muito importantes para mim, como Relator. Daí eu tive por bem opinar favoravelmente a que os senhores pudessem vir aqui prestar essa contribuição.

Como Relator, eu quero ouvi-los e tenho algumas indagações que serão feitas após a exposição de cada um dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Eu convido, inicialmente, o Dr. Ângelo Roncalli, ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para que seja o primeiro expositor na nossa reunião. O tempo é de 20 minutos, Dr. Ângelo.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Boa tarde a todos e a todas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permita, Sr. Presidente. Se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Eu também queria convidar os outros convidados, a Dr^a Fabiana e o Dr. Marivaldo, para já comporem a Mesa.

Vamos dar início à nossa audiência pública. Com o relógio devidamente zerado – é aquele relógio lá do fundo, Dr. Ângelo...

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – O.k.

Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar o Presidente desta Comissão, o Senador Aloysio Nunes, com quem tive a honra de trabalhar no Ministério da Justiça, sob o comando de V. Ex^a. Foi nessa época que o Ministério da Justiça abarcou a questão das penas alternativas, com a criação das centrais. A Dr^a Fabiana, a quem eu também cumprimento, participou ativamente, porque estava sempre em contato com a equipe do Ministério da Justiça. Queria cumprimentar o Dr. Marivaldo, do Ministério da Justiça, e o nosso Senador Pedro Taques.

Eu recebi o convite da Comissão e confesso que fiquei um pouco preocupado, Senador Aloysio, porque não sou da área jurídica. Eu sou administrador de empresas e trabalho, já há 23 anos, na área pública, na área prisional. Eu tive oportunidade de ser Diretor da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal. Então, aqui, em Brasília, convivi com o sistema prisional dia a dia. Depois, tive oportunidade de trabalhar no Ministério da Justiça e fui Diretor do Departamento Penitenciário Nacional. Mais recentemente, fui Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo por quase sete anos, e uma das pessoas que me indicaram para esta Comissão foi o Senador Ricardo Ferraço, que foi vice-governador na gestão do Governador Paulo Hartung, em que ocorreram transformações significativas no sistema prisional do Estado.

Eu fiz aqui algumas anotações. Vou fazer uma abordagem breve, porque a questão prisional é muito antiga, o diagnóstico é muito antigo. São quase 30 anos de luta para que ocorram mudanças no sistema prisional brasileiro.

Mas nós temos dificuldade, nós temos a quarta população carcerária do mundo. Nós perdemos apenas para os Estados Unidos, para a China e para a Rússia. Então, ocupamos o quarto lugar. O Brasil é o vigésimo país com maior número de crimes. Isso gera uma insegurança muito grande e a opinião pública termina clamando por leis mais rigorosas. E aí nós temos que tentar equilibrar esse sistema punitivo, porque o sistema prisional não acompanha.

Quando um governador decide construir uma prisão, e o Ministro Aloysio sabe disso, o tempo entre a decisão e ter a prisão pronta leva mais de três, quase quatro anos, se tudo correr bem, se a licitação não der problema, se a população não resistir à construção da prisão. O Marivaldo, com certeza, vai trazer informação dos recursos que estão aí colocados pela Presidente Dilma para construção de novas unidades prisionais. E nós não conseguimos dar resposta a essa demanda, a esse crescimento da população.

Para os senhores terem ideia, de 2003 a 2012, a nossa população carcerária cresceu 78%, enquanto a população geral cresceu 30%. Então há necessidade de atenção a essa questão do sistema prisional.

Em julho de 2012, é um dado do Ministério da Justiça, nós tínhamos um déficit de 249 mil vagas no sistema prisional brasileiro. E eu diria que esse número é até um pouco maior, Fabiana, porque se nós verificarmos as condições das prisões atuais, obviamente nós precisamos substituí-las praticamente todas. São prisões muito antigas, com arquitetura já ultrapassada, sem condição de habitabilidade nenhuma. A taxa de ocupação nas prisões era de quase dois presos por vaga. Repor esse número de vagas e atuar no crescimento dessa população mensal é algo que se precisa debater.

Claramente se percebe que esse aumento de vagas está gerando um déficit; que a criação de vagas não consegue acompanhar o aumento no número de prisões. É preciso observar isso ou ter um programa que efetivamente dê resposta a essa geração de vagas. Eu acho que nós precisamos, talvez, de um pacto para o sistema prisional, urgente, porque não dá para esperar quatro anos para ter uma prisão pronta.

O Espírito Santo construiu prisões com dispensa de licitação, inexigibilidade, 26 prisões, e o secretário responde a processo por conta disso, de improbidade administrativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já o atual? O Henrique Herkenhoff?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Não. Eu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, o senhor.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Eu.

Por outro lado, as péssimas condições de encarceramento na maioria das prisões e o tratamento penal dispensado às pessoas presas terminam contribuindo para a alarmante taxa de reincidência criminal, pois nessas condições é praticamente impossível promover a recuperação de pessoas.

Então falar em recuperação de preso num sistema destrozado é algo que é quase impossível. O resultado disso é que o Ministério da Justiça aponta hoje para uma taxa de reincidência em torno de 70%; de reincidência criminal de 70%.

Quer dizer, nas condições atuais não há condição de recuperação, e um programa que possa dar condições de recuperação demanda investimentos altíssimos para os quais se precisa tomar uma decisão urgente.

Eu trouxe aqui alguns dados, para poder ilustrar, do Espírito Santo, que é uma experiência mais recente. Nos primeiros três meses de 2012, foram presas, no Espírito Santo, 4.218 pessoas. Nesse mesmo período, e aí com o trabalho muito próximo do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, foram liberadas 3.483 pessoas. O Espírito Santo instituiu um sistema de controle da sua população carcerária que consegue dar esse resultado, mas ainda é muito pouco. Então, 3.483 pessoas foram liberadas, e aí houve um saldo de 735 pessoas em três meses. Isso já significaria um presídio ou dois presídios, se nós considerarmos que o Ministério da Justiça recomenda prisões com aproximadamente 500 presos. Nós teríamos que ter, em três meses, duas unidades prisionais. Duas unidades prisionais que custariam aos cofres públicos em torno de R\$50 milhões, R\$25 milhões cada uma, se construir de acordo com a lei. Próximo da Lei de Execução Penal, se colocar tudo que a lei prevê, uma prisão custa mais ou menos esse valor. Então, nós teríamos R\$50 milhões para duas prisões. E teríamos que contratar cerca de 200 agentes penitenciários para tomar conta desses presos, sem falar em psicólogos, assistentes sociais, programa de saúde, programa de educação.

Então, esses dados revelam uma preocupação. O Espírito Santo, que teve um momento de grande dificuldade na disposição pública do seu sistema prisional, fez esse investimento, na época do Governador Paulo Hartung, e agora também, no governo do Governador Renato Casagrande. Mesmo assim, com

esses investimentos – e acho que o Espírito Santo deve ser um grande laboratório para se estudar, porque foram efetivamente feitos investimentos, foram geradas 10.521 vagas nesse período –, isso tudo pode se perder em pouco tempo, se continuar crescendo a população carcerária.

O Espírito Santo, nesse período, gastou, só na construção de prisões, R\$453 milhões, retirou todos os presos das delegacias no Estado, contratou 3.248 servidores, agentes penitenciários, instituiu um programa de educação, instituiu um programa na área de saúde, tem um atendimento de saúde a todos os presos, mas hoje já começa a ficar preocupante o crescimento da população carcerária, ameaçando todo esse investimento, porque prisão superlotada resulta em depredação, na falta de condição de dar ao preso o tratamento ideal.

Bom, para encerrar, porque meu tempo é pouco, eu colocaria que nós temos alguns desafios. O primeiro que anotei aqui é que é preciso fortalecer as políticas sociais, na minha opinião, focando a prevenção naquelas populações de maior risco de vulnerabilidade. Não dá para resolver todos os problemas, todos os conflitos sociais com o direito penal. Então, nós temos que trabalhar fortemente na questão da prevenção, para que a gente possa ter a chance de reduzir esse crescimento.

É necessário, também, integrar o sistema penitenciário às políticas públicas, tanto no nível federal, estadual, como no municipal. Hoje o Município está alijado desse processo. Tem Município que não aceita população carcerária no seu território, e isso tem um impacto, sim, no sistema prisional. Quando se tira um preso para se levar a um hospital, para um atendimento de média ou alta complexidade no Município, há uma resistência muito grande no atendimento a esse preso, e não há sequer estrutura nos hospitais para acolhimento de presos, outra preocupação que a gente tem que ter.

Há necessidade, também, de se incrementarem políticas de tratamento penal que deem ao detento a possibilidade efetiva de recuperação. Quer dizer, se nós estruturarmos o sistema prisional dentro de uma população razoável, aceitável, é possível fazer efetivamente um tratamento penal. Fora disso, se continuar na lógica que estamos atualmente, não conseguiremos resultado algum.

Precisamos adotar políticas sociais de inclusão dos egressos penitenciários. Hoje o que acontece? O Ministério da Justiça tem implementado, já há algum tempo, apoio aos Estados para projetos de recuperação do preso, mas nós temos um problema, que é a saída do preso. Tem preso que pede pelo amor de Deus para não sair, para não perder o trabalho a que

ele tem direito, que a Lei de Execução Penal lhe garante. Então, a gente precisa, e tramita já um projeto na Câmara dos Deputados, tratar da possibilidade de esse egresso penitenciário ser contratado sem o vínculo empregatício pelo menos durante um ano, que é o tempo em que ele vai se apresentar àquele empresário, é aquele tempo em que ele pode receber, ter a possibilidade de demonstrar suas habilidades ao empresário, para poder ser contratado efetivamente.

Nós sabemos que muitas pessoas, Senadores, saem da prisão e têm dificuldade até na fala, porque a prisão é cheia de gírias, tem uma linguagem própria. E o preso leva essa distorção para aquele ambiente de trabalho e termina sendo excluído.

Então, se ele tiver a possibilidade, dá certo. Eu, aqui em Brasília, quando Diretor da Funap, várias vezes descumpri a lei, porque o preso era posto em liberdade, e eu o mantinha no trabalho, nos convênios. O Ministério da Justiça tinha presos trabalhando e tem até hoje, assim como vários órgãos do Governo do Distrito Federal. Por quê? Porque o preso dizia: “Se você me mandar embora, vou perder minha possibilidade de garantir uma renda para o sustento da minha família.”

Quanto a isso, na minha opinião, bastaria uma alteração na Lei de Execução Penal, para permitir... Hoje, a Lei de Execução Penal já prevê o trabalho do preso sem vínculo empregatício. É estender isso para o egresso pelo menos durante um ano.

Algumas pessoas se colocam contrárias a isso, achando que vai haver uma exploração da mão de obra do preso. Eu diria que não, porque muitos já estão trabalhando hoje e ficam pedindo, pelo amor de Deus, que a pena não termine, porque senão vão perder esse trabalho, essa possibilidade do trabalho.

E muitos empresários terminam contratando esses presos. Vou dar o exemplo do Espírito Santo, porque vivenciei isso. Nós conseguimos fazer uma mobilização, e, hoje, no Espírito Santo, 239 empresas dão trabalho para presos.

O Conselho Nacional de Justiça implementou um programa com o Ministro Gilmar Mendes, há sucesso, mas isso precisa ser ampliado. É preciso criar no preso a perspectiva concreta de que, ao sair da prisão, vai estar assistido, de alguma forma, com um programa dessa natureza. E, lá dentro, obviamente, vamos trabalhar a melhoria do nível de escolaridade, a qualificação profissional dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Mas isso não convive com superlotação.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Isso não convive com superlotação. Isso não convive com superlotação.

Eu diria, Senador, que isso vai ajudar, no futuro, a não haver superlotação, porque vai diminuir a reincidência. E, mais do que isso, no regime semiaberto, se o preso está preparado para o trabalho interno ou externo, vai ter condições de passar menos tempo na prisão em função da remissão da pena. Nisso há um ganho fantástico.

Há uma outra observação que queria fazer aos senhores, já concluindo. Entendo que a reforma do Código Penal não pode perder de vista a situação atual do sistema prisional. Quer dizer, quanto ao endurecimento que a sociedade clama, os Srs. Senadores têm de ter um pouco de cuidado, porque os efeitos disso no dia a dia do sistema prisional vai ser muito ruim, se houver esse endurecimento.

Acho que a gente tem de trabalhar, Marivaldo, a questão da classificação dos presos, que é uma experiência americana que dá resultado. Uma pessoa que comete um crime... Um preso primário pode ficar numa estrutura física prisional muito mais leve do que a que nós temos hoje. Um preso primário, hoje, fica junto de um preso de alta periculosidade, numa estrutura... E não se dá tratamento nem a um, nem a outro.

Quer dizer, se há uma estrutura para o preso primário, que é muito mais leve, porque a atenção que se deve dar a ele é menor do que aquela que se daria ao preso de maior periculosidade, isso vai, então, trazer ganhos para o sistema e reduzir custos.

Hoje, acho que um dos maiores empecilhos à melhoria do sistema prisional é o custo. Custa caro construir, e, mais do que construir, custa muito caro manter esse sistema – manter de acordo com a lei. Não é só o agente penitenciário, que é o responsável pela guarda do preso. Estamos falando aqui do pessoal de tratamento penal. Eu preciso lá de educadores, de psicólogos, de assistentes sociais, de profissionais da área de saúde, para que esse sistema, então, possa apresentar algum tipo de resultado.

Essas são as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Muito obrigado, Dr. Ângelo Roncalli.

Agora, passo a palavra à Dr^a Fabiana Costa Barreto, que é Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A SR^a FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – Muito boa tarde, Srs. Senadores. Eu gostaria de agradecer o convite para a participação nesta audiência pública e cumprimentar o Dr. Marivaldo, o Dr. Ângelo, com temos uma longa caminhada juntos, desde o início do Programa de Penas Alternativas no Ministério da Justiça.

Inicialmente, eu gostaria de trazer para os senhores que faço parte de um grupo de trabalho do Departamento Penitenciário Nacional, que trata da formulação do Sistema Nacional de Alternativas Penais. E queria iniciar dizendo que não se fala seriamente, em um debate, sobre penas e medidas alternativas ou sobre alternativas penais sem se discutir um sistema de alternativas penais.

Não adianta a gente prever a aplicação de penas alternativas se não temos como executá-las. Então, a banalização de cestas básicas, a aplicação de institutos extremamente importantes, como a suspensão condicional do processo, sem um procedimento de responsabilização, sem a possibilidade de uma reparação dos danos da vítima, sem possibilitar que a comunidade envolvida tenha seus danos reparados, você não tem como discutir alternativas penais sem se falar num sistema nacional de alternativas penais. Então, a nossa fala aqui parte desse pressuposto.

No Ministério da Justiça, esse tema tem sido discutido. Mas, hoje, na realidade, nós temos um sistema prisional bilionário, literalmente bilionário, e um programa de penas alternativas que ainda recolhe recursos no pires. Então, a gente precisa seriamente discutir a institucionalização de um sistema nacional de alternativas penais e uma implantação séria de serviços e programas de penas e medidas alternativas nos Estados brasileiros.

Acreditamos seriamente que o Brasil, tanto no Senado Federal, pelo debate que vimos acompanhando aqui, Senador Pedro Taques, a respeito da reforma do Código Penal, como, Dr. Marivaldo, no Ministério da Justiça... Nós já sabemos que a sociedade brasileira, inclusive na Conferência Nacional de Segurança Pública, a própria sociedade brasileira reconheceu que é o momento de se priorizar as alternativas penais.

Então, nossas contribuições dizem um pouco dos avanços que temos. Para além dessa questão da necessidade da implementação efetiva de um sistema de alternativas penais, nós trazemos aqui algumas contribuições para a Comissão, que vem trabalhando com a reforma do Código Penal.

Em relação à primeira questão que eu gostaria de trazer para os senhores, eu vou apresentar o documento – eu solicitei que fossem retiradas cópias – chamado Política de Alternativas Penais, a Concepção de uma Política de Segurança Pública e de Justiça. Esse documento, que está circulando, também está disponível na página do Ministério da Justiça. Ele fala sobre o escopo de uma política de alternativas penais, deixando claro que um programa de alternativas penais não se resume a condenações apenas restritivas de direitos. Ele abarca também as medidas cautelares,

abarca os institutos da Lei nº 9.099. E nós também consideramos que já é momento de a política pública reconhecer os programas de justiça restaurativa e de mediação penal, que já são uma realidade brasileira e precisam apenas serem assimiladas como de fato política pública.

Nesse sentido, eu já observo que aqui os trabalhos da Comissão responsável pela proposta de reforma do Código Penal trazem algumas características que se comunicam muito com esses debates que vêm acontecendo sobre o Sistema Nacional de Alternativas Penais.

Eu vou citar duas experiências em específico. Uma delas eu vou situar na questão dos delitos de furto, em que há várias previsões de abertura legal, para que programas de alternativa penal sejam implementados sem necessariamente o legislador prever que isso seja uma obrigatoriedade. Então, melhor explicando, aqui existe a possibilidade, por exemplo, da extinção de punibilidade em razão do pagamento da reparação do dano desde que consentida pela vítima. Aberturas dessa natureza são muito bem-vindas para um programa de alternativas penais porque o que nós observamos em termos de legislação brasileira? Às vezes o legislador prevê um instituto, como é o caso, por exemplo, da limitação de fim de semana e esse instituto não é, na prática, viabilizado.

Então, um percurso e um caminho muito natural para um programa de alternativas penais ter sucesso, inclusive para que os consensos possíveis a respeito da aplicação de determinado instituto aconteça, é que haja essas aberturas legais mais abrangentes, como, por exemplo, a possibilidade de participação da vítima no processo penal, a possibilidade de, por exemplo, representação nos casos de furto. Esse tipo de abertura possibilita que, por exemplo, programas de justiça restaurativa e mediação penal sejam aplicados sem que isso se torne uma obrigatoriedade legal, evitando-se, assim, um caminho de você fazer a previsão de um instituto e esse instituto acabar banalizado pela falta de implementação de um serviço público que faça com que ele possa ser executado.

Outra coincidência nos debates que estão acontecendo no que diz respeito à questão do sistema de alternativas penais e o projeto é que há aqui uma separação muito clara entre as penas alternativas, as alternativas penais e o monitoramento eletrônico. Então, a reforma do Código está prevendo que, no regime aberto, existe a possibilidade de aplicação do monitoramento eletrônico, fazendo, portanto, uma diferenciação muito clara. Nas penas alternativas, o monitoramento eletrônico não é permitido.

De fato, esse é o reconhecimento de uma situação brasileira em que as centrais de penas e medidas

alternativas têm conseguido cumprir o seu papel na fiscalização, no acompanhamento e no monitoramento das alternativas penais. E essa, do nosso ponto de vista, é a melhor forma de você acompanhar, monitorar e fiscalizar os institutos de alternativas penais. E o monitoramento eletrônico chega, de fato, num segundo momento. Então, essa é uma outra coincidência entre os debates que estão acontecendo e que estão revelados aqui nesse documento que foi apresentado aos senhores com relação às propostas da reforma do Código Penal.

De uma forma geral, a gente fala em uma linguagem um pouco parecida. Em todos os debates que nós vimos acompanhando tem-se tentado privilegiar soluções que não incluam a privação de liberdade e que possam favorecer a aplicação de institutos que permitam a continuidade do sujeito que participa de um processo criminal em liberdade.

Com relação às propostas de alteração que estão previstas especificamente no art. 44, atual art. 44, que trata da possibilidade de aplicação das penas restritivas de direito, e aí fazendo referência, Senador, a um dos pontos sobre o qual o senhor pedia a nossa opinião, diz respeito a essa questão da violência e grave ameaça. Na trajetória das alternativas penais nós percebemos que a fixação desses parâmetros muito rígidos pode gerar injustiças na prática. Então, ter a violência e grave ameaça como um vetor, mas não necessariamente como um impeditivo, talvez seja uma solução mais adequada.

Os senhores, por exemplo, preveem a possibilidade da reincidência evitar a aplicação de penas restritivas de direito, mas abrem a possibilidade de uma avaliação pelo juiz do caso concreto. Então, se a referência à violência e à grave ameaça for considerada importante pela Comissão, talvez de alguma forma ser mitigado esse parâmetro e possibilitar para o juiz uma avaliação concreta do caso seja um caminho que talvez nos pareça mais adequado.

Com relação também ao descumprimento das penas alternativas, nós temos a previsão de uma regressão direta para o semiaberto. Então, em vez da regressão para o regime aberto, como acontece atualmente, a previsão é de que o descumprimento de uma pena alternativa geraria, a partir do cumprimento, já uma regressão para o semiaberto.

A gente considera que essa equiparação é como se estivéssemos equiparando o descumprimento de uma pena alternativa ao descumprimento de um regime aberto, retornam os dois institutos, colocam-se os dois institutos em patamares semelhantes, quando o ideal talvez seja que você tenha de fato um escalonamento. A possibilidade, por exemplo, de o regime aberto ser

monitorado eletronicamente é um agravamento para a situação da pessoa que eventualmente descumpra uma pena alternativa.

Então, parece-nos dentro de uma lógica sistemática uma regressão para o regime aberto, com os cuidados que os senhores estão tendo para reparar aquilo que, na realidade atual, nós sofremos, o problema com relação a não estruturação das casas de albergado, que transforma o regime aberto em domiciliar. Às vezes, é mais benéfico para o réu descumprir a pena alternativa do que cumprir um regime aberto. Mas me parece que a proposta dos Senadores, a proposta da Comissão, traz alguns ajustes para o regime aberto, que o coloca num patamar diferenciado do que nós temos hoje.

A nossa consideração aqui seria de que talvez fosse mais indicado que o descumprimento de penas alternativas gerasse uma regressão para o regime aberto. Talvez fosse o caso de existirem possibilidades para o juiz aplicar diretamente um semiaberto em algum caso específico, não sei, mas o que me parece mais lógico, dentro de uma sistemática, seja uma regressão para o regime aberto.

Agora gostaria de tocar num ponto que talvez atinja uma questão principiológica da reforma, que também diz um pouco respeito aos debates mais recentes na área de alternativas penais. O que temos observado? O que as pesquisas que têm sido desenvolvidas na área de alternativas penais têm demonstrado? Que elas funcionam muito bem com os institutos que não geram condenação. Então, com a suspensão condicional do processo, com a transação penal, os mecanismos de justiça restaurativa e mediação.

Por que os institutos de alternativas penais, a prestação de serviços à comunidade, o grupo de responsabilização, a reparação do dano da vítima, por que esses institutos funcionam bem com a suspensão condicional do processo, por exemplo? Porque, além de a gente ter maior celeridade e uma possibilidade de ajuste entre as partes, uma maior possibilidade de você colocar as partes para realizar os ajustes que sejam mais adequados à realidade de cada Município, de cada cidade, nós temos um fator que é de extrema importância: a adesão dos cumpridores a esses institutos. E aí estou falando nos locais em que você tem uma estruturação dos serviços alternativos. Nós não estamos falando de cestas básicas, não estamos falando de comparecer em juízo sem precisar reparar dano de vítima, da comunidade ou de se envolver em qualquer mecanismo de responsabilização.

Quando nós temos uma estrutura adequada e institutos que permitem a aplicação de alternativas penais sem necessariamente ter a estigmatização de

uma condenação penal, nós temos um nível de adesão muito grande aos serviços de alternativas penais. Vou dar um exemplo de uma pesquisa realizada aqui, sob a coordenação da Dr^a Ela Wiecko, aqui no Distrito Federal, que estudou casos de furto e de roubo.

O que foi identificado? Nos casos de suspensão condicional do processo, o índice de cumprimento era de 80%, enquanto que nos casos de condenação esse cumprimento não chegava a 50%. Isso porque a gente não está considerando aqui toda a questão da prescrição, que acontece, seja na fase da sentença, seja na fase da execução. Então, o primeiro ponto: um índice de cumprimento muito significativo. Outro ponto: os índices de reincidência encontrados nesse tipo de instituto foram extremamente inferiores aos encontrados nos casos da condenação. Então, no caso de suspensão condicional do processo, eles identificaram em furtos 17% de reincidência, enquanto em condenação esses índices variavam entre 40% e 60%.

Isso tem a ver com o debate, que é um debate criminológico muito sério. Recentemente, a gente teve uma discussão a respeito disso no Supremo Tribunal Federal e aqui na reforma do Código essa questão tem um reflexo muito grande, que é a questão da reincidência.

Todos os estudos, a maioria dos estudos indicam que em uma sentença penal condenatória, o fato de a pessoa ficar com a folha penal suja, enfim, isso tem um fator de facilitação para que essa pessoa volte a cometer novos delitos. Então, a existência de uma condenação. Então, a pessoa fica com a folha penal suja, depois fica com dificuldade de conseguir emprego, enfim, recebe um carimbo de condenado. Esse é um fator, os estudos têm demonstrado, é um fator criminógeno como nós chamamos, não é? A possibilidade de a pessoa voltar ao sistema prisional aumenta a partir do momento em que ela recebe esse carimbo.

E o que nós temos aqui, com alguma clareza, no que diz respeito a essa questão na reforma do Código? Primeiro, no que diz respeito às alternativas penais, à exceção dos crimes que dizem respeito ao patrimônio, eu considero que houve grandes avanços, especialmente no caso do furto. Nos os outros delitos, a gente não teve essa preocupação com a questão de se evitar também, não só a privação de liberdade, mas a condenação também.

E aqui a gente está falando do evitar a condenação, não como uma forma de beneficiar os autores de delitos, nós estamos falando aqui em uma nova filosofia de responsabilização, não é? Quais são os mecanismos que nós temos, em termos de política criminal, para promover responsabilização e para pro-

mover reparação do dano da vítima e para promover a reparação da comunidade?

Essa reflexão a respeito dos efeitos de uma condenação é uma reflexão que precisa ser muito séria, especialmente, Senadores, porque na reforma do Código está-se prevendo consequências muito graves para o réu reincidente. O réu reincidente vai ter uma diferenciação muito mais severa, muito mais dura, no que diz respeito à possibilidade de progressão de regime e até de fixação de regime prisional.

Então, se nós fôssemos pontuar uma questão que talvez seja transversal a toda a reforma que está sendo feita, e em especial a gente está falando aqui da questão dos regimes de pena, é uma reflexão a respeito se de fato a opção vai ser tratar de forma mais severa as pessoas reincidentes, quais são as válvulas de escape que o sistema de justiça vai ter para aquelas pessoas que estão passando pela primeira vez no sistema?

Isso, para o sistema de alternativas penais é um assunto muito caro. Nós temos duas pesquisas em andamento que tenho a impressão que podem esclarecer muito essas questões. Uma delas financiada pelo CNJ está estudando especificamente o instituto da reincidência. Uma segunda pesquisa, que está sendo financiada pelo Ministério da Justiça, está estudando a importância dos institutos que evitam ou que possibilitam outras formas de responsabilização sem necessariamente precisar-se chegar a uma condenação criminal. Essas duas pesquisas estão sendo tocadas pelo Ipea e os primeiros resultados devem estar surgindo nos próximos meses. Então eu chamaria a atenção dos senhores...

O SR PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Qual é o objeto das pesquisas?

A SR^a FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – Uma delas a respeito de reincidência, então eles estudam reincidência, não só dos cumpridores de penas alternativas, como dos que passaram pelo sistema prisional, e a outra estuda o sistema de justiça como um todo, com enfoque nessa questão dos institutos “despenalizadores”. Como foi o andamento e como funcionou a aplicação da pena, por exemplo, com a suspensão condicional do processo e como funcionou com uma condenação? Porque nós temos aí uma grande chave sobre um pensamento a respeito da política criminal brasileira que, se os senhores tiverem a oportunidade de se aproximar um pouco a respeito dessas discussões, concluirão que isso tem muito a ver com a discussão que nós fazemos aqui a respeito do Sistema Nacional de Alternativas Penais. Acho que seria uma grande oportunidade.

Enfim, eu acho que são essas as principais considerações que eu gostaria de trazer aos senhores. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Dr^a Fabiana.

Agora, passo a palavra ao Sr. Marivaldo de Castro Pereira, que é o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Muito boa tarde. Cumprimento o Senador Pedro Taques, o Senador Aloysio, o Dr. Ângelo, a Dr^a Fabiana. Agradeço o convite formulado ao Ministério da Justiça para participar dessa audiência pública.

O entendimento do Ministério vai muito na linha do que foi colocado aqui, tanto pelo Dr. Ângelo como pela Dr^a Fabiana, com a qual temos debatido constantemente a construção de saídas para a estruturação de um sistema de penas alternativas, tanto no âmbito de sua intensa militância nessa área, já bastante conhecida, como também no âmbito do CNPCP.

O problema do sistema prisional é amplamente conhecido hoje. O Brasil assiste a um aumento assustador da população carcerária, que tem resultado numa constante violação de direitos dos presos que estão sob custódia do Estado e não têm os seus direitos básicos minimamente ali garantidos, para o cumprimento da pena nos termos em que demanda a Constituição.

Essa situação tem um custo para a sociedade, um custo excessivamente alto. Hoje, uma vaga gira em torno de R\$40 mil, e o custo mensal de um preso fica em torno de R\$1.500 a R\$2.000, ou seja, a um custo excessivamente alto para a sociedade, que tem como resultado, muitas vezes, a transformação de um cidadão que, talvez, não fosse tão violento, não tivesse um grau de periculosidade tão grande, numa pessoa muito pior. Acaba saindo do sistema uma pessoa muito pior.

Portanto, a sociedade está custeando um sistema que, ao invés de protegê-la, acaba transformando pessoas em seres humanos piores, que acabam voltando para a prática de crimes, talvez, até mais graves. E isso também, em grande parte, graças a essa ausência de separação de presos de acordo com a periculosidade e com o tipo de crime cometido, que tem previsão na LEP, mas de difícil concretização, até pela situação de saturação do sistema.

O resultado disso tudo é que a gente acaba tendo índices bastante elevados de reincidência. Não há um cumprimento da pena que permita uma reinserção social do preso, que permita um efetivo arrependimento, uma retomada da vida fora do crime. Isso acaba tendo impacto direto na reincidência e, ao mesmo tempo, acaba sendo ineficiente para a segurança pública. E aí nós temos um círculo vicioso, de aumento da insegu-

rança, ao mesmo tempo, uma demanda pelo aumento do encarceramento, e a gente vai gastando cada vez mais recursos para isso. A sociedade vai, cada vez mais, despejando recursos na construção de novas unidades, no aumento do aparato de segurança pública, prendendo mais pessoas, mas o problema central talvez acaba não sendo resolvido.

Óbvio, qual é a saída para isso? É evidente. É urgente a ampliação de vagas no sistema prisional. Ele é insuficiente. Qualquer debate que seja feito, esse é um pressuposto que não pode ser discutido e, por isso, o Governo Federal e o Ministério da Justiça vêm buscando a parceria com os Estados, para efetivar a ampliação dessas unidades. Obviamente que a construção, como o Dr. Ângelo mesmo colocou, de novas unidades é extremamente complexa; envolve o Município aceitar que ali passará a haver um presídio, a população daquele Município aceitar que passará a viver com um presídio em sua cidade; envolve os trâmites burocráticos, tanto em âmbito estadual como em âmbito federal, e até mesmo a questão dos recursos que, talvez no momento em que a gente vive, essa não é a grande questão. Mas também envolve o aperfeiçoamento do ordenamento atualmente existente. E, nesse sentido, acredito que o Congresso Nacional – e aí nós temos acompanhado muito esse tema, tanto na Câmara quanto no Senado – vem avançando bem, de forma bastante positiva no aperfeiçoamento desse sistema. Aí, o passo posterior talvez fosse a concretização daquilo que está no aparato normativo.

Um bom exemplo é a nova lei das cautelares, que, embora não trate das penas alternativas, traz um rol de alternativas ao encarceramento. Embora a gente tenha um número excessivamente alto de presos, algo em torno de 500 mil presos em todo o País, pelo menos, a metade é de presos provisórios, ou seja, são presos que estão no sistema ainda aguardando o julgamento do processo. Então, muitas vezes, pessoas das quais sequer há certeza da culpabilidade, mas que permanecem no sistema aguardando um processo que demora, muitas vezes, tempo superior ao tempo da condenação. Chega-se à situação em que o sujeito aguarda cinco anos preso e, quando vem a condenação, dois anos de prisão; ou seja, ele acaba tendo o seu direito violado, até mesmo quando culpado. Isso para não citar os casos em que o sujeito acaba sendo inocentado e passou anos da vida preso, como muitos casos que vêm sendo amplamente julgados de pessoas que geralmente não têm acesso à Justiça, de pessoas muito pobres que acabam sendo presas por pequenos crimes, como furto, ou mesmo por engano e acabam ficando na prisão pelo simples fato de não

terem acesso à Justiça, de não terem condições de custear um advogado.

Então, a nova Lei das Cautelares foi um grande avanço que poderia até mesmo servir de inspiração para aprimorar as alternativas penais previstas na proposta de código. Ela trouxe a possibilidade de suspender-se a prisão preventiva, colocando no lugar a obrigatoriedade do comparecimento periódico em juízo, da proibição de acesso à frequência a determinados lugares, proibição de manter contato com pessoa determinada, proibição de ausentar-se da comarca, recolhimento domiciliar no período noturno, suspensão do exercício de função pública, internação provisória ou mesmo a monitoração eletrônica. Todas elas medidas que, a critério do juiz, se forem suficientes para garantir a ordem pública ou regular a tramitação do processo, podem ser aplicadas alternativamente à prisão. Foi uma lei que representou um avanço bastante importante, mas que ainda enfrenta desafios na sua implementação.

Outro avanço importante do Congresso Nacional neste sentido de melhoria do sistema é a informatização do acompanhamento de execução; uma lei que foi aprovada de forma bastante célere tanto na Câmara quanto no Senado e que agora enfrenta o desafio de implementação. É uma lei que, na prática, acaba levando à informatização daquilo que hoje é chamado de mutirão carcerário, desse esforço que é feito no mutirão carcerário, que prevê que, tendo o sistema penitenciário, dialogando com o sistema de justiça e tendo ciência de que o preso já cumpriu o tempo de pena previsto em sentença, o juiz conceda automaticamente o benefício ou da progressão de regime ou da liberdade. Uma lei bastante importante foi implementada e tem o desafio de se concretizar.

Outro exemplo a própria remissão da pena pelo estudo, que é um incentivo a que o preso se dedique, durante o cumprimento da pena, ao estudo, porque isso aumenta substancialmente a probabilidade de que ele venha a se reinserir socialmente e não venha a reincidir na prática do crime. Lei bastante importante também foi aprovada por esta Casa.

Além disso, a gente ainda tem a discussão da nova Lei de Execução Penal, da reformulação da Lei de Execução Penal. Uma comissão instalada aqui, no Senado Federal, discute o aprimoramento da Lei de Execução Penal. Talvez haja questões pontuais que possam ser aprimoradas para melhorar essa situação atual.

O incentivo à contratação de egressos de que tratou o Dr. Ângelo é debatido em diversos projetos, inclusive o Ministério da Justiça monitora alguns, porque tem especial interesse nessa temática. Sem dúvida alguma, quando o preso sai do sistema penitenciário,

ele tem uma dificuldade muito maior para se encaixar socialmente, para conseguir uma vaga de trabalho, para conseguir se inserir socialmente do que os outros cidadãos. E é muito importante para a sociedade dar esse apoio, conseguir abrir as portas para que ele consiga se inserir sob pena de a gente ter uma potencial recaída e uma reincidência no crime.

E também o novo Código Penal, uma discussão muito bem conduzida pelo Senador Pedro Taques e que tem como grande desafio a retomada da sistematicidade do sistema penal, da legislação penal e também a retomada da proporcionalidade entre os tipos penais. Temos, no Brasil, uma constante alteração da legislação penal – a gente assistiu nas últimas décadas – muito impulsionada por momentos de comoção social, de grande comoção social sobre crimes que tiveram ampla repercussão. Essas alterações acabaram levando a uma quebra de sistematicidade do Código Penal. Então, a gente tem condutas que apresentam um potencial extremamente lesivo e que possuem penas mais baixas, enquanto outras condutas que são mais graves, extremamente graves acabam tendo penas bastante diminutas. Um exemplo que a gente costuma citar é a submissão de pessoa à condição análoga à de escravo e o furto qualificado, o qual é crime sem violência ou grave ameaça, cuja pena pode chegar a até oito anos e a exploração do trabalho escravo, que acaba ficando em algo em torno de três anos, salvo engano. Então, uma disparidade extremamente grande diante da diversidade, da gravidade dessas respectivas condutas.

Um outro desafio grande nessa discussão do Código Penal é o fortalecimento da aplicação de penas alternativas. O Ministério da Justiça fez uma pesquisa no seu *blog* e mais de 70% dos participantes são favoráveis à adoção de penas alternativas. Para a sociedade, o modelo atual em que o preso acaba ficando em algo que hoje pode ser classificado como um depósito de gente, que é o sistema penitenciário, não é interessante. Para a sociedade, talvez seja muito mais interessante ver aquele sujeito que praticou o crime receber a sua pena e cumpri-la, por exemplo, por meio de uma prestação de serviços à comunidade, nos casos em que o crime praticado não seja de tanta gravidade que justifique a sua exclusão da sociedade. Então, para a sociedade é mais interessante isso porque ela sabe que aquela vaga na prisão tem um custo. Esse custo não é baixo, esse custo é excessivamente alto. Ao mesmo tempo, para o preso também é interessante porque ele sabe que, no cumprimento de uma pena alternativa, a possibilidade de reinserção social é muito maior do que quando fica depositado,

digamos assim, em um estabelecimento onde estará sujeito a todo tipo de violações.

Então, nesse sentido é importante destacar que a proposta de Código Penal traz alguns avanços. Acho que essa discussão da reincidência, que a Fabiana colocou, é um debate importante a ser feito: em que medida a reincidência, que hoje é prevista na legislação, é um critério suficiente para que a gente tenha um impedimento à aplicação da pena alternativa? Não se pode levar em conta, simplesmente, a gravidade do crime. Talvez isso é que deva ser levado em conta para que se decida ou não pela aplicação da pena alternativa. Apenas para colocar aqui, de acordo com dados do InfoPen, pelo menos 60 mil presos hoje no sistema são acusados de crimes cujas penas são de até 4 anos, ou seja, crimes leves. São 60 mil pessoas que não necessariamente deveriam estar inseridas dentro do sistema. É muita gente a um custo muito alto para a sociedade. Então, é de se refletir se seria necessário o encarceramento dessas pessoas e se não seria suficiente a aplicação de uma pena alternativa.

Voltando ao Código, gostaria de ressaltar a importância que se dá às penas já existentes. A prestação de serviços à comunidade a gente avalia como, talvez, uma das medidas alternativas mais importantes no sentido de que permite um controle mais fácil, tanto por parte do juiz como pela sociedade. Isso traria uma credibilidade maior. É necessário que o sistema de penas alternativas, na linha do que a Fabiana colocou, seja efetivamente estruturado em nosso País. Nós precisamos ter um sistema estruturado com as competências delimitadas: qual é a competência da União, qual é a competência do Estado, qual é a competência do Município? O Município vai ter ou não um papel? A prestação de serviços à comunidade vai ser na iniciativa privada ou no Poder Público? Na iniciativa privada, como é que se vai dar o processo de preparação para recebimento do preso? Não é simplesmente determinar ao preso que vá a uma determinada instituição e que lá, simplesmente, preste um trabalho. É necessário que se tenha um acompanhamento dessa pena, é necessário que a sociedade assista, que a sociedade possa ter um controle social sobre se a pena ali aplicada está sendo efetivamente cumprida, sob pena de chegarmos à situação a que se chegou. Hoje, toda vez que a imprensa divulga que fulano cometeu um crime X e foi condenado ao pagamento de cestas básicas, todo mundo fica indignado. Ninguém concorda com isso, ninguém acredita nisso exatamente. Não podemos correr esse risco.

Então, é necessária a construção de um sistema que capacite quem vai receber esse preso, que aqueles que forem recebê-lo estejam capacitados

para recebê-lo, que o juiz tenha informações sobre a efetividade de sua decisão e a sociedade possa saber que, de fato, foi condenado à prestação de serviços e está prestando serviços. Sem dúvida alguma, esse é um modelo muito mais em conta – o custo é muito mais baixo do que o da construção de novas unidades prisionais – e, sem dúvida alguma, para a sociedade é uma resposta muito mais efetiva do que aqueles estabelecimentos abarrotados onde ocorrem toda sorte de violação de direitos.

Outro ponto que gostaria de elogiar bastante aqui no projeto é o fortalecimento de penas como a prestação pecuniária e até mesmo a pena de multa. São temas bastante importantes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA –

Exatamente. E aí alertar para um problema que nós enxergamos nas cautelares, sobre os quais precisamos refletir sobre como resolver.

Eu acho que o fortalecimento da prestação pecuniária e a pena de multa são extremamente importantes como alternativas penais. E a proposta de Código prevê que essa pena não pode desconsiderar a capacidade econômica do apenado. Isso é extremamente importante e a nova Lei das Cautelares também prevê.

Porém, logo após a aprovação da Lei das Cautelares, que fortalece a fiança, surgiu um problema muito grave, trazido pelas Defensorias Públicas de todo o País, que é a fixação de uma fiança excessivamente alta para moradores de rua, para pessoas que evidentemente não têm condições de arcar com essa fiança, embora a lei preveja que deve ser analisada a capacidade econômica do apenado.

Então, são situações que acabam levando à situação esdrúxula, em que a pessoa não permanece presa pelo tipo de crime que cometeu, mas sim pela sua capacidade econômica, ou seja, pela ausência de capacidade econômica. Então, são situações que a Defensoria Pública de São Paulo, a Defensoria Pública de todo o País acha que seja importante termos uma reflexão sobre esse tema.

Acho que o Congresso Nacional vem se debruçando intensamente sobre a melhoria do Sistema Penal. Acho que há um debate muito forte e esse debate agora está concentrado no âmbito do que o Código Penal pode trazer, pode ajudar a complementar um processo que já veio, desde a Lei das Cautelares, a Lei da Lavagem de Dinheiro, agora o Projeto de Lei de Organizações Criminosas, que deve ser aprovado. Enrijeceram um sistema no ponto em que ele deveria enrijecer, ou seja, há situações que não são punidas

suficientemente pelo ordenamento, enquanto há outras em que há excessos.

Acho que esse é o grande desafio quando se discute a Legislação Penal. É necessário abstrair toda a comoção de um momento, todo aquele impulso que vem por um fato específico e fazer uma discussão, embora muitas vezes seja difícil, uma discussão fria e técnica em cima da Legislação Penal. Somente assim vamos conseguir resgatar a sistematicidade e a proporcionalidade e, quem sabe, amenizar um pouco essa situação, que vem resultando na explosão do sistema carcerário, no aumento cada vez maior do número de pessoas presas, mas que não vem tendo, em contrapartida, o aumento da segurança pública; muito pelo contrário, assistimos a situações que, necessariamente, fazem com que os gestores públicos reflitam em onde estamos e precisamos melhorar para resgatarmos, para termos um sistema mais efetivo, para termos um sistema que tenha maior eficiência, afinal de contas, há um custo excessivamente alto à população. Esses recursos poderiam estar sendo colocados na saúde, poderiam estar sendo colocados na educação, mas acabam sendo aplicados na criação de penitenciárias, que são extremamente necessárias. Mas é preciso retomar a efetividade, a eficiência desse sistema, que é o que demanda toda a população.

Eram essas as breves palavras que eu queria colocar.

Agradeço, mais uma vez, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Marivaldo.

Vamos passar às perguntas, às intervenções dos Senadores.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, obrigado. Srs. Senadores, ilustres convidados, O motivo ensejador, Senador Suplicy, da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto e, eu penso, da Comissão de Senadores que está a tratar deste projeto, no primeiro momento, é entender que, no Brasil, existem muitas pessoas que estão presas e lá não precisariam estar e que existem muitas pessoas que não estão presas e que deveriam estar presas. Não sou daqueles que têm preconceito em relação à prisão.

Eu entendo que a Constituição estabelece, no art. 144, a necessidade de repressão sem conteúdo político ideológico que existia até a Constituição de 1988, mas o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão que comete crimes. Penso que a Constituição, no art. 5º, XLII 43 nos dá essa notícia, quando trata de terrorismo, crime hediondo, estabelecendo um espaço diferenciado dos crimes de menor potencial ofensivo. O primeiro ponto que teríamos de debater é este: o

Direito Penal prende muito quem não deve e deixa de fora quem deveria estar preso.

A ideia do projeto, e penso que em debate com alguns Senadores, é justamente esta: fazer com que o Direito Penal volte ao seu eixo. Ele não vai resolver problemas de segurança algum. Ele não é o único instrumento para resolver todos os problemas de segurança pública no Brasil. O projeto busca afastar a chamada legislação de emergência, a diarreia legislativa – vamos chamar assim –, uma inflação legislativa: a cada crime que ocorre, cria-se um tipo penal. Nós temos que acabar com isso. E o objetivo também aqui – nós temos 1.700 tipos penais no Brasil – é descriminalizar algumas condutas, despenalizar outras condutas, criar alternativas penais em relação a outras condutas e penas alternativas, que é objeto do nosso debate.

Eu, como Relator, tenho buscado fazer essa reflexão. O Direito Penal, em determinado momento, é a *prima ratio*. Ele deve ser sim a *prima ratio*, o primeiro soldado que deve enfrentar aquele que comete o crime. Mas, na maioria dos casos, na nossa legislação, que possui microssistemas diferenciados, ele deve ser a *ultima ratio*. Ele não vai resolver o problema.

Agora, como Relator do Código, me preocupa o discurso de que nós temos muitos presos. Realmente: 550 mil presos. Agora, esse número não pode ser levado em conta apenas de forma absoluta. Temos que fazer uma crítica: que tipo de preso existe. Esse deve ser o debate.

Conversava aqui com o Senador Aloysio: imagine o instante em que nós tivermos uma polícia mais eficiente do ponto de vista técnico; imagine o momento em que o Ministério Público ofereça denúncias mais consistentes ou que o Poder Judiciário ofereça condenações criminais que sejam, do ponto de vista da eficiência, melhor aparelhadas às sentenças! Nós necessariamente teremos um número maior de presos. Porque o número de fatos criminosos que se tornam inquéritos policiais, inquéritos policiais que se tornam ações penais, que não prescrevem, para as quais não existe condenação ou absolvição em razão da prescrição, é muito elevado. Então, esse número tem que levar em conta, também, esses dados da eficiência do sistema.

Daí, eu tenho algumas indagações aos três convidados, se puderem nos dar o gosto da resposta – os três se assim entenderem responder ou um deles.

De acordo com pesquisas financiada pelo Ministério da Justiça e realizada pela Direto GV de São Paulo, série *Pensando o Direito*, mais de 66% dos tipos penais brasileiros admitem a imputação de penas alternativas em substituição à pena privativa de liberdade. Mais de 66%. Em comparação com outros

países, esse é um percentual razoável? Deve haver uma ampliação dos crimes aos quais podem ser imputadas as penas alternativas?

Dr^a Fabiana, nós já anotamos a necessidade de que possamos ouvir esses pesquisadores do Ipea para que esses dados possam aqui ser trazidos. Isso é muito interessante para mim como Relator. Eu quero e vou buscar esses dados.

O outro ponto, antes de passar para outra indagação, é que nós teremos uma audiência conjunta com a Comissão Especial de Juristas que está tratando da nova Lei de Execução Penal, para que possamos fazer essa interlocução com esses que estão a elaborar uma nova Lei de Execução Penal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – O Beneti...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É, o Sidnei Beneti, Ministro do STJ.

O atual Código Penal, no art. 44, veda que os crimes cometidos com violência ou grave ameaça sejam punidos com penas alternativas. O projeto, no art. 61, amplia o cabimento das penas alternativas, ainda que o crime tenha sido cometido com violência ou grave ameaça. O projeto amplia isso. Isso é aconselhável, na opinião dos senhores, tendo em vista a experiência dos senhores no tema?

Qual a efetividade hoje da pena de prestação pecuniária e da pena de multa? Qual a efetividade? Nós temos dados? Considerando-se o entendimento de que ambas prescrevem no prazo de dois anos, quando exclusivamente cominadas a um crime, o Estado consegue exercer sua pretensão executória nesses casos? Nós temos esses dados? Seria interessante que os tivéssemos.

Qual a situação hoje no Brasil a respeito da existência de estabelecimentos penais para cumprimento de penas nos regimes semiaberto e aberto?

Números. É interessante que, caso o estabelecimento penitenciário necessário à progressão de regime não esteja disponível, é interessante a possibilidade de cumprimento de penas alternativas nesse caso?

Qual a situação atual de implementação da Resolução nº 101, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece regras para o cumprimento de penas alternativas? Nós temos dados sobre isso?

Quais são as suas principais dificuldades de monitoramento?

E a principal dificuldade encontra-se na legislação ou na capacidade de execução do Poder Judiciário ou do Poder Executivo? Nós temos esses dados?

Gostaria, em sendo possível, que essas indagações fossem formuladas. São essas, Sr. Presidente, e

eu quero cumprimentar os expositores que enriqueceram, e muito, o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Eu queria acrescentar, Senador Pedro Taques e Senadores, uma pergunta que nos chegou pela Internet, veio de Campinas, do Sr. Osvaldo Barreto, que é um pouco na linha da primeira parte da sua intervenção, Senador Taques.

Observação do Sr. Osvaldo Barreto:

A abordagem dos palestrantes foca muito mais na questão orçamentária e administrativa do que no efetivo combate à criminalidade. O poder/dever do Estado de punir e recuperar não pode estar condicionado ao Orçamento ou apenas à impossibilidade financeira. A impunidade tem relação com o receio do custo-benefício da prática do crime pelo criminoso.

É a participação do Sr. Osvaldo Barreto, de Campinas, que vem pela Internet.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita uma última construção aqui a respeito da reincidência.

Se o réu não for reincidente em crime doloso, de acordo com o art. 61 do projeto, é possível a aplicação de uma pena restritiva. E existe aqui uma salvaguarda, uma possibilidade: “salvo se a medida for suficiente para a reprovação e prevenção do crime”. Isso já seria o bastante no entender da senhora, quando a senhora tratou da reincidência de forma objetiva?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – A quem o senhor dirige a sua pergunta?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – À Dr^a Fabiana.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O conjunto das perguntas à Dr^a Fabiana?

O conjunto ao conjunto?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O conjunto ao conjunto. Essa individual à Dr^a Fabiana.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Bom, eu queria fazer uma abordagem apenas na questão dos estabelecimentos prisionais que o senhor colocou: regime fechado, semiaberto... Bom, esse é um problema para o gestor penitenciário.

A pouco tempo atrás, nós tínhamos uma população... O Marivaldo falou em torno de 60% de presos provisórios. Isso varia em cada Estado e tal. E tinha Estados no Brasil, Senador, com 90% de presos provisórios. Imagine os senhores como o gestor penitenciário vai organizar o seu planejamento na hora de construir? Porque para o preso provisório, a cadeia pública, que é uma estrutura muito mais simples, porque é para

provisório, então a permanência dele ali seria bem menor, um tempo bem menor, mais reduzida. Para o preso em regime de condenado, a estrutura penitenciária é uma estrutura maior, porque aí tem que prever o tratamento penal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Por que um número tão alto de presos provisórios? Isso é uma pergunta que... Porque tem mais presos provisórios do que presos já condenados.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Isso tem a ver com o rito processual, não é?

Houve a Lei das Cautelares, que é um alento, mas é preciso ter um observatório do cumprimento dessa lei, porque o Marivaldo traz informações de que, dos 500 mil presos que nós temos no Brasil, 60 mil não deveriam estar nas prisões. Então, como fazer? Qual é o instrumento que o gestor penitenciário vai ter ou que o Judiciário e o Ministério Público vão atuar para que efetivamente se tire essas pessoas de lá? Então nós precisamos, nesse planejamento, estabelecer percentuais: qual é o número aceitável de presos provisórios? E aí se constrói unidades para aquele número, não é?, de presos em regime fechado e em semiaberto, sem falar da casa de albergados que a Dr^a Fabiana tratou.

Então acho que essa é uma discussão que precisa ser feita, mas tem que ter um limite, viu Fabiana? Eu acho que tem que ter um limite, porque hoje os gestores penitenciários são muito penalizados pela opinião pública, pela ausência de vagas, mas aí quando ele investe em um tipo de estabelecimento, daqui a pouco a legislação mudou e passa a ser outra necessidade. Não é? E aí ele não vai nunca suprir.

E hoje, Senador Taques – é preciso se pensar nisto –, não há na nossa legislação a possibilidade de o gestor recusar o recebimento de presos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É bom que assim seja.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Sim, mas nós teríamos que ter o limite.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Orçamentário?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Não, o limite de vagas. Eu acho que a gente tem que estudar isso. Eu acho que era preciso uma conta que permitisse ao juiz, em determinado momento, ter um instrumento de flexibilidade para que ele possa retirar pessoas que já cumpriram determinado tempo de prisão, que já deram resposta ao tratamento penal, abrindo vaga para aqueles que precisam entrar.

Eu acho que essa equação tem de ser estudada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Então, a Dr^a Fabiana, agora.

Vou pedir licença um minutinho, pois tenho de ir ao plenário. Deve começar a Ordem do Dia agora, e eu fui chamado para saber se há acordo, ou não, sobre determinadas matérias. Como Líder, preciso ir ao plenário.

Pergunto se o Senador Suplicy poderia substituir-me na Presidência da Comissão. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Aí, o senhor poderá fazer as perguntas daqui mesmo da Presidência da Comissão, até numa posição hierarquicamente, claro... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, Dr^a Fabiana Costa Barreto, pode responder às indagações do Relator, Senador Pedro Taques.

A SR^a FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO – Sr. Senador, a pesquisa é da FGV. Conheço essa pesquisa também, inclusive publicada aqui pela Secretaria de Assuntos Legislativos.

Qual é a questão e qual é o ponto da pesquisa da GV? Ela abarca todos os tipos penais do Código e legislações extravagantes também. Mas o que a gente observa em termos de sistema prisional? O sistema prisional está superlotado por, no máximo, cinco tipos penais. Qual é a grande questão e o grande debate que se faz a respeito da questão das alternativas penais?

Nós sabemos que, às vezes, um tipo penal previsto em lei, seja o roubo, seja o tráfico, que são os delitos que mais criminalizam e que mais geram a condenação à pena privativa de liberdade, eles não necessariamente estão tratando de condutas que são, de fato, graves e sérias.

Então, o debate que precisamos fazer é: como permitir que o juiz tenha condições de, no caso concreto, avaliar se aquele caso, de fato, é um caso que precisa da privação de liberdade, ou não precisa da privação de liberdade?

Aqui, no que diz respeito à reforma, tanto no caso do tráfico de entorpecentes, quanto no caso de roubo, estão previstas o que chamo aqui de “válvulas de escape”. No que diz respeito ao roubo qualificado, também, porque há uma diminuição considerável da pena. Então, eu verifico que a Comissão está preocupada com essa questão em especial.

E aí eu vou fazer o *link* com a pergunta que o senhor me fez especificamente, que é a questão da reincidência. Aqui, chamo a atenção da Comissão. Estamos falando que estamos ficando sem válvula de escape para a não condenação, ou para a não geração de reincidência. Então, vamos supor que uma pessoa comete uma conduta, uma pessoa que nunca teve nenhum tipo de passagem pela polícia, comete

um delito que viola o patrimônio com pouco valor, tem uma lesão ou tem uma ameaça que não é grave, mas não há possibilidades na legislação para que o juiz evite; que tenha mecanismos de responsabilização, sim, estou dizendo até da condenação.

Por que estou chamando a atenção para isso? Porque toda a reforma está tratando de uma forma muito severa aquelas pessoas que já possuem uma condenação criminal, e temos muito pouca válvula de escape para que se possam trabalhar políticas que não necessariamente envolvam... – e isso tem sido o grande avanço no Brasil, em termos de política criminal, ultimamente. O que queremos trazer aqui para os senhores: os maiores avanços em termos de políticas de alternativas penais incluem institutos que não necessariamente exigem a condenação. A condenação é uma etapa importante e necessária nesse escalonamento. Assim como senhor informou – e aqui eu faço referência à pergunta feita pelo Sr. Osvaldo –, a nossa preocupação é, sim, com segurança pública. Ela deve ser uma preocupação com segurança pública. Acho que o Programa de Alternativas Penais não pode ter uma preocupação com a redução do encarceramento, ele tem que ter uma preocupação com a reparação do dano da vítima, com a reparação do dano à comunidade, uma preocupação com a resolução dos problemas de segurança pública.

Que tipo de política criminal é essa que promove responsabilização, evita reincidência, faz com que realmente a prevenção do delito aconteça? Essas são as respostas que vimos encontrando quando existe um programa de alternativas penais que seja, de fato, instalado e quando há mecanismos legais que permitam essa possibilidade.

Então, seguindo a sequência das perguntas, no que diz respeito à violência e grave ameaça, de fato, o Código traz, a reforma traz avanços, porque permite para os delitos punidos com até dois anos e permite também... Eu teria que ver o artigo aqui, esqueci de anotar. Enfim, é mais abrangente do que a legislação atual.

O que nós sugerimos é que talvez essa redução por tempo de condenação, essa possibilidade da aplicação da pena alternativa por tempo de condenação ainda seja restrita; talvez seja tímida. Um caminho parecido com o da reincidência talvez seja mais próximo para que o juiz, diante do caso concreto, diante das circunstâncias...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

– Exatamente! Isso.

Com relação à Resolução 101, do CNJ, o que temos observado desde 2000, quando foi criado o Programa Nacional de Penas Alternativas? Ângelo estava lá no Depen, na época. A criação e disseminação das centrais de penas e medidas alternativas. Essas centrais foram estimuladas pelo Ministério da Justiça, na maioria das vezes foram instaladas no próprio Poder Judiciário e, atualmente, houve uma conversão dessas centrais em varas especializadas na execução de penas em medidas alternativas.

O debate que temos hoje a respeito das alternativas penais é: o Poder Executivo precisa assumir a sua responsabilidade na implementação das alternativas penais. Então, não adianta deixar exclusivamente com o Poder Judiciário. É preciso que o Poder Executivo assuma a sua responsabilidade na implementação dessa política.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Senador, eu acho que, em relação à proporção de tipos penais que admitem aplicação, embora eles sejam em grande número, acho que, como todo mundo colocou, me parece que nove crimes são responsáveis por 80% da população carcerária. Então, você tem a dispersão muito pequena, se pegar...

O SR. PEDRO TQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Em São Paulo, é muito maior ainda tráfico e roubo.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Exatamente.

Então, tráfico, crimes patrimoniais acabam sendo responsáveis por grande parte. Dentro dos crimes patrimoniais, a gente tem outro problema, que é o caso do furto. Geralmente, no furto acaba-se não conseguindo aplicar por causa do problema da reincidência. Então, muitas vezes, esse furto está relacionado a uma situação de dependência química, que é mais ainda na hora em que se vai olhar os valores envolvidos nesse furto; aí a situação fica mais desesperadora ainda, porque a gente está falando da população efetivamente excluída que acaba caindo nessa situação.

Em relação às penas pecuniárias, a ampliação eu vejo com bons olhos, sobretudo porque ela empodera o juiz, permite que ele avalie o caso concreto, avalie a gravidade da conduta. Acho que esse tem que ser o critério central para a aplicação de penas alternativas, porque, muitas vezes, a conduta nem é tão grave assim, as circunstâncias demonstram que a gravidade não foi efetivamente tão grande e aí você tem uma pessoa que poderia ser efetivamente punida por qualquer meio alternativo que acaba sendo encarcerada e cooptada pelo crime organizado e nunca mais se recupera essa pessoa. Aí a gente cria um problema: gasta uma fortuna para criar um problema maior para a sociedade.

Em relação às penas pecuniárias, eu avalio que é necessário... O projeto tenta avançar na busca de uma efetividade maior. Hoje, de fato, por serem valores muito baixos, comparados com o sistema de execução de dívida ativa, acaba não tendo uma efetividade tão grande. É necessário buscar um mecanismo onde não seja possível simplesmente não pagar, deixar para lá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Volta para o Ministério Público, é natureza penal.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Então, é necessário buscar um caminho onde essa penalidade seja efetiva. Um bom exemplo que a gente pode colocar é o da Lei Seca, o avanço que se teve na área administrativa da Lei Seca e a efetividade que se tem na cobrança da multa aplicada na seara administrativa tiveram um impacto substancial. Até hoje, a cada feriado, a gente assiste a uma redução substancial do número de pessoas flagradas conduzindo embriagadas. E olha que não alteramos a parte penal, não houve qualquer alteração na parte penal, a não ser no modo de comprovação da embriaguez ao volante.

Houve um enrijecimento na parte administrativa, a cobrança da multa é efetiva e isso por si só foi suficiente para inibir a conduta. Então, é um exemplo que, acredito, deva ser seguido como forma de punição que tem efetividade. Obviamente que para crimes dessa natureza, onde não há violência ou grave ameaça, mas, sim, um crime de mera conduta. Sobre a questão da resolução do CNJ eu não saberia dizer, acho que o Fabiano teria mais condições de colocar.

O ponto central é essa questão da reincidência, que o projeto enfrenta de forma bastante satisfatória.

Outro ponto que gostaria de colocar é em relação aos presos provisórios, o aumento da eficiência. O sistema precisa aumentar a sua eficiência processual, tanto na parte de investigação, como na parte processual. Esta Casa também deu uma grande contribuição ao País, que foi a aprovação de um novo Código de Processo Penal, que aguarda a instalação de comissão especial no âmbito da Câmara dos Deputados. Ou seja, trouxe uma discussão extremamente positiva, de como se dá esse rito processual, por que demora tanto, que é a grande explicação para o excessivo número de presos provisórios. O processo demora muito e acaba levando ao aprisionamento de pessoas que, muitas vezes... e aí está, talvez, o maior crime do Estado: segurar o sujeito na prisão durante anos, porque o processo está tramitando, e, ao final, chegar à conclusão de que ele é inocente.

Um caso que foi relatado na televisão outro dia foi o de uma senhora que tinha problemas mentais, teve uma crise, entrou numa farmácia e pegou um xampu.

Ela foi para a rua, ficou na rua, entrou numa farmácia e pegou um xampu. Acharam que ela estava tentando furtar o xampu e a prenderam. A família ficou procurando, não sabia onde ela estava e, quando a encontrou, ela já tinha perdido um olho dentro da prisão. Identificaram o erro e a soltaram. Casos como esse e tantos outros podem ser relatados são casos que ocorrem em razão da ineficiência do sistema e também, sem dúvida alguma, da falta de acesso à Justiça, o que, no sistema penal, é imperioso que a gente resolva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, V. Exª está inscrito, juntamente comigo. Pergunto se...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas, como V. Exª é Presidente, o senhor precisa passar a vez para mim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Posso, com certeza, ceder a vez, mas pergunto se podemos, os dois, perguntar e daí os três responderiam.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Os dois de uma vez não, um pergunta, depois o outro pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em combinação, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Podemos, sim. Eu quero combinar com V. Exª a redução da maioria penal. Mataram mais em São Paulo ontem. Vamos discutir isso no plenário daqui a pouco.

Passo a palavra para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem a palavra, então.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Antiguidade é posto, eu dou a palavra a V. Exª primeiro. Fique à vontade, Presidente, estou brincando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como Presidente, eu passo a palavra a V. Exª, Senador Magno Malta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O relator pode decidir? Passo a palavra ao Senador Magno Malta, pois, pelo Regimento, V. Exª tem a palavra primeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ontem nós tivemos mais tragédias ocasionadas por esses homens vestidos de criança numa pizzeria em São Paulo. É duro ver instituições e meia dúzia de pessoas neste País ainda “viajando na maionese”, achando que estamos no país de Alice. Ontem, no Espírito Santo, nova tragédias estão nos jornais de hoje. Aliás, o nosso é o segundo Estado mais violento deste país, um estadozinho desse tamanho, Dr. Ângelo Roncalli, que esteve lá à frente do sistema prisional, na Secretaria de Justiça do Estado. Acho que é com base nisso que

vou colocar as minhas perguntas e quero fazer algumas considerações.

Por que é tão complicado? Eu estou aqui parado olhando para um lado e para outro, como quem assiste a um jogo de pingue-pongue. Sai uma complicação ali, sai outra aqui; sai uma aqui, sai outra ali; sai uma aqui, sai outra ali. A sociedade não consegue entender isso mesmo, não. Por que é tão complicado?

Há um elenco de crimes hediondos. Esse aqui é elenco de crime hediondo. Ponto. Aqui tem outro elenco de crimes que não é hediondo. Eu não sou jurista, sou até semianalfabeto, só não sou besta. Aqui há um elenco de crimes, aqui há um elenco de crimes hediondos e outros que não são. Ponto. Por que é tão complicado isso?

Nós votamos um avanço importantíssimo aqui. Aliás, uma proposta minha, de que me orgulho muito, que é o monitoramento eletrônico. Se a gente não entende, a sociedade muito menos. Essa questão do sujeito que está preso realmente por um crime que está no elenco dos que não são hediondos e esse sujeito poderia perfeitamente estar em casa, estudando, na igreja, porque o monitoramento vai dar o raio de ação dele, ele está monitorado. E esse sujeito que cometeu um crime sem natureza hedionda e muitas vezes um que é crime mesmo, mas pode até ter sido involuntário, vamos entender dessa forma. E o cara é obrigado a ser arrastado para dentro da penitenciária. Esse sujeito poderia estar trabalhando para tomar conta dos filhos dele. Já ia remindo essa pena de uma forma vergonhosa, com os filhos o vendo dentro de casa monitorado.

Aí vem outra questão. No caso do sujeito que está na progressão de regime, a lei diz que ele trabalha na rua e dorme no presídio. Isso é uma ignorância, é a coisa mais grosseira que eu já vi na minha vida! Quer dizer que o sujeito pode ir para a rua de dia e, de noite, é obrigado a voltar para o presídio. Por quê? Por que a coisa é tão complicada? Por que ele não é monitorado? Esse cara pode virar um criminoso. Eu conheço um monte que não era e virou.

O dono da cadeia fala assim: “Amigo, são 300 gramas de cocaína amanhã. Você está na rua, se não trouxer, dançou aqui dentro”. O cara faz o sacolé, põe dentro do ânus, entra, é pego lá dentro; um cara que já estava no regime... já estava lá fora trabalhando, sustentando a família dele e cometeu um crime sem natureza hedionda. O cara vira um reincidente, agora no tráfico.

O cara diz: “Amigo, traz um celular ou um carregador senão você morre”. Eu conheço 20, 30 casos desses no Espírito Santo. E você que era diretor do sistema prisional deve conhecer muitos mais do que eu. Só lá no meu Estado, imaginem nos outros. Aí o cara

vira criminoso, porque ele poderia estar monitorado já que está na rua trabalhando. Não tinha necessidade de voltar à noite para a cadeia. Ele poderia ir para casa, pois está monitorado. Existe escola perto da casa dele e poderiam determinar que ele estudasse na escola. A justiça sabe onde é a escola. O detector dele estaria dentro desse raio. Onde é a igreja que esse cara frequenta? Onde é a escola dos filhos?

Há uma série de medidas que de forma muito prática... Acho que é com isso que o novo Código Penal tem que cooperar, porque o Código Penal que está em vigência é um ancião irresponsável! É um ancião irresponsável o vigente. E essa Comissão de Juristas, de notáveis – notáveis é como são chamados, não é? Os que fizeram o novo Código Penal foram nomeados assim –, está propondo um jovem mais irresponsável ainda!

O Código Penal vigente é um ancião débil mental, está a serviço do crime, não está a serviço do cidadão. E a proposta é um jovem débil mental também. E nós temos obrigação, num país com tanta violência como o nosso, que vai avassalando e parece que não há saída para esse negócio. Não há saída para esse negócio!

A sociedade precisa de segurança. Tem que construir presídio? Vamos construir presídio. Mas como? Esse presídio aqui é para gente com natureza hedionda. Esse aqui não. O crime desse não tem natureza hedionda. Então, põe esse aqui, põe esse ali. Essa mistura de que todos os três falaram e de que os dois Senadores também falaram de presos que cometeram crime que tem nome de crime porque o cara acabou colocando a mão no que não era dele, mas que não era um crime para colocar o cara atrás de um muro de penitenciária...

Então, penso que facilitar a vida da sociedade e dar possibilidade de o indivíduo se recuperar, esse é o grande e melhor instrumento.

E aí eu quero, Dr. Ângelo Roncalli, eu que fiquei de longe, nunca pertenci a esses governos que lá estavam no Espírito Santo, que permitiram o avassalamento dessa violência no Estado, e o senhor foi diretor, foi Secretário de Justiça, e sabe que eu tenho pelo senhor o maior respeito... Mas é essa dificuldade, é esse imbróglio, é essa burocracia, esse velho irresponsável de que eu falei, que é esse Código que está em vigência, que trouxe os nossos problemas ao Espírito Santo, ao ponto de a gente ser denunciado na ONU e ser obrigado a botar seres humanos dentro de contêineres e os direitos humanos denunciarem a gente. Para que o senhor saiba, o Espírito Santo, em oito anos, já vai para dez anos agora, e já passamos de 22 mil homicídios no Espírito Santo. O Estado é deste tamanho. É quase uma cidade e meia de Muqui.

Nós temos uma cidade lá chamada Muqui que tem 17 mil habitantes; quer dizer, matou quase uma cidade e meia. Mas eu não quero nem entrar nisso, porque isso é projeto de segurança, que tem que vir do Executivo. Mas, no sistema prisional, Dr. Ângelo, nós estamos pagando este preço hoje, esta exposição toda que nós vivemos – e foi uma exposição quando o senhor estava lá e que pagou esse preço junto – e, função de não termos facilidade de fazer esse remanejamento, de a pessoa ter essas garantias ou essa separação de que eu falei: aqui está o crime de natureza hedionda; aqui não está, pode separar aqui. E quando votamos essa legislação, inclusive eu estava muito eufórico, sobre o monitoramento, nós falávamos sempre ao telefone, quando nós íamos começar. É esse rolo todo que nos expôs dessa forma, essa falta de espaço para poder fazer com que os cidadãos tenham a possibilidade da recuperação e quem cometeu crime com natureza hedionda que pague; sem que esse que não cometeu embole com esse aqui para esse aqui virar também um criminoso de crime hediondo, de uma forma desnecessária.

Eu queria saber, de uma forma muito específica, porque é emblemático o caso do meu Estado, e é emblemático o caso do Brasil inteiro, que estão abarrotadas as cadeias: essa burocracia jurídica, essa burocracia que impede o sistema de ter viabilidades e de se movimentar melhor.

Aos outros todos eu fiz uma consideração, mas, se quiser falar em cima do que eu falei, está tudo bem. Mas ao Dr. Ângelo é por conta até do meu Estado, porque ele, coitado, baiano, passou essas duras aí, quando nós fomos para essa exposição toda em função dessa questão do sistema prisional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, em virtude de ter-se iniciado a Ordem do Dia, vou procurar fazer as minhas perguntas brevemente, para que possam os três responderem.

Quero, primeiro, cumprimentar pela qualidade de suas exposições o Dr. Ângelo Roncalli, a Sr^a Fabiana Costa Barreto e o Marivaldo de Castro Pereira, porque inclusive me senti com muita afinidade com o que os três apresentaram. Acho que é de grande valia para o nosso Relator, Senador Pedro Taques.

Eu apresentei duas propostas de emenda que estão sendo examinadas pelo Relator e gostaria de perguntar as opiniões dos três: se consideram adequado, primeiro, no Título III, da Parte Geral, do novo Código Penal, nos termos do que dispõe o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2012, no Título III, Das Penas, art. 45, definiria as penas como de prisão, alternativa, de multas e de perda de bens e valores.

Penas alternativas, no art. 60, são de prestação de serviços à comunidade, de interdição temporária de direitos, de prestação pecuniária e limitação de fim de semana. A aplicação, no art. 61: as penas alternativas são autônomas e substituem a pena de prisão quando, primeiro, aplicada a pena de prisão não superior a seis anos ou qualquer uma que seja a pena se o crime for culposos.

Aqui especificamente, pergunto se consideram que poderia ser aplicada a pena de prisão não superior a um número maior de anos, que aqui já está aumentando de quatro para seis. Se recomendam que seja não superior a oito, não superior a dez. Gostaria de ouvi-los.

Desculpe a tosse.

Se o crime for cometido sem violência ou grave ameaça a pessoa, salvo de for infração de menor potencial ofensivo ou se aplicada a pena de prisão igual ou inferior a dois anos, a pena alternativa converte-se em prisão no regime fechado ou semiaberto quando... e daí prossegue.

A outra emenda:

Dê-se ao inciso I do art. 93 do novo Código Penal, nos termos de que dispõe o Projeto de Lei nº 236, do Senado.

Art. 93. São efeitos da condenação, fixar valor mínimo de indenização à vítima e seus familiares, pelo dano material e moral causado pelo crime na forma de restituição ou compensação. Art. 387. O juiz ao proferir sentença condenatória, inciso IV, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

Acho que essas emendas levam em conta as ponderações que os três aqui fizeram quando o Sr. Ângelo Roncalli mencionou que, dentre as proposições importantes para prevenir e diminuir a criminalidade violenta, colocaram os projetos sociais ao lado das outras iniciativas. Eu também estou de pleno acordo, por isso que tanto batalho para que se institua uma renda básica incondicional a todos.

Gostaria que na minha conclusão fazer um agradecimento especial ao Secretário de Assuntos Legislativos, Marivaldo de Castro Pereira, pelas providências que solicitei há poucos dias para resolver determinado problema.

Muito obrigado.

Agora, eu passo a palavra ao Sr. Ângelo Roncalli para responder às nossas indagações.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Senador Magno Malta, é um prazer me dirigir a V. Ex^a.

V. Ex^a reflete algo que a gente já discutia aqui. Nós temos um sistema prisional abarrotado, superlotado, e nós queremos e desejamos que haja a classificação dos presos para que se evite que pessoas que lá estão e poderiam aqui estar.

Esse é um dos problemas que têm agravado a questão do sistema prisional. V. Ex^a fala do rito processual, mas já foi dito aqui pela Dr^a Mariana e pelo Dr. Marivaldo da necessidade de maior agilidade processual. As investigações também, como foi colocado pelo Marivaldo. Isso ajudaria.

V. Ex^a cita o caso do preso em regime semiaberto que sai para trabalhar, mas que tem que retornar à noite. A nossa legislação, lamentavelmente, não permite isso, embora se comece a aplicar. Aqui em Brasília, se aplica muito isto: a prisão domiciliar. Mas, em caso em que o preso já deu resposta ao tratamento penal, já está trabalhando aqui fora há algum tempo, termina convertendo lá a prisão em prisão domiciliar. Isso se aplica muito aqui no Distrito Federal, não é Dr^a Fabiana?

Então, isso precisa ser abarcado pela nossa legislação. Acredito que sim, que esteja sendo objeto de atenção nesta Comissão.

O Espírito Santo, como V. Ex^a colocou, foi exposto; não foi diferente do restante do Brasil, mas havia uma ausência de investimento. Esse acúmulo de falta de investimento no sistema prisional e na estruturação desse sistema provocou no Espírito Santo uma situação de estrangulamento e, depois, foi revelado em praticamente em todos os Estados da Federação pela CPI Carcerária. Isso não era uma questão apenas do nosso Estado, do Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo.

A questão do uso do monitoramento eletrônico, que é um projeto de V. Ex^a, é extremamente importante. E começa a ser aplicado no Brasil. O Espírito Santo vai fazer a licitação agora, tenho notícias de que está já em processo de licitação. Com isso nós vamos poder, efetivamente, dar segurança ao juiz de aplicar uma prisão domiciliar com monitoramento eletrônico naquele preso em que houver dúvida com relação à conduta dele. Isso, então, vai abrir possibilidades de a gente ter, no regime semiaberto, que antigamente era muito pequeno e que, hoje, com a agilização, com as resoluções do Conselho Nacional de Justiça, a Resolução nº 108 especificamente, que determina ao juiz que acelere a análise dos processos, resultou num maior número de presos condenados em regime fechado e também no regime semiaberto.

Então, com isso, com essas colocações de V. Ex^a, eu entendo que a Comissão aqui instalada e mais a reforma da Lei de Execução Penal, efetivamente, estão debruçadas nessa análise, vão trazer, na minha opinião,

melhores condições para os gestores penitenciários e para a sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr^a Fabiana Costa Barreto.

A SR^a FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

– Senador, a emenda que V. Ex^a apresente se afina, de fato, com duas grandes discussões que nós fazemos na área de alternativas penais, uma delas é: por que quatro anos? Existia uma previsão em uma das reformas do Código Penal, salvo engano a de Miguel Reale, que havia uma previsão, na verdade, geral para todo o Código Penal, dizendo que o juiz poderia avaliar, de acordo com o caso concreto, a proporcionalidade daquela pena.

Então, mesmo que um delito fosse punido de acordo com as regras legais com uma pena maior do que a de quatro anos, diante da proporcionalidade, ele poderia verificar se naquele caso concreto a pena de prisão, de fato, era a mais adequada. Essa discussão de como fazer a separação, normalmente ela vai recair, de fato, numa certa confiança na pessoa do juiz, de acordo com os parâmetros legais que forem definidos pela nossa legislação. Nós já temos uma caminhada muito grande no sentido de ter muita segurança para afirmar que essa divisão muito rígida, de acordo com a gravidade – delito de menor potencial ofensivo, delito de médio potencial ofensivo, delito grave –, é diferente da categoria de crime hediondo, em que, de fato, a gente está falando de outra coisa, de delitos que devem ser tratados pelo sistema prisional. Mas essa divisão entre médio, pequeno e maior potencial ofensivo, não necessariamente é um vetor que precisa estar rígido o suficiente para evitar ou para impedir a aplicação das alternativas penais, dando mais liberdade ao magistrado.

Vários dispositivos desse Código trazem essa abertura nos tipos penais, mas falta para outros tipos penais.

Com relação à reparação de danos, também, consideramos que uma política de alternativas penais séria necessariamente tem que se preocupar com a vítima e com a comunidade, com a proteção da vítima, com mecanismos de promover a reparação dos danos. Então, nesse sentido, a emenda que V. Ex^a apresenta se afina muito com essas questões.

Vamos falar aqui também da questão da desburocratização, trazida pelo Senador Magno Malta. Sem dúvida nenhuma, a política de alternativas penais depende de uma Justiça que seja célere, de uma Justiça que tenha condições de dar respostas no tempo das coisas. Não adianta a gente esperar cinco anos para ter uma condenação para, então, ter uma execução,

uma reparação de danos, uma prestação de serviços à comunidade.

É muito importante que a gente tenha institutos que possibilitem a execução de uma sanção alternativa logo após a ocorrência de um delito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Muito obrigado, Dr^a Fabiana Costa Barreto, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal.

Passamos a palavra, agora, ao Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Obrigado, Senador.

Queria, inicialmente, cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Magno Malta, o Senador Pimentel, e dizer que, de fato, a legislação penal é bastante atrasada e merece ser aprimorada. É nesse sentido que o...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Chega a ser um velho doido, como eu disse?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – (Risos.)

Olhe, a julgar pela forma como, ao longo dos anos, as inovações pontuais foram colocadas, de fato, ela é bastante esquizofrênica. Se pegarmos tipos penais como falsificação de cosméticos e comparar a pena para outros crimes muito mais graves e violentos, realmente, é um pouco esquizofrênica.

E é nesse sentido nós temos, por meio da Secretaria de Assuntos Legislativos, dialogado muito com esta Casa e com a Câmara dos Deputados, em busca da aprovação de projetos que são prioritários. Muitos eu citei, como é o caso da Lei das Cautelares; como é o caso do Projeto de Lei que trata da remissão pelo estudo; como é o caso da Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro; como é o caso do Projeto de Lei de Organizações Criminosas, que deve ser discutido amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado; como é o caso do projeto que nasceu da CPI da Pedofilia, que trata da prisão de estrangeiro procurado pela Interpol que está no Brasil, que está de volta a esta Casa e cuja aprovação nós temos trabalhado para acelerar.

Então...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se permite, para poder relatar, eu entrei em contato... o que, para mim, é um privilégio muito grande, tive o prazer de assinar, mas isso é uma homenagem até ao nosso falecido Romeu Tuma, que presidiu a CPI. É um sonho de muitos anos da Polícia Federal a difusão vermelha, que nós, com as fronteiras que temos e o tipo de gente que passa por aqui, devíamos ter há

muito tempo e muitos problemas nossos teriam sido evitados se já tivéssemos...

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Pois é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Para mim, é uma festa muito grande. Acho que até demorou para a Câmara ter votado isso. Para o próprio Ministério Público, essa difusão vermelha vai evitar muitas coisas ruins e, se nós fizermos isso agora, vai evitar agora para a Copa...

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Pois é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Porque, com a difusão vermelha, quem é condenado lá não pode entrar aqui; e hoje o cara pode entrar aqui, se nós não temos a difusão vermelha. O cara está com mandado de prisão lá, não podemos fazer nada contra ele aqui dentro.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Exatamente. É um projeto que está na Comissão de Relações Exteriores e que nós temos nos empenhado para aprovar. Há também o debate da nova Lei de Execução Penal e do Código Penal. São discussões que a sociedade demanda e que precisam trazer esses diplomas para a atualidade, buscando uma proporcionalidade, ou seja, resgatar os excessos que o sistema cometeu, corrigir os excessos que foram cometidos pelas legislações aprovadas num momento de comoção social e, ao mesmo tempo, aumentar o rigor, garantir a efetiva punição daqueles crimes que estão descobertos hoje pelo sistema. Na mesma linha, o novo Código de Processo Penal, que vai aumentar a tramitação dos processos.

Em relação às emendas, Senador, eu gostaria de dizer que não tenho opinião formada em relação ao tempo e tamanho de pena, mas tenho uma ponderação a fazer que creio o Senador Pedro Taques deve levar em consideração na construção do relatório.

Eu penso que o critério da existência de violência ou grave ameaça deve ser o critério inicial, talvez mais até do que a discussão do tamanho da pena, porque, muitas vezes, o que se vê, aliás, até ao longo dos anos, com o limite de quatro anos de pena, previsto no Código atual, é que, toda vez que se propõe um novo tipo penal, se busca uma pena acima desses quatro anos. Então, acaba gerando um processo de inflação penal, acaba inflacionando a pena.

Então, cabe avaliar em que medida apenas o tamanho da pena como critério seria suficiente e também aí a dificuldade de aglutinar os crimes, porque, muitas vezes, há um crime que não tem violência, nem grave ameaça, mas é extremamente lesivo para a socieda-

de, como é o caso, por exemplo, da própria corrupção ou, enfim, uma série de outros crimes.

Então, é um cálculo difícil, mas que deve ser avaliado, de que forma aglutinar, se haveria algum critério alternativo a não ser a fixação do tamanho da pena, uma vez que ela posteriormente pode levar a esse inflacionamento dos limites de pena durante as discussões que naturalmente devem surgir para a modernização.

É isso que eu queria ponderar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Dr. Ângelo Roncalli, pelas contribuições.

Senador José Pimentel, nós íamos já concluir, até por causa da Ordem do Dia, estávamos aflitos.

Encerrou? Está bem.

Queremos muito agradecer ao Dr. Ângelo Roncalli, ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; à Dr^a Fabiana Costa Barreto, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; ao Dr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; e aos Senadores Magno Malta, José Pimentel, Aloysio Nunes e nosso querido Relator, Senador Pedro Taques.

Coloco em apreciação e votação a Ata da 11^a Reunião.

Os Sr. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)

“Comissão Especial para atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2013, às nove horas e vinte e dois minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu (PSD/TO); Waldemir Moka (PMDB/MS); Eduardo Suplicy (PT/SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senhores Senadores: Francisco Dornelles (PP/RJ); Armando Monteiro (PTB/PE) e Wilder Moraes (DEM/GO). Na reunião, foram aprovados, ainda, o Plano de Tra-

balho da Comissão e o Requerimento nº 001/2013 – CTLICON, que requer, nos termos regimentais, audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Representante do Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA; Representante do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – Sinaenco; Representante da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE; Representante da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB; Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Sinicon; e Representante da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico – ABCFarma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a primeira reunião destinada à instalação da comissão especial criada pelo Ato nº 19, de 3 de junho de 2013 com a finalidade de atualizar e modernizar a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

Ao meu lado, os Relatores da respectiva tarefa, Senadora Kátia Abreu, e o relator revisor, Senador Waldemir Moka.

Conforme convocação, a destinação específica desta reunião é a instalação e apreciação do plano de trabalho. Informo aos demais membros que o Senador Francisco Dornelles não poderá comparecer a esta reunião em virtude de ter assumido compromissos inadiáveis no seu Estado.

O Senador Dornelles encaminhou a esta Presidência Ofício nº 123, de 2013, sugerindo convite para que seja um dos expositores o ex-Senador da República Rodolpho Tourinho, hoje Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Sinicon, para discutir, na condição de representante da sociedade civil representativa dos setores econômicos, problemas relacionados com a Lei das Licitações.

Há um plano de trabalho que foi previamente construído pela Consultoria da Casa com o apoio do nosso gabinete e com a devida participação dos assessores da Senadora Relatora.

Passo a palavra à Senadora Kátia para suas manifestações iniciais a respeito do plano de trabalho que haveremos de deliberar.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Senador Moka, colegas Senadores, acho que não é novidade para nenhum brasileiro da classe política, empresarial, da sociedade civil, o quanto a Lei de Licitações infelizmente se

tornou um entrave para o País. Quando foi criada, ela teve, claro, uma intenção puramente republicana no sentido de tentar dar competitividade, transparência aos processos de compras governamentais. Mas, infelizmente, não foi o que ocorreu: nem há transparência, nem evita a corrupção, nem cerca a corrupção e ainda entrava o País, impedindo as obras, impedindo as compras principalmente na área de saúde. Criou uma burocracia quase insuperável.

Para se ter uma ideia da deficiência da lei, fizemos um levantamento aqui, no Senado – a minha assessoria com a assessoria do Presidente Vital do Rêgo – e vimos que essa Lei vai completar 20 anos no próximo dia 21 e já foi objeto de mais de 600 propostas de mudanças. Um rápido levantamento da Consultoria nos *sítes* do Congresso Nacional revela que foram apresentados 518 projetos de iniciativa da Câmara dos Deputados mais 157 de autoria de Senadores, visando aprimorar a Lei. O Governo também apresentou 50 medidas provisórias com o mesmo objetivo. Então, isso é um sinal de que as coisas não estão bem. A tentativa na instalação desta Comissão, que tem trabalhado desde o ano passado com a Presidência do Senado, tem o objetivo de tomarmos alguma providência, de melhorarmos essa legislação, pois toda legislação precisa ser modernizada de acordo com a sociedade. As leis estão aí – o Congresso Nacional também – para serem modificadas ou mantidas.

Portanto, tenho certeza de que esta Comissão deverá encontrar um consenso, uma forma de fazer com que as compras governamentais possam ser efetivamente realizadas.

Claro que sabemos que nenhuma lei vai suprir a falta de ética. Muito mais importante do que a lei seria todos fazermos um pacto moral diante dessa circunstância. Não há forma, não há lei mágica que possa consertar 100% essa situação. Então, precisamos partir deste princípio, colegas Senadores, Sr. Presidente, de que temos que agir com muita realidade, franqueza, clareza, porque não conseguiremos fazer uma lei, por melhor que seja, que tenha cem por cento de efetividade. Portanto, precisamos escolher os princípios que devem reger essa lei e confiar em que a ética e a moral possam prevalecer nessa circunstância. Apresentamos aqui um calendário para a apreciação dos colegas, sujeito a alterações e modificações, assim como os Srs. Senadores entenderem.

Audiências Públicas: primeira fase da audiência pública, do dia 24 a 28 de junho: entidades da sociedade civil e entidades representativas de setores econômicos.

Segunda etapa, de 8 a 12 de julho: audiências públicas com especialistas do Direito brasileiro.

Terceira etapa: representantes do Governo e órgãos de controle, dias 5 a 9 de agosto – CGU, TCU, Ministério Público e outros Ministérios afins, que têm interesse em vir aqui.

Quarta etapa: especialistas, fazendo um Direito comparado, inclusive com opiniões de especialistas internacionais, como o Banco Mundial, como todos os bancos internacionais que têm uma modalidade diferenciada de licitações. Será muito interessante, porque pode haver bons exemplos para que possamos usar na nossa Lei de Licitações.

A segunda fase, quando acabam as audiências públicas, seria o estudo, cotejamento e consolidação das sugestões e críticas feitas nas audiências públicas com proposições em tramitação na Casa. Teremos também a elaboração de minuta de projeto de lei.

Vocês viram – acabei de dizer – a quantidade de projetos que estão tramitando. São projetos bons, muitos projetos deverão ser aproveitados, ideias. Não queremos passar uma borracha em cima das proposições e do trabalho que já foi feito. Não. Vamos fazer um aproveitamento de todos esses projetos, analisando um por um, com todo respeito e cautela, para utilizar as boas ideias que foram colocadas pelos Parlamentares, Deputados e Senadores.

Por último, entre o dia 30 de setembro e 8 de outubro, teremos a discussão da minuta elaborada na fase dois e deliberação de versão final do projeto de lei revisor.

Essa é nossa sugestão, a nossa proposta para o calendário desta Comissão, que tem o tempo de duração de dois meses, prorrogáveis por mais dois meses.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com as palavras iniciais demonstrando a necessidade da avaliação e, com clareza, apontando os caminhos nessa tarefa, a Senadora Kátia Abreu apresenta o plano de trabalho. Devo ouvir o Senador relator revisor Senador Moka a respeito dessa avaliação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Vital do Rêgo, da nossa vetusta e progressista Paraíba; Senadora Kátia Abreu, dificilmente teríamos alguém com mais foco, mais determinação, mais aguerrida do que V. Ex^a para cumprir uma tarefa que – quero preveni-la – não será fácil. Por quê? Porque é um País em que, quando se fala em licitação, já alguém fala: não pode isso, temos que prever aquilo. Falam isso como se todo mundo que fosse participar de uma licitação tivesse alguma coisa já, de antemão, para burlar, para fazer alguma coisa errada. Acho que não podemos conceder mais esse tipo de burocracia em que se tem que ficar pensando em cada detalhe de como se pode burlar a lei.

Acho que as pessoas que fazem isso devem ser punidas, mas a lei não pode ter tantas amarras, porque se cria uma burocracia, e aí, sim, acaba ficando a mercê de um segmento, de alguém que tem que ir lá para facilitar alguma coisa para que se possa fazer uma licitação.

Eu acho que tem de ser uma coisa simples, claro que com segurança, e aqueles que fraudarem têm que ser punidos, na forma da lei. Agora, a licitação não pode ficar amarrada aqui, amarrada ali... Deus me livre! Aí, você acaba criando uma complexidade, uma dificuldade que inibe algum empresário, alguma empresa de participar do processo, tamanhas as dificuldades, as exigências disso e mais aquilo e mais aquilo.

E há essa questão dos preços. Eu tive a oportunidade, já no Tribunal de Contas da União, por convite do seu Presidente, de dizer a eles que, às vezes, o Tribunal de Contas da União, claro que querendo acertar e corrigir... Sou um defensor do Tribunal de Contas da União, mas é preciso que a gente tenha facilidade nisso.

Por exemplo, quando se precisa de uma obra, são tantos os detalhes que, muitas vezes, o cara, por um preço que ele paga menos aqui, em outra, ele paga mais. O importante é o todo, é a qualidade da obra, a execução. São coisas que nós temos que discutir aqui, ou seja, aquilo que dificulta levar uma licitação a cabo. Eu penso que essa será a grande tarefa desta Comissão.

Senador, eu penso que, aqui, nas audiências públicas, nós temos de fazer uma grande ausculta. E eu digo que é importante que a gente ouça, por exemplo, os engenheiros, a representação deles. Por acaso, está aqui o Waldemar, que representa a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, que é uma entidade nacional que precisa ser ouvida, bem como a representação dos empresários de grandes empresas empreiteiras, que vão apontar também as suas dificuldades.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Senador Moka, foi bom esse comentário, até para acrescentar que nós temos licitações de obras de infraestrutura, que são as estradas, ferrovias, as obras maiores; nós temos outras obras menores; nós temos as compras da saúde, as compras governamentais do dia a dia; e nós temos as prestações de serviços.

Então, a ideia é nós ouvirmos por segmento, por setor de atividade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Kátia Abreu, eu não tenho nenhuma dúvida de que, sob a Presidência do Senador Vital do Rego, que é experiente, conhecedor do tema, preside a Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria de V. Exª e mais a contribuição aqui dos membros desta

Comissão, como o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Aloysio Nunes – e é uma comissão relativamente pequena, o que é bom –, a gente vai ouvir exaustivamente os segmentos envolvidos e vamos, se Deus quiser, dar ao País uma nova legislação em que se tenha por preocupação, realmente, resguardar, dar segurança às licitações, mas propiciar algo que seja menos burocrático e que tenha menos dificuldades para aqueles que querem participar das licitações aqui de obras públicas do governo, tanto em nível nacional, como estadual e municipal. É que a legislação acaba sendo uma legislação nacional.

Agradeço ao Presidente Vital do Rêgo e deixo aqui a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª haverá de ser muito requisitado por esta Presidência, na condição de Revisor, uma vez que a tarefa final de encaminhamento do relatório da Senadora Kátia Abreu passará efetivamente pela revisão de V. Exª, que, certamente, com o descortino, a inteligência, a experiência e o trabalho, haverá de oferecer ao País uma contribuição importante no aperfeiçoamento da Lei nº 8.666.

Srªs e Srs. Parlamentares, eu vou passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy até para, no seu comentário, se posicionar a respeito das datas ou dos dias.

As datas estão pré-agendadas aqui, em períodos de três fases, conforme a Senadora Kátia Abreu sugeriu. A Presidência receberá e haverá de encaminhar às relatorias as solicitações de enquadramento nas respectivas datas dos diversos sindicatos e associações, como este que o Senador Dornelles em boa hora colocou. O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, nós haveremos de trazer aqui dentro das fases das audiências públicas. Teremos esse espaço de mais alguns dias para encaminhar à Relatora todas as audiências solicitadas, todas as participações nas audiências públicas que virão. Certamente, aqui está já solicitando e deverá encaminhar oficialmente a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia. Está aqui o Sr. Diretor Regional Waldemar Carvalho Júnior interessado na matéria e com contribuição a dar.

Eu registro, para nossa satisfação, a chefia de gabinete do Presidente do Ipea, Sr. Marcelo Côrtes Neri, que atualmente também ocupa... Secretário, Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, está aqui seu chefe de gabinete, assessor da Presidência, Bernardo Abreu de Medeiros. O Ipea já tem um trabalho feito com estudos e deverá nos ajudar muito encaminhando para cá e também será ouvido oportunamente. Seja bem-vindo. Todos os nossos sindicatos e associações que estejam efetivamente vinculados a esse estudo e a essa matéria nós haveremos de enca-

minhar à Relatora para, a partir desse grupo de trabalho aprovado, S. Ex^a firmar o calendário das audiências.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que tem uma contribuição importantíssima já dada nesta Comissão. Será a partir dela que vamos começar nossos estudos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr^a Relatora, Senadora Kátia Abreu, Sr. Senador Waldemir Moka, Relator Revisor, é muito importante que o Senado Federal se debruce para completar a tramitação do Projeto de Lei da Câmara 32, de 2007, que altera dispositivos da Lei 8.666, elaborada e aprovada em 1993, ao tempo em que não se utilizava tanto a Internet e os instrumentos modernos, como o leilão eletrônico e tantas outras formas que agora caracterizam e permitem muito maior eficácia, transparência no processo de licitações.

O Senado Federal se debruçou longamente na Legislatura passada a respeito deste assunto na Comissão de Ciência e Tecnologia e na CCJ. Os Senadores Romeu Tuma e Jarbas Vasconcelos foram os relatores e tiveram extenso, aprofundado e louvável trabalho. Depois veio para a Comissão de Assuntos Econômicos, na qual, inclusive, realizamos audiências públicas.

Foram ouvidos empresários, membros do Tribunal de Contas, especialistas no assunto e, finalmente, a mim coube dar o parecer. A partir disso, inclusive, eu realizei reuniões com o então Ministro do Planejamento, hoje Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que muito se interessou por este assunto, tinha uma equipe designada para examinar em profundidade todas as proposições. Também muito se interessou por esse tema o Senador Francisco Dornelles. Chegamos a ter algumas divergências que foram objeto de diálogo, inclusive com o Relator da matéria na Câmara dos Deputados.

Eis que estavam já chegando a um consenso para votação, o então líder Romero Jucá, do Governo, acompanhou esse trâmite. Já estávamos no final da Legislatura quando, de minha parte, do Senador Francisco Dornelles, havíamos transmitido que estávamos prontos para apreciar a votação da matéria em plenário, mas o Senador Romero Jucá mencionou que ainda havia alguns ajustes a propor. Eis que acabou não havendo a conclusão da votação deste parecer, mesmo tendo sido objeto de muito trabalho e reflexão.

Por outro lado, Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, aconteceu que nesta nova Legislatura também houve a iniciativa da parte do Governo Federal durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff de diversas medidas provisórias que, ao promover licitações para alguns setores da economia, de alguma forma modi-

ficou o que aqui estava previsto. Então, é necessário de fato um trabalho de atualização, de coordenação.

Então, gostaria de passar oficialmente a cópia do parecer tal como estava. É o parecer de 2007 da CAE sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32 para que possa a Relatora examiná-lo e – muito obrigado, Dirceu – então...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Aí está uma contribuição de trabalho já acumulado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Exato.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...pelo Senado Federal.

Agradeço por estar designado para esta Comissão.

Acho que é bom o plano de trabalho proposto pela Senadora Kátia Abreu de ouvir os diversos especialistas. Acho que seria importante dialogarmos um pouco sobre a questão relativa ao nosso horário de trabalho, porque são tantas as comissões para as quais precisamos nos desdobrar para estar presentes simultaneamente, inclusive na manhã de quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quero ouvir V. Ex^a. Se me permite interrompê-lo, primeiro para parabenizá-lo pelo excelente relatório. Disse, quando anunciei V. Ex^a, que, a partir do trabalho de V. Ex^a temos pegadas importantes para seguir adiante no trabalho que foi feito não apenas por V. Ex^a, mas, como V. Ex^a citou, pelo Senador Jarbas, Senador Dornelles e por outros Senadores que se debruçaram...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Romeu Tuma também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ... e Romeu Tuma, que se debruçaram sobre essa tarefa.

Nós já vamos pegar o trem em movimento, numa linguagem bem brasileira, mas com a certeza de que de 2007 para cá, do relatório de V. Ex^a, muito já aconteceu de reformas, mudanças, mutações e a atualização desse processo certamente contará com o trabalho de V. Ex^a, que se tornou, efetivamente, também um especialista nesta área por todo estudo que foi feito.

Apenas consulto V. Ex^a e o Senador Moka – já fiz a consulta à Senadora Kátia. Temos dezenas de Comissões instaladas, temos, inclusive, uma discussão interna no Congresso se não seria a hora de mudarmos as nossas fases de trabalho, uma fase para trabalhos através de uma semana sim uma semana não, trabalhos em plenário e trabalhos em comissões, exatamente pela multiplicidade de comissões, que são tarefas pelas quais as nossas agendas ficam sobrecarregadas.

Consulta V. Ex^a se na segunda-feira, a partir das 18 horas, estaria de bom tamanho para, nesses próximos 120 dias, marcarmos as nossas audiências para as segundas-feiras, a partir das 18 horas. A Relatora já foi consultada, não há nenhum óbice. Eu consultaria o Senador Moka, que é presente nesta Comissão, neste Senado diariamente, na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Porque, a partir de terça-feira, até a quinta, temos indisponibilidade física e mental, porque o dom da onipresença não foi feito para nós humanos, apenas para o Senhor, nosso Deus.

Então, não há nenhuma outra possibilidade, se não na segunda-feira ou na sexta-feira. Na segunda-feira, muitos Srs. Parlamentares, como eu, o Senador Moka, a Senadora Kátia e V. Ex^a já estão presentes na Casa. Às 18 horas, haveria a possibilidade de marcarmos essas reuniões. Há painéis, inclusive, iniciando às 19 horas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, mas nós anteciparíamos exatamente na compreensão de essa é uma tarefa rápida, mas profunda, enriquecedora para o País na atualização de uma legislação que já foi objeto de diversas manifestações no Senado.

Consulta V. Ex^a se, na segunda-feira, a partir das 18 horas, poderíamos marcar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu farei um esforço nesse sentido, mas consciente de que tenho procurado vir quase que uma segunda-feira sim, outra não, por causa de tantos convites para realizar palestras. Então, alterno. Eu sou um dos requerentes das audiências nas segundas-feiras que se alternam a cada 15 dias na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas farei o possível para estar presente nesse período intenso.

Pelo que percebo, a proposta da Senadora Kátia Abreu é de realizarmos quatro audiências públicas. Então, teríamos uma concentração de esforços por quatro segundas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu procurarei fazer todo o esforço para estar presente, dada a relevância dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a. Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para mim, está bom. Eu estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A Senadora Kátia já se manifestou e agora vai se manifestar a respeito dos convidados para a primeira audiência, para que nós possamos deliberar ainda hoje.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu gostaria de sugerir, Senador Suplicy, Senador Moka, o nome das entidades para que pudéssemos mandar o convite aos seus Presidentes que poderão vir ou indicar seus representantes. Eu imagine: a CNI, através do Sinduscon, diretamente o Sinduscon, que é o Sindicato da Construção; o Crea, que representa os engenheiros; a ABDIB, que representa a indústria de base; a Abifarma, da área farmacêutica; a CNC, que está com os serviços dentro da Confederação Nacional do Comércio; e a CNT, do Senador Clésio Andrade, na área de transporte.

Se houver mais alguma entidade privada e empresarial...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vejo que você está levando em consideração as confederações. No caso, eles representam a associação brasileira de consultores de engenharia. É claro que é um segmento... Acho que seria importante ouvi-los do ponto de vista até do projeto, da execução.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Essa associação representa as empresas que fazem projetos? Ótimo. Precisamos, sim.

A Associação... Como é o nome?

Aliás, um dos pontos críticos da Lei de Licitação são os projetos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na maioria das vezes, o problema com obra se resume em projetos malfeitos.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sinaenco? E a Sinaenco, que é da área de projetos que antecede as obras para serem licitadas. Acho da maior importância.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Suplicy, para dar alguma sugestão.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senadora Kátia Abreu, acho que as entidades privadas foram bem relacionadas por V. Ex^a. Agora, para a finalidade de exame da Lei de Licitações, acho muito importante a contribuição também do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já está aqui na...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Já está previsto.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Não, não. Agora, só entidade privada nessa primeira fase. Depois – vou repetir –, Senador, na segunda, são especialistas do Direito brasileiro; depois, representan-

tes do Governo e órgãos de controle: CGU, TCU, MP, Ipea – todos poderão estar contemplados; e, depois, especialistas em Direito Comparado para a gente saber como tudo funciona em outras situações internacionais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – São quatro audiências...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...em quatro momentos com essas distribuições, inicialmente com a sociedade civil e as entidades representativas do setor econômico; depois, virão os especialistas da matéria que tratam do Direito brasileiro; depois, virão os representantes do Governo, todos os representantes do Governo que tratam da matéria, como membros do Ministério do Planejamento e áreas afins; e, depois, por fim, os especialistas para tratar do Direito Comparado: a relação entre o Direito no Brasil e o Direito nos outros países.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Procuraremos fazer tudo em quatro audiências.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Quatro audiências, quatro segundas-feiras, a partir das 18 horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está muito bem.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Ótimo. Só para complementar, Sr. Presidente, Sinaenco junto com a ABCE – Associação Brasileira de Consultores de Engenharia –, porque, especificamente, nos interessa muito ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deixe-me ouvir o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Bom dia.

Sr. Presidente, Sr^a Relatora, eu estava na Comissão de Relações Exteriores e devo voltar para lá. Infelizmente, não peguei...

O resumo é esse, não é, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho boa, acho correta essa pauta.

Apenas eu queria... Não sei se entre os convidados estará alguém que já esteve à frente realmente da administração, cuidando de licitações, vendo quais são os problemas. A gente tem o sentido prático da coisa. Às vezes, o jurista não é necessariamente um operador.

Eu acho que a gente poderia pensar em pessoas que são bons gestores, com notória capacidade de gestão do setor público, e que tiveram ocasião de enfrentar e resolver problemas decorrentes da aplicação ou de divergências sobre a Lei de Licitações. Se a Comissão adotar esse critério, eu até sugeriria um nome que é o do Mauro Ricardo, que foi Secretário da Fazenda em São Paulo, tanto na Prefeitura quanto no Estado, e que tem uma longa prática na Administração Pública. Hoje, ele é Secretário da Prefeitura de Salvador. É uma pessoa com muito traquejo e um homem que tem a solucionática na mão, sabe como resolver problemas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Aloysio, V. Ex^a, como sempre, com a inteligência privilegiada, encaminha mais um nome de reconhecida competência, como V. Ex^a estava falando a respeito do convidado. Todos nós conhecemos a história dessa personalidade que tenta, efetivamente, trabalhar nesse setor.

São três fases. Em uma das fases, ouviremos os representantes do Governo e, em outra fase, os especialistas. Na primeira, estarão presentes os representantes como V. Ex^a está colocando.

Eu quero pôr em votação, agora, a primeira audiência, porque, a partir da primeira audiência, o trabalho começa a engrenar. E eu preciso obter a apreciação de V. Ex^{as} em relação a esses convidados exatamente para ultimar os preparativos de convite às entidades.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é só para contribuir. Aqui no Senado, Senador Aloysio, há ex-governadores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade. Muito bem lembrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu citaria, por exemplo, o Senador Blairo Maggi, que, além de ter sido Governador, é um empresário...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...e atua em vários segmentos. Acho que também seria importante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Bem lembrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, em algum momento, Senadora Kátia Abreu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Bem lembrado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...em uma das audiências públicas, poderemos ouvi-los. Há vários ex-governadores com capacidade. O Senador Agripino Maia eu tenho certeza de que tem uma grande contribuição a dar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Aécio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Bom, CNI...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Cássio Cunha Lima.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que, dentre os membros do Governo, certamente pelo acúmulo e pela responsabilidade, inclusive com respeito ao PAC e tantas obras, a Ministra Miriam Belchior, representando o Governo, deve ser considerada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com certeza. Está aqui o Ministério do Planejamento entre os convidados na terceira fase.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O próprio Secretário Nacional do PAC talvez fosse ainda mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Maurício.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Maurício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Maurício Muniz.

Sinduscon, CNI, Crea, ABDIB, Abifarma, CNC, CNT e...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sineanco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sineanco.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – ABCE.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^{as} concordam com esses nomes para a primeira audiência?

Se concordarem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Está aprovado.

Devolva a palavra à Senadora Relatora para as suas considerações finais.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu gostaria de agradecer a todos os colegas, ao Senado Federal, ao Senador Renan Calheiros por esta oportunidade que, na verdade, eu sonhava há muito tempo. Há mais de um ano que eu tento criar essa comissão. O Senador Vital do Rêgo foi da maior importância, porque, na verdade, ele poderia avocar para a CCJ, mas

decidiu, junto com Renan Calheiros, que esta comissão específica teria visibilidade no sentido de trazer a atenção da opinião pública, pessoas para contribuir e até mesmo a visibilidade do Senado Federal, do importante trabalho que o Senado faz pelo Brasil.

Então, eu agradeço a todos. Vamos todos – eu, particularmente – nos empenhar ao máximo para que possamos produzir uma boa coisa para o Brasil. Além das audiências públicas, também quero fazer uma agenda muito pesada, com visitas, conversas, diariamente, para ouvir pessoas que não terão a oportunidade de estar nas audiências públicas. Mas todas as opiniões dadas, no meu gabinete ou em qualquer outro lugar, terão toda a referência publicamente, aqui, da contribuição.

Muito obrigada a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Coloco em votação o plano de trabalho. Em apreciação e votação de V. Ex^{as}, também, o plano de trabalho respectivo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite só uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós teríamos como fazer uma ampla consulta às prefeituras, por exemplo, pela Internet?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Poderemos fazer *on line*. A sugestão de V. Ex^a já está acatada. Determino à Secretaria – eu tenho um secretário competentíssimo, o Sr. Dirceu, capaz de soluções as mais complexas.

A Comissão de Constituição e Justiça, Senadora Kátia, deverá receber o trabalho brilhante que V. Ex^a, com o Senador Moka, haverão de produzir. Por isso eu não poderia, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, me furtar a abrir esse espaço, não apenas pelo sonho e a responsabilidade de V. Ex^a, mas também pelo compromisso de todos os Parlamentares, que têm em V. Ex^a e na nossa representação aqui a expectativa de ver destravado o País, como, por exemplo, a questão da Lei 8.666.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, se me permitir, de dar um último exemplo que aconteceu ontem, no meu Estado. Eu tenho recursos empenhados para um hospital geral na cidade de Gurupi, no sul do Tocantins, e que vai atender toda a região. Há dois anos e meio que eu espero esses recursos – 45 milhões e mais 30, que eu espero, em andamento. Ontem, finalizou o edital, o pregão. Nenhuma empresa apareceu, por incrível que pareça, com um volume de recurso expressivo,

garantido o recurso empenhado, por excesso de burocracia no edital construído, deixando com que uma obra tão importante...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O Governo vai fazer a reedição do edital e espero que muitos aqui estejam me ouvindo. Interessados na construção de hospitais por este Brasil, por favor, atentem e apareçam porque o edital do hospital de Gurupi – R\$80 milhões – será republicado, para tentarmos conseguir um interessado que queira construir o hospital. Então, é excesso de burocracia.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Que tamanho tem o hospital, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convido V. Ex^{as} para a próxima reunião ordinária, dentro do plano e trabalho recém-aprovado.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

Comissão Especial Externa criada com a finalidade de elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 20 de maio de 2013, às 14 horas e 09 minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Ministro João Otávio Noronha e com a presença dos seguintes juristas: Fábio Ulhoa Coelho, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, Arnoldo Wald, Bruno Dantas Nascimento, Cleantho de Moura Rizzo Neto, Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho, Daniel Beltrão de Rossiter Correia, Eduardo Montenegro Serur, Felipe Lückmann Fabro, Jairo Saddi, Marcelo Guedes Nunes, Márcio Souza Guimarães, Newton de Lucca, Osmar Brina Corrêa-Lima, Paulo de Moraes Penalva Santos, Ricardo Lupion Garcia, Tiago Asfor Rocha Lima e Uinie Caminha. Na ocasião foi aprovado o Regimento Interno da Comissão, foi eleito vice-presidente o jurista Alfredo de Assis Gonçalves Neto e foi definido o cronograma de trabalho da comissão. Foram, também, criados grupos de trabalho divididos da seguinte maneira:

Estatísticas e indicadores: Marcelo Guedes Nunes, Jairo Saddi e Bruno Dantas;

Simplificação e racionalização da empresa: Daniel Beltrão de Rossiter Correia, Felipe Lückmann Fabro e Cleantho de Moura Rizzo Neto;

Abrangência do Código: Clovis Cunha da Gama Malcher Filho, Eduardo Montenegro Serur e Daniel Beltrão de Rossiter Correia;

Empresa e estabelecimento (registro de empresa): Felipe Lückmann Fabro, Uinie Caminha, Clovis Cunha da Gama Malcher Filho e Márcio Souza Guimarães;

Sociedades: Arnoldo Wald, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, Osmar Brina Corrêa-Lima e Uinie Caminha;

Obrigações, contratos e títulos (exceto agronegócio): Ricardo Lupion Garcia, Jairo Saddi, Newton de Lucca e Arnoldo Wald;

Crise da empresa: Márcio Souza Guimarães, Eduardo Montenegro Serur e Paulo de Moraes Penalva Santos; e

Processo empresarial: Tiago Asfor Rocha Lima, Bruno Dantas e Marcelo Guedes Nunes.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Boa tarde a todos.

Dando início aos nossos trabalhos, eu quero dar as boas-vindas a todos os colegas e dizer do prazer de realizarmos nossa 1ª Reunião da Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do novo Código Comercial.

Como havíamos já acertado inicialmente e informalmente, agora vamos oficializar algumas decisões imprescindíveis para o trabalho da Comissão.

A primeira decisão que temos que tomar é a aprovação do nosso Regimento Interno.

Indago se todos estão de acordo com a minuta apresentada pelo próprio Senado ou se desejam fazer alguma alteração. *(Pausa.)*

Não. Então, dou como aprovada a minuta de Regimento Interno.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sr. Presidente, há somente uma passagem do Regimento que fala em Código Eleitoral, precisa ser substituído por Código Comercial.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, corrigimos isso e colocamos, então, Código Comercial.

Aprovada a minuta, ou seja, o Regimento Interno.

A segunda questão. Temos que trabalhar a nossa pauta.

Nós vamos já fixar a data dos nossos trabalhos antecipadamente, pelo menos, até julho e a primeira semana de agosto. A partir daí, a gente vai medindo a necessidade, se passa a ser mensal. Se quiserem, podemos fazer até novembro, mas só que passível de alteração no segundo semestre porque vamos verificar a necessidade de realizar mais ou menos reunião.

Também gostaria de dizer aos senhores o seguinte: as subcomissões poderão ter que trabalhar às vezes fora desta plenária e, quanto ao dia marcado, a gente queria continuar reservando às segundas-feiras, aqui no Senado. A reunião tem que ser obrigatoriamente feita no Senado para que sejam pagas diárias e hospedagem por parte da Casa Legislativa. Fora, não tem como registrar. Se fizerem reunião fora, depois teremos que formalizar aqui no Senado as aprovações das medidas. Então, as subcomissões poderão começar a se reunir a partir da próxima segunda, se desejarem, e aí acertamos o calendário das subcomissões depois com cada uma.

Eu fiz aqui uma sugestão – e é sugestão mesmo! – de distribuição das comissões. Primeiro, como eu já havia dito, acredito que temos que ter um ponto de partida, um ponto inicial, e esse ponto inicial me parece razoável pegarmos o projeto do Código Comercial que tramita na Câmara dos Deputados. Não necessariamente tenhamos que nos vincular a ele, mas ele é um ponto de trabalho e fazemos as alterações ou as modulações que desejarmos. Aqui no plenário, aqui nesta Comissão, nós somos totalmente independentes e livres. Mas o sucesso do nosso projeto está em fazer um projeto de consenso se nós queremos, no Brasil, penso eu, um Código Comercial. Se ficarmos com mil divergências, não vamos ter nem Código do Senado aprovado nem Código da Câmara aprovado. Como temos alguns colegas que atuam em ambas as comissões, inclusive o Presidente da Comissão de Juristas da Câmara é o nosso Relator Geral, eu acredito que a possibilidade de conciliação é muito grande.

Antes de fixar, só gostaria de dizer que, no mês de julho, tradicionalmente as pessoas envolvidas com o meio acadêmico e o meio jurídico tiram férias. Em julho, todo mundo tira férias. A Uinie, por exemplo, tem que ir para a Europa... Vai metade para os Estados Unidos e metade para a Europa...

Então, penso que podíamos também dar um receso para a Comissão em julho, o mês todo, embora tenha uns 10 dias em que o Senado trabalha, para que todos possam ajustar suas férias. Se tivermos que trabalhar mais, trabalharemos em agosto, setembro. Depois teremos tempo para compensar.

O nosso ritmo vai ter que ser um pouco acelerado. Temos seis meses para elaborar nosso projeto. Se não for possível, certamente, teremos que pedir a prorrogação, mas acredito que só possamos pedir prorrogação depois de realizarmos todos os esforços para concretizar em seis meses e isso se mostrar inviável no tempo.

Para um Código Comercial, seis meses é um tempo extremamente reduzido. Se temos que debater,

se temos que fazer audiências públicas, certamente vamos precisar de uma prorrogação. Mas não quero nem conversar isso ainda com o Presidente do Senado porque acho que está muito cedo.

A proposta que trago, dentro desse raciocínio de aproveitarmos o projeto do Senado, é criarmos duas estruturas: as estruturas transversais e os livros do futuro Código Comercial ou do anteprojeto do Código Comercial. Nas estruturas transversais, teríamos três subcomissões. A primeira é a de Estatística e Indicadores, para a qual eu indicaria, e ele já concordou, Dr. Marcelo Guedes, que tem todo um material colhido de pesquisa e estatística sobre a matéria.

Se todos estão de acordo, já consagraríamos o Dr. Marcelo Guedes. *(Pausa.)*

Se alguns colegas não concordarem com a proposta que fiz aqui, não há problema. É uma sugestão. Não temos melindres. Não tem problema. “Não quero ficar nela.” Vamos estudar um meio de conciliar para que todos se sintam bem nos trabalhos da Comissão.

A segunda é uma comissão muito importante que é Simplificação e Racionalização. Sugerimos o Dr. Daniel Beltrão e o Dr. Cleantho de Moura Rizzo.

Estão de acordo? *(Pausa.)*

Para a terceira comissão, que é a Abrangência do Código, o residual, Direito Marítimo e etc., sugerimos o Dr. Clóvis Malcher e Dr. Eduardo Montenegro Serur.

Estão de acordo? *(Pausa.)*

Na estrutura de livros, talvez, aqui, teremos que criar mais uma, mas vamos montar segundo a estrutura do Código da Câmara e depois discutiremos a parte geral, se deveremos ter um livro da parte geral ou não. Nesse livro de parte geral, podemos fazer uma comissão com membros que estariam nas outras comissões. Isso me parece muito importante. Em vez de criar uma comissão exclusiva, pegaremos os colegas que já estão em outras comissões para coordenar a parte geral.

Temos a proposta de cinco livros: Livro I, Empresa e Estabelecimento; Livro II... Se tivermos parte geral, o Livro I seria a parte geral. Se não tiver, então seria: Livro I, Empresa e Estabelecimento; Livro II, Sociedades; Livro III, Obrigações, Contratos e Títulos de Crédito; Livro IV, Crise na Empresa; e Livro V, Processo Empresarial.

Para o Livro I, estou sugerindo o Dr. Felipe Lückmann e Dr. Márcio Souza Guimarães.

Estão de acordo? *(Pausa.)*

Podem ter liberdade de dizer que não querem, que não vão se sentir bem. Me avisem para conciliarmos. Não precisam concordar para não criar problemas. Vamos conciliar.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Ministro, deixe-me só fazer uma pergunta, então. Nessa sua estruturação, haverá possibilidade para que participemos de outras subcomissões?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Deixe-me dizer uma coisa. No meu modo de ver, todos poderão colaborar, todos poderão dar ideias. Nomeamos duas comissões, mas vão receber sugestões de todos. Todos terão possibilidade de participar de todos os livros do Código. Não podemos segmentar hermeticamente. Você pode ter ideias para varias comissões, vários livros, e queremos que traga.

Aliás, tanto quanto possível, se puder eventualmente participar da reunião com a comissão, evita que a questão venha a ser acertada em plenário. Simplifica a nossa realização de plenário.

A SR^a UINIE CAMINHA – Do ponto de vista formal, você vai participar apenas de uma, ou eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Uma ou duas. Vai ter a parte geral aqui.

Bom, do ponto de vista formal... Deixe-me dizer uma coisa, estou apresentando uma sugestão. Deixe-me apresentar e vocês decidem se querem mesclar mais gente. Não tem problema. O Plenário é soberano e vai decidir isso. Acertamos assim? O.k.? (*Pausa.*)

Nós precisamos ter um ponto de partida, então vamos colocar essa comissão primeiro. Aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Para não ficar sem ninguém em nenhuma comissão.

O Livro II, aqui em Empresa e Estabelecimento, o Felipe Lückmann e o Márcio Souza Guimarães.

O Livro de Sociedades é um livro mais trabalhoso e maior, normalmente. Então, nós teríamos o Prof. Alfredo de Assis, o Prof. Arnaldo Wald, a Dr^a Uinie e o Prof. Dr. Osmar Brina.

No Livro Obrigações e Contratos, teríamos o Prof. Dr. Newton de Lucca, o Dr. Jairo Saddi e o Dr. Ricardo Lupion.

No Livro Crise na Empresa, por enquanto estou só com o Prof. Dr. Paulo Penalva. Então, vamos precisar de mais gente nessa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Você está em qual?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – No Livro I.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Estou só repetindo, falando no microfone. Eu me candidato a estar nessa comissão juntamente com o Prof. Paulo

Penalva. Eu já estou no Livro I. Não sei se tem mais alguém?

A gente está no Rio de Janeiro e seria até fácil, não é, Paulo, de trabalhar juntos?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Fácil, fácil, fácil. Mas não podemos ter uma recuperação, um hospital puramente carioca. (*Risos.*)

Então, já vou fazer essa mudança aqui. Deixe-me ver...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Ministro, se me permite, eu poderia contribuir bastante no Livro I, como já estava, com o Felipe Fabro; e aqui em Falência e Recuperação, no que precisar, estou disponível para auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está bem. Nós podemos, quem sabe, já...

Mas você ficaria também no Livro I? Acho que vamos ter de fazer assim. Você ficaria no Livro I também.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Claro, sem antecipar nada, até porque em Falência e Recuperação acho que precisamos ter uma definição prévia, como fizemos na Câmara, para saber a amplitude do objeto de modificações.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Certo.

Então, estou mantendo o nome do Dr. Márcio nas duas.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Na Câmara ficou praticamente esvaziado, não é? Até então.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É. Mas isso é uma questão para debatermos aqui. Se a gente...

Na realidade, recuperação de empresas não é uma questão puramente processual, é conceitual.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – É Direito Comercial puro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É Direito Comercial puro a recuperação da empresa. Se a gente colocar isso só como um remédio processual, enfraquecemos o instituto. Quer dizer, a parte da lei que cuida da recuperação tem caráter processual, tudo bem. Agora, nós precisamos de um instituto material aqui: os princípios, o que move, o propósito. Isso tem que estar no Código Comercial.

E no último, que é Processo Empresarial, ficaria o Dr. Bruno Dantas – o Bruno não veio hoje – e o Dr. Tiago Asfor Rocha, que já se conhecem bem.

Bom, quem gostaria de alguma modificação ou alguma sugestão? Vamos acertar primeiro as comissões.

A SR^a UINIE CAMINHA – Se for possível, como o colega, participar... Porque, da mesma forma, acho que a parte de Direito Societário está muito ligada à parte de definição de empresa e estabelecimento. Se

for possível contribuir também nessa parte, caso não haja nenhum problema, me disponho, mesmo que...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nós estamos só com dois, cabe aqui... Todos de acordo que participem em mais de uma comissão? Há alguém...?

A SR^a UINIE CAMINHA – É uma parte que me interessa muito, se o Prof. Fábio não se opuser.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Eu faço coro com a Dr^a Uinie. Eu gostaria de participar também de uma segunda comissão se for possível. Professor, Presidente, a da Crise na Empresa, junto com os colegas do Rio de Janeiro, porque aí estou em São Paulo, a ponte aérea é mais perto.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Você participaria de Empresa e Estabelecimento. *(Pausa.)*

Alguém queria participar...

MARCELO GUEDES NUNES – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Quem queria participar... Qual?

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Crise na Empresa.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Crise na Empresa.

Você estava em qual?

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Eu estava na de Abrangência.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Seria mais uma.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Só uma pergunta, Professor.

O capítulo das Obrigações, Contratos e Títulos não ficou extenso demais? Não seria possível subdividir?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vamos discutir isso. Não há problema.

Você quer ir para qual comissão mesmo? Desculpe.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Abrangência e Crise na Empresa.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, Crise na Empresa fica com Paulo Penalva, Márcio Souza e Eduardo Serur.

MARCELO GUEDES NUNES – Sr. Presidente, se possível, também considerando a comissão, o Livro V, de Processo Empresarial, está hoje só o Bruno Dantas e o Tiago Asfor Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Você gostaria de integrar?

MARCELO GUEDES NUNES – Eu gostaria de integrar.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está o.k.

Só um minutinho, a operadora aqui é muito ruim.

O SR. JAIRO SADDI – Sr. Presidente, considerando que o Marcelo está na Comissão de Estatísticas e Indicadores e eu estou no Conselho da Associação Brasileira de Jurimetria, eu gostaria de fazer parte da Subcomissão de Estatísticas e Indicadores, então.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k., vamos colocar aqui.

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Sr. Presidente, também gostaria de participar da Subcomissão transversal de Simplificação e Racionalização.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Simplificação, onde está o Daniel Beltrão e o Cleantho. Você está em qual?

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Eu estou na parte geral, Empresa e Estabelecimento, e gostaria de participar da Subcomissão transversal de Simplificação e Racionalização.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k. Felipe Lückmann Fabro.

O SR. CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO – Sr. Presidente, eu estou só na Subcomissão de Abrangência do Código. Se possível, eu gostaria de fazer parte da Subcomissão de Sociedade – se possível.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Bem, é que na de Sociedade nós estamos com quatro.

O SR. CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO – Com quatro?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Quatro.

O SR. CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO – E a de Empresa?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Aí ficaria melhor. Não é que não possa. Eu só estou ponderando.

O SR. CLÓVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO – Não, não. Estou aqui para colaborar, é apenas para não ficar só em uma subcomissão, com a de Empresa eu colaboraria também.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, esperem... Eu estava antes anotando que quer... O Felipe estava indo participar da...

O SR. FELIPE LÜCKMANN FABRO – Eu estava na de Empresa e Estabelecimento, mas gostaria de participar também de Racionalização e Simplificação.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Você também está anotando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k.

Mais algum pedido de alteração?

O SR. ARNOLDO WALD – Supletivamente, Sr. Presidente, contratos e obrigações.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k.! Contratos e obrigações, Prof. Arnoldo Wald. Depois eu...

Então, fechamos as subcomissões. Depois, para a Secretaria, depois passamos um resumo ou mandamos um e-mail daqui mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O nosso Relator vai ler como ficaram as comissões.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, das Subcomissões transversais, a primeira é a Subcomissão de Estatísticas e Indicadores, composta, por enquanto, pelo Dr. Marcelo e o Dr. Jairo. Só anotei aqui o pré-nome.

Então, depois, a segunda, Subcomissão transversal de Simplificação e Racionalização da Empresa: Drs. Daniel, Felipe e Cleantho.

Terceira Subcomissão transversal: Abrangência do Código. Esta é também uma comissão residual. Então, tudo que aparecer aí, Direito Marítimo está nessa Comissão, enfim, tudo que não se encontrar nas demais entra na Subcomissão de Abrangência do Código: Drs. Clóvis e Eduardo.

E agora, então, as Subcomissões temáticas. Livro I – Empresa e Estabelecimento. Ministro, podemos, talvez, tirar essa referência a livro, porque não sabemos ainda se vai ser assim.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É a Subcomissão Empresa e Estabelecimento, composta pelo Dr. Felipe, Dr^a Uinie, Dr. Clóvis e Dr. Márcio.

Subcomissão temática de Sociedades, composta pelos Drs. Wald, Alfredo, Brina e Dr^a Uinie.

Subcomissão temática de Obrigações, Contratos e Títulos, composta pelos Drs. Ricardo, Jairo, Newton e Wald.

E, por fim, a última Subcomissão, também temática, Crise na Empresa: Drs. Márcio, Eduardo e Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Desculpem. A última mesmo é a de Processo Empresarial, composta pelo Drs. Bruno, Tiago e Marcelo.

Dá um total de oito subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Todos de acordo? *(Pausa.)*

Então, temos como aprovadas as subcomissões.

No Regimento Interno, a propósito, no art. 2º, tem que um parágrafo ser modificado, só para dizer

que, de acordo com a resolução do Senado que proíbe reuniões fora, as reuniões serão realizadas nas dependências do Senado Federal. Só isso. *(Ininteligível.)*... então? Aprovado, como...

Outra questão que nós temos que... Ainda fica uma comissão em aberto.

Nós vamos ter uma comissão sobre a parte geral ou não?

Então, vamos primeiro debater, depois decidir.

Aqueles que acham importante podem ser manifestar aqui primeiro.

A proposta é: vamos colocar no Código uma parte geral ou vamos manter o projeto tal qual está vindo da Câmara?

O silêncio é porque é contra ou porque é a favor ou porque é indiferente?

O Relator não podia se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Podia.

O SR. ARNOLDO WALD – Ele está com medo de qualquer votação. *(Risos.)*

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A minuta que eu preparei no âmbito acadêmico e que está no livro *O Futuro do Direito Comercial* previa uma Parte Geral e uma Parte Especial.

Quando o Deputado Vicente Cândido fez o projeto que foi apresentado na Câmara dos Deputados, ele entendeu por bem de não fazer essa divisão. Temos lá, então, cinco livros: o Livro I – Da Empresa e Estabelecimento; Livro II – Sociedades; Livro III – Contratos, Obrigações e Títulos; Livro IV – A Crise na Empresa; Livro V – Das Disposições Finais e Transitórias.

Se formos ter uma Parte Geral, parece-me que o conteúdo dessa Parte Geral vai ser muito próximo do conteúdo do que é o Livro I – Da Empresa e Estabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu vejo um pouquinho diferente. Dá-me uma ideia de um Código capenga se a gente não puser a Parte Geral. Talvez seja uma cisma minha, mas eu acho importante, no aspecto estrutural, uma Parte Geral.

Segundo, por exemplo, para essa Parte Geral, eu acho que a gente poderia discutir um pouco a validade e a prescrição dos negócios comerciais. Essa parte a gente poderia trazer. Por exemplo, eu acho que a gente precisa fazer algumas ressalvas em parte de nulidades do Código Civil para o negócio, para os atos comerciais. É uma oportunidade que nós temos de trabalhar isso, e não simplesmente importar aquilo do Código Civil, ou deixar o Código Civil regulando, porque nós temos questões que eu não sei se devem ser tratadas no mesmo sistema de nulidades do Código Civil.

Por exemplo, nas S.A., nós estamos hoje numa grande discussão, se nós temos ato nulo, anulável. Então, algumas coisas próprias do comércio deveríamos tratar nessa Parte Geral, sem embargo do Livro de Empresas. Não importa que ela tenha dez, doze ou quinze, mas a parte de princípios, essa parte dos negócios jurídicos comerciais, quer dizer, adaptando... Uma parte geral de prescrição e decadência eu acho muito importante. A Lei das S.A. trata matéria de decadência como de prescrição. Quer dizer, a gente poderia sinalizar isso para todo o sistema, estabelecer bem as regras de prescrição e decadência; corrigir algumas coisas que estão fora até do Código Comercial, mandando aplicar.

Essa é a minha intuição. Mas, se acharem que é melhor seguir o projeto da Câmara, também não tenho objeção, mas eu acho que enriqueceríamos, daríamos uma estrutura mais científica ao próprio Código Comercial, como você fez no começo.

Prof. Arnaldo Wald.

O SR. ARNOLDOWALD – Na realidade, no fundo, esse Código nasceu um pouco dos princípios. Eu não vou falar no autor, porque nós não estamos aqui numa sessão de autoelogios, mas eu acho até que uma das razões, um dos incentivos que se teve para discutir o novo Código Comercial foi o problema dos princípios. E os princípios estão, em certo sentido, nas normas gerais.

Não há dúvida de que vamos ter as aplicações. Mas vamos ter aplicações de princípios. Se tivermos o princípio, eu acho que tem o sentido até didático. Eu acho importante fazer um Código para todo mundo, não apenas para os juristas, necessitando de indução e dedução para tirar das normas os princípios. E que há uma necessidade, que o Ministro João Otávio citou, e é verdadeira, de fazer uma espécie de blindagem do Direito Comercial em relação ao Direito do Consumidor, porque o que está acontecendo é que o Direito Civil está sendo aplicado de acordo com o Direito do Consumidor. Então, é preciso estabelecer realmente os limites.

E aí eu acho que há os princípios do Direito do Consumidor, há normas gerais do Código do Consumidor, há normas gerais do Código Civil e haveria lugar para normas gerais quase que, eu diria, complementares do Direito Comercial. E isso seria o introito, com o início do Código, para fazer um Código que tenha o sentido de marcar uma época. É um Código do século XXI, diante de uma vida empresarial que mudou muito em relação ao passado, em relação à qual o Código Civil não dá mais soluções. Até os adversários do Código Comercial dizem: “Bom, mas o Código Civil não

dá solução, o Código do Consumidor não dá solução, então é preciso ter um novo diploma para isso”.

Então eu acho que, na medida do possível... Evidentemente nós estamos numa dupla função: técnica e política. É preciso ver o que é aceitável. E há uma certa negociação com a Câmara que pode ser viável. Mas, se for aceitável a ideia da Parte Geral e de um código que eu chamaria de código completo e não de um código meio decapitado, eu acho que seria importante.

A minha impressão, seguindo o João Otávio e de acordo com o pensamento, senão com a expressão específica de hoje do nosso querido Fábio, que, vindo da Câmara também, nos disse o que pensava o Relator, é de que a parte geral faria sentido, até para nós todos no sentido de esclarecer qual é esse Direito Comercial que está renascendo.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Esses argumentos são muito convincentes. É verdade, e do Ministro João Otávio também, em relação à Parte Geral. A única coisa que me preocupa é o seguinte: uma parte geral? Como nós encaixaríamos uma parte geral aqui, referente à obrigação? Traríamos para cá? O direito societário teria uma parte geral do direito societário ou...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, não. Eu não penso nisso.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Não?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu penso numa Parte Geral que englobaria os princípios de teoria geral do negócio jurídico que nos importa no comércio.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Princípios e...?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Geral, geral mesmo.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Geral? Estabelecimento e teoria da empresa, também não?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, essa parte é de empresa. Eu acho que nós temos outras discussões para estabelecer numa Parte Geral. Por exemplo: nós vamos acatar pura e simplesmente a teoria da validade dos negócios jurídicos comerciais? Vamos aplicar a mesma regra do Direito Civil ou vamos discutir algumas peculiaridades?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – E isso seria a Parte Geral ou um capítulo introdutório?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Seria uma Parte Geral dentro...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Uma Parte Geral?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Uma parte introdutória dentro da Parte Geral. Por exemplo: prescrição e decadência como regra, nós

trariamos para a Parte Geral como regra. É lógico que lá no societário vai haver os prazos específicos.

A SR^a UINIE CAMINHA – Com licença, Sr. Presidente. Como...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Isso é uma sugestão.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Claro. Estou refletindo...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O que estou propondo é que a gente estabeleça essa discussão. Se amanhã a Comissão entender que não é oportuna a subcomissão, ela prescinde de nós. Mas eu não sei. Tenho ouvido muitos reclames de uma Parte Geral. Tanto é que o Prof. Fábio tinha no projeto essa Parte Geral.

Uinie.

A SR^a UINIE CAMINHA – Com licença.

A respeito da Parte Geral, realmente eu concordo com o senhor, só que, como o Prof. Fábio falou, quando se retirou essa Parte Geral muita coisa dela ficou nesse primeiro livro. Então, no caso de se formar realmente uma comissão, seria interessante trabalhar em conjunto inicialmente com a de Estabelecimento e Empresa, porque terá que haver um certo recorte daqui para não haver...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Isso não implicaria uma mudança muito grande lá na Câmara? Não? Não teria problema com a Câmara?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – A minha impressão é de que não haveria dificuldade alguma em se fazer a conciliação do projeto do Senado com o da Câmara. Se o do Senado contiver uma Parte Geral, tenho impressão de que não haverá dificuldade alguma nessa solução, não é, Márcio, Felipe, Tiago? Parece-me que não haveria problema.

Só esclarecendo, a Parte Geral que imaginei no trabalho acadêmico que fiz era muito parecida com o Livro I. Então, por exemplo, empresa, parece-me que integraria uma Parte Geral do Código Comercial. Não o estabelecimento. Talvez estabelecimento, não, mas empresa, pela própria definição.

Talvez a Comissão... Ou fazemos uma comissão própria ou essa comissão de Empresa e Estabelecimento ou a comissão de Abrangência do Código ou talvez uma comissão própria para discutir se vai ter e quais seriam os temas que viriam.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Acho que a comissão de Abrangência poderia tratar disso, porque não precisaríamos criar mais uma. A comissão de Abrangência ficaria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Concorde. Pensamos assim também.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O.k., boa ideia.

Todos estão de acordo?

Há alguém que é contra ter uma Parte Geral? (Pausa.)

Nós não estamos definindo que vai ter. Nós vamos estudar e depois vamos deliberar. Isso fica, então, com a parte de abrangência.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Somente para registro, então, da Secretaria, deliberou-se que a Comissão de Abrangência do Código Comercial vai discutir se é o caso de ter uma Parte Geral no Código Comercial ou não. E, em se concluindo que vai haver uma Parte Geral, quais seriam os temas que essa parte geral abordaria.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Prof. Newton de Lucca.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Eu vou me permitir colocar uma dúvida, uma indagação. Talvez não seja própria, e esse tipo de dúvida que eu estou colocando devesse ficar para a comissão que vai estudar a abrangência do Código.

É que eu estava comentando aqui com o Dr. Jairo Saddi que, por exemplo, na nossa subcomissão, teríamos Obrigações, Contratos e Títulos de Crédito. O primeiro impulso foi – somos três, depois tivemos a grande aquisição do Prof. Arnoldo Wald – vamos dizer, de que cada um ficasse com um dos temas – um com Obrigações, o outro com Contratos, o outro com Títulos de Crédito.

Mas eu estava olhando aqui, agora, e, sob a designação Títulos de Crédito, acabam se misturando realidades muito diferentes. Por exemplo, não sei quanto ao Prof. Ricardo e não sei quanto ao Prof. Arnoldo Wald, mas eu e o Prof. Jairo já chegamos aqui num acordo: que nós gostamos muito de títulos de crédito, mas títulos de crédito do agronegócio – que vão ocupar dos arts. 636 a 682, porque Dos Títulos de Crédito” vai de 483 a 593...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Isso no projeto da câmara, não é?

O SR. NEWTON DE LUCCA – É, isso. Este que está aqui conosco, da Câmara.

Vamos ver. São, Ministro, duas realidades bem diferentes. Eu não sei se nós teríamos aqui, no nosso grupo, alguém, Fábio, que fosse mais experiente com as questões do agronegócio. Eu, por exemplo, não me sentiria com autoridade para escrever sobre os títulos do agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu militei nisso 20 anos, porque o Banco do Brasil fez o crédito rural no Brasil. Eu me disponho até a co-laborar muito com essa comissão nessa parte.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Eu acho que será imprescindível, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O que me parece importante é trazer o agronegócio para o Código Comercial, porque os antigos fazendeiros viraram empresários, estão se organizando. O agronegócio, hoje, tem uma pujança enorme na economia brasileira. Nossas exportações hoje têm a base no agronegócio. Essa é uma realidade que nós não podemos mais ignorar.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Outra coisa, os títulos de crédito do agronegócio, como a Cédula de Produto Rural, hoje são negociados em grande parte na Bolsa de Mercadorias e Futuro de São Paulo. Então, têm uma importância no mundo do Direito Comercial? Têm, e muito grande.

Então, no passado, o País era rurícola, havia o Código Civil, criaram a cédula, porque os instrumentos... Nós tínhamos só a nota de crédito rural. Depois veio, ainda, uma nota promissória melhorada na década de 60. Em 1967, criou-se o Decreto-Lei nº 167, porque o financiamento agrícola padecia de uma burocracia muito grande. Só que foi feito numa realidade econômica, na época, que se alterou no tempo. E há, ainda, a interpretação do STJ – que as taxas de juros estão limitadas a x, que não há correção –, que não corresponde mais à realidade atual.

Aí, nós fizemos remendos. Como a jurisprudência tinha sacrificado o instituto da cédula de crédito rural, nós criamos a Cédula de Crédito Bancário para corrigir muitas operações do sistema financeiro. Precisava-se de agilidade, o legislador deu liberdade de fixação de taxa, de capitalização, que podem ser utilizadas também no financiamento rural.

Quer dizer, a tendência da cédula de crédito rural hoje, do jeito que está... As limitações jurisprudenciais foram tão grandes que começaram a ser abandonadas. Não foram de todo. Há negócios que ainda não podem ser feitos por outros instrumentos.

Mas, por exemplo, eu fiquei perplexo com a decisão – isso no meu tribunal – que dizia que a cédula de crédito não estava permitindo garantias de terceiros. E eu fui ver, e foi uma decisão totalmente fora da realidade. Confundiram na interpretação, no meu modo de ver. Até porque a cédula nasceu com esse propósito de dar garantia e de facilitar.

Então, a gente precisava modernizar o Decreto-Lei nº 167, sem embargo de ter a cédula de crédito... Mas, essa é uma coisa que é tranquila. Posso dizer que temos boas sugestões para isso. Eu até me proponho.

Agora, deixar à margem hoje do Código Comercial o agronegócio é jogar fora toda a nossa realidade.

de. O mundo do agronegócio está movendo bilhões e bilhões de dólares no Brasil.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Não. Sem dúvida, Ministro. Essa é a minha preocupação, porque acho que é uma parte tão grande! Se pegarmos todos os títulos de créditos do agronegócio, mais os contratos relativos ao agronegócio, só isso já é uma realidade grande!

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É quase um Código!

O SR. NEWTON DE LUCCA – É isso que quero dizer: aparentemente, a divisão está correta.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Proponho até fazer assim: começar com esta comissão, levantar tudo que seria possível e, se precisar, fazer outra comissão com calma.

O SR. NEWTON DE LUCCA – É isso que eu acho. Talvez tenhamos que nos separar, Fábio. Por exemplo, quem conhecer agronegócio, acho que tem de ficar tanto com títulos de crédito do agronegócio quanto com os contratos. Não faz mal que uma seja de declaração unilateral de vontade e que outra seja de contrato. Aí é melhor juntar isso numa mesma realidade, na minha maneira de ver.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – As cédulas vieram com o propósito de desburocratizar e baratear, porque esse contrato é de garantia hipotecária por instrumento particular, não é verdade? A lei permite a cessão de crédito por endosso, permite o aval. Quer dizer, como o título cambialiforme, é muito importante no tema e teve uma importância muito grande no Brasil até 1990.

Depois da crise que gerou a Constituição de 1988, com a base do crédito rural pela discussão da anistia da correção monetária, fez surgir a Cédula de Crédito Bancário, porque a jurisprudência não sabia o que fazer, se perdeu em determinado instante, dizendo que não tinha correção monetária, e isso causou um índice de empréstimo muito grande.

O fato é que essa discussão, de certa forma, no tempo, se superou, e, hoje, temos outras, que é a do consumidor, da revisão dos contratos bancários, etc., que é uma questão para trabalharmos também, até talvez na parte geral, nessa parte de revisão, no sentido de estabelecer um prazo, o que pode ser revisado. Acho que isso é algo muito importante de se tratar no Código Comercial.

Então, Newton, se todos concordarem, nós poderíamos dizer que a Comissão mapeia todo o processo, e eu posso trabalhar com essa comissão, pela minha experiência de 20 anos, trabalhando diretamente com crédito rural. Acho que poucos tiveram a oportunidade de trabalhar com isso como na minha carreira no Banco do Brasil.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Outra questão, Sr. Presidente, é referente ao Direito Marítimo. Vamos abordá-lo aqui ou não, porque se trata de um capítulo considerável.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Isso é a Comissão de Abrangência que nos vai sugerir.

Agora, pergunto: o Direito Marítimo é importante ou não no comércio? Eu acho que é muito importante. Hoje, um contêiner é algo que impacta a nossa economia, o seu custo, os contratos. Não sei se temos espaço e tempo, mas que é importante; é. Talvez pudéssemos contar com a colaboração de alguns especialistas para nos ajudar nessa parte.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sr. Presidente, então, a nível de esclarecimento, tanto a emenda apresentada no âmbito da Câmara dos Deputados sobre Direito... o Livro do Agronegócio, quanto a que foi apresentada na Câmara dos Deputados a respeito de Direito Marítimo foram preparadas por comissões de especialistas.

A do Direito do Agronegócio é uma comissão de advogados que atuam nessa área, constituída no âmbito do Ibrademp (Instituto Brasileiro de Rede Empresarial); e a do Direito Marítimo, por uma comissão de advogados e juízes do Tribunal Marítimo, constituída pela Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM).

Então, creio que, num determinado momento, possamos chamar os especialistas, de uma e de outra área, para conversarmos aqui e trocarmos ideia. Eventualmente, poderemos contribuir também com o seu aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Já poderíamos, então, dar a essa comissão, o projeto, se não houver problema. Já seria o ponto de partida.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Já está incorporado nesta minuta que foi distribuída.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Já?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Já.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Inclusive a do agronegócio.

O SR. JAIRO SADDI – Só uma questão de ordem. Isso já está compilado, quer dizer, esse livro, esse capítulo já é fruto do trabalho desses especialistas?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Exatamente. Na Minuta 01, que foi distribuída, já estão incorporadas, sem qualquer alteração, as emendas que introduzem o Livro do Direito do Agronegócio e o Livro do Direito Comercial Marítimo.

Então, consta da Minuta 01 que circulou.

A SRª UINIE CARMINHA – Sr. Presidente, V. Exª havia comentado acerca da parte de registro de comércio, com relação não ao Decreto nº 1.800, a Lei nº 934. Onde nós poderíamos tratar sobre esse assunto aqui no Código?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Onde? O local? A Subcomissão de Abrangência também teria de verificar. Quem é da Subcomissão de Abrangência mesmo? Uinie, eu não concebo um Código Comercial que não fale do registro do comércio.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. UINIE CARMINHA – O meu problema é que até participei de um congresso, de um painel, especificamente sobre isso, e me pareceu que existiam várias temas que deveriam ser tratados de maneira mais específica, para evitar principalmente que o DNRC, não o desmerecendo, traga regras que, às vezes, ao invés de ajudar, prejudiquem, como, até nesse painel, listamos uma série delas. Então, a de Abrangência é que vai tratar?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Talvez, diante das ponderações da Drª Uinie, sugeriria que discutíssemos a alternativa de atribuir registro do comércio para a Subcomissão 4 – Empresa e Estabelecimento.

A SRª UINIE CARMINHA – Eu concordo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Parece-me que ficaria um pouco mais coerente.

Então, fica para Empresa e Estabelecimento tratar do registro de comércio.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Todos de acordo? *(Pausa.)* Então, a Subcomissão Empresa e Estabelecimento tratará do registro de comércio.

Chega aqui o Dr. Bruno Dantas.

Até brinquei se o senhor estava preso, mas com essa altura, com essa pinta toda, só se for por inadimplimento de pensão alimentícia. *(Risos.)*

Dr. Bruno, dentro das comissões que sugerimos aqui, V. Exª estaria na de Processo Empresarial. Se V. Exª desejar participar de mais alguma, V. Exª nos indicaria agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está certo. Poderá fazê-lo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Em relação aos temas que cada subcomissão vai tratar, tenho mais uma sugestão, Sr. Presidente.

Recebemos, hoje, da Consultoria do Senado, a lista de proposições legislativas que estão em tramitação. Acho que cada subcomissão seleciona dessa lista aquelas que forem relativas à sua área temática para poder também recuperar essas proposições.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Por favor, imprima o que foi dito e distribua ao pessoal. Seria possível mandar por e-mail também para todos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Manda também por e-mail, porque, aí, todo mundo

fica com tudo já arquivado. Aliás, tudo o que a gente distribuir, se for possível também mandar por *e-mail*, vamos adotar como procedimento.

Bem, vamos acertar, então, a estrutura das comissões, definindo-a, com as várias subcomissões. Agora, precisamos fixar a nossa agenda aqui.

A nossa segunda reunião poderia ser no dia 3 de junho.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Poderíamos colocar a segunda reunião para o dia 10? Ou na próxima semana ou no dia 10. É um pedido um pouco egoísta, mas de todas as segundas-feiras que virão na minha vida, essa é a que tenho uma viagem programada da qual não posso fugir. Gostaria de estar presente em todas as reuniões. Esse é um pedido egoísta. É um pedido singelo, mas é que estou viajando dia 3. Chego dia 3 à noite e não consigo mais alterar.

O SR. ARNOLDO WALD – Para que o seu pedido não seja tão egoísta, faço o meu também.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Obrigado, Professor.

O SR. ARNOLDO WALD – Não vou poder estar presente no dia 10.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – O seu pedido reforça muito o meu.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Teríamos que achar uma data alternativa, porque dia 10, também o Professor não pode.

Então, vamos antecipar essa reunião para a próxima semana, porque assim já teríamos alguma coisa para deliberação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Você não pode? Maio você não pode. Dia 27 você tem Conselho.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Que tal dia 17 de junho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Precisávamos fazer, pelo menos, duas em junho.

A SR^a UINIE CARMINHA – Posso dar uma sugestão? Por que não fazemos nas subcomissões e, pelo menos, se dois membros pudessem estar presentes no plenário do dia 3 para manter, por exemplo, a comissão de Direito Societário, como o Prof. Wald não pode no dia 3, poderíamos numa quarta-feira ou num outro dia que ele possa. Aí, eu posso vir no dia 3, não sei se o Professor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a UINIE CARMINHA – Também pode.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a UINIE CARMINHA – Não, dia 3.

Então, poderíamos fazer assim e evitaríamos que ficássemos sem a reunião ou que ficasse espaçada.

O SR. EDUARDO MONTENEGRO SERUR – Não poderíamos fazer dia 17 e, antes, faríamos as reuniões das subcomissões? Será que não seria possível também. Faríamos a próxima primeiramente no dia 17 e marcaríamos as reuniões das Subcomissões antes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O Prof. Fábio Ulhoa coloca que é preciso fazermos primeiro as reuniões das subcomissões, para depois irmos a Plenário.

Então, podemos fazer o Plenário dia 17 de junho. Todos podem? *(Pausa.)*

Na semana que vem, alguma subcomissão já quer reunir-se ou quer no dia 3?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A de Abrangência se reúne, então, no dia 27?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, hoje... É, Plenário. Agora, dia 27, nós faríamos a Subcomissão de Abrangência.

Alguma outra subcomissão quer reunir dia 27? Ou dia 3?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – No dia 27, quem está na Subcomissão de Processo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Todos de acordo? *(Pausa.)*

Então, dia 27, ocorrerá também a Subcomissão de Processo Empresarial.

Qual outra comissão poderá reunir-se no dia 27? *(Pausa.)*

Bem, então, vamos para o dia 3.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, no dia 3 Subcomissão de Empresa e Estabelecimento.

Onde serão essas reuniões, em termos de sala? *(Pausa.)* Elas serão aqui mesmo.

Então, no dia 3, qual é a subcomissão?

A SR^a UINIE CARMINHA – De Empresa e Estabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – De Empresa e Estabelecimento.

A SR^a UINIE CARMINHA – E a de Societário...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARNOLDO WALD – Mas, se não, eu acho que a Comissão se reúne. Eu acho que tendo quórum... *(Inaudível.)*... se reúne...

A SR^a UINIE CARMINHA – Não, Professor...

O SR. AGNELO QUEIROZ – Não, não. Se reúne, porque cada um de nós tem os seus problemas e não podemos contaminar, coletivizar. Eu agradeço. Eu faço o seguinte. Eventualmente, vou pedir a um dos colegas que me deixe ciente das decisões tomadas. Até acho que poderíamos fazer praticamente, nas subcomissões, não uma ata formal, mas um resumo do que se decidiu, e quem não estivesse ficaria ciente e...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nessas subcomissões, vai haver sempre um funcionário do Senado fazendo a ata, a taquigrafia, tudo será feito, inclusive, para as subcomissões. Temos reuniões formais mesmo.

O SR. ARNOLDO WALD – Talvez pudéssemos fazer uma configuração no dia 3 e, no dia 17, talvez, se quiséssemos e fosse viável, poderíamos começar talvez mais cedo e fazer a subcomissão antes da Comissão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – No dia 10 o senhor pode?

O SR. ARNOLDO WALD – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nem 3 nem 10?

O SR. ARNOLDO WALD – Não, eu volto dia 11.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, fazemos uma primeira assim, e depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não tem importância. Isso vai acontecer, vamos tocando, depois o senhor vai acertando os detalhes e vamos rever. Não tem problema.

O SR. JAIRO SADDI – Então, dia 3 ficou nossa Subcomissão de Obrigações e Contratos.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, Obrigações e Contratos dia 3...

A SR^a UINIE CAMINHA – Empresa dia 3, Societário dia 10.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, Empresa dia 3, Societário dia 10.

Eu tirei toda segunda-feira para acompanhar também as subcomissões. Portanto, estarei com vocês aqui para irmos... Como estou em Brasília, resolvi ficar, cancelando meus compromissos toda segunda-feira para acompanhar todas as comissões.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Então, Contratos, Obrigações e Títulos de Crédito dia 3.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dia 3.

O SR. CLEANTHO DE MOURA RIZZO NETO – Existe a possibilidade de mais de uma subcomissão se reunir no mesmo horário?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nós temos mais de uma subcomissão... Pode fazer na mesma sala, porque uma senta mais ao final, outro senta aqui, não precisamos de microfone para as subcomissões. Não tem problema nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fábio, a de Estatística também se reúne no dia 3.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Eu acho bom fazer três subcomissões ao mesmo tempo porque a gente já começa a trocar ideias. As subcomissões já começam a conversar.

Todas as subcomissões estão marcadas?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Duas não.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Faltam duas. Quais as duas? *(Pausa.)*

Crise na Empresa. Prof. Paulo Penalva.

O SR. PAULO DE MORAES PENALVA SANTOS – Dia 17, antes da plenária.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Antes da plenária.

Vocês fariam de manhã? Então, pode ser dia 17, antes da plenária.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vamos conferir o cronograma.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Agora, então, vamos fechar o cronograma. Está faltando mais uma? *(Pausa.)* Fechou.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, no dia 27 de maio, às 14 horas, reúnem-se duas subcomissões, a de Abrangência do Código e Processo Empresarial. Dia 3 de junho, às 14 horas, reúnem-se quatro comissões: Estatística e Indicadores; Empresa e Estabelecimento; Obrigações, Contratos e Títulos; e Simplificação e Racionalização da Empresa.

Dia 10 de junho, às 14 horas, reúne-se a Subcomissão de Direito Societário.

E, dia 17 de junho, às 11 horas, a Subcomissão Crise na Empresa e, às 14 horas, a Comissão completa.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Horário: às 11 horas e as demais às 14 horas. Está bom para todo mundo? *(Pausa.)*

O.k. Assim, dá tempo de voltar. Começando às 14 horas, dá para chegar e voltar a tempo.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Só será no dia 17 esse horário?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Só. Às 11 horas só no dia 17. É que os dois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Pedi para não fazer essa, porque os dois estarão no Rio. Seria ideal que, dia 17, houvesse só a plenária, porque vocês precisam discutir e ter tempo para trazer...

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Não, mas estamos falando no dia 27, na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Na próxima semana, então.

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – É só alterar o horário.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Só o horário?

O SR. TIAGO ASFOR ROCHA LIMA – Das 14 horas...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vinte e sete? Tudo bem.

É para marcar a que horas?

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Às 9 horas o Senado já está aberto? (*Pausa.*)

Aqui não tem advogado, segundo o Ministro. (*Risos.*) Esta Comissão não tem advogado!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No dia 27, a reunião seria a que horas? Às 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– A preferência é para tarde, para dar tempo de chegar e de voltar. Às 9 horas eu não posso, porque, às segundas-feiras, eu tenho aula pela manhã. Mas não há problema, porque nesta eu não virei. Eu dou aulas pela manhã às segundas e terças.

Quem marcou para as 9 horas?

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Processo Empresarial.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Processo Empresarial.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Dia 27 de maio, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k.

Então, já aprovamos nosso cronograma.

Marcamos a de junho. Temos de marcar a segunda de junho. Quando seria?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Só sobra o dia 24, Dia de São João.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Mas não vamos ter material. Então, vamos marcar para agosto.

A SR^a UINIE CAMINHA – Em 1º de julho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na primeira semana de julho.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Na primeira semana de julho, eu não vou estar... Não

marcamos o mês de julho, porque acho que muitos vão viajar de férias.

Vamos marcar logo para agosto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dia 5 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– No dia 5 de agosto, logo na primeira semana.

Dia 5 de agosto será a segunda plenária.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Dia 5 de agosto está O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Sim.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Presidente, é o seguinte: talvez haja necessidade de algumas das subcomissões se reunir ainda em junho. Eu imagino a nossa ausência do...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Volto lá.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Marquei só a segunda plenária. Agora, vou para as comissões. Não há problema.

Então...

Vamos até marcar as reuniões das subcomissões. Depois marcamos as plenárias. Aliás, vamos ter de fazer os dois juntos para ver o que vai ser discutido na próxima plenária.

Vamos marcar a segunda reunião, em junho, das subcomissões.

Quem deseja se reunir mais uma vez em junho ou na primeira semana de julho? Eu não estarei aqui, mas quem estiver pode...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vejam, até dia 17 de julho é possível marcar reuniões de subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Em julho nós temos, então...

Observem bem: para reunir subcomissão em julho, nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Senhores, para reunir em julho nós temos os dias 1º, 8 e 15, às segundas-feiras.

Agora, em junho, qual é a comissão que quer se reunir em junho mais uma vez?

A SR^a UINIE CAMINHA – Estabelecimento e Empresa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Societário.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Societário. Que dia?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e quatro?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vinte e quatro de junho, então, Societário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e quatro de junho, Processo Empresarial.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vinte e quatro de junho também Processo Empresarial.

A SRª UINIE CAMINHA – Para discutir Estabelecimento e Empresas, as pessoas podem no dia 24?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Então, 14h.

Dia 24, qual seria a comissão, Uinie?

A SRª UINIE CAMINHA – Societário, dia 24.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vinte e quatro de junho, Societário.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Primeiro de julho, Simplificação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e quatro, Abrangência.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vinte e quatro, Abrangência.

A SRª UINIE CARMINHA – Empresa e Estabelecimento pode ser dia 24? A gente pode fazer mais cedo ou mais tarde, para mim...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Empresa e Estabelecimento, dia 24.

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – Dia 24 de junho também. Os outros membros?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Todos 14 horas, não é?

A SRª UINIE CARMINHA – Não, precisamos subdividir porque estamos em duas.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Mas se estiver em duas...

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Vai haver reunião dia 24 também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vai haver dia 24.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – A plenária?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Não, não.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– É de subcomissões para vocês prepararem para a plenária. Por isso, é importante reunir.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Acho que dia 17 a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– É importante avisar antes porque temos que providenciar passagem, hospedagem. Dia 24 dá para vir?

Acho que, nesse começo, seria muito importante que as subcomissões se reunissem mais aceleradamente, para que, depois de discutido tudo, estabelecermos um calendário futuro. Em novembro, temos que estar com o projeto aprovado em plenário.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Poderíamos fazer um *conference call* no escritório do Paulo, nós três. Não podemos nos reunir no Rio, nós três? Ele vem de São Paulo. Pode, não pode?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Pode, mas não tem como pagar passagem. Depois, temos que formalizar aqui a reunião. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k. Como ficamos no dia 24?

Por favor, vamos agora fechar a data do dia 24. Ficamos com...

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Societário, Processo Empresarial e Abrangência do Código Comercial.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dia 1º de julho, temos as Subcomissões de Simplificação e Racionalização da Empresa e Empresa e Estabelecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Quem mais quer reunir em 1º de julho? Qual subcomissão quer reunir-se em 1º de julho? Em julho, poderemos ir de 1º a dia 15.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Dia 1º de julho, Empresas e Estabelecimento? Eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Para subcomissões, sim.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Até dia 17 de julho haverá trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Falei dia 15, porque tomei a segunda-feira.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ARNOLDO WALD – E se fizermos a reunião da subcomissão em São Paulo e trouxermos para a Comissão em agosto?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Não há problema.

O SR. ARNOLDO WALD – Não há problema?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– De qual subcomissão? A de Contratos?

O SR. ARNOLDO WALD – Contratos e Obrigações

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Newton... Quem está na Subcomissão de Contratos e Obrigações?

De São Paulo, há dois. Quem de fora?

O SR. ARNOLDO WALD – De São Paulo, há três, e um do Rio Grande do Sul.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O colega do Rio Grande do Sul tem como ir? Então, está o.k., não há problema, formalizamos aqui, já se prepara todo o material.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Sugiro o seguinte: que usemos uma nomenclatura um pouco diferente de “encontros e reuniões”, que é o que temos usado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Isso.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Então, reunião é sempre aqui em Brasília, deliberativa, formal. Encontros, nem os mencionamos aqui, porque cada subcomissão vai se reunir.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– O.k., então teremos um encontro.

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

– Eu gostaria de observar o seguinte: como o Prof. Arnaldo Wald não vai estar no dia 3 e também no dia 10, eu falei para os demais membros da comissão de Societário, que concordaram em antecipar para o dia 3, porque, senão, nós iríamos nos reunir no dia 10, no dia 17 e no dia 24. Assim, ficaria um pouco mais espaçado.

Então, a primeira reunião de Societário seria no dia 3. Daí temos a plenária no dia 17, e, no dia 24, a segunda de Societário.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Então, para dia 24, a de societário.

Para julho não, né?

A SR^a UINIE CARMINHA – Para julho, a de...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Acho que julho vai ser difícil mesmo.

A SR^a UINIE CARMINHA – Dia 1º, Estabelecimento e Empresa.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Dia 1º, Estabelecimento e Empresa. Já está marcado, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Vamos marcar a segunda plenária para o dia 5 de agosto, o.k?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Eu indago aos colegas se nós já marcamos as subcomissões de agosto, ou se deixamos para marcar dia 5, tendo em vista que vai depender do estágio que estiver, do andamento. *(Pausa.)* Então, marcamos as subcomissões de agosto na primeira reunião plenária de agosto. Melhor assim.

Então, vamos marcar apenas nossa plenária de setembro, porque as plenárias precisam ser marcadas para todo mundo pautar inclusive a sua...

Nossa terceira plenária...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Não. Agosto, é a segunda, a terceira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essa não seria a primeira, não?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Essa é a primeira. Agosto é a segunda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Junho é a segunda, está certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Setembro é a quarta.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) –

Está certo. Agosto é a terceira. Bom, mas, em agosto, podemos fazer duas plenárias. Não podemos deixar, a partir daí, mais de quinze dias as plenárias, porque, em final de outubro, nós temos que estar com o projeto pronto. Então, em agosto, nós poderíamos fazer uma no dia 5 e outra no dia 19.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dia 19 eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Quando você pode?

Dia 26 de agosto?

Então, nós faríamos dia 5 e dia 26 de agosto. Todos poderiam no dia 26 de agosto? *(Pausa.)* Dá um tempo de duas semanas para as subcomissões trabalharem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, no dia 19 foi desmarcado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha)

– Dias 5 e 26 de agosto.

Agora vamos ver a de setembro. Em setembro, deve ser no mínimo dia 9. Ou 16 e 30? Nos dias 16 e 30 de setembro, está bom? *(Pausa.)* Depois nós mandamos o calendário.

Agora, outubro nós vamos marcar duas, talvez tenhamos até mais em outubro e novembro. Qual é a data final do nosso projeto? É dia 16 de novembro.

Outubro.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Outubro, se por ventura poder ser 7 e 28...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Que dia foi sugerido?

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Dias 7 e 28.

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu não posso 7 e não posso 14. Posso nos dias 21 e 28.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Dia 28 é dia do funcionário público. Tem problema aqui no Senado ou não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Põe dia 21.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – Segunda-feira, não é? É, 28. Não funciona?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Nos dias 7 e 14 você não vai poder, não é, Fábio?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – É.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dia 21 que é o dia do funcionário público?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Dia 28.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – E dia 21? Dia 21 de outubro. Vinte e um de outubro. Vamos marcar duas plenárias seguidas, 21 e 28, porque nós estamos já no final.

O SR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES – É dia do servidor público.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Que dia?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e oito.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vinte e oito? Então, marcamos dia 21.

A SR^a UINIE CAMINHA – E 7 e 14, não?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dia 21?

O SR. FÁBIO ULHOA COELHO – Vinte e um eu posso.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vinte e um. E marcamos o outro para o dia 4 de novembro. Vamos fazer duas porque nós estamos perto do... Estamos marcando porque estamos perto do final do projeto. No dia 16 nós temos que entregar o projeto. O anteprojeto. Então, vamos ter que debater... Eu acho que nem vamos conseguir, por mais que... Só o título de agronegócio... Mas vamos tentar fazer, não é? A primeira coisa. Se não der, pedimos prorrogação.

É isso, Eduardo? Daniel. Você já sabe a comissão em que você ficou, Daniel?

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – Simplificação.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Simplificação. Quer participar de mais alguma?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – O Daniel, eu acho que chegou atrasado e quer participar de mais... Abrangência do Código?

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – Abrangência?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Só temos dois.

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – Pronto. Abrangência.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Pronto. Põe o Daniel. O.k.? Novembro. Bom, eu acho que em novembro nós temos que nos reunir todas as segundas-feiras, 4 e 11, são as duas últimas. Quatro e onze. Outubro, que data ficou em outubro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e um de outubro.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Só 21 de outubro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essas últimas de novembro vão ser para aprovar o texto final.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – É. Aí, em novembro, nós vamos nos reunir nos dias 4 e 11, porque dia 16 é o prazo final.

O SR. NEWTON DE LUCCA – A data final é quando? Dezesesseis?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dezesesseis.

O SR. NEWTON DE LUCCA – Talvez, na última reunião, enfim, a gente vá ter que fazer um esforço...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Sim. Nós estamos... Só para deixá-los bem certos: nós estamos fazendo um planejamento de reuniões. Se o trabalho depender de ficarmos mais dias, aí nós acertamos no final. Mas nós estamos aqui fazendo uma previsão para que todo mundo possa agendar esses dias como dias necessários aos nossos trabalhos aqui. Então, nós vamos ter hoje, a segunda plenária... Três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove plenárias.

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Pois não.

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – Quem são os outros dois membros da de Abrangência?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – De Abrangência? Clóvis Malcher e Eduardo Montenegro.

O SR. DANIEL BELTRÃO DE ROSSITER CORREIA – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – A nossa próxima, para que dia ficou? Dia 3 de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Vamos, só para a secretaria firmar aqui a ata, por gentileza, eu queria repetir o horário da reunião das subcomissões.

Então, dia 27/11, às 9 horas, nós temos Abrangência. É às 9 horas mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Duas da tarde. Então, passou a ser 14 horas.

E a de Processo Empresarial é às 9 horas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Às 9 horas?

Não, a de Abrangência. É às 14 horas.

E a de Processo Empresarial, Dr. Bruno? No dia 27, às 9 horas?

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO *(Fora do microfone.)* – Isso. A primeira é dia 27, às 9 horas. E a segunda...

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, espere aí. Agora, vamos por dia. Eu vou perguntando.

Dia 17 de junho: plenária, às 14 horas.

Dia 3 de junho: Subcomissão de Empresa e Estabelecimento; de Obrigações e Contratos; Simplificação; Estatísticas e Societário. Todas às 14 horas.

A SRª UINIE CARMINHA – Não. A de Societário será outro horário.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Estatística às 9 horas da manhã.

E Societário?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Gente, vocês têm que almoçar, porque, às 14 horas, começa a outra. Seria melhor fazer uma às 14 horas e outra às 16 horas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não é melhor marcar uma às 14 horas e outra às 16 horas?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – E às 16 horas?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Não, mas aí pode inverter.

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – E a de Empresa poderia ser às 16 horas?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – Pode ser às 16 horas a de Empresa?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Então, vamos ter que marcar um outro dia.

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – A gente volta com aquele projeto do dia 10, Professor?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª UINIE CAMINHA *(Fora do microfone.)* – Então, volta a Societário para o dia 10.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Societário passa para o dia 10.

É melhor, porque fazer duas comissões no mesmo dia limita. Começando às 14 horas, há tempo para discutir e os debates são maiores.

Dia 10 de junho, às 14 horas: Societário.

Empresa: dia 3, às 16 horas. É isso?

A SRª UINIE CAMINHA – Empresa é dia 3, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Às 14h.

A SRª UINIE CAMINHA – Societário, dia 10, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Societário, dia 10, às 14h.

Estatísticas, às 9h do dia 3. Exato? *(Pausa.)* O.k.?

Então, no dia 3, nós temos, às 9h, Estatísticas; às 14h, Empresa e Estabelecimento; Obrigação, Contratos e Títulos. Não é? *(Pausa.)* O.k.?

Dia 17 de junho: Plenário. Às 11h, Crise na Empresa.

Vamos fazer reunião antes. Aqui será só comissão.

Dia 10 de junho: Societário, às 14h.

Dia 5 de agosto, nossa terceira plenária.

A SRª UINIE CAMINHA – Dia 24, temos Societário às 14h.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Dia 24 de junho, Societário às 14h. Processo, às 14h; e Abrangência às 14h.

No dia 1º de julho: Simplificação e Empresa. Simplificação, às 14h, e Empresa, também às 14h.

Aí, depois, temos só as plenárias que já estão marcadas. *(Pausa.)*

Algun dos presentes ainda tem algum assunto que deseja discutir aqui? *(Pausa.)*

Bom; já acertamos o calendário e o Regimento já está aprovado.

Eu deveria ter começado esta reunião colocando em votação a ata da reunião anterior, a de instalação.

Se todos estão de acordo, declaro aprovada a ata da reunião anterior.

Algun outro assunto a tratar na reunião de hoje?

O SR. ARNOLDO WALD – V. Exª não teria que eleger um Vice-Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Está certo!

O nosso Regimento prevê um Vice-Presidente.

O SR. ARNOLDO WALD – Temos um candidato aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio Noronha) – Eu sugiro ao Plenário o nome do Dr. Alfredo Assis. *(Pausa.)*
(Palmas.)

Eleito, por aclamação da unanimidade dos presentes, o Dr. Alfredo Assis.

Seja bem-vindo!

O SR. ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Otávio de Noronha) – Alguém vai permanecer hoje aqui? Pergunto ao pessoal que é de fora. Todos voltam? *(Pausa.)* O.k.

Se não temos mais nada a deliberar, agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, convidamos para a nossa próxima reunião plenária e para as reuniões das subcomissões, nas datas aqui ajustadas.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a colaboração de todos os membros da Comissão. Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.)

Ministro **João Otávio Noronha**, Presidente .

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2013, às nove horas e vinte e três minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do Ministro Luís Felipe Salomão e com a presença dos Senhores

Juristas: José Antônio Fichtner, Caio Cesar Rocha, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Rossi Nobre, Adriana Braghetta, Carlos Alberto Carmona, Eleonora Coelho, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski, Francisco Maia Neto, André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, José Roberto de Castro Neves, Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira, Ellen Gracie Northfleet, Walton Alencar Rodrigues, Roberta Maria Rangel, Eduardo Arruda Alvim e Adacir Reis. Deixaram de comparecer, justificadamente, Francisco Antunes Maciel Müssnich, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel e Francisco Maia Neto. Compareceram, na qualidade de observadores convidados, Andressa Duarte dos Santos e Nicolas Eric Matoso Medeiros de Souza, pela Secretaria Nacional do Consumidor, e Mariella Ferraz de Arruda P. Nogueira, pelo Conselho Nacional de Justiça. Na oportunidade foi aprovada a ata da 3ª Reunião e, por maioria, deliberou-se que as discussões da Comissão ocorreriam em reuniões fechadas. Em sequência, a reunião tornou-se fechada e houve exposições dos membros sobre temas pertinentes à arbitragem e mediação, bem como a Comissão deliberou sobre questões relacionadas à Administração Pública, Consumidor, e Direito Estrangeiro e Arbitragem Internacional. Reaberta a reunião, esta foi encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Declaro aberta a reunião. bom dia a todos.

Como recomenda o roteiro, em primeiro lugar, quero ver se há alguma oposição à Ata da 3ª Reunião, que está aqui para consulta. São aproximadamente 33 páginas. Se quiserem, procedo à leitura. Se dispensarem, consulto se há alguma dúvida para a aprovação da ata.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Considero-a aprovada.

Também, na sequência, quero saudar os dois novos membros da Comissão. Creio que termina por aqui. Recebemos com muito cuidado e muito carinho os Drs. Arruda Alvim e Adacir Reis.

O Dr. Arruda Alvim já fez uma pequena participação da última vez e o Dr. Adacir hoje se junta a nós. Ambos são especialistas na matéria. O Dr. Arruda Alvim é um processualista que dispensa apresentação e o Dr. Adacir é um dos maiores especialistas na área de previdência complementar, é advogado atuante nessa área há muitos anos e também um entusiasta dessa solução de arbitragem e mediação para o tema do seu estudo.

Peço a ambos que deem uma saudação aos colegas.

Com a palavra o Dr. Arruda Alvim para uma pequena saudação e apresentação aos colegas.

O SR. EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM – Bom dia a todos. Fico bastante lisonjeado de estar aqui e encontrar grandes juristas, alguns amigos diletos como o Professor Tucci. Quero também colaborar da melhor forma possível, aprendendo também com os amigos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Adacir.

O SR. ADACIR REIS – Sr. Presidente, Ministro Luis Felipe, e colegas aqui presentes, para mim é uma honra me inserir nesta Comissão, com pessoas de tão alta qualificação, alguns aqui que conheço pessoalmente, outros que conheço apenas de nome. Espero ter a oportunidade de travar aqui uma relação de amizade. Realmente, aceitei com muita satisfação o convite de participar desta Comissão, também com o sentimento que, imagino, orienta a todos, de responsabilidade, porque realmente esses temas hoje referentes à resolução alternativa ou ao que às vezes chamo de resolução primeira de conflitos, todos esses debates são extremamente importantes para o Brasil. Então, é uma grande satisfação, uma grande honra, Sr. Presidente, fazer parte desta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Muito obrigado, Dr. Adacir.

Hoje temos alguns temas para vencer.

Antes de passarmos para as exposições dos colegas Marcelo Ribeiro, do Ministro Walton e da Dr^a Roberta, precisamos de algumas deliberações. Hoje estamos programados de seguir até 13 horas, aproximadamente, paramos para o almoço, e voltamos até onde nosso esforço aguentar.

Temos já os questionários, então já dá para ter uma ideia do tamanho do nosso trabalho.

O almoço será no mesmo local onde foi da última vez.

Temos alguns observadores que participam conosco, além do consultor, Dr. Fábio Hage.

Foi criado, colegas, no âmbito da Secretaria da Reforma do Judiciário, no Ministério da Justiça, pelo que tive notícia, uma comissão para elaborar um anteprojeto de lei de mediação. Confesso que não obtive muita informação sobre esse tema a não ser um anúncio do Secretário da Reforma, que me disse que iria criar a comissão. Um colega meu de Tribunal, o Ministro Marco Buzzi, também me deu notícia de que

integrava essa comissão e pedia que conversássemos para interagir e somarmos esforços.

Estou apenas dando notícias desse tema.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Na verdade, a comissão, pelo que estou sabendo do Ministro Marco Buzzi também, é uma comissão para reativar aquela Lei de Mediação para Processual. Quer dizer, a ideia – e o Ministro Marco Buzzi está muito enfronhado nesse assunto – é criar um movimento de conciliação ligado à administração da Justiça, mas não para fazer uma lei de mediação comercial, que seria, talvez, uma das nossas possibilidades. Então, o esforço que está sendo feito com esta comissão é para reativar aquele antigo projeto de mediação para Processual. Isso até onde sei também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que, como Marcelo Nobre havia ficado de fazer uma interlocução com o pessoal do Parlamento, da Câmara, sobre os anteprojetos – vou até te passar a palavra para falar um pouco sobre isso – vou pedir a ele que também estenda essa consulta a uma abordagem sobre esse ponto da comissão e tente fazer a interação naquilo que for possível.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE (*Fora do microfone.*) – Entrar em contato com o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Exatamente.

Vou te passar a palavra, agora, para um resumo dos projetos.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Bom dia a todos.

O Consultor Legislativo Fábio Hage fez uma nota informativa muito exaustiva e muito clara. Eu não sei se por conta da nossa pauta, que hoje está muito extensa, não seria conveniente encaminhar a todos os colegas essa nota informativa com todos os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, com riqueza de detalhes. Sr. Presidente, desculpe-me atrapalhá-lo neste momento, mas só para fazer uma consulta: por conta da nossa pauta exaustiva, não seria melhor, ao invés de transmitir a todos – são cinco páginas com os projetos de lei que tramitam na Câmara – por *e-mail*? Agora, se acharem que isso é importante, fundamental para a nossa compreensão inclusive da pauta de hoje, também leio a nota informativa, faço um resumo e abordo especificamente os projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Algum desses projeto oferece risco de aprovação imediata?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a sugestão que faço, se os demais estiverem de acordo, é a de reproduzir esse texto e encaminhar

agora para todo mundo. Passamos o olho aqui enquanto estamos trabalhando no restante e, se houver alguma dúvida, nós voltamos ao seu relatório.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Está bem assim?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Sempre tentando colaborar com os trabalhos, por isso ...

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Claro. A pergunta foi só esta: “Há algum com risco de aprovação e encaminhamento imediato?”

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Próxima não.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Está bem.

Podemos fazer dessa forma?

O Guilherme e o Leandro providenciam as cópias para todo mundo desse material do Dr. Marcelo Nobre.

Bem, prosseguindo, na questão do vídeo...

O vídeo já saiu, não é Guilherme? *(Pausa.)*

Já foi retirado. E já gravou com a Dr^a Eleonora?

É isso, Eleonora?

A SR^a ELEONORA COELHO – Com relação ao vídeo, eu pedi para o9 Guilherme me colocar em contato com o pessoal da TV Senado porque acho que seria interessante fazer um vídeo bem objetivo, explicando o que é mediação, o que é arbitragem, objeto desta Comissão. Ele não conseguiu que eles entrassem em contato comigo, mas hoje vou me reunir com eles e decidir como isso será feito.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Está ótimo, está caminhando.

Acerca do *link* para sugestões, a Sílvia é que está à frente disso, não é? Está chegando muita coisa? Pergunto porque podemos ter a dimensão.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Neste último mês, chegaram menos solicitações do que no mês anterior; algumas, de fato, pertinentes, relativas à própria lei, algumas solicitações de exclusão de artigos e outras sugestões. As sugestões pertinentes estão incorporadas na pauta, Ministro. a primeira etapa tinha sido até engraçada porque tinha jogo de futebol e tudo o mais. Essa segunda foi um pouco mais lúcida, digamos assim, mais atinente à matéria mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Todas as sugestões já estão incorporadas ao questionário? O que era pertinente, não é?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Houve algumas manifestações contrárias a qualquer mudança. Isso não havia chegado na outra vez, mas, desta vez, há três ou quatro manifestações acerca da preocupação de que isso possa trazer um prejuízo ao próprio sistema vigente, que já funciona,

enfim. Há outras manifestações sugerindo alguns acréscimos ou mudanças na lei, que foram incorporadas ao novo questionário.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Está bem. Alguma dúvida em relação a esse vídeo ou ao *link* no *site* da Internet?

Bem, eu também queria relatar aos integrantes da Comissão que estivemos em São Paulo para um primeiro contato com os Professores Arnaldo Wald, Kazuo Watanabe e Ada Grinover. Foi uma visita muito produtiva. Comigo estiveram também o Marcelo Nobre, a Sílvia, a Mariela. Passamos uma manhã inteira com o Wald, que apresentou as sugestões que, em resumo, encaminhei aos colegas também. Depois, estivemos com o Kazuo e com a Ada, tratando mais da segunda parte, que é mediação. Eles também apresentaram algumas sugestões, e a Sílvia, depois, pode dar uma palavrinha sobre elas, e um texto do Bedaque, que também encaminhei aos colegas para ciência.

Sílvia, se puder, dê uma palavra.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O Professor Wald fez algumas sugestões atinentes a conflitos de competência, algumas sugestões em relação aos mecanismos de gestão das câmaras e alguns outros pontos que trouxemos e incorporamos às sugestões que já estávamos, dentro dessa discussão, estabelecendo.

Em relação à mediação, eu acabei me desligando da reunião um pouco antes do término, mas, pelo que senti, o próprio Professor Kazuo e a Professora Ada têm algumas dúvidas, de fato, sobre a necessidade do próprio mecanismo, mas, de qualquer maneira, o meu sentimento, a minha percepção foi no sentido de que eles estão muito mais focados nessa mediação judicial como um complemento da atividade do Judiciário, como alternativa a esse entrave de volume no Judiciário do que propriamente em trabalhar em uma proposta que vincule empresas, dentro desse critério de que estamos tratando por aqui. Mas ouvir o Professor Wald e também o Kazuo e a Ada foi de muita valia para estarmos em sintonia com aquilo que os grandes praticantes estão enfrentando e os estudiosos estão trabalhando em paralelo à Comissão. Acho que foi de muita importância tê-los visitado.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Sr. Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Claro, pois não.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Eu só queria comentar com os colegas uma manifestação da Prof^a Ada, que muito me preocupou. Ela disse que tem sido procurada por partes do processo arbitral em vários casos em que as garantias do devido processo não

foram devidamente observadas. E ela sentiu um aumento da procura desses casos e dessas situações para que fizesse pareceres que fundamentariam ações judiciais pedindo nulidade desses processos arbitrais. E ela achava que deveríamos abordar essas questões ou pelo menos discuti-las. Logo em seguida, eu li uma entrevista da Profª. Selma, no Conjur, dizendo exatamente o contrário, dizendo que o processo arbitral deve passar com o processo civil ao largo. Então, é uma preocupação que a Profª Ada nos transmitiu, que eu gostaria de expor, complementando apenas o que a nossa colega Silvia comentou.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Marcelo. Foi realmente bastante produtiva a nossa visita. Eu tenho conversado também com muita gente, aqueles que me procuram, ou eu, às vezes, procuro. Combinei com a Eleonora, segunda-feira, pois haverá aquele evento em São Paulo. Também já combinei com a Braghetta de um encontro com o Prof. Luiz Olavo. Enfim, estamos prosseguindo nesses encontros e nessa captação dos sentimentos em relação a vários segmentos, captação que é feita de maneira diferenciada de uma audiência pública, em que há a pressão do tempo, em que há outros afazeres. Então, essas conversas, eu creio, são muito produtivas para que possamos apreender o sentimento de cada um dos segmentos.

A SRª ELEONORA COELHO – Eu gostaria de fazer um convite, Ministro, inclusive a todos os participantes da Comissão. A Drª Silvia já circulou no *e-mail*, mas reforço o convite de comparecimento a esse evento da Fiesp, que é de internacionalização da câmara. Já há 1.200 inscritos para participarem desse evento. Haverá palestrantes internacionais, que poderão contribuir com a sua experiência de arbitragem fora do Brasil, que é o que temos adotado como critério aqui, olhar. Então, eu gostaria que, se possível, os integrantes comparecessem a esse evento. Vai ser na Fiesp, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na segunda-feira, dia 27. E o Ministro Luis Felipe Salomão e a Ministra Ellen Gracie, que, inclusive, é Vice-Presidente da Câmara estarão lá na abertura dos trabalhos, com outras autoridades. Então, acho que seria muito bom se os participantes da Comissão pudessem ir.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Legal. Fica aqui reforçado o convite.

Em relação aos ofícios que nós encaminhamos, houve um pequeno equívoco em relação à data, não é isso, Guilherme e Leandro? Mas já foi sanado, porque vocês entraram em contato. São vinte aproximadamente, todos já contatados e esclarecidos. Continua aquele período entre 26 a 29 de agosto. E vocês estão

organizando as audiências públicas, Não é isso? Eles virão aqui, farão as exposições. E, nos final, na sexta-feira, faremos a nossa reunião. Está bem assim? Está mantida aquela data – houve uma certa confusão – entre 26 a 29 de agosto.

E a nossa próxima reunião, pelo calendário que definimos, será em 28 de junho, sexta-feira. Está mantida a data? Está mantida a data. Vamos ver, com o andamento dos trabalhos, se haverá necessidade de nós modificarmos, anteciparmos. Vamos ver como flui o nosso trabalho na hora em que começarmos a votar os temas.

Justificou a ausência a Tatiana, que tem um compromisso internacional no Ministério do Comércio. Pediu que justificasse e transmitiu um abraço a todos.

Também registro aqui, para terminar e começar a ouvir, peço ao Marcelo Ribeiro e ao Ministro Alton que venham aqui ao meu lado... Eu registro aqui a presença, como observadores, do Dr. Nicolas Eric Matoso de Souza. Está presente? É da Secretaria Nacional do Consumidor. E Andressa Duarte Santos, que é também da Secretaria Nacional do Consumidor, com cuja secretária em fiz contato, e eles participam hoje aqui também. Nós estamos procurando ouvir os bancos, os consumidores, enfim, uma gama grande de segmentos. E também a Mariella, que é Juíza Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça – aliás, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça.

Sejam bem-vindos, e obrigado pela presença.

Vamos agora com o Marcelo Ribeiro.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Olha, esse é um ponto que a gente precisava discutir. Foi bem lembrado, Carmona, e eu pensei de a gente deixar isso...

Na parte das exposições, eu penso até que a gente pode mantê-la fechada, como foi deliberado. Na hora da votação, eu fiquei me perguntando – e aqui exponho a minha dúvida, e, se o Colegiado mantiver fechada, não há problema algum. Mas a ideia foi justamente deixarmos as audiências públicas para mais à frente, para que a sociedade, em geral, e as entidades, em especial, tomassem conhecimento das nossas deliberações. Se as deliberações ficarem reservadas, acho que se perde um pouco a finalidade desta dinâmica de trabalho.

Então, eu entendi que as votações, ao menos as votações, seriam abertas. Mas colocamos o tema novamente em debate para deliberação.

Está em aberto.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente, vamos deliberar antes das audiências públicas?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Na última reunião, Ministra Ellen, ficou combinado o seguinte: em vez de a dinâmica ser as audiências públicas para se apresentarem as sugestões, que possivelmente nós já teríamos aqui para o debate, nós faríamos as deliberações, e, daquele conjunto do que adiantássemos, já se colheriam as sugestões em cima do que deliberamos.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET (*Fora do microfone.*) – Sem prejuízo de que possamos acrescentar as sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sem dúvida nenhuma, claro. Podemos voltar ao tema.

Então, eu fiquei pensando se faríamos aberta ou não. E recebi uma ponderação da direção do Senado de que a transmissão pela TV Justiça é para eles um ponto importante também. E eles me questionaram se a gente vai manter, na hora dos debates, a reserva das nossas votações.

Então, eu coloco novamente o tema em discussão.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Ministro, eu já me manifestei várias vezes e insisto, mais uma vez, na minha ideia de que uma discussão científica, franca, honesta e produtiva tem que ser uma discussão sem papas na língua. Para isso, nós precisamos de uma tranquilidade maior, em vez de exibição, publicidade, cortes de eventuais pedaços do que vamos dizer, para integrar programas televisivos ou, eventualmente, notícias de Internet, que sempre, inevitavelmente, serão distorcidas.

Portanto, como nós estamos aqui na posição de contribuir cientificamente para uma discussão a respeito de reforma, eu acho que muitos de nós – e eu sou o primeiro deles – nos sentiríamos muito mais à vontade com um ambiente sereno e tranquilo, que é um ambiente científico, de discussão privada, e não um ambiente político, onde as palavras têm de ser medidas e vão ser utilizadas de maneira distorcida.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Sr. Presidente, eu queria concordar plenamente com o Carmona, mas dar outro argumento, que é o seguinte: muitos de nós aqui estamos envolvidos em arbitragens que são sigilosas. E os temas que a gente vai tratar aqui muitas vezes são temas que são discutidos em arbitragens em que a gente atua. Então, o receio – estou em pleno acordo com o Carmona, mas só para dar esse outro dado – é que pode trazer para nós um constrangimento muito grande examinar exatamente um assunto que é objeto de discussão hoje que é sigilosa. E aí pode haver esse constrangimento. Então, estou concordando com o Carmona, dando esse outro

dado, até profissional e até de dever ético, como advogado ou como árbitro numa questão dessa natureza.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Até para fazer um contraponto aos caros colegas, eu sou totalmente contrário a essa posição. Eu acho que o debate tem que ser público. Hoje a Constituição exige que até as sessões administrativas dos tribunais sejam públicas. Algumas coisas até acho exageradas, por exemplo, o CNJ decidiu – está o Marcelo aqui para não me deixar mentir sozinho – que até, nas listas de promoção de desembargadores, quando o sujeito vai recusar o nome, tem que dizer por quê. Nós estamos vivendo um momento de abertura total, as questões têm sido tratadas publicamente. Então, sinceramente, acho que o debate deve ser aberto, inclusive, transmitido pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Sr. Presidente, faço aqui também uma colocação e me filio à posição externada de que nós deveríamos fazer isso de forma ampla e pública. Disse isso logo na primeira reunião e fiquei vencido como voto unitário.

Posiciono-me no sentido de que as discussões devem ser feitas de forma a que possa a população acompanhá-las em tempo real e em tempo integral. Digo isso e trago um exemplo. No Conselho Federal da OAB, a discussão também é hoje contemporânea a respeito de como votamos as listas sêxtuplas e listas para CNMP e CNJ, se deveriam ser fechadas, abertas, comunicadas ou não, e se deveríamos fundamentar ou não. A discussão que lá pairou foi exatamente esta: se você assume uma função de relevância, como é um cargo de conselheiro federal, assim como o é onde estamos, certamente devemos prestar satisfação daquilo que fazemos. Então, se é que há risco, é o risco que corremos; se há constrangimento, é o constrangimento que corremos, mas me parece que deve ser de fato pública e acompanhada pela sociedade toda discussão que aqui aconteça.

Então, voto para que isso seja de forma pública integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Luís Felipe Salomão) – Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Como fui citado... Eu só queria fazer uma observação. Entendo que sou fruto da transição democrática. Lutamos todos firmemente contra aquilo com o que não concor-

damos e que veio, infelizmente, a travar este País por quase 30 anos.

Sou como o meu xará aqui, meu amigo Marcelo, pela abertura, mas, neste caso específico, pela abertura de tudo, tanto que votei nos casos do CNJ pela abertura das listas. Mas entendo que são situações distintas: uma era uma atitude nossa, como membros do Conselho Nacional de Justiça, contra o compadrio, contra o que existia em um Judiciário retrógrado, com o qual não concordávamos e que precisava mudar, como mudou. Isso é uma coisa. “Olha, desembargador não vai mais colocar os seus afilhados só porque são afilhados; eles podem sim ter afilhados, mas esses afilhados precisam ter produtividade, esses afilhados precisam ter compromisso com o jurisdicionado”. Por isso, estabelecemos vários critérios objetivos e deixamos uma pequena subjetividade, porque ela seria absolutamente necessária – se assim não o fosse, ela não seria merecimento – e, por isso, decidimos da forma como decidimos.

Agora, no caso que estamos aqui discutindo na nossa Comissão – me perdoe meu amigo Pedro Paulo – todo o público saberá o que decidimos, todo público saberá. A minha preocupação, se não me engano, a mesma do meu amigo Carmona. No momento do debate, no momento da discussão e não necessariamente que uma questão venha vingar, se iniciarmos essa discussão e ela entrar na pauta da imprensa, teremos problemas, na minha opinião, porque nós, em vez de discutirmos aqui entre nós e deliberarmos aquilo que achamos que deve deliberar, vamos sofrer uma influência que acho desnecessária no momento do debate iniciado, e não depois. Para tudo que fizemos aqui – também quando chegarmos à conclusão – haverá o debate. Nós não teremos o não debate no final.

Então, eu queria fazer essas ponderações e deixar claro que vejo de forma distinta uma coisa e outra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Mas eu queria, pela ordem. (*Fora do microfone.*) Eu não entendi, desculpe-me, meu prezadíssimo Marcelo Nobre, eu não entendi a sua posição.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É que eu não tenho a clareza do Professor Tucci.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Não, não é, você está dizendo que... Eu entendi a posição do Carmona...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – O Carmona é claro.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – ...do Castro Neves. É evidente que há esse receio. Agora, eu quero um exemplo concreto. O que nós podemos discutir? Vamos imaginar que nós vamos discutir a questão da prescrição. Vamos imaginar que vamos

discutir se é possível interferir nas câmaras quanto a ter lista de árbitros. Qual é o receio que eu pessoalmente posso ter de sair na imprensa...

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu respondo. Se você me permitir, eu respondo a pergunta.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Não. Espere um pouquinho.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – É uma pergunta. Eu gostaria de responder. Quero dar um exemplo concreto ao Dr. Tucci.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Eu também.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Eu quero dizer o seguinte: nós temos que saber o contrário. Nós temos que saber o mérito para depois chegarmos a essa conclusão.

A sua colocação, que é sempre respeitada, é a seguinte: pode realmente a imprensa e tal... Não sei. Por exemplo, vamos discutir o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal. Qual é a posição de cada um? Precisamos discutir se nós vamos inserir na lei a arbitragem empresarial, as normas específicas.

Eu acho a conclusão precipitada: se vai comprometer ou não um de nós. Na reunião passada, eu estava receoso, meditei. Isso é um dilema, mas, pensando bem, eu não vejo como isso possa atrapalhar.

O Carmona coloca, de forma muito clara, que pode haver um excesso de um de nós: querer falar demais, querer aparecer. Enfim, foi o que ele disse.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu não disse, não.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Você disse que pode a imprensa cortar, interceptar a forma de colocar na notícia. Eu não estou vendo realmente... É evidente que eu volto atrás. Eu estou sempre com a maioria, sempre tranquilo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Professor, eu queria agradecer o embargo de declaração, já que eu não fui tão claro.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – O Carmona pediu primeiro.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não. Quem está com a palavra sou eu. Eu lhe concedo um aparte, porque nesta Casa Legislativa a gente sabe que é preciso pedir aparte.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A Ministra Ellen quer dar uma palavrinha também.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Eu quero ser convencido pelos três...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Como o Tucci fez a crítica à minha obscuridade, eu queria só esclarecê-la.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Não fez crítica. Ele não compreendeu, ele não prestou atenção no que você disse.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Não prestei atenção.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Você disse muito bem e com muita clareza.

Veja. Vamos ser concretos. Se nós tivéssemos que discutir, por exemplo – uma das muitas propostas que nós vamos discutir –, a respeito do conflito de competência no Superior Tribunal, muitos de nós aqui estamos envolvidos nisso. Eu, como árbitro, vou ter que decidir algumas dessas questões.

Vamos falar sobre a questão de societário. Eu, como árbitro, vou ter que discutir algumas daquelas questões.

Vamos falar sobre a questão de impugnação de árbitros. Eu, como árbitro, vou discutir algumas delas com advogados que estão presentes aqui.

Quer dizer, se nós vamos começar a discutir essas coisas todas...

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Carmona, Carmona. Desculpa. Eu tenho a maior admiração...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – E as questões consumeristas.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Todas.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Eu tenho a maior admiração por você.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu sei disso.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Que nós somos amigos...

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Nós nos amamos.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – ...nem preciso dizer. Nós nos amamos.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Isso vai para a TV.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Não chega a tanto assim. A pessoa que está comprometida dessa forma não pode participar da Comissão, então.

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – É claro que pode, José Rogério. São questões técnicas.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – De duas, uma: ou...

O SR. CARLOS ALBERTO CARMONA – Eu acho que a Comissão tem que ser dissolvida.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ministra Ellen.

A SR^a ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente, eu creio que as posições estão colocadas. Tal-

vez fosse mais produtivo nós partimos para a votação dessa matéria.

Eu só queria acrescentar um detalhe. Uma coisa é o processo dialético que se realiza dentro da Comissão através do qual nós vamos, eventualmente, até mudar de posição, como diz muito acertadamente o Prof. Tucci. Eu hoje posso pensar a respeito de uma matéria de uma forma, e os colegas me convencerem do contrário.

Nós, Presidente, que participamos de Cortes em que tudo precisa ser feito às encâncaras, entendemos muito bem que, em determinadas circunstâncias, isso não é a melhor solução. É um excesso dos excessos brasileiros em que se vai do oito ao oitenta e em que agora se adotou esse regime de abertura total.

Há determinadas matérias – e o nobre mencionou muito bem a questão das listas – em que é mais prejudicial para aquele candidato que vai ser preterido serem divulgados para o País inteiro os motivos pelos quais o Tribunal o considera não merecedor da promoção.

Então, há circunstâncias em que uma solução é melhor, e há circunstâncias em que outra solução é melhor.

Aqui, Prof. Tucci, eu creio que o nosso processo dialético talvez melhor se desenvolvesse, como diz o Carmona, com mais tranquilidade para os membros e com segurança inclusive em relação aos feitos em que estamos atuando, de forma fechada. É claro que as deliberações finais serão necessariamente levadas ao público, até porque a nossa função é apresentar resultados. De modo que, separadas essas duas coisas, eu, desde logo, adianto o meu voto no sentido proposto pelo Prof. Carmona.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vou colher mais duas manifestações, a do José Antonio e da Roberta, depois coloco o tema em votação. Acho que a Adriana também quer falar, e paramos por aí.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Esse é um tema que tem sido reincidente aqui. Já tomamos uma posição na primeira reunião, e ela vai variando ao longo do tempo. Entendo as preocupações do Carmona, do Marcelo, espelhada também pelo José Roberto, mas de uma coisa não podemos fugir que isso aqui é uma função pública. Nós estamos aqui exercendo uma função pública. E não existe atuação pública secreta, debaixo da ordem constitucional vigente. Então, a pior coisa que pode acontecer talvez para esta comissão é que a imprensa veicule que os trabalhos que estão acontecendo aqui estão acontecendo sem publicidade e de uma maneira que não acorde com o comando constitucional.

Então, entre esse risco e o risco de termos situações que individualmente possam ser consideradas

não agradáveis, acho que temos que aplicar a regra constitucional.

Eu entendo, Carmona, a sua preocupação, mas acho que essa questão do conflito de interesse tem que ser resolvida caso a caso. Quem não se considerar em condições de votar uma determinada questão porque está, por exemplo, atuando como árbitro, naquela votação ele se deve abster de votar. E com isso se revolve o problema individual de cada um, mas a instituição da votação e da discussão aberta se mantém como um paradigma de natureza da própria função pública.

Acho que não temos muito como fugir disso, sob pena de até alguém questionar o que está acontecendo aqui, pela falta de publicidade, porque será uma exceção a todas as outras comissões que trabalham no Senado ou na Câmara. Não vejo como a gente possa manter trabalhos dessa forma.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Presidente, só para dar um esclarecimento. Esta Casa que criou esta comissão tem determinados procedimentos que se dão de forma não aberta, não pública. Você tem na CCJ, no plenário da Casa, várias situações onde não se abre o pensamento de quem está decidindo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET *(Fora do microfone.)* – Os acordos...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – E não só, Ministra, também, por exemplo, quando da sabatina dos diplomatas, dos ministros, e quando vai a plenário. São situações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Marcelo, apenas para concluir...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Na votação, não. Não se sabe quem votou em quem. Quem votou contra, quem não votou.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Marcelo, apenas para concluir a manifestação. Acho que é tão relevante para o público a deliberação quanto a fundamentação, os debates e as razões que levam alguns a votar de uma forma ou de outra.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Ministro, uma pergunta. O senhor começou a sua fala a respeito dessa questão dizendo que foi uma demanda do Senado. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu fui indagado por que a nossa comissão funcionou de maneira reservada.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Então, existe certo incômodo? existe uma...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu não recebi dessa forma.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Incômodo não seria a palavra correta; existe uma demanda, um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E os jornalistas, claro, ficam toda hora me perguntando. E, aliás, foi boa a sua pergunta, Roberta, para esclarecer, antes de ouvir a Ministra Ellen e a Adriana, o seguinte: há duas demandas, vamos chamar assim. Uma do pessoal da Casa que são a TV, a rádio e os órgãos de divulgação interna que fazem a transmissão como está ali. Essa é uma demanda. A outra é dos jornalistas de fora que querem cobrir a reunião e que já tiveram a sinalização de que ela é fechada. Portanto, na primeira vez, vieram alguns; hoje, eu já vi que vieram menos jornalistas, quer dizer, são dois tipos de demanda.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – As outras comissões o senhor sabe como funcionam?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A informação que recebi é de que todas funcionam abertas.

Há alguma reservada em deliberação, ou são totalmente abertas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas as outras comissões do tipo da nossa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aberta.

Bem, a Ministra Ellen novamente. E a Adriana, para votarmos.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Presidente, a questão já foi bastante debatida. Talvez fosse o momento de passarmos ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos colher a votação, só vou ouvir a Adriana.

A SRª ELLEN GRACIE NORTHFLEET – Só um acréscimo, Sr. Presidente. Esta Comissão já é bastante numerosa; é difícil trabalhar com uma Comissão composta por 22 membros, que hoje nós somos.

Abrindo essas nossas ponderações, essa fase de discussão, na realidade, estaremos ampliando a Comissão, permitindo e incentivando até que outras pessoas de fora da Comissão venham também a se manifestar, seja pela imprensa, seja pela Internet, seja diretamente junto à Comissão. De modo que me parece que são duas coisas diversas: uma é o processo decisório, a deliberação, que pode ser feita publicamente, depois que a Comissão tenha debatido com absoluta liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Ministra Ellen.

Adriana, para complementar.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Só para complementar, acho que são dois temas. Primeiro, se esta Comissão pode ou não deliberar, qual é o seu processo dialético de forma fechada. Parece-me que não há dúvida, até porque nós estamos deliberando. Então, acho que isso suplanta ou ultrapassa a preocupação do Fichtner, de que estaríamos, de alguma forma, violando a Constituição se o nosso processo dialético for fechado. Acho que nós podemos. É uma questão de conveniência, até porque estamos sendo bastante democráticos. Acho que, na medida em que vamos colher informações no *síte* do Senado sobre qualquer sugestão de qualquer cidadão, brasileiro ou não, porque está aberto a todos, e vamos ter essas audiências públicas. Então, acho que não há nenhum impedimento para ser fechada ou aberta. Acho que é uma questão de conveniência.

Em questão de conveniência, eu partilho da opinião muito ponderada da Ministra Ellen e digo o seguinte, que esse conflito pessoal de tratar de algum tema, o senhor comentou nas primeiras reuniões que estava muito satisfeito de ter um grupo tão diverso e ao mesmo tempo com tanto conhecimento de arbitragem, sobretudo sabemos que aqui temos mais conhecimento de arbitragem do que de mediação. Isso é naturalmente fruto da experiência. Convém a esta Comissão ter gente com experiência para saber o que aconteceu de bom e de ruim. Se a gente tiver tolhido dispor isso, e o exemplo da prescrição é claríssimo. Se o Dr. Tucci, eu mesma formos árbitros num caso em que se discute a prescrição, vai prejudicar o processo dialético. Acho que não temos que ter receio, vamos ter casos em que estamos defendendo a posição de um cliente naquele caso e a nossa posição acadêmica técnica é diversa.

Então, a mim me parece que é uma questão de conveniência, sem prejudicar a transparência que devemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

Acho que podemos votar. A matéria é realmente delicada e tormentosa, mas já temos os dois posicionamentos.

Pergunto só, para encaminhar a votação, se posso colocar como mesmo item essa questão relativa à transmissão ou gravação dos programas para divulgação interna e também questionamento que nos fazem os jornalistas de outras emissoras ou de outros órgãos, se é a mesma coisa ou se preciso destacar essa votação.

Mesma coisa, não é? Também acho que é a mesma coisa, porque, se se admitir a transmissão, ao mesmo tempo está franqueando a participação de todos.

Então, quem é a favor de ser aberta a votação, por favor, levante a mão para permitir a minha contagem. Quem é a favor de ser aberta. (*Pausa.*)

Quatro.

Quem é a favor de ser fechada, por favor, levante a mão. (*Pausa.*)

Nove.

Então, prevaleceu fechada na hora da discussão e da deliberação.

Então, vamos seguindo com as exposições, que, até então, eu acho que... As exposições podem ser abertas ou querem fechar a reunião a partir de agora? Acho que podemos fechar a partir de agora.

Então, fechamos a reunião. O que tiver de esclarecer a gente esclarece no intervalo.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 15 minutos e reaberta às 17 horas e 25 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Torno aberta a sessão e declaro encerrada a presente Reunião da Comissão.

(Encerra-se a reunião às 17 horas e 25 minutos.)

Ministro **Luis Felipe Salomão**, Presidente.

Edição de hoje: 256 páginas
(OS: 13420/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

